

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

Nilsângela Cardoso Lima

**RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS EM *O DIA*, *A CIDADE* E
JORNAL DO PIAUÍ (1951 A 1954)**

SÃO LEOPOLDO (RS)

2014

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA

**RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS EM *O DIA*, *A CIDADE E*
JORNAL DO PIAUÍ (1951 A 1954)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Marocco

SÃO LEOPOLDO (RS)

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L732r Lima, Nilsângela Cardoso.
Relações de poder e práticas jornalísticas em *O Dia, A Cidade e Jornal do Piauí* (1951 a 1954) / Nilsângela Cardoso Lima. – 2014.
349 f.

Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) –
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo,
2014.
“Orientação: Profª. Drª. Beatriz Marocco”.

1. Imprensa. 2. Jornalismo. 3. Prática Jornalística.
4. Poder (Política). 5. Jornalismo - História - Teresina.
I. Título.

CDD 070

NILSÂNGELA CARDOSO LIMA

"RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS EM O DIA, A CIDADE E
JORNAL DO PIAUÍ (1951 A 1954)"


Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS.

Aprovada em 22 de maio de 2014

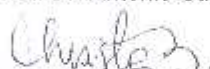
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento – UFPI



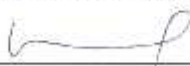
Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt – PUCRS



Profa. Dra. Christa Berger – UNISINOS



Prof. Dr. José Luiz Braga – UNISINOS



Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco – UNISINOS

A meus pais, José Ferreira Lima Filho e
Teresina Cardoso Lima.

A meus irmãos, Nilvânia Cardoso, Nilcéia
Cardoso, e Nilton César Cardoso.

A meus sobrinhos Cristiano Cardoso,
Guilherme Cardoso e José Neto.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o doutorado, tenho muito a agradecer.

A Deus, por me ter dado força e saúde para superar as dificuldades e alcançar mais um objetivo; e à minha família e amigos que me ajudaram a vencer mais uma batalha.

À família maravilhosa que tenho, e que sempre foi meu suporte, para seguir a carreira acadêmica da Graduação ao Doutorado. Assim, agradeço a meus pais, José Ferreira Filho, e minha mãe, Teresinha, que me proporcionaram condições materiais e emocionais para a minha formação e a quem eu devo gratidão e amor eterno. Aos meus irmãos, Nilvânia, Nilcéia, e Nilton Cesar, pelo amor, compreensão, incentivo e apoio incondicional. A meus sobrinhos que são, no conjunto da família, a alegria da casa e os amores da titia. Da mesma forma, à minha cunhada, Márcia Cavalcante, pelo carinho e apreço. Às minhas “primas/irmãs” e companheiras, Samara Alves e Luciana Pereira, pela amizade, confiança e cumplicidade.

Além da minha família, tenho que agradecer, especialmente, a meus amigos, Marylu Oliveira, Carla Menezes, Jaison Castro e Francisco de Assis Nascimento, que, em Picos, num momento descontraído do café, foram os principais incentivadores para que eu me inscrevesse na seleção do Doutorado em Comunicação, quando eu estava em dúvida. Agradeço pelas palavras de confiança e pela relação estreita de amizade circundada de afeto e apreço mútuo.

Após a aprovação do Doutorado, mais pessoas a agradecer.

Em primeiro lugar, à minha orientadora Profa. Dra. Beatriz Marocco, a quem dedico grande admiração, e devo boa parte do conhecimento que adquiri ao longo do processo. Além das indicações de leitura, fundamentais para definir o tema de pesquisa, devo agradecer pela compreensão às minhas limitações de escrita e de tempo, uma vez que iniciei o doutorado e não fui dispensada da carga horária docente nem das funções administrativas das coordenações do Curso de História. E, ainda, pela leitura minuciosa do meu texto e dos apontamentos que me ajudaram a avançar nas questões relacionadas ao campo do Jornalismo.

A todos os professores do Doutorado Interinstitucional UNISINOS/UFPI, em especial, aos professores doutores José Luiz Braga, Effendy Maldonado, Ronaldo Henn, Antônio Fausto Neto, dos quais pude extrair conhecimentos durante as aulas, e importantes discussões sobre o campo da comunicação. Em especial, aos coordenadores do DINTER, Profa. Dra. Christa Berger e Prof. Dr. Gustavo Said, coordenadores maravilhosos, organizados e que sempre estiveram disponíveis para esclarecimentos. Às secretárias Lilian, da UNISINOS, e D. Fátima, da UFPI.

Aos professores doutores José Luiz Braga, e Antônio Hohlfeldt, pelas observações e sugestões apontadas na Qualificação, em setembro de 2012, fundamentais para melhorar a tese.

Aos professores doutores José Luiz Braga, Antônio Hohlfeldt, Christa Berger, e Francisco Alcides do Nascimento, por terem, prontamente, aceito o convite de participar da Banca Examinadora de Defesa do Doutorado.

Em especial, ao Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento, a quem devo boa parte do que eu sou hoje como pesquisadora e professora. Com ele aprendi – ainda como bolsista PIBIC – a pesquisar nos jornais, a usar a metodologia da história oral. Agradeço por toda a minha pesquisa sobre a história do Rádio no Piauí, tendo o Prof. Alcides como orientador. Devo a ele gratidão, respeito, admiração e um carinho muito especial.

Aos meus colegas do DINTER, Livia Nery, Marta Azevedo, Reia Rios, Iônio Silva, Achylles Costa, Monalisa Xavier, Ana Beatriz, Arnaldo Oliveira, e André Perinotto, pelo compartilhamento de conhecimentos, alegrias, e angústias de quem escreve uma tese. Desses, quero dedicar um agradecimento afetuoso à minha amiga Livia Nery, por tudo o que tem feito para me ajudar a conquistar novos caminhos e espaços.

À Profa. Dra. Socorro Magalhães e Profa. Janice Batista, pela revisão e correção de Português da tese. À Profa. Dra. Livia Nery, e ao Prof. Juan Javier Cremades Hernández, pelas traduções do Resumo.

Da Universidade Federal do Piauí, quero agradecer desde a D. “Puri”, que leva o cafezinho e água para a Coordenação de História, em Picos, ao Reitor. Assim, devo agradecer aos professores do Curso de História de Picos, em particular, Marylu Oliveira, Francisco de Assis Nascimento, Mairton Celestino, Gleyson Monteiro, Marta Rochelly e Johny Santana. Às secretárias Lúcia Coelho, Icelsa Barros, Walnis Nunes (a “Gatinha”), e Josane Meneses. À Coordenação do PARFOR/UFPI, Profa. Glória Ferro, Profa. Luciana Nobre, Prof. Evaldo Oliveira.

À Profa. Marylu Oliveira, companheira na UFPI de Picos e de pesquisa. Enfrentamos juntas várias barreiras; e o doutorado foi só mais uma delas. Minha amiga do coração que eu considero uma verdadeira irmã; minha eterna gratidão pela amizade e cumplicidade.

Ao Prof. Francisco de Assis Nascimento, pelo apoio e confiança, e companheirismo na Coordenação de História e Coordenação do PARFOR/UFPI, ajudando-me a resolver os problemas, sempre que me ausentava de Picos, além do carinho e cuidado para comigo.

Aos funcionários de instituições pública e privada, a saber: à Bid Lima, à época, Presidente da FUNDAC. A todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Piauí. À Simone Cardoso, secretária da sala de Arquivo do Jornal *O Dia*. Aos servidores da Biblioteca Setorial do Campus de Parnaíba/UFPI.

À minha avó Silvina Eva de Sousa, que, em 2014, completa 90 anos de vida, e festeja comigo mais uma conquista. Obrigada, pelas orações e pela alegria que encanta a todos os netos. Um exemplo de vida.

À minha prima Hildeyane Tavares, que reservou algumas horas de suas manhãs para fazer a transcrição das fontes de minha pesquisa. Além da ajuda técnica, devo agradecer pelo carinho e afeto de todas as manhãs que veio à minha casa.

À minha prima Jesus Alves, pelas orações, amizade, carinho, e também pela carona, durante todo o período em que estava pesquisando no Arquivo Público do Estado do Piauí.

Às minhas tias, Maria Daluz e Idália Cardoso, e às minhas primas, Adna Costa, Adilene Costa, Ainoã Costa, Leia Alves e Iris Alves, que fizeram orações pela minha recuperação e saúde, e que me deram força, para cumprir as atividades acadêmicas, administrativas e de docente.

À minha prima Bid Lima, pelo carinho, amizade, incentivo, e pelo meu afilhado Carlos Eduardo.

À querida Lúcia Coelho, pelo imenso carinho e pela ajuda, durante todo o período em fiquei sem ir a Picos. À minha amiga, Carla Menezes, pela convivência cotidiana dividindo alegrias, tristezas e conversas.

Às queridas amigas Emília Nery e Natália, pela sabedoria, ensinamentos, conselhos e palavra amiga, apoio e confiança, durante todo o Curso do Doutorado.

A Duaithe Cleiton, pela amizade, pelo carinho afetuoso e pelo serviço de suporte técnico na área de Informática que, muitas vezes, me tirou do sufoco para não perder arquivos da tese.

Em especial à Profa. Dra. Ana Regina Rêgo, que me integrou ao projeto de digitalização dos jornais lacrados do Arquivo Público do Estado do Piauí, único meio pelo qual tive acesso às edições que faltavam para minha pesquisa; e à bolsista Tamires por me ajudar a fotografá-los.

Aos “primos”, Kelly Andreia e Marcelo, pelos encontros descontraídos, que me davam nova energia para continuar a escrita da tese no dia seguinte.

Aos meus amigos da Graduação, e que seja para a vida toda: Santiago Júnior, Elisângela Tavares, Jociana Sousa e Lucimaria Coelho, pelo carinho, confiança, companheirismo e grande amizade.

Aos médicos que me acompanharam durante três anos e meio do doutorado. Em especial, ao acupunturista Dr. Kleber Cavalcante Luz e ao ortopedista Dr. Jamerson Moreira.

Aos fisioterapeutas, Vinicius Sá P. Franco, do RPG; Poliana Meneses, do Pilates e Cinara Teixeira, da Osteopatia e Bandagem Funcional, que me ajudaram por meio de abordagens específicas no alívio das dores no corpo. Em particular, quero agradecer imensamente a fisioterapeuta Cinara Teixeira, que me acompanhou no momento mais crítico das dores, e que me deu forças para continuar na empreitada de trabalho e de estudo, torcendo diariamente para eu concluir a tese.

Por último, e nem por isso menos importante, quero expressar meu agradecimento à querida Samara e tia Vera Lúcia, pela amizade, carinho, amor que sempre me disponibilizaram; e muito obrigada pela resma de papel que foi o meu presente de aniversário deste ano para imprimir esta tese.

A finalização dessa tese não teria sido possível sem a colaboração, incentivo e o carinho de todos aqueles a quem devo manifestar meus sinceros agradecimentos, por ter conseguido concluir a tese e alcançar mais um objetivo.

RESUMO

Esta Tese, “Relações de Poder e Práticas Jornalísticas em *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* (1951 a 1954)”, discorre sobre instituições e práticas jornalísticas em Teresina, nesse período. Na história da imprensa brasileira, é expressivo o número de meios de comunicação usados por políticos. Mesmo na década de 1950, quando a imprensa passava por um processo de transição do jornalismo de tradição/opinativo e doutrinário para o jornalismo moderno/objetivo e informativo, muitos jornais continuavam a ser criados por políticos, para servirem de instrumento de propaganda do partido e de combate contra os adversários. Em Teresina, portanto, os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, fundados em 1951, por manterem ligações estreitas com os partidos, grupos e facções políticas, foram institucionalizados de acordo com os interesses desses políticos; e, na prática, desempenharam um jornalismo com tendência político/partidária. Com base nesse contexto, delinea-se o objetivo dessa tese, que tem por interesse compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas nos jornais de Teresina no período de 1951 a 1954, quando Pedro Freitas foi governador do Estado do Piauí pelo PSD. Por meio da pesquisa empírica e do referencial teórico da análise do discurso e do jornalismo, faz-se uma abordagem histórica sobre o surgimento dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* e uma discussão em torno dos deveres e da missão da imprensa de Teresina, num período em que os jornalistas pretendiam definir as fronteiras do campo, por meio da exigência de um conjunto específico de normas de conduta e da existência do código deontológico para regulamentar a profissão. Assim, em virtude de os jornais manterem linhas editoriais afinadas com diferentes partidos políticos, faz-se uma análise da batalha discursiva travada pelos jornais, *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, em torno da imagem do governador Pedro Freitas e da representação do período político em que o governo do Piauí ficou sob sua administração. Para tanto, buscou-se compreender o sistema de regras que organizaram o campo de enunciados que apareceram materializadas nas edições desses jornais e que circularam em Teresina no período supramencionado.

PALAVRAS-CHAVES: Imprensa. Jornalismo. Prática jornalística. Poder. Política.

ABSTRACT

This thesis, “Power Relations and Journalistic Practices in The Day Journal, The City Journal and Piauí Journal (1951-1954)”, discusses journalistic practices and institutions in Teresina , during this period. In the history of the Brazilian press, there is a significant number of media used by politicians. Even in the 1950s , when the press was in the process of transition from journalism tradition/opinionated and doctrine for the modern/objective and informative journalism, many newspapers continued to be created by politicians, to be a marketing tool of the party and fighting against opponents. In Teresina, so The Day Journal, The City Journal and Journal of Piauí, all founded in 1951, by maintaining close links with political parties, groups and political factions were institutionalized in accordance with the interests of those politicians; and in practice, played a journalism/political partisan leanings. Based on this context, outlines is the goal of this thesis, which has the interest to understand the power relations and journalistic practices in newspapers of Teresina in the period from 1951 to 1954, when Pedro Freitas was governor of the state of Piauí by PSD. Through empirical research and the theoretical framework of discourse analysis and journalism makes it a historical approach to the emergence of newspapers Day, The City and Journal of Piauí and a discussion of the duties and mission of the press Teresina, at a time when journalists attempted to define the boundaries of the field, by requiring a specific set of standards of conduct and the existence of the code of ethics to regulate the profession. Thus, by virtue of the newspapers keep tuned editorial lines with different political parties, it is an analysis of the discursive battle waged by newspapers, The Day, The City and Journal of Piauí, around the image of Governor Pedro Freitas and representation political period in which the government of Piauí was under his administration. To this end, we sought to understand the system of rules that organized the camp stated that materialized appeared in editions of these newspapers and circulated in Teresina in the aforementioned period.

KEYWORDS : Press. Journalism. Journalistic practice. Power. Policy.

RESUMEN

Esta tesis, “Relaciones de poder y prácticas periodísticas en los diarios *O Dia*, *A Cidade* y *Jornal do Piauí*, de 1951 a 1954”, trata sobre las instituciones y prácticas periodísticas en Teresina a lo largo de dicho periodo. En la historia de la prensa brasilera es significativo el número de medios de comunicación usados por políticos. Ya en la década de 1950, cuando la prensa pasaba por un proceso de transición, del periodismo de tradición -opinativo y doctrinario, hacia un periodismo moderno-objetivo e informativo, muchos periódicos continuaban siendo creados por políticos, como instrumento de propaganda del partido, y de combate contra los adversarios. Con esta finalidad, en Teresina, los periódicos *O Dia*, *A Cidade* y *Jornal do Piauí*, fueron fundados en 1951, y manteniendo estrechos vínculos con los partidos, grupos y facciones políticas, fueron institucionalizados siguiendo los intereses de tales políticos. En la práctica, llevaron a cabo un periodismo partidista. El objetivo de esta tesis se traza en base a este contexto, teniendo por interés comprender las relaciones de poder y las prácticas periodísticas de los periódicos de Teresina en el periodo comprendido entre 1951 y 1954, cuando Pedro Freitas, del partido PSD, ocupó el cargo de gobernador del estado del Piauí. A través de la investigación empírica y del referente teórico del análisis del discurso y del periodismo, se realiza un abordaje histórico sobre la aparición de los diarios *O Dia*, *A Cidade* y *Jornal do Piauí*, y una discusión en torno a los deberes y a la misión de la prensa de Teresina, en un periodo en el que los periodistas pretendieron definir las fronteras de su ámbito, por medio de la exigencia de un conjunto específico de normas de conducta y de la existencia del código deontológico para regular la profesión. De esta manera, en virtud de que los periódicos mantuvieron líneas editoriales afines a diversos partidos políticos, se hace un análisis de la batalla discursiva librada por los diarios *O Dia*, *A Cidade* y *Jornal do Piauí*, en torno a la imagen del gobernador Pedro Freitas, y de la representación del periodo político en el cual el gobierno del Piauí quedó a cargo de su gestión. Con este fin, se ha buscado comprender el sistema de reglas que organizaron los enunciados que aparecieron materializados en las ediciones de dichos periódicos y que circularon en Teresina durante el referido periodo.

PALABRAS CLAVE: Prensa. Periódico. Práctica periodística. Poder. Política.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	— Inauguração da máquina Linotipo, modelo 31, nas dependências do Jornal <i>O Dia</i> , em junho de 1953.....	55
Figura 2	— Cabeçalho do jornal <i>O Dia</i> /abril de 1962.....	57
Figura 3	— Cabeçalho do jornal <i>O Dia</i> /maio de 1962.....	57
Figura 4	— Publicidade de <i>A Cidade</i>	63
Figura 5	— Diretores do jornal <i>A Cidade</i>	65

LISTA DE SIGLAS

- ABI — Associação Brasileira de Imprensa
- API — Associação Piauiense de Imprensa
- APJP — Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí
- APISP — Associação Profissional de Imprensa de São Paulo
- PSD — Partido Social Democrático Brasileiro
- PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
- PSP — Partido Social Progressista
- PL — Partido Liberal
- UDN — União Democrática Nacional
- UPES — União Piauiense dos Estudantes Secundaristas
- CER — Comissão de Estradas de Rodagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS EM TERESINA (PI) (1951-1954)	39
2.1	Os jornais escritos.....	42
2.1.1	<i>O Dia</i> : “Órgão independente, político e noticioso”	42
2.1.2	<i>A Cidade</i> : “Jornal político e de interesse do povo”	60
2.1.3	<i>Jornal do Piauí</i> : “Órgão independente, informativo e noticioso”.....	72
2.2	O papel da imprensa a partir da crítica da prática jornalística de Teresina.....	84
3	CULTURA JORNALÍSTICA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS TERESINENSES	112
3.1	Os jornalistas e sua circulação nas redações de jornais.....	114
3.2	Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí.....	125
3.3	“Eu” e o “outro”: construção da identidade profissional do jornalista através do discurso.....	139
4	NAS PÁGINAS DO JORNAL <i>O DIA</i>, O GOVERNADOR PEDRO FREITAS	152
4.1	Pedro Freitas: “para os grandes males, grandes remédios”.....	154
4.2	“Cuidado, senhor Governador”: Opinião e advertência abalizada pelos jornalistas de <i>O Dia</i> sobre a gestão do Pedro Freitas.....	169
4.3	O “jornal das multidões” nos bastidores da política.....	196
5	O GOVERNADOR PEDRO FREITAS NA MIRA DA OPOSIÇÃO: REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO PESSEDISTA NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE <i>A CIDADE</i>	223
5.1	“Desgoverno”, “anarquia” e “desonestidade” do governador Pedro Freitas na visão do jornal <i>A Cidade</i>	224
5.2	A representação dos problemas socioeconômicos do Piauí personificados na figura discursiva do governo Pedro Freitas.....	256
5.3	Jornal <i>A Cidade</i> e sua “campanha moralizadora” da administração estadual e da prática jornalística do <i>Jornal do Piauí</i>	267
6	O JORNAL DO PIAUÍ A SERVIÇO DO GOVERNO DO PSD	279
6.1	Governador Pedro Freitas: símbolo da recuperação econômica e financeira do Piauí.....	280
6.2	“Acima de tudo: Honestidade”: provas e esclarecimentos sobre a administração pessedista no <i>Jornal do Piauí</i>	294
6.3	‘Impressão desapaixonada’: a opinião do jornalista Cunha e Silva no <i>Jornal do Piauí</i> sobre o governo Pedro Freitas e a prática jornalística da imprensa de oposição.....	314
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	331
	REFERÊNCIAS	339

É evidente que se faz precisa especial disposição de espírito para ler um artigo de jornal do passado e julgá-lo corretamente. Só um historiador, impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo bem presentes as circunstâncias históricas em que se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenham provocado.

Danton Jobim (1960, p. 16).

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo, os jornais impressos vêm sendo utilizados como uma fonte de pesquisa privilegiada pelos estudiosos das diferentes áreas do conhecimento. Um dos motivos que impulsionam os pesquisadores a buscar essas fontes é a riqueza do material, considerando que neles é possível visualizar um arsenal de informações e uma variedade de conteúdos sobre a realidade social, econômica, política, cultural etc. Mesmo que a realidade social representada pelo discurso jornalístico não seja uma *mimese* do acontecido, o jornal impresso é um veículo importante para a obtenção da informação atualizada pelos leitores e empregada como fonte de pesquisa para a reconstrução do passado numa investigação científica.

O acontecimento jornalístico é construído discursivamente. Segundo Patrick Charaudeau (2006), a construção da notícia é resultado da captura do acontecimento pelo discurso, e este passa pelo filtro de um ponto de vista particular, de maneira que a realidade construída discursivamente depende do olhar lançado sobre ela pelos diferentes atores sociais. A produção de uma notícia, portanto, envolve vários relatos, narrativas, discursos que geram disputas de sentidos e interpretantes. Assim, por notícia, Patrick Charaudeau (2006) entende

[...] um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado. Um mesmo espaço temático: significa que o acontecimento, de algum modo, é um *fato* que se inscreve num certo *domínio* do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um *minirrelato* (CHARAUDEAU, 2006, p. 132, grifos do autor).

Na notícia são impressos “modos de dizer” que podem ganhar sentidos diferentes, dependendo do lugar onde é/foi produzido e por quem o produz. Logo, toda notícia é uma construção social. Entendida desta forma, mais do que tomar a notícia como um produto jornalístico pronto e acabado, faz-se necessário compreendê-la no contexto histórico-social e nas suas condições de produção. Tomando a notícia como objeto empírico, o analista do discurso, neste caso, o discurso jornalístico, se debruça sobre a tarefa de buscar na superfície do texto materializado nas páginas dos jornais as marcas, as pistas, os indícios deixados sobre os processos sociais de produção de sentidos (PINTO, 2002, p. 26). Pensar as matérias jornalísticas como construção é também levar em conta que as práticas jornalísticas são fundamentais no seu processo de produção, pois o discurso apresentado na matéria jornalística, antes de ser o retrato fiel do acontecido, é uma representação da realidade social que é fabricada, criada e delineada por um conjunto de enunciados que são permitidos de

serem ditos, de acordo com os interesses da linha editorial de cada jornal e no atendimento dos critérios de noticiabilidade e credibilidade correspondentes às condições históricas e sociais em que foram produzidos.

Partindo do exposto é que se delinea o tema de pesquisa, que tem por objetivo compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas nos jornais impressos de Teresina, no período de 1951 a 1954¹, período em que, no Piauí, os órgãos de imprensa ainda mantinham ligações muito estreitas com os partidos políticos. As matérias jornalísticas produzidas e publicadas nos jornais *O Dia*², *A Cidade* e *Jornal do Piauí* conferiram visibilidade pública ao fato político, constituído pela personificação da imagem do governo do Piauí, em torno do político Pedro Freitas³, do PSD, que assumiu a chefia do executivo estadual em 1951. Em virtude da complexidade do tema, faz-se necessário abrir um parêntese para explicar o que se entende por fato político piauiense, termo que será amplamente empregado nesta tese, e o contexto político e jornalístico em que surgiram os órgãos de imprensa *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*.

Em primeiro lugar, faz-se necessário compreender as permanências e as mudanças que ocorreram no campo jornalístico, ao longo da história da imprensa brasileira, sobretudo, nos anos 1950, quando se discutia a importância da objetividade e da imparcialidade como critérios indispensáveis para a produção das notícias. Analisando a história da imprensa brasileira no período de transição da pequena para a grande imprensa, no final século XIX e início do século XX, Nelson Werneck Sodré (1983) pontua o paradoxo vivenciado pelas empresas jornalísticas no contexto de instalação do capitalismo econômico no país. Entendendo a implementação da grande imprensa em conjunto com as transformações urbanas e sociais promovidas com a ascensão da burguesia e o avanço do capitalismo, o autor afirma que tais transformações que aconteceram no Brasil não foram suficientes para eliminar

¹ Inicialmente, o recorte temporal almejado para a tese correspondia a dois momentos políticos marcados pela mudança de partido no governo do Estado e a análise das matérias jornalísticas que davam visibilidade aos governantes, sendo eles: de 1951 a 1954, período correspondente ao governo do Pedro Freitas do PSD; e de 1959 a 1962, que correspondia ao governo do Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, eleito em 1958, pela coligação UDN-PTB. Esta proposta foi apresentada na versão da qualificação com três capítulos, defendida em setembro de 2012, quando apenas parte da pesquisa havia sido realizada. Todavia, depois de concluída a pesquisa de todas as edições dos jornais *O Dia* (de 1951 a 1954 e de 1959 a 1962), *A Cidade* (de 1951 a 1953), *Jornal do Piauí* (de 1951 a 1954 e de 1959 a 1962) e *Folha da Manhã* (de 1959 a 1962), foi necessário rever o recorte temporal e reduzi-lo ao período da administração do governador Pedro Freitas (1951-1954) em virtude, não só da quantidade de matérias jornalísticas pesquisadas, mas da densidade do conteúdo apresentado em cada uma das matérias consultadas, que tratavam especificamente sobre o governador Pedro Freitas e sobre a imprensa no Piauí.

² Nesta tese, o destaque em itálico será usado para os nomes dos jornais e conceitos utilizados.

³ Pedro de Almendra Freitas nasceu em José de Freitas em 1890, e faleceu em Teresina, em 1990. Era um comerciante e empresário da Casa Almendra. Como político, foi eleito governador do Piauí, em 1950, pela coligação PSD-PTB (GONÇALVES, 1993).

as relações estreitas existentes entre a imprensa e o poder político. A imprensa, que se estruturava como empresa capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político. Logo, a lenta mudança no âmbito da economia brasileira não provocou rupturas no poder que se manteve com conteúdo pré-capitalista; de maneira que a imprensa, ainda subordinada ao Estado e ao capital comercial, permaneceu como servidora de um poder, sobretudo, nas fases de inquietações políticas. Nesse período de transição da pequena para a grande imprensa, Nelson Werneck Sodré (1983) acentua que o comportamento mais perceptível na imprensa foi o surgimento de novos jornais de oposição política e/ou a compra da opinião do jornal para servir de veículo ao ideário de partido político.

Instalados como tribunas, os jornais de que políticos e/ou partidos políticos eram proprietários, ou haviam comprado a opinião na imprensa, reservavam certos espaços da página para publicar discussões e debates oriundos das disputas políticas partidárias. Mais do que noticiar os acontecimentos que irrompem e quebram a normalidade do cotidiano da vida política, os jornais tiveram como preocupação fundamental noticiar o *fato político*. Isto é, na primeira metade do século XX, a atenção dos jornalistas esteve voltada para os atos dos chefes políticos, o que Nelson Werneck Sodré (1983) denomina de *fato político*:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoal que assumem as campanhas; a necessidade de endeusar ou de destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, à do pasquim da primeira metade do século XIX, mas diferente no conteúdo. Esta distinção é que não tem sido percebida pelos historiadores, enganados pela semelhança formal que resulta da simples observação (SODRÉ, 1983, p. 277).

O quadro da imprensa apresentado por Nelson Werneck Sodré (1983) diz respeito ao período de transição do século XIX para o XX, compreendendo que as mudanças iniciais da economia, no molde capitalista, não foram acompanhadas no mesmo ritmo que as da esfera política. A política fincada em molde pré-capitalista contribuiu para que determinados grupos políticos oligárquicos e empresários dominassem os órgãos de imprensa e os dividissem, de acordo com os interesses políticos e econômicos do Estado e do capital comercial. A

imprensa, organizada como porta-voz dos grupos políticos, fez do tema político a tônica das matérias na velha República oligárquica.

Guardando as especificidades do espaço, do período e das condições históricas em que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* se estruturaram em Teresina, no início da década de 1950, a análise dos dados da pesquisa em torno das matérias publicadas nesses jornais revela com clareza muitos traços do quadro apresentado acima por Nelson Werneck Sodré (1983), no tocante ao fazer jornalístico no Brasil, no início do século XX, em virtude de as matérias jornalísticas publicadas pelos órgãos *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, nos anos de 1951 a 1954, terem sido amplamente preenchidas pelo fato político individualizado/personificado, em torno do governador Pedro Freitas (1951-1954), eleito pela coligação PSD-PTB em 1950.

Em segundo lugar, torna-se relevante explicar o contexto político que configura o recorte temporal desta tese, uma vez que ele abrange um período, aparentemente curto, de quatro anos, que corresponde ao governo de Pedro Freitas, de 1951 a 1954. Contudo, para além do período recortado, encontram-se frequentes referências ao quadriênio anterior, que corresponde ao governo do antecessor do governador Pedro Freitas, o médico José da Rocha Furtado⁴, utilizado pelos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* para atacar ou elogiar o governo do PSD.

É preciso entender que, com o processo de redemocratização brasileira de 1945, houve a estruturação dos partidos políticos, Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁵, em nível nacional. No Piauí, esses partidos políticos se organizaram a partir das divergências pré-existentes entre os membros da elite política local, que se dividiram entre os dois maiores partidos: PSD e UDN⁶. Foram estes dois partidos, ora um, ora outro, coligados ao PTB, que disputaram mais acirradamente as eleições, desde 1947, quando ocorreu em todo o território brasileiro e, por conseguinte, no Piauí, a primeira eleição para deputados estaduais e governador do Piauí. Nas eleições de 1947, o governo do Estado foi disputado pelos seguintes candidatos: o médico José da Rocha Furtado, pela UDN e pelo gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, pelo PSD. Dessa disputa,

⁴ José da Rocha Furtado nasceu em União (PI) em 1909 e faleceu em Fortaleza (CE) em 2005. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi eleito a governador do Piauí, em 1947, pela UDN (TITO FILHO, 1978; GOMES, 1993).

⁵ Foi dado destaque para o PSD, a UDN e o PTB pelo fato deles serem considerados pela historiografia brasileira como sendo os partidos políticos de maior representatividade no Brasil nas décadas de 1940 a 1960. Embora tenham sido criados outros partidos políticos no Brasil, a exemplo: PSP, PL, PR etc.

⁶ Sobre a formação da organização dos partidos políticos PSD, UDN e PTB no Piauí, ver: ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). *Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí*. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

saiu vitorioso o candidato apresentado pela UDN, o médico José da Rocha Furtado, que ocupou a chefia do Estado, no período de 1947 a janeiro de 1951.

Em três de outubro de 1950, era chegada a hora de a população piauiense escolher, outra vez, um novo governante para o Estado. Naquele ano, a disputa eleitoral foi encabeçada pelos dois maiores partidos, UDN e PSD. De um lado, estava a UDN que, desejando permanecer no poder estadual por mais quatro anos, lançou outro médico como candidato, Eurípedes Clementino de Aguiar⁷, apostando na sua larga experiência como político no Piauí, tendo sido, inclusive, um dos fundadores da UDN nesse Estado. Do outro lado, o PSD que, ainda inconformado pela perda eleitoral de 1947, firmou coligação partidária com o PTB, lançando a candidatura do comerciante Pedro Freitas, que pertencia à família Freitas, detentora de grande influência econômica e política no Estado. Nessa disputa eleitoral de 1951, o comerciante Pedro Freitas alcançou a vitória nas urnas, fato que marcou não só a mudança de partido à frente do executivo estadual, mas que acirrava ainda mais as disputas fervorosas e virulentas entre as agremiações PSD e UDN, através da imprensa.

Em 30 de janeiro de 1951, o candidato eleito pelo PSD, Pedro Freitas, assumia o governo do Estado para o quadriênio 1951 a 1954, tendo como vice-governador o político Tertuliano Milton Brandão⁸. Esse é o recorte temporal da pesquisa, na medida em que, neste mesmo ano, “coincidentemente”, surgem em Teresina os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*. Em 1951, apareceu o jornal *O Dia*, fundado pelo professor Raimundo Leão Monteiro, seguido do jornal *A Cidade*, idealizado por um grupo de políticos da UDN, e o *Jornal do Piauí*, criado pelo empresário e político Antônio de Almendra Freitas⁹, que era Presidente do PSD do Piauí e irmão do governador Pedro Freitas.

Transformadas em tribunas, as páginas desses periódicos serviram de palanque político e davam sustentação à batalha discursiva travada entre os proprietários dos jornais, que estabeleciam, nos seus veículos, linha editorial independente do partidarismo, ou assumiam as doutrinas udenista ou pessedista, orientando e controlando a produção dos

⁷ Eurípedes Clementino de Aguiar nasceu em Matões (MA) no dia 19 de janeiro de 1880 e faleceu em Teresina em 1953. Formado em Medicina pela Universidade Federal da Bahia, com doutorado em Paris. Na política, foi Intendente de Floriano (PI); eleito a governador do Piauí, em 1916; Deputado Estadual (1920-1923) e senador da República pelo Piauí (1924-1930). Atuou na imprensa piauiense como jornalista, sendo reconhecido pelo seu combativo e satírico. Disputou eleições para governador do Estado do Piauí nas eleições de 1950, porém, não obteve êxito (TITO FILHO, 1978, p. 47).

⁸ Tertuliano Milton Brandão nasceu em Pedro II (PI) em 1916 e faleceu em Brasília em 1985. Era agropecuarista e como político atuou como deputado estadual e vice-governador do Piauí e deputado federal (TITO FILHO, 1980).

⁹ Antônio de Almendra Freitas nasceu em José de Freitas (PI) em 1894 e faleceu em 1963. Foi Intendente Municipal de José de Freitas (PI) (1921 a 1928), Presidente do Diretório Regional do PSD e Secretário da Fazenda do Estado (GOMES, 1993)

discursos jornalísticos segundo os interesses partidários de cada um. Esta atitude permite compreender que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, além de serem porta-vozes dos partidos políticos que os fundaram, compraram ou arrendaram, também serviram como arma na luta política travada entre eles. Portanto, a pesquisa se inicia em 1951, pelo fato de que foi, também, neste ano, que os três jornais pesquisados apareceram, dando início a suas atividades jornalísticas em Teresina e, com exceção, do jornal *A Cidade*, permaneceram circulando até dezembro de 1954, quando se encerra a análise da produção de discursos jornalísticos construídos em torno do fato político individualizado na imagem do governador Pedro Freitas.

A partir da leitura das matérias jornalísticas publicadas nas edições que estão disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí, na cidade de Teresina (PI) e do aporte teórico selecionado, algumas questões foram conjecturadas como problemas de pesquisa, a saber: quais foram as estratégias utilizados pelos proprietários dos jornais para regular os discursos e as práticas jornalísticas desempenhadas nos diferentes órgãos de imprensa instalados em Teresina como instituição detentora do poder de fala autorizada? Quais os procedimentos de controle interno e externo que caracterizaram discursos produzidos pelos jornalistas, redatores e colaboradores dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, cujas linhas editoriais se definiam como independente, udenista e pessedista, respectivamente? Quais sentidos foram enunciados e materializados pelos jornais especificados, em torno da representação do governador do Piauí, o pessedista Pedro Freitas (1951-1954), a partir da orientação político-partidária da instituição jornalística? Tendo como ponto de partida essas questões, pretende-se compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas nos jornais impressos de Teresina-PI, no período de 1951 a 1954.

O *corpus* da pesquisa são, em especial, as matérias jornalísticas publicadas nas edições de *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, que circularam em Teresina no período de 1951 a 1954. A pesquisa empírica foi realizada no Arquivo Público do Estado do Piauí, em Teresina. Entretanto, nem todas as edições correspondentes ao período de 1951 a 1954 encontravam-se no acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí, bem como determinadas páginas ou edições não apresentaram condições de manuseio pelo pesquisador¹⁰. Tal fato, porém, não impediu a realização do estudo, em virtude da quantidade de matérias e a densidade que cada uma delas apresenta sobre o tema proposto para a tese. Ressalta-se ainda que, embora os

¹⁰ Foi realizada uma busca das edições que faltavam no Arquivo Público do Estado do Piauí na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro via solicitação por e-mail endereçado ao setor de Divisão de Informação Documental, em janeiro de 2013. Porém, lá também não foram encontradas.

jornais apresentem uma variedade de informações em suas páginas, desde matérias de cunho político e econômico, à coluna social, publicidade, coluna esportiva, dentre outros, a metodologia adotada para a leitura dos impressos foi a de dar atenção especial às matérias jornalísticas que se voltavam especificamente para a batalha discursiva existente entre os jornais, aquelas que discutiam sobre o fazer jornalístico e que apresentam o fato político piauiense personificado em torno do chefe do executivo estadual: o pessedista Pedro Freitas (1951-1954).

Também foi realizado um estudo sobre a história da imprensa no Brasil e a teoria do jornalismo. No tocante à história da imprensa do Brasil, buscou-se desde os clássicos aos livros mais contemporâneos, desde que tratassem sobre o período de transição da imprensa de caráter opinativo e doutrinário para o tipo de imprensa informativa. Do mesmo modo, os livros consultados foram de fundamental importância para a compreensão do processo de profissionalização dos jornalistas no Brasil, processo que foi acompanhado de perto pelos jornalistas do Piauí, desde os anos 1930 até os anos 1950. Entretanto, vale ressaltar que a leitura dos livros que tratam sobre a história da imprensa brasileira no século XX e que focalizam, principalmente, a imprensa carioca, serviu de instrumento para a análise das fontes de pesquisa e a reconstrução de um determinado momento da história da imprensa piauiense, sem interesse, porém, em fazer comparações no sentido de apontar semelhanças e diferenças entre o tipo de jornalismo que se fazia na região centro sul do país e o jornalismo piauiense.

Embora a historiografia da imprensa brasileira acabe, ao mesmo tempo, por abordar o jornalismo em terras tropicais, deve-se reconhecer que “imprensa” e “jornalismo” não são sinônimas um do outro¹¹. Por isto, a seleção de obras que tratam sobre teoria do jornalismo foi basilar para compreender a formação deste campo do saber, num período em que se buscava a sua autonomia em relação ao campo literário e político. A seleção dos livros que tratavam sobre história e teoria do jornalismo seguiu o critério de antiguidade de publicação da obra, privilegiando aquelas que foram editadas nos anos 1950 e 1960. Um dos motivos para a eleição deste critério ocorreu pelo fato de que os livros mais recentes sobre teoria do jornalismo tratam de um modelo e técnica jornalística bem (ou, às vezes um pouco) diferente daquela praticada nos anos cinquenta do século XX. Todavia, livros de publicação mais recente não ficaram de fora da consulta. Primeiro, porque embora a data fosse mais recente, o

¹¹ Citando Jorge Cláudio Ribeiro, autor do livro “Sempre alerta”, os autores Antonio Hohlfeldt e Rafael Rosinato Valles (2008, 59) diferenciam jornalismo, imprensa e empresa jornalística da seguinte forma: “o jornalismo como conjunto de técnicas, saber e ética voltado para captação de informações; imprensa como divulgação periódica de notícias, feita normalmente através de jornais e revistas; e empresa jornalística como estrutura econômica destinada à comercialização do material impresso [grifos dos autores]”. Contudo, vale frisar que Nilson Lage (1987, p. 58), em seu “vocabulário crítico” aponta que a imprensa é o mesmo que jornalismo.

tema abordado pelo autor tratava do jornalismo do final do século XIX e do século XX. Segundo, desde que o conceito de jornalismo discutido por um autor ajudasse a entender as diferenças entre os gêneros e o processo de construção da identidade profissional dos jornalistas, eles foram acionados, na medida que atendiam aos objetivos da pesquisa e, de alguma forma, contribuía para a análise do material de pesquisa, a exemplo do autor Nelson Traquina.

Devido à complexidade do conceito de jornalismo, não se pode reduzir seu entendimento a um único autor. Por isso, outros conceitos foram buscados no referencial teórico sobre o jornalismo. Entre os autores estudados, vale destacar o conceito de jornalismo apresentado por F. Fraser Bond (1962, p. 15), que o entende como “todas as formas nas quais e pelas quais as notícias e seus comentários chegam ao público”. Ao mesmo tempo o F. Fraser Bond (1962) explica que a definição de jornalismo pode diferir de acordo com o ponto de vista de cada um, a exemplo dos “cínicos”, que veem o jornalismo como um comércio; ou ainda dos “idealistas”, para quem o jornalismo representa uma responsabilidade e um privilégio.

Luiz Beltrão (1960, p. 51) constrói o conceito de jornalismo tendo como ponto de partida as características do próprio campo e os atributos indispensáveis para o jornal e para o jornalista, sendo elas: a variedade, a atualidade e a interpretação. Nesse sentido, para Luiz Beltrão (1960), o jornalismo pode ser entendido como “a informação de fatos correntes, de acontecimentos registrados em qualquer setor da vida social, em qualquer parte do universo, em despertar os interesses dos homens reunidos em sociedade”. Compreendendo que o jornalismo não é uma atividade isolada e que a sua existência está sempre ligada à vida social, Luiz Beltrão (1960) aponta que o objetivo do jornalismo é difundir conhecimentos, opinar para debater, advertir e orientar a opinião pública, para que esta, informada e consolidada, promova o bem comum.

Numa versão mais contemporânea do que seja o jornalismo, Nelson Traquina (2005, p. 19) o entende como “uma atividade criativa, plenamente demonstrada, de forma periódica, pela invenção das novas palavras e pela construção do mundo em notícias, embora seja uma criatividade restringida pela tirania do tempo, dos formatos, e das hierarquias superiores, possivelmente do próprio dono da empresa”. Não obstante, Nelson Traquina (2005) ainda propõe a definição de jornalismo como a realidade ou ainda a vida dividida em várias seções, que vão desde a sociedade, economia, a ciência, a educação, a arte etc., ou seja, a vida em todas as suas dimensões.

A par desses conceitos, arrisca-se a afirmar que o jornalismo é um campo de saber regulado por um conjunto de normas técnicas e editoriais e por preceitos jurídicos, éticos e morais que determinam as possibilidades e os limites dos sujeitos que produzem o discurso jornalístico com a pretensão de apresentá-lo ao leitor como uma verdade através dos jornais. Sem perder de vista os interesses da coletividade, vale destacar ainda que o jornalismo é determinado pelas condições históricas em que ele se apresenta, podendo até sofrer alterações, a partir do contexto político e do *lugar* social em que ele é praticado. Daí, uma questão complexa se apresenta para o jornalismo piauiense do período recortado para o estudo: como definir o gênero de um tipo de jornalismo que se pretende informativo e objetivo, mas que não deixou de ser opinativo e imparcial, quando se verifica que, naquele período, os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* viviam da publicidade ou, efetivamente, eram sustentados por políticos ou partidos políticos, no caso dos dois últimos citados.

Em torno do problema, José Marques de Melo (1985, p. 15) apresenta um questionamento esclarecedor: “Até que ponto o *jornalismo informativo* efetivamente limita-se a informar e até que ponto o *jornalismo opinativo* circunscreve-se ao âmbito da opinião? [grifos do autor]”. Para o autor, a distinção entre um e outro corresponde ao artifício profissional e também político. O artifício profissional compete ao limite que o jornalista se move, entre o dever de informar e o poder de opinar, que é, ou não, concedido pela instituição jornalística em que o jornalista atua. No tocante ao político, ao qual José Marques de Melo (1985) atribui um sentido histórico, apontando que, em diferentes contextos, o editor burla a vigilância do Estado e/ou do leitor para se mostrar informativo, enquanto, na prática, apresenta vieses e conotações sobre o assunto abordado. José Marques de Melo (1985, p. 16) defende que “narrar os fatos e expressar ideias segundo os padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não altera fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade que tem acesso ao universo temático e conteudístico manufaturado continuamente”.

Apesar de esclarecedora, a proposição defendida por José Marques de Melo (1985) não encerra a questão da classificação do discurso jornalístico publicados pelos jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*, no período de transição do jornalismo de tradição para o jornalismo moderno, uma vez que eram tanto informativos, quanto opinativos e políticos partidários. Sendo assim, pode-se avaliar que se encontra, no livro *Iniciação à filosofia do jornalismo*, de Luiz Beltrão (1960), um entendimento para a classificação do jornalismo que melhor se aproxima do jornalismo piauiense dos anos 1951 a 1954, que se definia a partir da prática e que ganhava forma na medida em que foi materializada nas páginas de *O Dia*, *A*

Cidade e o Jornal do Piauí, que é o conceito de “jornalismo eclético” e “jornalismo ideológico”.

Luiz Beltrão (1960) propõe que a nomenclatura mais adequada para o “espírito” do jornalismo moderno seria o de “jornalismo eclético” e/ou o “jornalismo ideológico”, e não o de jornalismo de informação e/ou de opinião. Defendendo a ideia de que toda e qualquer frase jornalística inclui um juízo, o autor entende que a diferença existente na classificação do jornalismo deve ser de grau e não de natureza. Sendo assim, o autor define o jornalismo eclético como “aquele que não subordina os seus juízos a uma determinada doutrina, registrando os acontecimentos e como que neles pondo as inferências acaso extraídas”; enquanto o jornalismo ideológico é “aquele que possui um complexo de ideias que visa difundir e, sob cujo crivo, faz passar todos os seus julgamentos e opiniões” (BELTRÃO, 1960, p. 79). O autor considera que qualquer órgão de informação subordina as suas conclusões sobre os fatos aos princípios adotados pela linha editorial na promoção da opinião pública. Deste modo, no primeiro caso, o do jornalismo eclético, o “comentário foge a qualquer rigidez ideológica, variando de acordo com as tendências ou exigências do público num determinado contexto histórico”; diferente do jornalismo ideológico, em que “a predominância é a da orientação clara, direta, inflexível, apaixonada e, por vezes, agressiva” (Id. Ibid.).

O conceito de jornalismo eclético, esboçado por Luiz Beltrão (1960), se aproxima do tipo de jornalismo praticado pela redação de *O Dia*, jornal que se intitulava como “independente”, “noticioso” e “político”. Por outro lado, o conceito de jornalismo ideológico, até se aplicaria à redação dos jornais *A Cidade e Jornal do Piauí*, que declararam sua filiação a um partido político e, por conseguinte, defendiam a doutrina de seus respectivos partidos, UDN e PSD. Entretanto, o termo “ideológico” não seria adequado para o caso do jornalismo piauiense se, de fato, como assevera A. Tito Filho (1994), não havia mais, a partir de 1950, jornais ideológicos em Teresina, mas panfletários em favor dos seus partidos.

Há ainda outra possibilidade de enquadramento do tipo de jornalismo que se praticava no Piauí, nos anos 1951 a 1954, que é o jornalismo político partidário. Conforme Francisco Rüdiger (1993), o jornalismo político partidário surge no Brasil no século XIX, a partir do momento em que os partidos políticos encarregavam-se de montar suas próprias oficinas de impressão e lançavam periódicos sob sua responsabilidade. Rüdiger (1993) pontua o terceiro quartel do século XIX como sendo o período em que a imprensa brasileira recebeu uma organização editorial e consolidou uma racionalidade de funcionamento com o surgimento das redações de jornais propriamente ditas. Na medida em que os políticos foram assumindo,

progressivamente, a função social de jornalistas; o jornalismo “ganhou, com a forma político-partidária, um conceito, tornando-se meio de formação doutrinária da opinião pública” (RÜDIGER, 1993, p. 25).

Em seu estudo sobre as tendências do jornalismo no país, Francisco Rüdiger (1993, p. 24) defende que a classe política brasileira, do século XIX, transformou a imprensa em “agente orgânico da vida partidária”, tendência que continuou sendo uma constante no Brasil no século XX, principalmente, quando se analisa a conjuntura política, social, econômica e cultural do país, que contribuiu para que o jornalismo, durante muito tempo, continuasse sendo uma atividade precária e feita por diletantismo, numa realidade histórica em que a maioria da população ainda era analfabeta ou com pouca escolaridade e de baixo poder aquisitivo. Nesse quadro, o referido autor (op. cit.) considera que o jornalismo político partidário constituiu a ideia de que o papel dos jornais deveria ser essencialmente opinativo e dedicado a veicular a doutrina dos partidos políticos na sociedade, a fim de conduzir a opinião pública. Afirma ainda o estudioso que os políticos que montavam as oficinas de jornais, no século XIX, “não visavam o lucro, mas a doutrinação da opinião pública” (RÜDIGER, 1993, p. 28).

O modelo de jornalismo político partidário do qual Francisco Rüdiger (1993) trata, permaneceu, segundo o autor, como uma tendência do jornalismo brasileiro, por um longo tempo, atravessando décadas do século XIX e século XX. Tendo como referência o Rio Grande do Sul, o autor considera que o jornalismo político partidário entrou em declínio na década de 1930, visto que a implantação do Estado Novo e a abolição dos partidos políticos culminaram com o fechamento de vários jornais gaúchos.

Na década de 1950, já no contexto da redemocratização brasileira, pode-se notar que oficinas de jornais foram montadas por partidos políticos ou políticos, para servir de arma política e de instrumento de orientação da opinião pública. Em Teresina, como já foi dito, em 1951 foram instalados os jornais *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, fundados, respectivamente, por políticos filiados à UDN e ao PSD. Mesmo *O Dia*, que não foi fundado por nenhum partido, deixou registrado em seus discursos a parcialidade da linha editorial do jornal na apreciação do fato político piauiense. Com isso, pode-se afirmar que o tipo de jornalismo praticado em *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* apresentam traços do jornalismo, tanto do tipo eclético, como define Luiz Beltrão (1960), quanto ao político partidário, como propõe Francisco Rüdiger (1993). Até porque, como afirma Luiz Beltrão (1960, p. 74), “os veículos de comunicação ‘independentes e noticiosos’ dos nossos dias não renunciam ao direito de opinar, salvo quando exageradamente mercenários; ao mesmo passo, os órgãos predominantemente

opinativos, têm de ser imparciais e exatos nos relatos, dos quais extraem as suas deduções doutrinárias, porquanto, conforme o axioma da profissão – a informação é sagrada, mas o comentário, livre”.

As matérias jornalísticas foram utilizadas não como documento/prova para confirmar ou refutar hipóteses, mas como documento/monumento. Entendem-se os observáveis da pesquisa como documento/monumento por avaliar que as matérias jornalísticas possibilitam acessar um conjunto de relações de forças, de poder, que tiveram influência na sua produção. De acordo com Michel Foucault (2010, p. 8), “a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos”. Com isto, pretende-se afirmar que em termos metodológicos foi realizada a crítica dos documentos buscando trabalhar no seu interior e elaborá-lo.

Considerando que o discurso jornalístico materializado no jornal é um produto social, entende-se que a matéria jornalística tem que ser vista sob a perspectiva do contexto histórico e das condições de produção na qual foi fabricada, construída, narrada e publicada nos jornais. Jacques Le Goff (1996), concordando com Michel Foucault, afirma que é necessário desmontar o documento e revelar seu caráter de monumento, pois “o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.” (LE GOFF, 1996, p. 538).

A teoria e a metodologia adotadas para a compreensão das relações de poder e das práticas jornalísticas é a da análise do discurso. A par da ampla discussão teórica sobre a análise do discurso, dar-se-á preferência aos conceitos elaborados por Michel Foucault (2009; 2010), tais como: discurso, poder, práticas discursivas, formação discursiva, regimes de verdade, por exemplo, na tentativa de compreender como se deu o uso dos jornais no campo das disputas pelo poder no discurso e a “[...] compreensão dos próprios jornalistas sobre os controles discursivos que afetam as práticas de produção de notícias” (MAROCCO, 2010). Do mesmo modo, as proposições defendidas por Michel Foucault (2009; 2010) não tratam diretamente sobre os meios de comunicação, a sua proposição teórica oferece ampla possibilidade para interpretar e analisar os discursos jornalísticos e os procedimentos de controle no processo de produção das matérias jornalísticas.

Toda relação social é atravessada por relações de poder. A assertiva foi extraída da concepção de poder elaborada por Michel Foucault (2007a) no livro *Microfísica do poder*, no qual o autor focaliza o poder enquanto prática e é percebido no âmbito do micro e macro das relações sociais. Analisando o poder como prática social, Michel Foucault (2007a, p. 174) procura entender “quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variadas”. É nesse sentido que se pretende estudar como se estabeleceram os mecanismos de poder no âmbito da redação dos jornais escritos de Teresina, entre 1951 e 1954, uma vez que os discursos jornalísticos publicados pelos jornalistas foram produzidos dentro de uma instituição e foram regularizados por uma complexa rede de poderes que abrange os jornais e se estende, para além dele, através de uma rede de instituições sociais. Michel Foucault (2007a, p. 183) reitera que o poder não pode ser analisado apenas como um “fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre a outra”, mas:

[...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas, estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido no poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que se faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2007a, p. 183).

A concepção de poder proposta por Michel Foucault (2007a) coloca em evidência as relações entre os indivíduos, mesmo quando o poder se configura no âmbito das instituições, das ideologias e das leis. Supondo que o exercício de poder acontece sempre onde existe uma ação sobre outra ação, propõe-se entender como se estabeleceram as relações de poder nos órgãos de imprensa de Teresina, *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*. Organizados hierarquicamente em proprietários dos jornais, diretores, editores, jornalistas, redatores etc., os sujeitos que circulavam na redação dos jornais exerceram e sofreram os efeitos do poder. Assim, desde que inseridos numa prática discursiva, os jornalistas atuam, a partir de uma

regularidade de enunciados, que foram definidos pelo campo jornalístico, pelas instituições jornalísticas e pela linha editorial determinada pela orientação político partidária.

Embora o campo do jornalismo não tenha sido, em qualquer hipótese, objeto de análise do filósofo Michel Foucault (2009) em *A ordem do discurso*, sua análise permite compreender que, em vários momentos históricos, é possível reconhecer alguns dos procedimentos que visam ao controle e à limitação da produção do discurso. Dentre eles, Michel Foucault (2009) analisa os procedimentos *externos* ao discurso e que funcionam como sistema de exclusão, sendo eles: a *interdição*, a *separação* e a *vontade de verdade*. Cada um desses procedimentos, ao seu modo, tem a função de conjurar seus poderes e seus perigos e dominar seu acontecimento aleatório da produção. Dos três procedimentos de controle *externo* ao discurso, apontado por Michel Foucault (2009, p. 9), para os fins deste estudo, vale destacar a *interdição* e a *vontade de verdade*. A *interdição* porque é o procedimento que determina que, num discurso, não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo e em qualquer circunstância e não se pode falar qualquer coisa. E a *vontade de verdade* porque, apoiada num suporte institucional, ela é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um compacto conjunto de práticas e pelo modo como o *saber* é aplicado em uma sociedade. Assim, a *vontade de verdade* acompanha a *vontade de saber*, a qual impõe ao sujeito cognoscente certa posição, certo olhar e certa função, bem como prescreve o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis (FOUCAULT, 2009 p. 16).

Ainda vale salientar os procedimentos de controle *internos* ao discurso e que funcionam, segundo Michel Foucault (2009), como princípios de classificação, ordenação e distribuição. Os procedimentos *internos* são aqueles que partem do próprio discurso e estão submetidos à outra dimensão do discurso, que é a do *acontecimento* e do *acaso*. Em torno desses princípios de rarefação do discurso, Michel Foucault (2009) estabelece o *comentário*, o *autor* e a *disciplina* para as funções restritivas e coercitivas existentes no interior do discurso. Os dois primeiros, o *comentário* e o *autor*, se complementam e limitam o *acaso* da aparição do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teriam, respectivamente, a forma da *repetição* e do *mesmo*, bem como a forma de *individualidade* e do *eu*. Em oposição ao princípio do *comentário* e do *autor*, Michel Foucault (2009) pontua a *disciplina* que se define por “um conjunto de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições técnicas e de instrumentos” (FOUCAULT, 2009, p. 36), limites necessários para a aceitação do “verdadeiro”, dentro de uma determinada disciplina. Assim como os outros princípios, a *disciplina* tem função restritiva e coercitiva, na

medida em que, pelo jogo da identidade que tem a forma de uma realização permanente das regras, controla o discurso dando possibilidade de se dizer o “verdadeiro”, senão obedecendo as regras de uma “polícia” discursiva. Para Michel Foucault (2009, p. 33), é no interior dos limites de cada disciplina que se reconhece proposições verdadeiras e falsas, porque o “erro” só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida.

Apesar de longa, a explanação sobre os procedimentos de controle *externos e internos* ao discurso se faz necessária, por considerar que o discurso jornalístico, como qualquer outro discurso, configura-se como instâncias de saber sobre os sujeitos. Assim, partindo do princípio de que há regras impostas que controlam a produção discurso num determinado campo de conhecimento, ou *disciplina* como define Michel Foucault (2009), é preciso que os sujeitos qualificados à sua produção estejam inseridos na ordem do discurso. Michel Foucault (2009) ainda sintetiza a imposição de regras aos sujeitos do discurso em: os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais. Destes, pretende-se abordar apenas a *doutrina* (religiosa, política, filosófica) como um dos procedimentos de sujeição, tanto do sujeito quanto do discurso a um conjunto específico de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, ou seja, “dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos aos grupos, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (FOUCAULT, 2009, p. 43). Ao mesmo tempo em que a *doutrina* liga os indivíduos a certos tipos de enunciação, ela também os afasta de todos os outros. Considerando que o sujeito do discurso enuncia a partir da formação discursiva na qual está inserido, a noção foucaultiana de doutrina possibilita conceber que os jornalistas de Teresina regularam suas práticas por uma ordem do dizível definidas no interior das lutas políticas partidárias, principalmente do PSD ou da UDN, partidos que sustentavam os jornais e lhes impunham regras e técnicas propriamente jornalísticas.

É na obra *Arqueologia do saber* que Michel Foucault (2010) especifica com mais consistência um método de investigação, com o objetivo de entender a ordem interna que constitui um determinado saber. Nesta obra, Michel Foucault (2010) centra seu interesse de análise no discurso real, pronunciado e materializado e propõe uma leitura arqueológica dos documentos, entendidos como monumentos. Tal perspectiva de método de análise do discurso é pensada por Michel Foucault (2010) como sendo a possibilidade de se buscar as regras de formação do discurso, as regras que tornaram possíveis a sua existência em determinado tempo e espaço. A partir da crítica do documento podem ser encontradas as regras em processos de descontinuidades e dispersa nos níveis dos enunciados, uma vez que sua materialidade é sempre de ordem institucional e se organiza numa estrutura de poder. Nesse

sentido, Michel Foucault (2010, p. 132) dá um sentido pleno à definição do discurso, como sendo um conjunto de enunciados que se apoiam numa mesma formação discursiva e que é constituído de um número limitado de enunciados, os quais podem ser definidos por um conjunto de condições de sua existência. Por isto, o discurso é histórico e corresponde às transformações e aos modos específicos de sua temporalidade.

Nesse sentido, o conceito de *formação discursiva*, proposto por Michel Foucault (2010), no livro *Arqueologia do saber*, é crucial para a análise das práticas jornalísticas exercidas nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*. A regularidade dos enunciados, Michel Foucault (2010) denomina de *formação discursiva*, por se tratar de

regras de formação [grifo do autor] as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em dada repartição discursiva (FOUCAULT, 2010, p. 43).

O conceito de *formação discursiva* é acionado para entender as práticas dos jornalistas dentro de um campo do saber, o jornalístico, onde há regularidades, procedimentos que permitem que o jornalismo se configure como um campo discursivo. Neste sentido, faz-se ainda necessário recorrer às palavras de Michel Foucault (2009, p. 24) em “A ordem do discurso” quando advoga que a produção do discurso é “[...] ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Partindo desse pressuposto, compreende-se que o processo de produção e circulação da notícia produzida pelos jornalistas seguiu um processo de seleção da informação e do tema a partir do lugar de fala e dos procedimentos de controle discursivo nos quais os jornalistas se encontraram inseridos.

As proposições teóricas de Michel Foucault (2009; 2010) são de vital importância para este trabalho, visto que se pretende analisar, não apenas os discursos jornalísticos que abordam o fato político piauiense e a ligação dos jornais de Teresina com os partidos políticos, mas compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas enquanto produtoras de discursos gerados por um saber, o jornalismo. Embora reconheça a importância das proposições teóricas e metodológicas do filósofo Michel Foucault (2009; 2010) para entender as condições de produção de discurso e sua regularidade, não se pretende engessar a tese em torno de seus conceitos. Antes, a teoria foucaultiana permeia todo o texto, sendo

acionada sempre que necessário, até porque se trata de um estudo em torno do discurso jornalístico, suas regularidades e as relações de poder em seu entorno.

Não obstante, também são acionados alguns conceitos propostos por Pierre Bourdieu (2006; 2005), sobretudo, no sentido da relação entre os campos político e jornalístico, bem como a noção de poder simbólico. Para o sociólogo francês “o campo jornalístico produz e impõe uma visão inteiramente particular do campo político, que encontra seu princípio na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas que vão se engendrando” (BOURDIEU, 1998, p. 95). Assim, considerando a importância das suas proposições teóricas para os estudos do jornalismo, são contemplados os conceitos de *campo* e de *capital simbólico*, visto que os jornais de Teresina são entendidos como *lugares* onde ocorrem as lutas simbólicas pelo poder de fala legítima e autorizada pelo saber jornalístico.

Reconhecendo a face simbólica do poder, Pierre Bourdieu (2006) afirma que a existência do poder simbólico acontece na sua reprodução feita por intermédio das instituições e das práticas sociais, podendo ser exercido de acordo com os interesses daqueles que o praticam, desde que obedeça a determinados interesses e cumplicidades. Desse modo, o conceito de *capital simbólico* é tomado como uma medida de prestígio que cada instituição jornalística busca como um campo do saber estabelecido. Uma vez montada uma batalha discursiva e luta simbólica pelo poder de fala entre os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, estes buscavam galgar prestígio e se colocar como lugar privilegiado de fala sobre o fato político piauiense e veículo da verdade dos fatos. Organizadas em imprensa independente, oposicionista e/ou governista/situacionista do governo do Estado, as instituições jornalísticas buscaram, via discurso jornalístico, o reconhecimento e o domínio da verdade em torno da luta simbólica travada entre os jornais.

É a partir deste momento que se percebe, de forma acentuada, a batalha discursiva armada no campo do jornalismo, que, de forma desvelada, os jornalistas corroboram para a produção de sentido veiculada através dos discursos políticos propostos pelas duas maiores agremiações políticas daquele período, PSD e UDN, conforme os interesses dos grupos. Esse fato pode ser entendido, à luz das palavras de Pierre Bourdieu (2006, p. 12), quando explicita que “[...] os ‘sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de *especialistas* e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo [...]. [grifos do autor]”.

Estruturadas como instituições jornalísticas, os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, tiveram a atribuição de fortalecer ou condenar a imagem do governo

udenista/pessedista, bem como a de ser porta-voz dos partidos políticos mantenedores do(s) periódico(s) e que faziam de suas páginas espaço reservado para a produção da representação pessoal do governador Pedro Freitas (PSD). Isto ocorria, principalmente, a partir de uma teia discursiva construída ao longo dos discursos jornalísticos, no sentido de criar prestígio/desprestígio, fama/difamação, reputação etc., que é “[...] a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital [...]” simbólico (BOURDIEU, 2006, p. 134).

Nesta perspectiva, a tese encontra-se estruturada em cinco capítulos, os quais serão apresentados ao mesmo tempo em que se esboçam os objetivos deste estudo. O primeiro capítulo, intitulado “Instituição e práticas jornalísticas em Teresina (PI) (1951 a 1954)”, foi organizado em dois tópicos, a saber: “2.1 Os jornais escritos” e “2.2 O papel da imprensa a partir da crítica da prática jornalística de Teresina”. O primeiro tópico teve por interesse caracterizar os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, que circularam em Teresina no período em estudo, sendo todos eles fundados em 1951. Assim, buscou-se apresentar os fundadores desses jornais, a linha editorial de cada um e como os jornais foram se organizando como instituições jornalísticas norteadoras de uma *prática discursiva* tendo como referência sua postura política partidária, ao longo dos subtópicos organizados em: “2.1.1 *O Dia*: ‘Órgão independente, político e noticioso’”, “2.1.2 *A Cidade*: ‘Jornal político e de interesse do povo’” e “2.1.3 *Jornal do Piauí*: ‘Órgão independente, informativo e noticioso’”. No segundo tópico, faz-se uma análise das instituições e da prática jornalística de Teresina, no período de 1951 a 1954, optando-se por dividir a imprensa em “governista/situacionista” e “oposicionista”. Assim, a partir da promulgação do que era permitido e/ou interdito ao jornal e ao jornalista na produção do discurso, o papel e a missão da imprensa era estabelecido concomitantemente, a fim de regular o excesso do partidarismo na abordagem do fato político piauiense.

Traçado um histórico do aparecimento dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* e elaborada a discussão em torno dos deveres e da missão da imprensa de Teresina, avaliou-se a importância de apresentar quem eram os “homens de imprensa” ou os profissionais da escrita jornalística de Teresina no recorte temporal pesquisado. Nesse intuito, buscaram-se as matérias que constavam a assinatura do jornalista, para depois disso, pesquisar a formação acadêmica, escolar e a filiação política partidária de cada um deles. Um problema que se apresentou inicialmente foi em torno da denominação a ser empregada para os sujeitos que escreviam para os jornais, uma vez que muitos deles trabalhavam no jornal como diletantes, como colaboradores e como correspondentes, sem que fossem devidamente assalariados.

Todavia, partindo da definição de que o jornalista é a “pessoa que escreve num jornal”, mesmo que a definição possa soar insatisfatória para Philippe Gaillard (1974), na presente tese, os sujeitos que escreveram e publicaram matérias nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* serão chamados de jornalista. A tomada de decisão se fez por dois motivos: em primeiro lugar, em virtude de não ter encontrado, ao longo da pesquisa, um documento ou uma fonte segura de informação que apontasse nominalmente quem eram os editores, repórteres, redatores, colaboradores e correspondentes, para que a devida diferença fosse estabelecida. E, em segundo lugar, foi descartada a ideia de chamar os sujeitos que escreviam para os jornais de “redatores”, por considerar que equivaleria ir na contramão do desejo dos próprios jornalistas que, à época, buscavam ser reconhecidos como tais; quer discursivamente, quer por meio da posse da Carteira Social de Jornalista.

Avaliando essa questão, o segundo capítulo foi dedicado à análise do processo de profissionalização do jornalista no Piauí. Com o título “Cultura jornalística e identidade profissional dos jornalistas teresinenses”, o segundo capítulo se organiza em torno de três tópicos. O tópico “3.1 Os jornalistas e sua circulação pelas redações de jornais” aponta que a maioria dos jornalistas de Teresina era formada por jovens bacharéis, estudantes secundaristas e políticos, que ingressaram nos jornais para o exercício da escrita e da política. Da mesma forma, aponta que o ingresso ou a saída de um jornalista da redação dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* seguia, quase sempre, o critério de afinidade que mantinham com a linha editorial definida pela orientação política partidária. No tópico “3.2 Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí”, faz-se uma abordagem histórica de como se deu o processo de profissionalização dos jornalistas, no Piauí, através da criação das associações representativas da classe: a Associação Piauiense de Imprensa, em 1933, e a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí, em 1953. Por último, o tópico “3.3 ‘Eu’ e o ‘outro’: construção da identidade profissional do jornalista através do discurso”, que apresenta a discussão dos jornalistas na busca de uma definição das fronteiras do campo, por meio da exigência de um conjunto específico de normas de conduta e da existência do código deontológico para regulamentar a profissão.

Considerando que a(s) atitude(s) (políticas, filosóficas, sociais, culturais e religiosas) é(são) fator(es) determinantes, no processo de produção das notícias, tornou-se necessário compreender como um grupo de intelectuais que atuavam nas redações dos jornais impressos de Teresina foram se constituindo enquanto um grupo social - os jornalistas - que reivindicam um monopólio do saber - a notícia - veiculando informação através da imprensa e se definindo/constituindo de acordo com as marcas políticas do jornal e da própria vinculação

destes aos partidos políticos. Assim, os dois primeiros capítulos foram arquitetados na medida em que se considerava importante para entender, primeiro, como as instituições jornalísticas estabeleceram uma prática discursiva afinada com os interesses dos partidos políticos UDN e PSD, e quem eram os jornalistas, sujeitos produtores dos discursos, compreendidos como um conjunto de enunciados limitados, controlados e determinados pela formação discursiva (FOUCAULT, 2010). Partindo do princípio de que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* são instituições jornalísticas e de que os discursos possuem um suporte histórico e institucional, é que se pretende, então, analisar como o fato político piauiense, personificado em torno da figura discursiva do governador Pedro Freitas, ganhou ampla visibilidade nas páginas desses jornais, e ainda que sentidos foram construídos nas matérias em torno da ação e da imagem do governador Pedro Freitas, objetivo que abordado nos demais capítulos da tese.

Deste modo, os três últimos capítulos privilegiam a análise da batalha discursiva travada pelos jornais, *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, em torno da imagem do governador Pedro Freitas e da representação do período político em que o governo do Piauí ficou sob sua administração, isto é o quadriênio 1951 a 1954. Sendo a matéria jornalística um discurso construído sobre a *realidade*, é necessário compreender as *leis* e as *regras* que organizaram o campo de enunciados que apareceram materializadas nas edições que circularam nos jornais. Os três últimos capítulos foram estruturados no sentido de dar atenção aos periódicos *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* quanto à produção dos discursos de cada um deles, levando em conta as relações de poder e o ponto de vista da linha editorial, que orientava a prática discursiva de cada órgão.

O terceiro capítulo, intitulado “Nas páginas do jornal *O Dia*, o governador Pedro Freitas” tem o objetivo de acompanhar a prática discursiva desse jornal, ao longo dos quatro anos de governo do Pedro Freitas e perceber que sentidos foram construídos por sua equipe de redação, em torno da imagem do governo e do governador pessedista, considerando que o jornal *O Dia* era o único jornal, entre os três, que não pertencia a partidos políticos. Na busca de atender esse objetivo, o capítulo foi organizado em três tópicos. O primeiro tópico, “4.1 Pedro Freitas: ‘para os grandes males, grandes remédios’”, apresenta a postura do jornal *O Dia* de colaborar com o governador Pedro Freitas, por meio da publicação de matérias elogiosas e carregadas de conselhos, sobre uma boa administração pública. Esta postura permanece, ao longo das edições publicadas até o final do ano de 1951, quando então se nota uma mudança da postura do jornal sobre o fato político em 1952. O segundo tópico “4.2 ‘Cuidado, senhor Governador’: Opinião e advertência abalizada pelos jornalistas de *O Dia*”

sobre a gestão do Pedro Freitas” se propõe a analisar matérias publicadas em *O Dia*, a partir de 1952, período em que o jornal deixa de tecer elogios ao governador Pedro Freitas por sua conduta de probidade administrativa e acertos nos negócios do Estado e passa a produzir discursos de advertência que evidenciam os equívocos cometidos pelo governador. Esta postura torna-se mais firme nos anos de 1953 e 1954, quando o jornal não só faz advertências ao governador Pedro Freitas, mas publica matérias, geralmente assinadas por pseudônimos¹², com o interesse de representá-lo como um “administrador incapaz” de resolver os problemas socioeconômicos e financeiros do Piauí. No terceiro tópico, “4.3 O ‘jornal das multidões’ nos bastidores da política”, são analisados os discursos jornalísticos que denunciam o não apartidarismo de *O Dia* e que colocam, inclusive, em xeque sua linha editorial de “independente” e “noticiosa”. Além desta questão, é evidenciada a postura de *O Dia*, em 1954, ano de eleição para governador do Estado, de denunciar os problemas do Piauí, atribuídos aos erros administrativos do governador Pedro Freitas, sob a alegação de alertar o eleitorado, para a importância do voto nas eleições de outubro daquele ano.

O quarto capítulo, por sua vez, dedica-se a analisar o discurso produzido pelo jornal fundado por políticos da UDN e que declarou abertamente sua postura editorial de oposição ao governador Pedro Freitas, eleito pela coligação PSD-PTB. O capítulo foi intitulado “O governador Pedro Freitas na mira da oposição: representação do governo pessedista no discurso jornalístico de *A Cidade*” e pretende analisar os discursos de combate ao governo do PSD produzidos pelos jornalistas daquele órgão, por meio de uma linguagem virulenta e satírica, mas que afirmavam ter “a verdade” como um valor indispensável na informação que veiculava. Sendo assim, o capítulo se apresenta em três tópicos. No primeiro deles, “5.1 ‘Desgoverno’, ‘anarquia’ e ‘desonestidade’ do governador Pedro Freitas na visão do jornal *A Cidade*” foram analisadas as matérias jornalísticas que tinham por objetivo denunciar os desmandos, as “arbitrariedades” e os “abusos de poder” do governo estadual, ao mesmo tempo em que classificavam o governador Pedro Freitas como um governante “fraco”, “ignorante” e “dominado” por seus auxiliares e correligionários. Com base no discurso de defesa da democracia e dos pobres, o jornal *A Cidade* direciona sua crítica contra o governador Pedro Freitas, apresentando-o ao leitor como um governante incapaz de resolver os problemas socioeconômicos do Piauí. O segundo tópico, “5.2 A representação dos problemas socioeconômicos do Piauí personificados na figura do governo Pedro Freitas”

¹² Sobre o uso de pseudônimo pelos jornalistas de *O Dia*, ver o artigo intitulado “A estratégia da invisibilidade em *O Dia*. Contribuição para o estudo do pseudônimo no jornalismo brasileiro”, publicado na Revista *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 3, n°1 - 2014, mis en ligne le 15 avril 2014. URL : <http://surlejournalisme.com/ver>.

pretende analisar uma das práticas discursivas utilizadas pelos jornalistas de *A Cidade*, para criticar o governo Pedro Freitas, que foi caricaturar, discursivamente, os problemas do Piauí, tais como a seca, o analfabetismo, a miséria e o atraso econômico, personificados na descrição física pormenorizada do governador Freitas. Por último, apresenta-se o tópico “5.3 Jornal *A Cidade* e sua ‘campanha moralizadora’ da administração estadual e da prática jornalística do *Jornal do Piauí*”, que dá visibilidade à batalha discursiva do jornal udenista contra a prática jornalística do órgão ligado ao PSD, o *Jornal do Piauí*. Movidos por este interesse, os jornalistas de *A Cidade* analisavam as matérias publicadas pelo *Jornal do Piauí*, para colocar em dúvida a verdade dos editoriais que apresentavam a defesa da administração do governador do Estado. Entretanto, a batalha discursiva não ficou restrita ao governador Pedro Freitas, posto que a discussão política partidária ampliava-se para as ações do prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo (1951-1954), que, tendo sido eleito pela UDN, era corriqueiramente citado no *Jornal do Piauí*.

O quinto e último capítulo foi reservado para analisar a produção do discurso materializada nas páginas do veículo situacionista, *Jornal do Piauí*, fundado pela família Freitas. Com o título de “O *jornal do Piauí* a serviço do governo do PSD” procurou-se acompanhar as estratégias adotadas pela redação do jornal para defender o governador Pedro Freitas e que maculavam o lema abraçado pelo órgão, o de ser um jornal “independente”, “informativo” e “noticioso”. Mesmo defendendo seu caráter “independente”, “informativo” e “noticioso”, através de um discurso de que fazia análise do fato político sem paixão partidária, o *Jornal do Piauí* desde a sua fundação, foi colocado a serviço do governo para defendê-lo dos ataques veiculados pela oposição e para criar uma imagem positiva do governador Pedro Freitas como um bom administrador do Estado. Nesse sentido, o primeiro tópico “6.1 Governador Pedro Freitas: símbolo da recuperação econômica e financeira do Piauí” tem por interesse as estratégias discursivas usadas pelo jornal para dar notoriedade à gestão do pessedista Pedro Freitas, através da publicação de matérias que abordavam as realizações do governo como obras visíveis e verídicas, com o propósito de negar as acusações feitas pelos jornais da oposição. Dentre as estratégias discursivas adotadas pelo *Jornal do Piauí*, destaca-se o uso de documentos e notas oficiais para o jornalista como prova da verdade da notícia veiculada. Deste modo, o segundo tópico intitulado “6.2 ‘Acima de tudo: Honestidade’: Provas e esclarecimentos sobre a administração pessedista no *Jornal do Piauí*” aborda a reivindicação da redação do *Jornal do Piauí* e apresentação de provas e de esclarecimentos, para comprovar os dados publicados nos jornais de oposição, principalmente o jornal udenista *A Cidade*. O terceiro tópico “6.3 ‘Impressão desapaixonada’: a opinião do jornalista Cunha e

Silva¹³ no *Jornal do Piauí* sobre o Governo Pedro Freitas e a prática jornalística da imprensa de oposição” faz uma análise sobre a atuação do jornalista Cunha e Silva na imprensa piauiense, em virtude de ter sido ele um dos jornalistas de Teresina que mais escreveu e assinou matérias nos jornais *O Dia* e no *Jornal do Piauí*, nos anos de 1951 a 1954. Destarte, pretende-se assinalar a discussão feita pelo jornalista Cunha e Silva em torno dos problemas relacionados à política local, as desavenças entre os partidos, a interferência dos partidos e dos políticos na imprensa local, e ainda do dever da imprensa e do papel do jornalista no Piauí e no Brasil.

Assim estruturada, a tese tem como proposta analisar as relações de poder e as práticas jornalísticas nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, que circularam em Teresina no período de 1951 a 1954, na busca de entender o processo de produção das matérias jornalísticas, que deram existência verbal aos discursos sobre o governador Pedro Freitas (PSD). À luz do referencial teórico já apontado, faz-se a análise dos discursos veiculados pelos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, cujas matérias jornalísticas oferecem, na sua superfície, o entendimento dos processos de produção de sentido, do controle discursivo e as práticas jornalísticas, frente ao contexto político partidário em que o pessedista Pedro Freitas assumiu a chefia do executivo estadual e no qual os órgãos de imprensa recém-instalados encamparam uma batalha discursiva que, perdurou por todo o quadriênio de 1951 a 1954, permanecendo ainda até a década de 1960.

¹³ Francisco da Cunha e Silva nasceu em Amarante (PI) em 1904 e faleceu em 1990. Foi professor de português, geografia e história. Diretor do Liceu Piauiense. Dirigiu a Casa Anísio Brito (Arquivo Público do Estado do Piauí). Como jornalista colaborou com os principais jornais de Teresina (PI): *O Piauí*, *A Luta*, *O Pirralho*, *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Estado do Piauí*.

[...] A imprensa do país, da mesma forma, ainda não está acoimada dos vícios e defeitos da mentalidade partidária reinante no país. Poucos são os jornais verdadeiramente imparciais e independentes. Há grandes jornais na própria Capital da República que só têm o intuito de envenenar a opinião pública e de adquirir cartaz a custa do sensacionalismo político de caráter faccioso e personalístico. Os jornais, que defendem o govêrno, bem como os que o criticam, geralmente, não são justos e imparciais, pois os primeiros só apontam virtudes e acêrtos nos que governam, e os outros só sabem dirigir ao govêrno ataques e críticas. Mas a função político-social da imprensa é bem diferente. O jornal, como orientador da opinião pública, deve ser criterioso na defesa e na censura ao govêrno, como também aos homens públicos em geral. Todo jornal político muito apaixonado transforma-se em panfleto ou pasquim. Enquanto predominar, portanto, na imprensa e na política brasileira a mentalidade de cunho pessoal e faccioso, os partidos políticos do Brasil perderão sempre a unidade de ação e pensamento, como temos presenciado nas campanhas de sucessão presidencial.

É a manifestação do tal grupismo dentro das nossas agremiações partidárias, grupismo dissolvente, vazio de ideias e convicções de coveiro de nossos partidos políticos.

Cunha e Silva
(*O Dia*, Teresina, 22 jul. 1951)

2 INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS EM TERESINA (PI) (1951-1954)

Ao fazer um estudo sociológico sobre o período de implantação da imprensa no Brasil, José Marques de Melo (1973, p. 54) explicita que é “indispensável mencionar que o século XIX introduz a necessidade de informação sobre os acontecimentos do mundo, levando os cidadãos a procurarem os jornais numa busca de constante atualização”. No século XX, as transformações políticas, econômicas, urbanas e socioculturais pelas quais passaram algumas cidades brasileiras, em paralelo ao desenvolvimento da imprensa, contribuíram, para que mais pessoas tivessem acesso à informação, embora o processo de alfabetização da população brasileira e formação de leitores, ainda fossem restritos a uma minoria da sociedade, a elite intelectual, descrita por Margaret Aston (apud MELO, 1973, p. 44) como “os que escreviam e liam livros”, ou os bacharéis e literatos, como o entende Teresinha Queiroz (1998).

Os anos cinquenta do século XX marcam um período de crescimento da imprensa escrita em Teresina. Nesse período, entram em cena novos jornais com interesse de apresentar ao público leitor alguns dos acontecimentos da vida econômica, social e cultural ocorridos em nível local, nacional e internacional, fixando um olhar especial para a política. Dentre os jornais, viu-se despontar *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*. Seguindo linhas editoriais diferenciadas, esses jornais surgiam com a atribuição de desempenhar o papel social da imprensa, com vistas a atender a necessidade humana de obter informações, bem como o de ser arma política na luta partidária. Um dos interesses da imprensa periódica cinqüentista de Teresina era se mostrar ao leitor como um *lugar* onde o exercício do jornalismo estava voltado para a informação e a veiculação da notícia objetiva e imparcial, ainda que, na prática, continuassem levando ao conhecimento do público o fato político e emitindo uma opinião sobre a realidade construída.

No entanto, nos anos de 1951 a 1954, a maioria dos órgãos de imprensa existentes, em Teresina, ou pertenciam aos partidos políticos, ou recebiam ajuda financeira de políticos. Nessa condição, a produção de discursos sobre o fato político piauiense se dava ao sabor da vontade dos proprietários dos órgãos de imprensa ou do partido político, que pagava o órgão, para defender seus interesses. De acordo com Paulo Chaves (2013), na década de 1950, a maior função dos veículos de comunicação era servir de arma política para os partidos políticos e suas coligações. Nesse sentido, o partido político que mantinha financeira e ideologicamente um órgão de imprensa detinha sob o seu controle a produção de discursos, de maneira que a batalha discursiva travada entre os jornais “lançava os profissionais a uma

exposição irretocável, dividindo-os conforme a opção partidária” do órgão (CHAVES, 2013, p. 43).

Devido à carência de uma bibliografia sobre a imprensa do Piauí, no período estudado, e à farta informação sobre os próprios jornais e jornalistas contidas nas matérias que foram pesquisadas, pretende-se compreender como se deu o processo de instalação dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* em Teresina, através do discurso autorreferencial e como cada um deles buscou instituir competências jornalísticas e regulamentos para a sua redação. Para Antônio Fausto Neto (2006), a autorreferencialidade nas mídias é a competência discursiva que os dispositivos midiáticos possuem de poder falar de si mesmos, e dos outros campos sociais, em contextos históricos e sociais específicos. Mesmo que o autor conceitue autorreferencialidade para os processos midiáticos contemporâneos, a sua abordagem teórica ajuda a entender a mídia jornalística e sua capacidade autoreferencial de construir uma inteligibilidade sobre o próprio universo através do discurso jornalístico, que se vale de certa autonomia das suas “regras de produção”, para produzir o seu dizer, dar existência as suas operações e que incide nas “leis”, com que esse campo define a sua própria identidade. É através do discurso autorreferencial e reflexivo que os dispositivos midiáticos descrevem elementos da cultura jornalística e buscam estabelecer regulamentos e mecanismos de produção postos em prática para engendrâ-las.

Fernanda Lima Lopes ([s.d]) explicita que, além de ser relativamente comum a autorreferência nas matérias jornalísticas, nestas são pautadas as rotinas do interior das redações, os jornalistas reforçam valores de sua época, expõem características do seu trabalho, colocam-se em oposição a outros grupos sociais etc. Com isto, a autora defende que o jornalista, através do discurso autorreferencial, constrói, ao mesmo tempo, estratégias de negociação da autoridade jornalística e do seu poder de fala frente à sociedade, assim como expõe certos aspectos de sua identidade para reforçar alguns dos seus valores. Nesse sentido, o estudo sobre os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, em parte, se organiza, neste capítulo, a partir da autorreferencialidade, ou seja, através das matérias em que os jornalistas falam de si e dos outros e que deixam pistas para entender o processo de produção do discurso jornalístico e as estratégias utilizadas pelas redações para se apresentarem como detentores de um poder de fala. Igualmente, foi dada atenção especial para as matérias em que há referências sobre o surgimento dos jornais e suas características editoriais, gráficas e jornalísticas e que tratam sobre a categoria dos jornalistas.

Seguindo a linha teórica e metodológica de Michel Foucault (2009; 2010), que entende que o discurso está na ordem das leis e que toda produção de discurso é, ao mesmo

tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um conjunto de procedimentos externos e internos de controle, é que se pretende analisar como se deu o processo de regularização de uma *prática discursiva* para o jornalismo dos anos 1950, de acordo com os interesses políticos partidários dos jornais que davam início a suas atividades de produção e das proposições ditadas pelo modelo de jornalismo moderno que se pretendia implantar no Brasil. Logo, é a partir do momento em que o campo do jornalismo passava por transformações e estava buscando sua autonomia, em relação às esferas literárias e políticas, que se nota, de forma mais nítida, a constituição de práticas discursivas segundo o ideário da informação objetiva, neutra, imparcial, sincera e verdadeira. Ao tempo em que ficava estabelecido para o jornalismo brasileiro o caráter informativo e noticioso como critérios indispensáveis para o reconhecimento da verdade de seus editoriais, houve também a necessidade de redefinir seus métodos e suas regras de produção de discurso. Entende-se, portanto, que procedimentos externos e internos ao discurso jornalístico foram acionados pelos diferentes jornais, para manter o seu controle, sendo reforçados e conduzidos por um conjunto de práticas.

Para Michel Foucault (2009; 2010), o discurso é uma prática e esta possui um suporte histórico e institucional de onde partem as regras que limitam as suas condições de aparição e sua especificidade. Esse conjunto de regras é próprio da *prática discursiva* definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2010, p. 133). É através da delimitação das regras de formação dos objetos e das modalidades enunciativas que se caracteriza um *saber*¹⁴. Sendo assim, Michel Foucault (2010) assinala que é necessário encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde elas vêm.

Por ser o jornal um dos suportes usados pelos próprios jornalistas para regularem sua prática e o *lugar* onde o discurso jornalístico encontra sua ascendência legítima e seu ponto de aplicação, nos anos 1950, determinadas estratégias foram adotadas pelos proprietários dos

¹⁴ Para Michel Foucault (2010, p. 204), “a esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensável à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar um lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]. Um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]. Um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]. Finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]. Há saberes que são independentes das ciências [...], mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.”

jornais e pelos jornalistas, para estabelecer regras de formação discursiva, para que o campo do jornalismo ganhasse autonomia e fosse reconhecido como informativo, noticioso e objetivo, critérios indispensáveis para o reconhecimento da verdade do discurso jornalístico. Para tanto, os jornais, entendidos com *instituições* de fala autorizada, impuseram suas formas de controle, a ponto de consolidar as leis que ordenam o discurso, a partir de uma regularidade específica em função das condições estabelecidas entre as instituições e o interesse político partidário de cada um dos jornais estudados: *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*.

Nesse sentido, as proposições de análise do filósofo Michel Foucault são esclarecedoras para o entendimento dos procedimentos de controle da produção do discurso jornalístico dos anos 1950, no momento em que regras e convenções passam a ser ditadas como reguladoras do jornalismo, com a pretensão de legitimá-lo como um discurso verdadeiro. Considerando que os órgãos de imprensa se constituíram como *lugares institucionais* de fala autorizada e que o jornalista alcançou *status* suficiente para lhe garantir critérios de competência e de saber, buscou-se compreender algumas das regras colocadas para o jornalismo piauiense dos anos 1950, que se encontravam em processo de descontinuidade, dispersas nos exemplares dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, sobretudo, nas matérias de autorreferência.

2.1 Os jornais escritos

2.1.1 *O Dia*: “Órgão independente, político e noticioso”

O jornal *O Dia* teve a sua primeira edição impressa no dia primeiro de fevereiro de 1951. Fundado na cidade de Teresina, pelo professor Raimundo Leão Monteiro¹⁵, o jornal teve sua tipografia instalada num galpão do quintal de sua casa. Inicialmente, o jornal era matutino dominical e circulava semanalmente com quatro, seis ou até oito páginas, no formato tablóide. Mais tarde, passou a circular nas quintas-feiras e aos domingos com dez ou doze páginas, nas quais eram organizadas secções que abordavam diferentes temas em notícias, artigos, crônicas, humor, coluna social, cartas do leitor, matérias pagas e anúncios. Além de proprietário, Raimundo Leão Monteiro também assumiu a responsabilidade de

¹⁵ Conhecido popularmente também pelos apelidos “Mundico Santídio” e “Mão de Paca” (Cf.: SANTOS, 1995).

diretor-redator de *O Dia* e teve como redator-chefe, em 1951, o escritor Bugyja Brito¹⁶, que logo depois foi substituído por Alencar Soares.

Mantido financeiramente pelo proprietário-diretor Raimundo Leão Monteiro, parte das despesas do jornal era paga pelas vendas, pelas assinaturas e pela publicação de anúncios. Em 1951, a tabela de preços informada no jornal estabelecia os seguintes valores em cruzeiros: número avulso: Cr\$ 1,50; número atrasado: Cr\$ 3,00; para assinatura anual Cr\$ 120,00, e assinatura de 6 meses Cr\$ 70,00 (*O Dia*. Teresina, 21 out. 1951, ano I, n. 38, p. 2). Nas edições de 1952, é acrescentada ao expediente a informação de que, se a remessa tivesse que ser encaminhada via aérea, o valor subia para Cr\$ 200,00. Preços para anúncios e publicações: páginas internas por centímetro de coluna: Cr\$ 5,00; páginas externas: Cr\$ 12,00 e não aceitava anúncios na primeira página (*O Dia*. Teresina, 30 mar 1952, ano II, n. 61, p. 2). Em 1960, houve variação nos preços que passaram a ser bem discriminados. As publicações eram cobradas por centímetro de coluna nos valores correspondentes a: Última página- Cr\$ 60,00; Determinada- Cr\$ 50,00 e Indeterminada- Cr\$ 35,00; Especificações Técnicas: Altura das páginas internas- 42 cm; Altura da última página- 45 cm; Largura da coluna- 4, 5 cm; Número de colunas- 7 E, se se tratasse de propaganda política, especificavam:

Propaganda política, mais 100% sôbre a tabela, com pagamento adiantado. Matéria redigida, em forma de notícia, com asterisco, mais 50% sem asterisco mais 100% sôbre a tabela. Colocação determinada na página, mais 20%.

Não aceitamos ordens condicionadas à ausência ou separação de produtos similares [grifos do autor].

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 300,00 (*O Dia*, Teresina, ano X, n. 759, p. 2, 31 mar. 1960).

A frase “Órgão Independente, Político e Noticioso”, estampada na primeira e última página do jornal *O Dia* era usada para definir os propósitos da sua linha editorial, e, por conseguinte, enquadrar o tipo de jornalismo produzido por sua equipe de jornalistas. Apresentado como um “lema” desde a sua primeira edição, em 1951, o termo “independente” forjava uma identidade para o jornal, ao frisar sua “independência” financeira em relação aos partidos políticos, visto que o órgão não era sustentado por nenhum deles. Essa situação o diferenciava dos outros jornais que circulavam em Teresina no mesmo período e alimentava a ideia de manter um tipo de jornal sem interesses partidários, seguindo critérios de “imparcialidade” e “objetividade”.

¹⁶ Antônio Bugyja de Sousa Brito foi um alto funcionário da Alfândega do Rio de Janeiro. Foi jornalista, poeta e político, sendo eleito suplente de deputado federal pelo PSD. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Rio de Janeiro.

Na primeira edição de primeiro de fevereiro de 1951, o editorial evidenciou os objetivos do jornal. Dentre eles, foi especificado que as colunas do jornal “esboçariam” críticas construtivas aos atos dos governos e à sua conduta, dentro de um clima de respeito e de ordem. Assim, a orientação aos jornalistas de *O Dia* era para colaborar com o governo que se instalava, em 1951, bem como “emprestar” ao povo uma cooperação, a fim de reabilitá-lo aos bons costumes. Seguindo esta linha de conduta, as páginas do jornal estavam cerradas para “mexericos”, sobretudo, aqueles relacionados à administração pública. (NOSSO OBJETIVO¹⁷. *O Dia*. Teresina, 1 fev. 1951, ano I, n. 1, p. 1).

A ideia construída pelo primeiro editorial simbolizava o papel de *O Dia*, enquanto um órgão de imprensa “político” e “independente”; assim como construía a representação do nome dado ao jornal através de seus objetivos. Ou seja, o nome *O Dia*, estabelecido para o órgão, significava o início de um tipo de jornalismo “sadio” no Piauí, que, bem orientado, traria a luz contra a ignorância e a ignomínia, tanto do governo, quanto do povo. Como órgão “independente”, seu objetivo se guiava para a defesa do povo e a verdade de seus editoriais. Assim, pelo fato do jornal *O Dia* não manter vínculo financeiro com qualquer um dos partidos políticos existentes naquela época, em suas páginas, era afirmado que a “verdade” de seus editoriais se consagrava pela própria insubordinação aos interesses da política partidária.

Durante os quatro primeiros anos de funcionamento do jornal *O Dia*, os objetivos do órgão eram defendidos através da prerrogativa de que mantinha linha de conduta jornalística independente dos interesses partidários. Com essa postura, competia ao jornal o papel de denunciar as falcatruas administrativas e os desmandos dos governantes com “imparcialidade” e se colocar a serviço da coletividade na defesa dos “melhores e mais justos e honestos interesses do povo” (DRAMA NA ASSEMBLÉIA. *O Dia*. Teresina, 12 ago. 1951, ano I, n. 28, p. 1).

Entretanto, tais objetivos explicitados pelo jornal *O Dia* parecem que não foram compreendidos da mesma forma pelos seus críticos. A assertiva levantada deriva da leitura das matérias pesquisadas de *O Dia*, nos primeiros meses de sua circulação, e que apresentam um grau significativo de explicações e de defesa da postura de “independência” da redação do órgão, frente aos discursos que publicavam sobre o fato político piauiense. Tais indícios estão relacionados, principalmente, à postura do jornal de censor público e, por isso, apresentar matérias cujo propósito visava “[...] atacar os atos feios e escabrosos dos homens públicos e

¹⁷ Não foi possível transcrever, na íntegra, o texto da matéria “Nosso Objetivo”, publicado na primeira edição do jornal *O Dia*, em virtude do estado deteriorado da sua primeira página.

aplaudir-lhes as boas ações pelo bem coletivo, pela paz e pelo progresso do Estado [...]” (NÃO TEMEMOS ARREMEDIOS! *O Dia*. Teresina, 12 ago. 1951, ano I, n. 28, p. 4).

É comum encontrar-se, nas edições de 1951 a 1954, do jornal *O Dia*, matérias em que se defendia a atuação do órgão como uma imprensa “livre” e “honestá”, com o interesse de apresentar *O Dia* como um expoente do jornalismo “moderno” no Piauí. As críticas eram rebatidas de forma discursiva em *O Dia*. Na coluna “Ponto de vista”, da edição de 20 de março de 1951, por exemplo, foi publicada a matéria “Não gostam da verdade” e nela há a defesa da manutenção da linha editorial no viés de independência política e na orientação firme de fazer críticas “sadia”, “serenas” e “moderadas” aos homens públicos no poder.

PONTOS DE VISTA

NÃO GOSTAM DA VERDADE

Quando fundamos este nosso órgão de Imprensa que hoje, graças à orientação firme e sadia que imprimimos, logo em a nossa estréia, a 1 de fevereiro dêste ano da Graça de N. S. Jesus Cristo, em Artigo de Fundo, 1ª. Página, prometemos que criticaríamos os homens públicos em todos os seus erros e deslizes políticos, mormente quando estivesse em jogo o interesse coletivo.

Pois bem. Até hoje, jamais nos afastamos da nossa norma e o nosso pensamento, que ninguém modifica, em tempo algum sofrerá mudanças.

Das nossas penas tem emanado críticas a todo o Govêrno e seu Gabinête, mas sempre as traçamos com serenidade e moderação, respeitando os melindres privados da sociedade em geral.

Notamos, por último, que os homens públicos querem errar, prejudicando o povo, mas não querem as cipoadas do jornal. Divorçiam-se do povo, e não gostam que a voz do povo os condene. E a voz do povo é a imprensa honesta, bem exercitada e independente de preconceitos fúteis, como a nossa. [...]. (PONTOS DE VISTA. Não gostam da verdade. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 16, p. 1, 20 maio 1951).

As palavras “independente”, “político” e “noticioso”, que encabeçavam o semanário *O Dia*, seguiam impressas nas suas edições e se instituíaam como um lema para o jornal e como direcionamento da prática jornalística por ele desempenhada. Na edição de sete de outubro de 1951, mais uma vez, é esclarecido no jornal o posicionamento do órgão:

A nossa posição frente aos acontecimentos políticos, como órgão independente e noticioso tem sido e continuará a ser a mesma, justamente porque traçamos a nossa conduta e a nossa ação pela linha de obediência ao programa ao que nos cingimos desde o primeiro dia de liça, arvorando uma só bandeira, uma única flâmula, na qualidade de arautos das aspirações populares.

Continuamos a manter no curso da longa jornada, o mesmo lema, qual seja o de conservar o nosso jornal equidistante dos partidos, grupos e facções em luta. Não tergiversamos, entretanto, em profligar os cambalachos e os atos indignos que venham a ser cometidos em nome do povo.

Só nos assiste um dever. Só firmamos um compromisso, êste mesmo com o povo e selado com honra no pergaminho da dignidade, em cuja defesa não tememos arrostar a prepotência dos fortes e a tibieza dos fracos.

No campo da luta jornalística não recuaremos jamais das trincheiras da resistência enquanto o inimigo do povo não bater em retirada.

Difícil posição é a nossa, bem o sabemos, mas pior será ainda a daqueles que se colocarem contra a opinião pública.

Na batalha política, em qualquer hipótese, há de constituir um dever nosso formar ao lado dos bons piauienses.

Onde estiveram os nossos inimigos, que, são também os do povo, no lado oposto estaremos nós. Esta a nossa posição (*O Dia*. Teresina, ano I, n. 36, p. 6, 7 out. 1951).

Nesta matéria, o posicionamento de *O Dia* no campo jornalístico piauiense é claro: iria manter-se equidistante dos partidos, grupos e facções políticas, sem recuar da trincheira de resistência na defesa dos interesses da coletividade. Através do argumento de que o compromisso de *O Dia* era com o povo e não com o partidarismo, o jornal justificava a ação dos seus jornalistas na produção de um discurso jornalístico voltado à formação da opinião pública e à crítica contra os homens públicos que se desvirtuassem do seu programa de governo. Nas matérias havia a informação de que a redação de *O Dia* se empenharia em travar batalhas discursivas com os demais jornais já existentes, em 1951, e que ainda estavam subordinados financeira e ideologicamente a um partido político. Como órgão “independente” e “noticioso”, o jornal *O Dia* buscava diferenciar sua redação da dos demais jornais, que, ainda presos ao modelo de jornalismo opinativo, político e combativo, deixavam de lado não só os interesses do povo, como também distorciam a verdade sobre o fato político piauiense por estarem “cegos” pela paixão partidária e pelos interesses políticos e pessoais. Firmando sua posição de “trincheira” na imprensa piauiense, os jornalistas de *O Dia* garantiam que a posição de “guarda”, na “estacada”, seria mantida para revidar as acusações dos “contrariados”, sem que se rebaixassem diante das críticas dos órgãos de imprensa vinculados a políticos ou aos partidos políticos do Piauí e as ameaças por eles endereçadas¹⁸. A autorreferenciação que o jornal *O Dia* fazia de si, direta ou indiretamente, apontava para a marcação de um jornalismo pautado nos padrões “modernos” de imparcialidade e de objetividade, já idealizados pelos jornalistas brasileiro dos anos 1950, buscando singularizar-se como um lugar de “estabelecimento de verdades” (RIBEIRO, 2007, p. 30).

Em 1951, o jornalista e político udenista Eurípedes Clementino de Aguiar fez referência elogiosa à atuação do jornal, afirmando que *O Dia* era o único órgão de imprensa existente no Piauí, naquele ano, que seguia uma “linha de conduta imparcial” e defendia “as

¹⁸ NÃO TEMEMOS ARREMEDOS. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 28, p. 1, 12 out. 1951; MANOBRA INDECOROSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 34, p. 1, 23 set. 1951.

justas aspirações populares.” (SENSACIONAIS DECLARAÇÕES... *O Dia*. Teresina, 9 dez. 1951, ano I, n. 45, p. 6). Além da declaração do jornalista Eurípedes Clementino de Aguiar, o próprio jornal *O Dia* fazia questão de explicitar que nas suas colunas “registra[vam-se] o fato e os comentários com imparcialidade habitual, normas traçadas para todas as secções” (*O Dia*. Teresina, 11 jan. 1953, ano II, n. 102, p. 1). Como não foi encontrado, ao longo da pesquisa, nenhum manual de redação de *O Dia*, referente aos anos de 1951 e 1954, pode-se afirmar que algumas das regras para os jornalistas foram estabelecidas por meio das matérias publicadas. Neste período, começa a ser exigido do jornalista de *O Dia* certo distanciamento da sua inclinação política e da paixão partidária, ao escrever uma matéria. Esta exigência aparecia nas matérias como uma regra da redação, ao mesmo tempo em que se determinava como função do jornalista a obrigação de defender os direitos da coletividade e censurar os erros e os desmandos dos que estavam no poder. Para o jornal *O Dia*, os jornalistas desempenhavam o papel de “censores públicos”, eram “orientadores políticos”, “auxiliares do governo” e “responsáveis pela coletividade piauiense”. Para esta competência, foram determinadas várias atribuições a sua equipe de redação e apontada a importância do seu compromisso ético, moral e profissional na produção da notícia.

Ao longo das edições de *O Dia*, de 1951 a 1954, corriqueiramente, publicava-se nas páginas de *O Dia* matérias chamando atenção dos jornalistas para a importância do seu papel no desenvolvimento de uma imprensa veiculadora da verdade. Dentre os jornalistas de *O Dia*, havia um que assinava com o pseudônimo Claudius que se propôs a analisar o tipo de jornalismo que se praticava no Piauí no início da década de 1950 e chamou a atenção dos jornalistas para a produção da notícia. Na matéria “Ratificando trincheiras”, publicada em *O Dia* a sete de junho de 1953, Claudius analisava que o jornalista deveria escrever de forma clara e ser honesto na emissão de conceitos sobre fatos e pessoas. Para ele, o uso de uma linguagem comedida e serena, tanto quanto possível de ser usada no jornalismo, implicaria o preceito de honestidade do jornalista e na verdade da notícia por ele produzida (CLAUDIUS. Ratificando trincheiras. *O Dia*. Teresina, 7 jun. 1953, ano III, n. 123, p. 1). Claudius entendia que o “ódio incontido” ou a “paixão turbulenta”, quando empregada pelo jornalista na produção da notícia e na apreciação do fato político, era incompatível com a “razão”, o que deveria ser uma regra indispensável para o jornal *O Dia* e para quem escrevia para o povo de forma “honesta” e “sincera”, no esclarecimento da ação dos homens públicos.

Não obstante, o primeiro ano de circulação de *O Dia* foi avaliado por seus jornalistas como um período de “lutas”, de “sacrifícios” e de “incompreensões” da linha editorial adotada pelo órgão de defender as justas aspirações do povo e de manter-se independente dos

grupos, facções e partidos políticos. Na matéria “A caminho do futuro”, as expressões “luta” e “sacrifício” são especificadas pelas dificuldades de ordem financeira e de material enfrentadas por seu proprietário Raimundo Leão Monteiro, que afirmava nas páginas do seu jornal não receber qualquer tipo de auxílios e/ou subvenções do poder público ou de partidos políticos (A CAMINHO DO FUTURO. *O Dia*. Teresina, 3 fev. 1952, ano I, n. 53, p. 1). Na matéria “A Caminho do futuro”, o conceito de “sacrifício” era visto pelo jornal como válido para o funcionamento da sua redação e da sua oficina, que se esforçavam para acompanhar o progresso e a “evolução” da imprensa brasileira dos anos 1950, visto que este comportamento daria ao órgão um *status* diferenciado no campo do jornalismo de Teresina.

Na matéria publicada em comemoração ao seu primeiro ano de existência, intitulada “A caminho do futuro”, novamente é reforçada a imagem de “independente” do jornal *O Dia*, a partir do discurso de que o órgão se conservava alheio à subordinação a uma doutrina partidária para a construção das matérias jornalísticas veiculadas em suas páginas. Com isto, em *O Dia* afirmavam: “[...] Atingindo o 1º. do corrente [fevereiro de 1952] o primeiro marco de sua existência, o nosso Jornal não receia faltar os compromissos que assumiu com o povo e como órgão independente, político e noticioso continuará na liça, fiel ao programa que lhe foi traçado desde o seu aparecimento. [...]” (A CAMINHO DO FUTURO. *O Dia*. Op. cit., 1952). Além disso, a matéria esclarecia que os jornalistas de *O Dia* exerciam o livre direito de crítica, porque desfrutavam da independência indispensável a qualquer órgão de imprensa, mantendo-se fiel às tradições democráticas.

O aniversário do primeiro ano de existência do jornal *O Dia* foi tema de algumas matérias publicadas nas edições de janeiro e de fevereiro de 1952. Mais do que a opinião do diretor de *O Dia* sobre o tipo de jornalismo praticado em sua redação, o semanário recebeu cartas, telegramas e foi congratulado através de matérias publicadas por outros jornais de Teresina, alguns transcritos e reproduzidos nas páginas de *O Dia* em fevereiro de 1952. Dentre as transcrições das manifestações de apreço pelo trabalho realizado pelo jornal *O Dia*, no transcurso do primeiro ano de plena atividade jornalística, vale destacar as congratulações dos órgãos *A Cidade* e *O Pirralho*, publicadas na edição de dez de fevereiro de 1952.

A nossa confrreira “A CIDADE”, órgão do Diretório Municipal e da Bancada de Vereadores da U.D.N., assim se referiu a respeito de nosso aniversário, a 1º do corrente:

“Completa hoje um ano de existência de nosso confrade “O Dia”, que como todos os jornais de nossa terra, vai sobrevivendo graças à dedicação e aos esforços dos seus dirigentes.

A CIDADE apresenta aos colegas de “O Dia” sinceros votos de felicidades na data de hoje, e que continuem sempre lutando pela resolução dos problemas de nosso Piauí”. [grifos do autor]

“O Pirralho”, o brilhante hebdomadário piauiense de interesses gerais, noticiando o transcurso do nosso 1º ano de existência, publicou o seguinte:

Registramos, com prazer, o transcurso, a primeiro do corrente, do primeiro aniversário do órgão “O Dia”, dirigido pelo sr. Leão Monteiro e que tem como redator-secretário o sr. Alencar Soares.

Jornal de feição moderna, abrigando nas suas colunas vasto noticiário político, de orientação independente, o vibrante matutino se tem imposto a admiração do povo piauiense, mercê de sua linguagem comedida, de sua crítica firme e da combatividade com que defende os interesses públicos. O “O Pirralho”, nesta oportunidade, leva a “O Dia” os seus votos de prosperidade” [grifos do autor].

Sensibilizados com as provas de apreço de quantos nos enviaram os seus votos de felicitações, manifestamos, nesta oportunidade, os nossos sinceros agradecimentos (ECOS DO NOSSO ANIVERSÁRIO. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 54, p. 3, 10 fev. 1952).

As matérias citadas destacam o esforço do proprietário e dos diretores para manter financeiramente o jornal *O Dia* em circulação. Enquanto *O Pirralho*, dentre outros aspectos, buscava destacar a feição moderna do jornal, por abrigar em suas colunas um “vasto noticiário político” escrito com uma linguagem comedida, ao mesmo tempo em que produzia críticas firmes e combativas para defender os interesses do povo; o jornal *A Cidade* preferiu dar maior ênfase à dedicação dos dirigentes de *O Dia* para firmar sua posição de luta no campo do jornalismo e na resolução dos problemas do Piauí.

Contudo, nem sempre a opinião do jornal *A Cidade* foi assim, comedida e exposta de forma positiva. Em 1952, por exemplo, no jornal *A Cidade* foi publicada uma matéria denominando os jornalistas de *O Dia* de “mercenários”, sob a alegação de que eram pagos para “elogiar os escroques e os ladrões e atacar os homens de bem” (RÉPLICA. *O Dia*. Teresina, 10 ago. 1952, ano II, n. 80, p. 1). A acusação feita pelo jornal udenista *A Cidade* teve a resposta dos jornalistas de *O Dia*.

Na matéria “Réplica”, de dez de agosto de 1952, os jornalistas de *O Dia* manifestaram argumentos de defesa da sua redação afirmando que não publicavam “meros” ataques a “homens de bem”, alusão implícita ao prefeito de Teresina, o udenista João Mendes Olímpio de Melo¹⁹. Antes, “verberavam” contra os “desatinos” administrativos e contra a política “acirrada” e “doentia” de qualquer governante, sempre que este fugisse da conduta de probidade administrativa. Quanto à afirmação de que a redação de *O Dia* era paga para

¹⁹ João Mendes Olímpio de Melo nasceu no Acre em 1917 e faleceu em Teresina em agosto de 1979. Era formado em agronomia pela Escola de Agronomia da Bahia. Foi Ministro da Agricultura, secretário da Educação e Cultura, eleito a Prefeito de Teresina, em 1950, pela UDN. Deputado Federal (TITO FILHO, 1980).

elogiar “escroques” e “ladrões”, neste caso, identificados como os políticos do PSD, o jornal *O Dia* esclarecia que era ofício do jornal proclamar as atitudes dignas de louvor do governador Pedro Freitas, que também era combatido. Ainda, na tentativa de se defender das acusações provocadas pelos órgãos de imprensa de orientação partidária udenista e de provar a lisura da sua redação na produção da notícia sobre o fato político piauiense, na edição de cinco de outubro de 1952, publicou a matéria “A nossa imprensa”, na qual o jornal reafirmava sua posição de insubordinação a qualquer partido político e até do governo do Estado justificando que: “[...] Do Govêrno, não recebemos sequer um envelope para timbrar, justamente porque tememos que isso lhe possa parecer favor digno de silenciarmos suas arbitrariedades. Simplesmente por isso.” (A NOSSA IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, 5 out. 1952, ano II, n. 88, p. 1).

Do mesmo modo, o jornal *O Dia* rebatia as críticas afirmando que a sua redação e oficina foram instaladas, em 1951, para defender os direitos dos “fracos” e dos “perseguidos” e não para fazer “comércio” da produção de matérias jornalísticas, a favor de determinados políticos (EXÓTICA CARTA RECEBIDA DO RIO. *O Dia*. Teresina, 17 ago. 1952, ano II, n. 81, p. 5). Neste momento em que a troca de favores e as matérias pagas ainda eram comuns na imprensa brasileira (RIBEIRO, 2007), o proprietário do jornal *O Dia* discursivamente afirmava que preferia enfrentar as adversidades de ordem financeira de sua oficina, para não colocar em dúvida a “independência” política e partidária da linha editorial projetada para o órgão, não aceitando, portanto, receber subvenções do governo estadual e/ou municipal, ou dos grupos, facções ou partidos políticos.

A questão do “apartidarismo” da linha editorial de *O Dia* aparecia com frequência nas matérias, como uma regra da prática jornalística da sua redação. Mesmo quando o principal tema de uma matéria era a querela político-partidária, o jornal firmava seu ideal “apartidário”, a fim de se impor frente ao público leitor como um órgão de imprensa veiculadora da “verdade” sobre o fato político piauiense, em virtude da sua “imparcialidade”, que era norma seguida pelo jornal. Nesse sentido, na matéria “A nossa imprensa”, o jornalista apresenta alguns dados sobre a recepção e o consumo do jornal em Teresina como um resultado da “imparcialidade” das matérias veiculadas em suas páginas:

Nós, felizmente, apesar de independentes dos mais conscienciosos e sensatos não nos sentimos fracos ainda. Pelo contrário, estamos firmes e bem firmes, certo na continuação de nossos ideais. E lutamos com tôdas as adversidades. [...] Nossa capital, que tem, mais ou menos, uma população de 70 mil habitantes, não está ainda, como devia, habituada à leitura de jornais. Todavia, contamos, com muito desvanecimento, com a acolhida que nos é

feita pelo povo sensato e inteligente que nos acompanha, com o aplauso de nossos distintos leitores que só veem em nós a flâmula ardente de bem orientarmos e conseguirmos um ambiente mais feliz e fértil para a política piauiense. E o atestado convincente desta afirmativa é termos sempre esgotadas as nossas edições.

Assim, esperando continuarmos gozando preferência honrosa do povo que nos lê, sentimo-nos cada vez mais fortes para combatermos as mazelas dos homens públicos do Piauí, convictos de que, praticando a imprensa dignificante e honesta, sobreviveremos a tôdas as dificuldades e aos jornais governistas, que são amarelos (A NOSSA IMPRENSA. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 88, p. 1, 5 out. 1952).

No desfecho da matéria acima, o jornalista de *O Dia* fez questão de demarcar as diferenças entre os jornais que, em 1951, nasciam, ainda, subordinados financeiramente aos políticos, partidos ou facções políticas e, por isso, mantinham uma linha editorial dependente da doutrina de um partido ficando presos ao jornalismo de opinião, doutrinário e marcados pela paixão dos debates políticos partidários. Na medida em que *O Dia* denominava os “jornais governistas” de “amarelos”, direta ou indiretamente, lhes imputava uma carga pejorativa, em termos redacionais, uma vez que esta era a denominação empregada para a escrita jornalística sensacionalista, opinativa e descompromissada com a verdade para atingir determinados interesses (ROMANCINI, 2007). Esse perfil jornalístico, à época, suscitava críticas provocando exigências de mudanças, para um jornalismo mais objetivo e comprometido com a realidade dos fatos.

Não obstante, na matéria intitulada “A nossa imprensa”, assinada por Cunha e Silva, publicada na edição de 24 de fevereiro de 1952, consta a declaração deste jornalista de que *O Dia*, naquele ano, era o jornal de “[...] maior circulação no Estado e que se impôs no conceito da opinião pública, o ‘O Dia’ não desonraria a imprensa de nenhuma capital do País, inclusive da própria Capital Federal [...]” (SILVA, Cunha e. A nossa imprensa. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 56, p.2, 24 fev. 1952). Ainda em 1952, o jornalista Káram Kury também fez questão de registrar na matéria “Mensagem de despedida”, que, do Rio de Janeiro, colaborava com a direção do jornal *O Dia* através de sua assinatura e contribuía para que *O Dia* se tornasse um semanário da atualidade, voltado para o progresso do Piauí no campo da cultura. Káram Cury testemunha que, nas colunas do jornal *O Dia*, encontrava-se a linha correta da opinião abalizada por seus jornalistas, os quais procuravam atender e defender os interesses da comunidade. Assim, em sua opinião, *O Dia* era “a mais alta tribuna do pensamento piauiense em Teresina”, em 1952 (CURY, Káram. Mensagem de despedida. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 57, p. 1, 2 mar. 1952).

Ainda nesse sentido, nas matérias publicadas nas edições de 1951 e 1954 que faziam autorreferência à linha editorial determinada para *O Dia*, foram encontradas algumas expressões que buscavam construir uma identidade para o jornal como sendo um dos melhores da imprensa existentes em Teresina, e no Piauí naquele período. “Altivo cabeça vermelha”, “jornal das multidões”, “apóstolo da imprensa piauiense” e “símbolo da verdade”, foram algumas das expressões encontradas no jornal para imprimir uma identidade à prática jornalística exercida por sua equipe de redação, cujos discursos eram cunhados pelo lema “independente, político e noticioso”. Segundo os dados publicados nas edições de *O Dia* de 1953, o jornal procurava cumprir sua missão sem subserviência e paixão partidária, noticiando o fato político piauiense independentemente de cor partidária. Além disso, o jornal *O Dia* afirmava que cabia ao jornalista, empregado na sua redação, narrar os fatos sem os “baralhar e confundir” o leitor²⁰.

Sobre os aspectos técnicos e/ou gráficos do jornal, na edição de agosto de 1953, foi publicada a declaração do tipógrafo tecladista, Ernesto Nicacio, de São Paulo. Na sua avaliação, o jornal apresentava boa impressão; da mesma forma, os trabalhos de revisão e de paginação não deixavam a desejar, se comparados aos jornais que circulação no Sul do país.

DECLARAÇÃO

Tive a satisfação de ler “O DIA” e devo afirmar, no meu fraco e desvalioso conceito, em nada desmerece os créditos de que o elabora.

Sua apresentação gráfica é impecável. Na parte ortográfica (o que mais chamou-me atenção) é rigorosa.

Também não esquecerei de louvar as outras partes, notadamente o seccionamento de seus artigos e a escolha dos caracteres inteligentemente empregados. Bem se nota que êle está confiado a profissionais competentes.

Está, pois, de parabéns a cidade de Teresina.

Ao “O DIA” o meu voto de uma longa existência a Serviço da Verdade e da Cultura.

São Paulo, 18 de julho de 1953.

ERNESTO NICACIO

(“O DIA” EM SÃO PAULO. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 132, p. 1, 9 ago. 1953).

Vale ressaltar que, no final da sua declaração, o tipógrafo Ernesto Nicacio destaca o papel de *O Dia*, que, na função de atuar como órgão de imprensa, deveria estar a serviço da “verdade” e da “cultura”, preceitos já cobrados pela ética jornalística e pelos leitores dos grandes centros do país na busca de um jornalismo mais objetivo e rico sob o ponto de vista da informação.

²⁰ ADEUS, PROCESSO. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 128, p. 4, 12 jul. 1953; JULIANO, João. Cabeça virada. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 128, p. 8, 12 jul. 1953.

Nesse sentido, também foi publicada a opinião do jornalista que assinava com o pseudônimo Migué Floriano. Na sua coluna “Correspondência de Floriano”, o jornalista afirmou que *O Dia* tinha por objetivo o bem da coletividade e, por isso, através de suas matérias “desmascarava” os políticos que não agiam em benefício do povo (FLORIANO, Migué. Correspondência de Floriano. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 138, p. 3, 20 set. 1953). E, segundo um leitor, que se identificava como “filho de Morrinhos²¹”, “todo mundo” do povoado comprava o jornal, por considerar que *O Dia* falava somente a verdade e não silenciava as misérias verificadas no Estado. (EM MORRINHOS É ASSIM. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 146, p. 6, 15 nov. 1953).

Na matéria “Em marcha”, assinada pelo político Chrysippo de Aguiar, é traçado um histórico da trajetória do órgão nos três primeiros anos de sua atividade jornalística. Segundo Chrysippo de Aguiar, o proprietário de *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro, aspirava enriquecer a imprensa piauiense com a fundação de um jornal político, sem que tivesse qualquer dependência partidária, movido apenas pelo ideal de defender os interesses da coletividade. A atitude de fundar um jornal sem muitos recursos financeiros demandava “vontade”, “coragem” e “inteligência” do proprietário do jornal *O Dia*, sobretudo, porque não recebia apoio de políticos. Para época, foi um desafio para o articulador do jornal, uma vez que a maioria dos órgãos de imprensa de Teresina e do Piauí surgia como projetos de políticos, interessados em manter em circulação uma folha para divulgação do seu partido e para fazer a propaganda e a defesa de seus correligionários. Assim, Chrysippo de Aguiar explica que Raimundo Leão Monteiro enfrentou alguns obstáculos, não só de ordem financeira devido aos altos custos para manter em funcionamento uma tipografia e um grupo efetivo de funcionários; como também, ouviu palavras de desânimo e atitudes de descrença quanto à longevidade do seu jornal. Em comemoração ao terceiro aniversário do jornal *O Dia*, Chrysippo de Aguiar escreveu o seguinte:

[...] Assim nasceu o “O DIA”, que saiu a circular em Teresina, a 1.º de Fevereiro de 1951, para caminhada, a princípio, de valados a transpor e ladeiras íngremes a subir, até alcançar o cimo em que já se encontra, firmado no conceito público e aparelhado para maiores ascensões. A data que hoje comemoramos, pois, constitui motivo justo de júbilo, não só para o seu diretor e fundador como para todos o que ajudam na tarefa intelectual ou mourejam nas suas oficinas. Lembra dificuldades e tropeços que ficaram para trás, nas brumas dêsses três anos percorridos, mas recorda também, e isso é o que nos importa, as simpatias públicas conquistadas, com os triunfos

²¹ Povoado localizado a 33 km da capital piauiense. Desde a década de 1960, a cidade passou a ser denominada de Demerval Lobão-PI.

obtidos na defesa do povo e das boas causas, e que representam louros a compensarem o esforço dispendido.

A nossa festa, porém, é mais de espírito, não se exterioriza em regabofes de camarilhas, que se congratulam pelo advento de um regime que lhes encheu a barriga, e sem outro intuito que não o de se efetivarem na boa vidinha de gato de palácio.

O que festejamos hoje é mais um ano de lida, intensa e constante, a serviço das instituições democráticas e do povo, em particular, que também é convidado desta festa e participa da nossa satisfação. É, em suma, apenas um ensejo, de que nos valem, para cultuar a inteligência aliada à coragem cívica e ao desprendimento. [...] (AGUIAR, Chrysippo de. Em marcha. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954).

Do mesmo modo que Chrysippo de Aguiar, outros leitores e críticos do jornal apresentaram sua opinião sobre a atividade jornalística desempenhada na tipografia de *O Dia*. Em 1954, o jornal foi parabenizado por seu jornalismo “vibrante” e “combativo”, a ponto de ser intitulado “valente órgão defensor da causa pública”²². Para um leitor, que assinou uma carta com o nome de Antônio Baptista Calland, acompanhar as edições de *O Dia* o deixava a par dos fatos e das coisas que surgiam no cotidiano de Teresina. Além disso, o autor da carta manifestava seu apreço pelas matérias publicadas no jornal, vistas como “interessantes” e promotoras de uma leitura “amena” e “instrutiva”, qualidades que legitimavam a atuação do órgão como um veículo da verdade, por conter críticas construtivas e dogmáticas.

Para Antônio Baptista Calland, o jornal *O Dia* era um órgão difusor da verdade e da cultura, até porque considerava que o proprietário Raimundo Leão Monteiro era cultor da verdade, da justiça e da cultura. Assim, as ideias contidas nas matérias, o alto espírito construtivo da crítica jornalística, o formato e a qualidade da impressão do jornal, representavam o interesse do proprietário de *O Dia* pelo povo piauiense e pela “educação das massas” (CARTA RECEBIDA. *O Dia*. Teresina, 4 abr. 1954, ano IV, n. 168, p. 4).

Na passagem do aniversário do proprietário do jornal *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro, foi publicada uma matéria que, além de apresentar regozijo pela data, oferecia informações com o intuito de ratificar que o idealizador do jornal fora vitorioso na sua proposta e que o órgão, em 1954, continuava firme na sua posição de independência partidária, uma vez que não contava com o apoio e o incentivo do poder público.

²² AINDA O TERCEIRO ANIVERSÁRIO DE “O DIA”. *O Dia*. Teresina, 28 fev. 1954, ano IV, n. 163, p. 5; RÉGO, J. Fernandes do. Lenha nova para a fogueira. *O Dia*. Teresina, 07 mar. 1954, ano IV, n. 164, p. 5; DR. CHRYSIPPO DE AGUIAR. *O Dia*. Teresina, 25 jul. 1954, ano IV, n. 185, p. 1.

Jornalista Leão Monteiro

Transcorreu ontem, 5 de junho, o aniversário natalício de nosso Diretor Prof. Raimundo Leão Monteiro, proprietário dêste órgão.

Homem de luta, espírito altamente empreendedor e benfeitor, encarna a energia e a tenacidade daqueles que vencendo as dificuldades mesológicas e ambientes, conseguem algo realizar e construir como seja a organização da empresa jornalística “O DIA”, cuja existência surgiu de uma idéia desacompanhada do apôio e incentivo público, mas que, hoje, apresenta-se largamente vitoriosa.

Assim é que hoje dispomos do popularíssimo jornal “O DIA”, vencendo os obstáculos que se propunha antolher os passos do seu fundador e organizador, quebrando barreiras e caminhando para a frente sem desfalecimento, mas com entusiasmo, confiança e fé.

Portanto, é com justo júbilo que “O DIA” cumprimenta neste ensejo o Prof. Raimundo Leão Monteiro, oferecendo-lhe mais uma rosa para a corôa de sua evidente vitória (JORNALISTA LEÃO MONTEIRO. *O Dia*. Teresina, 6 jun. 1954, ano IV, n. 177, p. 6).

Segundo Carivaldo Marques (apud PEDROSA, 2012), um dos motivos do jornal circular semanalmente se devia ao custo elevado do processo de produção e aos incipientes equipamentos de reprodução existentes nas oficinas de *O Dia*. Além da montagem dos textos na página serem feitas manualmente, “o jornal era impresso folha por folha, primeiro um lado, depois o outro.” (MARQUES apud PEDROSA, 2012).

Até cinco de junho de 1953, as oficinas do jornal *O Dia* contavam apenas com seis caixas de tipos e uma pequena impressora “Consani”, do tipo “Minerva”. Nessa data, foi adquirida uma “moderna e poderosa” máquina Linotipo, modelo 31, considerada “super relâmpago”, conforme nota publicada na edição de 14 de junho de 1953.

Figura 1: Inauguração da máquina Linotipo, modelo 31, nas dependências do Jornal *O Dia*, em junho de 1953



Fonte: *O Dia*. Teresina, ano III, n. 124, p. 4, 14 jun. 1953.

A inauguração da Linotipo nas dependências do jornal foi celebrada com festa na residência de Raimundo Leão Monteiro e contou com a presença de políticos e empresários da sociedade teresinense e piauiense, que podem ser visualizados na Figura 1, acima. O empreendimento tecnológico, à época, anunciava os sinais da chegada da modernização e melhoramento da impressão dos jornais.

Em 1954, novamente há notícias no jornal de que Raimundo Leão Monteiro pretendia fazer a aquisição de novo equipamento para as oficinas do jornal *O Dia*. O interesse do proprietário em melhorar o equipamento técnico da sua tipografia, nesse momento, se dava em virtude da importância que o jornal alcançou no Estado. Assim, em 24 de janeiro de 1954, foi publicada uma nota no jornal, informando que *O Dia* já circulava em todos os municípios do Piauí e do Maranhão (NOTA. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 157, p. 5, 24 jan. 1954). E, em 10 de outubro de 1954, informavam que *O Dia* era o jornal mais importante do Piauí, “[...] com uma circulação completa nas principais cidades do interior do Piauí e também com um número de exemplares por tiragem até agora ainda inigualado, estará, brevemente, com suas oficinas completamente reorganizadas e enriquecidas com a aquisição de novas e moderníssimas máquinas.” (PROF. LEÃO MONTEIRO. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 204, p. 1, 10 out. 1954).

Mesmo com o melhoramento das artes gráficas, a partir da chegada da Linotipo, em 1953 e 1954, as dificuldades técnicas vivenciadas na década de 1950 contribuíam para que se publicassem poucas fotos no jornal. Logo, os clichês, geralmente confeccionados no Rio de Janeiro ou em Recife (PE), tardavam a chegar à capital piauiense, o que poderia colocar em risco a publicação do jornal em tempo hábil. Assim, as poucas fotografias impressas nas páginas de *O Dia*, no período pesquisado de 1951 a 1954, restringiam-se a fotos de personalidades políticas e, raras vezes, de pessoas de destaque da sociedade teresinense e piauiense.

Contudo, Raimundo Leão Monteiro parece ter cuidado de perto dos negócios da sua instituição jornalística, sendo visto pela equipe do jornal como um “homem de luta”, de “espírito altamente empreendedor” e “benfeitor” do órgão de imprensa. O nome dele aparece impresso no cabeçalho do jornal em todas as edições de 1951 até 1 de maio de 1962. A partir desta edição, data em que o jornal foi arrendado para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e passou a ser de responsabilidade da bancada petebista, o nome do Raimundo Leão Monteiro aparece somente no expediente do jornal com fundador do órgão.

Figura 2 - Cabeçalho do jornal *O Dia*, abr. 1962

Fonte: *O Dia*. Teresina, ano XII, n. 970, p. 1, 26 abr. 1962.

Figura 3: Cabeçalho do jornal *O Dia*, maio de 1962

Fonte: *O Dia*, Teresina, ano XII, n. 972, p. 1, 1 maio 1962.

O arrendamento do jornal *O Dia* pelo PTB, em 1962, se deu por motivos óbvios. Trata-se do ano de campanha eleitoral para governo do Estado e o jornal *O Dia* era considerado o de maior circulação no Piauí e no Maranhão e, também, definia-se como órgão “independente”, em relação aos partidos políticos de então. No período de maio a outubro de 1962 em que o jornal ficou sob a responsabilidade da bancada petebista, notam-se apenas algumas pequenas mudanças. Consta no expediente do jornal o nome dos responsáveis pela redação, a saber: Valter Alencar, como Diretor Administrativo; Olympio Costa, Diretor Executivo e Deoclécio Dantas Ferreira, Jornalista. Como colaboradores: Júlio Martins Vieira, João Bastos Filho e Simplício Araújo. O jornal passou a circular três vezes na semana: terça-feira, quinta-feira e domingo, geralmente com quatro páginas (*O Dia*. Teresina, ano XII, n. 972, p. 2, 1 maio 1962). Já na edição de 12 de julho de 1962, no expediente era impresso os

nomes de Reginaldo Furtado, na Direção, e de Raimundo Basílio, como Secretário (*O Dia*. Teresina, ano XII, n. 1.000, p. 2, 12 jun. 1962).

No período em que o jornal *O Dia* esteve sob a direção da bancada petebista, em termos de publicação de matérias jornalísticas, estas ficaram restritas a informes nacionais e internacionais, informes sobre o parlamentarismo, coluna sindical, assuntos ligados à vida política partidária do Piauí e à propaganda política eleitoral de determinados candidatos a cargos eletivos de 1962. Segundo Marylu Alves de Oliveira (2008), antes mesmo de o jornal ter sua redação e oficina a serviço do PTB, nas páginas de *O Dia* já não mais se encontravam críticas ao governo do Estado, representado pelo petebista Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962), de maneira que o arrendamento foi apenas uma consequência da aproximação do Raimundo Leão Monteiro, proprietário do jornal, com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Pode-se inferir que, após o arrendamento do jornal para o PTB, alguns jornalistas deixaram de colaborar com o órgão, entre estes, A. Tito Filho e Cunha e Silva, uma vez que não foram encontradas matérias assinadas por eles no jornal. Esta inferência ganha concretude a partir da leitura do livro *Contra a foice e o martelo*, de Marylu Alves de Oliveira (2008), na medida em que a pesquisadora também afirma que o arrendamento do jornal pela bancada petebista provocou a saída de alguns jornalistas da redação de *O Dia*. Para tanto, a autora apresenta uma matéria que foi publicada na edição de *O Dia* de 1967, onde constam os nomes dos jornalistas Cunha e Silva, Deoclécio Dantas e A. Tito Filho como os principais colaboradores que deixaram o jornal, retornando à sua redação só depois que Raimundo Leão Monteiro voltou a editar o seu jornal (OLIVEIRA, 2008, p. 53).

Passadas as eleições de sete de outubro de 1962, deu-se por terminado o arrendamento do jornal *O Dia* para o PTB, neste mês. A partir de novembro de 1962, o jornal colocou no seu cabeçalho o nome do seu proprietário Raimundo Leão Monteiro, que assumiu novamente a direção do órgão. O jornal voltou a circular duas vezes por semana, às quintas-feiras e aos domingos, com quatro páginas. E no expediente, foi retomada a configuração anterior ao arrendamento, informando o valor das publicações, as especificações técnicas e sobre o pagamento de propaganda política em suas colunas (*O Dia*. Teresina, ano XII, n. 1.045, p. 28 nov. 1962).

Em 1963, o jornal *O Dia* passou a ter um novo proprietário. Segundo Marylu Alves de Oliveira (2008), depois que a folha ficou alguns dias sem circular, em agosto de 1963, foi noticiada a venda do jornal à empresa *Folha da Manhã*. O motivo que levou Raimundo Leão Monteiro a vender o jornal não foi explicitado nas páginas de *O Dia*. Entretanto, José Lopes

dos Santos, que trabalhou no jornal, desde o seu primeiro ano de circulação, aponta como um dos principais motivos o de ordem financeira, ao relatar que “Leão Monteiro gostava muito de se ausentar de Teresina, sobretudo, para ir ao Rio de Janeiro, e gastava quase sempre o dinheiro que recebia no jornal. Ficava sempre necessitando de melhorar sua situação financeira. Assim, vendeu o jornal ao Otávio Miranda” (SANTOS, 2005, apud OLIVEIRA, 2008, p. 55).

No mesmo ano, em outubro de 1963, o jornal *O Dia* muda novamente de dono e passa a ser de propriedade do coronel Octávio Miranda.²³ A mudança de proprietário resultou, não apenas na reforma dos seus editoriais e dos noticiários pautados alegadamente na imparcialidade, mas também nas reformas gráficas. Costuma-se atribuir ao Cel. Octávio Miranda o papel de modernizador das oficinas de *O Dia* e o de ter promovido a fase de melhor aquisição de aparelhos técnicos para o jornal. Todavia, somente em 1965 o jornal adquiriu um prelo semiautomático, tipográfico, e uma clichéria, como relata Carivaldo Marques, Diretor Industrial do jornal:

O coronel Miranda adquiriu o jornal O DIA em 1963. Ele comprou o título e vários equipamentos de outros jornais e também do Ceará e montou, na época, já um grande jornal. Em 1965, quando comecei como repórter fotográfico na empresa, o jornal O DIA já tinha um prelo semiautomático, tipográfico, e uma clichéria, uma coisa já bastante moderna, porque antes, pra você fazer o clichê, tinha que ser no Rio de Janeiro ou em Recife. Isso significava cerca de um mês para que a foto fosse publicada no jornal. Inclusive, em alguns casos, havia manchetes de jornal dizendo ‘Chegaram os novos clichês do casamento de Fulano de Tal’ (MARQUES apud PEDROSA, 2012).

Os melhoramentos técnicos continuaram a ocorrer nas oficinas de *O Dia*, na segunda metade do século XX. Posteriormente, foi adquirida uma máquina rotoplana, considerada, à época, como o sistema mais completo de impressão. A partir de 1967, com surgimento do processo *off-set*, o jornal adquiriu uma máquina importada dos Estados Unidos e, mais tarde, inseriu computadores nas salas de redação, revolucionando e otimizando o sistema de produção de jornais. Em 1969, o lema de *O Dia* - “Órgão independente, político e noticioso” foi substituído para “Se ‘*O Dia*’ disse, a notícia existe”²⁴. Mais do que mudar de lema, ao

²³ Octávio Miranda nasceu em 3 de março de 1912, e faleceu em Teresina, em 22 de junho de 2002. Trabalhou no Exército, servindo no Rio de Janeiro e, no Piauí, comandou o 25º BC (Batalhão de Caçadores). Foi militante político e foi eleito a Deputado Estadual, em 1947 e 1951. Além da função militar, ocupou-se com atividades ligadas aos ramos da comunicação, tornando-se proprietário do jornal *O Dia*, em 1963, e da *Rádio FM O Dia*, em 1981.

²⁴ Segundo a pesquisadora Marylu Alves de Oliveira (2008), a mudança do *slogan* (para a autora, porém, nesta tese entende-se por lema) do jornal foi uma estratégia discursiva usada pelo proprietário e/ou diretor de *O Dia* para fixar no leitor uma propaganda ou um anúncio de que o fato noticiado realmente aconteceu e que

longo da segunda metade do século XX, outros incrementos tecnológicos continuaram e continuam sendo inseridos no jornal até hoje, visto que *O Dia* é o jornal, em contínuo funcionamento, mais antigo de Teresina.

2.1.2 *A Cidade*: “Jornal político e de interesse do povo”

Diferentemente de *O Dia*, que se autorreferenciava com um jornal “moderno”, “independente” e “noticioso”, *A Cidade* trazia em seu bojo um caráter panfletário, militante e doutrinário do jornalismo brasileiro do final do século XIX e início do século XX (ABREU, 1996). Instalado em Teresina em 1951, *A Cidade* teve sua primeira edição publicada em 27 de julho daquele ano. Surgido a partir de um conjunto de interesses de um grupo de políticos vinculados ao partido da União Democrática Nacional (UDN), o jornal era definido como um “Órgão do Diretório Municipal e da Bancada de Vereadores da UDN” e a frase “Jornal político e de interesse do povo” era usada como lema do jornal, que tinha como pretensões jornalísticas a de fazer oposição política partidária através do panfleto.

Sob a responsabilidade do diretor José Severiano da Costa Andrade²⁵ e do secretário Severo Maria Eulálio²⁶, inicialmente, o jornal circulava uma vez por semana com quatro páginas de “feição acanhada e modesta”, em decorrência das dificuldades técnicas (O NOSSO PROGRAMA. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 27 jul. 1951). Só mais tarde foi que o jornal passou a ser publicado todas as terças e sextas-feiras à tarde.

Em 1951, o jornal era vendido em vários postos de distribuição nos bairros da cidade e custava Cr\$ 1,00 exemplar avulso, Cr\$ 2,00 número atrasado, Cr\$ 80,00; assinatura semestral e Cr\$ 120,00 a assinatura anual e (*A Cidade*. Teresina, ano I, n. 1, p. 2, 27 jul. 1951). A partir de agosto de 1953, os postos de distribuição funcionavam, em sua maioria, na residência de algum dos amigos ou correligionários do partido UDN, a saber: “Vermelha – Em casa do Sr. José Soares Tataia; No Barroão – No salão ORION; Na Piçarra – No salão RIO BRANCO; No Mafuá – Em casa do Sr. Gabriel Arcanjo do Espírito Santo; Porenquanto – a mesma rua

correspondia aos interesses do Ato Institucional AI-5. Nesse sentido, a autora afirma que “o jornal não poderia ter um *slogan* mais compatível com a realidade de uma imprensa censurada. Não caberia ao leitor, naquele momento, questionar a veracidade da notícia, mas apenas aceita-la, pois ‘se ‘O DIA’ disse, a notícia existe’.” (OLIVEIRA, 2008, p. 56).

²⁵ José Severiano da Costa Andrade nasceu em Simplício Mendes (PI) em 1906 e faleceu em Brasília em 1974. Bacharel em Direito. Foi prefeito de Simplício Mendes. Em 1950 foi candidato a Deputado Estadual, ficando como suplente, e em 1954 foi eleito, ambas candidaturas pela UDN.

²⁶ Severo Maria Eulálio nasceu na cidade de Picos (PI) em 17 de janeiro de 1927 e faleceu em novembro de 1979. Bacharel em Direito pela Faculdade Federal de Direito do Piauí, em 1952, exerceu as funções de advogado e ocupou vários cargos políticos. Foi eleito a deputado estadual (1958 e 1962) pelo PTB, deputado federal (1970, 1979) e Prefeito de Picos (1976).

do Pé do alto em casa do Sr. Pedro Sena”. (AVISO AOS LEITORES. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 6, p. 1, 14 ago. 1951).

Em suas páginas se faziam presentes matérias jornalísticas contendo informações de cunho político partidário, em sua maioria; mas também havia espaço, nas suas colunas, para as notícias sobre o esporte local, nacional e internacional, os serviços de utilidade pública, as crônicas, a coluna social, cartas do leitor e anúncios. A feição política pensada para o jornal atravessava praticamente todas as suas páginas e notícias. Na coluna social, por exemplo, geralmente as notas sobre aniversários, viajantes, visitantes, falecimento, casamentos, noivados etc., eram relacionadas a pessoas de destaque e prestígio da sociedade local ou nacional e de políticos vinculados ao partido udenista²⁷.

No editorial de lançamento de *A Cidade* foi explanada a proposta do jornal que se declarava ter “saído do seio do povo para servir ao povo”, como órgão de oposição ao governo do Estado. Nesse sentido, considerando que a linha editorial do jornal seguiria a orientação dos princípios e postulados da UDN e da ética jornalística, carece destacar a carta programa impressa na sua primeira edição de 27 de julho de 1951, que informava:

O nosso programa

[...] *O nosso jornal terá feição política e, nas duras lides jornalísticas que nos esperam, adotaremos os princípios e postulados que norteiam a União Democrática Nacional. Faremos oposição. Mas uma oposição da maneira como a interpretamos, isto é, construtiva, elevada e dentro dos seus princípios da ética jornalística. Jamais descenderemos ao lamaçal da degradação a que chegaram os nossos adversários na campanha passada. Não serão nossas armas a mentira, a infâmia, a calúnia, a difamação e o suborno, tão habitualmente usados contra os nossos candidatos no último pleito.*

Seremos, porém, duros e impiedosos na defesa do interesse do povo e, mais ainda, *no combate aos erros e crimes políticos do govêrno!* Estaremos presente onde quer que se pratique uma injustiça ou um atentado contra os sagrados direitos dos cidadãos.

E nesta hora dramática, em que a fome ronda a porta dos pobres casebres dos subúrbios de nossa cidade; em que levas de deslocados, acossados pela miséria, batem em vão todas as portas do govêrno, *deste govêrno de comerciantes e tubarões*, a nossa posição será indiscutivelmente ao lado dessa gente sofridora, abrigando em nossas colunas as suas queixas e solidários na sua luta, desumana e desigual contra as feras do cambio

²⁷ Um exemplo é a informação publicada na coluna: “**SOCIAIS.** [...] VIAJANTES. PROFESSOR COSTA ANDRADE. De sua ligeira passagem por Simplício Mendes, regressou ao nosso meio o prof. Costa Andrade, deretor desta folha. O nosso cordial abraço. Regressou ao nosso meio, vindo de Jaicós, o deputado Alberto Luz, Chefe político de grande prestígio naquele município. De Picos, chegou a esta Capital, a inteligente professora Socorro Luz, do Grupo Escolar daquela cidade.” (SOCIAIS. *A Cidade*. Teresina, 14 ago. 1951, ano I, n. 6, p. 2). O político Alberto Luz, mencionado na matéria, foi Prefeito de Jaicós (PI) pela UDN, no período: 1947 a 1950; Deputado Estadual, pela UDN no período: 1951 a 1955 e Deputado Estadual, pelo PTB, em 1959. (Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122100>. Acesso em: 6 ago. 2012)

negro, que saçiam a voracidade impunemente, no sangue e na carne das classes menos privilegiadas.

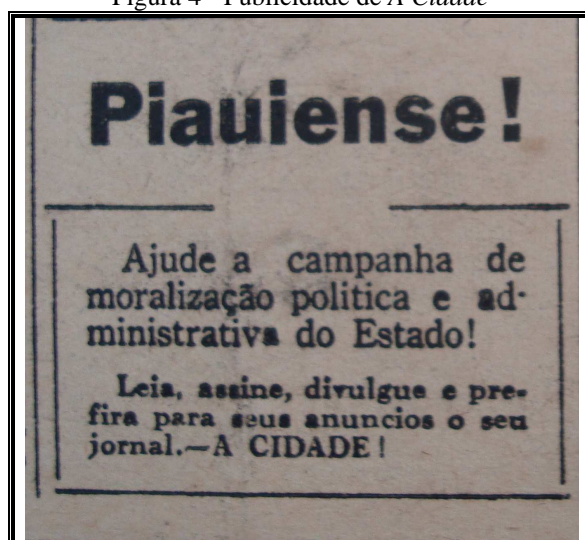
É este, em síntese, o nosso programa. E para que o possamos cumprir até o fim sem desfalecimentos; e *para que não sejamos nós mesmos devorados por essa alcateia de lobos esfaimados*, pedimos a ajuda do povo, desse povo bom e valoroso, que sempre esteve conosco (O NOSSO PROGRAMA. *A Cidade*, Teresina, Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 27 jul. 1951, grifos nossos).

No interesse de se estabelecer na imprensa de Teresina como um órgão udenista e de oposição ao governo do Estado do Piauí, que tinha como representante o pessedista Pedro Freitas, *A Cidade* propunha como norma um jornalismo de combate, para defender os interesses do povo. Criado para servir de instrumento de luta política contra o PSD do Piauí, o jornal *A Cidade* esclarecia, através das matérias de autorreferência, que, no exercício da imprensa livre e de feição política, a sua redação cumpriria o direito à crítica ao governo central e estadual, representado por um governante petebista e pessedista respectivamente, e se ocuparia na produção do discurso crítico “construtivo”, escrito com uma linguagem “elevada” e “dentro dos sãos princípios da ética jornalística”. Mesmo reconhecendo que era um jornal político e doutrinário na defesa dos postulados da UDN, o jornal *A Cidade* advertia o jornalista de que ele jamais poderia se render à “paixão partidária” e/ou ficar subordinado aos proprietários dos órgãos de imprensa, porque essa condição comprometeria o seu olhar crítico, criterioso e verídico na apreciação do fato político piauiense e o levaria ao descumprimento das normas jornalísticas que tanto defendia.

Por meio de suas matérias, o jornal demonstrava que uma das restrições formais para a sua redação, era a produção de críticas de indivíduo para indivíduo, por considerar que não passavam de retaliações pessoais. Os comentários políticos, as denúncias sobre a ação dos governantes, o debate e a polêmica de ideias partidárias deveriam fazer parte de suas produções, desde que fossem feitas através de uma crítica jornalística “honesta”, “sensata” e “justa”. Provavelmente, este discurso, que procurava enunciar as normas de sua redação foi usado em *A Cidade* como estratégia retórica, a fim de que seu público leitor e os próprios jornalistas locais, o reconhecessem como um jornal político e de oposição ao governo do Piauí, que, não obstante, esta condição, mantinha uma linha editorial de seriedade na abordagem do fato político. Esse era o critério indispensável para o reconhecimento da “verdade” dos seus editoriais e para a afirmação da sua credibilidade frente ao leitorado. Todavia, na prática, o jornal *A Cidade* publicava em suas páginas matérias com uma linguagem agressiva, satírica e virulenta contra o governador Pedro Freitas e contra os jornalistas e os jornais que o defendiam.

No jornal *A Cidade* o lema “jornal político e de interesse do povo” parece ter sido um dos princípios norteadores da prática jornalística de sua redação. Através do discurso, o jornal se colocava na luta contra os políticos que, indiscriminadamente, não administravam o bem público para servir a coletividade. Colocando-se do lado do povo, na condição de seu porta-voz, o jornal enfatizava a missão moralizadora da imprensa de oposição e apelava aos piauienses para que lessem, assinassem e divulgassem suas notas e anúncios em *A Cidade*. Foi através do discurso de que contaria com a ajuda do povo, para combater tudo aquilo que os proprietários, diretores, jornalistas e o público de *A Cidade* consideravam como desmandos da administração pública estadual, que o jornal definia sua proposta editorial, tal como se pode observar na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Publicidade de *A Cidade*



Fonte: *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 27 jul. 1951.

O anúncio apelativo põe em evidência o significado da criação do jornal *A Cidade*, para os correligionários do partido udenista, sobretudo, porque o(s) proprietário(s) e o(s) diretor(es) do órgão necessitava(m) garantir um leitor assíduo de suas edições. Do mesmo modo, ao tempo em que a nota da redação alerta para o imperativo de ler, assinar e divulgar no jornal, o(s) seu(s) dirigente(s) buscava(m) também adquirir recursos financeiros, para pagar seus funcionários e para a manutenção de material e do maquinário necessário à reprodução de suas páginas, mesmo sendo um órgão sustentado financeiramente pelo Diretório Municipal da UDN.

Sob o argumento de que o jornalismo de *A Cidade* se espelhava nos jornais de circulação nacional e que procurava abrigar em suas colunas as “queixas dos leitores”, o jornal solicitava a colaboração do público, por meio do envio de informações sobre os

acontecimentos da capital, para que fossem publicadas em suas páginas. No jornal, o espaço reservado para a publicação de textos enviados pelos leitores foi intitulado “O povo colabora”. Esta seção pretendia divulgar, a critério do jornal, “a colaboração dos leitores, amigos e correligionários, respeitando democraticamente, o pensamento e a redação de cada um.” (O POVO COLABORA. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 6, p. 4, 14 ago. 1951).

No tocante aos acontecimentos dos municípios do Piauí, através da publicação de uma “Nota da redação”, o jornal solicitava dos leitores residentes em outras cidades, que não a capital Teresina, a sua contribuição na emissão de “notícias das principais ocorrências em seus municípios, especialmente da atuação das autoridades estaduais e municipais” (NOTA DA REDAÇÃO. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 20, p. 1, 2 out. 1951), pois seriam publicadas na coluna denominada “Pelos municípios”.

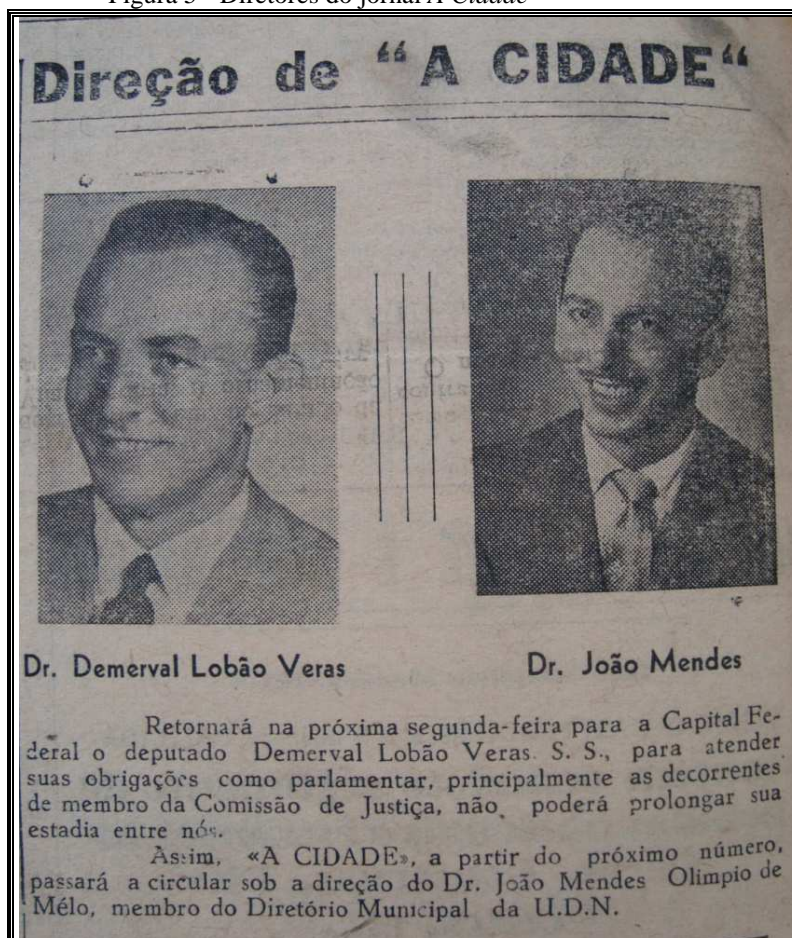
Sobre a história do surgimento e fechamento de *A Cidade*, as informações são relativamente escassas. Os dados que ajudam a reconstruir parte da sua trajetória como órgão de imprensa foram encontrados nos jornais *O Dia* e no *Jornal do Piauí*, nas edições pesquisadas no Arquivo Público do Piauí, referentes aos anos de 1951 a 1953. Vale salientar que as informações veiculadas por estes dois órgãos de imprensa e que tratam da existência e do comportamento do jornal *A Cidade* foram produzidas a partir do *lugar* de fala de cada um. Dessa maneira, foram levadas em conta, na análise das fontes, as diferenças políticas partidárias da linha editorial de cada órgão, especialmente, porque sustentavam uma batalha discursiva entre si.

No jornal *O Dia*, segundo o(s) jornalista(s) que assinava(m) com o pseudônimo Petrus Maurcius, *A Cidade* surgiu a partir do esforço de um grupo de udenistas pobres e, por isso, contara com recursos financeiros dos correligionários “modestos” e “combativos” do partido udenista. Na matéria “Mudando de mãos”, de 15 de fevereiro de 1953, Petrus Maurcius destaca os nomes de Anfrísio Gomes da Rocha e Manoel Carvalho como alguns dos correligionários da UDN que defendiam que se fazia urgente e necessária a existência de um jornal do partido para “combater o situacionismo dominante”, que se instalara no Piauí em 1951, com a diplomação do governador Pedro Freitas, eleito pelo PSD. Entretanto, o jornalista de *O Dia* explica que a empreitada de manter em pleno funcionamento um jornal declaradamente de oposição ao governo do Estado não era uma tarefa fácil. Isso porque, além dos problemas de ordem financeira para montar uma tipografia, os interessados na fundação do jornal *A Cidade* viram seu projeto ser embargado por um grupo de políticos, que, discretamente, pretendiam impedir o andamento dos seus primeiros passos, mesmo depois da tipografia de *A Cidade* já ter adquirido o material (MAURICIUS, Petrus. *O Dia*. Teresina, ano

II, n. 107, p. 8, 15 fev. 1953). Apesar destes obstáculos iniciais enfrentados pelo jornal *A Cidade*, Petrus Mauricius informa que o jornal circulou e foi bem aceito pelo público leitor, em 1951.

Ainda na matéria “Mudando de mãos”, Petrus Mauricius fala sobre a indicação do nome do professor e jornalista José Severiano da Costa Andrade para diretor do órgão *A Cidade*. Segundo o jornalista de *O Dia*, em 1951, quando era para apresentar um nome para ocupar o cargo de diretor responsável pelo jornal, houve resistência e indisposição de determinados correligionários da UDN, que temiam se indispor com o governador do Estado, o pessedista Pedro Freitas, visto que *A Cidade* surgira para defender os políticos e os postulados do partido udenista e defender o prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo. Assim, o cargo de diretor “mudou de mãos” até que o professor e jornalista Costa Andrade aceitou a responsabilidade da redação do jornal, onde permaneceu até janeiro de 1952. O diretor de *A Cidade*, José Severiano da Costa Andrade, que, além de professor e jornalista, foi ainda deputado estadual no período em estudo, combatia o governo de Pedro Freitas também na Assembleia Legislativa do Piauí.

Figura 5 - Diretores do jornal *A Cidade*



Fonte: *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 78, p. 2, 3 maio 1952.

Em 1952, houve mudança de diretor do jornal *A Cidade*. O deputado e professor José Severiano da Costa Andrade, que vinha dirigindo o jornal, desde sua fundação, deixou o cargo em janeiro de 1952, em virtude de ter que se ausentar da capital piauiense. Até o mês de maio de 1952, o jornal ficou sob a responsabilidade do deputado estadual Demerval Lobão²⁸, que permaneceu apenas por alguns meses, sendo logo substituído pelo Prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, como foi noticiado na edição de três de maio de 1952 de *A Cidade*:

Em agosto de 1952, houve novamente alteração no cargo de diretor. O prefeito João Mendes Olímpio de Melo saiu da direção do jornal, para se dedicar, exclusivamente, aos assuntos da Prefeitura Municipal de Teresina. Assim, o deputado Francisco Ferreira Castro²⁹ assumiu os encargos de diretor de *A Cidade*, que apresentou seu novo dirigente, como um “exponente de uma geração que se volta para o estudo das cousas públicas tendo por objetivo a solução dos interesses coletivos.” (DIREÇÃO D’A CIDADE. *A Cidade*. Teresina, ano II, n. 110, p. 1, 27 ago. 1952).

Entretanto, se o diretor Francisco Ferreira Castro era visto pelos jornalistas de *A Cidade* como um expoente dos interesses coletivos, a opinião do jornal *O Dia* não era a mesma. O jornal *O Dia* considerou a saída do prefeito de Teresina João Mendes Olímpio de Melo da direção de *A Cidade* como um abandono do seu jornal, uma vez que o entregara a quem desconhecia o que era imprensa. Nesse sentido, o deputado Francisco Ferreira Castro era representado nas páginas de *O Dia*³⁰ como um “diretor passivo”, que através de *A Cidade* apenas insultava e produzia infâmias para satisfazer a “megalomania” do prefeito de Teresina e para defender a trama política e a deslealdade partidária do senador Matias Olímpio de Melo³¹.

Em janeiro de 1953, foi noticiada, no *Jornal do Piauí*, a saída do deputado Francisco Ferreira Castro da direção do jornal *A Cidade*. De acordo com o *Jornal do Piauí*, os principais

²⁸ Demerval Lobão Veras nasceu em Campo Maior (PI) em 1915 e faleceu em 1958. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia. Foi eleito a deputado estadual pela UDN em 1950. Em 1958, foi candidato a governador do Estado pela coligação UDN-PTB, porém, faleceu antes das eleições sendo vítima de um acidente automobilístico (TITO FILHO, 1980).

²⁹ Francisco Ferreira Castro nasceu em Floriano (PI) em 1923. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Iniciou carreira política como vereador e prefeito de sua cidade natal, Floriano (PI). Foi eleito a deputado estadual em 1950 pela UDN e, em 1954, foi eleito vice-governador do Piauí pelo PTB.

³⁰ Ver: RÉPLICA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 80, p. 1, 10 ago. 1952; MAURÍCIUS. Petrus. Petas de “chapa vermelha”. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 99, p. 1, 21 dez. 1952.

³¹ Senador Matias Olímpio de Melo era pai dos políticos José Mendes Olímpio de Melo e João Mendes Olímpio de Melo (Prefeito de Teresina no período de 1951 a 1954), ambos eram responsáveis pelo jornal *A Cidade* e pertenciam a UDN ingressando depois no PTB. Matias Olímpio de Melo nasceu em Barras (PI) em 1882 e faleceu em Teresina em 1967. Era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, foi secretário do Governo do Estado, Juiz Federal, no Piauí, em Pernambuco e na Bahia, Governador do Piauí (1924-1928), Senador da República (1945). Além disso, foi Promotor Público em Teresina, Secretário de Justiça e Diretor dos Correios e Telégrafos. Foi professor e jornalista (TITO FILHO, 1980).

fatores que motivaram a saída do deputado Francisco Ferreira Castro do cargo de diretor do órgão udenista foram: o excessivo ataque que ele fazia contra o político Nogueira Lima; como diretor, entrou em desacordo com o(s) proprietário(s) de *A Cidade* por veicular crítica ao governador do Estado de forma “deselegante”; e, por último, por ter dirigido insultos a José Camilo da Silveira Filho, Diretor da Fazenda Estadual (NOTAS E POLÍTICA. Ferreira Castro deixa “A Cidade”. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 132, p. 4, 11 jan. 1953). A decisão do deputado Francisco Ferreira Castro de deixar a direção do jornal *A Cidade*, por um lado, foi vista como uma “atitude espetacular” pelo jornalista responsável pela coluna “Notas e Política”, do *Jornal do Piauí*. Contudo, por outro lado, o jornalista insinuava que a saída do deputado Francisco Ferreira Castro do jornal *A Cidade*, dito como um órgão “chefiado pelos filhos” do senador Matias Olímpio de Melo, teria inspirado interpretações que colocavam em dúvida suas atitudes políticas, notadamente porque saiu de *A Cidade* para prestar “solidariedade” ao deputado José Candido Ferraz (NOTAS E POLÍTICA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 133, p. 4, 15 jan. 1953).

Mesmo com as mudanças de políticos na função de diretor de *A Cidade*, o formato do jornal foi mantido até 1953, quando deixou de circular. A maioria das notícias veiculadas não levava a assinatura dos jornalistas que se empenhavam em escrever as matérias, de acordo com a linha editorial prescrita para o jornal criado para atender aos interesses da UDN, como já foi assinalado.

Ainda em 1952, o semanário *A Cidade* teve suas atividades jornalísticas suspensas durante os meses de outubro e novembro, quando a folha deixou de ser impressa. Em nota publicada na edição de 30 de novembro de 1952, *A Cidade* dá uma explicação, indicando os motivos que levaram a folha a deixar de circular por alguns dias do ano de 1952. *A Cidade* tributa a causas de “ordem técnica e inteiramente alheia” à vontade do jornal de ver parar as atividades da sua oficina (“A CIDADE”. *A Cidade*. Teresina, ano II, n. 119, p. 1, 30 nov. 1952).

No entanto, no jornal *O Dia* foram encontradas algumas informações sobre o suspensão das atividades de impressão do jornal *A Cidade* em 1952. De acordo com o jornal *O Dia*, os jornais de oposição ao governo do Estado sentiam mais dificuldades para manterem-se em circulação. Na matéria “A nossa imprensa”, publicada na edição de *O Dia*, de cinco de outubro de 1952, o jornalista avalia a questão não sob o ponto de vista da perseguição política, mas aponta motivos de ordem financeira. Como os órgãos de imprensa de oposição não contavam com os subsídios do governo, o custo da impressão das edições deveria ser saldado por meio da contribuição dos responsáveis pelo órgão e/ou da venda dos

exemplares. Porém, a receita oriunda da venda do jornal de Teresina e da publicidade, quase sempre era insuficiente para, sozinha, manter os custos e as despesas de um órgão de imprensa. Até porque, em Teresina, em 1952, havia uma grande parcela da sociedade ainda analfabeta. Além disso, numa população em torno de 70 mil habitantes na capital piauiense, a maioria não estava habituada à leitura do jornal (A NOSSA IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 88, p. 1, 5 out. 1952).

Embora a dificuldade financeira de *A Cidade* e o número de leitores dos jornais tenha sido assinalados em *O Dia* como fatores determinantes para o fechamento do jornal *A Cidade*, na matéria “A nossa imprensa”, o jornalista ainda ressalta a falta de comprometimento dos responsáveis pelo órgão em manter o acordo financeiro firmado anteriormente ao surgimento do jornal, para mantê-lo circulando em Teresina:

[...] “A Cidade” desapareceu, agora mesmo, unicamente por estas razões. Estava a apresentação considerável **déficit** [grifo do autor] em cada edição, vendo-se, assim, na contingência de fechar as portas. Isso porque, os que a criaram, cheios de bons propósitos, certo de em conjunto garantirem a manutenção do órgão que se acaba, fugiram-se às suas promessas com a formal recusa de cooperação. E reduzido é o número de exemplares que são vendidos enquanto, arca com grandes despesas que, agora, não puderam mais continuar. [...] (A NOSSA IMPRENSA. *O Dia*, Teresina, Teresina, ano I, n. 88, p. 1, 5 out. 1952).

Entretanto, na coluna “Cartas do Rio”, publicada no jornal *O Dia* e assinada por Januário Barrense, o jornalista afirma que o fechamento de *A Cidade*, em 1952, não foi motivado pela falta de recursos financeiros, e sim para não atacar o governador Pedro Freitas, eleito pelo PSD (BARRENSE, Januário. Cartas do Rio. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 95, p. 3, 23 nov. 1952). Para Januário Barrense, o fechamento de *A Cidade* era uma manobra política acordada pelos políticos da UDN, o deputado estadual Demerval Lobão e o senador Matias Olímpio de Melo.

Em 30 de novembro de 1952, o jornal *A Cidade* explica que deixou de ser publicado por um curto período, mas que retornava às lides jornalísticas com o mesmo objetivo com que iniciara suas atividades, em 1951. Reafirmava-se como um jornal político e combatente, e, como tal, reassumia sua posição de crítico, para manter sua função de vigilância e de policiamento dos atos administrativos do governo estadual, a fim de combater seus erros, apontar suas falhas e atender aos interesses dos populares. Assim, na matéria “Nosso reaparecimento”, publicada em 30 de novembro de 1952, esclarece:

Num momento de grave crise política no Estado, atrevemo-nos a reaparecer. Seria bem mais cômodo o silêncio, porém, vencendo as dificuldades que se antepunha a nossa circulação, queremos assumir a responsabilidade de opinar e julgar dos fatos e dos homens que conduzem os destinos do Estado. Jornal político A CIDADE volta com a mesma orientação com que surgiu. Vencidas no último pleito, quando a demagogia de uns aliou-se à má fé e a à ignorância de muitos, cabe às forças oposicionistas a função de atenta vigilância e policiamento dos vencedores, combatendo seus erros apontando suas falhas e negando seu apôio a uma política contrária aos interesses do populares.

Assim, é desnecessário traçar o nosso programa. Não alteramos nossas diretrizes num só ponto, não as modificamos numa só vírgula. E quando a dança dos homens e dos partidos se processa em torno de vantagens, exclusivamente pessoais, reassumimos nossa posição de crítica.

Jornal que vive apenas em função dos que lêem. A CIDADE não tem por onde mascarar sua posição nem esperamos ser os detentores exclusivos da verdade. Mas, mesmo na defesa apaixonada de nossos pontos de vista, continuamos preocupados em conservar uma independência que bem caro nos custa. Porque, para nós, é êste o papel da imprensa. Dela não fazemos comércio nem indústria. É apenas veículo de aspirações e anseios coletivos.

Com tais propósitos voltamos a circular (NOSSO REAPARECIMENTO. *A Cidade*, Teresina, ano II, n. 119, p. 1, 30 nov. 1952).

Em novembro de 1952, o jornal *A Cidade* voltou a circular duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. A retomada da atividade jornalística de sua redação foi encarada pelo órgão como um retorno à “liça”, por meio da imprensa, com o interesse de permanecer firme e vigilante na defesa das instituições democráticas. Não obstante, os jornalistas de *A Cidade* defendiam que o jornal tinha como “guarita” a consciência de seu dever de imprensa de oposição ao governo do Estado e como arma detinha a “palavra” e a “pena”, no intuito de bem servir ao povo e defendê-lo das intransigências e arbitrariedades dos homens que ocupavam o poder (NOVAMENTE À LIÇA. *A Cidade*. Teresina, ano II, n. 119, p. 4, 30 nov. 1952). Vale destacar que em novembro de 1952, no seu expediente, o jornal *A Cidade* aparece como sendo um “Órgão da Sociedade de Publicidade Piauiense (em organização)” e não mais como “Órgão do Diretório Municipal e da Bancada de Vereadores da UDN”.

Sobre a situação financeira de *A Cidade*, há denúncias de que a empresa não estava bem financeiramente, ainda em 1953. No jornal *O Dia*, foram publicadas matérias assinadas com pseudônimo, nas quais os jornalistas afirmavam, por um lado, que o órgão *A Cidade*, por ter sido fundado por um grupo de políticos udenistas pobres e não ter “alcançado a coleta do numerário suficiente, recorreu-se de um saldo existente na tesouraria do partido” UDN (MAURICIUS, Petrus. Mudando de mãos. *Dia*. Op. cit., 1953). Por outro lado, os jornalistas de *O Dia* ainda denunciavam que a empresa jornalística *A Cidade* era mantida com verbas da

Prefeitura de Teresina³², durante todo período de 1951 a 1953, quando o representante do executivo municipal de Teresina era o udenista João Mendes Olímpio de Melo.

Assim, na matéria “Curioso dilema”, assinada pelo jornalista de pseudônimo Barão das Pubas, publicada na edição de 21 de junho de 1953 de *O Dia*, o autor apresenta não só a denúncia de que *A Cidade* recebia uma “verba secreta” da Prefeitura de Teresina, como aponta dados para a tiragem máxima de exemplares e de venda do jornal em 1953:

Curioso Dilema

Barão das Pubas

[...] Nosso pensamento é que os doutores João Mendes Olímpio de Melo e José Olímpio de Melo, cujas origens estão fortemente ligadas à mais fina estirpe piauiense são bons homens. Acontece que se afirmam coisas completamente contrárias. Dizem que o primeiro, com pretensões as mais escabrosas, põe em prática atos, mesmo que eles vão contribuir, abruptamente, para a infelicidade de uma ou mais famílias. Ainda sobre esse moço que tem sobre seus ombros, a confiança que lhe depositaram os teresinenses, mantém, “com uma verba secreta da Prefeitura”, o jornal “*A Cidade*”.

Segundo eles, querendo provar a veracidade dos fatos da conhecidíssima *verba* [grifo do autor], o “oficioso da Prefeitura” com a tiragem máxima de 400 exemplares, venda de 150 por número, ao lado da quantidade de funcionários, não poderia, insofismavelmente, continuar com a vida.

Sobre o segundo, tanto uns na rua, na praça, no bar, na repartição, no ônibus, lhe fazem as mais incríveis referências, como os jornais nas mãos dos jornaleiros, e nas pontas de calçadas, ou, então, nos lugares que encimam estas linhas. [...] (PUBAS, Barão das. Curioso dilema. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 125, p. 1; 8, 21 jun. 1953).

Durante os anos de 1951 a 1953, o jornal *A Cidade* recebeu a pecha de “pasquim prefetural”, “oficioso da prefeitura” e de “órgão e/ou jornal da prefeitura” pelos jornalistas de *O Dia*. Do mesmo modo, no *Jornal do Piauí*, órgão de imprensa que pertencia ao Diretório Regional do Partido Social Democrático (PSD), o jornal *A Cidade* foi chamado de “jornaleco”, “pasquim”, “órgão prefetural” e “folha de Demerval³³”, com o intuito de desqualificar a prática jornalística desempenhada pelo órgão, que mantinha a posição de defender o prefeito de Teresina, o udenista João Mendes Olímpio de Melo, e de atacar o governador Pedro Freitas e os demais órgãos de imprensa de Teresina, que se colocavam na defesa, direta ou indireta, do governador do Piauí.

Sobre a denúncia feita pelos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí* de que a empresa jornalística *A Cidade* era mantida financeiramente com verbas da Prefeitura de Teresina, os jornalistas contestavam a acusação e ainda reivindicavam dos órgãos de imprensa de Teresina

³² Cf.: QUARESMA, Disidério. Cloaca máxima. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 109, p. 1, 01 mar. 1953; PUBAS, Barão das. Curioso dilema. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 125, p. 7, 21 jun. 1953.

³³ Referência ao deputado estadual Demerval Lobão, da UDN, que também foi diretor do jornal em 1952.

que provassem a veracidade dos dados publicados em sua folha. Na matéria “Respondendo a insultos”, por exemplo, o jornal *A Cidade* desafiou os jornalistas do *Jornal do Piauí* a provarem que sua empresa recebia dinheiro da Prefeitura de Teresina, para manter sua oficina em funcionamento:

[...] Quanto ao fato de sermos custeados pela Prefeitura de Teresina, só encontramos como explicação o despeito e a inveja dos escrevinhadores do “Jornal do Piauí”. Desafiamos que provem o que afirmaram, do contrário, continuarão sendo visto pelo povo do Piauí, como embusteiro, torcedores da verdade e refinados especialistas em caluniar o próximo. Para não perdermos muito tempo com o jornal do Dedé³⁴, apenas dizemos que onde o Prefeito de Teresina botar os pés, o seu diretor não chegará nem com seu SIMPÁTICO rosto (RESPONDENDO INSULTOS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 63, p. 4, 7 mar. 1952).

Como órgão do Diretório Municipal da UDN, o veículo se defendia das acusações, através da proposição de que cumpria o papel de imprensa de oposição de denunciar os atos políticos praticados no Piauí pelo governador e pelos prefeitos dos municípios, eleitos pelo PSD. Com uma linha editorial definida, as balizas utilizadas pelos jornalistas de *A Cidade*, para interpretar a realidade que ganhava visibilidade pública, quando noticiada em suas páginas, eram fixadas segundo os princípios e os postulados que norteavam a UDN. Nesta função, *A Cidade* definia que seu fazer jornalístico se pautava no dever de opinar, julgar na defesa “apaixonada” dos seus ideais (NOSSO REAPARECIMENTO. *A Cidade*. Teresina, ano II, n. 119, p. 1, 30 nov. 1952). Com esta declaração o jornal evidenciava que o jornal seguia a orientação política da UDN e assumia a posição de imprensa oposicionista em relação ao governo do Estado, representado pelo pessedista Pedro Freitas.

Nesta perspectiva, a maioria das matérias jornalísticas produzidas e publicadas pelo jornal *A Cidade* abordavam o fato político piauiense. Como um “jornal político” e orientado pela doutrina do partido udenista, os jornalistas de *A Cidade* afirmavam seu papel na imprensa de defender os interesses e o direito do povo. Sob o ponto de vista político partidário, o jornal *A Cidade* surgiu com o interesse de ser o porta-voz da UDN, através da imprensa. Por isto, de um lado, suas matérias jornalísticas buscavam tonar pública as qualidades do prefeito João Mendes Olímpio de Melo como um bom administrador, bem como defender a chefia do udenista contra ataques feitos pela imprensa vinculada ao PSD ou por qualquer outro órgão que publicasse matérias denunciando desmandos e improbidades por parte da Prefeitura. Do outro lado, o jornal *A Cidade* foi um dos jornais de Teresina que mais assumiu para si o dever e o papel de levar ao conhecimento da opinião pública as “mazelas” da administração do

³⁴ O nome “Dedé” foi usado frequentemente pelo jornal *A Cidade* como apelido para fazer referência ao diretor responsável pelo *Jornal do Piauí*, o José Pires Gayoso de Almendra Freitas.

governador do Estado, Pedro Freitas, eleito pelo PSD para o quadriênio 1951-1954, através de um jornalismo combativo, crítico e doutrinário, regrado pela ética jornalística e pelos critérios da verdade.

2.1.3 *Jornal do Piauí*: “Órgão independente, informativo e noticioso”

Em Teresina, circulou em 30 de setembro de 1951 a primeira edição do *Jornal do Piauí*. De acordo com Paulo Chaves (2013), o *Jornal do Piauí* foi idealizado pelo empresário e político Antônio de Almendra Freitas, irmão do governador Pedro Freitas, à época, Presidente do PSD do Piauí. O proprietário do jornal delegou a responsabilidade de Diretor do órgão ao deputado estadual José Pires Gayoso de Almendra Freitas, filho do governador. Posteriormente, o cargo foi ocupado pelo professor José Camilo da Silveira Filho³⁵ e, em 1957, José Vieira Chaves³⁶ assumiu a responsabilidade de diretor do jornal.

Apesar de ter sido fundado por Antônio de Almendra Freitas, no expediente da primeira edição do *Jornal do Piauí*, o órgão é identificado através da razão social como sendo de “Propriedade da Editora Piauiense Ltda.” No cabeçalho do jornal também só constava o nome do seu diretor – José Pires Gayoso de Almendra Freitas –, do diretor comercial – Odilon Freitas – e do redator-chefe – Aluizio Ribeiro da Silva – e sua localização na Rua 13 de maio, endereço onde funcionava a gerência, a redação e a oficina.

Vale salientar que, na primeira edição do *Jornal do Piauí*, não há qualquer referência que vinculasse o órgão à família Freitas, ao PSD ou ao governador do Piauí, Pedro Freitas, que assumiu o governo Estado nove meses antes da sua fundação. Antes, o editorial de lançamento apresenta como objetivo principal do jornal o de fazer um tipo de jornalismo que atendesse aos interesses dos leitores, mantendo-os informados sobre os diversos acontecimentos e buscando elevar a cultura da coletividade. Os interesses dos fundadores do *Jornal do Piauí*, ao criarem mais um órgão de imprensa, são apresentados da seguinte forma:

³⁵ José Camilo da Silveira Filho nasceu em Teresina em 18 de dezembro de 1927 e faleceu em janeiro de 2004. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Federal de Direito do Piauí. Ocupou o cargo de diretor do Departamento da Fazenda Estadual no governo do Pedro Freitas (1951-1954). No magistério, exerceu os cargos de professor de História da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, de Sociologia da Faculdade de Direito do Piauí e foi professor do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

³⁶ José Vieira Chaves nasceu em 13 de fevereiro de 1913 e faleceu em 22 de março de 1983. De formação escolar elementar, além de jornalista, era funcionário público. Foi diretor das Centrais Elétricas do Piauí (CEPISA), do Instituto de Previdência do Estado (IAPEP) e dos jornais *Folha do Nordeste* e *Jornal do Piauí*. No *Jornal do Piauí* assumiu a direção do órgão em 1957, e em 1963 o jornal passou a ser de sua propriedade. E, em 1963, Odilon Freitas, filho do fundador do *Jornal do Piauí*, doou o órgão a José Vieira Chaves ficando sob sua gerência até 1975, quando faleceu. Mais informações sobre a vida e a atividade jornalística de José Vieira Chaves podem ser encontradas no livro “O Homem e o Jornalista – José Vieira do Piauí Chaves”, lançado em 2013, pelo autor Paulo Chaves (2013).

Jornal do Piauí

Temos a satisfação de apresentar ao público o Jornal do Piauí. Órgão independente e informativo, [...] aparece, hoje, como resultado do nosso entusiasmo pela boa imprensa, neste período combatido de paixões as mais diversas, quando o povo procura, cada vez mais, para a sua orientação, as notícias contidas nos jornais.

Não nos rege o gosto pela política partidária, muito embora, não nos falte disposição para o combate com os partidos que se desviem do bem comum e dos princípios da autêntica democracia.

Os acontecimentos comentados ou divulgados neste jornal serão sempre encarados do ponto de vista do interesse coletivo, pois temos a firme convicção que somente agindo desta maneira, estaremos contribuindo, suficientemente, para a consolidação das nossas instituições sociais e políticas, as mais compatíveis com a tradição do povo brasileiro e com as tendências mais legítimas da civilização contemporânea.

Esperamos que o “Jornal do Piauí” mereça a atenção honrosa dos leitores piauienses, uma vez que ao nosso Estado dedicamos o melhor do nosso esforço, visando a elevação cultural e material do seu povo e procurando atrair a atenção dos poderes públicos para os problemas que nos afligem. Com estes esclarecimentos, à vista de apresentação, apresentamos aos leitores o nosso jornal (JORNAL DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 30 set. 1951).

No editorial, o *Jornal do Piauí* é definido apenas como um órgão “independente e informativo”. Até mesmo a palavra “político”, que comumente aparecia nos jornais pesquisados, no período de 1951 a 1954, como um termo definidor de suas matérias, constava de forma velada, quando afirma que a política partidária não seria um regulador da sua prática jornalística, embora não lhe faltasse disposição para o combate com os partidos. Facultada a linha de orientação política da família e partidária do jornal, afinada com o PSD, a leitura e a análise das matérias publicadas em suas páginas, ao longo dos anos 1951 a 1954, permite inferir que o jornal seguia uma linha política partidária de caráter pessedista para a produção dos discursos jornalísticos. Mais do que uma inferência, Paulo Chaves (2013, p. 29) afirma categoricamente, no livro *O homem e o jornalista* que o *Jornal do Piauí*, fundado em 30 de setembro de 1951, foi criado para defender o governador Pedro Freitas, rico comerciante e industrial, conhecido socialmente como “coronel” Pedro Freitas.

Assim, a definição do *Jornal do Piauí* como um órgão “independente”, “informativo” e “noticioso”, proposta no seu editorial de lançamento, aparecia como uma estratégia discursiva que buscava o reconhecimento de uma linha editorial enquadrada dentro dos preceitos do jornalismo “moderno” dos anos 1950. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), nos anos 1950, muitos jornais usavam o discurso de “independência” em relação aos partidos políticos, para construir uma autoimagem do jornal atrelada à ideia de objetividade e imparcialidade das suas matérias. O caráter informativo e noticioso ganhava

forma no discurso jornalístico como uma norma da redação, muito embora estes mesmos jornais que exploravam o discurso da independência, na prática, ainda conservassem vários aspectos da sua tradição opinativa escrevendo matérias voltadas para o debate de ideias e as polêmicas políticas, por meio de uma linguagem combativa e virulenta, como pode ser observado no *Jornal do Piauí* nas matérias publicadas nas edições de 1951 a 1954.

Foi assim que a chegada de mais um jornal aos leitores de Teresina, em 30 de setembro de 1951, incrementou as discussões políticas partidárias e os assuntos a serem abordados pelos jornalistas, abrindo o leque de discussões de cunho partidário na imprensa de Teresina. Por isso mesmo, a primeira edição do *Jornal do Piauí* não passou incólume. Suas páginas foram lidas atentamente pelos jornalistas de *A Cidade*, jornal de oposição ao PSD, que publicou a seguinte nota na sua edição de dois de outubro de 1951:

Jornal do Piauí

Circulou, domingo último, nesta capital o primeiro número do semanário “Jornal do Piauí” que se propõe a realizar a difícil e quasi [sic.]³⁷ impossível tarefa de defender o governo do progenitor do seu Diretor responsável.

Desejamos á jovem confreira uma vida mais longa do que as folhas que lhe antecederam e cujos nomes já se perderam nas brumas do passado.

Aconselhamos mesmo aos dirigentes desse pálido e ainda anêmico hebdomadário a tomar cuidado com certos correligionários que começam cooperando e depois “avançam” no patrimônio no jornal por todos os meios e processos.

Queremos, também, manifestar a nossa admiração por um brilhantismo artigo publicado em sua quarta página, tecendo considerações em torno da grande obra administrativa do Snr. Pedro Freitas.

Não pudemos deixar de cair o queixo.

Estamos longe de conceber o volume a magnificência das realizações do atual governador. – Positivamente somos imbecis, porque não havíamos ainda, descoberto, no meio do caos e das trevas, o que o governo já realizou de grandioso e notável.

E para que não se diga que fazemos oposição sistemática, vamos divulgar para os nossos leitores, as principais realizações do nosso governador, segundo o editorial do “Jornal do Piauí”. [...] (JORNAL DO PIAUÍ. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 20, p. 1, 2 out. 1951).

A crítica de *A Cidade* sugere algumas análises sobre os interesses do *Jornal do Piauí*, no ano de sua criação. A primeira refere-se à “difícil e quase impossível tarefa” de José Pires Gayoso de Almendra Freitas, diretor responsável pelo *Jornal do Piauí*, de defender os atos administrativos do governo do PSD, avaliados pelos jornalistas de *A Cidade* como sendo de pouca significação. A segunda análise permite entender que os jornalistas da matéria alertam os diretores do *Jornal do Piauí* do risco de infidelidade partidária dos seus colaboradores

³⁷ A grafia obedecerá sempre ao modo como aparece no jornal, conservando tanto a grafia, acentuação como os erros de ortografia.

comprometendo a permanência do jornal em atuação na imprensa de Teresina, uma vez que era mantido financeiramente por alguns dos membros da família Freitas e da bancada de deputados estaduais do PSD. Por fim, o jornal *A Cidade* estende a crítica feita ao *Jornal do Piauí* a sua equipe de redação, que além de ser formada por “operários da imprensa oficiosa do Estado”, apenas se ocupava em fazer uma propaganda escusa do governador Pedro Freitas, produzindo matérias que enalteciam suas ações com o intuito de construir uma imagem positiva do governador pessedista, projetada como a de um “grande estadista” e realizador de obras públicas no Piauí.

A suposição dos jornalistas de *A Cidade* de que a permanência do *Jornal do Piauí* teria a mesma duração de outras folhas que não tiveram vida longa na imprensa piauiense, não se concretizou. Paulo Chaves (2013) assegura que o *Jornal do Piauí* teve boa receptividade dos leitores piauienses e se manteve sólido por um longo período. A sobrevivência e a sustentabilidade do jornal se justificavam pelo fato do órgão ser dependente dos investimentos da família do governador Pedro Freitas, vista como uma família de empreendedores e conhecida como abastada e ainda pelo fato de o proprietário do jornal e suas oficinas se beneficiarem da venda dos exemplares e da veiculação da publicidade estatal.

Certamente, a venda de jornais era a que menos contribuía para a sobrevivência financeira do órgão, durante toda a década de 1950. Apesar de não ter sido encontrada nenhuma informação sobre a tiragem e a quantidade de exemplares do *Jornal do Piauí* que eram vendidos, no período de 1951 a 1954, geralmente, a venda avulsa ou por assinatura era a que menos dava renda às empresas jornalísticas³⁸. Em 1951, um exemplar avulso do *Jornal do Piauí* custava Cr\$ 1,00 e a edição atrasada Cr\$ 2,00. A assinatura anual correspondia a Cr\$ 120,00 e a assinatura de seis meses custava Cr\$ 80,00. (JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 30 set. 1951). O jornal circulava às quintas-feiras e aos domingos, contendo matérias jornalísticas de cunho político partidário, anúncios, coluna esportiva e social, crônicas, cartas do leitor, matéria paga, anúncios do legislativo, dentre outros.

A maioria das matérias publicadas no *Jornal do Piauí* abordava o fato político piauiense, ao ponto de ser sustentada na folha uma batalha discursiva contra os jornais que publicavam qualquer matéria jornalística contra a administração do governador Pedro Freitas, ou, ainda, que ameaçasse a retidão dos seus jornalistas empregados no ofício de defender o

³⁸ De acordo com o estudo proposto por Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 167) sobre os jornais do Rio de Janeiro e suas fontes de renda, a autora explica que na década de 1950 as empresas jornalísticas contavam, basicamente, com quatro fontes de renda: 1) a venda avulsa ou por assinatura, 2) publicidade comercial ou pública, 3) empréstimos e privilégios públicos e 4) apoio de grupos privados. Dessas quatro fontes de renda dos jornais cariocas, a venda avulsa ou por assinatura não era a maior renda das empresas.

governador pessedista e a credibilidade do órgão frente aos seus leitores. Assim, apesar do livro *O homem e o jornalista* de autoria de Paulo Chaves (2013) fornecer dados esclarecedores sobre a fundação e o objetivo do *Jornal do Piauí*, foi através das análises das matérias autorreferenciais publicadas nas edições de 1951 a 1954 que se tornou possível reconstruir parte da história e dos interesses do órgão no período estudado.

Deste modo, as batalhas discursivas sustentadas pelos jornais de Teresina foram significativas e renderam uma quantidade de matérias suficiente para deixar registrado um pouco mais dos bastidores da organização política partidária dos órgãos de imprensa e da produção de notícias, em cada um deles. Nesse sentido, as acusações e as defesas que os jornalistas, diretores e proprietários dos órgãos faziam pela folha, um conjunto de informação puderam ser acessadas para reconstrução da história dos jornais. No caso do *Jornal do Piauí*, mais detalhes sobre o surgimento do órgão em Teresina, em 30 de setembro de 1951, bem como os objetivos de sua linha editorial eram melhor explicadas a cada ano em que se comemorava a sua existência e permanência no exercício jornalístico.

Assim, na data do primeiro ano de aniversário do *Jornal do Piauí* foi publicada uma matéria aplaudindo o desempenho do órgão. A matéria intitulada “Nosso aniversário” enfatiza a finalidade do *Jornal do Piauí* e o prosseguimento da trajetória esboçada para o jornal desde a sua primeira edição. Na ocasião, o jornal se denominava de “trincheira democrática”, “jornal provinciano” e de “modesta tenda de trabalho”, sendo identificado como um lugar de lutas e de sacrifícios, o objetivo do *Jornal do Piauí* se definia a partir do discurso e do desejo de firmar sua posição de órgão de imprensa criado para ser o “intérprete” dos sentimentos e das vontades do povo piauiense. Nesta condição, cabia aos jornalistas do *Jornal do Piauí*, como “propugnadores dos supremos anseios do povo piauiense”, lutar pelas boas causas que visassem o interesse do Estado, da democracia e dos seus poderes constituídos e contribuir para o progresso do Piauí, tornando-o menos esquecido pelos poderes da República e mais lembrado pelos piauienses (NOSSO ANIVERSÁRIO. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 103, p. 1, 30 set. 1952).

Na matéria “Nosso aniversário”, o jornalista também enfatiza que, no Piauí, a existência de qualquer órgão de imprensa estava “condicionada às contingências da política partidária, às campanhas memoráveis, onde o jornal exerce papel preponderante como sentinela avançada das agremiações em luta” (NOSSO ANIVERSÁRIO. *Jornal do Piauí*. Op. cit., 1952). Na mesma edição de 30 de setembro de 1952, há outra matéria intitulada “Cumprimos o nosso dever”, onde o seu jornalista deixa claro que o *Jornal do Piauí* era um órgão ligado ao situacionismo estadual, ou seja, apoiava o governo do Estado, chefiado pelo

coronel Pedro Freitas, eleito pelo PSD, nas eleições de 1950. Apesar de fazer esta declaração na matéria especificada, o jornalista pretendia ratificar que, após um ano de trajetória no jornalismo piauiense, o *Jornal do Piauí* soube honrar seus compromissos com a “boa imprensa indígena” de Teresina e com os postulados democráticos, firmando-se no conceito da opinião pública e no patrocínio das causas justas. Não obstante, na matéria “Cumprimos o nosso dever”, esclarecem:

“Jornal do Piauí” completa hoje, o seu primeiro ano de existência. Podemos proclamar, sem exagêro nenhum que o jornal dirigido por José Gayoso Freitas e Odilon Freitas e redatado por Alencar Soares tem sabido se impor no seio da opinião pública piauiense, como prova o aumento vertiginoso de sua circulação, não sómente em Teresina, como no interior do Estado. Apesar de órgão ligado ao situacionismo estadual, “Jornal do Piauí” nunca deixou de emitir opiniões e de apresentar sugestões, em artigos assinados ou não sobre problemas do Estado, que muito têm servido à orientação do Governo, sobretudo no que tange a sua conduta para com o adversário, conduta esta que sempre aconselhamos que seja de moderação e de paz. Temos procurado tratar em nossas colunas de assuntos relacionados com o desenvolvimento econômico do Piauí, publicando notas, com dados positivos, sobre os produtos de exportação e, ao mesmo tempo, dirigindo apêlos constantes ao govêrno da República para que não desampare o nosso Estado e não deixe que o seu govêrno lute sozinho na obra ingente de sua reabilitação econômica e financeira.

Não nos descuidamos também do noticiário telegráfico, nem das notas políticas sobre fatos e figuras políticas do nosso meio. [...] (CUMPRIMOS NOSSO DEVER. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 103, p. 8, 30 set. 1952).

A ideia desenvolvida na matéria “Cumprimos o nosso dever” é a de que o *Jornal do Piauí* colaborava com o governo do Estado, sobretudo, discutindo os problemas socioeconômicos e financeiros do Piauí, “sem paixão” e “ressentimentos pessoais”. A par desta orientação da linha editorial a ser seguida na produção de discursos jornalísticos, os jornalistas do *Jornal do Piauí* defendiam que o órgão, na condição de imprensa de situação política partidária, tinha a obrigação de defender o governador Pedro Freitas, mesmo que, para isto, saíssem da “bitola de seriedade” traçada para o jornal. Tal medida é explicada no jornal como um direito assistido aos jornalistas, que, pela imprensa, cumpriam o dever de revidar as picuinhas, a injúria e a calúnia dispensadas pelos jornais de oposição ao governo do Estado, através de uma linguagem jornalística “intempestiva” e “grosseira”.

Como “orientadores do governo” do Estado, os jornalistas do *Jornal do Piauí* declaravam que o uso da ironia, da crítica ferina e da “agressividade causticante” e contundente seria empregada na produção do discurso jornalístico como arma política para atingir os seus adversários pela imprensa. Do lado do governo ou contra ele, no jogo político

partidário, os homens de imprensa da oposição ou da situação fizeram uso de uma linguagem virulenta, seja para censurar o governador Pedro Freitas, seja para defendê-lo e enaltecê-lo, assim como fez o *Jornal do Piauí*.

No segundo ano de aniversário do *Jornal do Piauí*, o órgão voltava a afirmar seus objetivos e suas diretrizes jornalísticas, a partir do direito e do dever de imprensa de defender as instituições democráticas e os poderes constituídos. Novamente, o jornal se define como um órgão “independente” e “noticioso”. Neste caso, o termo “independência”, usado como lema para o órgão, é defendido através do argumento de que o *Jornal do Piauí* não apresentava em suas páginas “irreverência de reacionarismo” e nem submissões a conveniências particulares (SEGUNDO ANIVERSÁRIO. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 202, p. 1, 30 set. 1953). Nesta postura, o jornal reafirmava que a prática jornalística de sua redação buscava corresponder às expectativas dos seus leitores e ao nível de cultura do povo piauiense, frente aos objetivos da linha editorial do órgão e na sustentação da batalha discursiva travada pela imprensa.

Entretanto, se no editorial “Segundo aniversário”, o *Jornal do Piauí* era definido apenas como um semanário “independente” e “noticioso”, o jornalista Cunha e Silva apresentava-o como um jornal essencialmente “político” e “noticioso” (SILVA, Cunha e. “Jornal do Piauí”. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 202, p. 3, 30 set. 1953). Para Cunha e Silva, reconhecer o *Jornal do Piauí* como um órgão político não maculava a prática jornalística da sua redação, uma vez que a conduta dos jornalistas na produção dos discursos tinha como guia os critérios éticos do jornalismo. Explica ainda que, mesmo nos períodos de agitações políticas em que a oposição atacou veementemente o governo do Pedro Freitas, e o jornal assumiu sua posição de “órgão oficioso” do Estado, os jornalistas do *Jornal do Piauí* não fizeram uso de um linguajar de baixo calão, nem sequer investigaram a vida particular dos homens públicos, para rebater chavões e descomposturas da imprensa de oposição.

Com isto, o *Jornal do Piauí* afirmava como norma da sua redação não usar de uma “linguagem cruel” contra os homens que cumpriam seus deveres no poder e no atendimento aos interesses da coletividade; do mesmo modo que não ofendia a dignidade alheia, mesmo quando possuíam documentação comprobatória de que seus jornalistas foram vítimas de tal artimanha da prática jornalística local. Antes, o *Jornal do Piauí* argumentava que buscava manter uma conduta jornalística de respeito à opinião pública, sem diatribes ou licenciosidades. Os jornalistas do *Jornal do Piauí* parecem ter acreditado que, adotando tais normas como guia da prática jornalística de sua redação, o semanário ganharia a credibilidade do público leitor para, então, cumprir com seu dever de conduzir a opinião pública com

“seriedade” e “convicção de pensamento”, como pode ser observado no fragmento em destaque a seguir:

[...] Nesta hora grave para o destino das nações pacíficas, onde a demagogia e a mistificação tomam proporções assombrosas, assoalhadas pela ambição de poder e pela exaltação dos panfletários a serviço da intranquilidade internacional; nesta hora de grandes esperanças e confiança no futuro de nossa querida Pátria, onde a paixão partidária coloca o Brasil em preparação de entroxos estéris que lhe perturbam a marcha histórica de evolução econômica e social; nesta hora de trabalho e progresso para o Piauí, onde há necessidade de desarmamento dos espíritos para uma conjugação de esforços superiores, nesta hora de soerguimento dos municípios, onde reinam compreensão e harmonia; – nesta hora de mobilização de todos os homens que cultuam a Justiça e a Liberdade, êste semanário mantém seu compromisso de conduzir a opinião pública com serenidade e convicção de pensamento, descortinando horizontes mais amplos, iluminados pelos clarões cintilantes do Ideal, força, coragem e glória para seus dirigentes e operários.

[...] Para prestar acolhida aos méritos da Cultura, às virtudes do Bem e aos princípios da Liberdade, continuará sua trajetória, agradecendo aos seus nobres leitores as distinções que tem dispensado (SEGUNDO ANIVERSÁRIO. *Jornal do Piauí*, Teresina, Teresina, ano II, n. 202, p. 1, 30 set. 1953).

No segundo ano de circulação do semanário em Teresina, e no Piauí, é dado como garantia o compromisso do *Jornal do Piauí* de atuar como um órgão de imprensa que prima pelo esclarecimento e condução da opinião pública através da produção de editoriais e matérias jornalísticas baseadas na verdade. No desempenho deste papel, os jornalistas do *Jornal do Piauí* afirmavam que em suas colunas não havia espaço para a mentira, a calúnia e a injúria. Até porque, a obrigação do *Jornal do Piauí* para com os leitores era se firmar como um veículo de comunicação e informação capaz de conduzir a opinião pública, sobretudo, em 1953, quando a “demagogia”, a “mistificação” e a falta de critérios jornalísticos na produção dos discursos se colocavam acima da ética e do comprometimento da imprensa com a opinião pública.

Tais ideias continuaram a ser afirmadas e reafirmadas no *Jornal do Piauí*, principalmente, nas datas de seu aniversário. Em 1954, no terceiro ano de existência do jornal, o órgão comemorou a data através do discurso de que estava cumprindo sua missão na imprensa. O *Jornal do Piauí* defendia que atuava dentro dos limites da decência e do respeito ao jornalismo piauiense, através da publicação de artigos e matérias redigidas em uma linguagem moderada e do acatamento das opiniões “nobres” e “sadias” proposta pelos métodos do jornalismo “moderno” (TRES ANOS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 296, p. 1, 30 set. 1954). Portanto, cabia ao *Jornal do Piauí*, como um órgão de “imprensa livre” e

“construtiva”, lutar pela solução dos problemas regionais que afligiam o Piauí e propor medidas para sua resolução, no intuito de bem servir a coletividade.

Por último, é apontado, no editorial “Três anos”, que o *Jornal do Piauí* pretendia colaborar com o poder constituído, fazendo do semanário uma trincheira irredutível contra a “desordem”, o “crime”, os “traidores”, os “covardes” e os “inimigos do povo”. Nesta função, o jornal se apresenta em 1954 como um órgão:

[...] Independente, noticioso e informativo, apresentou nestes três anos de circulação uma positiva e solene demonstração de que é necessária uma Imprensa dedicada ao Piauí, sem o sensacionalismo com que certas folhas procuram debater os assuntos importantes, sem a mordacidade irreverente daqueles que só tem a preocupação de ofender à dignidade dos homens sensatos, trabalhadores e honrados, sem recalques de ódios vinganças, porque todo jornal, quando perde o aprumo e os objetivos do papel que lhe compete na vida cultural, política e social dos povos, fica transformado em patíbulo, fôrça e guilhotina, e foi reconhecendo a necessidade suprema de discutir e esclarecer a opinião pública, que o JORNAL DO PIAUÍ vem mantendo a sua posição, definida, dêse o primeiro número.

Diante das honrosas distinções dispensadas a êste bi-semanário, que continuará marchando de frente erguida, haveremos de vencer as dificuldades que se levantam desfavoravelmente a uma apresentação mais desenvolvida, e concitamos a todos os nossos confrades para um reajustamento de atitudes, afim de que possamos prestar maiores serviços ao Piauí (TRES ANOS. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 296, p. 1, 30 set. 1954).

Embora o editorial defina o *Jornal do Piauí* apenas como um órgão “independente”, “noticioso” e “informativo”, deixando facultada a palavra “político”, esta aparece em seu bojo, quando o fato político piauiense era um dos assuntos mais contemplados pelas matérias jornalísticas impressas em suas páginas. No interesse de firmar sua autoimagem de órgão noticioso e informativo, nas matérias que tratavam sobre a prática jornalística da sua redação era chamada a atenção para o “sensacionalismo” na imprensa local. No entanto, parte das críticas foi endereçada aos órgãos de imprensa adversários do governo pessedista, sob a acusação de que estes jornais noticiavam o fato político piauiense a partir da ótica partidária, em detrimento da sua principal função, que seria a de publicar a verdade de forma objetiva e imparcial para esclarecer a opinião pública. Por isso, o *Jornal do Piauí* se colocava de prontidão, armado contra as “trincheiras do inimigo malsão”. Nas edições de 1952, por exemplo, foi encontrada a transcrição da carta redigida pelo jornalista Orlando C. Rollo, à época redator-gerente do jornal *O Piauí*, parabenizando o *Jornal do Piauí* pelo “[...] notável equilíbrio com que vêm conseguindo orientar a linha política do “Jornal do Piauí”, dentro dos princípios mais sadios da ética jornalística, não se deixando resvalar para o caminho escorregadio da linguagem destemperada e insultuosa – triste característica da maioria das

nossas campanhas pela imprensa.” (ROLLO, Orlando C. Agradecimento. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 56, p. 4, 24 abr. 1952).

O *Jornal do Piauí* se colocava a serviço da coletividade, de maneira que disponibilizava suas páginas para que seus jornalistas e colaboradores as utilizassem para traduzir “fielmente” os anseios do povo, discutir os mais diversos assuntos de interesses locais e desenvolver um trabalho eficiente de esclarecimento da opinião pública. Considerando ainda que o *Jornal do Piauí* foi inspirado e se pautava nos “princípios fundamentais da cultura cristã”, afirmava-se que era interesse do órgão tratar “sempre” com serenidade os problemas que assolavam o Piauí, orientar os governantes e defender os reais interesses da coletividade (NOTA DA REDAÇÃO. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 296, p. 6, 30 set. 1954).

Desde 1952, o *Jornal do Piauí* já afirmava que não se tratava de uma “folha anódina”, sobretudo, considerando que a imprensa local ainda não havia encontrado receptividade suficiente para seu desempenho no âmbito do jornalismo piauiense (POSIÇÃO DEFINIDA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 79, p. 1, 13 jul. 1952). Com isto, o jornal afirmava que tinha uma posição definida, que sabia repelir, com a “máxima coragem”, os insultos que lhe eram atirados pela imprensa de oposição, de maneira que apontaria aos leitores o verdadeiro sentido dos acontecimentos que eram focalizados por sua equipe de redação e que tinha a verdade como a preocupação maior e mais difícil a que se impôs fazer, para cumprir o seu papel de órgão de imprensa ligado ao situacionismo estadual. Uma vez definida a sua posição política e partidária através da linha editorial traçada por seus proprietários e diretores, o *Jornal do Piauí* afirmava que recebeu “elogios de muitos”, “sofreu ataques agressivos” de outros e ouviu “críticas serenas de conselheiros amigos”. Diante do dilema de que o jornal jamais conseguiu ser desassociado dos interesses e do combate político de seus proprietários, o *Jornal do Piauí* reconhecia que precisava melhorar para se apresentar numa “feição mais moderna”, a ponto de atender às exigências dos leitores e lutar pelos direitos da coletividade. Dentre os interesses do *Jornal do Piauí*, ainda foi registrado o desejo de circular três vezes por semana; mas, por motivos não esclarecidos pelo órgão, até 1962, o *Jornal do Piauí* continuou sendo bisemanário.

O *Jornal do Piauí* teve vida longa na imprensa piauiense. Fundado em 30 de setembro de 1951, o jornal circulou até 1995, perfazendo quarenta e quatro anos de história da imprensa e do jornalismo, após sua criação por Antônio de Almendra Freitas. Embora tenha sido estabelecido com o objetivo de defender o governo do Pedro Freitas, o término do mandato do primeiro governador do Piauí eleito pelo PSD, após a redemocratização política brasileira, não implicou no fechamento do jornal, em 1954. Até porque, nas eleições de outubro de 1954,

mais um candidato do PSD conseguiu vitória eleitoral para o quadriênio de 1954 a 1958. Foi ele o general Jacob Manoel Gayoso e Almendra, cunhado do então governador Pedro Freitas.

A sucessão governamental pelo PSD, em 1955, e a manutenção dos membros da família Freitas no poder do Estado, de uma forma ou de outra, contribuiu para que o *Jornal do Piauí* permanecesse na sua atividade de órgão situacionista estadual, até 1959, quando Francisco das Chagas Caldas Rodrigues assumiu o governo do Estado, eleito pela coligação UDN-PTB. Vale destacar a sucessão governamental dos anos 1950, no Piauí, porque a maior função da imprensa era servir como “arma de mais grosso calibre da batalha política eleitoral travada pelos partidos e suas coligações”, como assinala o autor Paulo Chaves (2013, p. 43). A relação partido político e criação do órgão de imprensa para servir de “trincheira” era tão expressiva que a sobrevivência dos jornais de Teresina, muitas vezes, dependia do resultado das eleições e da sucessão do partido no poder.

O fracasso ou o êxito eleitoral do partido que sustentava financeiramente um órgão de imprensa para defendê-lo, implicava a longevidade ou a brevidade da sua atividade jornalística. Assim, a permanência do PSD na administração do Estado, mesmo após a saída do governador Pedro Freitas, não provocou qualquer crise ao *Jornal do Piauí* que continuou sendo beneficiado pelo pagamento das publicações do poder executivo e do legislativo em suas páginas até 1959. Todavia, Paulo Chaves (2013) pondera a questão, e afirma que, mesmo depois que o PSD perdeu as eleições, em 1959, para a coligação UDN-PTB, o *Jornal do Piauí* permaneceu com o trabalho de suas oficinas até 1961, quando teve sua circulação interrompida por um determinado tempo. Sobre o desaparecimento temporário do jornal, em 1961, o autor destaca a falta de recursos, em primeiro lugar; e, posteriormente, assinala a falta de interesses dos proprietários em manter o jornal em circulação.

Entretanto, Paulo Chaves (2013) não atribui somente à vitória eleitoral do candidato da oposição, apresentado pela coligação UDN-PTB, e à mudança de partido no poder executivo estadual, como fatores determinantes para a suspensão temporária do *Jornal do Piauí*, em 1961. Antes, o autor destaca que, no quadriênio de 1959 a 1962, o *Jornal do Piauí* continuava sendo usado como arma política em defesa do PSD e, por isso, acabou perdendo parte de sua receptividade popular. Como jornal de oposição ao governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, passou a publicar cada vez mais matérias com ataques fortes e agressivos ao chefe do executivo estadual. Ainda reconhecendo que a força do *Jornal do Piauí* residia na “coragem e na profundidade dos seus comentários” (CHAVES, 2013, p. 45).

Porém, desde 1958, mesmo se apresentando no expediente do jornal ainda como de propriedade da “Editora Piauiense Ltda.”, no cabeçalho, o jornal informava que estava sob a

responsabilidade e direção da bancada pessedista estadual. Em 1958, quando José Camilo da Silveira Filho passou a ser responsável pelo jornal, não foi mais impresso o nome da bancada pessedista estadual no cabeçalho ou no expediente do jornal até fevereiro de 1959. A partir de 9 de fevereiro de 1959, constava José Vieira Chaves como diretor responsável e Deoclécio Dantas como diretor secretário. A partir de então, a redação e oficina do jornal mudou de endereço para a Rua Lisandro Nogueira, N. 1382, e a razão social do *Jornal do Piauí* passou a ser de propriedade da Empresa “Publicidade Teresinense Ltda.”. Em 1960, o órgão ficou sob a responsabilidade do diretor Edson Rocha e se apresentava como “Órgão da Bancada do PSD”. Em 1961, A. Tito Filho foi quem assumiu o cargo de diretor do o *Jornal do Piauí* e ficando José Vieira Chaves como diretor comercial. Em 1962, José Vieira Chaves ficou como diretor do jornal e o no expediente constava “Órgão de responsabilidade do Diretório Regional do PSD”³⁹.

Em 1963, o *Jornal do Piauí* foi doado ao jornalista José Vieira Chaves por Odilon Freitas, filho do fundador do órgão, Antônio de Almendra Freitas (CHAVES, 2013, p. 50). Segundo Paulo Chaves (2013), Odilon Freitas doou o jornal a José Vieira Chaves, em virtude da sua fidelidade partidária à causa pessedista e também pelos laços de amizade que mantinham por muito tempo. Porém, desde que assumiu a propriedade do *Jornal do Piauí*, José Vieira Chaves só conseguiu colocá-lo novamente em plena circulação em 1965. A atividade continuava onerosa e José Vieira Chaves não dispunha de recursos financeiros suficientes para fazer novamente funcionar as máquinas de tipos e a impressão do jornal.

Desde que o *Jornal do Piauí* deixou de ser propriedade da família Freitas, passando a pertencer ao jornalista José Vieira Chaves, Paulo Chaves (2013) avalia que, só na década de 1970, foi que o órgão alcançou sua linha de independência em relação aos partidos políticos. A partir desta década, as colunas do *Jornal do Piauí* passaram a abrigar matérias com assuntos mais generalizados, embora permitisse a publicação de textos para as defesas pessoais contra retaliações políticas ainda tão presente naquele momento.

2.2 O papel da imprensa a partir da crítica da prática jornalística de Teresina

A prática de comunicar o(s) fato(s) e opinar sobre ele(s) fez com que as mudanças na redação jornalística acontecessem de forma lenta e gradual na história do jornalismo

³⁹ As informações apresentadas no parágrafo foram extraídas das edições: *Jornal do Piauí*. Teresina, ano VII, n. 610, p. 1, 10 jul. 1958; *Jornal do Piauí*. Teresina, ano VIII, n. 679, p. 1, 6 jan. 1959; *Jornal do Piauí*. Teresina, ano VIII, n. 689, p. 1, 9 fev. 1959; *Jornal do Piauí*. Teresina, ano IX, n. 780, p. 1, 31/1 jan. 1960; *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 884, p. 1, 8 jan. 1961; *Jornal do Piauí*. Teresina, ano XI, n. 987, p. 1, 4 jan. 1959.

brasileiro. No Brasil, onde a imprensa chegou tardiamente, se comparada a certos países da Europa, o jornalismo do gênero opinativo, literário e político ainda permanecia comandando as redações, a linguagem e o conteúdo dos jornais no final do século XIX e início do século XX. Mesmo no Rio de Janeiro, quando já se esboçava um novo modelo de jornalismo objetivo e de cunho empresarial, na década de 1950, ainda havia jornais com posições editoriais as mais diversas (RIBEIRO, 2007, p. 120). No Piauí, as tipografias recém-instaladas em 1951, para dar início às atividades de reprodução das ideias no papel impresso, embora já se anunciassem como “imparciais”, “noticiosos” e “informativos”, ainda continuavam desempenhando um jornalismo opinativo, de cunho político partidário, como já foi assinalado, para retratar o fato político piauiense.

Apesar da permanência dos métodos do jornalismo tradicional na imprensa brasileira da década de 1950, isto não impediu que o período fosse marcado por algumas mudanças e transformações do fazer jornalístico. Os autores que se dedicaram à pesquisa da história da imprensa brasileira dos anos cinquenta do século XX são enfáticos na afirmação de que as mudanças que vinham ocorrendo no jornalismo brasileiro foram sedimentadas neste período e ocorreram sob a égide do modelo de jornalismo norte-americano⁴⁰. Para Alzira Alves de Abreu (1996, p. 15), na década de 1950 a imprensa brasileira foi abandonando algumas de suas tradições. O jornalismo brasileiro, gradualmente, foi substituindo o modelo de jornalismo francês, até então dominante, pelo modelo norte-americano. Do jornalismo francês, abandonava-se o seu caráter opinativo, pessoal e doutrinário; para que fosse consagrado um jornalismo que privilegiasse a informação e a notícia, técnica já bem difundida e estabelecida pelas empresas jornalísticas norte-americanas. Todavia, Danton Jobim (1960) assegura que a “objetividade” prevista para um jornalismo informativo e imparcial não alcançou nos países latinos o mesmo grau que atingiu nos jornais americanos.

Em parte, as mudanças aconteciam ao mesmo tempo em que se buscava a autonomização do campo jornalístico em relação ao campo literário e político. Nesta busca, a “mítica” da objetividade, imposta pelos padrões redacionais e editoriais norte-americanos, foram importantes para que os jornais brasileiros se modernizassem em termos gráficos,

⁴⁰ Dentre os autores que trabalham sobre o tema, foram consultados: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007; JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960; MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., São Paulo: 2011; MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira: a implantação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007; ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

linguísticos e de organização empresarial. Todavia, até alcançar a autonomização do campo jornalístico e a legitimidade dos jornais como um *lugar institucional*, que lhe permitisse enunciar verdades, o assunto foi discutido pela imprensa através da publicação de matérias autorreferenciais, para legitimar o novo modelo de jornalismo objetivo e informativo como uma prática social. Nesse sentido, observa-se que no século XX, principalmente a partir da influência da técnica e do método de jornalismo norte-americano no Brasil, houve a necessidade de “ordenação” do discurso jornalístico em novos moldes.

De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), através da construção de uma imagem de si próprios e de sua missão, os jornais acabavam estabelecendo uma nova deontologia para o jornalismo. Na medida em que, nos jornais, se discutia as necessidades de reformas para o jornalismo, acabavam-se também estabelecendo regularidades no discurso jornalístico para impor suas próprias normas, valores e a padronização do fazer jornalístico. No tocante às reformas apresentadas ao jornalismo brasileiro, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) salienta que, apesar de profundas, não foram suficientes para que os jornais deixassem de ser políticos e partidários, apesar de alguns já começarem a atuar na arena política de outra forma. As amarras que historicamente prendiam o jornalismo e a política no Brasil resistiram às tentativas de rompimento, porém, já havia certa flexibilidade, o suficiente para que determinadas mudanças fossem implementadas no jornalismo brasileiro da década de 1950. Pode-se dizer que a técnica de escrita ainda continuava presa ao modelo francês de jornalismo, no entanto, os jornais já começavam a se organizar como empresas jornalísticas com ênfase no discurso de “objetividade”, “neutralidade” e “imparcialidade” associado à ideia de um jornalismo moderno que passava a ser afirmado e incorporado definitivamente no imaginário jornalístico brasileiro.

Conforme Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), as ideias “modernas” de jornalismo já vinham influenciando os jornalistas brasileiros, desde as primeiras décadas do século XX. Nos lugares de autorreferenciação dos jornalistas, já se encontrava um volume de material que discutia o assunto e levantava a urgência de sua adoção no Brasil. Mas, tais ideias eram limitadas pela conformação empresarial e administrativa dos jornais e do campo jornalístico que ainda não tinha alcançado sua autonomia em relação ao campo político. Para que os jornais se tornassem “objetivos” e “informativos” era preciso, pelo menos, que eles se tornassem financeiramente autossuficientes. A dependência dos jornais às subvenções do poder constituído ou dos políticos era uma questão difícil de ser rompida, visto que a maioria dos jornais brasileiros tinha uma estrutura administrativa e empresarial precária.

Tal realidade, apresentada pela autora no seu estudo sobre o jornalismo carioca e, por extensão o brasileiro, é significativa para entender as discussões que foram travadas pela imprensa de Teresina, nos anos de 1951 a 1954. Sem ter a pretensão de fazer um estudo comparativo entre o jornalismo carioca e o piauiense, até porque se entende que ambos se caracterizam como brasileiro, o tensionamento teórico e metodológico se dá, primeiramente, pela carência de uma bibliografia sobre a história da imprensa e do jornalismo no Piauí na década de 1950; depois, porque os estudos sobre a imprensa brasileira permitem observar que os jornalistas do Piauí estavam atentos às mudanças propostas para as técnicas e os métodos do jornalismo “moderno”, que se encontrava em implantação nos grandes centros do Brasil, nos quais nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* não só se espelhavam como almejavam atingir o mesmo padrão empresarial, gráfico e linguístico, distinguindo-se pelo discurso da “independência”, da “imparcialidade” e “objetividade” da notícia.

O caráter opinativo esteve presente no discurso jornalístico de Teresina nos anos 1950 e se revelava através do partidarismo exaltado das matérias. Esta prática parece ter sido um dos principais motivadores do interesse dos diretores e dos jornalistas a proporem certas modificações para o jornalismo piauiense, tendo como parâmetro o jornalismo moderno. No período de 1951 a 1954, foi encontrado um conjunto significativo de matérias jornalísticas cujo tema versava sobre o papel da imprensa do Piauí, ao mesmo tempo em que os jornalistas de *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* avaliaram a redação destes jornais e assinalaram regras para a prática jornalística.

Ainda que a linha editorial dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* se distinguisse a partir da orientação política de seus proprietários e/ou mantenedores, cada um deles apresentou em suas páginas discursos que buscavam definir a missão da imprensa piauiense e sua função, a fim de delimitar o seu poder de ação. Dentre as matérias analisadas, pode-se notar que houve uma tentativa por parte dos jornalistas de Teresina em conceituar a imprensa e determinar suas diretrizes tendo como norte a crítica da prática jornalística local. Sob esta perspectiva, é que se procura entender algumas das diretrizes apontadas como normas para o jornalismo de Teresina, num momento em que se colocava em discussão a missão da imprensa e qual o seu papel, a avaliação das práticas jornalísticas em torno da subjetividade *versus* objetividade e as prescrições para o uso da linguagem empregada nas matérias como uma determinação do compromisso ético e moral do jornalista frente à verdade dos fatos.

Nos anos 1950, o jornal impresso ainda era o principal meio de exercer o jornalismo no Piauí, e os semanários, por sua vez, se tornavam a fonte de informação privilegiada dos

leitores. Em virtude das dificuldades financeiras para montar uma tipografia e mantê-la em funcionamento, e ainda o pequeno número de leitores alfabetizados, o surgimento dos jornais acompanhava, quase sempre, o interesse dos partidos políticos, ou apenas dos políticos, em abrir uma redação e oficina para a produção de discursos a seu favor e para atacar seu adversário político. De acordo com o *Jornal do Piauí*, de 1952, a existência de qualquer jornal em Teresina ainda nos anos 1950 estava condicionada à contingência da política partidária, sendo o jornal criado para desempenhar o “papel preponderante como sentinela das agremiações em luta” (NOSSO ANIVERSÁRIO. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 103, p. 1, 30 set. 1952).

Não obstante, na matéria “A nossa imprensa” publicada no jornal *O Dia* de 1952, o jornalista explicitava que a vida dos jornais que surgiam em Teresina, no início dos anos 1950, era de sacrifícios e de lutas constantes, ao ponto de não durarem muito tempo em circulação. O jornalista de *O Dia* avaliava que a imprensa no Piauí, em 1952, ainda era muito pobre e vivia em condições financeiras precárias, sobretudo, quando o partido político que sustentava o(s) órgão(s) perdia as eleições. Além da venda do jornal e da publicidade ser insuficientes para a sustentação financeira das tipografias, o jornal *O Dia* ainda informava que alguns governantes, ocupando uma posição de destaque no Estado ou no município, abusavam do poder para publicar notas do executivo na imprensa, sem sequer pagar pelo serviço, como pode ser observado neste fragmento extraído da matéria: “[...] Até notas diversas, que lhes interessam sobremodo, querem que sejam inseridas nas colunas do jornal pobre e precário sem a menor despesa, achando mesmo que é uma obrigação a acolhida de matérias que lhes são utilíssimas, quando, na verdade, podem compensar, monetariamente, a folha que circula com sacrifícios.” (A NOSSA IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 88, p. 1, 5 out. 1952).

Também em 1952, quando Luiz da Câmara Cascudo esteve de passagem pelo Piauí, deixou registrado no jornal *A Cidade* sua anotação sobre a situação da imprensa de Teresina. Luiz da Câmara Cascudo salientou a dificuldade enfrentada pelos jornais e pelos jornalistas de Teresina para manterem uma folha circulando, frente a uma população em torno de setenta mil habitantes, não podendo, porém a maioria ser considerada como leitor em potencial, devido ao índice elevado de analfabetismo. Assim, dos dez jornais⁴¹ que existiam em

⁴¹ “O “Diário Oficial” é trisemanário. Já li o *O Dia* (Raimundo Leão Monteiro), *A CIDADE* (João Mendes Olympio de Melo), *JORNAL DO PIAUÍ* (José Gaioso Pires de Almendra Freitas), *O PIAUÍ* (Helmécio Coelho Rodrigues), *PIRRALHO* (Alberoni Borges Lemos), *A LUTA* (Arimatêa Tito Filho), *JORNAL DO COMÉRCIO* (Bento Clarindo Bastos), *DOMINICAL* (Pe. Hermínio Davis), *DIÁRIO OFICIAL* (Lino Correia Lima), *O*

Teresina, em 1952, nenhum era diário. Os jornais circulavam uma, duas ou até três vezes na semana. E cada um deles se esforçava para alimentar as páginas do seu jornal com informações que fossem de interesse do público e, com isso, garantir maior tempo de sobrevivência. Assim, Luiz da Câmara Cascudo descreveu a luta dos jornais, para manter suas atividades no jornalismo da seguinte forma:

Para que dez jornais sacudam semanalmente, duas e três edições, é preciso de uma obstinação admirável, uma renúncia maravilhosa no direito das compensações, um espírito teimoso e lindo de sacrifício, de denodo e de alegria criadora. Não conheço no Brasil melhor teste de operosidade nem mais expressivo índice de solidarismo jornalístico que a existência precária, lutada, vida e alta, da imprensa de Teresina. Todos os fatores estão mobilizados para diminuí-la, anulá-la, retardá-la, asfixiando-a na simplicidade do ambiente, na falência dos meios financeiros, na probresa do mercado, na sabida limitação repercutora das vozes destinadas a morrerem num raio diminuto de ação. Entretanto, dez jornais vivem, como a velha Guarda Imperial em Waterloo, em quadrado, resistindo a morte, vencendo-a mesmo morrendo devagar, como el-rei dom Sebastião na tarde de Alkacer-Kibir.

Sou um devoto desse esforço provinciano. Quero ver é o poeta, o romancista, o pintor, o historiador, o jurista, o etnógrafo, o professor, na cidade pequenina, no petit paus, combatendo sem premio, lutando sem rei, pago o trabalho pela própria alegria do esforço realizado. A valorização mais alta para mim é essa obra solitária, ignorada, longe do fulgor da metrópole, dos rádios reboantes, do pregão das notoriedades. São esses jornais, pequenos, atrevidos, discutidores, atravessando a memória como pedra atiradas pela funda de um balneário, que garantem ao Piauí a continuidade de sua fisionomia cultural na história da imprensa brasileira. [...] (CASCUDO, Luís da Câmara. Nas terras do Piauí. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 122, p. 1, 6 dez. 1952).

Luiz da Câmara Cascudo debita, em parte, a sobrevivência dos jornais de Teresina ao esforço do(s) proprietário(s) dos órgãos e do jornalista que atuava num raio diminuto de ação. Mesmo pequenos, os jornais de Teresina se mostravam “atrevidos” e “discutidores”, ao ponto de merecerem um espaço na história da imprensa brasileira. Mais do que isto, a matéria assinada por Luís da Câmara Cascudo reflete sobre a própria estrutura empresarial dos jornais de Teresina, que, economicamente deficitários, eram pequenos e viviam passando por apertos financeiros. No período de 1951 a 1954, os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*, por exemplo, tinham uma tiragem pequena e contavam com uma publicidade reduzida, a ponto de enfrentar problemas financeiros para manter suas oficinas em funcionamento. Mesmo os jornais *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, que eram mantidos, respectivamente, por políticos da UDN e do PSD, viram suas oficinas paradas por falta de recursos. Segundo Ana Paula

REPORTER (Antônio Prado de Moura).” (Cf.: (CASCUDO, Luís da Câmara. Nas terras do Piauí. *A Cidade*. Teresina, 6 dez. 1952, ano I, n. 122, p. 1).

Goulart Ribeiro (2007), o fato de alguns jornais do Brasil terem proprietários ricos não lhes assegurava vida longa, pois as empresas jornalísticas continuavam pobres e viviam à míngua. Tal fato contribuía para que a publicidade governamental ainda fosse a fonte de renda mais segura para os jornais ainda na segunda metade do século XX, estratégia que reforçava a dependência da empresa jornalística a um governo e do jornalismo ao campo político.

Cunha e Silva foi um dos jornalistas do Piauí que mais assinou matérias analisando o comportamento da imprensa no Piauí, nos anos de 1951 a 1954. Na matéria “A nossa imprensa”, publicada no jornal *O Dia* em fevereiro de 1952, Cunha e Silva expõe sua opinião de que a imprensa piauiense já se encontrava consolidada no início dos anos 1950 e que o modelo de jornalismo praticado “nas terras do Piauí” não se distanciava daquele desenvolvido em outras capitais do Brasil, inclusive do jornalismo do Rio de Janeiro. Esta opinião, porém, não era unânime, uma vez que foi encontrado ao longo da pesquisa o registro de pessoas com um julgamento contrário àquele defendido por Cunha e Silva, que afirmavam que, no Piauí, na década de 1950, não havia jornais nem jornalistas profissionais⁴²; Cunha e Silva sustentava, através das colunas dos jornais *O Dia* e do *Jornal do Piauí*, que, neste período, os jornais de Teresina, quase sempre entendidos como imprensa piauiense, já despertavam maior atenção do seu público leitor e que já havia um sentimento de classe por parte dos jornalistas locais, ao ponto de esses profissionais exercerem uma força ponderável no meio político e social do Piauí (SILVA, Cunha e. A nossa imprensa. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 56, p. 2, 24 fev. 1952).

Apesar de fazer esta declaração em defesa da imprensa e do jornalismo de Teresina, nos anos de 1951 a 1954, Cunha e Silva não escondia que os jornais locais se encontravam divididos, de acordo com a posição dos partidos políticos no poder, já que eram estes que os mantinham financeiramente. Ou seja, a imprensa encontrava-se polarizada em “situação” ou “oposição”, tendo como maior ponto de definição dos polos, o partido que ocupava a chefia do poder executivo estadual. A par disso, em 1951, Cunha e Silva constatou que essa organização política partidária da imprensa não era uma realidade só do Piauí e acentuou que, na imprensa brasileira, eram poucos os jornais verdadeiramente imparciais e independentes. De um lado, estavam os jornais que defendiam o governo; do outro, aqueles que o criticavam. Na sua visão, o problema do jornalismo piauiense e brasileiro não se encontrava diretamente na divisão da imprensa em oposição ou governista, mas na execução de suas tarefas. Isto é, a partir do momento em que os órgãos de imprensa delimitavam suas atribuições a apenas

⁴² Ver: Anísio Brito (apud PINHEIRO FILHO, 1997, p. 163); Deputado Darcy Ribeiro (Cf.: NOTAS E POLÍTICA. Bate-papo com a imprensa. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 56, p. 4, 24 abr. 1952).

expor sua visão sobre a administração do governo do Estado ou do município, deixavam de exercer sua verdadeira função.

Desde 1951, Cunha e Silva afirmava que os órgãos de imprensa de oposição deveriam existir, já que considerava que a “oposição” e o “governo” eram forças necessárias para um Estado democrático. Porém, quando os jornais de oposição se colocavam apenas a serviço de “destruir” e “difamar” um governo, sem zelar pela solução dos problemas coletivos, a imprensa deixava de exercer sua “verdadeira” função como oposição, para atuar de forma “impatriótica”, “anárquica” e “desordeira” (SILVA, Cunha e. *É ilegal mesmo... O Dia*. Teresina, 9 set. 1951, ano I, n. 32, p. 2). Cunha e Silva adotou como parâmetro de análise a imprensa de oposição do Piauí, à época caracterizada pelos jornais que assumiram postura partidária contrária ao PSD e ao governador do Estado. Assim, sempre que um jornal publicava uma matéria contendo “injúrias”, “picuinhas” e/ou “impropérios” contra a administração do governador Pedro Freitas (1951-1954), seus secretários imediatos e políticos, que apoiaram o PSD na campanha eleitoral de 1950, publicavam uma nova avaliação sobre a ação da imprensa de oposição, enfatizando os valores e normas para o jornalismo e os jornalistas de Teresina. Vale ressaltar que, no quadriênio de 1951 a 1954, Cunha e Silva não só escrevia para os jornais que apoiavam o governo do Estado, como também mantinha boas relações políticas com o PSD. Esta observação se torna necessária, porque a orientação jornalística e a análise que o jornalista Cunha e Silva fazia dos jornais de oposição ao governo do Estado, não negava o lugar social e político que ele ocupava e defendia.

De acordo com Cunha e Silva, a imprensa de oposição poderia se manifestar livremente através da palavra escrita e falada. Entretanto, Cunha e Silva chamava a atenção dos jornalistas da imprensa de oposição, para que tivessem cautela na produção do discurso, pois a “calúnia”, a “injúria”, a “piada” e o uso excessivo de “apelidos”, tão comum nas matérias, acabariam confundindo o conceito de imprensa de oposição e esta passaria a ser vista como “inimiga do governo”. O conceito de imprensa “inimiga do governo” se pautava na questão da honestidade dos jornais para com os leitores e os governantes, uma vez que os jornalistas eram vistos como “orientadores” da opinião pública e do governo. Assim, de acordo com Danton Jobim (1960, p. 53), o que se pedia ao jornalista dos anos 1950 e 1960, através dos preceitos éticos da profissão, era que ele não usasse da má fé com seu público e com os governantes, de modo a induzi-los ao erro, seja pela falsificação das notícias, seja sua omissão.

Vale destacar que Cunha e Silva reconhecia que os “legítimos inimigos” do governo não estavam apenas na imprensa de oposição. Cunha e Silva compreendia os “inimigos do governo” como sendo aqueles jornalistas que, pela imprensa, se comportavam como cortesãos dos governantes e lhes escondiam as falhas da administração pública; prática que, inclusive, poderia conduzi-lo a atos de injustiças, de crimes, de vinganças e de violências contra os seus adversários políticos. Assim, Cunha e Silva denominou de “coveiro do governo” o jornalista que tomava a imprensa para benefício próprio e se revelava incapaz de lutar em benefício da coletividade e do Estado. O reconhecimento de um jornalista como “coveiro do governo” se dava a partir da sua prática jornalística e da determinação dos seguintes critérios:

Não são coveiros os que lhe movem oposição ás claras e de frente erguida. Não são coveiros do Govêrno os que lhe dirigem ataques e censuras pelas colunas dos jornais ou pela tribuna parlamentar e da praça pública e, sim, aqueles que só têm para os governantes expressões dôces e macias, portando-se diante deles com curvaturas humilhantes e com salamaleques vergonhosos e deprimentes. Não são coveiros do Govêrno os que falam a verdade e criticam êrros da administração pública e, sim, aqueles que só tecem elogios aos governantes, achando-se sem máculas e defeitos, como se no mundo existissem homens em tais condições. Não são coveiros do Govêrno os que descobrem falcatruas de funcionários públicos desonestos e, sim, aquêles que se locupletam dos dinheiros públicos e ainda querem passar por cavalheiros distintos, frequentadores assíduos dos salões aristocráticos, sempre posudos e casquilhos, com ar sobranceiro de LORD inglês... Coveiros do Govêrno são os que, como seus auxiliares imediatos, não imprimem boa ordem nas funções que ocupam e se revelam incapazes de tomar qualquer iniciativa em benefício da coletividade e do Estado. Coveiros do Govêrno, são os que, por injunções político-partidárias, fazem com que os governantes cometam indignidades, que sobremodo os diminuem no conceito da opinião pública (SILVA, Cunha e. Coveiros do Govêrno. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 28, p. 2, 12 ago. 1951).

Segundo Cunha e Silva, o jornalista atuava na imprensa como um orientador da opinião pública e dos governantes. Nessa atribuição, o jornalista tinha a incumbência de ser criterioso na defesa ou na censura ao governo e/ou aos homens públicos em geral (SILVA, Cunha e. Grupismo. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 25, p. 2, 22 jul. 1951). Nesse sentido, Cunha e Silva aconselhava que os jornalistas, principalmente os da imprensa de oposição, fizessem críticas “elevadas” e “patrióticas” ao governo do Estado, sem cair no terreno “escabroso” das retaliações pessoais. Se, por um lado, a imprensa de oposição se preocupava em olhar de forma mais acentuada para os problemas administrativos e defender o interesse coletivo; por outro lado, ela também teria que fazer justiça aos governantes que cumpriam com o seu dever e administravam o bem público com eficiência e honestidade (SILVA, Cunha e. Oposição. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 27, p. 2, 5 ago. 1951). Para tanto, Cunha e Silva atribuía à imprensa de

oposição o papel de “fiscalizar” os atos administrativos do governo, cabendo ao jornalista o desempenho de um jornalismo dentro da verdade e com respeito à ética jornalística.

No entanto, o termo “coveiros do governo” foi encontrado em outras matérias publicadas no jornal *O Dia*, além daquelas que levavam a assinatura do jornalista Cunha e Silva. Nestas matérias sem assinaturas e publicadas nas edições de 1951 de *O Dia*⁴³, o termo passou a ser usado para fazer referência aos “áulicos do governo”. Ou seja, os “coveiros” ou “áulicos do governo” seriam aquelas pessoas que frequentavam o Palácio do Governo e/ou escreviam para a imprensa, porém, objetivamente nenhum deles tinha interesse de ajudar a administração pública e o chefe do executivo estadual e/ou municipal. O jornal *O Dia* acusava que, nessa “impostura”, homens públicos agiam pela imprensa com a pretensão de atirar no descrédito social e administrativo o governador Pedro Freitas e, com isso, negavam sua missão patriótica de colaborar com os governantes. Entretanto, os jornalistas de *O Dia* afirmavam que não se enquadravam no termo “coveiros do governo”, pois mesmo exercendo um jornalismo “vigilante”, “punitivo” e “combativo”, ao mesmo tempo serviam de “orientadores” da ação governamental, porque aconselhavam e advertiam o governador Pedro Freitas para administrar o bem público em conformidade com o interesse da coletividade e em coerência com a opinião pública.

A discussão em torno da missão ou função da imprensa piauiense aparecia nas matérias associada à prática jornalística. O dever da imprensa, do jornal e dos jornalistas era estabelecido concomitantemente. Sendo a imprensa um *lugar* legítimo e autorizado para o exercício do jornalismo, era através do exame criterioso da prática jornalística que se determinavam suas possibilidades, seus limites e potencialidades. Entretanto, isto se fazia, a partir da promulgação do que era permitido e/ou interdito ao jornal e ao jornalista na produção do discurso. Nesse sentido, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) entende que diferentes “racionalizações” foram forjadas pelos jornalistas para tentar implantar o modelo de jornalismo “moderno” na imprensa carioca. Essa racionalização foi organizada por meio do próprio discurso jornalístico dominante e que enfatizava os conceitos de “objetividade” e de “missão” da imprensa como ponto central para a construção da autoimagem do jornalista dos anos 1950. Assim, para a autora, a ideia de que a imprensa tinha uma missão foi determinante, para o processo de racionalização do discurso do jornalismo “moderno”, no Brasil, e para a legitimação do papel do jornalista de informar a opinião pública e zelar pela comunidade, a

⁴³ Ver: *O Dia*. Teresina, ano I, n. 10, p. 4, 8 abr. 1951; NOMEAÇÃO ESCABROSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 23, p. 4, 8 jul. 1951; SILVA, Cunha e. Grupismo. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 25, p. 2, 22 jul. 1951; *O Dia*. Teresina, ano I, n. 25, p. 4, 29 jul. 1951; ERROS IMPERDOÁVEIS. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 9 set. 1951; ERROS IMPERDOÁVEIS. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 9 set. 1951.

partir de um conjunto de regras e normas de comportamentos técnicos e éticos (RIBEIRO, 2007, p. 338). Desta maneira, os jornais se firmavam como instrumentos de mediação entre a população e o poder e se colocavam a serviço de encaminhar, pelas páginas dos jornais, as reivindicações populares, além de informar, divulgar ideias e formular críticas.

Na matéria “O papel da imprensa”, Cunha e Silva determinou que a principal função da imprensa era divulgar tudo o que fosse útil ao povo, defender os interesses da coletividade e denunciar os erros e os abusos dos poderosos. Em sua opinião, a imprensa tinha compromissos com a sociedade, para além da questão política partidária, uma vez que ela poderia servir de veículo de instrução, de formação e de cultura. Sobre a exploração dos assuntos políticos partidários pelos jornais de Teresina, Cunha e Silva pontuava que a questão não poderia ficar limitada à exposição da vida privada dos homens públicos ou de qualquer outro cidadão. Sob o ponto de vista político, avaliava que a obrigação dos jornais era fiscalizar se os governantes, no desempenho do seu cargo administrativo, cumpriam os seus deveres com honestidade e em benefício da coletividade.

Cunha e Silva apresentou algumas diretrizes para a imprensa de Teresina, dando destaque para os assuntos que mais interessariam aos leitores piauienses, em 1952, a saber:

[...] Ao povo, hoje em dia, não interessam os casos da vida particular de quem quer que seja. Que interêsse tem o povo de saber que o Prefeito tal, ou o Deputado sicrano, gosta de mulheres, ou de jogar, tomar cerveja, frequentar *pensões alegres* [grifo do autor], etc.? O povo quer saber é se o Prefeito tal, ou o Deputado sicrano, desempenha bem as funções que exerce; o de que o povo quer ter conhecimento é da vida pública dos indivíduos, isto é, se êste ou aquêle homem público (deputado, governador, secretário de Estado, etc.), é honesto, eficiente, trabalhador, numa palavra, se cumpre realmente os seus deveres no cargo que ocupa.

Há casos da vida particular, no entanto, em que o homem público pode ser censurado pelos jornais, como, por exemplo, quando o mesmo vive em constante estado de embriaguez, ou quando comete crimes abomináveis.

Mas só pelo simples fato de um homem público ser folgazão e de, uma vez por outra, ir a um cabaré decente, quando o mesmo é solteiro, ou gostar mesmo de certos *vícios elegantes* [grifos do autor] apenas por espírito de diversão, não é que êle possa ser excluído do rol dos homens de bem. Eu, pelo menos, escrevo sempre sôbre temas doutrinários e instrutivos, mas nunca banquei Catão censurando de quem joga, de quem aprecia as bebidas espirituosas, de quem é caído por mulheres e de outras coisas que acho muito naturais na vida social do homem. [...] (SILVA, Cunha e. O papel da imprensa. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 60, p. 2, 23 mar. 1952).

Decano da imprensa piauiense, em 1952, o jornalista Cunha e Silva já escrevia há mais de vinte anos para os jornais de Teresina⁴⁴. E como um “observador” da imprensa local, como ele mesmo se autodenominava, Cunha e Silva reclamava da sobrecarga de textos nos jornais sobre a vida política partidária. Mesmo reconhecendo que o assunto deveria ser debatido e abordado pela imprensa, considerou um “grave defeito” o fato de os jornais explorarem a questão política partidária da primeira à última página. Além de tornar a leitura do jornal “enfadonha” e “monótona”, Cunha e Silva acrescentava que essa prática jornalística ia contra a “verdadeira” função da imprensa (SILVA, Cunha e. Grave defeito. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 106, p. 3, 9 out. 1952). Equiparando o jornalista a um homem capaz de escrever sobre temas variados, Cunha e Silva defendia que a imprensa de Teresina deveria ser mais “instrutiva” e “noticiosa”. Para isso, os jornalistas do Piauí careceriam de se espelhar nas “sumidades intelectuais” que escreviam textos instrutivos para os jornais do Brasil, a fim de que, também, em Teresina se produzissem matérias que desenvolvessem o nível cultural da população e não ficassem restritos à “degradação” da batalha discursiva em torno da questão política partidária.

Através do *Jornal do Piauí*, Cunha e Silva chamou a atenção para o intelectual que atuava na imprensa de Teresina e ressaltou que a sua inteligência e o seu domínio nas letras não poderiam ficar restritos às querelas político-partidárias travadas pela imprensa. Até porque, devido à diversidade de problemas em que se encontrava o Piauí, nos primeiros anos da década de 1950, os jornais locais deveriam discutir outros temas, tais como: a situação econômica e financeira estadual e os problemas da pecuária, da lavoura e da indústria extrativa. Cunha e Silva atribuía um “grave defeito” à imprensa de Teresina: sua excessiva preocupação em dar visibilidade às questões político-partidárias, deixando de lado os problemas socioeconômicos que afligiam o Estado e que precisavam ser debatidos pelos jornalistas e pelos intelectuais e políticos. Assim, Cunha e Silva reivindicava dos jornais de Teresina a seriedade de abrigar em suas colunas matérias instrutivas e de interesse social, como pode ser observado no fragmento abaixo:

[...] As querelas político-partidárias agradam muita gente, principalmente quando são exploradas por penas de mestres, por jornalistas que sabem dar colorido às suas frases – fruto da sua imaginação exaltada pela paixão partidária. Mas tal maneira de escrever, por mais interessante e atraente que seja, nada possui de construtiva, pois só serve para exacerbar os ânimos dos políticos.

⁴⁴ PROF. CUNHA E SILVA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 85, p. 1, 3 ago. 1952; SILVA, Cunha e. O papel da imprensa. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 60, p. 2, 23 mar. 1952.

A oposição só é forte em clima de exaltação e de luta, mas, os jornais são órgãos de orientação da opinião pública, além de serem preciosos veículos de cultura. Alguém já disse que *o jornal é o livro em miniatura* [grifos do autor]. Não se lê jornal apenas para satisfação de paixões políticas e para se deleitar com as verrinas e piadas que, por ventura, nele se encontram. Há muita coisa que se aprende em jornais. [...] (SILVA, Cunha e. Grave defeito. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 106, p. 3, 9 out. 1952).

Sendo a imprensa um veículo de cultura e o jornal sua maior expressão, Cunha e Silva atribuía aos jornalistas, geralmente intelectuais e políticos de Teresina, a tarefa de transformar o jornal em um “livro em miniatura” e um *lugar* onde a escrita e o domínio da leitura nas diferentes áreas do conhecimento pudessem ser melhor praticados. Para Cunha e Silva, o intelectual e político que escrevia para a imprensa não possuía uma cultura fechada e restrita, de modo que sua inteligência poderia “abarcas os mais diferentes conhecimentos, inclusive os de ordem científica e filosófica” (SILVA, Cunha e. Grave defeito. *Jornal do Piauí*. Op. cit., 1952). Assim, considerava que os assuntos literários, linguísticos, sociológicos, filosóficos, científicos e artísticos, tal como eram comumente tratados pela imprensa brasileira, também necessitavam ser pauta de redação dos jornais, editados em Teresina.

No *Jornal do Piauí*, Cunha e Silva classificou alguns jornais de Teresina como “órgãos políticos” devido à quantidade de matérias publicadas sobre o fato político piauiense e à presença de um discurso partidarista exaltado. De forma mais detalhada, Cunha e Silva analisava que a linguagem empregada pelos jornais políticos era “vigorosa” e “forte”, quando empregada para condenar as atitudes dos administradores públicos do Estado ou do município, ou ainda contra os políticos e os jornalistas que defendiam os interesses de um determinado partido político. Do mesmo modo, Cunha e Silva criticou o comportamento dos jornalistas que apenas se utilizavam do jornal para dar dimensão pública à competição pessoal e partidária disputada no terreno das agremiações políticas.

Ainda que reconhecesse a imprensa como uma “trincheira”, Cunha e Silva advertia o jornalista para ter serenidade na construção do fato político piauiense e na apreciação da vida pública e privada dos indivíduos. Primeiro, porque considerava que os “casos da vida particular dos homens públicos” não mais interessavam ao público leitor exigente e seletivo. Segundo, aconselhava os jornalistas para que não se deixassem levar pela paixão partidária e pelo ódio pessoal para, na imprensa, agir contra o seu adversário. Com isso, na matéria “Exemplo que entristece”, publicada na edição de 14 de dezembro de 1952, do *Jornal do Piauí*, Cunha e Silva defendia que era lícito o jornalista empregar uma linguagem mais “vigorosa” e “forte” contra os “dilapidadores” do tesouro público estadual ou municipal e contra aqueles que, no poder, não operavam em benefício da coletividade. Porém, na sua

concepção, tornava-se ilícito, quando o jornalista fazia uso da “pena” apenas para difamar e caluniar seu adversário com injúrias, a fim de incompatibilizá-lo com a opinião pública. Para Cunha e Silva, a linguagem “dura” e “chã” jamais poderia ser confundida com a linguagem de baixo calão. (SILVA, Cunha e. Exemplo que entristece. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 125, p. 3, 14 dez. 1952). Por fim, afirmava: imprensa é trincheira; contudo, o jornalista, como um “bom artilheiro”, não se limitaria a gastar pólvora em competições pessoais no terreno político partidário.

Na maioria das matérias assinadas por Cunha e Silva, e que buscavam definir a “missão” ou a “função” da imprensa, isto se dava concomitantemente à determinação do dever dos jornalistas e o excesso do partidarismo na abordagem do fato político piauiense. Mesmo que os jornais fossem políticos e que, por isso, se debruçassem na sua especialidade, Cunha e Silva cobrava dos jornalistas a seriedade no cumprimento de seu dever também na abordagem de outros assuntos. E ainda que a finalidade da imprensa fosse expor a verdade e criticar os atos desacertados dos homens públicos no poder, os jornais não poderiam ficar escravizados à questão partidária e às competições pessoais. Antes, o jornal tinha a obrigação de oferecer aos leitores assuntos diversos e exercer o seu papel construtivo e orientador da sociedade. Como já foi dito, Cunha e Silva entendia o jornal como um veículo de cultura, de informação, de instrução e de orientação da opinião pública. Portanto, considerava que, através da leitura dos semanários, o leitor poderia tirar ensinamentos úteis e lições variadas.

Assim, a discussão em torno da ética e da objetividade do jornalismo nas matérias de autorreferência também chamava a atenção do compromisso do jornal com o leitor. Para Danton Jobim (1960), mais do que uma questão de ética, o que motivava o jornalista a registrar cada vez mais os fatos com objetividade era a pressão dos leitores que não mais esperavam dos jornais que se comportassem como um simples porta-voz de um partido. Antes, o público leitor desejava vê-lo como “[...] um depósito de noções concretas não deformadas, sobre os acontecimentos. Ignorar deliberadamente um fato, distorcê-lo por interesse político vai sendo considerado pelo próprio jornalista um jogo mais que desleal, perigoso, podendo desacreditar a folha no conceito mesmo dos que lhe simpatizam com as ideias expostas nos editoriais.” (JOBIM, 1960, p. 28).

Não obstante, Cunha e Silva condenou a “obsessão” dos jornais de Teresina em se prender à discussão político-partidária. Na sua concepção, essa forma de se fazer imprensa no Piauí, a desvirtuava da sua principal finalidade e apenas ratificava a “falsa compreensão” dos jornalistas no exercício das suas obrigações para com a sociedade. Na matéria “Desvirtuamento”, editada, no *Jornal do Piauí*, a sete de janeiro de 1954, Cunha e Silva mais

uma vez reclamou da falta de compromisso da imprensa piauiense frente a sua missão ou função social e até mesmo política. Se, de um lado, estavam os órgãos de imprensa que se prendiam à tarefa jornalística de atacar o governo e atirá-lo no descrédito social, através da produção de “apodos”, de escândalos políticos e de críticas “impatrióticas”; do outro, ficava o “jornal do governo”, que se dedicava exclusivamente a produzir “louvaminhas” ao chefe do executivo estadual ou municipal, dependendo da linha editorial e partidária do órgão. Dividida a imprensa em oposição ou situação e, por conseguinte, definida a prática jornalística para só atacar ou só defender um determinado governante, na opinião de Cunha e Silva, tanto uma como a outra se desvirtuavam da sua missão de orientadores da opinião pública e dos governantes (SILVA, Cunha e. Desvirtuamento. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 227, p. 3, 7 jan. 1954). A crítica apresentada pelo jornalista Cunha e Silva sobre o uso político da imprensa piauiense se aproximava do conceito de “missão da imprensa” proposto por Carlos Lacerda (1990), para quem a missão política da imprensa era formar a opinião do público leitor e levá-lo a ação, ao invés de se restringir apenas a ser usada como arma na luta partidária.

Para Cunha e Silva, tanto a imprensa de oposição quanto a imprensa de situação tinham por obrigação explorar o fato político piauiense em suas páginas, desde que alertassem aos governantes sobre seus erros administrativos e cobrassem deles a retidão de sua conduta, nos gastos do dinheiro público; apresentassem sugestões e discutissem os problemas governamentais visando ao interesse da coletividade. Cabia à imprensa, quer de oposição quer da situação, o dever de censurar o governante, quando descobertos e comprovados seus desmandos administrativos, assim como aplaudi-lo sempre que seus atos fossem meritórios. Dessa forma, Cunha e Silva põe em relevo a retidão do jornalista no desempenho de sua função social e no seguimento da ética profissional. E, ainda na opinião do articulista, os jornalistas, independente da posição política partidária do órgão de imprensa em que estava inserido, deveria fazer uso de uma linguagem “respeitosa” e “serena”, a fim de defender o interesse pelo bem público e discutir os problemas que afetavam a coletividade. Para Cunha e Silva, o jornal opositor não poderia ser “panfletário” e “iconoclasta”, do mesmo modo que o jornalista de oposição não poderia utilizar das armas indignas da mentira, da calúnia e da injúria, pois acabaria agindo como um “pasquineiro”⁴⁵. De acordo com Cunha e Silva, “a imprensa como cátedra, é um verdadeiro sacerdócio” (SILVA, Cunha e. Desvirtuamento.

⁴⁵ Nos jornais pesquisados, o pasquim era visto pelos jornalistas de Teresina com certas reservas e preconceitos. Muitas vezes o nome “pasquim” e a expressão “pasquineiro” foram usados pelos jornalistas de Teresina para desqualificar um jornal classificando-o como panfletário, doutrinário e difamador dotado de padrões jornalísticos que fugia dos padrões da “boa imprensa”.

Jornal do Piauí. Op. cit., 1954), portanto, quem militava na imprensa tinha compromisso com a verdade dos fatos e a obrigação de esclarecer os leitores sobre os assuntos de interesse público.

Nas matérias publicadas nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* dos anos de 1951 a 1954, foi marcante a reivindicação de mudanças na prática jornalística de Teresina. Nas páginas dos jornais, a exigência se concretizava através da veiculação de conselhos, sugestões, advertências e apontamentos de diretrizes para o jornalismo, principalmente, porque dependia da atitude do jornalista, na produção de notícias, o “desvirtuamento”, ou não, da imprensa de sua finalidade. Assim, dependendo da conduta dos jornalistas de Teresina nos jornais, a imprensa poderia ser qualificada de “boa” ou “má”⁴⁶. No jornal *O Dia* os critérios estabelecidos para identificar um órgão de imprensa como “bom” ou “mau” seguia os seguintes critérios: conceituava-se de “boa imprensa” aquela que argumentava fatos incontestes e não descia ao campo das retaliações pessoais; que se colocava a serviço do povo e seguia os postulados da ética cujos direitos e prerrogativas estavam asseguradas pela Constituição da República; que não produzia críticas infundadas ou injuriosas; que ficava sempre alerta, advertindo o eleitorado para votar de acordo com a sua consciência e o orientava na escolha de candidatos dignos. Ao contrário, a “má imprensa” se resumia à produção de críticas infundadas ou injuriosas a qualquer indivíduo; a caluniar e proferir inverdades contra a honra dos homens públicos; ou ainda se munia de xingamentos, de apodos e de termos de baixo calão para ferir o seu adversário político⁴⁷.

A construção do conceito de “má imprensa” feita pelos jornalistas piauienses de *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* nos anos de 1951 a 1954, de certa forma, se aproximava do entendimento que eles faziam sobre os jornais de opinião e do pasquim. Danton Jobim (1960), na análise que faz sobre o jornalismo, nos Estados Unidos e na América Latina, evidencia que

⁴⁶ Sobre a qualificação da imprensa em “boa” ou “má” foi encontrada uma referência no livro “Limites da Liberdade de Imprensa: estudos sociais e político” de Anis José Leão (1961), onde aponta que essa divisão teve início a partir do desenvolvimento do pensamento das grandes autoridades da Igreja de que boa-imprensa tinha a tarefa de eliminar a má-imprensa. Nesse sentido, reitera o autor: “Imprensa contra imprensa, se dizia e ainda se repete. Boa-Imprensa contra Má-Imprensa, segundo a legenda de Leão XIII: *escripta escripts concurso non impari* (escritos a escritos em competência desigual). Contudo, o preceito boa-imprensa contra má-imprensa, se tem um fundo de verdade, coloca a questão em círculo vicioso. Com efeito, boa-imprensa contra má-imprensa, significa que a má imprensa se combate e se destrói com a boa imprensa. De outro modo não teria sentido o preceito, pois que a boa-imprensa não se combate com a imprensa que é também boa, desde que em tal caso se combatem as ideias ou doutrinas [...]” (LEÃO, 1961, p. 43)

⁴⁷ No jornal *O Dia* a definição de “boa” ou “má” imprensa foi encontrada nas seguintes matérias pesquisadas: ADVERTÊNCIA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 60, p. 1, 23 mar. 1952; PARASITISMO ADMINISTRATIVO. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 70, p. 1, 10 jun. 1952; DIGNIFIQUEMOS A IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 75, p. 1, 6 jul. 1952; IAPOCUÍ. Oposição construtiva? *O Dia*. Teresina, ano III, n. 116, p. 1, 19 abr. 1953; PUBAS, Barão. O exemplo de São Paulo. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 123, p. 9, 7 jun. 1953; CLAUDIUS. Coveiros do Estado. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 128, p. 1, 12 jul. 1953; RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. Do idealismo à industrialização. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 150, p. 1, 13 dez. 1953.

a maioria dos jornais do Brasil nos meados do século XX ainda dava mais ênfase à opinião que a informação propriamente dita. Assim, os jornais de opinião eram facciosos e habitualmente mal informados, publicavam matérias com a marca do seu partidarismo exaltado, silenciava os êxitos ou acertos dos seus adversários, mutilava o noticiário falsificando-o, consciente ou inconscientemente, a imagem da vida política e social, adulteravam os fatos, para obter um efeito desejado no público e faziam ataques pessoais que, muitas vezes, atingia a honra dos homens públicos. Entretanto, este modelo de jornalismo opinativo e doutrinário, aos poucos começava a mudar com o esforço da objetividade e a introdução de novos métodos jornalísticos no país. Nesse sentido, os critérios estabelecidos pelos jornalistas piauienses para a “boa” ou “má imprensa” contribuiu para a construção da imagem e/ou identidade dos jornais de Teresina, a partir dos métodos jornalísticos utilizados em sua redação. Assim, o uso de uma linguagem mais ou menos agressiva, contundente ou audaciosa, para expor a opinião do jornal e/ou do jornalista já se tornava um fator determinante para classificar como faccioso e opinativo, num momento em que os próprios jornais buscavam ser reconhecidos pela imparcialidade de suas notícias.

Marialva Barbosa (2007), por sua vez, na *História Cultural da Imprensa no Brasil*, no período de 1900 a 2000, analisa que, na década de 1950, houve lutas por representação em torno da imprensa, no sentido de separar o mundo da opinião e o da valorização. Encapados pelo ideal de fazer um jornalismo objetivo, caráter que o diferencia do jornalismo literário, os jornalistas apostavam no discurso de valorização da informação, entendida como valor imprescindível para a construção da notícia. Com este intuito, Marialva Barbosa (2007, p. 81) afirma que os jornalistas “[...] instauram a mítica da imparcialidade, indispensável para quem quer se afirmar como tradutor do mundo para o público. E, em função disso, aquinhoar maior poder simbólico.”.

Ainda nas edições do jornal *O Dia* de 1952, outras matérias foram publicadas no sentido de reforçar as diretrizes da imprensa de Teresina e encaminhá-la ao desempenho de sua “verdadeira” missão ou função. Em 1952, *O Dia* considerou o jornal como o “catecismo mais preferido do povo”. Certamente o nome “catecismo” atribuído ao jornal decorria do próprio conceito de imprensa almejada pelos jornalistas dos anos 1950 e que a compreendia como veículo de “informação”, de “instrução” e de “cultura”, capaz de levar ensinamentos ao público leitor. Em *O Dia*, os jornalistas explicitavam que a missão e a função precípua da imprensa livre era esclarecer o povo e a opinião pública, propagar ideias sãs e criticar com desassombro os homens públicos no poder, independentemente de sua filiação partidária. Aos jornais de Teresina incumbiam a tarefa de “levar ao conhecimento do público os bons e maus

atos daqueles que o praticam”, sobretudo, porque desempenhava ação bem larga, pois circulava em todas as rodas e recintos, e era a “palavra mais autorizada”, para conclamar as lutas⁴⁸. E o jornalista, visto como um “operário sublime” da imprensa se tornava capaz de preparar o espírito do povo, para “conclamar a justiça”, ao denunciar “a maledicência e o crime”, “apontar os patrocinadores da desordem” e “doutrinar os políticos em defesa dos são princípios do Brasil”. Deste modo, o jornalista e o jornal instruíam, informavam e faziam despertar a mentalidade de um povo para as causas políticas e democráticas.

É através da imprensa que a opinião adquire uma existência pública, afirma Luiz Beltrão (1980, p. 19). Já que a imprensa se constituía a partir da ação dos jornalistas na redação, o jornal *O Dia* apontava a urgência para a mudança das práticas jornalísticas, sobretudo, quando discorriam sobre o fato político piauiense. Assim, através da matéria “Dignifiquemos a imprensa”, o jornal *O Dia* assinalava algumas finalidades da boa imprensa:

[...] E, por tudo isto, pelas altas finalidades da boa Imprensa, vimos concitar, de boa fé, os distintos confrades que circulam nesta cidade para, em benefício da moralidade, quebrarem, impiedosamente, a pena que, nas horas de ódio e rancores, traça têrmos duros e destituídos de decência, nas lutas políticas travadas constantemente.

Vimos observando, por parte do órgão dos parentes do Govêrno, uma diretriz deselegante no que diz respeito às questões políticas, em que se digladiam homens públicos e de responsabilidades.

Podemos travar pugnas memoráveis, fazendo flamejar tôdas as incongruências dentro da língua, sem que levemos à ridicularidade, à corrupção à ética jornalística.

Exponhamo-nos a descoberto, saltemos à arena desassombrados e impolutos, empenhando a penas como Miguel Ângelo o escôpro, mas, em defesa da Moral, não usemos vocábulos de baixo calão, a fim de que a Imprensa não venha a perder o brio e prossiga seu aurifulgente caminho de glórias e conquistas. (DIGNIFIQUEMOS A IMPRENSA. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 75, p. 1, 6 jul. 1952).

Vale destacar que *O Dia*, identificado como um órgão de imprensa “independente”, “político” e “noticioso”, reclamava dos demais que declaravam sua postura partidária, a exemplo do jornal *A Cidade*, vinculado ao diretório municipal da UDN; e do *Jornal do Piauí*, órgão pertencente “aos parentes do governo” do Estado, ou seja, à família Freitas e vinculado ao PSD. Embora todos fossem “órgãos políticos”, *O Dia* apontava que um dos maiores erros dos semanários que declaravam a postura partidária da sua linha editorial encontrava-se no âmbito da produção do discurso, ao ponto de até “corromper a ética jornalística”, só para atender ao partido político que o sustentava financeiramente e servir de veículo de defesa

⁴⁸ Cf.: A ENTREVISTA COLETIVA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 61, p. 1, 30 mar. 1952; DIGNIFIQUEMOS A IMPRENSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 75, p. 1, 6 jul. 1952.

“intransigente”, “acirrada” e “aviltante” dos governantes que ocupavam o executivo municipal e estadual. A denúncia de “corrupção” da ética jornalística em Teresina feita pelo jornal *O Dia* decorria da própria prática dos jornalistas locais, que, neste período, faziam da redação dos jornais um instrumento de poder e de luta para encaparem a disputa política partidária, antes restrita aos espaços das vivências dos partidos políticos e às desavenças dos seus correligionários.

Sobre esta questão, ainda em 1952, mais uma matéria foi publicada no jornal *O Dia*, tratando sobre a imprensa do Piauí. Intitulada de “A nossa imprensa”, a matéria assinalava que os órgãos de “defesa intransigente”, com o objetivo de “abafar” o efeito de uma administração “indecorosa” do governo estadual ou municipal, se dedicavam apenas a veicular elogio às pressupostas realizações de um governante, a fim de ludibriar os “incautos” e os menos esclarecidos (A NOSSA IMPRENSA. *O Dia*. Op. Cit., 1952). Igualmente, condenava o jornalista que, submisso ao(s) proprietário(s) do(s) órgão(s) de imprensa ou preso ao partidarismo, simplificava a função da imprensa tornando-a um veículo ativo de propaganda e de publicidade da administração pública e dos partidos políticos. Em contrapartida, o jornal *O Dia* destacou o desempenho dos jornalistas que sendo “impávidos” e “vanguardeiros” do jornalismo combativo, se colocavam em prontidão para enfrentar as batalhas discursivas travadas pela imprensa e lutar persistentemente contra o governo e seus áulicos.

Nas edições de *A Cidade* e do *Jornal do Piauí* de 1952, também foram encontradas matérias que buscavam definir a “missão” ou a “função” da imprensa. No caso do jornal *A Cidade*, órgão vinculado ao diretório municipal da UDN, uma destas definições foi apresentada através da publicação de uma carta intitulada “O povo coopera”, onde o autor se identificou como “um leitor ex-pessedista”. Para este leitor, o papel da imprensa no regime democrático era exercer a ação policiadora sobre os governantes para impedi-los de cometer crimes ou arbitrariedades ou, até mesmo, que ficassem impunes (UM LEITOR EX-PESSEDISTA. O povo coopera. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 82, p. 3, 17 maio 1952). Assim, cabia à imprensa suscitar questões, despertar ideias e sugerir os rumos administrativos a serem adotados pelos governantes. Neste exercício, a imprensa cumpriria um dos seus papéis, que era lutar pela solução dos problemas que afligiam a coletividade, esclarecer a opinião pública sobre os casos que lhe dizem respeito e sobre os desmandos do governador Pedro Freitas.

O leitor de *A Cidade* defendia que os jornais oposicionistas eram veículo de suma importância para o esclarecimento dos acontecimentos e que tinham os seus méritos. Mas, na

carta “O povo coopera”, o jornalista ainda avaliou que a divisão dos jornais em oposição ou situação era prejudicial à ação construtiva da imprensa de Teresina, pois cada um deles “alterava” os conceitos construídos sobre o fato político piauiense, deturpando-o a partir do ângulo político partidário a que pertenciam. Entretanto, a questão apontada pelo jornal *A Cidade* deve ser analisada a partir do entendimento de que as práticas jornalísticas e a produção das notícias são estabelecidas a partir de relações de poder. O discurso jornalístico, por sua vez, é produzido em meio à tensão de vários interesses que convergem sobre o produto final que é a notícia. Assim, “os jornais governistas focalizam o aspecto positivo da ação governamental, ao passo que os oposicionistas destacam, sobretudo, o seu lado negativo” (UM LEITOR EX-PESSEDISTA. O povo coopera. *A Cidade*. Op. cit., 1952), como denunciou o leitor do jornal na referida carta ao jornalista de *A Cidade*. Este comportamento da imprensa decorre da complexa teia de relações sociais, institucionais, políticas e econômicas que se estabelecem no âmbito da produção da notícia, de maneira que o(s) próprio(s) acontecimento(s) jornalístico(s) nem sempre é(são) espontâneo(s), mas criado(s), forjado(s), e funciona(m), muitas vezes, como autopromoção política (BOORSTIN apud SERRANO, 2012).

No jornal *A Cidade*, o interesse em definir a missão ou a função da imprensa e sua importância para a sociedade apareceram em consonância à reivindicação da liberdade de pensamento. Os jornalistas de *A Cidade* viam a imprensa como uma aliada para a conquista dos direitos e da liberdade. Sem que negassem a força do poder constituído em, muitas vezes, querer calar a imprensa; os jornalistas de *A Cidade* reforçavam o valor da imprensa como um instrumento poderoso de veiculação do pensamento humano e, por isso, detinha um poder de fala. Sendo assim, seja através de um grande jornal diário, seja por meio de uma pequena folha semanal, a imprensa apresentava a mesma característica: a de defensora “da liberdade dos povos” e de “inimiga das tirarias” (A IMPRENSA PIAUIENSE. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 87, p. 1, 7 jun. 1952).

Para o jornal *A Cidade*, a imprensa ocupava um lugar de poder e exercia um papel decisivo nos países democráticos. O jornal afiançava que ao longo da história, a imprensa já havia dado provas de sua força por ter contribuído para a subida ou a queda do poder constituído, mesmo nos países cujo regime político era o totalitário. Nos países democráticos, por sua vez, os jornalistas de *A Cidade* entendiam que a imprensa, além de uma arma política, também poderia servir de instrumento de formação da consciência do povo e de suporte para lutar do lado dos oprimidos e pelos ideais de liberdade. Nesse sentido, reforçavam que as ameaças de censura e de empastelamento dos jornais no Brasil e no Piauí, perpetrada pelos

governantes que se sentiam ameaçados pelas denúncias publicadas nos jornais de oposição, não poderia intimidar o jornalista no exercício de seu direito à liberdade de pensamento. Assim, a matéria “A imprensa piauiense”, o jornal *A Cidade* denunciava:

[...] No Piauí, para honra dos que militam na imprensa, de nada têm valido os regimes do chicote, da mordaca, da força. Os tiranos passam, as tirarias caem, mas as consciências atravessam incólumes, incorruptíveis, a podridão moral das ditaduras. Empastelam-se jornais destroem-se oficinas, mas o desejo de liberdades individuais e de direitos inalienáveis, nem a impáfia dos presunçosos, nem a fôrça dos governos absolutos, nunca poderão vencer.

A imprensa piauiense, desagrade a quem desagradar, continuará sempre nessa mesma orientação de críticas aos governos incompetentes e aos abusos de poder dos dirigentes do estado. Quer com garantias, ameaçada, ou sem ameaças, mal vista pelos áulicos dos poderosos, bem vista, entretanto, pelo povo livre, a imprensa teresinense sempre independente, disposta a enfrentar a luta contra os ditadores e seus prepostos.

Nada poderá fazer calar a imprensa de Teresina, nem salamaleques momescos dos truões palacianos, nem o outro das empresas oficiosas. A imprensa é livre, critica o êrro, aponta falhas dos administradores, elogia os que estão seguindo o caminho da verdade e da justiça.

Aqui mesmo em Teresina, temos um exemplo dos efeitos da violência contra a imprensa. O empastelamento do “O Piauí”, em 1946, longe de fazer calar a voz do povo contra as arbitrariedades de um govêrno tirânico, ao contrário, contribuiu para a sua queda.

Estamos prontos para a luta e aqueles que julgam a imprensa como irresponsável, que se arrisquem a chamá-la à responsabilidade (A IMPRENSA PIAUIENSE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 87, p. 1, 7 jun. 1952).

Embora o jornal *A Cidade* não tivesse dedicado muito espaço à análise crítica e à revisão da prática jornalística de Teresina, a reflexão sobre o jornalismo piauiense e o dever do jornalista comparecia a suas páginas em determinadas matérias onde se reclamava da “falta de sinceridade” dos jornalistas que só teciam elogios aos governantes, sem que estes fossem merecedores de tal discurso. A crítica de *A Cidade* era direcionada à redação do *Jornal do Piauí*, acusando-a de “falsificar” a realidade dos fatos somente para atender os interesses dos proprietários e daqueles que escreviam as matérias do jornal, sendo eles: o filho, o genro e o cunhado do governador Pedro Freitas, ou ainda pessoas e/ou políticos do PSD do Piauí (ELES SÃO ASSIM... *A Cidade*. Teresina, ano II, n. 121, p. 1, 6 dez. 1952). A problemática em torno da “sinceridade” do jornalista nos jornais governistas permaneceu sendo uma questão de relevância para *A Cidade* nos anos de 1951 a 1953. De acordo com o referido jornal, mesmo que os semanários de Teresina fossem efetivamente políticos e dessem visibilidade às contendas partidárias em suas páginas, o jornalista tinha que ser livre para desempenhar o seu papel e firmar seu compromisso com a verdade dos fatos e com os leitores. Assim, na medida em que o jornal *A Cidade* defendia a ideia de liberdade de imprensa, proclamava os princípios

de liberdade de pensamento e de palavra daqueles que efetivamente produziam as notícias veiculadas na folha.

Sem abandonar suas convicções partidárias e situando-se na oposição ao governo do Estado, em *A Cidade*, a tarefa do jornalista era manter a vigilância sobre os erros do governador Pedro Freitas e publicá-los através da crítica “honesta”, “sensata” e “justa”. Deste modo, o jornal *A Cidade* entendia que a missão da imprensa era informar os leitores, apontar os erros praticados pela administração pública sem receios de contestações e incentivar os homens públicos a trilhar o caminho da moral e da justiça (ELES SÃO ASSIM... *A Cidade*. Teresina, 1953).

No Piauí, a questão em torno da liberdade de imprensa esteve presente na discussão sobre o fazer jornalístico. Muitas vezes, a ideia de liberdade foi anunciada pelos jornalistas de Teresina como sendo restrita ao conceito de verdade da notícia. Para Cunha Silva, por exemplo, a liberdade de pensamento e de palavra do jornalista na imprensa tinha que ser limitada, visto que, em sua opinião, a “liberdade de pensar e de escrever não representa o direito de pensar e de escrever o que se quer e sim, de pensar e escrever o que se deve e o que não for contra a verdade” (SILVA, Cunha e. *A nossa imprensa. O Dia*. Teresina, ano I, n. 56, p. 2, 24 fev. 1952). A “verdade”, portanto, constava nas matérias assinadas por Cunha e Silva como um dos limites da liberdade de pensamento e de palavra e como medida preventiva e corretiva do uso excessivo de uma linguagem virulenta, caluniosa e difamadora ainda tão presente nas matérias jornalísticas e nas batalhas discursivas travadas entre os jornais de Teresina.

Cunha e Silva afirmava, nas colunas do jornal *O Dia* e do *Jornal do Piauí*⁴⁹, que no regime democrático, o jornalista tinha a liberdade de emitir opiniões e de sustentar suas ideias na folha, porém, esta liberdade não lhe dava o direito de dizer tudo o que queria ou de dizer coisas inconvenientes ou de dirigir, gratuitamente, ofensas e insultos a outrem. Cunha e Silva condenou o estilo “áspero” e “deselegante” dos jornalistas de Teresina na emissão de sua opinião sobre o fato político piauiense, principalmente, quando pretendiam defender suas convicções políticas.

Declarando-se um defensor “intransigente” da liberdade de imprensa, liberdade de pensamento e liberdade de palavra, Cunha e Silva considerava que a missão social do

⁴⁹ SILVA, Cunha e. *A nossa imprensa. O Dia*. Teresina, ano I, n. 56, 24 fev. 1952, p. 2; SILVA, Cunha e. *Nostalgia do cativo. O Dia*. Teresina, ano III, n. 140, p. 2, 4 out. 1953; SILVA, Cunha e. *Provocadores. O Dia*. Teresina, ano IV, n. 186, p. 3, 29 jul. 1954; SILVA, Cunha e. *Impressão desapaixonada. Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 49, p. 3, 27 mar. 1952; SILVA, Cunha e. *Os çaça-níqueis. Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 55, p. 3, 20 abr. 1952.

jornalista era deveras difícil e perigosa, principalmente, quando ele queria ser realmente um “pregoeiro da verdade” e um “defensor das causas honestas”. Mesmo assim, o jornalista precisava elevar sua nobre profissão e cumprir sua obrigação de dizer a verdade, pois o “caluniador” e o “mentiroso” eram indignos de escrever em jornais, ainda mais porque os jornais pretendiam garantir sua credibilidade frente ao leitor e o jornalista alcançar prestígio no conceito da opinião pública.

De acordo com Luiz Beltrão (1960), a liberdade e a responsabilidade são duas condições fundamentais ao exercício do jornalismo. Liberdade e lei, liberdade e obrigação moral do jornalista eram ideias correlatas e indissolúveis. Assim sendo, Luiz Beltrão (1960) explica que as leis que regulam e limitam a liberdade de imprensa e do jornalista não eram apenas as regras codificadas, esquematizadas em textos oficiais à ordem jurídica; mas, também, as regras que correspondem às responsabilidades éticas, morais, filosóficas e religiosas dos sujeitos singularizados à função da produção do discurso jornalístico.

Em outras palavras, o jornalista precisa — como arauto e pregoeiro das ideias, do pensamento, das reivindicações, dos anseios da opinião pública, enfim — o jornalista precisa de educação especial para a liberdade. Porque se a liberdade fosse, apenas, a manifestação da opinião através dos veículos jornalísticos, o direito de publicar o que se quer, de torcer a verdade ao sabor das próprias conveniências, de insultar e denegrir o próximo, de suprimir informações, de fazer sensacionalismo, de incitar à rebelião e propagar a guerra civil ou entre nações — então nenhuma educação, instrução ou treinamento se faria mister para o exercício profissional. Qualquer indivíduo poderia — como infelizmente tem ocorrido — intrometer-se numa redação de jornal, investir-se na direção de um periódico ou de uma emissora radiofônica, travestir-se de jornalista, encobrir-se e proteger-se com o múnus natural da profissão. Do jornalismo missão-social, nada entenderia, o que não o privaria de ser um “expert”, de conhecer da técnica de jornal, da administração e gerência de uma empresa jornalística, de manobras astutas para obter riqueza e mundo, utilizando o jornalismo do mesmo modo que o tirano o utilizaria para a satisfação dos seus interesses. Essa “liberdade” não o privaria, conseqüentemente, de pela violação das normas éticas que regem a profissão, pelo diatribe e pela injúria, pelo falso testemunho e pela irresponsabilidade, em atos de puro gangsterismo, levar a comunidade ao desespero, mergulhar o país na ruma, na luta fratricida e no caos (BELTRÃO, 1960, p. 100).

Assim, as questões sobre o domínio da verdade, a independência e liberdade da imprensa, a sinceridade, a honestidade e a responsabilidade social do jornalista, a exatidão, a competência e a perfeição das notícias surgiam nos jornais, ao mesmo tempo, em que se procurava estabelecer os preceitos éticos do jornalismo e as normas de conduta jornalística. Apesar de, no Brasil, já existir uma Lei de Imprensa, desde a década de 1930, conforme Geraldo Octávio Rocha (1955, p. 7), a ética jornalística foi “deduzida da função espiritual da

imprensa, de sua missão social e de seu valor como instrumento da opinião pública” nos anos 1950, com o objetivo de regular a imprensa e a prática jornalística apontando seus limites e seus excessos. Assim, se o jornalista agisse na imprensa com sinceridade, honestidade, exatidão e decência, ele teria como recompensa o respeito. Da mesma forma, Fraser F. Bond (1962), ao analisar os deveres do jornalismo para com a sociedade, destaca que a imparcialidade para o jornal era visto como um ideal e para o jornalista uma virtude que ambos procuravam atingir. Esse ideal, no entanto, só era alcançado quando o jornalista evitava publicar erros, tendenciosidades, preconceitos e sensacionalismo nas matérias que produzia e veiculava na imprensa.

Ainda no *Jornal do Piauí*, o jornalista A. Tito Filho considerou que a imprensa deveria estar “acima de todos”⁵⁰, inclusive das autoridades políticas. Como veículo da opinião pública, a imprensa se constituía no “órgão por excelência da fiscalização do governo do povo pelo povo” (ECOS DAS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE ADMINISTRAÇÃO PEDRO FREITAS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 36, p. 1, 7 fev. 1952). A opinião do jornalista A. Tito Filho, certamente, era compartilhada pelo conceito de imprensa estabelecido pelo *Jornal do Piauí*, que, na condição de órgão “oficioso” do Estado, tentou definir as diretrizes da imprensa de Teresina através do compromisso dos jornais com a verdade, a ética jornalística e na luta pelo bem da coletividade. Todavia, a partir do momento em que os jornais de Teresina faltavam com a verdade ou deturpavam os fatos para alcançar determinados fins, deixavam de cumprir seu papel de censor público, por atuarem como “pseudo mentores da opinião pública”.

Para o *Jornal do Piauí*, a “verdadeira imprensa”, no empenho da sua função de veículo da opinião pública, tinha a missão de apresentar a realidade dos fatos, destacar os atos acertados e os errados de um governo e criticá-los com “imparcialidade”, “altivez” e “dignidade”. Tendo como parâmetro a imprensa de oposição ao PSD e ao governo do Estado, o *Jornal do Piauí* apresentou algumas falhas da prática jornalística de Teresina. Em primeiro lugar, apontou que o “sentimentalismo” ou a “paixão política partidária” dos homens de imprensa deveria ser extinta do jornalismo local. Mesmo que o jornalista guardasse suas preferências políticas partidárias, no jornal ele deveria escrever com imparcialidade. Na

⁵⁰ No primeiro ano do governador Pedro Freitas, eleito pelo PSD em 1950, A. Tito Filho foi escolhido para proferir em nome da imprensa piauiense um discurso de felicitação do governo pessedista afirmava: “[...] Vós caminhais na frente, sr. Governador, atestando o princípio de autoridade. Abaixo, os vossos auxiliares – Gaioso, Camilo, Valdir e tantos outros – decrescem em tamanho: é a hierarquia, inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios de organização social, porque permite ao que está no ponto mais baixo, ascender por si mesmo à posição mais alta. E à frente de todos – a Imprensa – veículo da opinião pública – pensamento dominando a ação. [...]” (ECOS DAS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE ADMINISTRAÇÃO PEDRO FREITAS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 36, p. 1, 7 fev. 1952).

opinião do *Jornal do Piauí*, o “sentimentalismo” e a “paixão partidária” induzia o jornalista a cair no descrédito e na falibilidade da abordagem do fato ao ponto de “pecar” contra a verdade. Em segundo lugar, o *Jornal do Piauí* destacou a ideia de “verdade” sobre o fato político piauiense a partir da comprovação do conteúdo abordado por meio de documentos ou do uso da fonte de informação, visto como um ponto fundamental do jornalismo (NOTAS E POLÍTICA. Opositores. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 120, p. 3, 27 nov. 1952). Por último, condenou os jornais que publicavam matérias inverídicas e com uma linguagem injuriosa somente para difamar e destruir o governo (CONTRASTE. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 109, p. 4, 19 out. 1952). De acordo com o *Jornal do Piauí*, o órgão de imprensa que veiculava matérias inverídicas e com palavras indignas de serem lidas e meditadas, não só negavam a função social da imprensa de informar, interpretar, orientar e entreter, como também exercitavam a anarquia por negar seus princípios básicos: exatidão, honestidade, responsabilidade de servir a comunidade e decência na linguagem e na maneira pela qual obtinha as notícias.

A análise que o *Jornal do Piauí* apresentou sobre a imprensa piauiense, notadamente a de oposição, de alguma forma foi corroborada pelo jornal *O Dia*. O discurso jornalístico publicado em *O Dia* e que marcava a importância honestidade do jornalista na produção da notícia se fez presente em algumas matérias assinadas por pseudônimos. Dentre elas, pode-se destacar a matéria “Ratificando trincheiras”, onde o jornalista de pseudônimo Claudius explicitava um pouco mais dos elementos que ele considerava necessários para se praticar um jornalismo guiado pelos critérios da verdade (CLAUDIUS. Ratificando trincheiras. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 123, p. 1, 7 jun. 1953). A ideia de verdade era construída como sinônimo de honestidade do jornalista no exercício da profissão e na produção da notícia, ao relatar os fatos. Para Claudius, era importante que o jornalista denunciasse pela imprensa os “vícios” e os desmandos dos governantes e dos políticos levando-os à condenação pública, mesmo que, para isso, o jornalista tivesse que “pisar nos espinhos da profissão”. Claudius considerava que, mesmo no Piauí, onde a democracia era incipiente e ainda se apresentava com “laivos do absolutismo”, o jornalista tinha a obrigação de ser objetivo na denúncia dos erros e dos deslizes dos responsáveis pelo bem público, pois só assim agiria a serviço da coletividade. Em seu ponto de vista, o “silêncio interessado” e a “insinceridade” do jornalista frente aos acontecimentos políticos partidários não poderiam mais fazer parte da prática jornalística, num período em que se clamava por um jornalismo independente, noticioso e informativo. Nesta perspectiva, outro jornalista de *O Dia*, que também assinou matéria com o pseudônimo Petrus Mauricius, denominou a imprensa de oposição do Piauí de *sui generis*:

Oposição SUI GENERIS

Petrus MAURICIUS

Conhecemos diversas modalidades de oposição.

Oposição dos que criticam os erros da administração pública e também não deixam de aplaudir os atos bons que ele pratica. Esta é, em verdade, a oposição que se amolda à **linha justa** da democracia. Há outra espécie também de oposição que não dá tréguas aos detentores do poder público e lhes move guerra sem quartel, quer pelos jornais, quer pela tribuna parlamentar ou da praça pública. Mas, em terras do Piauí, dêsse maravilhoso pedaço do Brasil tão fértil de grandes inteligências, mas também tão cheio de mediocridades empavonadas, surgiu, para estupefação dos sociólogos e pensadores políticos, nova forma de oposição verdadeiramente **sui generis**. [...] (MAURÍCIUS, Petrus. Oposição sui generis. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 108, p. 8, 22 fev. 1953).

A crítica feita pelo(s) jornalista(s) de pseudônimo Petrus Mauricius se referia à atitude dos políticos que na Câmara Municipal ou na Assembleia Legislativa, afirmavam prestar apoio ao prefeito e ao governador por meio da ação fiscalizadora e moralizadora, porém, no jornal, apenas condenava os atos reprováveis dos governantes. Geralmente, isto se fazia por meio de uma linguagem mordaz, de xingamentos, calúnia e injúria.

Ainda em 1953, outro jornalista condenou este tipo de atitude da imprensa de oposição. Na matéria “A voz da imprensa”, que levava a assinatura do jornalista Tuyutu Moreira, foi destacada a incumbência dos jornalistas de abordar o fato político com precisão, e não apenas se prender ao velho costume de apontar as atitudes administrativas dos homens públicos que lhe pareciam erradas para, então, produzir comentários vazios numa linguagem que feria a dignidade alheia (MOREIRA, Tuyutu. A voz da imprensa. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 168, p. 5, 4 abr. 1954). O jornalista Tuyutu Moreira considerou esta prática como o “mal maior” da imprensa, aliada ao estabelecimento do elogio fácil e barato que eximiam do jornalista um esforço maior de análise crítica. Do mesmo modo, competia à “verdadeira imprensa” apresentar críticas construtivas, as quais poderiam pautar os seus procedimentos de fala e orientar os responsáveis pela produção do discurso jornalístico.

A par desta discussão, os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* apresentaram sua opinião sobre o que consideravam como “verdadeira” missão ou função da imprensa no Piauí. Frente ao que já foi exposto, pode-se acrescentar que, para o jornal *O Dia*, a imprensa era o veículo da verdade e o meio pelo qual o jornalista poderia “desempenhar o papel extraordinário de preparação para a vida democrática, para o esclarecimento da opinião pública, a fim de habilitá-la a bem compreender os problemas da nossa economia e a necessidade de solvê-los por processos modernos, rápidos e definitivos” (RÊGO, José Fernandes. Uma data da imprensa. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 115, p. 7, 12 abr. 1953). Para o

jornal *A Cidade*, competia à imprensa a função “policidora” e “vigilante” dos governos, a fim de combater os abusos do poder dos dirigentes do Estado, apontar suas falhas e negar seu apoio a uma política contrária aos interesses da coletividade. Para tanto, *A Cidade* afirmava que a imprensa não devia ser “veículo de insultos e sim arma do bem e do justo”⁵¹. Já o *Jornal do Piauí* compreendia a imprensa como a “força com que garantia o reino da lei, firmava a ordem, assegurava o bem-estar, mantinha a tranquilidade e sustentava a justiça”⁵². Do mesmo modo, defendia que a imprensa agia pelo pensamento, pela imaginação e pelo espírito e defesa do povo, portanto, cabia a ela a tarefa fiscalizadora e moralizadora da administração pública e do poder constituído.

Através do discurso, os jornalistas de *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* se manifestaram sobre a necessidade de modificação da prática jornalística, para atender o modelo de jornalismo “moderno”, que se encontrava em discussão no Brasil nos anos 1950. Considerando que as regras e as normas do jornalismo mudam de lugar para lugar e de uma empresa jornalística para outra, nota-se que, em Teresina, as mudanças pensadas, idealizadas e propostas para o jornalismo local foram sendo construída pelos próprios jornalistas através da revisão do conceito de imprensa, ora vista como “verdadeira imprensa”, ora classificada como “boa” ou “má” imprensa. Mais do que buscar a autonomia do campo jornalístico em relação ao campo político, o que eles queriam era discutir a função e a missão da imprensa. Nesse sentido, a verdade dos fatos, a imparcialidade da notícia, a honestidade do jornalista e a decência no uso da linguagem foram pautadas como requisitos necessários ao jornalismo piauiense dos anos de 1951 a 1954.

Ainda que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* não abrissem mão do seu papel opinativo ou interpretativo, faccioso ou doutrinário, combativo ou crítico devido à dependência financeira aos partidos políticos, aos políticos e/ou à publicidade estatal, a ética jornalística foi proclamada como um valor fundamental para o jornalismo e para o exercício da profissão. Assim, as matérias de autor referência publicadas nas páginas de *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* foram de suma importância para que os proprietários e diretores desses jornais determinassem algumas das regras da sua redação e as normas de conduta dos jornalistas piauienses no período de 1951 e 1954. Contudo, vale ainda salientar que tais discussões foram movidas pela construção de um ideário e uma nova deontologia para o

⁵¹ Cf.: A IMPRENSA PIAUIENSE. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 87, p. 1, 7 jun. 1952; NOSSO REAPARECIMENTO. *A Cidade*. Teresina, ano II, n. 119, p. 1, 30 nov. 1952; PROCESSADO “O DIA” POR CRIME DE INJÚRIA. *A Cidade*. Teresina, ano III, n. 129, p. 1, 3 jan. 1953.

⁵² Ver: SOUSA, Luiz Antonio de. Uma força propelente. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 263, p. 6, 6 jun. 1954; A IMPRENSA E A POLÍCIA TRABALHAM PELO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 234, p. 1, 11 fev. 1954.

jornalismo, sob a evocação dos valores da honra, da verdade, da dignidade e da honestidade do jornalista; além do processo de profissionalização dos jornalistas nos anos 1950, como será abordado no capítulo seguinte.

A expressão do Jornalismo**RODRIGUES DOS SANTOS***Da Ass. Profissional dos Jornalistas do Piauí*

[...].

Quem não possui o pensamento permanentemente voltado para as questões de interesse do povo e do Estado, em defesa das liberdades do cidadão, sem distinção política e religiosa; quem não experimentou horas, dias e meses de canseiras à mesa das redações, passando momentos de angústia e agitação, de entusiasmo e reações irrefreáveis, para não fugir ao cumprimento do dever sagrado, nem tergiversar diante da verdade dos fatos; quem não sentiu o braço sem energias e resistência, depois de tantas horas de trabalho, sem se esquecer dos grandes e pequenos acontecimentos de repercussão na opinião pública; quem já temeu ameaças e violências, para recuar nas arremetidas conscientes, receoso da riqueza econômica dos poderosos; quem haja vendido a pena e a consciência, em troca de favores e privilégios, para endeusar nulidades e denegrir o nome dos homens de bem; quem não experimentou o peso da responsabilidade para escrever um jornal, com os mais variados assuntos, desde a nota de aniversário ao editorial, da crônica aos comentários político, da reportagem à entrevista, da crítica ao suelto, da notícia à prosa; quem não descobriu um pouco dos segredos da arte de escrever diariamente, selecionando motivos e assuntos, discutindo problemas e soluções; quem não conhece de perto, derramando lágrimas e sangue, muitas vezes, a caminhada fatigante e quase sempre dolorosa do jornalismo, nem sempre compensado pela remuneração do trabalho dispendido, sem compensações pessoais, porque o preço da dignidade é a sua própria expressão, irretorquível e soberana; quem nunca sentiu os pés ficarem inchados pelo excesso de horas nas mesas de redações, nem a vista em decadência pela excitação da luz e pela falta de repouso; quem nunca teve a profissão diante do mar em tormenta, desafiando a coragem do jornalista ou do incêndio, do desmoraonamento, das enchentes, das sêcas, das epidemias; quem já tremeu de medo diante das cavalarias, do retinir das espadas, do fuzil e do canhão, no momento em que deseja descobrir e revelar fatos verdadeiros; [...]; quem nunca passou pela trincheira de uma redação, baluarte inexpugnável e altivo, quando os seus defensores não se acovardam, para se colocar ao lado dos humildes e sofredores; [...]; quem não aplicou a sutileza de uma frase, medrosa e acariciante que se transforma em beijos de amizade; quem não se acostumou a lidar com “– o quarto poder do Estado –”, como afirmou eminente estadista francês, a respeito da Imprensa; quem apenas se limita a produzir como os poetas bisextos, ou como o neófitos, de meio em meio século, para forçarmos a sua expressão; quem haja feito especulações com o jornalismo e concorrido por meio dele para trair a sua Pátria; [...]; quem nunca tolerou a insolência dos insultadores vulgares, a calúnia, a infâmia e a inveja dos medíocres empavonados, para evitar apóstrofes terríveis ou blasfêmias infernais; [...]; quem se agacha, submisso, aos pés dos poderosos, receoso de perder a inteligência e o campo de trabalho; – quem desconhece tudo isso, não pode ter capacidade para definir o que seja a Imprensa, tribunal dos potentados, criminosos, traidores, tiranos, irresponsáveis pela coisa pública, dos covardes e pusilânimes, com a sua função de pregador das causas nobres e justas, de soldado, pai amoroso, físcal da Lei, defensor das liberdades e garantias do cidadão e da coletividade, dinâmica e efetivamente presente ao que se passa no mundo (Jornal do Piauí, Teresina, 31 out. 1954).

3 CULTURA JORNALÍSTICA E IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS TERESINENSES

O processo de modernização pela qual passaram as cidades brasileiras no século XX, através da industrialização e urbanização, em conjunto com outras mudanças sociais e políticas, foi significativo para a implementação de reformas no jornalismo brasileiro. Mudanças técnicas (redacionais, editoriais, gráficas) e profissionais urgiam como condições imperativas, para evitar o comprometimento político partidário de forma explícita do jornal a fim de validar a sua credibilidade como veículo da verdade dos fatos. Na medida em que novos padrões de produção discursiva eram estabelecidos à redação dos jornais, para impor um gênero jornalístico informativo, *pari passu* a autonomia do jornalista ficava reduzida ao registro dos fatos. O novo modelo de jornalismo pautado na informação, notícias e notas, teve implicações diretas nas transformações das redações e do próprio perfil do profissional do jornalismo, impelido a novas formas de organização e produção das notícias (CAMPONEZ; SILVEIRINHA, 2012).

No Brasil, tais modificações no campo do jornalismo ocorreram de forma lenta e gradual e de forma contraditória com avanços e recuos. Ainda na segunda metade do século XX, o imperativo da informação objetiva que se colocava como uma nova demanda do jornalismo moderno e empresarial não conseguiu eliminar o caráter opinativo e doutrinário dos jornais, que, em alguns casos, foi deslocado para lugares específicos de suas colunas e separado, editorial e graficamente, entre informação, comentário pessoal e opinião (RIBEIRO, 2011). Sobre o jornalismo piauiense, A. Tito Filho (1994) informa que ainda nos anos 1950, a imprensa local se fazia letra por letra, numa composição vagarosa dos textos nas páginas dos jornais. Para A. Tito Filho (1994), essa forma “artesanal” de se fazer jornalismo no Piauí não impediu que os jornais locais ganhassem feição moderna e acompanhassem de perto o desenvolvimento técnico e profissional da imprensa brasileira. Alberoni Lemos Filho (1996), por sua vez, também afirma que nos anos 1950, o jornalismo do Piauí se fazia de forma “artesanal”, ou seja, “[...] era feito por ‘donos do jornal’, por interesse ou idealismo, era dono e redator do jornal. Muitas vezes esses jornais eram colocados a serviço dos partidos políticos. Um exemplo: o *Jornal do Piauí*, dos anos [19]50, era do PSD, dos Freitas. Era um jornal político e não empresarial. Havia o dono e um ou dois jornalistas. Nessa mesma época, o jornal *O Dia*, de Leão Monteiro, era a mesma coisa” (LEMOS FILHO, 1996, p. 7).

Os fragmentos de memória dos jornalistas A. Tito Filho (1994) e Alberoni Lemos Filho (1996) são elucidativos, para entender que, até mesmo os jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*, criados em 1951, período em que a imprensa brasileira já passava por transformações e incorporava o modelo norte-americano de jornalismo, não escaparam das amarras que os prendia financeiramente aos partidos políticos e historicamente à tradição jornalística de publicar matérias opinativas marcadas pelo partidarismo exaltado. Mesmo sem deixar de lado o fato político piauiense, o lema de “independente”, “informativo” e “noticioso”, que ambos estampavam no cabeçalho ou no expediente do jornal, para se autorreferenciar como detentores de uma prática discursiva voltada para o jornalismo moderno, ganhava materialidade nas colunas dos jornais através dos noticiários telegráficos, das notícias locais de interesse coletivo, da publicação de sentenças e acórdãos, dentre outros. Contudo, não se pode negar que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*, desde o início, se organizaram como empresa jornalística, no sentido de que havia uma organização hierárquica da redação, com diretor, secretário, redator-chefe, jornalistas e repórteres, por exemplo.

Aliam-se ao processo de modernização da imprensa e dos métodos do jornalismo, no século XX, a organização das entidades de classe, a criação dos sindicatos dos jornalistas e do curso de bacharelado em jornalismo, que, de direta ou indiretamente, contribuíram expressivamente para a constituição do jornalista como um ator social dotado de identidade própria. Paulatinamente, os sujeitos que escreviam para os jornais deixavam de ser vistos como diletantes e/ou colaboradores semiprofissionais e passavam a ser reconhecidos como profissionais do jornalismo, *status* que lhes garantia uma função, competência, saber e o direito (e limites) de produzir notícias e de agir como guardião responsável pela coletividade. Nesse sentido, partindo da perspectiva genealógica e arqueológica de análise das instâncias de controle discursivo e da prática discursiva específica de cada lugar de enunciação do discurso jornalístico em determinada época e contexto (FOUCAULT, 2009, 2010), faz-se necessário entender quem recebeu singularidade para produzir e publicar notícias em *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, no período de 1951 a 1954. Da mesma forma, é necessário saber como, ao longo das matérias de autorreferenciação, os jornalistas, locados em redações de orientação política partidária diferenciada, foram construindo uma identidade para si, para, então, poder classificar e nomear o *outro*.

3.1 Os jornalistas e sua circulação pelas redações de jornais

Considerando que os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* se estruturaram como *instituições jornalísticas* e ocuparam um lugar especial na história da imprensa no Piauí dos anos de 1951 e 1954, torna-se relevante analisar o papel desempenhado pelo jornalista, profissional responsável pela confecção da(s) notícia(s) veiculada(s) a cada edição impressa. Para tanto, é mister compreender quem eram os jornalistas à época, sua formação e em quais instituições jornalísticas trabalhavam, uma vez que os jornalistas circulavam pelas redações dos jornais impressos de mesma opinião política, bem como pelas emissoras de rádio.

Desde a instalação das primeiras tipografias em solo piauiense, no século XIX, a função de jornalista foi ocupada por militantes políticos (RÊGO, 2001). O seletivo grupo que praticava o jornalismo pertencia às famílias de condição socioeconômicas privilegiadas e que detinham o poder político, a partir da formação de *redes familiares*, estratégia utilizada pela elite colonial e imperial, para se manter no poder através dos casamentos e da concentração de terra (BRANDÃO, 1995). No Piauí, não muito diferente da realidade brasileira da mesma época, a educação formal era privilégio de poucos. Restringia-se aos filhos da elite que tiveram a oportunidade de concluir os estudos fora do Piauí ou do Brasil, formando-se bacharéis, geralmente, em Direito ou Medicina.

No alvorecer do século XX, as permanências em torno da formação de intelectuais eram mais evidentes que as mudanças. As dificuldades financeiras de manter um filho estudando fora do Piauí, em virtude de o Estado não dispor de um estabelecimento de ensino superior, somadas ao pouco interesse de alguns progenitores em formar os filhos, em decorrência da atividade econômica desenvolvida na região ainda estar relacionada à pecuária e à agricultura de exportação (COSTA FILHO, 2006), contribuiu para que apenas uma minoria da sociedade tivesse um diploma e o epíteto de intelectual.

Aguçados pelo interesse de fazer circular suas ideias, alguns jovens bacharéis ingressaram nos jornais, para o exercício da escrita e da política. Aqueles que se engajavam, ou não, em cargos políticos, a fim de exercer o poder, poderiam ainda exercitá-lo através da escrita. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 287), ainda que mal remunerado, o jornalismo era uma atividade com certo prestígio social, no Brasil, a ponto de a profissão ser utilizada como estratégia para ascensão social ou para a obtenção de poder, emprego público e/ou se inserir na carreira política.

Sobre esse assunto, Alzira Alves de Abreu (1996) constata que uma das razões para que os intelectuais, no Brasil, acreditassem que ganhariam exposição pública através dos

jornais se dava pela própria situação de se verem compelidos a participar diretamente da política. Dessa maneira, o jornal passava a ser visto não somente como uma oportunidade de manifestação e divulgação de ideias, mas também como uma forma de legitimação como intelectual. Além dessa observação, Alzira Alves de Abreu (1996) destaca que, até a década de 1950, ser escritor no Brasil tinha um grande prestígio, valor e significação. Porém, à época, era praticamente impossível o intelectual viver apenas da publicação de seus escritos, motivo pelo qual o escritor, assim como o jornalista, se via obrigado a ter um emprego público e/ou trabalhar em mais de um jornal, para garantir o seu sustento. Do intelectual jornalista se exigia não apenas colaborar em jornais, para ter notoriedade, ele tinha que publicar matérias com textos bem escritos, numa linguagem precisa e voltada para a informação.

Segundo a historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (2006), escrever para um jornal de Teresina, em meados do século XX, era sinônimo de inteligência e prestígio. Qualquer intelectual que se prezasse, deveria publicar textos, crônicas, artigos etc. em jornais, ou, então, fazer parte da equipe de uma instituição jornalística. Contudo, a entrada e o engajamento dos jovens intelectuais e políticos nos jornais se dava pela amizade, pela troca de favores e informações vivenciadas em lugares de sociabilidade e, ainda, poderia (ou não) ser por afinidade destes, com a orientação partidária e os propósitos da linha editorial dos veículos de imprensa.

Partindo do fato de que se considerava jornalista, nos anos cinquenta do século XX, todos aqueles que redigiam notícias para um jornal ou com ele colaboravam, ou ainda aqueles que mantinham um vínculo empregatício com uma ou mais instituições jornalísticas, fez-se um levantamento nominal, através das matérias publicadas com assinatura nos jornais *O Dia*⁵³, *A Cidade*⁵⁴ e *Jornal do Piauí*⁵⁵, para analisar como se deu o processo de circulação dos

⁵³ Nas edições publicadas e consultadas referente ao período em estudo, colaboravam no jornal *O Dia* os jornalistas: Kamal Cury (*), Lino Corrêa Lima (professor, deputado estadual), Fabrício de Arêa Leão (*), Adolfo Alencar (advogado), Valdemar (Waldemar) Sandes (professor), Cláudio Pacheco (advogado, político), A. Tito Filho (professor), Cunha e Silva (professor), Eurípedes Aguiar (médico e político), Orlando Rolo (*), Buggy Brito (alto funcionário da alfândega do RJ), José Lopes dos Santos (advogado e Diretor do Departamento de Estatística Estadual), José Eduardo Pereira (Diretor-Gerente da Rádio Difusora de Teresina), Solfiére A. Araripe (advogado, Redator Secretário d'*O Dia*), Durvalino Couto (Médico clínico da capital), Raimundo Alves da Silva (Secretário da Faculdade de Direito do Piauí), Chrysipio de Aguiar (professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, médico), João Crisóstomo e Silva (Tabelião Público de Teresina), Agenor Barbosa de Almeida (Vice-presidente da Assembleia Legislativa, médico do SESI), José Fernandes do Rego (veterinário), Karam Jorge Cury (Correspondente do Rio de Janeiro), dentre outros. Difícil mapear o período que iniciaram as lides jornalísticas e permaneceram no periódico e quais outras funções além de jornalista desempenharam no jornal *O Dia*.

⁵⁴ Nas edições de 1951 a 1953 consultadas, alguns artigos foram assinados por: Lino Corrêa Lima, Solfiére A. Araripe (advogado), José Fernandes do Rego (veterinário), Eurípedes Clementino de Aguiar (médico), Josemar da Silva, Fabrício Área Leão (*), Milma, Magnus Primo, Gustavo Gama Monteiro, Estevão Maurícus (pseudônimo), J. Felismino Soares, Vitor Gonçalves Neto, Olímpio Castro, N. Van Putten e Tiguarauçu. Destes, não foi possível verificar a formação acadêmica e/ou ocupação em outros cargos públicos.

jornalistas pelas redações desses jornais, em virtude das diferenças da linha editorial estabelecida a partir da sua posição política partidária. Destacar os nomes dos jornalistas tem por finalidade assinalar a formação intelectual do(s) mesmo(s), quais os órgãos de imprensa em que trabalhavam, e a forma como circulavam pelas redações, de acordo com a linha editorial e a posição política partidária desses jornais.

Uma característica comum, observada em relação à maioria dos jornalistas dos órgãos *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, é que estes eram políticos, (ex-)estudantes secundaristas do Liceu Piauiense e bacharéis recém-formados, que retornavam à cidade de Teresina, após formação acadêmica nas faculdades do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia ou Pernambuco. Embora, no início da década de 1950, já existisse no Brasil cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e São Paulo, até onde foi constatado pela relação nominal dos jornalistas de Teresina, nenhum dos que assinaram matéria em *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* tinha diploma de bacharel na área.

Uma vez que a profissão não rendia vantajosa remuneração, ou, em alguns casos, remuneração alguma, muitos jornalistas mantinham outros empregos, a maioria deles como professores ou como funcionários públicos. Devido aos baixos ou inexistentes salários⁵⁶, a prática jornalística não era vista como uma atividade que rendesse o sustento da família. Entretanto, por intermédio da prática, o jornalista poderia adquirir *status* de intelectual, ou ainda galgar novos empregos e/ou vantagens políticas.

Observa-se que muitos jornalistas, consagrados ao ofício, nas instituições jornalísticas, não se dedicavam exclusivamente a um jornal. Havia uma circulação dos jornalistas pelas salas de redação dos órgãos de imprensa em Teresina, tanto da imprensa escrita, como das emissoras de rádio existentes em Teresina nos anos de 1951 a 1954. Da mesma forma, havia na imprensa de Teresina colaboradores e correspondentes que, do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Bahia, de Pernambuco ou de outro Estado, mandavam suas matérias para os jornais locais. Embora a má remuneração no jornalismo possa ter contribuído, de alguma forma, para a existência dessa prática, deve-se ter certa cautela para interpretar este fator como um dos indicadores responsáveis pela circulação dos jornalistas pelas salas de redação dos jornais *O*

⁵⁵ José Pires Gayoso de Almendra Freitas (político), Paulo Freitas (Juiz de Direito), Gen. Manoel Jacob Gayoso e Almendra (militar), José Vieira Chaves (formação escolar básica), Cunha e Silva (professor, funcionário público); Al Neto, J. Patrício Franco (político), Alceu Brandão, João Clímaco d'Almeida (bancário, político), Carlos Cezarino (*), Carlos Borromeu (*), Rodrigues dos Santos (R. Timbira).

⁵⁶ Na entrevista realizada pelo *Cadernos de Comunicação*, de novembro de 1994, A. Tito Filho afirma que “[...] desde a fundação de jornais em Teresina até a década de 60, jornalista não recebia vintém pelo que escrevia.” (TITO FILHO, 1994, p. 21). Entretanto, na mesma revista, considera que o jornalismo profissional do Piauí teve início na década de 1930, quando alguns repórteres e redatores já recebiam algum pagamento pelo seu trabalho nos jornais (TITO FILHO, 1994, p. 25).

Dia, A Cidade e Jornal do Piauí. A cautela deve-se ao fato de que muitos colaboradores dos jornais não recebiam qualquer remuneração pelas matérias publicadas. Antes, mantinham-se vinculados a vários jornais, talvez, por interesses em exercer um ofício intelectual através da escrita e obter mediante a publicação de textos jornalísticos reconhecimento público, prestígio social, *status* ou *capital simbólico* (BOURDIEU, 2006).

Segundo Ribeiro (apud BARBOSA, 2007, p. 158), o jornalismo é considerado um trabalho intelectual, pois lida “com informações, interpretações, conceitos e por ter como suporte o texto escrito”. Contudo, mesmo que o jornalista tivesse adquirido *status* de intelectual para exercer a função, a mobilidade nem sempre se dava a seu bel prazer. Nota-se que o espaço de circulação de jornalistas pelas salas de redação era limitado de acordo com os propósitos definidos pela linha editorial do jornal, que, geralmente, se orientava pelo interesse político e partidário.

A circulação dos jornalistas pelas redações dos jornais de Teresina não dispensava as desavenças intelectuais entre eles, mesmo entre aqueles que trabalhavam nas mesmas instituições jornalísticas. Como já foi exposto, escrever em um jornal era sinônimo de prestígio e reconhecimento como intelectual, para os jovens bacharéis que retornavam a Teresina e se engajavam nas redações dos jornais ou nos partidos políticos, buscando se singularizarem e serem objetivados como intelectuais e jornalistas.

Muitos jornalistas, ou intelectuais de formação acadêmica, faziam uso da imprensa local para estabelecer conceitos, dentro dos critérios de regularidades do lugar institucional de onde falavam. Assim, escrevendo matérias jornalísticas da redação de um dos jornais, *O Dia, A Cidade e/ou Jornal do Piauí*, os jornalistas faziam desses órgãos a tribuna de onde enunciavam sentidos para se qualificarem como intelectuais, ao mesmo tempo em que desqualificavam o *outro* através de seus discursos. As práticas jornalísticas e as disputas de sentido materializadas no jornal apontam diretrizes para a objetivação do sujeito que, deste ou daquele jornal e desde a posição partidária que ocupava no jogo político do Piauí, nos anos 1951 e 1954, distinguiam e dividiam os sujeitos uns dos outros. Essa distinção, muitas vezes, era feita através do epíteto de intelectual.

Sobre essa questão, Marialva Barbosa (2007), fazendo um estudo sobre a imprensa no Rio de Janeiro, nos anos cinquenta do século XX, acentua que, para o jornalista se definir enquanto profissional, o saber prático deveria manter um vínculo estreito com o saber universitário, a fim de que o jornalista galgasse um degrau de importância nas carreiras existentes. Tal comportamento se deve à autoridade dada ao bacharelismo ilustrado do século XIX, que teria atribuído aos bacharéis formados nos tradicionais cursos, como, por exemplo,

o de Direito, o reconhecimento de “os verdadeiros intérpretes do país e capazes de conduzir a Nação” (BARBOSA, 2007, p. 157).

Assim, em Teresina, não apenas os bacharéis, mas também os (ex-)estudantes secundaristas e funcionários públicos ocuparam a função de produzir discursos nas instituições jornalísticas. Deste lugar institucionalizado, quando lhe sobravam tempo e espaço no jornal para críticas, que não fossem somente de cunho político partidário, exercitavam o conhecimento humanístico e filosófico aprendido na faculdade, bem como o conhecimento sobre gramática e ortografia, apontando os possíveis e visíveis erros de português cometidos pelos jornalistas nos órgãos de imprensa.

Considerando que o jornalismo é um trabalho intelectual e que os jornalistas detêm poder proporcional ao seu capital simbólico, em Teresina, os jornalistas travavam uma batalha discursiva nas páginas dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* sempre que notavam qualquer erro de grafia cometido por um jornalista. Sendo a escrita um valor indispensável para um bom profissional do jornalismo, o conhecimento linguístico do jornalista denotava a posição de intelectual, caso contrário, seu *status* poderia ser colocado sob suspeita.

“Vigilantes”, os jornalistas ficavam atentos aos textos publicados, sobretudo, os dos jornais de posição política partidária declarada, uma vez que, no exercício do poder instituído pelo jornal de dar visibilidade ao poder político frente ao público, não se poderia cometer erros ortográficos. Destarte, tais críticas das práticas jornalísticas compareceram à edição de *O Dia* de 15 de março de 1953, em que foi publicado um artigo do jornalista de pseudônimo Desidério Quaresma, contendo uma crítica aguda aos jornalistas de *A Cidade*, colocando em questão o grau de inteligência, sua competência ortográfica e seus conhecimentos gramaticais:

**Impostor a serviço de João Mendes
Desidério Quaresma**

[...] Folheando o pasquim mantido pelos cofres da Prefeitura, que circulou domingo passado, demos logo os olhos numa gozadíssima nota inserta na quarta página, em que o autor, bestialôgicamente [sic.] quer imitar “Imprensa dos outros”, do Pirralho, que A. Tito Filho escrevia com bastante **verve** e brilhantismo, para deleite de centenas de leitores. [...] Nosso colaborador Prof. Cunha e Silva deve ter soltado gargalhadas, quando leu as tiradas do **insigue** [sic.] **mestre** do Vernáculo que o João Mendes importou das Arábias... O notável crítico, antes de publicar suas baboseiras, deve mostrá-las ao José Olímpio, que é, realmente, um môço inteligente e incapaz de escrever asneiras. Como é que o indivíduo se atreve vir pelo jornal dar público atestado de burrice e de ignorância crassa sobre as mais elementares regras de português?

Não é que o criticastro de “A Cidade”, em sua nota de crítica ao emprêgo do infinitivo pessoal possuírem, chama-o de participio, demonstrando assim que é mais atrasado em português do que o porteiro do Colégio Estadual?!...

Ademais, damos um doce ao grande e respeitável gramático que prove estar em êrro o Prof. Cunha e Silva em escrever possuírem ao invés de possuir. Parece-nos que o **filólogo** do João Mendes, como não tem assunto para escrever, quer penetrar em seara de que nada entende, como impostor de conhecimentos linguísticos, à semelhança do impagável doutor Florêncio...
 [...] Não é do nosso programa dar atenção aos latidos dos cães de fila do Prefeito de Teresina, porque ao nobre povo de nossa Capital não interessam questiúnculas gramaticais provocadas por quem pensávamos que fôsse semi-analfabeto, quando na realidade é mais do que analfabeto. E não é com **lutas** e zarolhos físicos e mentais que o Prefeito João Mendes se defende das **matanças** que vem fazendo em dois anos da administração. Mas chegará o dia em que o povo de Teresina lhe dará o merecido trôco (QUARESMA, Desidério. Impostor a serviço de João Mendes. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 111, p. 1, 15 mar. 1953, grifos do autor).

Fica evidente que a citação é uma resposta a uma nota impressa na página do jornal *A Cidade*⁵⁷, a qual se referia a um possível equívoco de português cometido pelo professor e jornalista Cunha e Silva, que trabalhava nos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*. A crítica publicada assanhou as disputas discursivas em torno dos intelectuais, ampliando-se para as práticas jornalísticas desempenhadas no âmbito da redação. Por isso mesmo, qualquer erro de português encontrado num jornal era motivo de notícia e colocava em risco a maestria dos escritores em relação à língua portuguesa. Um deslize gramatical ou ortográfico, observado pelos revisores de plantão, tornava o acontecimento jornalístico digno de ser pauta de redação, para informar ao responsável pela matéria a tarefa de corrigi-lo ou justificá-lo. A “falta” cometida pelo jornalista poderia lhe render a pecha de “doutor analfabeto”.

Entretanto, as contendas político-partidárias não eram deixadas de lado. Logo, as questões que envolviam os jornalistas, a empresa jornalística e a política partidária se cruzavam. No caso do fragmento extraído do jornal *O Dia*, verifica-se que a crítica não era direcionada tão somente ao jornalista do jornal *A Cidade*, mas igualmente ao Prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, filiado à UDN, partido que mantinha financeiramente o órgão noticioso em circulação, na década de 1950.

A matéria jornalística veiculada ainda permite entender que os jornais eram amplamente consumidos por intelectuais e políticos que, no exercício da função de jornalista, se davam ao trabalho de lê-los para atentar ao que era publicado sobre os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais do Piauí, possibilitando, ainda, compreender as próprias práticas dos jornalistas do período. E, uma vez que os intelectuais e/ou políticos ingressavam na carreira profissional de jornalista e assumiam o papel de intermediários das

⁵⁷ A edição do jornal *A Cidade* em que a nota foi publicada não se encontra no acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí e nem da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

facções políticas, agiam de acordo com um conjunto de regularidades organizadas pelas instituições jornalísticas que se estruturavam como instituições disciplinares, atuando como dispositivos de poder (FOUCAULT, 1975).

“Um repto e uma resposta” é o título de outra matéria publicada na edição de 22 de março de 1953, com interesse de advogar a favor do jornalista Cunha e Silva, na qual os jornalistas do jornal *O Dia* saíram em defesa do seu colaborador, por considerarem que o renomado professor sofrera uma acusação injusta e merecedora de resposta. Do mesmo modo, não se furtaram ao direito de suscitar provocações aos jornalistas vinculados ao órgão *A Cidade*, denominando-os de “rabiscadores pagos” pela Prefeitura de Teresina, “borra-papéis” do Sr. José Olímpio, sendo eles: um tipógrafo que já havia trabalhado no jornal *O Dia* e o outro descrito como um “[...] bípede mamífero, do corpo de caçote e cabeça de macaco Jurupari.” (UM REPTO E UMA RESPOSTA. *O Dia*. Teresina, 22 mar. 1953, ano III, n. 112, p. 6).

Os jornalistas de *O Dia*, exercendo a função de corrigir, separar e nomear os dois jornalistas de *A Cidade*, ainda lhes deram uma existência verbal, qualificando-os de “ignorantes”:

Ignorantes

[...] Ora, como se vê, o êrro apontado ao prof. Cunha e Silva, no jornal do Sr. José Olímpio não existe. É semelhante, em tudo, aos exemplos acima, colhidos de escritores afamados, para servir de modelo a quantos investigam o assunto. [...]

Sòmente um irresponsável, que nunca folheou uma gramática ou teve a honra de uma palestra com gente culta, pode ter a petulância e a audácia de se insurgir contra quem estudou e aprendeu a língua. Sòmente um tarado se aventura ao ridículo de sobrepor seu ponto de vista idiota à opinião abalizada de quem tem plena consciência de seu valor.

De outra maneira não justificamos a atitude de irreverência e falta de respeito do prepôsto do Sr. José Olímpio, a quem, como prof. Cunha e Silva, merece a consideração e a estima do mundo intelectual desta boa terra, para elevação de cujo nível cultural tem sido êle um verdadeiro baluarte.

Mas, afinal de contas, não podemos esperar cousa melhor do *órgão do Sr. José Olímpio por que a sua redação está entregue a dois indivíduos que se equivalem, em matéria de irresponsabilidade e sandice.*

O mais graduado dêles não é, propriamente gente. Constitui uma aberração biológica, pois que possui o corpo de caçote, em que se firma uma cabeça de macaco jurupari. O outro não tem classificação. É um turco alto e esquelético, filhos de pais ricos, mas que se fêz padeiro, porque, por seu cérebro, jamais transitou qualquer reflexo de raciocínio.

O primeiro há poucos dias, foi expulso dêste jornal, pelo hábito inveterado de espionar, fuxicar e mentir. O segundo faz tudo isto e mais alguma cousa, que não revelamos, para evitar que o Sr. José Olímpio lhe faça o mesmo que, aqui, fizemos com o outro.

E são indivíduos desta laia que se aventuram a lançar reptos e dar lições de português. [...] (IGNORANTES. *O Dia*, Teresina, 22 mar. 1953, ano III, n. 112, p. 4).

A provocação acerca do equívoco gramatical feita no jornal *A Cidade* rendeu assuntos para os jornalistas de *O Dia*, que, a partir de então, passou a publicar uma coluna intitulada “A imprensa dos outros”, sob a responsabilidade do jornalista que assinava com as iniciais A.T.F.⁵⁸ (A.T.F. Imprensa dos outros. *O Dia*. Teresina, 22 mar. 1953, ano III, n. 112, p. 3). O conteúdo da coluna apreciava a desavença intelectual traçada entre os jornalistas dos órgãos *A Cidade*, *Jornal do Comércio* e *O Piauí* e, através do debate e de críticas gramaticais, o jornalista A.T.F. fazia as correções das falhas cometidas pelos jornalistas dos demais órgãos e exercia função disciplinadora. Na coluna, a pauta da discussão continuava em torno dos problemas ortográficos e erros gramaticais cometidos pelos articulistas, que, uma vez publicados, eram submetidos à revisão rigorosa daqueles que não desperdiçavam oportunidade de alfinetar os jornalistas, os donos dos jornais e a ação do Prefeito João Mendes Olímpio de Melo e a do governador Pedro Freitas.

Apesar de alguns estudiosos da história da imprensa e do jornalismo brasileiro atribuir ao jornalista Alberto Dines o título de precursor da crítica sistemática dos meios de comunicação no país, com o lançamento da coluna “Jornal dos jornais”, na *Sucursal da Folha*, no Rio de Janeiro, em 1975; em Teresina, desde 1951, os jornais locais já publicavam colunas contendo uma resenha crítica da mídia local. O *Jornal do Piauí*, por exemplo, no seu primeiro mês de circulação já constava a coluna “Resenha dos Jornais” analisando as matérias dos semanários *O Piauí*, *A Cidade*, *O Dia*, *O Pirralho* e *Jornal do Comércio* (RESENHA DOS JORNAIS. *Jornal do Piauí*. Teresina, 25 out. 1951, ano I, n. 8, p.4). A coluna “Resenha dos jornais” aparecia sem a assinatura do colunista e teve um breve período na folha. Em 1953, como já foi apontado, o jornal *O Dia* publicava a coluna “A imprensa dos outros” sob a responsabilidade do jornalista Arimathéa Tito Filho (A.T.F.), também de duração breve. Pode-se afirmar que as duas colunas do *Jornal do Piauí* e de *O Dia* foram criadas para atender aos interesses dos seus proprietários e diretores em avaliar a produção jornalística sobre o conteúdo veiculado sobre os chefes do executivo estadual e municipal, bem como a prática jornalística da imprensa local. Entretanto, antes de pretender reivindicar o título de precursor da crítica sistemática aos meios de comunicação para os jornais de Teresina, vale destacar que esta prática já era exercida no Piauí no início dos anos 1950, no intuito de atender determinados interesses dos jornais e também como estratégia para a obtenção de poder.

⁵⁸ A assinatura com as iniciais A.T.F. remete a Arimathéa Tito Filho, professor e colaborador do jornal *O Dia*.

Além dos jornais, a revista *Panóplia*⁵⁹, foi criada em 1953 pelos jornalistas piauienses como um meio de comunicação indispensável para a crítica da prática jornalística local.

Os primeiros profissionais do jornalismo, no Piauí, fizeram-no de modo experimental/intuitivo. Na prática da produção das notícias, da publicação de matérias e na busca de leitores, é que foram aprendendo a fazer jornalismo. A profissão do jornalista só foi “devidamente” regulamentada no Brasil, no início da década de 1930, com o surgimento da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e, no Piauí, da Associação Piauiense de Imprensa (API), em 1933, vindo a aparecer o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí apenas nos anos 1950. Todavia, Anísio Brito se arrisca a afirmar que, até a primeira década do século XX, o jornalismo no Piauí não teria produzido profissionais. A assertiva levantada por Anísio Brito decorre da própria inconstância dos jornais piauienses, de surgirem e desaparecerem, segundo os interesses dos grupos políticos mantenedores dos órgãos de imprensa. Ainda sobre o assunto, Celso Pinheiro Filho (1997, p. 163) reitera: “Os jornais surgem e desaparecem ao sabor das mutações políticas, e, ou são folhas de duração efêmera, ou de partidos, constituindo-se os lugares da imprensa, verdadeiros meios para se galgarem os altos e pequenos postos da administração, ou da política”. Do mesmo modo, A. Tito Filho (1994) assegura que, ainda nos 1950, talvez até mais ou menos a década de 1960, em Teresina, o jornalismo era amador, e o jornalista trabalhava por diletantismo. Muitos jornalistas não recebiam qualquer pagamento pelo seu trabalho nas redações. Ao contrário, havia era “jornalistas que pagavam aos jornais para que eles publicassem as suas histórias, os seus comentários, os seus artigos”, como assegura A. Tito Filho (1994), em entrevista publicada no *Caderno de Comunicação* de Teresina, em 1994.

Até a segunda metade do século XX, os jornalistas diplomados na especialidade eram uma “espécie rara”, como afirma Nelson Traquina (2005, p. 115) e Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), em seus estudos sobre, respectivamente, o jornalismo norte-americano e brasileiro. No Brasil, o diploma de bacharel em jornalismo só passou a ser uma condição restrita para a obtenção do registro profissional em 17 de novembro de 1969, pelo Decreto-lei 972, que

⁵⁹ Criada em 1953, a revista *Panóplia* foi considerada pela APJP como um órgão oficial da entidade e representaria o veículo de comunicação voltado para a crítica das práticas jornalísticas do Piauí sem finalidade política partidária. A diretoria da APJP a definia como uma “[...] revista de letras e cultura, sem o menos vislumbre de política partidária ou caráter religioso. Traz valiosa colaboração e um aspecto apreciável, confeccionada nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado. Os cochilos que nela se encontram revelam as últimas dificuldades que não puderam ser vencidas, embora recebendo a ajuda dos poderes constituídos e do comércio de Teresina. O consócio Jose de Araújo Mesquita propoz, sendo aprovado, um voto de louvor às comissões de Redação e Finanças de PANÓPLIA, pela vitória que conquistaram, sob a orientação de A. Tito Filho, dando ao Piauí uma revista que tem assegurada a sua sobrevivência, reunindo simbolicamente nas suas páginas as armas da inteligência de seus colaboradores, em detrimento da Lei e a serviço do Brasil. [...]” (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 233, p. 3, 7 fev. 1954).

tornava a atividade privativa aos bacharéis em Jornalismo para atuarem na função de redatores, repórter, noticiarista, arquivista e revisor, tanto em jornais como em assessorias, rádio e Tv (LAGE, 1987, p. 58). Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), até o final da década de 1960, no Brasil, os profissionais do jornalismo não levavam muito a sério o diploma de bacharel para o exercício da profissão. Por um lado, havia os “velhos homens de imprensa” que, em sua maioria, defendiam que a atividade exigia saber prático, destacando a rotina da produção de notícias como um elemento essencial à formação do profissional do jornalismo. Por outro lado, havia aqueles que reconheciam as faculdades de Jornalismo como um espaço importante para a formação dos profissionais nas novas técnicas de redação e na ideologia da objetividade. No entanto, apesar desse descompasso de opiniões sobre o estabelecimento do curso de jornalismo nas universidades brasileiras, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 291) reconhece que a criação do ensino superior em jornalismo foi um passo importante no processo de profissionalização dos jornalistas do país, bem como para as mudanças das técnicas jornalísticas dos anos 1950.

Além das faculdades de jornalismo criadas no Brasil, segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), também as entidades de classe ensinavam jornalismo no país. No Rio de Janeiro, por exemplo, a autora aponta que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, em 1954, instituiu um curso de capacitação para os estudantes e “dromedários”. Do mesmo modo, algumas empresas jornalísticas também passaram a oferecer cursos de preparação em jornalismo para seus funcionários. A existência de um conjunto de “escolas” e instituições no Brasil, ao mesmo tempo, interessadas em profissionalizar seus jornalistas, aponta, conforme Ribeiro (op. cit.), que havia o desejo de disciplinar o trabalho jornalístico e sistematizar suas rotinas e práticas de produção.

Em Teresina, há notícias de que, em 1961, foi realizado um Curso Intensivo de Jornalismo promovido pela União Piauiense dos Estudantes Secundaristas (UPES), com o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí. De acordo com o jornal *Folha da Manhã* de outubro de 1961⁶⁰, a ideia de promover o curso de jornalismo em Teresina partiu do estudante Jesualdo Cavalcanti Barros, à época, presidente da União Piauiense dos Estudantes Secundaristas, com o objetivo de orientar de forma mais segura os que já trabalhavam ou pretendiam trabalhar na imprensa. Poderiam frequentar esse curso de jornalismo estudantes secundaristas de qualquer estabelecimento de ensino de Teresina e, no

⁶⁰ CURSO INTENSIVO DE JORNALISMO. *Folha da Manhã*. Teresina, ano V, n. 1.083, p. 2, 1 out. 1961; TITO FILHO, A. Ontem, hoje, amanhã. Curso de jornalismo. *Folha da Manhã*. Teresina, ano V, n. 1.125, p. 1, 25 nov. 1961.

final do curso, receberiam um diploma ou certificado de frequência. O Curso Intensivo de Jornalismo foi acertado entre o presidente do órgão estudantil UPES e o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Piauí, o jornalista José de Araújo Mesquita, para ter seu início em janeiro de 1962, com duração de sessenta ou noventa dias. A organização do programa do Curso Intensivo de Jornalismo ficou sob a responsabilidade dos jornalistas A. Tito Filho e José Lopes dos Santos. Com esta proposta, em 25 de outubro de 1962, o jornalista A. Tito Filho publicou no jornal *Folha da Manhã* alguns dos objetivos do Curso de Jornalismo, ao mesmo tempo em que apresentava sua compreensão sobre a missão do jornal e do jornalista.

[...] Teresina reclama um jornalismo sadio, compatível com o seu processo intelectual, com o seu desenvolvimento, com o crescimento da sua população. Existem *bons* [grifo do autor] jornalistas em Teresina. *Bons* no sentido de valor cultural e de compreensão dos altos objetivos da imprensa. Mas, é preciso preparar mais jornalista para a missão do jornal, e prepara-los para a obediência de princípios que não podem ser desprezados senão negando a própria imprensa.

x x x [...]

O jornal deve ser confiado a homens intelectualmente preparados com profunda consciência das suas responsabilidades. [...]

x x x

Jesualdo Cavalcanti Barros prestará um alto serviço à coletividade na criação de um curso sério de jornalismo, no qual sejam ministrados ensinamentos a respeito das responsabilidades do jornalista na apreciação dos fatos e dos episódios de interesse público. Para a compreensão do seu dever de informar, criticar, censurar, advertir, registrar, apreciar, o jornalista deve preparar-se, intelectual e politicamente. Repórteres, noticiaristas, redatores, antes de tudo, firmarão a consciência de que o jornal – instituição da coletividade e como instituição social reclama requisitos de seriedade e isenção.

x x x

A função jornalística exige estudos de Sociologia, Psicologia, Higiene, Economia, Política, conhecimentos gerais. Exige seriedade no registro, seriedade no comentário, seriedade na crítica. [...] (TITO FILHO, A. Ontem, hoje, amanhã. Curso de jornalismo. *Folha da Manhã*, Teresina, ano V, n. 1.125, p. 1, 25 nov. 1961).

Contudo, no Piauí, o primeiro Curso de Comunicação Social com habilitação em jornalismo foi implantado apenas no ano de 1982, na Universidade Federal do Piauí, campus de Teresina. E mesmo com a formação dos primeiros bacharéis em jornalismo e sua entrada em instituições jornalísticas já existentes; intelectuais, literatos, professores de diferentes áreas do conhecimento e políticos continuaram frequentando a sala de redação dos jornais e escrevendo matérias, com o fim de cumprir a missão do jornalista de produzir notícias, sem perder de vista seu principal alvo: o público leitor diversificado e os interesses da empresa. Isabel Travancas (1993) ressalta, igualmente, que muitas pessoas continuam sendo atraídas

para o exercício do jornalismo em busca de prestígio social, considerando que “as empresas jornalísticas se situam em diferentes esferas de poder e de prestígio entre seus empregados” (TRAVANCAS, 1993, p. 21).

3.2 Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí

Nos anos de 1951 a 1954, a discussão sobre a missão ou a função da imprensa articulada aos deveres do jornalista desenvolveu-se a pleno vapor. A intensificação da crítica em torno das práticas jornalísticas parece ter acompanhado de perto o desejo dos jornalistas de serem reconhecidos como profissionais. A criação da Associação de Imprensa do Piauí (1933⁶¹) e da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (1953) consolidava a legitimação da organização da categoria em classe, com estatutos próprios que definiam suas atribuições e garantiam os direitos profissionais de jornalista.

Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), o jornalista, como um membro de uma categoria profissional, no Brasil, surgia na década de 1930. Contudo, a concretização do processo de construção do jornalismo com uma atividade profissional e associativa só ocorreu de forma mais efetiva na década de 1950 (RIBEIRO, 2007, p. 287). Vários fatores são apontados pelos autores que discutem a profissionalização dos jornalistas no século XX e a criação da identidade desse grupo profissional como fundamentais para esse processo. De forma sumária, Ana Paula Goulart Ribeiro (2006, p. 428) elenca cinco questões como basilares para o processo de valorização da profissão nos anos 1950, a saber: a salarial, através do aumento dos rendimentos dos jornalistas; a educacional, com a criação das faculdades de jornalismo no Brasil; a jurídica, por meio dos regulamentos da profissão na forma de lei; a ética, baseada no compromisso do jornalista com a objetividade, a responsabilidade social e a defesa da liberdade de imprensa, noções que contribuíram para a concepção de uma nova deontologia para o jornalismo brasileiro; e, por último, a associativa e sindical, entendida como a construção de espaço de resistência, negociação e sociabilidade para a categoria de jornalistas.

A organização dos trabalhadores em associações só aconteceu de forma mais efetiva no Brasil, quando o país atingiu sua fase industrial. Conforme Segadas Vianna (1953), é a partir desse momento que os trabalhadores passaram a sentir necessidade de se unir para

⁶¹ Em algumas referências bibliográficas pesquisadas, há a informação de que a Associação de Imprensa do Piauí surgiu em 1934. Na entrevista concedida à revista *Caderno de Comunicação*, publicada em 1994, A. Tito Filho informa a data de criação da API como 31 de janeiro de 1934. Neste ano, também foi realizado o I Congresso de Jornalismo do Piauí. Porém, na mesma revista, no capítulo que trata da Associação de Imprensa de Piauí, A. Tito Filho (1994, p. 25), pontua 31 de janeiro de 1933.

defender suas reivindicações e para fazer valer os seus direitos. Já no regime republicano, as primeiras organizações que surgiam no Brasil, de sindicato, só possuíam o rótulo. Em primeiro lugar, Segadas Vianna (1953) explica que as manifestações de trabalhadores tinham apenas objetivos assistenciais e recreativos; e, em segundo lugar, constituíam-se em meras sociedades de direito civil, divorciadas da categoria profissional da qual levavam o nome e sobreviviam parcamente com poucos recursos econômicos e um número reduzido de associados, devido à falta de “espírito agremiativo” dos trabalhadores. Mesmo assim, essas primeiras manifestações dos trabalhadores brasileiros chegou a ter grande projeção. Em 1907, por exemplo, o Decreto Lei Nº. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, “criava as sociedades cooperativas e estendia o direito de se associarem em sindicatos a todos os profissionais, inclusive os liberais” (VIANNA, 1953, p. 24).

Helvécio Xavier Lopes (apud VIANNA, 1953, p. 24), porém, assegura que, até a Revolução de 1930, o Brasil não teve sindicatos. O que existiu no Brasil, até então, foram algumas organizações de trabalhadores que, unidos pela solidariedade, buscavam resistência ao patrão e proteção contra os riscos de invalidez, velhice e morte. Helvécio Xavier Lopes e Segadas Vianna (1953) apontam a Revolução de 1930 como um divisor de águas, para a história dos sindicatos do Brasil, por considerarem que o movimento armado que promoveu a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República contribuiu para inaugurar um novo panorama político no país, tendo como um de seus pontos marcantes a proteção ao trabalhador e o reconhecimento dos sindicatos como uma função pública⁶².

No tocante à questão sindical e associativa no Brasil, na era Vargas, Angela de Castro Gomes (2005) elucida que os sindicatos surgiram no país como instrumentos políticos de representação dos interesses das diferentes classes trabalhadoras. Entretanto, neste período, os sindicatos não eram autônomos. O associativismo profissional e o sindicalismo, no Brasil, só poderiam ser exercidos com a licença e/ou a fiscalização das autoridades. De acordo com Angela de Castro Gomes (2005), a postura de subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, como determinava a legislação de Getúlio Vargas, foi uma medida de caráter preventiva adotada pelo governo, decorrente da experiência sindical anterior aos anos 1930, quando os sindicatos livres no país teriam se tornado instrumentos políticos voltados para

⁶² Conforme Segadas Vianna (1953, p. 24), o Decreto Lei Nº. 19.770, 19 de março 1931, marcou o início da vida sindical do Piauí. O projeto de Lei foi encaminhado pelo ministro Lindolfo Collor solicitando a regularização da organização e do funcionamento das associações profissionais, patronais e operárias no território brasileiro. Com isso, o autor atribui a este projeto de Lei “a primeira iniciativa sistemática no sentido da organização racional do trabalho no país” (VIANNA, 1953, p. 24). Não obstante, dada a representatividade do projeto de Lei em legitimar as associações dos trabalhadores para defender os interesses da categoria profissional, o projeto de Lei foi alvo de críticas, chegando a ser intitulado de “cópia da Lei fascista” ou, ainda, que o projeto teria sido inspirado na ideologia comunista.

interesses particulares, uma ação que contribuiu para que os sindicatos perdessem seu caráter profissional e fossem transformados em “presas fáceis” de políticos inescrupulosos que viam a pluralidade sindical como um meio de arregimentar eleitores, através de suas facções políticas, como acrescenta Segadas Vianna (1953). Mesmo sem autonomia, Angela de Castro Gomes (2005) esclarece que os sindicatos não eram “tutelados” pelo governo, uma vez que havia o reconhecimento de a entidade poder exercer funções delegadas pelo Estado. Embora não fosse obrigatória a sindicalização dos trabalhadores em suas respectivas associações, o sindicato era um dos meios legítimos de aquisição dos direitos e das obrigações trabalhistas perante o poder público.

Vale a pena destacar que “associação profissional” e “sindicato” não são a mesma coisa, em termos legais. Usando como base a Constituição de 1937, Segadas Vianna (1953) esclarece que o sistema brasileiro estabelecia dois planos: o primeiro, de Direito Privado, de caráter estritamente associativo; e o segundo, de Direito Público, transassociativo, que representava unitariamente os interesses econômicos e profissionais de uma categoria. Uma associação profissional só era reconhecida ou outorgada como sindicato quando atendesse às prerrogativas determinadas pelo art. 513 da Consolidação Brasileira, que determinava as seguintes condições: “a) – representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou os interesses dos associados relativos à atividade profissional exercida; b) – celebrar contratos coletivos de trabalho; c) – eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal; d) – colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal; e) – impor contribuições a todos aqueles que participem das respectivas categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas” (VIANNA, 1953, p. 47). Assim sendo, as associações profissionais poderiam concorrer pelo seu reconhecimento como sindicatos, desde que ainda não houvesse um sindicato já reconhecido no local de origem do pedido.

A organização dos jornalistas profissionais em associações não teve seu início nos anos 1950. Desde a década de 1930, os jornalistas do Brasil e do Piauí começaram a organizar a categoria por meio das associações de imprensa. No caso do Piauí, a 31 de janeiro de 1933, foi criada a Associação Piauiense de Imprensa (API) com o objetivo de profissionalizar o jornalismo, regulamentar a carreira no Estado e defender os direitos da classe (TITO FILHO, 1994, p. 25). A API teve como idealizador o jornalista Cláudio Pacheco, que a pensou como uma sociedade “destinada a promover a união e estreitar os laços de solidariedade entre todos os jornalistas piauienses” e lutar na defesa dos que militavam na imprensa (PACHECO apud

TITO FILHO, A. Associação. *O Dia*. Teresina, 13 abr. 1988). De acordo com A. Tito Filho (1988), a criação do API, com sede em Teresina, marcava o início do jornalismo profissional do Piauí. Para isso, foi convocada uma diretoria provisória, cujos membros já praticavam a atividade jornalística e que possuíam larga experiência nesse campo. A primeira diretoria da API foi constituída por Cláudio Pacheco (Presidente), Heráclito Sousa (Vice-presidente), Antônio Neves (1º Secretário), B. Lemos (2º Secretário) e Álvaro Ferreira (Tesoureiro). Ainda foi formado um Conselho Fiscal, uma Comissão de Sindicância e o Departamento de Publicidade, cada um representado por três jornalistas. A primeira diretoria tomou posse em seis de agosto de 1933 e exerceu o mandato até 31 de maio de 1934.⁶³

Em 1933, a entidade teve seu estatuto aprovado. Dentre os interesses da API, A. Tito Filho (1988) destacou o desenvolvimento da imprensa piauiense; a liberdade de imprensa, compreendendo a censura e a ética jornalística; e o dever do jornalista (TITO FILHO, A. Os sócios. *O Dia*. Teresina, 29 abr. 1988). Dada a importância da entidade para representar os homens de imprensa e lutar por seus direitos, a API teve como sócios jornalistas da capital e do interior do Estado. A. Tito Filho (1988) informa que, além dos jornalistas de Teresina, na década de 1930, se tornaram sócios da API⁶⁴ alguns jornalistas das cidades de Parnaíba, Floriano, Amarante, Picos, Campo Maior, Simplício Mendes, José de Freitas e Altos.

O anseio de profissionalização do jornalismo no Estado e de unificação da classe atravessou a primeira metade do século e, nos anos 1950, ganhou maior visibilidade nos jornais de Teresina, com a criação da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí. Ainda em 1951, o *Jornal do Piauí* havia destacado uma forte comunicação entre os jornalistas do Piauí e os do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Estados vizinhos, para arregimentar as reivindicações da classe na luta pela garantia dos seus direitos. Em outubro de 1951, foi transcrita no *Jornal do Piauí* uma mensagem do jornalista Gebes de Melo Medeiros, então Presidente da Associação Profissional de Imprensa de São Paulo (APIISP), onde defendia: “É dever da família jornalística estar em permanente contato e pontos de vista uníssonos, para assim atingir ao auge de nossas aspirações” (EM TERESINA, O JORNALISTA GEBES DE MELO MEDEIROS. Mensagem da APIISP à imprensa piauiense. *Jornal do Piauí*. Teresina, 11 out. 1951, ano I, n. 4, p. 1). A mensagem apontava para a necessidade dos homens da

⁶³ Sobre a Associação de Imprensa de Teresina e a relação de seus primeiros sócios e sobre o I Congresso de Imprensa do Piauí, ver: TITO FILHO, A. Os sócios. *O Dia*. Teresina, 29 abr. 1988; TITO FILHO, A. Os sócios. In: *Cadernos de Comunicação*. A. Tito Filho. O jornalismo quer a verdade, doa a quem doer. Teresina, nov. 1994, p. 25-29.

⁶⁴ Sobre a quantidade de sócios da API, A. Tito Filho (1994, p. 29) informa que em Teresina havia 52 sócios; Parnaíba, 11 sócios; Floriano, 05 sócios; Amarante, 02 sócios; Picos, 01 sócio; Campo Maior, 01 sócio; Simplício Mendes, 01 sócio; José de Freitas, 01 sócio; e Altos, 01 sócio.

imprensa escrita e falada manter-se unidos num sentimento de classe, ao ponto de se transformarem numa “força indestrutível”, notadamente, na ação pelos direitos, tais como: um projeto de salário mínimo; isenção de impostos federais, estaduais e municipais e nas empresas jornalísticas; e o abatimento de cinquenta por cento nas passagens aéreas, marítimas e terrestres.

A reclamação do presidente da APISP, publicada no *Jornal do Piauí*, em 1951, dá uma amostra de que os Decretos-Lei assinados pelo Presidente da República, nas décadas de 1930 e 1940, que reconheciam a profissão de jornalista e legitimavam direitos e garantias à classe, não estavam sendo cumpridos a contento no Brasil. Tratando especificamente da realidade da imprensa carioca dos anos 1950, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) constatou, em sua pesquisa, que, até o fim da Primeira República, os jornais do Rio de Janeiro contavam com um número elevado de colaboradores semiprofissionais, sendo que boa parte destes trabalhava num regime de *freelancer* e em vários órgãos ao mesmo tempo.

De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 287), esta situação começou a mudar durante o Estado Novo, através da promulgação do Decreto-Lei Nº. 910, de 30 de novembro de 1938, quando foi estabelecida a obrigatoriedade do registro dos jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho. Com este decreto, a profissão de jornalista passou a ser reconhecida e regulamentada com força de lei, assim como ficaram reconhecidas as funções de redator, repórter, auxiliar de repórter e revisor. E, em 1939, o Decreto Nº. 3.590, de 11 de janeiro, concedia transporte gratuito ou com desconto nas estradas de ferro da União, garantia que foi estendida em 1942, através do Decreto Nº. 4.144, de 2 de março, à isenção em viagens de navios.

As mudanças na profissionalização dos jornalistas não pararam aí. Outro Decreto-Lei, o de Nº. 7.037, de 10 de novembro de 1944, criou as categorias de repórter de setor, repórter auxiliar, noticiarista, redator-auxiliar, subsecretário e secretário. No entanto, além da promulgação da hierarquia da profissão, dentro das redações dos jornais, o Decreto-Lei Nº. 7.037/1944 estabelecia salários mínimos para as diversas categorias. Apesar da legislação do período do Estado Novo e da Constituição de 1946 conceder vários direitos aos jornalistas brasileiros na forma de lei, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) aponta que a realidade podia ser bem diferente para a classe. Por exemplo, ainda na década de 1950, os salários dos jornalistas continuavam pagos com certo atraso, predominando o sistema de vales como forma de remuneração.

No entanto, a criação dos sindicatos e das associações dos jornalistas parece ter sido uma das estratégias utilizada pelos profissionais da área para o fortalecimento da classe na

luta por seus direitos. Em Teresina, após a criação da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí (APJP), em 30 de maio de 1953, essas reivindicações foram ganhando concretude. Em 1953, foi organizada uma comissão para a criação da APJP, inicialmente, formada pelos jornalistas Bento Clarindo Bastos, Lino Correia Lima, Raimundo de Alencar Soares, José Vieira Chaves, Kamal Cury e Fabrício de Arêa Leão (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO ESTADO. *Jornal do Piauí*. Teresina, 28 maio 1953, ano I, n. 168, p. 4). Criada a APJP, com 70 sócios fundadores, a Diretoria ficou sob a responsabilidade de A. Tito Filho (Presidente), Lino Corrêa Lima (1º Secretário), Solfière Araripe (2º Secretário), Patrício Franco (1º Tesoureiro), Camal Cury (2º Tesoureiro); Conselho Fiscal composto por Pedro Conde, Álvaro Ferreira e Cunha e Silva, ficando a Assistência Jurídica a cargo dos advogados José Mendes Olímpio de Melo, Jetro Sul de Macêdo e José Camilo da Silveira Filho⁶⁵.

No seu discurso de posse, transcrito pelo *Jornal do Piauí*, de 1º de junho de 1953, A. Tito Filho apresenta os nomes dos jornalistas Fabrício de Arêa Leão e Pedro Morais Brito Conde como sendo, respectivamente, o idealizador e realizador da APJP. Ao mesmo tempo, ressaltava a importância da associação como uma força nascente de defesa dos jornalistas piauienses. Assim, após assumir a presidência da APJP, em 1953, A. Tito Filho trabalhou para a organização completa da associação. Em termos materiais, traçou como prioridade da entidade: o registro de todos os jornalistas associados na Delegacia do Ministério do Trabalho⁶⁶, a carteira profissional, a instituição da carteira de identidade da Associação e o reconhecimento da Utilidade Pública da APJP, por parte dos poderes competentes (DISCURSO PRONUNCIADO PELO JORNALISTA A. TITO FILHO, por ocasião de sua posse na presidência da Associação dos Jornalistas Profissionais do Piauí. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 172, p. 4, 11 jun. 1953).

Ainda em seu discurso de posse na Presidência da APJP, A. Tito Filho refletiu sobre o papel da imprensa e do jornalista para a sociedade, sinalizando que o dever da entidade seria a modificação profunda dos métodos e procedimentos do jornalismo no Piauí, ainda presos ao partidarismo exaltado e que levava a imprensa ao descrédito. Assim, questionava:

Mas, senhores, somos jornalistas. Sabeis que é ser jornalista? É prestar culto ao direito, ao merecimento, à razão, à lei, à família, à sociedade, à Pátria.

⁶⁵ ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. Assistência jurídica. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 217, p. 4, 19 nov. 1953; TITO FILHO, A. Relatório. In: *Revista Panóplia*. Órgão Oficial da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí. Teresina. ano I, n. 1, jan. 1954, p. 55.

⁶⁶ De acordo com Segadas Vianna (1953), qualquer associação profissional, para ter seu registro, deveria “encaminhar requerimento ao Diretor do D.N.T., se sediadas na Capital Federal, e aos Delegados Regionais do Ministério do Trabalho se sediadas nos Estados, juntando cópia autêntica dos estatutos e da declaração do número de associados, do patrimônio dos serviços sociais organizados” (VIANNA, 1953, p. 46)

Havereis de concordar comigo que circunstâncias várias têm determinado o descrédito de nossa imprensa. Jornal é orientação. E o primeiro dever moral desta Diretoria e dos membros desta Associação é o de acautelar nas colunas dos jornais em que trabalham, a honra alheia, colocando-a acima das conveniências partidárias, para que lá fora seja realmente acreditado e respeitado o nosso periodismo, hoje tristemente célebre, pela veiculação de fatos que nos deprimem.

Brilhante jornalista, o prof. Júlio Vieira, asseverou certa vez, que a imprensa em mãos inhábéis era navalha em punhos de criança. E é justo que subscrevamos a honesta comparação. Quando a imprensa está confiada a indivíduos inescrupulosos, incapazes de vencer ela inteligência, pela cultura ou pelo trabalho, quando a imprensa se desorganiza, acolhendo falsos orientadores da opinião pública, quando os jornais se transformam em repositórios de ódios recalcados, de invejas ignóbeis, – ódios e invejas que brotam dos acabrunhados, dos debilitados, dos que não alimentam esperanças de salvação e vivem no círculo vicioso da difamação e da calúnia, levando e trazendo, protestando solidariedade para que possam auferir as delícias de xingar, de enxovalhar impunemente através da direção jornalística de pessoas de bem, quando a imprensa chega a este ponto, as instituições se desmoronam, os costumes se dissolvem e corrompem, violam-se as leis, desrespeita-se a autoridade constituída [...].

Jornal é veículo de fatos que interessam a coletividade. Jornal é crítica. Jornal é orientação. Pode ser combate, mas combate elevado, em que o adversário tenha respeitada a sua dignidade pessoal, os seus costumes privados e o recesso do seu lar.

Reunimo-nos numa Associação Profissional. Sobre os legítimos jornalistas já se atiram as pedras mais violentas. Cumpre-nos, portanto, lutar sempre e sempre por processos jornalísticos altivos e honestos que atestem a nossa madureza intelectual e a nossa dignidade profissional. [...].

Para nós a imprensa é uma força, alavanca, esteio, grandeza – a serviço de uma grande causa: a educação do povo. Ela dirige, orienta, conduz – e nisto está a sua eterna Beleza. Esquecidos disto, outros a maculam e enodoam (DISCURSO PRONUNCIADO PELO JORNALISTA A. TITO FILHO, por ocasião de sua posse na presidência da Associação dos Jornalistas Profissionais do Piauí. *Jornal do Piauí*, Teresina, Teresina, ano II, n. 172, p. 4, 11 jun. 1953).

Definindo o jornal como “orientação”, “crítica” e um “veículo de fatos que interessam a coletividade”, A. Tito Filho colocava em relevo o compromisso ético do jornalista para com a imprensa. Embora a associação tivesse sido criada para reunir a classe de jornalistas na luta por seus direitos, como jornalista profissional e Presidente da APJP, A. Tito Filho refletia sobre a “madureza intelectual” daqueles que faziam a imprensa no Piauí e assinalava que determinados processos e as práticas jornalísticas precisavam ser modificados, para que alcançassem a “dignidade profissional”. O chamamento é que o jornalista profissional atue de acordo com os preceitos da imprensa, vista como uma força a serviço de uma causa, no caso, a educação do povo. Afirmava, portanto, que era preciso organizar a imprensa para que ela, enquanto uma *instituição* de fala autorizada, não caísse na desmoralização pública, em virtude da ação dos “falsos orientadores da opinião”, que transformavam os jornais em armas

políticas a serviço dos partidos políticos e em “arenas políticas”, onde o jornalismo combativo acabava sendo exercido por meio das batalhas discursivas desferidas de forma desrespeitosa entre os adversários.

Além disso, na entrevista concedida ao *Cadernos de Comunicação*, publicada pelo Sindicatos dos Jornalistas de Teresina, em 1994, A. Tito Filho afirma que a imprensa de Teresina nos anos 1950 vivia às “turras”, desagregada e sem relacionamento social e espiritual entre os próprios jornalistas locais. Faltava respeito até mesmo entre os colegas de profissão, que, pela imprensa, veiculavam xingamentos, apodos e assuntos ligados à vida particular dos jornalistas. Movidos por razões diversas, partidárias e/ou por inveja, A. Tito Filho (1994) avalia que as desavenças entre os jornalistas provocavam um completo desprestígio da categoria e, por conseguinte, do jornalismo e dos jornais de Teresina que, muitas vezes, foram condenados e repelidos pela família, devido aos impropérios, à desfaçatez e às ofensas à integridade dos cidadãos. A. Tito Filho (1994, p.15) afirma que uma das tarefas mais difíceis da APJP foi reunir todos os colegas de profissão de forma que eles passassem a respeitar as ideias uns dos outros e dessem novos rumos ao jornalismo: o de noticiar, o de comentar, o de “polir” a imprensa piauiense, para que os jornais fossem lidos por todos.

Para Segadas Vianna (1953), um dos objetivos da formação dos sindicatos únicos no Brasil foi tentar corrigir a dispersão e a falta de solidariedade que existia dentro de cada classe, o que, de certa forma, acabava contribuindo para a política de Vargas, na sua pretensão de criar uma unidade nacional e uma identidade brasileira. Numa perspectiva sociológica, Segadas Vianna (1953) entende que o excesso do individualismo e a falta de uma consciência comum entre os indivíduos pertencentes a uma mesma classe constituía alguns dos fatores impeditivos do sentimento de unidade profissional. Frente a essa situação, e na defesa dos sindicatos únicos, o autor salienta que é preciso incentivar a formação dentro de cada classe, e via nos sindicatos um dos meios para levar às classes profissionais a consciência dos seus interesses comuns. Para Segadas Vianna (1953), essa era a maior função dos sindicatos únicos no Brasil. Contudo, a despeito do livro *O sindicato no Brasil*, de autoria do Segadas Vianna (1953), esclarecer que o “espírito de classe” ainda era muito fraco no Brasil dos anos cinquenta do século XX, vale fazer uma ressalva que o seu discurso de defesa do sindicalismo único na era Vargas partia do seu lugar de fala, de quem apoiou o movimento revolucionário que culminou na subida de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente da República, o qual foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, de setembro de 1951 a junho de 1953, ano em que publicou a citada obra (VIANNA, 2014).

Nesse sentido, de acordo com o *Jornal do Piauí*, a APJP objetivava unificar os homens de imprensa e prestigiá-los pelo seu alto espírito de solidariedade e trabalho construtivo (REUNIÃO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 191, p. 3, 16 ago. 1953). Quando a associação dos jornalistas foi registrada como pessoa jurídica, em 20 de outubro de 1953, defendia-se que era chegado o tempo para os jornalistas se aliarem com “harmonia de pensamento” e “unanimidade de ação” em defesa das instituições democráticas e dos interesses do Piauí. Nesse sentido, a APJP se apresentava com uma entidade capaz de “[...] reivindicar os seus legítimos direitos e promover um movimento sadio e patriótico, no sentido de reformarem os métodos e processos do jornalismo indígena incontestavelmente merecedor de uma reforma profunda e de adaptações que se ajustem ao profissionalismo dos centros mais adiantados do País. [...]” (REGISTRADA A ASSOCIAÇÃO DOS JORNALISTAS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 211, p. 6, 01 nov. 1953).

Dentre as reformas pensadas para os métodos e processos do jornalismo do Piauí, destacaram-se como de primeira providência promover “[...] uma necessária e profunda modificação nos métodos de divulgação, críticas, análise e artigos políticos, sem quebra de atitudes, de liberdade do pensamento e da palavra, dos conceitos pessoais, para que haja um clima de melhor compreensão individual e completa garantia de respeito á dignidade e cultura do cidadão. [...]” (ASS. DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 220, p. 2, 3 dez. 1953). Tais propostas de modificação apontadas como de primeira necessidade para o jornalismo piauiense eram discutidas em assembleias ou, ainda, através dos Estatutos da APJP, que, à época, estavam sendo confeccionados em folhetos para serem distribuídos. Dentre os Estatutos da APJP, pode-se inferir que um deles determinava a expulsão do jornalista consócio que, através da imprensa, veiculasse matérias com ofensas e ataques descabidos, caluniosos, injuriosos e difamadores à honra alheia.⁶⁷

⁶⁷ Nas edições de outubro de 1954, do *Jornal do Piauí*, foram publicadas três matérias redigidas pela diretoria da APJP, onde se registrava o pedido de expulsão do jornalista José de Paula da APJP, acusado de ter aparecido ostensivamente em colunas do jornal católico para fazer ataques descabidos, injuriosos e difamadores contra vários jornalistas do Piauí, inclusive, ao presidente da APJP, A. Tito Filho, chamando-o de “redator de escamoteações” entregue a “promiscuidades com Críticas ou Pirralhos”. Também a atitude do jornalista foi considerada imprópria pela diretoria da APJP, sob a alegação de que ele tentou criar um ambiente de discórdia entre os jornalistas do Piauí. O caso foi julgado pela diretoria da APJP que, de acordo com dispositivos estatutários da entidade, deliberou aplicar a penalidade de seis meses de suspensão ao jornalista José Alves de Paula, sendo cassados todos os seus direitos sociais neste período. Sobre o assunto: ver: SESSÃO DA AP.J.P. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 299, p. 4, 14 out. 1954; SESSÃO HOJE DA A.P.J.P. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 300, p. 3, 17 out. 1954; SESSÃO DA A.P.J.P. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 302, p. 6, 24 out. 1954.

No *Jornal do Piauí*, de 1953 e 1954, foram publicadas várias notas da APJP, convocando os jornalistas associados para discutir os interesses da classe. Entretanto, havia a reclamação da direção da APJP de que a maioria dos jornalistas filiados não estava comparecendo às reuniões, geralmente, anunciadas com certa antecedência nos jornais. A baixa frequência dos sócios às assembleias reforçava o discurso apelativo de que os homens de imprensa deveriam cumprir suas atribuições e trabalhar com dedicação para que a classe não perdesse seu prestígio no seio da sociedade (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 225, p. 1, 25 dez. 1953). Sobre as organizações dos jornalistas brasileiros em associações, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 308) salienta que, apesar de não terem mobilizados muitos jornalistas para participar das reuniões, as entidades de classe tiveram um papel importante na construção da identidade profissional, ajudaram na percepção dos interesses políticos e sociais dos próprios jornalistas ou, ainda, serviram como espaço de sociabilidade, uma vez que as reuniões possibilitavam um encontro dos jornalistas e o debate de ideias.

Os Estatutos da APJP previam que faltar a três sessões consecutivas importaria na eliminação do associado, salvo quando previamente comunicasse à direção e apresentasse motivos superiores. Tal medida tinha caráter preventivo, visto que, desde 1953, registrava-se a reclamação da diretoria de que muitos filiados não estavam comparecendo às reuniões. Não admitiam ainda os Estatutos que os jornalistas profissionais, ou não, se tornassem sócios apenas para gozar das vantagens que a carteira da entidade lhes oferecia, sem que participassem ativamente das atividades construtivas e das sessões deliberativas onde se discutiam os problemas da classe. Assim, considerava-se que a APJP dependia do trabalho conjunto e do esforço dos jornalistas piauienses (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 231, p. 4, 21 jan. 1954). Já em 1954, há dados no *Jornal do Piauí* de que foi crescente a frequência dos jornalistas nas sessões da APJP, que eram realizadas no Arquivo Público do Piauí, em Teresina, porque a Associação não possuía sede própria. Em matéria publicada no *Jornal do Piauí*, de 26 de janeiro de 1960, consta a informação de que no Piauí havia 370 jornalistas com carteiras registradas no Ministério do Trabalho. O número de 370 jornalistas contabilizava desde aqueles que estavam inscritos no acervo de 1940 até 1960, incluindo os associados já falecidos (CARTEIRAS E JORNALISTAS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano X, n. 889, p. 5, 26 jan. 1961). A. Tito Filho (1994, p. 13), informa que, em 1953 e 1954, havia quase 100 jornalistas em Teresina, contando com aqueles que possuíam o registro, mas que eram

amadores, ou escreviam esporadicamente para os jornais, ou apenas desfrutavam dos benefícios conquistados pela a categoria.

No entanto, os jornalistas associados só poderiam usufruir dos privilégios e dos direitos conquistados pela APJP, após a aquisição da Carteira Social de Jornalista. A par disso, ficou especificado, através de uma nota feita pela secretaria da entidade, quem poderia ser sócio da APJP, a saber: diretores, redatores e secretários, correspondentes, revisores e fotógrafos, gerentes e locutores e diretores do jornal falado. Para a inscrição no quadro de sócios, eram exigidos os seguintes documentos:

1. Para jornalistas profissionais: carteira do Ministério do Trabalho; Atestado passado pela empresa jornalística empregadora, declarando cargo e ordenado, selado com um cruzeiro; Folha corrigida por autoridade competente (esse documento será dispensado aos funcionários públicos, clérigos e militares, quando provarem essa qualidade); carteira de reservista, para o sexo masculino até 45 anos de idade, e carteira de identidade para o sexo feminino, certidão de idade ou casamento para esse sexo e os do sexo masculino maiores de 45 anos.
2. Para jornalistas não profissionais: prova de nacionalidade; folha corrigida; prova de exercer as atividades jornalísticas não profissionais passado por Associação cultural (Academia Piauiense de Letras, Academia Piauiense de Medicina, Ordem dos Advogados etc.); Registro de Diretores proprietários de jornais; certificados fornecidos pela Junta Comercial, Cartórios etc.; Filiação, endereço e outras informações (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. Nota da secretaria. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 175, p. 3, 21 jun. 1953).

Em 1953, dentre as conquistas alcançadas pela APJP, estava a aprovação do projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Piauí, de autoria do deputado Darcy Araújo que considerava de Utilidade Pública a APJP, pelo governo do Estado, Lei N. 913, de 24 de dezembro de 1953. Ainda no final de 1953, encontravam-se em encaminhamento dois projetos de Lei: o primeiro, elaborado pelo deputado Hélio Leitão que previa um auxílio de trinta e cinco mil cruzeiros para a APJP; o segundo, na Câmara de Vereadores de Teresina, considerava de Utilidade Pública a APJP, pelo Prefeito de Teresina, à época, João Mendes Olímpio de Melo (CONSIDERADA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 224, p. 4, 17 dez. 1953). Na edição de 1º de janeiro de 1954, foi publicado no *Jornal do Piauí* que a APJP tinha sido considerada de Utilidade Pública pela Lei Municipal n. 341 e ainda foi apontado um largo programa de realizações em benefício da categoria, tais como: gratuidade dos serviços nos cartórios de Teresina; ingresso franco no Estádio Municipal Lindolfo Monteiro e a edição da revista *Panóplia* (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS

JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 226, p. 5, 1 jan. 1954). Em janeiro de 1954, foi publicado na revista *Panóplia* o relatório da APJP, onde o presidente da entidade, o jornalista A. Tito Filho, apresenta de forma sumária algumas metas para o ano de 1954:

- Uma subvenção efetiva do Governo estadual [um auxílio de emergência no montante de 35 mil cruzeiros];
- A doação de um terreno, em que construamos a nossa sede. Vale dizer que o Prefeito de Teresina já nos fez promessa daquilo de que cogitamos e só temos prazer em consignar o nosso crédito ao dr. João Mendes Olímpio de Melo;
- A gratuidade nos transportes urbanos;
- 50% nos transportes aéreos;
- Biblioteca;
- Hospitalização gratuita dos confrades;
- Papel para os jornais;
- Cooperativa de consumo e de crédito;
- Escola;
- Reedição de obras de autores piauienses (TITO FILHO, A. Relatório. In: *Revista Panóplia*. Órgão Oficial da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí. Teresina. ano I, n. 1, p. 57, jan. 1954).

Ainda em 1954, os poderes Executivo e Legislativo do Estado aprovaram e sancionaram a Lei N. 958, de 18 de março de 1954, concedendo à APJP um auxílio extraordinário de Cr\$ 35.000,00 (A.P.J.P. In: *Revista Panóplia*. Órgão Oficial da Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí. Teresina. ano I, n. 4, abr. 1954, p. 42). Para maior amplitude de suas conquistas, em 1954, a entidade delegou poderes ao jornalista Pedro de Moraes Brito Conde, para tratar dos interesses da APJP, junto ao Ministério do Trabalho e outros setores da administração federal no Rio de Janeiro. Incumbia-se ao sócio Pedro de Moraes Brito Conde, a missão de conseguir o registro da APJP, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a sindicalização da categoria e a carteira profissional. Ainda neste ano, foi criada uma comissão em prol de uma campanha para aquisição de uma sede própria para a entidade; bem como o interesse de que fosse construída a “Casa do Jornalista do Piauí”, através da criação da “Caixa de Auxílio Mútuo” e do pedido junto ao Ministério da Educação, para receber auxílio federal para a realização desse projeto.

Afora estas conquistas da APJP, publicadas no *Jornal do Piauí*, ao falar sobre as primeiras providências e conquistas da entidade durante o período em que foi presidente, de 1953 a 1958, A. Tito Filho (1994) relata:

Os objetivos da **Associação** [grifo do autor], que teve um prestígio muito grande junto ao Governo, às autoridades. Nós tínhamos abatimento no cinema, em transportes. Tínhamos verbas do Governo. Imagine que, dentro de uma sociedade da época ainda raquítica, pequenina, cheia de

preconceitos, nós pudemos fazer alguma coisa. Mas, enfim, adoeci em 1958 e fui para o Rio de Janeiro e, em meu lugar, ficou José de Araújo Mesquita. Por sinal um dos grandes jornalistas do Piauí. Muito equilibrado. E o Araújo me auxiliou muito, tomando, inclusive, conta da **Associação** quando eu me encontrava no Rio de Janeiro. Foi ele quem transformou a **Associação** em **Sindicato**⁶⁸ e fez um excelente trabalho, por daí a poucos anos iniciava-se, em Teresina, a profissionalização do jornalista (TITO FILHO, 1994, p. 14).

Por último, ainda foi apresentada a questão da independência da APJP em relação aos partidos políticos. Na edição de 21 de março de 1954, foram publicadas duas notas no *Jornal do Piauí*, explicando que a associação se colocava equidistante dos partidos políticos, tanto que não apresentava e nem apoiava candidatos a cargo eletivos no Piauí. A primeira nota publicada no jornal esclarecia:

A Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí é uma instituição apolítica, porque no seu seio existem jornalistas e parlamentares de todas as agremiações partidárias. A sua finalidade é congregar os homens do jornal, numa solidariedade de classe de classe sem interferência nas suas convicções pessoais.

Se a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí tivesse atribuição para apoiar ou indicar candidaturas políticas, escolheria um dos seus membros, e nunca elementos desconhecidos do seu quadro, usaria mesmo ouro de casa e nunca a prata alheia.

Teresina, 20 de Março de 1954

LINO CORREA LIMA

1º Secretário (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. Nota oficial. *Jornal do Piauí* Teresina, ano III, n. 244, p. 5, 21 mar. 1954).

A segunda nota reafirmava o conteúdo da primeira e deixava claro que a APJP não exercia atividade política e partidária, tal como determinava os Estatutos da associação. A fim de elucidar o público de que a APJP fora organizada para defender os interesses e direitos dos homens de imprensa e que não se envolvia em assuntos políticos e partidários, transcreveram o artigo 4º dos seus estatutos que determinava que a sociedade de jornalistas foi criada para:

“[...] fins de estudos, coordenação, proteção com intuito de colaborar com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade profissional e de sua subordinação aos interesses nacionais”, – a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí não tem atividade política e partidária. Determina textualmente o Art. 4º. B dos seus Estatutos: “Abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais, mas também de candidaturas a cargos eletivos estranhos à Associação” (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. Equidistância de partidatismo – não apresenta

⁶⁸ Em 1958/1959, a Associação dos Jornalistas Profissionais do Piauí foi transformada em Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Piauí.

nem apoia candidatos. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 244, p. 5, 21 mar. 1954).

Nesse sentido, a diretoria da APJP afirmava, através das colunas do *Jornal do Piauí*, que, apesar de aceitar em seus quadros de consócios jornalistas de todos os partidos políticos, a associação não exercia qualquer atividade ou interesse na vida política e partidária do Piauí. De forma imperativa, a APJP informava que era assegurada aos jornalistas a ela filiados, a liberdade de agir pessoalmente, em torno de suas preferências partidárias, todavia, aos consócios ficava interdito o direito de representá-la em assuntos políticos e partidários.

As duas notas parecem ter acompanhado a conjuntura histórica do período, considerando que, para o ano de 1954, já estavam previstas as eleições para o mês de outubro e cada um dos partidos políticos e seus representantes buscavam apoio para a batalha eleitoral. Com isto, a APJP pretendia garantir a lisura na atuação da entidade, cujos Estatutos garantiam a manutenção dos seus preceitos, equidistante ao partidarismo exaltado. Assim, a 21 de março de 1954, os membros da diretoria afirmavam publicamente pelo *Jornal do Piauí* que não dariam credenciais a quem pretendia envolver o nome da APJP em assuntos políticos. Em abril de 1954, mais uma nota da APJP é publicada no *Jornal do Piauí* a qual tratava sobre os assuntos deliberados na última reunião, por seus consócios, e ainda apresentava as “explicações pessoais” do jornalista Fabrício Arêa Leão, que, na condição de sócio, afirmava não ter lançado sua candidatura a cargo eletivo de 1954, em nome da APJP (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. A última reunião – propostas aprovadas. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 247, p. 3, 1 abr. 1954).

A par dessa discussão, pode-se notar que as explicações levadas a cabo pela diretoria da APJP surgiram por motivo de uma notícia procedente do Rio de Janeiro, que citava a atitude do jornalista Fabrício de Arêa Leão que, pretendendo se lançar candidato em 1954, cogitava ter a retribuição da entidade, por já ter conseguido algumas vantagens para a associação dos jornalistas do Piauí. Contudo, no tocante aos comentários vindos da capital federal do Brasil, e que pretendiam comprometer a “independência” política e partidária da APJP, a sua diretoria reagiu, afirmando que a entidade continuava se mantendo afastada das competições políticas partidárias e que a atividade política dos seus sócios era de exclusiva responsabilidade de cada um deles (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS DO PIAUÍ. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 277, p. 1, 29 jul. 1954).

Contudo, embora a APJP tenha sido criada para dar ao jornalista uma identidade profissional através da Carteira Social de Jornalista e o reconhecimento a partir da garantia de alguns direitos que lhes eram assegurados pelo Ministério do Trabalho, nota-se que a busca de

uma definição para o jornal, o jornalismo e o jornalista do Piauí se dava de forma mais característica, por meio do discurso e da revisão da prática jornalística, nas matérias de autorreferência. Nesse sentido, pretende-se analisar no próximo tópico parte da discussão que foi estabelecida pelos jornalistas de Teresina, em torno da identidade profissional dos jornalistas, a partir da tentativa de definição das fronteiras do campo.

3.3 “Eu” e o “outro”: construção da identidade profissional do jornalista através do discurso

Segundo Traquina (2008), a compreensão das notícias implica um conhecimento da cultura jornalística. Não é possível compreender porque as notícias são como são sem uma compreensão dos profissionais, que são *agentes* especializados do campo jornalístico, como propõe Pierre Bourdieu (1998). Partindo deste intento, pretende-se compreender como um grupo de intelectuais, que atua nas redações dos jornais impressos de Teresina constituiu-se enquanto um grupo social - os jornalistas - e que reivindica um monopólio do saber - a notícia - veiculando a informação através da imprensa e se definindo/instituindo de acordo com as marcas políticas do jornal e da própria vinculação destes aos partidos políticos.

De acordo com Pierre Bourdieu, a atividade jornalística deve ser entendida dentro de um campo intelectual, um campo do saber. Isto implica dizer que a atuação dos profissionais *do* e *no* jornalismo é feita segundo a vigência de normas próprias de um saber especializado. Neste mesmo sentido, Nelson Traquina argumenta que, para alguns teóricos, como, por exemplo, os que são filiados à teoria democrática, a competência dos jornalistas é a de fornecer informação à sociedade através das notícias.

A partir desta competência, trava-se uma discussão em torno da identidade profissional dos jornalistas que perpassa a ideia de definição das fronteiras do campo e da exigência de um conjunto específico de normas de conduta, bem como da existência do código deontológico que regulamente a profissão. Para Rémy Reiffel (apud TRAQUINA, 2005, p. 118), a identidade profissional que foi se definindo para o jornalista esteve ligada a papéis sociais definidos na “[...] satisfação de um mandato pela sociedade (informa o melhor possível os cidadãos) e na valorização de um saber e de um saber-fazer.” Entretanto, o saber e o saber-fazer pensado por Rémy Reiffel (op. cit.) podem ser ponderados apenas em torno do saber como concebe Michel Foucault (2010), para quem o saber e a prática se constituem simultaneamente no âmbito do discurso. Nesse sentido, o filósofo não dissocia o saber da prática.

Com o ultimato de atuarem como “servidores do público”, em um determinado período, os jornalistas piauienses, na ocupação de papéis sociais específicos, consideram que deviam agir como guardiões do poder ou cumpridores da missão moralizadora e civilizadora da imprensa, sobretudo, quanto ao desempenho dos políticos e sua responsabilidade para com a sociedade. Assim, um *ethos*, uma identidade social e profissional se esboçava, a partir da compreensão de como *deve ser* o jornalista e como *estar* no jornalismo, conforme acentua Nelson Traquina (2005, p. 118). Discorrendo sobre o jornalismo brasileiro na primeira metade do século XX, Marialva Barbosa (2007, p. 164) afirma que “o *ethos* profissional do jornalista desenvolveu-se na esteira do papel de intermediário possível (e outorgado) entre o poder e o público.”.

A definição de como *deve ser* o jornalista e como *estar* no jornalismo faz parte de uma cultura profissional constituída de acordo com valores e regras determinadas, tanto pela instituição jornalística, como pelas normas de conduta do profissional. Na década de 1950, na falta de um código deontológico explícito e o entendimento do conjunto de regras da profissão, pode-se observar que, além das regras apresentadas pelo diretor do órgão, algumas normas foram instauradas pelos próprios jornalistas na redação, uma vez que, através das práticas discursivas, apresentam-se padrões indispensáveis ao profissionalismo, como assinala Marialva Barbosa (2007).

Em Teresina, os jornalistas dos anos de 1951 a 1954, através da reivindicação de uma prática jornalística objetiva, neutra e ética, para atingir o grau de verdade, instituía, ao mesmo tempo, uma identidade profissional. A produção discursiva e simbólica de uma identidade profissional para o jornalista ganhou existência verbal, nas páginas de muitos periódicos, cujas marcas, registradas nas notícias, possibilitam a análise. Assim, concebendo o discurso jornalístico como um dispositivo capaz de construir valores, conceitos e normas profissionais, os jornalistas fizeram uso de colunas nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, para enunciar que práticas deveriam, ou não, ser adotadas por eles.

No exercício do poder de fala autorizada, na edição de 1º de fevereiro de 1953, do jornal *O Dia*, Cunha e Silva constrói um discurso onde apresenta subsídios necessários para o jornalista enquanto profissional da imprensa piauiense:

***O Jornalista
Cunha e Silva***

[...] O assunto que escolhi para este artigo é bem sugestivo no momento em que se vêem jornalistas de nossa terra, uma vez por outra, ameaçados de prisão e processados, como se, no Piauí, houvesse jornal político a dar exemplo de moderação na linguagem. Escrever um jornal para elogiar os

poderosos e bater palmas a todos que cometem erros na vida pública não é missão do verdadeiro homem da imprensa, não é função daquele que se preza em ser jornalista. O jornalista exerce a função mais espinhosa no seio da comunhão social, desde que sua pena esteja sempre a serviço das causas nobres e justas, desde que sua pena não se quebre diante da força e do arbítrio daqueles que não querem ser criticados e admoestados, quando praticam injustiças e erros nas funções públicas que ocupam, ou senão quando exercitam quaisquer atividades nocivas à coletividade e ao progresso social. Para não censurar os atos condenáveis dos que estão no poder e deixar em **brancas nuvens** [grifos do autor] as desonestidades dos que querem enriquecer às custas da desgraça alheia, não havia necessidade de jornal nem de jornalista, porquanto ao povo não interessam elogios imerecidos ou apologias insinceras dirigidos a quem quer que seja.

Interessa ao povo é a verdade dos fatos, é o esclarecimento de ocorrências condizentes ou não com o bem-estar coletivo, é o esvurmar de sujeiras na vida pública, é a defesa dos que são vítimas de injustiças sociais.

A não ser assim, o jornalista trai miseravelmente sua profissão, é um desertor da nobre carreira que abraçou, semelhante ao soldado que, do campo de batalha, foge, apavorado e trêmulo. Por medo ou covardia, ou porque não resiste às seduções do suborno, o jornalista, que se opõe aos interesses populares, cai no descrédito público, levando de roldão o jornal que dirige ou colabora. O povo detesta o jornalista covarde, o jornalista que se curva às ameaças daqueles que são contrariados em suas opiniões ou sofrem justas críticas pelos seus deslizes de sua vida pública ou por mal que causam à coletividade. É verdade que a vida do jornalista é agitada e cheia de perigos, mas, em compensação, goza de prazer espiritual quando vê o triunfo das causas que defende; e se, por ventura, tiver a sorte de Líbero de Badaró, a posteridade o consagrará com o mártir da liberdade (SILVA, Cunha e. O jornalista. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 105, p. 3, 1 fev. 1953.

Inserido no contexto cultural do jornal *O Dia*, automeado “independente, noticioso e político”, Cunha e Silva coloca em evidência determinados padrões e critérios a serem adotados pelo jornalista na função de produtor do discurso jornalístico, com a incumbência de publicar a verdade dos fatos. A ideia de “verdade dos fatos” é atravessada pelo desejo de imparcialidade no jornalismo, considerando que os demais jornais que circulavam em Teresina, na mesma época, acusavam-se como partidários em defesa dos interesses dos grupos políticos do PSD e da UDN. Daí a referência às práticas de “traição à profissão”, “subordinação” e “covardia” dos jornalistas que se empregam a fazer apologia ao poder executivo estadual e municipal, e não propriamente à função de defender os interesses da coletividade. A crítica apresentada pelo jornalista Cunha e Silva apreende as práticas jornalísticas que ajudam a construir e forjar uma identidade profissional para o jornalista, mas também apresenta as diferenças entre a identidade do jornalista que atua numa imprensa independente e aqueles que se mantinham subordinados a políticos, em defesa dos interesses do grupo e/ou de particulares.

Segundo Marialva Barbosa (2007), em meados do século XX, os jornalistas se autodefiniam como os detentores da informação e, por isto, definidores das manobras políticas. Com este discurso, particularizavam uma identidade do grupo social, aproximando a profissão à ideia de sacrifício e missão política e social. Da redação, os jornalistas constituíam distinções entre as práticas jornalísticas *daqueles* que estavam vinculados aos órgãos, que sobreviviam dos subsídios dos partidos políticos, de políticos ou do governo, dos *outros* que “[...] forjam uma autoidentidade na esteira da propalada independência política.” (BARBOSA, 2007, p. 84).

Para a autora, os discursos jornalísticos de construção de uma identidade para os profissionais, relacionado à objetividade, neutralidade e imparcialidade, são oriundos das transformações vivenciadas no âmbito da imprensa brasileira na década de 1920. Visto que, se, por um lado, buscavam a autonomia do jornalismo em relação à literatura, de outro, a imprensa ainda mantinha relações estreitas com o poder político. Portanto, a construção de uma identidade do profissional do jornalismo como intérprete objetivo do mundo só pode ser analisada dentro dessas condições históricas. Esta relação entre imprensa e política é explicada pelo modelo de cultura profissional desenvolvida pelos jornalistas, a quem foi atribuída a tarefa de intermediar os temas políticos para um público que deseja ter a informação, bem como dar visibilidade aos interesses de alguns grupos sociais que querem ser incluídos no mundo da política e ganhar prestígio através do jornal.

No Piauí, entretanto, os jornalistas vinculados a *O Dia*, não só buscavam a autonomia em relação à literatura, como advertiam para os perigos da industrialização da imprensa:

Nos Bastidores da Política
Do idealismo à Industrialização
Rajá-Mi

Vai longe a época em que a Imprensa, na sua acepção mais rigorosa, era um viveiro de idealistas e poetas.

Aquela era do panfleto do “Frei Tiburcio” e também do pasquim encontra-se, perfeitamente, superada. Hoje em dia, o jornalista, por força das contingências econômicas e financeiras, não pode ser mais o Dom Quixote, ardoroso e incontrolável, o intelectual vaidoso dos bons tempos do Império e do começo da República. Aquêles mesmíssimo plumitivo que batia, sem maiores preocupações, o seu “papo”, revivendo proezas, com os diletantes da vagabundagem, no boteco da esquina, mais próximo da redação. [...]

Evidentemente, hoje em dia, em proporções menores – graças a Deus! – ocorrem, ainda, êsses atentados à pessoa física do jornalista. [...]

Hoje, o fantasma maior, o espectro que atormenta, em noites de insônia, o homem de imprensa, é o problema financeiro.

Fazer jornal, neste século atômico, é, antes de tudo, problema de dinheiro, de muitos recursos financeiros.

A industrialização, com a corrupção a reboque, se fez inevitável. Jornais há que vendem, a preços nababescos e extorsivos as suas colunas. Outros, usam o panfleto, a título de gazua e a calúnia, como arma de assalto.

No entanto, ainda sobrevive, com galhardia e estoicismo, a boa imprensa. Esta, mercê do acrisolado amor à causa pública dos seus mentores, atravessa crises tremendas, sem chafurdar nas práticas dos processos mais indecorosos e revoltantes. [...] (RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. Do idealismo à industrialização. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 150, p. 1, 13 dez. 1953).

Deste modo, se Cunha e Silva já informava os jornalistas para o seu papel como profissionais do jornalismo piauiense e para o exercício da “função mais espinhosa no seio da comunhão social”, o jornalista de pseudônimo Rajá-Mi reitera a posição de que a imprensa não pode ceder aos caprichos da industrialização, que ele entende como subordinação do veículo, a partir da venda do espaço do jornal, para práticas que não condizem com a ética profissional. Assim, por considerarem que o jornalista, enquanto guardião da sociedade, tem o papel social de apontar os erros administrativos de políticos que levam vantagens em relação ao povo, os jornalistas afirmavam que a imprensa deve ser um meio utilizado para o cumprimento do exercício da cidadania e da coletividade. O jornalista, portanto, não deve se curvar às ameaças políticas e às censuras que inibem a escrita daquele que, adquirindo *status* na imprensa, ocupa um “lugar institucional que lhe permite enunciar verdades dos acontecimentos de forma oficializada” (BARBOSA, 2007, p. 162), como também imputar normas, padrões de comportamento na imprensa, conceitos e construir identidades.

Nos primeiros anos da década de 1950, as práticas discursivas materializadas no jornal *O Dia*, sobre o papel da imprensa e do jornalista, indicam a busca dos jornalistas em construir uma identidade para o jornal e, por extensão, para os profissionais empregados no órgão de imprensa, que se define como independente da subordinação política partidária. Através do discurso, os jornalistas demarcavam as fronteiras entre os jornais, entre as práticas jornalísticas realizadas por uns, que se constituem em verdadeiras bandeiras do idealismo, da imparcialidade e do trabalho honesto e, até mesmo, heróico, pelas dificuldades de expressar pensamentos e emitir opiniões; e de outros que, movidos por interesses subalternos de seus proprietários, colocam de lado os princípios que devem nortear uma “boa imprensa”, para se transformarem em meros intérpretes das ambições políticas de seus donos ou dirigentes.

Devido às diferenças político-partidárias dos órgãos de imprensa de Teresina, nos anos de 1951 a 1954, o comportamento dos jornalistas foi o de enfatizar as diferenças entre as linhas editoriais dos jornais e demarcar as fronteiras existentes entre eles. Se a prática discursiva de *O Dia* o autodefinia com um jornal em vias de modernização de suas práticas, por ser independente e noticioso, isto fazia com que se diferenciasse dos demais órgãos que

também surgiram em 1951, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, que, além de praticarem um jornalismo opinativo, se autodeclaravam como jornais de interesses políticos partidários da UDN e PSD, respectivamente.

Entre estes dois jornais, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, as lutas pela representação simbólica de suas práticas jornalísticas se travaram de forma mais acentuada. O primeiro se autoafirmava como udenista e o segundo como pessedista estendiam as querelas partidárias à produção simbólica e discursiva da prática do *outro*, com interesses de diferenciar, classificar e fixar uma identidade para o *outro*.

No caso de *A Cidade*, enquanto se estruturava em Teresina como uma instituição jornalística, um jornalista apresentou, na edição de 19 de outubro de 1951, a posição partidária do jornal, aliada ao dever de manter a vigilância política e social em defesa do Piauí:

A CIDADE

O nosso jornal A CIDADE continua a sua escalada rumo ao êxito completo. Jornal modesto e pobre, teve a cimentar o seu alicerce a cooperação amiga do povo teresinense, que sentia a falta de um transmissor dos seus sentimentos e defensor de suas causas. Órgão político que tem como bandeira a defesa do Piauí – pobre Piauí que se acha submergido na imensa escuridão da incapacidade do seu governante, sustentado apenas pelos corações fieis a Democracia – e, notadamente, a defesa dos teresinenses que se encontrem lesados em seus direitos – por esse governo, que bem não merece ser tratado como tal, – elevará sempre a sua voz altiva para desmascarar as violências e arbitrariedades, não deixando que o mais forte esmague o mais fraco, como se vem dando na “temporada” do Sr. Pedro Freitas, que chegou ao poder por um ato de violência jurídica.

Impondo-se á opinião popular pelo seu amor á verdade e sua elegância de expressões, (apanágio da boa imprensa) A CIDADE a cada dia que passa mais um degrau sobre na escala jornalística. [...].

A CIDADE é um jornal municipalista e estará presente a todos os ataques que sofram nossos correligionários cidadãos, para, com sua flamante palavra gráfica, defende-los levando ao conhecimento popular, os crimes praticados por este governo nefasto. [...]. (A CIDADE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 26, p. 1, 23 out. 1951).

Atribuindo para si a identidade de órgão político de oposição, *A Cidade* se designa como um periódico que, além de acusar os erros, os crimes, as violências e as arbitrariedades do governador pessedista Pedro Freitas, considera que, como vigilante do poder, daria bons conselhos ao governador através das críticas publicadas nas colunas, contribuindo para o engrandecimento do Piauí. Logo, os jornalistas do jornal *A Cidade* afirmavam que as denúncias poderiam ser entendidas pelo leitor como uma demonstração da verdade de seus editoriais. Do mesmo modo, a oposição declarada não se devia a simples motivos políticos partidários, mas por considerarem que as práticas do governador eram indignas do apoio e da

colaboração dos jornalistas que primavam pela transmissão da verdade dos fatos à opinião pública.

Firmando posição política, os jornalistas de *A Cidade* imprimiam uma identidade profissional para si, segundo os interesses político-partidários do jornal, sem perder de vista o papel da imprensa livre e democrática. Definindo seus propósitos, o jornal udenista informava, nos seus discursos, quais as práticas que deveriam ser adotadas por seus profissionais. Dentre aquelas aceitáveis no jornal, algumas ganharam materialidade discursiva, sendo assim definidas: elegância de expressão com sua flamante palavra gráfica; liberdade de pensamento, liberdade de palavra; manter a “eterna vigilância”; direito à crítica honesta, sensata e justa ao governo central e estadual. Essa crítica, no entanto, não deveria ser de forma antiquada e sistemática, entendida como crítica de indivíduo para indivíduo, que não passa de detrações (Cf: NOSSA POSIÇÃO. *A Cidade*. Teresina, 19 out. 1951, ano I, n. 25, p. 1). As definições de suas práticas se davam ao mesmo tempo em que buscava se diferenciar, principalmente, do veículo de oposição partidária, *Jornal do Piauí*, visto como um jornal “sem ideal, sem princípios, um porta-voz da facção pessedista no Piauí.” (OS TUBARÕES AMEAÇAM MATAR A FOME DO POVO DE TERESINA. *A Cidade*. Teresina, 17 nov. 1951, ano I, n. 32, p. 1).

Partindo do princípio de que a identidade é definida historicamente e se constrói a partir da diferença, ou seja, da relação de alteridade de um *sujeito* ou um grupo social com o *outro* (HALL, 2006, p. 13); entende-se que os jornalistas de *A Cidade*, desde o *lugar institucional* de sua fala, atuavam como um dispositivo do poder na medida em que dividia os sujeitos do discurso um dos outros para objetivá-los. Aproximando-se da linha teórica de Michel Foucault, Stuart Hall (2006) propõe a noção de *identidade* relacionada ao “poder disciplinador”:

Em primeiro lugar, com a regulamentação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo [...]. O objetivo do “poder disciplinador” consiste em manter “as vidas, as atividades, o trabalho [...], sob estreito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas “disciplinas” das Ciências Sociais” (HALL, 2006, p. 42).

Tal conduta é explicada pelo processo de construção de identidade, sujeita a relações de poder e ao desejo dos diferentes grupos sociais de marcar, classificar e nomear o diferente, o *outro*. Todavia, esta diferenciação não é inocente, como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2012), é sempre estabelecida por meio de uma produção discursiva e simbólica, que envolve os interesses e a cultura do grupo.

Sendo a identidade e a diferença uma produção social que se estabelece a partir das relações de poder, os jornalistas de *A Cidade* tratando de marcar as diferenças entre as suas práticas jornalísticas e as do *Jornal do Piauí*, as identificavam e as classificavam como um tipo de jornalismo “chocho”, “anêmico”, “estéril e inócua jornalzinho do Dedé”, “cacofônico porta-voz situacionista”, “porta-voz da copa do Governo”, “pasquim oficioso do Dedé”⁶⁹, dentre outros termos, que podem ser observados na citação a seguir:

PROFESSOR DAS ARÁBIAS

O “Jornal do Piauí”, vencido na investida estéril contra a administração do dr. João Mendes, sem argumentos para discutir conosco no campo sadio do jornalismo decente e educado impotente para defender o pai do chefe, das acusações, que desta coluna fazemos em nome do povo, tomou ares de professor de português de aldeia, e vem, desta vez, com um número maior de asneiras, no seu artigo de fundo.

Foge ao assunto que foi objeto do nosso editorial “Defesa Desnecessária”, descamba para o terreno perigoso das retaliações pessoais e se mete a criticar fatos particulares de cidadãos honestos, pecando contra a verdade, na linguagem baixa que lhe é costumeira, o Prefeito João Mendes.[...]

Os srs. redatores do “Jornal do Piauí”, em linguagem chã, num português de rastros, em que predomina o insulto, a injúria, a mentira, o desrespeito, procuram criticar a maneira como denunciámos ao povo piauiense a administração chocha e emperrada do sr. Pedro Freitas. Se os srs. pessedistas tivessem o cuidado de ler os seus mal redigidos artigos, fecundos em impropérios e insultos, certamente, poriam a viola no saco e cuidariam de corrigir a si próprios.

*Curtos de inteligência, falhos de argumentos, incapazes para defender um governo indefensável, sem motivos plausíveis para atacar a administração municipal, os gibis do Dedé, arremetem furiosamente contra a vida particular do Prefeito de Teresina com uma série de infâmias e injúrias, que somente não surtirão o efeito desejado pelos infamadores, por que o povo piauiense conhece sobejamente o antro de onde partiu. [...] (PROFESSOR DAS ARABIAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 56, p. 1, 8 fev. 1952).*

Através do discurso jornalístico, os jornalistas de *A Cidade* produziam, fabricavam e enunciavam signos para identificar e punir as práticas executadas no jornalismo do *Jornal do Piauí*. Como dispositivo de poder, *A Cidade* condena as práticas discursivas que utilizam as “retaliações pessoais, da linguagem chã, de um português de rastros, em que predomina o insulto, a injúria, a mentira e o desrespeito” (PROFESSOR DAS ARABIAS. *A Cidade*. Op. cit., 1952), para construção das notícias, sobretudo, no início da década de 1950. As

⁶⁹ As expressões entre aspas deste parágrafo podem ser visualizadas nas matérias: GOVERNO SEM RUMO. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 34, p. 1, 23 nov. 1951; A POLÍCIA. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 4, p. 3, 7 ago. 1951; JORNAL DO PIAUÍ. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 20, p. 1, 2 out. 1951; CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 47, p. 1, 8 jan. 1952; PROFESSOR DAS ARABIAS. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 56, p. 1, 8 fev. 1952; CAVEIRAS HUMANAS. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 100, p. 1, 23 jul. 1952; RUDEZ EM FURIA. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 14, p. 4, 11 set. 1951; “ISCARIOTES...”. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 37, p. 1, 30 nov. 1951.

declarações negativas criadas, fabricadas, pelo discurso jornalístico de *A Cidade* são compreendidas dentro dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, da cultura jornalística que a compõe.

Embora os jornalistas de *A Cidade* fizessem críticas ao jornal político pessedista e estabelecessem padrões de comportamentos para o campo *sadio* do jornalismo no Piauí, muitas vezes, seus jornalistas faziam uso das mesmas práticas que condenavam. Falavam de ética jornalística, da necessidade de um jornalismo ético e de críticas honestas a serem praticadas pelos profissionais. Contudo, sempre que o tema da notícia fosse assunto ligado à política ou se empregavam a falar do *outro*, entravam no campo das retaliações pessoais.

Denominavam os jornalistas do *Jornal do Piauí* como protegidos do governo, “apadrinhados” pelo filho do governador, “rabiscadores de papel”, “alinhavadores de palavras”, “operários da Imprensa Oficiosa” de “pança fofa”, “escrevedores de calúnia”, “palhaços de circo de ponta de rua, elementos sem compostura moral, sem dignidade, desclassificados” (COMENTÁRIOS. *A Cidade*. Teresina, 14 mar. 1952, ano I, n. 65, p. 1), “caveiras humanas em decomposição”:

CAVEIRAS HUMANAS

O pasquim oficioso da Capital piauiense, em sua edição de 3 dêste, entre suas costumeiras garatujas injuriosas, traz um artiguete mentiroso, sob o título ADMINISTRAÇÃO DAS ARÁBIAS, em que elementos sem compostura moral, sem dignidade, desclassificados, simples CAVEIRAS HUMANAS em decomposição, procuram atirar a podridão de suas vísceras arruinadas, na pessoa inatacável do Doca Ribeiro, ex-Prefeito e atual Vice, da cidade de Piracuruca.

Aconselha a boa ética que se não dêsse ouvidos a gente dessa laia, pois uma só palavra a prestigiaria demais e imerecidamente. Entretanto, urge que se dê um esclarecimento aos menos avisados, a respeito do que, em verdade, se está verificando em Piracuruca, e qual o espírito de que se revestiu o testa de ferro que tem na terra dos Dantas o jornaleco do Cel. Pedro Freitas. [...]

Que ladrem os “Terra-Nova”, que zumbem as “varejeiras” – É sinal de que o mísero intestino, embora corroído sob todos os aspectos, ainda está necessitando de algum alimento que lhe proporcione pouco de vida, apenas o suficiente para observar que a verdade, a vergonha, a moral, a dignidade, são os caracteres principais que identificam a pessoa humana que, de fato, merecem ocupar um lugar na sociedade civilizada, podendo, por conseguinte, ser diferenciada, dos animais irracionais.

Por hoje, basta. Aguardemos os acontecimentos, pois, quem rir por último, sempre rir melhor.

Que a opinião pública diga o que me faltou dizer (CAVEIRAS HUMANAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 100, p. 1).

Embora os jornalistas de *A Cidade* adotassem as mesmas práticas discursivas denunciadas como impróprias para o campo do jornalismo piauiense, este se colocava na posição de definir a identidade e marcar a diferença a partir do seu ponto de vista. Assim, por

meio do processo de produção discursiva e de sentidos, construía sua identidade a partir da diferenciação.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2012), onde existe diferenciação, o poder encontra-se presente. Suas marcas estão no ato de *incluir, excluir, demarcar fronteiras, classificar e normalizar* uma identidade que passa a ser utilizada como ponto de referência, para atribuir sentidos ao *outro*, para diferenciar-se do *outro*. Tanto a identidade quanto a diferença são impostas, são disputadas dentro de um campo hierárquico de poder, em que um grupo social se coloca no privilégio de *classificar* e atribuir diferentes valores, sentidos, símbolos e signos, a partir do lugar cultural e institucional que ocupa.

O autor entende o processo de *classificação* como um ato de significação pelo qual o mundo social é organizado e ordenado em grupo, em classes. Assimétrico, o poder desfrutado pelos grupos sociais, pelas classes, é hierarquizado, polarizado de maneira que somente um dos polos, grupo ou classe tenha o privilégio de receber um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. A partir do momento em que um grupo fixa uma determinada identidade como *norma*, ela é utilizada como parâmetro para avaliar, incluir, excluir, classificar, demarcar fronteiras, nomear e hierarquizar.

Arbitrariamente estabelecida uma identidade como *norma*, o seu processo é uma manifestação do poder no campo das identidades e da diferença. Para Tomaz Tadeu da Silva (2012), normalizar significa:

[...] atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. [...]. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. [...] A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade (SILVA, 2012, p. 83).

Apesar do esforço em fixar uma identidade numa relação de alteridade com o *outro*, a fixação é uma impossibilidade (SILVA, 2012). Sendo a identidade móvel, o seu processo de produção oscila entre dois movimentos: o de fixar e estabilizar e o de complicar e subverter a identidade imposta. As tentativas de demarcar as fronteiras não impedem a mobilidade entre os diferentes territórios simbolicamente definidos pela identidade. Assim, para a teoria

cultural contemporânea, conceber a(s) identidade(s) como fundamentalmente separada(s), dividida(s) e segregada(s) pode ser um equívoco, posto que ainda se deva considerar o *hibridismo* no processo de produção das identidades.

Nesse sentido, embora os jornais se autodefinissem a partir da sua posição política e partidária como udenista, pessedista ou independente, as identidades dos jornalistas nem sempre acompanharam a mesma ordem de classificação e normalização de nomeá-los em udenistas, pessedistas ou independentes, respectivamente. Até porque, a circulação dos jornalistas pelas redações dos jornais de mesma posição partidária ou da oposição fez com que, mesmo que guardassem alguns traços da identidade do lugar institucional e cultural em que estavam inseridos, sua identidade se formava por meio do *hibridismo*.

Tomaz Tadeu da Silva (2012) acentua que a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Isto permite o deslocamento dos sujeitos entre as fronteiras demarcadas da identidade e a entrada nos territórios simbólicos de diferentes identidades. “Estar na fronteira” ou “cruzar a fronteira” significa, não apenas mover-se entre os diferentes territórios, mas, igualmente, não respeitar os sinais que artificialmente demarcam os territórios das diferentes identidades. Conclui o autor, argumentando que:

A possibilidade de “cruzar a fronteira” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas. O “cruzamento da fronteira” e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade (SILVA, 2012, p. 88).

A identidade, assim como a diferença, está ligada a estruturas discursivas e narrativas com estreitas conexões com as relações de poder. Nesse sentido, mesmo que os jornalistas piauienses recebessem, por extensão do jornal ao qual estavam vinculados, a “mácula” de udenista, pessedista ou independente, por se empregarem ao ofício de acusar/defender, denunciar/silenciar, depreciar/elogiar e imprimir juízos às ações políticas e administrativas daqueles que ocupavam o cargo de chefe do executivo estadual e municipal no Piauí, suas identidades não podem ser vistas da mesma maneira.

A produção discursiva das dicotomias entre os jornais locais estava mais interessada em condenar as práticas jornalísticas, a partir do estabelecimento de normas ligadas ao exercício da profissão, classificar e normalizar as práticas dentro daquilo que reivindicavam como um monopólio do saber jornalístico ético e objetivo, para determinar normas. Neste intuito, as diferenças entre o *eu* e o *outro* eram marcadas, tanto sob o ponto de vista da intelectualidade dos jornalistas, quanto da perspectiva da visão moralizadora e civilizadora da

imprensa em ser a porta-voz da verdade, sem que deixassem, por exemplo, de opinar e objetivar as práticas divergentes.

O Dia

ÓRGÃO INDEPENDENTE, NOTICIOSO E POLÍTICO

Director — Leão Monteiro

Redactor-Secretario — Bugyja Brito

Ano I — Piuí—Teresina, 25 de Fevereiro de 1951 — Numero 4

O Drama da Professora

Sem sombra de dúvida, é verdadeiramente dramática a vida pública e privada da Professora de letras primárias nos tempos que correm, nestas paragens piauienses.

Se ela vive na vida pública, sofre as torturas da hora de estar na escola, porque antes de sair de casa,—o que faz ás 7 para chegar ás 12,—precisa ajustar a ordem do lar, e logo atingir o Grupo Escolar, muitas vezes distante, rompendo sol, poeira e chuva, a pé.

Se ela vive na vida do ensino particular, dentro do próprio lar torna-se necessário conjugar a disciplina dos alunos com a tranquilidade interna de casa, cousa, aliás, que não é fácil, se levando em conta o espirito de traquinice da criança.

A professora primária, antes que tudo, é uma abnegada para poder ser uma grande torturada pelas injunções e preceitos do officio que é estafante, embora sendo edificante e muito nobre.

Regra geral, a professora primária leva uma vida de mil dificuldades, desde os primeiros anos de curso durante o qual aprende com sacrificio paensinar com redobrado sacrificio. Si se casa, constitue familia com numerosos filhos, carrega desde então a pesada cruz de auxiliar o esposo para a educação desses mesmos filhos.

E, se fica inúpta, nunca deixa de ser o esteio moral e financeiro da sua familia, trabalho social tambem que requer incalçáveis sacrificios e espirito de renúncia, porque neste caso a professora representa o papel de chefe de familia, perante a sociedade.

O mais doloroso, porém, em nossos dias, é a miséria pecuniária que percebe a professora primária, em troca de seu trabalho homérico e de seu esforço titânico..

Um vendedor de balcão, que mal assina o nome; um estafeta de telegramas, que mal soma duas parcelas; ou um continuo de uma Repartição Federal, que não sabe protocolar um officio, hoje, nos dias de hoje, ganham somas que ultrapassam mais de três vezes os vencimentos da benemérita professora primária, no Piauí.

Uma reforma, pois, no Ensino Primario,—ampliando-lhe o quadro, seleccionando os valores morais e intellectuais e promovendo uma justa melhoria de vencimentos á Professora Primária,—devia e deve, positivamente, constituir a preocupação magna do actual Governo e de seus Legisladores na douta Assembleia Estadual e na Câmara de Vereadores, para as professoras do Estado e do Municipio e, ainda, para as que exercem o magisterio, particularmente, muitas das quais tem infimos auxilios governamentais ou officiais.

Anos a fio, de ensino, as torturas de ordem económica e financeira e a miseravel remuneração que percebe, tudo isto, enfim, constitue o Drama da Professora.

Alto-falantes

Em a nossa penultima edição falamos do barulho infernal e do desmedido numero e choque de horarios das dezenas de Alto-falantes que infestam Teresina, de certo tempo para cá.

Parece, entretanto, que com a nossa nota e apelo a quem de direito, equivaliu «malhar em ferro frio», e as autoridades a quem compete reprimir o abuso, continuam de braços cruzados.

Neste caso seria interessante colocar-se um alto-falante á porta de cada Repartição, Grupos Escolares, Palácio de Karnak e das residencias de altas figuras da Administração, para que estas soubessem o quanto é antipatico e intoleravel o ruido azucrinante que provocam aquelles aparelhos de alta sensibilidade.

Parece-nos que essas figuras do Governo não iriam tolerar um só minuto as vibrações radiofónicas transmitidas por locutores que assassinam a propria lingua que falam.

Será que, se fizessemos uma campanha pró-continuação do barulho e instalação de mais uma dezena de microfones, as autoridades lévariam em consideração?... ou ficariam indiferentes como vemos ficando por um justo debate que levantamos contra o abuso dos microfones.

É preciso saber!..

A. de Arêa Leão

Chega hoje, ás 14 horas, no avião da carreira, de Aerovias, o joven Altamiro de Arêa Leão, estudante de humanidades no Rio de Janeiro, e filho do nosso amigo Miguel de Arêa Leão e sua esposa a senhora Cristina de Arêa Leão.

Ao distincto itinerante enviamos votos de boas vindas.

PONTOS DE VISTA

Liceu Piauiense

É lamentavel o estado de conservação a que deixou o governo passado, chegar o belo casarão do Collegio Estadual, antigo Liceu Piauiense.

As vidraças quebradas, o Auditorio cheio de poças d'agua que desce das callhas furadas. O muro que é feito todo de grades de cimento com belas columnas, está bem arruinado, sendo que da frente da rua Barroso tem mais de 8 metros quebrados, estendidos no chão. O antigo banheiro das alunas de educação física, que não devia ser residencia nem do vigia, nem do servente, parece hoje cozinha de barca do rio Paraiba, e ainda serve de lavadouro de roupa suja e de chafariz do povo.

Quem passa vê roupas velhas, trapos e outros panos estendidos em arames passados do banheiro para o muro, dando a pior impressão.

A sineta, há muito que está rouquenha, por enorme fenda que tem. Sala de Espera, Secretaria, Sala de Professores e principalmente os mictorios, estão no maior

abandono e grandemente sujos.

Sendo um dos mais belos proprios do patrimonio do Estado, foi justamente onde se despejou a maior inércia administrativa do último governo.

O sujo, o abandono em que se acha a primeira Casa de Instrução Secundaria do Piauí, chega a ponto de não se poder mostrá-la a ninguém de fóra...

Que seu actual Director, logo e já leve ali o Sr. Secretario Geral do Estado e o Sr. Director da Saúde afim de, com essas autoridades, recambiar materialmente o Liceu Piauiense ao seu ponto de honra!...

Talvez, tambem, esteja impetrável, a parte do Arquivo que recebeu poeira durante muitos anos.

As decorações artisticas das principais salas, sobretudo do Auditorio, perderam suas perspectivas devido ao sujo.

Há, enfim, inadivél necessidade de uma completa restauração de ordem material no centenário Estabelecimento de Ensino.

Pedro de Almendra Freitas



pretérito exerce, por sua, a da vontade do povo, e mais elevada magistratura, Brasil e tado piauiense.

Homem simple-que nas al- ameno e cativo a das extra- versariante de ados e abun- jamais deixamos armita- por uma lin-tes e dos ser- nobre e criado potencial, sua vida é o petróleo refina vida pub!

mais do m termino de conform- so de alistar-se, de penha om o novo governo do reconciliação, pela qual

Pôra receber e colar no namos. Subtraciu a sedução do A cavilozos pretostos é o, se se no pronunciamento das livres e não somente entre- t'perfeitamente preparado para formação o final com a regra e dos poderes é justamente a- e de renúncia que foram a glo-

Por entre o contentamen- to afetivo de sua nobre f- milia e as expressões perdeu um grande Presidente, nas jubilo de seus auxilios; contente em sua casa, com a consciência numerosos amigos, do, uma preciosa reserva moral, que for- sar a 1 de Março

to, sua data ante- Exmo. Sr. Pedro mendra Freitas, di inseri- lhares de leitores da bela fexa social e co?arnaiba cidade piauiense que sai- que, desde 31 e

DE PARNAIBA

completar o li- cometido por

Leiar

4 NAS PÁGINAS DO JORNAL *O DIA*, O GOVERNADOR PEDRO FREITAS

Independente, noticioso e político. Estes são os três conceitos apresentados nas edições como propósito do jornal *O Dia*, que não escondia um dos enfoques a ser contemplado por seu noticiário: o fato político. Em 1951, ano de sua fundação, o jornal e as notícias ligadas à política resumiam-se, principalmente, ao governo do Estado e ao governo municipal. No período de 1951 a 1954, quem ocupava a cadeira de chefe do Executivo estadual e municipal eram, respectivamente, Pedro Freitas (PSD), e João Mendes Olímpio de Melo (UDN). Ambos eram contemplados pela crítica dos jornalistas de *O Dia*, que se colocavam na posição de imprensa “livre” e “independente” dos partidos políticos, e atribuíam para si a tarefa de censurar e de denunciar “tudo” o que consideravam desmando administrativo. Sob a justificativa de que o papel e a missão da imprensa era servir aos interesses do povo, competia ao jornalista o papel de censor e de vigilante da ação dos governantes no poder para melhor informar, formar e orientar a opinião pública.

Ao longo dos quatro anos (1951 a 1954), em que o governador Pedro Freitas ocupou a cadeira de chefe do Executivo estadual, várias matérias foram publicadas nas páginas de *O Dia* a seu respeito. E, na maioria destas, constava a apreciação dos jornalistas sobre o fato político piauiense e a afirmação de que a produção do discurso jornalístico de *O Dia* seguia as normas do jornalismo objetivo e imparcial. *O Dia* foi um dos jornais de Teresina que, na década de 1950, levantou a bandeira de veículo jornalístico independente e noticioso, mas não renunciou ao direito de opinar. Com efeito, no período de quatro anos do governo de Pedro Freitas (PSD), o jornal não declarou abertamente uma postura partidária. Contudo, a apreciação e interpretação do fato político pela redação de *O Dia* deixaram as marcas do partidarismo e da parcialidade da linha editorial em diferentes momentos e contextos.

Assim, podem ser observados três momentos do jornal *O Dia* frente à produção dos discursos jornalísticos. O primeiro momento refere-se ao ano 1951, quando o jornal apresenta uma postura de colaborar com a administração do governador Pedro Freitas (1951-1954). Nesta primeira etapa do jornal, observa-se um peso maior nos enunciados que promovem a representação de um período de desenvolvimento para o Piauí, em contraposição ao período anterior, no qual o Estado foi administrado pelo ex-governador José da Rocha Furtado (1947-1950),⁷⁰ eleito pela UDN.

⁷⁰ José da Rocha Furtado foi eleito pela UDN a governador do Estado, no pleito de 19 de janeiro de 1947, e exerceu o cargo até 30 de janeiro de 1951. Todavia, para melhor compreensão do quadriênio, usa-se aqui o ano

O segundo momento pode ser considerado de “transição”; corresponde às edições publicadas no final do ano de 1951 e parte de 1952. Nesse período, o jornal *O Dia* dá início à prática jornalística de advertir o governador Pedro Freitas através do apontamento de seus erros administrativos e da reivindicação da retidão de sua postura política em relação a seu partido, o PSD, e aos correligionários. A partir de então, há uma série de matérias publicadas pelo jornal, afirmando que o governador não estava atendendo aos conselhos prescritos pela redação de *O Dia* e, por este motivo, o jornal ameaçava retirar seu apoio ao governo estadual por meio da imprensa.

O terceiro momento, por sua vez, marca a mudança da prática jornalística de *O Dia*, quando a postura do jornal é a de censurar e denunciar as ações administrativas do governador Pedro Freitas. Isto ocorre de forma mais característica nas edições de 1953 e 1954, período em que o governador Pedro Freitas é representado pelo discurso jornalístico de *O Dia* como um administrador incapaz de resolver os problemas socioeconômicos e financeiros do Estado e da propagação da imagem de letargia do Piauí, após os dois primeiros anos do seu mandato. A partir de 1953, o que se observa nas matérias publicadas no jornal, e que davam visibilidade ao fato político piauiense, é um discurso uníssono, que privilegia uma linguagem virulenta e de ataque direto à pessoa do governador Pedro Freitas, colocando em xeque, inclusive, a sua capacidade intelectual para gerir o Estado.

Esses três momentos de produção do discurso em *O Dia* podem ser analisados sob o ponto de vista característico de um tipo de jornalismo “ecletico”, na medida em que a redação do jornal não subordinava os seus juízos a uma doutrina. Entretanto, a partir do momento em que o fato político era “colhido, escolhido e exposto, de acordo com as tendências ou exigências do público, em um determinado contexto histórico” (BELTRÃO, 1960, p. 75), a prática jornalística de *O Dia* assumiu sua dimensão de jornalismo político partidário, e racionalizou a função do jornalista para a formação e orientação da opinião pública. Nessa função, no período em que o governador Pedro Freitas ocupou a chefia do Executivo estadual, a redação de *O Dia* ocupou-se em avaliar sua administração, transformando-a em acontecimento jornalístico, por conseguinte, em notícias nas páginas do jornal.

de 1950 como sendo o fim do seu governo, como fazem outros historiadores piauienses. Vale destacar que José da Rocha Furtado não era filiado à UDN.

4.1 Pedro Freitas: “para os grandes males, grandes remédios”

Iniciadas as atividades jornalísticas, em fevereiro de 1951, o proprietário-diretor e os jornalistas de *O Dia* afirmavam nas matérias de autorreferência que sua redação seguia as orientações da “boa imprensa”,⁷¹ no momento da produção do discurso jornalístico veiculado em suas páginas. Considerando que era dever da imprensa contribuir patrioticamente com os governantes, o jornal *O Dia* cuidava de explicar ao leitor que sua equipe de redação desempenhava a tarefa de “auxiliador do governo”; ou seja: elogiava o governante quando este acertasse, assim como escrevia críticas serenas e construtivas sempre que ele cometesse algum ato considerado incompatível com o bem público. Neste comportamento, os jornalistas de *O Dia* seguiriam sua tarefa de “vigilantes” e “punidores” da ação governamental através do discurso jornalístico materializado no jornal.

O primeiro ano de circulação do jornal *O Dia* foi marcado pela produção de discursos que favoreciam a imagem do governador Pedro Freitas como administrador público. Para as “defesas”, quase sempre, os jornalistas de *O Dia* elegiam como parâmetro o governo anterior, cuja gestão esteve sob a responsabilidade do ex-governador José da Rocha Furtado, eleito pela UDN em 1947. Para fazer uma contraposição, a redação de *O Dia* sustentava a ideia de que o período de 1947 a 1950, referente à administração do ex-governador José da Rocha Furtado, foi marcado por improbidades do político, caracterizadas pelos desvios de verbas públicas, o atraso do pagamento do funcionalismo público, os débitos em casas comerciais de Teresina, dentre outros. O ex-governador José da Rocha Furtado era representado nas páginas de *O Dia* como um político de conduta administrativa “desonesta”, como ficou registrado nesta matéria publicada em 1951:

Dizia-se nos quatro cantos do Piauí que o governador era fraco, sem firmeza de opinião, governado por outros, etc., mas quem poderia julgá-lo desonesto?

A mensagem governamental apresentada ao Legislativo no 1º. de maio próximo, provará que o senhor Rocha Furtado, além de desonesto é perverso. O importante documento na parte do relatório do Diretor do Departamento da Fazenda, prova que o governador passado desviou criminosamente das verbas federais no exercício de 1950 a quantia de Cr\$ 1.297.182,50, sendo: Educandário de Menores Abandonados Cr\$... 999.684, 50, construção de Estradas de Rodagens Cr\$... 197.498,00, construção de Postos de Saúde Cr\$ 100.000,00.

⁷¹ O conceito de “boa imprensa” foi apresentado no tópico 1.2 do primeiro capítulo desta tese. Na ocasião, foi apresentado que os jornalistas entendem por “boa imprensa” aquela que argumenta fatos incontestes, não desce ao campo das retaliações pessoais, coloca-se a serviço do povo, segue os postulados da ética, não produz críticas infundadas ou injuriosas, fica sempre em alerta, adverte o leitor para votar de acordo com sua consciência e lhe orienta na escolha dos candidatos.

O senhor Rocha Furtado deixou, ainda, contas acumuladas desde 1947, correspondentes a vencimentos e materiais fornecidos pelo comércio ao Estado, os quais sobem á alarmante quantia de Cr\$ 25.300.000,00.

O orçamento do atual governo é o mesmo do governo passado.

O atual governador também tem minoria⁷² na Câmara Legislativa e apesar está pagando o funcionalismo público, em dia, bem assim todas as contas contraídas na sua gestão, pagando até o mês de Janeiro, da gestão passada, mantendo considerável saldo na Fazenda Pública.

Agora perguntamos ao Sr. Rocha Furtado: onde estão os Cr\$ 25.300.000,00 do funcionalismo público e dos comerciantes piauienses? (O DIA, Teresina, ano I, n. 13, p. 4, 29 abr. 1951).

Traçando um parâmetro entre os dois primeiros governadores do Piauí, de José da Rocha Furtado, eleito pela UDN, e o pessedista Pedro Freitas, eleitos por voto popular, respectivamente, em 1947 e 1950, a redação de *O Dia* pontuava que ambos, quando representantes do Executivo estadual, contaram com uma minoria na Assembleia Legislativa, e com a mesma quantia orçamentária, porém, ofereceram resultados diferentes na atuação administrativa do Estado. Ao apresentar os dados orçamentários precisos na matéria jornalística, o redator se preocupou em indicar a fonte da informação, para afirmar a lisura do conteúdo publicado. Entretanto, nesta captura do fato político pelo discurso jornalístico, o fato não é transmitido em seu “estado bruto” na matéria. Antes, passa por um “filtro” e depende do “olhar” do sujeito que vai torná-lo inteligível (CHARAUDEAU, 2006). Sendo assim, o jornalista é um desses sujeitos que dá sentido ao acontecimento, e o torna notícia a partir do momento em que é levado ao conhecimento público por meio dos jornais. É ele quem dimensiona, escolhe e seleciona o que deve ser dito e publicado *versus* silenciado e omitido, de acordo com a prática discursiva do lugar institucional em que o jornalista se encontra em determinado tempo e lugar (FOUCAULT, 2010).

Nesse sentido, por um lado, o jornal *O Dia* dava visibilidade ao atraso do vencimento do funcionalismo público e às dívidas do Estado com o comércio local no governo de Rocha Furtado. Por outro lado, silenciava a atitude dos deputados do PSD na Assembleia Constituinte que, no quadriênio de 1951 e 1954, criaram vários obstáculos para o governo da UDN. De acordo com Rosângela Assunção (2009), em 1947, das trinta e duas vagas da Assembleia Constituinte, o PSD conquistou dezessete, a UDN quatorze, e o PTB uma; e o PSD ainda contou com o apoio do único deputado estadual petebista. Essa composição da Assembleia Constituinte com uma maioria de deputados do PSD asfixiou o Executivo aprovando projetos de Lei que eram incompatíveis com a renda estadual, de maneira que o

⁷² Em 1951, das 32 (trinta e duas) vagas da Assembleia Legislativa, o PSD conquistou 14 (quatorze), a UDN, 15 (quinze), o PTB 02 (duas) e o PSP 01 (uma) (MORAES, 2011).

governador José da Rocha Furtado não conseguiu “solver os compromissos do Estado para com os servidores nem realizar obras públicas” (ASSUNÇÃO, 2009, p. 68).

Considerando que o jornal torna visível apenas os fatos que ele decide exibir para seu público na forma de notícia, nota-se que a ação dos deputados do PSD na Assembleia Constituinte contra o ex-governador José da Rocha Furtado não era contemplada pelo discurso jornalístico de *O Dia*. Ao contrário, a redação de *O Dia* atribuía a culpa das dificuldades financeiras enfrentadas pelo governador Pedro Freitas, em 1951, ao ex-governador José da Rocha Furtado, acusando-o de ter onerado o cofre público estadual através da prática de desvio de verbas.⁷³

Os jornalistas de *O Dia* reiteravam, ao longo de suas páginas, que o governador Pedro Freitas não poupou esforços para tirar o Piauí do caos nem da crise econômica e financeira que encontrou ao assumir o poder em 1951. Afirmava-se no jornal que cada vez mais o governador dava demonstrações de sua capacidade de administrador e negociante, além da conduta política e moral irrefutável. Na opinião de *O Dia*, o governador Pedro Freitas dava à amostra suas características de governante com tino administrativo, financeiro e econômico para resolver os problemas do Piauí. Fato que, para *O Dia*, não poderia ser omitido ou silenciado pela imprensa.

Contudo, a prática jornalística de *O Dia*, de colaborar com o gestor, por meio de críticas serenas e construtivas, em conjunto com os enunciados elogiosos ao governador Pedro Freitas, em 1951, rendeu-lhe a pecha de “órgão oficioso do governo” pelo deputado estadual José Severiano da Costa Andrade⁷⁴ e a alcunha de “pessedista” do político Eurípedes Clementino de Aguiar.⁷⁵

Entretanto, o perigo de o jornal *O Dia* ser visto pelos políticos da UDN como um órgão ligado ao poder estadual, pondo em dúvida o lema de independência tão proclamado pelo jornal, não fez com que o jornal mudasse sua opinião nem sua prática jornalística de descrever o fato político piauiense com certo apoio ao governo do PSD, em 1951; pelo contrário, a pecha de “órgão oficioso do governo” suscitou nos jornalistas de *O Dia* a promoção de um debate sobre o dever da imprensa na sociedade. Discussão que também

⁷³ As acusações que foram veiculadas na imprensa contra o ex-governador José da Rocha Furtado são refutadas por ele nos livros de memória (FURTADO, 1990; FRUTADO, 2010).

⁷⁴ José Severiano da Costa Andrade era filiado à UDN, partido pelo qual se elegeu como deputado estadual, em 1947, como suplente, e em 1954 foi eleito. Foi ele também o primeiro diretor do jornal udenista *A Cidade*, fundado em 1951.

⁷⁵ PONTOS DE VISTA. Engano manifesto. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 24, p. 1, 15 jul. 1951; AGUIAR, E. NA LINHA DE FRENTE. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 27 jul. 1951.

servia de estratégia para o jornal defender-se das possíveis retaliações dirigidas pelos jornais de oposição e/ou pelos políticos adversários do governo do PSD.

As acusações de que o jornal estava se comportando como “órgão pessedista” ou “oficioso do governo” foram refutadas em *O Dia*, através da explicação das práticas jornalísticas adotadas por sua redação. Por um lado, a redação de *O Dia* apontava que os atos acertados do governo deveriam ser de conhecimento público por meio do discurso jornalístico laudatório; por outro, considerava que os erros administrativos deveriam ser severamente combatidos pela crítica jornalística. Contudo, o jornal afirmava que a sua tomada de posição na produção do discurso jornalístico favorável ou combativo ao governador Pedro Freitas dependeria de sua atitude na administração pública e em relação aos próceres do PSD.

Assim, na matéria “Cuidado, Sr. Governador”, publicada em 5 de agosto de 1951, a redação de *O Dia* deixa claro para os leitores e para o próprio governador Pedro Freitas que ou ele agia de acordo com a orientação política, prescrita nas páginas de *O Dia* de governar em conjunto com o seu partido e não fazer demissão de correligionários, ou ele perderia o apoio do jornal como veículo de propaganda do seu governo e arma política contra a oposição (CUIDADO, SR. GOVERNADOR!... *O Dia*. Teresina, 5 ago. 1951, ano I, n. 27, p. 1). Reconhecendo a importância da imprensa para a formação e orientação da opinião pública, mas também do seu uso como arma política pelo adversário, a advertência se consumava nas páginas de *O Dia* através do discurso de que o governador Pedro Freitas perderia sua “valiosa colaboração” ou sua “cooperação sadia”. Ou seja, caso o governador não atendesse às prescrições do jornal *O Dia*, este deixaria de publicar matérias que enalteciam sua imagem como político, e de prestar apoio à sua ação governamental pela imprensa. Ação que denota o jogo de interesses entre as várias partes: do proprietário-diretor do jornal *O Dia* e o governador Pedro Freitas do PSD, que avisa a importância de ele ter o jornal como um aliado; ou do proprietário-diretor de *O Dia* e os grupos e/ou facções políticas que se colocavam contra o governador Pedro Freitas, o que implicaria a mudança de postura do jornal em relação ao governo.

Em 1951, e nos primeiros meses de 1952, o jornal continuou defendendo a tese de que escrever palavras e termos elogiosos ao governador nas páginas de *O Dia* não prejudicaria o compromisso apartidário que o órgão havia firmado com a opinião pública, desde que fora fundado. Entretanto, a crítica exacerbada contra o governador Pedro Freitas seria produzida pelos jornalistas de *O Dia* no momento em que o governador cometesse algum ato administrativo, considerado pela redação do jornal como reprovável, ou ainda quando ele cometesse um “lapso administrativo” que onerasse os cofres públicos.

A explicação ganhava força no discurso jornalístico, na tentativa de o jornal entender-se com o leitor e justificar a seus acusadores o quão estava enganado o deputado José Severiano Costa Andrade, o político Eurípedes Clementino de Aguiar e o jornal udenista *A Cidade* ao identificar *O Dia* como “pessedista” e “órgão oficioso do governo” estadual. A redação de *O Dia* argumentava que escrever artigo elogioso ao governo, quando este acertava, não era servidão ou subserviência do jornal ao poder constituído. O que a oposição entendia como servidão ou subserviência, o jornal *O Dia* explicava que todo governante precisava de elogios para estimular seus bons atos; o que não significava dizer que a publicação de uma matéria fazendo jus ao governo não poderia macular a imagem do jornal que mantinha uma postura crítica e independente das questões partidárias (PONTOS DE VISTA. Engano manifesto. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 24, p. 1, 15 jul. 1951). Desse modo, para a defesa não faltavam argumentos, através dos quais a redação de *O Dia* lançava mão de provas, tomando como exemplo outras matérias publicadas em *O Dia* e que continham críticas agudas contra o governador. Como exemplo, o jornal especificou:

[...] Foi o caso da nossa última edição, de 8 dêste [julho de 1951]. No artigo de fundo, elevávamos a conduta Governamental, e na nota “Nomeação Escabrosa”, criticávamos um ato do Governador, incompatível com a opinião pública e com a sã moral administrativa e política. É engano manifesto do Sr. Costa Andrade, pensar que somos servis e costumeiros defensores ou sistemáticos agressores dos êrros ou da dignidade alheia, respectivamente. Atacamos os maus homens públicos, e estes hão de apanhar da nossa pena honesta e consciente, até que se corrijam em benefício do povo, em tórno de cuja opinião giram as más e as boas ações dos homens de Govêrno (PONTOS DE VISTA. Engano manifesto. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 24, p. 1, 15 jul. 1951).

O jornal, de uma forma ou de outra, pretendia legitimar sua identidade como órgão de imprensa independente e noticioso, a fim de negar qualquer relação de dependência ao partido pessedista ou conexão com o governo estadual. Daí, portanto, acentuar que as práticas condenáveis do governador Pedro Freitas deveriam ser duramente combatidas por seus “verdadeiros amigos”. E, como “amigos”, os jornalistas de *O Dia* avaliavam que sua função era “auxiliar do governo”, através da prescrição de conselhos sinceros, sugestões e orientação que fossem coniventes com os interesses da “coletividade” (PRÁTICA CONDENÁVEL. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 25, p. 1, 29 jul. 1951). Em *O Dia*, o jornalista também era visto como um “intermediário do povo” na imprensa. Assim, na medida em que consideram que o jornalista conhecia de perto seus desenganos e suas repulsas, eles se autorreconheciam como os sujeitos mais indicados para agir como “auxiliar do governo” na sociedade.

Ressalte-se que, na medida em que *O Dia* buscava defender sua posição de órgão independente e noticioso, isto se fazia no jornal passo a passo com os deveres do jornalista. Destarte, pode-se observar que há uma convergência de papéis que os jornalistas de *O Dia* pretendiam assumir na imprensa como um dever deles para com a coletividade, a saber: o de “auxiliares do governo”, de “orientadores da opinião”, de “formadores da opinião pública”, de “porta-vozes da opinião pública” e/ou de “intermediários do povo”. Sobre esta questão, Anis José Leão (1961, p. 98) especifica que “se o jornal é feito pelos jornalistas, não fazem para si, mas para os leitores; um verdadeiro jornalista não perde de vista jamais que está a serviço do público”. O autor entende que as matérias de jornais são escritas de acordo com o gosto da clientela que atende ou procura atender. Por isto, “o interesse da coletividade, o amor ao bem devem ser sempre o motivo determinante de toda obra jornalística” (LEÃO, 1961, p. 135). As proposições colocadas pelo autor Anis José Leão (1961), embora idealistas, dão pistas para um dos deveres do jornalista que é ter em mente o “interesse da coletividade” como um ponto determinante da produção do discurso. Em Teresina, nos anos de 1951 a 1954, os jornalistas de *O Dia*, assim como dos demais jornais, apresentavam-se como defensores dos interesses da coletividade pelo discurso jornalístico que aparecia muito mais como um arranjo de enunciados que, na sua superfície, revelava a defesa dos interesses políticos partidários a partir do momento em que se colocavam no papel de orientadores dos leitores para a importância do voto.

Sem embargo, não se deve perder de vista quem eram os jornalistas de *O Dia*. Uma maioria de intelectuais e políticos que, de alguma forma, buscava reconhecimento social e que se viam compelidos a participar diretamente da vida política partidária, por meio da manifestação de suas ideias pela imprensa. Nesse sentido, Alzira Alves de Abreu (1996) aponta a função do intelectual na imprensa brasileira a partir do conceito de *intelligentsia*. Partindo desse conceito, a autora defende que a *intelligentsia* não só impunha seus interesses à sociedade através do discurso crítico e do engajamento moral de sua visão histórica, como também “pretendia politizar o povo, levá-lo a tomar consciência dos problemas sociais e, em decorrência, agir politicamente” (ABREU, 1996, p. 28). Da ação dos jornalistas como sujeitos, que dá sentido ao acontecimento através do discurso jornalístico, é que vinha o poder da imprensa.

No cumprimento do papel de “intermediário do povo”, o jornalista de *O Dia* buscava, por meio de suas matérias, aconselhar e advertir o governador para administrar com o povo, cumprir as leis, cortar despesas desnecessárias do Estado, traçar uma única diretriz ao seu plano de governo, promover a “limpeza” dos Departamentos lotados de funcionários

dispensáveis ao serviço estadual, não fazer perseguições pessoais, melhorar a situação dos bons funcionários, recusarem os pedidos prejudiciais ao erário público etc.⁷⁶ Os “bons conselhos” recomendados pelo jornal *O Dia* apresentavam-se, algumas vezes, em um tom de autorreconhecimento do seu papel de “auxiliar do governo”. Reforçado o discurso de que o jornalista atuava como um “auxiliar do governo” e “orientador político”, caberia ao jornal prestar ao governador Pedro Freitas uma colaboração para que a sua gestão fosse “coroadada de êxito”, impedindo que ele fosse alvo da crítica severa dos jornais oposicionistas, ou até mesmo do próprio jornal *O Dia*.

Consta nas matérias editadas em 1951, e que foram analisadas, que o comportamento dos jornalistas em *O Dia*, neste período, foi de “vigilantes” do governo Pedro Freitas. O jornal *O Dia* se colocava como um dispositivo de poder legitimado para apontar as falhas administrativas e denunciar as atitudes de improbidade e de desmando do governo estadual por meio do discurso jornalístico. Tendo como parâmetro a administração do ex-governador José da Rocha Furtado, na matéria “Pontos de vista”, por exemplo, a redação de *O Dia* sancionava regras de conduta administrativa para que o governador Pedro Freitas não cometesse os erros já praticados por governantes anteriores.

PONTOS DE VISTA

Equilíbrio Econômico é Fortaleza Moral

[...] Govêrno que não dispõe de lastro econômico e de recursos financeiros, não se respeita nem se dá atenção. Assim aconteceu com o antecessor do Sr. [Pedro de] Almendra Freitas. É que o Sr. [José da Rocha] Furtado só teve uma preocupação, aliás muito bestial; – encher os bolsos de alguns dos seus mais acirrados apaniguados e deixar a quase totalidade do povo com fome e nú.

Ao contrário está fazendo o atual governante – poupando os dinheiros [...]. *Mesmo se êle desta forma não proceder, cairá no descrédito da opinião popular.* Porque o bem estar do povo deve ser a preocupação única dos governantes.

E sempre que saia desta norma sadia, nos terá pela frente a esgrimir a pena pondo a mostra seus erros. De sorte que o Governador [Pedro de] Almendra Freitas não deve temer os efeitos de uma oposição doentia e desajustada como esta. [grifo meu] Amealhe dinheiro e fique certo de que amordaça toda a oposição. Algum ou um outro mais poderoso e mais rebelde, há também de “entregar os pontos” por falta de apoio na opinião pública. [...] (PONTOS DE VISTA. Equilíbrio econômico é fortaleza moral. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 27, p. 1, 5 ago. 1951, grifos nossos).

⁷⁶ Ver: *O Dia*. Teresina, ano I, n. 15, p. 4, 13 maio 1951, MALDADE EURIPIDIANA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 24, p. 4, 15 jul. 1951; PONTOS DE VISTA. Ai dos vencidos! *O Dia*. Teresina, ano I, n. 25, p. 1, 29 jul. 1951; CUIDADO, SR. GOVERNADOR!... *O Dia*. Teresina, ano I, n. 27, p. 1, 5 ago. 1951; *O Dia*. Teresina, ano I, n. 29, p. 4, 19 ago. 1951.

Nota-se, no discurso acima, certa imposição de atitudes a serem tomadas pelo governador Pedro Freitas; no caso, a orientação dada pelo jornal; ou, ao contrário, teria a “pena retificadora” dos jornalistas de *O Dia* como um grande adversário. Isto é, ou o governador seguia os “conselhos” e as “advertências” expressas pelo jornal, ou sofreria os ataques via discurso jornalístico, colocando à mostra seus erros, e até mesmo criando indisposição do governo com a opinião pública dada a força da imprensa entre os leitores. Nesse sentido, a redação de *O Dia* defendia que o jornalista, inserido em um órgão de imprensa livre, deveria advertir o homem público quando ele errasse e quando compactuasse com crimes e bandalheiras. Nestes casos, seria justo que o governo fosse severamente atacado pela imprensa.

Os jornalistas de *O Dia* garantiam que, através de críticas serenas e construtivas, eles poderiam auxiliar e orientar um governante para agir de acordo com os princípios da moral e da justiça, preceitos definidos pela “boa imprensa”. E era isto que eles diziam fazer na imprensa, em 1951. Colocavam o órgão em “guarda”, na “estacada”, para que o governador tomasse as providências exigidas pela Lei e pela imprensa, na defesa do povo (MANOBRA INDECOROSA. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 34, p. 1, 23 set. 1951). Assim, destacam o lugar social de *O Dia* como um *lugar* institucional que, com poder de fala autorizada, melhor poderia apontar-lhe os erros administrativos e reconhecer os benefícios que vinha proporcionando ao povo e ao Piauí através da imprensa.

Como “orientadores políticos” e “promotores da opinião pública”, os jornalistas alertavam para o perigo que o governador corria de não ter o órgão como um “orientador político”, caso não seguisse as instruções por ele indicadas. A opinião pública, neste caso, aparece como sinônimo da opinião do jornal (*O Dia*. Teresina, 9 set. 1951, ano I, n. 32, p. 4). Considerando que o órgão é um instrumento do povo e que está a serviço da coletividade, os jornalistas de *O Dia* concebiam para si o papel de advogados da sociedade piauiense. O jornalista apontava o erro e a solução para os problemas que afligiam o Piauí. Para tanto, os verbos advertir, aconselhar, reprovar, apontar, dentre outros, foram usados no indicativo para descrever a ação do Pedro Freitas na chefia do Executivo estadual e tornar seu discurso incontestável.

A maioria das matérias publicadas nas edições do jornal *O Dia*, de 1951, e que analisavam o governo de Pedro Freitas, não era assinada, portanto, eram assumidas pelo jornal. Com exceção das matérias que constavam a assinatura do jornalista Cunha e Silva e da

coluna “Humorismo” que informava ser uma “reportagem de K.W.⁷⁷”, as demais matérias de *O Dia* não levavam assinaturas. Em dezembro de 1951, observa-se pela primeira vez no jornal uma matéria que aborda a ação do governador Pedro Freitas no comando do Estado, assinada por um jornalista de *O Dia*, que se identificou pelo nome Agismar.⁷⁸ Logo, a maioria das matérias assinadas pelo jornalista Cunha e Silva, em *O Dia*, tratava muito mais do papel da imprensa e do dever do jornalista, ou de outros assuntos cotidianos do que propriamente do governo de Pedro Freitas.

Frente a esta constatação, em dezembro de 1951, ficava sob a responsabilidade do jornalista Agismar a veiculação da matéria “Obstinação governamental”, na qual ele tanto assinalava o seu descontentamento em torno administração do governador Pedro Freitas, quanto censurava a conduta política do governador em relação ao PSD. A censura aparece no jornal *O Dia* por meio da denúncia de que o governador Pedro Freitas estava desamparando seus correligionários e abandonando o programa do PSD desde que ele assumiu o cargo de chefe do Executivo estadual. Em 1951, o assunto foi explorado na coluna “Humorismo” e nas matérias assinadas pelo jornalista Agismar.

Com o interesse de dar visibilidade ao assunto, na coluna “Humorismo”, da edição de 11 de novembro de 1951, consta uma “reportagem de K. W.” onde o jornalista constrói um diálogo entre personalidades de relevo do meio socioeconômico e político do Piauí, alertando que o governador Pedro Freitas estava abandonando os princípios do programa do PSD, partido que o elegeu em 1950. Assim, na “reportagem” intitulada “A viagem governamental”, o jornalista K.W. confirma a existência de uma ligação do governador Pedro Freitas com o partido UDN e com o político udenista Matias Olímpio de Melo para enfatizar que o governador se afastava do seu partido, o PSD:

HUMORISMO

A Viagem Governamental

Reportagem de K.W. em Parnaíba⁷⁹

Chegou aqui, conforme o esperado, o Governador e sua grande comitiva.

Os pessedistas ficaram decepcionados, pois o Sr. Pedro Freitas hospedou-se com o udenista Zêca Corrêa.

Ouvimos na ‘Cooperativa’, em uma mesa de pessedistas, comentários à falta de consideração do Governador para com os seus correligionários.

O Epaminondas dizia: - ‘Este Pedro Freitas voltou ao que era’.

Pergunta o Zézico Couto – o que quer dizer?

Responde o Epaminondas: - Zézico, você parece ingênuo, não sabe que o Pedro foi udenista e agora é coisa pior: - Matiista!⁸⁰ [...] (HUMORISMO.

⁷⁷ A coluna levava a assinatura de K.W., o qual parece tratar-se de um pseudônimo.

⁷⁸ O jornalista se identificava com o nome de Agismar somente, sem o uso do sobrenome. Parece tratar-se de um pseudônimo.

⁷⁹ Parnaíba é uma cidade do Estado do Piauí, localizada a aproximadamente 340 km da capital, Teresina (PI).

Reportagem de K. W. em Parnaíba. A viagem governamental. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 41, p. 4, 11 nov. 1951).

A coluna “Humorismo” precisa ser analisada sob dois aspectos. O primeiro trata-se do tipo de jornalismo desempenhado por *O Dia*, assim como por outros jornais que circulavam em Teresina no mesmo período, que se organiza gráfica e editorialmente, através do uso dos termos técnicos do jornalismo moderno, para diferenciar um gênero jornalístico do outro, na folha; porém, nem sempre as diferenças que caracterizam cada gênero apareciam na modalidade discursiva. No caso da coluna “humorismo”, em especial, pode-se notar que ela se diferenciava em termos de apresentação gráfica e formatação do texto que era organizado na forma de um diálogo entre os envolvidos. Há um narrador do acontecido que é o próprio jornalista, e, ao longo do texto, são apresentados nomes de políticos ou personalidades de destaque da sociedade piauiense. A coluna levava uma suposta assinatura, em que o jornal procura demonstrar o gênero jornalístico que é a “Reportagem” e “K.W.” as iniciais do jornalista⁸¹ que, ainda, poderia caracterizá-lo como uma “coluna” num jornal devido à regularidade de sua publicação na quarta página de *O Dia*.

Há evidências de que o uso do termo “reportagem”, pelo jornalista de *O Dia*, não foi uma escolha aleatória. De acordo com Nilson Lage (2001), o século XX foi o do jornalismo testemunho. Nesse momento o repórter passa a ser reconhecido como um profissional do jornalismo especializado, na apuração dos fatos, e um “tradutor” da realidade a partir da seleção de fatos e versões que ele pretende levar ao conhecimento do público leitor. Deste modo, compreende que reportagem é um “gênero jornalístico que consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos” (LAGE, 1987, p. 61). Apesar de a coluna “Humorismo” não apresentar uma interpretação dos fatos, sua caracterização como reportagem se sustentava pela exposição de uma situação, excepcionalmente, assuntos ligados à vida política e partidária do Piauí. Na coluna “Humorismo”, não havia uma interpretação dos fatos transformados em notícia, o jornalista K.W. oferecia apenas um conteúdo jornalístico com base no testemunho dos fatos, geralmente, ocorridos no meio político e social do Piauí.

O segundo aspecto a ser analisado sobre o tema da reportagem de K.W. requer uma explicação de cunho histórico e político. Independente dos interesses políticos e partidários do jornalista K.W. nessa reportagem, ele levanta o problema da “traição” do governador Pedro

⁸⁰ Refere-se ao político udenista Matias Olímpio de Melo. Após a formação da UDN, no Piauí, o partido ficou dividido em duas alas: a de Matias Olímpio de Melo e a do Eurípedes Clementino de Aguiar.

⁸¹ Ao longo da pesquisa, não foi identificado o nome do jornalista que assinava com as iniciais K.W.

Freitas em relação ao partido que o elegeu – o PSD. Com a reforma eleitoral de 1945, foi permitida a criação dos partidos políticos no Brasil. Entre os partidos de caráter nacional que surgiram no Brasil, o PSD e a UDN foram aqueles que tiveram maior representatividade, seguidos pelos partidos PTB e PSP (BLONDEL, [s.d.]). No Piauí, embora a UDN e o PSD fossem compostos, em sua maioria, por fazendeiros, latifundiários e comerciantes, e por agrupamentos políticos com interesses heterogêneos, ambos se dividiram entre aqueles que lutaram contra a ditadura do Estado Novo formando a UDN; e os que haviam estado no poder durante o período estado novista e que sustentaram a candidatura do Gen. Eurico Gaspar Dutra que foi eleito em 1945, formando o PSD (ASSUNÇÃO, 2009). Movidos pelo interesse em fazer oposição aos remanescentes da ditadura do Estado Novo, a UDN conseguiu reunir dois “velhos inimigos” políticos: Matias Olímpio de Melo e Eurípedes Clementino de Aguiar, que acabou contribuindo, pelo menos, para a formação de duas alas dentro da UDN.

A partir desse contexto histórico político de formação dos partidos no Piauí, pôde-se entender melhor a acusação feita pelo jornalista K.W., na reportagem “A viagem governamental”, de que o governador Pedro Freitas estava se aproximando novamente da UDN, em 1951, especificamente da ala comandada pelo udenista Matias Olímpio de Melo. Assim, a acusação do jornalista K.W. ainda se baseava no fato de que o governador Pedro Freitas havia sido udenista antes de ele se filiar ao PSD. De acordo com Leônidas de Castro Mello (1976), a filiação do governador Pedro Freitas ao PSD aconteceu em 1946, quando seu cunhado, Cel. Jacob Manoel de Almendra Freitas, teve o nome indicado para ser o candidato do PSD ao governo do Estado nas eleições de janeiro de 1947.

No tocante à denúncia de que o governador Pedro Freitas desfavorecia seus correligionários e estava abandonando o programa do PSD, ainda em dezembro de 1951, o assunto foi abordado em *O Dia* nas matérias assinadas pelo jornalista Agismar. Na matéria “Obstinação governamental”, por exemplo, o jornalista Agismar constrói uma versão sobre o tema e explica que a aproximação do governador Pedro Freitas com os políticos udenistas era uma estratégia política para forçar uma maioria na Assembleia Legislativa, a fim de conquistar apoio nas decisões do governo e na aprovação dos projetos de Lei. No entanto, o jornalista Agismar nomeia a estratégia política, adotada pelo governador Pedro Freitas de “política de grupo”, e sustenta a posição de que esta ação do governador só prejudicaria a “unidade” do PSD. Porquanto, o jornalista Agismar faz a advertência de que a partir do momento em que o governador Pedro Freitas deixasse de se guiar pela doutrina do partido PSD, que o elegeu, para seguir de um “roteiro político desconhecido”, isto provocaria uma onda de descontentamentos e de deserções de políticos veteranos do partido. Provavelmente, a

apreensão do jornalista não se fundava propriamente na quebra da “unidade partidária”, visto que o PSD não era uma agremiação monolítica (ASSUNÇÃO, 2009). Antes, a preocupação do jornalista, neste período em que o jornal *O Dia* ainda se mostrava afinado com a doutrina do partido PSD, girava em torno das atitudes do governador Pedro de ainda não ter feito uma opção pela rota política a ser seguida: se partidário, se pessoal, se de grupo ou de facção.

Nas três matérias assinadas pelo jornalista Agismar⁸² em *O Dia*, e que foram ao prelo em dezembro de 1951, ele reclamou da conduta do governador Pedro Freitas no Executivo estadual e da falta de seu compromisso maior com o programa partidário pessedista. O jornalista informava que havia um descaso do governador Pedro Freitas em relação ao PSD, pois, sendo ele um homem eleito pelo partido, não poderia se curvar aos interesses da Assembleia Legislativa ou, mesmo, a interesses pessoais. Como “homem de partido”, o governador Pedro Freitas deveria se orientar de acordo com o programa do PSD para exercer uma administração correta.

Das matérias assinadas pelo jornalista Agismar, nas páginas de *O Dia*, constava não somente sua interpretação sobre as decisões do governador Pedro Freitas, como também fazia autorreferência à prática jornalística por ele adotada. Por um lado, o jornalista garantia que sua crítica sobre o fato político piauiense não se orientava pela paixão partidária. Por outro lado, justificava que não precisava ser partidário para condenar a política “dúbia”, “confusa”, “vesga”, “sem eira nem beira” levada a cabo pelo governador Pedro Freitas na Assembleia Legislativa do Estado.

Assim, para mostrar ao leitor que ele sabia analisar os fatos com imparcialidade, o jornalista Agismar afirmava que, em suas matérias, tanto acentuava os aspectos negativos das atitudes do governador Pedro Freitas, quanto, igualmente, reconhecia que, nos primeiros onze meses da administração do governador Pedro Freitas, havia aspectos positivos e merecedores de aplausos, a saber: procurou saldar a dívida pública e o pagamento do funcionalismo estadual (AGISMAR. Obstinação governamental. *O Dia*. Teresina, 9 dez. 1951, ano I, n. 45, p. 4). Com base nesse ponto de vista, o balanço do jornalista Agismar sobre o governo estadual no final do ano de 1951 foi o seguinte:

Balanço de Fim de Ano

Por AGISMAR

[...] O atual govêrno nesse balanço de fim de ano grangeou algum crédito popular, tem algo para justificar a sua própria razão de ser. Se mais não tem

⁸² AGISMAR. Obstinação governamental... *O Dia*. Teresina, ano I, n. 45, p. 4, 9 dez. 1951; AGISMAR. Política de dois bicos. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 46, p. 3, 16 dez. 1951; AGISMAR. Balanço de fim de ano. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 48, p. 5, 30 dez. 1951.

feito é porque fatores outros têm tolhido os seus passos, o contacto com a coisa pública ainda não chegou a bom termo, ao objetivo delineado.

O sr. Pedro Freitas não tem merecido o pósto que ocupa como querem fazer crêr os seus adversários. Tem procurado acertar no setor administrativo. O seu esforço para a recuperação econômica do Estado tem merecido os nossos aplausos, apesar da tolice do “Jornal do Piauí”, quando faz resenha sem sentido prático, meros passes de mágica para ludibriar a opinião pública. É que êles não sabem ser independentes, só procuram ver por um prisma, por olhos estrábicos. Quando se faz necessário falo de bem do govêrno, da atuação do sr. Pedro Freitas como homem público, mas quando há coisa errada não me furto à crítica construtiva, faço justiça. Isso é dever da imprensa, é pura democracia.

O jornal officioso⁸³, por exemplo não gostado da minha critica à atitude político-partidária do Governador, que persisto em dizer não ser de bôa norma, de bom alvitre. Se assim faço acha êle que estou aconselhando mal o Sr. Pedro Freitas, julga que o estou levando a “partidarismo”. Gente difícil de discernimento essa de lá. Não sabe que governar com o Partido e com os amigos é boa política, faz parte do organismo democrático.

Êsse o ponto neuvrágico da situação, o mais vai indo bem, o funcionalismo está sendo pago em dia, os compromissos do Estado sendo saldados, há crédito em tôda parte, existe outro clima de segurança, no sertão a polícia deixou de ser o espantalho do passado, recuperou a sua finalidade. Essa história de perseguição policial contada pela oposição sistemática⁸⁴ é mais fantasia de redatores que se entoxicaram com as leituras do X 9 e outras literatura americanas. Se há algum excesso isso ninguém pode evitar, está dentro do nosso grau de compreensão, da nossa transição social. A verdade é que melhoramos bastante, progredimos alguma coisa. Se não estamos melhores a culpa é das influências malsãs que perturbam o sr. Pedro Freitas, exigências domésticas de personagens negras que o rondam diáriamente e procuram orientá-lo, o aconselham a seguir um roteiro incerto e fora da verdadeira rota partidária. Mas dessa influência poucos são os governantes que escapam. Infelizmente o sr. Pedro Freitas não escapou, tem se deixado levar por essas “eminências negras”, pelo “canto da sereia”. Muita coisa não podemos perdoar, porque são erros grosseiros que êle poderia evitar. Mas demos tempo ao tempo, porque apesar dos pesares há outras esperanças por tôda parte. Se elas feneceram no ANO NOVO o pêso será nosso, experimentaremos no futuro outro governante, até aprendermos a votar. Isto faz parte da nossa transição política. Temos que apanhar na cabeça até acertar (AGISMAR. Balanço de fim de ano. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 48, p. 5, 30 dez. 1951).

O discurso do jornalista Agismar em torno do “balanço de fim de ano” do governo Pedro Freitas, também demarcava as fronteiras de identidade da linha editorial de *O Dia* em relação aos demais jornais de Teresina frente à cobertura dos acontecimentos políticos de 1951. Considerando que a identidade e a diferença são o resultado de atos de criação linguística (SILVA, T. 2012), o jornalista Agismar colocava o jornal *O Dia* como sendo o

⁸³ O jornal officioso é referente ao *Jornal do Piauí*, fundado pelo político Antônio de Almendra Freitas que era irmão do governador Pedro Freitas e, neste período, Presidente do PSD do Piauí, como já foi abordado no primeiro capítulo desta tese.

⁸⁴ A “oposição sistemática” está relacionada ao jornal *A Cidade*, fundado por políticos da UDN do Piauí.

ponto de referência do modelo de jornalismo objetivo e imparcial, para então (des)qualificar os outros dois órgãos de imprensa, *Jornal do Piauí* e *A Cidade*, como veículos panfletários e com linha editorial descompromissada com a verdade dos fatos. De um lado, enfatizava que o *Jornal do Piauí*, por ser mantido pela família Freitas e por correligionários do PSD, pretendia “ludibriar a opinião pública”, por meio da veiculação de discursos laudatórios sobre a administração do governo Pedro Freitas, aspecto que marcava a parcialidade de suas matérias. E do outro lado, estava *A Cidade*, jornal de orientação política da bancada de vereadores da UDN do Piauí, que, no intento de fazer uma oposição sistemática ao governo do PSD, acabavam “fantasiando” fatos e fugindo da verdade e da objetividade da notícia. Diferentemente destes dois órgãos de imprensa, posicionava-se *O Dia*, definido pelo próprio jornal como uma imprensa livre e honesta, que procurava analisar os fatos com imparcialidade e objetividade para lutar pelas aspirações populares.

Este modelo de jornalismo se refletia diretamente nas matérias editadas em *O Dia*, notadamente porque expunham uma carga opinativa aguda na apreciação dos fatos e das ações políticas do governador do Estado. Sempre que a notícia veiculada pelo jornal abordava o fato político piauiense ou apresentava uma crítica da prática jornalística, pode-se notar que nem sempre havia uma diferenciação nítida da matéria jornalística em relação ao editorial. Nas matérias assinadas ou não pelos jornalistas de *O Dia*, o texto opinativo e informativo aparecia mesclado.

Segundo Luiz Beltrão (1987), o editorial, comumente, pode se apresentar na forma de notícia ou vice-versa, pois a opinião do jornalista, exposta em seus artigos, quase sempre coincide com as do editor. Considerando que o artigo de fundo proporciona características idênticas às do editorial, o autor ainda avalia que a publicação de um artigo no jornal “[...] obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo” (BELTRÃO, 1987, p. 65). No ato de refletir e estimular o debate sobre os problemas da realidade social para apresentá-la ao público leitor, o jornalista acaba transmitindo sua opinião, isto é, juízos sobre os fatos.

Nesse sentido, Luiz Beltrão (1987, p. 20) define a opinião do jornalista como o “juízo que [ele] manifesta sobre os problemas em foco e a respeito dos quais informa e comenta simultaneamente, em secções ao seu cargo e em matérias por eles firmadas”, através da sua assinatura nos artigos; ou, no caso de anonimato, é de responsabilidade do órgão.

Na maioria das vezes, o editorial de *O Dia* era construído em separado dos materiais informativos que também apareciam peneiras de opinião. Um desses casos pode ser observado, nitidamente, na edição de 16 de dezembro de 1951, quando a opinião do jornalista

Agismar foi endossada pelo editorial de *O Dia* que se posicionava por meio do discurso de advertência ao governador Pedro Freitas: “[...] a nossa opinião é que: ou o Govêrno se declara ex-partidário ou siga a trilha mais recomendável: governar com seu partido” (*O Dia*, Teresina, 16 dez. 1951, ano I, n. 46, p. 6). A opinião do jornalista Agismar, de uma forma ou de outra, parece ter coincidido com a do jornal, que também reclamava da postura “indecisa” do governador. A “coincidência” de opinião do jornalista com a do jornal, por outro lado, permite analisar que os textos publicados nas páginas de *O Dia* passavam por um filtro da linha editorial do jornal, de maneira que as matérias assinadas pelo jornalista Agismar se enquadravam nos critérios de noticiabilidade, bem como nos interesses do órgão de se posicionar como “orientador político” do governo.

Durante o primeiro ano de circulação do jornal *O Dia*, a cobertura jornalística sobre o fato político piauiense se dava por meio de críticas “serenas” ou “construtivas”, como, geralmente, os jornalistas a denominavam, para classificar o estilo da análise feita por um órgão de imprensa que pretendia colaborar com o governante. No jornal, a redação de *O Dia* afirmava que – ao contrário do que fazia a imprensa de oposição ao governo que usava como arma discursiva e jornalística a “mentira”, o “embuste” e os “boatos tendenciosos” para enfraquecer o governo – o jornal *O Dia* pretendia mostrar as qualidades e virtudes do governador Pedro Freitas, considerando que sua redação não agia como os opositores, que só desconheciam os inúmeros benefícios que o governador havia proporcionado ao Piauí.

Com efeito, o jornal pontuava que as promessas lançadas no primeiro editorial de *O Dia*, de criticar os erros e os deslizes políticos, continuavam mantidas como normas da sua redação; e tal prática era exercitada por seus jornalistas sempre que estivessem em jogo os interesses coletivos. Porém, não negavam:

É verdade que nosso jornalzinho tem as suas preferências, mas sòmente para aqueles que, pelo menos, procuram acertar à frente da cousa pública e que não escarnecem da soberania da vontade coletiva.

Temos em nossa redação um bico de pena e um lápis preto para acostrar com chicoteadas, cujo rêlho é a Verdade, aqueles que se enganam e se transformam numa ilusão doentia, com a volúpia da posição político-social que atingiram em razão da vontade popular.

Corrijam-se, acertando, para ter o apoio da Imprensa.

E não continuem no êrro, para se tornarem passíveis das nossas picantes mas verdadeira críticas.

Não gostam eles da Verdade, é verdade, porém ela cabe em toda parte, custe o que custar, dêa em quem doer!... (PONTOS DE VISTA. Não gostam da verdade. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 16, p. 1, 20 maio 1951).

A par desta declaração, pode-se inferir que, no primeiro ano da administração do governador Pedro Freitas, o jornal *O Dia* “preferiu” colaborar “patrioticamente” com o governo do PSD, através da veiculação de discursos que afirmavam que ele era a “salvação do Piauí” e estava proporcionando seu progresso, agindo de forma honesta para o bem-estar da coletividade. Mas para não macular sua linha editorial definida pelo lema “independente”, “noticioso” e “político”, o jornal atribuía para si o papel de “auxiliar o governo” e ser seu “orientador” pela imprensa. Nesta função, cabia também à redação de *O Dia* condenar determinadas práticas do governador Pedro Freitas, como, por exemplo, a nomeação de udenistas para cargos administrativos do Estado (PRÁTICA CONDENÁVEL. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 25, p. 1, 29 jul. 1951).

Devido à linha de conduta imparcial que o editorial dizia seguir, na apreciação dos acontecimentos políticos, o jornal *O Dia* atribuía para si o papel de “verdadeiro amigo” do governo. Argumentava que, ao manter-se equidistante dos partidos, grupos e facções em luta, as notícias produzidas em sua redação não distorceriam a verdade dos fatos, pois não eram subordinados a interesses da política partidária. Assim, em 1951, a redação de *O Dia* afirmava que mantinha “[...] inquebrável a linha de nossos propósitos – qual a de atacar os atos feios e escabrosos dos homens públicos e aplaudir-lhes as boas ações pelo bem coletivo, pela paz e progresso do Estado, porque o Estado não é o govêrno, mas sim, o povo.” (NÃO TEMEMOS ARREMEDIOS! *O Dia*. Teresina, ano I, n. 28, p. 4, 12 ago. 1951). Entretanto, essa postura de colaborar com o governo do PSD através de críticas “serenas”, “construtivas” e “patrióticas” cada vez mais ia perdendo força nos discursos jornalísticos produzidos pelo jornal *O Dia*.

Findado o ano de 1951, com ele parece terem minado os compromissos do proprietário-diretor de *O Dia* para com o governo do Pedro Freitas. Logo, em meados de 1952, as matérias publicadas no jornal *O Dia* ganham tom de advertência ao governador no tocante às suas atitudes como administrador do Piauí. A partir desse momento, nota-se uma mudança da prática jornalística da redação de *O Dia* em relação à produção de discursos que buscavam dar visibilidade ao governo do Pedro Freitas. No período de 1952 a 1954, pode-se ver que o jornal *O Dia*, mesmo não pertencendo a um partido político, acentuou sua tendência para o jornalismo do tipo político partidário, como define Francisco Rüdiger (1993). Ou seja, o jornal *O Dia* comportou-se como um posto de combate e uma arma de crítica política contrária ao governo do Pedro Freitas.

4.2 “Cuidado, senhor Governador”: opinião e advertência abalizada pelos jornalistas de *O Dia* sobre a gestão do governador Pedro Freitas

Nas edições de 1952, foi mantido o discurso jornalístico de advertência sobre a conduta política do governador Pedro Freitas, e a notificação dos problemas administrativos que infelicitavam o Piauí. Os elogios por sua conduta de probidade administrativa e acertos nos negócios do Estado são dosados com os discursos de advertência que evidenciavam os equívocos cometidos pelo chefe do Executivo estadual. O jornal destacava que o governador Pedro Freitas deveria continuar a apresentar-se no governo com a mesma firmeza de outrora, para colocar o Piauí na marcha do progresso sem dar ouvidos aos “bajuladores das posições oficiais” que oneram os cofres públicos.

Os jornalistas de *O Dia* sustentavam, no discurso, que sua redação continuava livre e independente, por isso mesmo eles se colocavam em uma posição diferenciada na imprensa, se comparado aos órgãos *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*, que definiam sua linha editorial claramente de acordo com os programas dos partidos UDN e PSD, respectivamente. O jornal *O Dia* alegava que mantinha uma prática discursiva equidistante da paixão partidária com o intuito de assegurar aos leitores que as críticas direcionadas ao governo do Estado pelo jornal *O Dia* estava à altura da razão e do bom senso. Apesar disso, a postura de *O Dia* em relação às condições de produção do discurso jornalístico de sua redação era clara: ou o governador Pedro Freitas seguia as orientações políticas e partidárias prescritas em suas páginas, ou perderia o apoio e a colaboração do jornal através da produção de críticas serenas e construtivas a respeito da sua administração. Frente à advertência, os dados materializados nos jornais de 1952 a 1954 indicam que o governador Pedro Freitas não atendeu aos “conselhos”, as “sugestões” e as “orientações políticas” veiculadas pela folha, pois é a partir desse momento que há uma mudança de postura do jornal em relação ao governo do PSD. Mudança que implicou diretamente na produção de matérias jornalísticas de combate à administração do Estado.

É também em 1952 que o jornal *O Dia* começa a abrigar em suas colunas matérias escritas e assinadas por políticos vinculados aos partidos UDN e PSP, com uma análise crítica sobre a administração do governador Pedro Freitas. Mesmo constatando este dado por meio da assinatura das matérias jornalísticas publicadas no jornal, vale destacar que, à época, o jornal *O Dia* não deixou de empregar jornalistas, nem de receber matérias de colaboradores de

todos os partidos políticos. Em 27 de janeiro de 1952, é publicada uma “Nota da Redação”⁸⁵ informando que o jornal aceitava a colaboração de pessoas estranhas a sua redação, desde que a matéria fosse devidamente assinada e escrita em linguagem elevada e sem ofensas pessoais, de acordo com a Lei de Imprensa. Informava ainda: “De preferência, nossa Redação escolherá matéria que trate da política partidária, especialmente a do nosso Estado” (NOTA DA REDAÇÃO. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 52, p. 4, 27 jan. 1952).

Nesse período de 1952, Eurípedes Clementino de Aguiar,⁸⁶ já afastado da UDN, afirma ter procurado abrigo nas colunas do jornal *O Dia* para se defender das acusações veiculadas pela imprensa contra ele (AGUIAR, Eurípedes de. Outra carta do Dr. Eurípedes de Aguiar. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 50, p. 1, 13 jan. 1952). Na condição de colaborador de *O Dia*, Eurípedes Clementino de Aguiar publicou inicialmente cartas, e, logo depois, várias matérias analisando a administração do governador Pedro Freitas a partir de agosto de 1952. Uma de suas primeiras queixas foi a perda eleitoral no último pleito de 1950 a governo do Estado. Nas eleições de 1950, Eurípedes Clementino de Aguiar foi apresentado pela UDN como candidato do partido para disputar o cargo de governador do Estado com o candidato Pedro Freitas do PSD. O candidato Eurípedes Clementino de Aguiar da UDN obteve 73.429 (setenta e trinta e três mil e quatrocentos e vinte nove), perdendo as eleições para o candidato Pedro Freitas do PSD que obteve 74.768 (setenta e quatro mil e setecentos e sessenta e oito votos).⁸⁷

Em *O Dia*, Eurípedes Clementino de Aguiar considerava que a sua derrota nas eleições de 1950 foi, não apenas uma injustiça do Tribunal Superior Eleitoral; como também um golpe irreparável para o Piauí, visto que o candidato diplomado a governador do Piauí era desprovido de “inteligência”, “cultura” e “competência” política, elementos estimados, por ele, como essenciais para quem deveria assumir o cargo. Eurípedes Clementino de Aguiar reconhecia que o governador Pedro Freitas era um homem honesto e um alto negociante da “Casa Almendra”⁸⁸, que administrava. No entanto, pontuava que sua experiência de

⁸⁵ A “Nota da Redação” é o termo utilizado pelo jornal para o espaço reservado à veiculação de pequenos textos de caráter informativos, notas explicativas ou esclarecimento do jornal aos leitores.

⁸⁶ Eurípedes Clementino de Aguiar foi um dos fundadores da UDN no Piauí e o primeiro Presidente do Partido.

⁸⁷ Os dados sobre o número de votos foram consultados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

⁸⁸ A “Casa Almendra” era uma casa comercial pertencente à família Freitas. A “Casa Almendra” foi fundada pelos irmãos José de Almendra Freitas e Jacob de Almendra Freitas, no final do século XIX, sob a razão social “Almendras, Irmãos & Cia.”, na cidade de Livramento (PI) e comercializava vários produtos. Porém, sua projeção no mercado nacional e internacional foi fruto da exportação de algodão e de produtos do extrativismo, tais como: cera de carnaúba e borracha de maniçoba. Em 1900, desfazia-se a firma da “Casa Almendra” e a empresa ficou apenas sob a responsabilidade de José de Almendra Freitas. E, em 1916, José de Almendra Freitas, pai do governador Pedro de Almendra Freitas, passou a “Casa Almendra” para os seus filhos. A partir de

comerciante não lhe garantia bons resultados no governo, porque o governador Pedro Freitas não tinha experiência na política.

Na matéria “O empréstimo”, publicada na edição de *O Dia* de 10 de agosto de 1952, Eurípedes Clementino de Aguiar deixou claro seu ponto de vista sobre sua perda eleitoral para o candidato Pedro Freitas do PSD, e fez questão de deixar registrada sua opinião sobre o primeiro ano da administração pessedista:

O Empréstimo

E. AGUIAR

[...] É com grande tristeza que vejo o acerto de minhas previsões sôbre o atual govêrno. Entretanto, estou muito longe de atribuir o esbanjamento dos dinheiros públicos, que se está fazendo escandalosamente, à desonestidade do governador. Pessoalmente êle não é desonesto, mas, sem dúvida, é um inocente, convertido em títere da gananciosa que dele se apossou. Faltando-lhe inteligência e cultura para enfrentar os complicados problemas governamentais, êle faz e assina o que lhe mandam fazer e assinar, sem saber o que está fazendo ou assinando.

O seu primeiro êrro foi aceitar o cargo, para cujo desempenho carece de competência, e o cometeu empurrado pela vaidade que arrasta os indivíduos de mentalidade fraca, aos maiores desastres. Os outros erros, de que vem assumindo a responsabilidade, são uma resultante forçada do êrro inicial. Desde que o meteram em Karnak, o penoso coronel de Livramento não tem feito outra coisa a não ser figura triste, encampando com a autoridade, que o cargo lhe empresta, os desmandos e falcatruas de seus apaniguados, mais espertos do que êle.

Como político, a fôrça que me impele para a linha de frente, expondo-me aos mais sérios perigos, é o ardente desejo de ver a minha terra bem governada. Se Pedro Freitas não estivesse fazendo um govêrno sofrível, eu esqueceria a injustiça que me fizeram nas últimas eleições e estaria satisfeito. Infelizmente a justiça eleitoral entendeu de impor ao povo piauiense, um governante que, pela pobreza de espírito, talvez ganho o Reino do Céu, mas não sabe governar nem a si próprio. (AGUIAR, E. O empréstimo. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 80, p. 1, 10 ago. 1952).

Ao refletir sobre sua prática jornalística, Eurípedes Clementino de Aguiar afirmava que, apesar de a crítica produzida por ele sobre a administração estadual ser severa, era ao mesmo tempo justa e não se desviava da verdade. Desse modo, ele ressaltou várias vezes no jornal *O Dia* que o governador Pedro Freitas não possuía experiência política nem qualidades intelectuais indispensáveis para um cargo de grande responsabilidade, como a do governo do Estado. Através deste discurso, Eurípedes Clementino de Aguiar passou a escrever matérias que enfatizavam a inexperiência e a incapacidade do governador Pedro Freitas como chefe do Executivo estadual e lhe renderia a pecha de “governo desastrado”, uma vez que o governador

então, Pedro de Almendra Freitas foi quem administrou os negócios comerciais da família (José de Almendra Freitas. In: *Revista Panóplia*. Teresina, ano II, n. 1, jan. 1955, p. 25).

facilitava a entrada de “espertalhões” com o interesse de prevalecer os interesses pessoais na administração do Estado. Portanto, Eurípedes Clementino de Aguiar denunciava que, no período de 1951 e 1952, houve a demissão arbitrária de funcionários públicos do Estado que negaram apoio ao PSD em 1950, ao tempo em que o governador Pedro Freitas homologou contratações de extranumerários sem utilidade para serviço público, atitude que refletia diretamente no aumento das despesas do Estado.

Eurípedes Clementino de Aguiar levantou campanha contra o governador Pedro Freitas pelo jornal *O Dia*, assim como pelos demais órgãos de imprensa de Teresina que faziam oposição ao governo estadual. Na defesa de seus interesses, Eurípedes Clementino de Aguiar aconselhou o governador que renunciasse o cargo de chefe do Estado, na matéria “Um conselho”, publicada na edição de 2 de novembro de 1952 de *O Dia*. Além disso, Eurípedes Clementino de Aguiar afirmava que o governador Pedro Freitas era um “iludido” por pensar que seus conhecimentos práticos de “balconista” na Casa Almendra o fazia um grande administrador. No empenho de “desenganar o iludido”, Eurípedes Clementino de Aguiar aconselhava-o a deixar o cargo de governador do Piauí, pois a “curteza das letras do coronel de Livramento” e o fato de ele não saber “falar, ler e escrever português de gente instruída” levaria o Piauí ao desastre econômico e financeiro, como pode ser observado na matéria transcrita a seguir:

Um Conselho

E. AGUIAR

Pode parecer estranho, mas o fato é que Pedro Freitas está convencido de que é um grande governador, e o Piauí ainda não foi tão bem administrado como está sendo por êle.

[...] Se a ilusão do governador não prejudicasse aos seus governados, eu ficaria quieto, não me empenhando em desenganar o iludido. Acontece, porém, que o govêrno de Pedro Freitas é calamitoso, não só para êle como, ainda mais, para o povo que sofre. Assim, por amor a esta desafortunada terra e, também, por espírito de caridade para com o ceguinho transviado, aconselho ao governador que renuncie o cargo em que o colocaram falsos amigos, para a exploração de sua inexperiência. E que o faça quanto antes, antes que seja tarde, ainda em tempo de uma retirada voluntária e louvável.

[...] Se assim o fizer, e o seu cérebro não for de todo escuro, verá a conveniência e sensatez de meu conselho, e, sem demora, deixará a atmosfera hostil de Karnak pelo aprazível refúgio do Itararé.

Ali, liberto de “injunções políticas” e da incômoda “vibração cívica” do filho Dedé⁸⁹, Pedro Freitas poderá entregar-se de corpo e alma, à paixão pela pesca e caça. Com anzóis bem encastoados e iscas de minhoca, dizimará os peixes do Poti, e, com a sua velha lazarina, que não mente fôgo e bota três carôços de chumbo no ponto, perseguirá as juritis ariscas, os anuns prêtos e brancos, as almas de gato, os gaviões e os sócios dos cocais e várzeas de seu

⁸⁹ “Dedé” trata-se do apelido pelo qual se chamava José Gayoso de Almendra Freitas, filho do governador Pedro de Almendra Freitas.

sítio e arredores. O governador tem não só a mania de caçar, como a de comer todos os bichos que mata. Dizem que um dia destes quase morre de indigestão, por ter comido um frito de gavião de fumaça com leite de côco babaçu. Saivou-o do empanzimento meia garrafa de azeite de mamona crúa.

Na pitoresca vivenda do Itararé, em mangas de camisa, chinelos de capoeiro e chapéu de carnaúba, a pitar cigarros de fumo de corda, amortalhados em palha de milho, e a lidar com cabôclos, Pedro Freitas, reconduzido á rusticidade sertaneja, estará em perfeita harmonia com o meio. Aqui, no papel de governador, êle é um deslocado, um desajustado, um personagem burlesco, vaiado pela platéia.

Não mereço a pecha de conselheiro interessado. Sou carta fora do baralho, sem a menor possibilidade de tirar proveito pessoal da renúncia do atual governador. Nem ao menos, sou correligionário de seu substituto.

O meu conselho é, apenas, uma resultante forçada da convicção de que outro qualquer que venha para o govêrno será melhor do que o imprestável Coronel de Livramento. Pior do que êle, não é possível (AGUIAR, E. Um conselho. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 92, p. 1, 2 nov. 1952).

Houve uma pressão por Eurípedes Clementino de Aguiar para que o governador Pedro Freitas renunciasse ao cargo de chefe do Executivo estadual. Para tanto, Eurípedes Clementino de Aguiar colocava em questão a escolaridade, a inteligência e a cultura do governador Pedro Freitas para o cargo ocupado. Enfatizava que, desde que ele assumira o poder em janeiro de 1951, só teria aprendido a falar as expressões “injunções políticas” e “vibração cívica” do seu filho José Gayoso de Almendra Freitas, as quais “gaguejava” e as empregava quando falava em público (AGUIAR, E. Estão enganados. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 89, p. 1, 4, 5, 12 out. 1952). No jornal *O Dia*, as matérias escritas por Eurípedes Clementino de Aguiar eram compostas por uma linguagem satírica e virulenta. De acordo com o jornalista Antonio Justas⁹⁰, Eurípedes Clementino de Aguiar, como jornalista, era capaz de fazer uso da “pena” como arma poderosa contra seus adversários, quer de maneira irônica, quer cobrindo de ridículo a quem quer que seja, quando algo lhe interessava (JUSTA, Antonio. Eurípedes de Aguiar. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 114, p. 4, 5 abr. 1953).

Nesse mesmo sentido, A. Tito Filho (1994) afirma que o discurso jornalístico de Eurípedes Clementino de Aguiar era bem conhecido na imprensa de Teresina, por ser marcado por ataques à honra alheia. A. Tito Filho (1994) também afirma que este estilo jornalístico, adotado por Eurípedes Clementino de Aguiar, na construção de suas matérias, decorria da leitura que este fazia do dramaturgo francês Molière e de François Rabelais, de quem herdou o tratamento grotesco de apreciar o fato político piauiense. Também deve ser levado em conta que Eurípedes Clementino de Aguiar vinha de uma tradição jornalística de

⁹⁰ Ao longo da pesquisa não foram encontradas informações sobre o jornalista que assinou matérias com o nome Antônio Justas, até porque pode se tratar de um pseudônimo.

caráter opinativo, com forte tendência política partidária que impulsionava a construção de discursos com base em ataques pessoais e marcados pelo facciosismo que pretendia somente ressaltar os erros dos adversários políticos (JOBIM, 1960).

Dentre as matérias que possuíam a assinatura de Eurípedes Clementino de Aguiar e que foram analisadas,⁹¹ percebe-se uma regularidade discursiva em pelo menos quatro aspectos: primeiro, ele considera uma injustiça do Tribunal Eleitoral o resultado das urnas de 1950, que deu vitória ao candidato Pedro de Freitas do PSD, seu concorrente neste pleito; segundo, faz ataques pessoais ao governador, a partir do realce da carência de suas características físicas e intelectuais, representando-o como um governante “mal feito de corpo e de alma”, “fraco de caráter”, “de inteligência curta”, “inculto” e “aspecto físico de vaqueiro de bode” etc.; terceiro, pontua que o governador era incapacitado para o cargo, e que suas ações administrativas eram comandadas pelos “áulicos do governo”, uma vez que sem capacidade para deliberar os assuntos políticos, econômicos e financeiros do Estado por si só, o que o governador Pedro Freitas fazia, dizia e assinava era apenas o que lhe ensinavam e mandavam; quarto, apesar de afirmar que Pedro Freitas possuía tino de comerciante e como negociante era honesto, no Executivo estadual, ele se revelou um “governador imprestável”, “falido” e “integralmente fracassado”.

Para Eurípedes Clementino de Aguiar, as críticas, os conselhos, as denúncias e as acusações feitas por ele no jornal *O Dia* contra o governador Pedro Freitas seguiam os critérios da verdade dos fatos. Porém, dada à virulência da linguagem e dos ataques que ele escreveu contra o governador Pedro Freitas na imprensa de Teresina, Eurípedes Clementino de Aguiar afirma que teve seu nome na mira dos jornalistas do órgão de imprensa pessedista, que, além de reprovar o conteúdo de suas matérias, o agrediu por meio de calúnias e xingamentos pelo *Jornal do Piauí*.

[...] Sei, de sobra que não sou querido de tódos, como cédula de mil cruzeiros. A minha intransigência no que diz respeito ao exato cumprimento do programa do partido, não raro tem prejudicado ambições pessoais de alguns correligionários. Por outro lado, a corja governista dedica-me ódio feroz e não cessa de agredir-me em seu jornal, cobrindo-me de calúnias e

⁹¹ AGUIAR, E. O empréstimo. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 80, p. 1, 10 ago. 1952; AGUIAR, E. Quem deve sair. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 87, p. 1, 28 set. 1952; AGUIAR, E. Nota. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 87, p. 6, 28 set. 1952; AGUIAR, E. Estão enganados. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 89, p. 1, 4, 5, 12 out. 1952; AGUIAR, E. O bode expiatório. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 90, p. 1, 19 out. 1952; AGUIAR, E. A tempestade aí vem. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 91, p. 1, 26 out. 1952; AGUIAR, E. Um conselho. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 92, p. 1, 2 nov. 1952; AGUIAR, E. Os dois coronéis. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 93, p. 1, 9 nov. 1952; AGUIAR, E. Os sete anões. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 95, p. 1, 23 nov. 1952; AGUIAR, E. Incitatus. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 96, p. 1, 30 nov. 1952; AGUIAR, E. Negociante honesto. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 98, p. 1, 14 dez. 1952; AGUIAR, E. A presidência da U.D.N. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 99, p. 1, 21 dez. 1952.

xingamentos, em mau português, já que não conta com a verdade dos fatos e envolve a gramática na mesma ojeriza que me vota. [...]. (AGUIAR, E. A presidência da U.D.N. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 99, p. 1, 21 dez. 1952).

A verdade dos fatos muitas vezes era colocada em xeque pelo jornalista agredido pela imprensa, na medida em que elegia como parâmetro de objetividade a explicação dos desatinos políticos partidários, a questão da escrita, o uso correto da gramática e compromisso ético no jornalismo. A questão da ética jornalística na redação dos diferentes órgãos de imprensa de Teresina ganhava visibilidade nas discussões travadas pela imprensa sempre que um jornalista considerava que havia sido vítima de um tratamento de ojeriza pelo agressor, por meio do jornal, ou, ainda, quando o redator de uma matéria fazia uso da calúnia, da injúria e de xingamentos para atacar o suposto adversário político. Por este motivo, Eurípedes Clementino de Aguiar não ficou imune de receber críticas do *Jornal do Piauí*, principalmente, por meio a reptos que pretendiam negar as declarações feitas por ele contra o governador Pedro Freitas.

Nas edições de *O Dia* de 1952, o uso da linguagem mordaz e virulenta para compor a análise que faziam do governador Pedro Freitas, esteve presente no jornal, não apenas nos discursos jornalísticos produzidos por políticos da oposição ao governo, como, por exemplo, fez Eurípedes Clementino de Aguiar, como também nos textos do editorial e nas matérias que levavam a assinatura de seus responsáveis. Direta ou indiretamente, o jornal *O Dia* publicou matérias cujo discurso jornalístico desqualificava o governador Pedro Freitas para o cargo de chefe do Estado, corroborando a imprensa de oposição que veiculava matérias com discursos com o objetivo de ferir a honra e a imagem do governador.

Assim, a partir de agosto de 1952, a posição de combate do jornal *O Dia* contra o governo do PSD ganha mais ênfase. As críticas apresentadas pelo jornal *O Dia*, quase sempre, foram virulentas e construídas em torno da imagem “ridicularizada” do governador Pedro Freitas. Alguns dos discursos que buscaram representar Pedro Freitas como um governante incapacitado para o cargo pode ser localizado nas matérias editadas em agosto, setembro e outubro de 1952 e durante todo o ano de 1953 a 1954. As edições de 1952 podem ser exemplificadas nos fragmentos em destaque a seguir:

O Que Se Diz

[...] ... Que o Senador Chateaubriand, dirigindo-se ao Pedro Freitas, disse: “Sr. Governador, você tem uma inteligência de cavalo.” [...]. (O QUE SE DIZ. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 83, p. 4, 31 ago. 1952).

UMA PEIXADA POLÍTICA

Convidados que fomos para, terça-feira última, comparecermos ao Bar “Carnaúba” por seu proprietário Raimundo Véras, a fim de tomarmos parte em uma demonstração dos produtos da Sociedade Nacional de Alimentos Congelados Ltda. e numa exposição à Imprensa, segundo nos declarou o proprietário, nossa reportagem compareceu ali dia e hora marcados.

[...] Estava posta uma mesa de frios e bebidas. O sr. Zuquinha Véras, que o “Jornal do Piauí” chamou de sócio, trouxe um caixote de pescada e passou ao Governador para abrir, e, como S. Excia. tivesse encontrado certa dificuldade, êle com o jeito de gente de cidade asfaltada diz: - Qual nada, o Pedro Freitas não é Governador. Êle é comerciante e com a tal deve saber abrir caixotes!...

Esta piada foi dita para agradar, mas os presentes ficaram desapontados. [...]. (UMA PEIXADA POLÍTICA. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 86, p. 1, 21 set. 1952).

Comparado a Sancho Pança o Governador do Piauí pelo dep. Antônio M. Correia

Transcrevemos da “Tribuna da Imprensa”, do Rio, a seguinte nota:

Antônio Correia, apesar de oposicionista, recebe cartas do governador do Piauí, pedindo-lhe que trate, aqui, de coisas do Estado. Por isto, o deputado e o governador mantêm uma correspondência regular. Antônio Correia manda, sempre, em carta, ao governador, tôdas as reclamações de violência feitas aos seus correligionários no Estado. A essas cartas, porém, o governador não responde nunca.

Agora, Antônio Correia queimou-se com isto e fez uma carta ao governador, onde só falta chamá-lo de palhaço. Diz que êle é governador Sancho Pança, que deveria ser personagem de comédia para inaugurar o teatro do Piauí, que seria, se bem aproveitado por um teatrólogo, um personagem de que os populares ririam. [...] (COMPARADO A SANCHO PANÇA O GOVERNADOR DO PIAUÍ PELO DEP. ANTÔNIO M. CORREIA. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 88, p. 1, 5 out. 1952).

As três citações apontam para uma estratégia do jornal de apresentar comentários dos “outros”, que atentam contra a honra do governador Pedro Freitas. Não obstante, o fragmento destacado da coluna “O que se diz” e da matéria “Uma peixada política”, trata-se de textos produzidos por sua redação. Do mesmo modo, nas matérias que expressavam a opinião dos jornalistas de *O Dia* sobre o governador pessedista, verifica-se o emprego de uma linguagem mordaz e pejorativamente adjetivada. Desta forma, em agosto de 1952, observa-se a mudança da postura crítica do jornal em relação ao governador Pedro Freitas, por conseguinte, a alteração da linha editorial na abordagem política. De modo paulatino, a atitude de “colaborar patrioticamente” com o governo, por meio de comentários elogiosos ao governador e de críticas serenas e construtivas, vai perdendo sua expressão na medida em que são publicadas

críticas severas contendo uma linguagem virulenta contra o governador Pedro Freitas e seus secretários.⁹²

Na visão do jornal *O Dia*, sua atuação de “orientador político” e de “auxiliar” do governo parece não ter sido bem aceita por Pedro Freitas e demais secretários do Estado. Acrescente-se que, em 1952, em *O Dia*, há vários registros de que o Executivo mantinha-se divorciado da opinião pública, pois não acatava as sugestões, os conselhos nem a orientação da imprensa livre e independente de Teresina. O governador preferia ser guiado pelos áulicos do Palácio de Karnak a seguir os conselhos da “boa imprensa”. Além desses fatores, outros acontecimentos políticos que ocorreram no Piauí, em 1952, parecem ter contribuído para a mudança de postura crítica do jornal em relação a sua opinião sobre o governo pessedista. Não excluindo, aqui, a própria relação entre o proprietário do jornal, Raimundo Leão Monteiro, com o partido PSD. Partido pelo qual Raimundo Leão Monteiro foi candidato a deputado estadual em 1951.⁹³

Dentre os acontecimentos políticos ocorridos no Piauí, em 1952, mereceu atenção especial dos jornalistas de *O Dia* o rompimento de políticos pessedistas com o governador Pedro de Almedra Freitas. O primeiro a ser destacado foi o rompimento do vice-governador Tertuliano Milton Brandão⁹⁴ e seu pedido de exoneração do cargo político, em julho de 1952; logo depois, seguem o deputado Alberto Monteiro e Edgar Nogueira, que também rompem com o governo e saem do PSD. O rompimento desses políticos com o governador Pedro Freitas e a saída deles do PSD foram creditadas, pelo *O Dia*, às atitudes do governador, que, se distanciando do programa do pessedista, agia de modo pessoal e politicamente. Tal quadro foi visto de forma sintomática pelos jornalistas de *O Dia*, que entenderam o abandono do governador Pedro Freitas da cartilha pessedista e rompimento dos correligionários como o estopim para o esfacelamento do PSD piauiense, devido à gravidade da situação política vivenciada pelo partido em 1952.

⁹² Secretário Geral: gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra; Diretor do Departamento da Fazenda: José Camilo da Silveira Filho; Diretor do Departamento de Obras Públicas e Comissão de Estradas de Rodagem: Benjamim Batista; Chefe de Polícia: Walmir Figueiredo Gonçalves.

⁹³ De acordo com os dados publicados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Raimundo Leão Monteiro foi candidato pelo PSD, recebendo apenas 349 (trezentos e quarenta e nove) votos e não foi eleito.

⁹⁴ De acordo com as informações publicadas no jornal *O Dia*, o motivo do rompimento do vice com o governador foi provocado por uma nota publicada no *Jornal do Piauí*. O órgão ligado à família Freitas, em 1952, publicou vários ataques ao vice-governador Tertuliano Milton Brandão, de maneira que, além dele, outros políticos também romperam com o governador Pedro Freitas e abandonaram o PSD. (Cf.: O PRÊÇO DE UMA TRAIÇÃO. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 76, p. 3, 13 jul. 1952; ROMPEU COM O GOVERNADOR DO PIAUÍ. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 76, p. 7, 13 jul. 1952; *O Dia*. Teresina, ano I, n. 76, p. 8, 13 jul. 1952; *O Dia*. Teresina, ano I, n. 77, p. 1, 20 jul. 1952).

Os jornalistas de *O Dia* acompanharam de perto as desavenças entre os correligionários pessedistas com o governador Pedro Freitas e as dissensões políticas no PSD. A partir desse momento, observa-se, de forma mais clara, no jornal, a veiculação de matérias com críticas agudas, severas e, até mesmo, violentas ao governador do Piauí e o aparecimento de artigos assinados com pseudônimos.

O primeiro artigo publicado em *O Dia*, com a assinatura do jornalista de pseudônimo Petrus Mauricius, apareceu na edição de agosto de 1952, na matéria “Sombra de Alpendre”. Depois desse artigo, somente em outubro de 1952 Petrus Mauricius volta a publicar uma matéria no jornal que traz uma análise do rompimento do Edgar Nogueira com o governador Pedro Freitas:

O Rompimento

Petrus MAURÍCIUS

O autor dêste artigo havia escrito, para hoje, a demonstração de que o govêrno, embora com equipe extraordinária de orientadores, ainda não se orientou, não tomou rumo, não adotou política, mas vive lépido, faceiro e arrotando riqueza em banquetes, festas e bródios fidalgos, como se a aflitiva situação de muitos pudesse suportar a faustosa vida de alguns.

Mas, quando o govêrno deixa de expandir-se, de alegrar-se, de farrear, protegendo instituições particulares de íntimos ou casas comerciais de parentes dos íntimos, é que o govêrno se encafua, esconde o rabo, recolhe a vontade de não gastar para gastar com o proveitoso, o útil, o sensato, o honesto e o justo.

[...]

Não se advoga, neste artigo, a violência policial, o relho como instrumento de coação, o chicote como arma que curve consciências. O desejo que se tem, ao registrar uma atitude, é provar que o senhor Pedro Freitas não se cerca de autoridade para ministrar lição de moral ao dr. Edgard Nogueira. Também não é necessário saber, ou indagar, se o sr. Edgard Nogueira pode ou não pode manter em Piracuruca um delegado de sua confiança e de sua preferência.

E se o desejo é aquêle, fica o dr. Edgard Nogueira a cavalheiro de receber lição de moral, porque: -

- a) – o sr. Pedro Freitas tem subvertido a ordem administrativa, espoliando direitos de velhos funcionários públicos, aos quais nega, sistematicamente, amparo, com as nomeações, a toro e a direito, de punhados de incompetentes para postos na administração pública.
- b) – o sr. Pedro Freitas abole as normas punitivas, esteios da ordem jurídica, escondendo processos escabroso em que se envolvem figuras de sua imediata confiança, como aconteceu com o da C.E.R.
- c) – o sr. Pedro Freitas balburdia o orçamento estadual, transferindo, dia em dia, por prêmio e por castigo, incontável número de funcionários do fisco.
- c) – o sr. Pedro Freitas investe contra a justiça administrativa, rompendo os laços de confiança entre governantes e governados, quando apadrinha pagamentos a ricos e os desautoriza a humildes servidores.
- e) – o sr. Pedro Freitas foge da decência, com Chefe do Estado, ao pagar elevadas contas de festas e banquetes oferecidos em casa de pasto de pessoa de sua família.

f) – o sr. Pedro Freitas sepulta a honra da sociedade piauiense, quando permite, em plena via pública, a exploração perniciosa e canalha da jogatina de roleta.

g) – o sr. Pedro Freitas afronta a miséria do funcionalismo público, hoje na expectativa de dias sombrios, pagando, sem concorrência, grossas partidas de camas adquiridas em loja comercial de parente de um dos seus áulicos.

h) – o sr. Pedro Freitas institui a mais impagável modalidade de comissionamento, colocando funcionários do Piauí à disposição de outros Estados, com pagamentos feitos à nossa custa.

Interminável seria o rosário de insensatez, malbarato e imoralidade. E quem assim age, não pode, à custa do professor Edgard Nogueira, tirar carta de respeitador das leis e das Constituições. No máximo, pode mandar carta dizendo-se assim, democrata, sincero, e grande e famoso por conta e risco de um simples comandante de destacamento policial do interior (MAURÍCIUS, Petrus. O rompimento. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 88, p.1, 5 out. 1952).

Sem apresentar documentos que provassem tais acusações, o jornalista Petrus Mauricius continuava a afirmar que o programa de governo do pessedista Pedro Freitas não mais seguia uma orientação correta, uma vez que passou a proteger empresas particulares e casas comerciais de amigos ou parentes. A denúncia apresentada por Petrus Mauricius era apenas endossada pelo jornal por meio de outras matérias sem assinatura. Estas buscavam afirmar que o governador havia abandonado os princípios democráticos na administração pública e que também relegou para um segundo plano os interesses do povo e do Piauí. Assim, afirmavam que o Governo, o Povo e a Ação caminhavam em ruas paralelas.

Em paralelo, também estava o comportamento do governador Pedro Freitas em relação à opinião de *O Dia* que, para os jornalistas, seria a interpretação dos interesses do povo. As matérias jornalísticas de *O Dia*, sobretudo as que constam nas edições de julho e agosto de 1952, são representativas de discursos que reclamavam do governador maior atenção aos conselhos e advertência do órgão de imprensa independente e criterioso, que alegava ter como objetivo colaborar para uma administração construtiva. A queixa dos jornalistas de *O Dia*, em 1952, continuava a ser construída em torno da preferência do governador Pedro Freitas, para um tipo de governo “familiar” e “doméstico”, ao tempo em que desprestigiava e abandonava os “seus verdadeiros amigos”.

Na matéria “Quebrou a unidade pessedista”, publicada na edição de 4 de outubro de 1953 de *O Dia*, o jornalista de pseudônimo Iapocuí considerava que Pedro Freitas foi um dos culpados pela quebra da unidade pessedista. Sustentando uma “política doméstica”⁹⁵ e de interesse pessoal, o governador Pedro Freitas teria se desinteressado pelo partido que o

⁹⁵ “Política doméstica” é definida pelo redator Iapocuí como sendo a “[...] política dos parentes e aderentes, dos afilhados e protegidos, dos conselheiros e aduladores, dos subservientes e aproveitadores [...]” do governo. (IAPOCUÍ. Quebrou a unidade pessedista. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 140, p. 7, 4 out. 1953).

elegeu, e, por isso, deixou de prestar amparo e atenção a seus correligionários políticos, deixando o PSD à própria sorte. De acordo com o jornalista Iapocuí, esta atitude do governador provocou uma ruptura do PSD em duas alas: a governista e a ortodoxa. Formada a ala pessedista “ortodoxa”, esta se colocou contra o governador Pedro Freitas, sendo intransigentes em razão de seu ponto de vista. O jornalista Edgaroff, por sua vez, corrobora o pensamento do jornalista Iapocuí e ressalta que havia uma “crise de compreensão” no governo do PSD, pois o governador Pedro Freitas, descrito como o “caçador com roupagem de chefe político”, havia implantado um regime político de apadrinhamento e “afilhadismo” no Piauí (EDGAROFF. Uma crise de compreensão. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 144, p. 8, 1 nov. 1953).

A leitura das fontes permitiria afirmar que os jornalistas de *O Dia* pareciam estar ressentidos por certa quebra de contrato político do governador Pedro Freitas com alguns dos correligionários do PSD ou demais sujeitos que prestaram apoio a sua campanha eleitoral em 1950. A afirmação, até o momento, fica restrita à mera hipótese de que a saída dos correligionários Tertuliano Milton Brandão, deputado estadual Alberto Monteiro, e Edgar Nogueira, do governo e do PSD, contribuiu para que o jornal também se “divorciasse” do governo. Pode-se apenas afirmar que muitos políticos, quiçá jornalistas de *O Dia*, tiveram seus interesses contrariados com determinadas posturas do governador Pedro Freitas na cadeira do chefe do Executivo estadual e, com isso, mudaram de opinião sobre o governo em 1952.

Ressalte-se que muitos jornalistas vinculados ao jornal *O Dia* tinham posição política partidária definida, quer pelo PSD, quer pela UDN, PTB, PSP e demais partidos políticos existentes naquele período. No entanto, desde que o jornalista fosse enquadrado em uma prática discursiva, era-lhe atribuído limitado poder para dizer certas coisas e silenciar outras. A produção das notícias e a produção de sentidos impressos no discurso jornalístico de *O Dia* ocorriam dentro de uma instituição com regras determinadas. Segundo Afonso de Albuquerque (1998), de acordo com a orientação da linha editorial do jornal e dos fatores extrajornalísticos, tem-se a compreensão de *como* e *porque* tais assuntos foram abordados na imprensa. Sendo assim, o modo como o jornalista descreve a realidade social em uma matéria deve ser buscado não apenas no processo de socialização e nas rotinas de produção, mas também no conjunto das relações hierárquicas de posição dos sujeitos no jornal, a saber: o proprietário, o diretor, o repórter, o redator, o jornalista. Nem sempre o conjunto dessas relações é harmônico. E quando isto acontece, a produção da notícia se dá por meio de um “processo caracterizado por uma constante tensão – um cabo-de-guerra disputado por forças

desiguais – mas também por uma contínua negociação entre as forças” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 14).

Assim, por mais que *O Dia* buscasse afirmar sua postura de independência em relação aos interesses políticos partidários, em determinados momentos, o jornal parece ter atuado como instrumento de legitimação social de um dos grupos políticos e econômicos em detrimento do outro. De maneira que, se nas edições publicadas em 1951, a representação do governador Pedro Freitas, nas páginas de *O Dia* é, em sua maioria, a de um homem de conduta “nobre” e “admirável”, na vida pública e privada, ainda que lhe atribuisse o jornal certas falhas administrativas, nota-se que, em 1952, esta imagem construída de Pedro Freitas como um governante honesto, por pagar o funcionalismo público em dia e por manter o saldo positivo na Fazenda Pública Estadual perde espaço. E nas edições de 1953 e 1954, há um discurso quase uníssono nas matérias do jornal com o intuito de representá-lo como um “administrador incapaz”, um político que “nada sabe da arte de governar”.⁹⁶

Um destes retratos foi apresentado na edição de 15 de fevereiro de 1953, pelo jornalista de pseudônimo Desidério Quaresma:

HONESTISMO

Desidério Quaresma

O primeiro atestado público da incompetência do Sr. Pedro Freitas, passaram-no seus correligionários. A propaganda, aturdidora, da honestidade do então candidato nada mais foi do que certificado de sua incompetência, hoje plenamente demonstrada. [...]

O resultado, previsível, da vitória de tal candidato aí está, pleno, insofismável, chocante: Um Governador inoperante e inerte, ocupado afanosamente em assinar os papéis que se lhe põem em frente e em soletrar as mesmas palavras que ainda não decorou, de abertura e fechamento das sessões dos outros (nas suas pede aos amigos que falem em seu nome) para vergonha dos piauienses e gáudio do Senador Chateaubriand.

O dia 31 de Janeiro passado, que assinalou a metade da hibernação governamental do Sr. Pedro Freitas, resume esta triste situação. [...]

Dois anos da administração honesta do Sr. Pedro Freitas são passados. Um balanço consciencioso deste período revelará um saldo surpreendente de Honestidade. Honestidade que suprirá a deficiência de transporte no Piauí, que desenvolverá a sua agricultura estacionária, que incentivará a sua pecuária em declínio, que sustará o êxodo interminável dos estropiados sertanejos, que promoverá a prosperidade geral do Estado e o bem-estar dos seus habitantes.

Os próceres pessedistas foram fieis à sua promessa! Excederam-na, até! Prometeram aos piauienses um governo Honesto e o Sr. Pedro Freitas, este monumento único, formidável, incomensurável de honestidade, despojou-se de qualquer outra qualidade que possuísse, para se conservar, apenas,

⁹⁶ MAURICIUS, Petrus. Mensagens de ano novo. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 101, p. 1; 4 de jan. 1953. QUARESMAS, Desidério. Empréstimos e esmolas. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 102, p. 6, 11 jan. 1953.

Honestíssimo (QUARESMA, Desidério. Honestismo. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 107, p.1, 15 de fev. 1953).

“Desonesto”, “incompetente”, “inoperante”, “inerte”⁹⁷ passam a ser alguns dos vocábulos usados pelos jornalistas de *O Dia*, para qualificar as atitudes do governador Pedro Freitas como administrador do Estado do Piauí, em 1953. Os problemas do Piauí passavam a ser personificados em torno do político pessedista, visto como representante pouco qualificado para o cargo. O jornalista de pseudônimo Desidério Quaresma critica o trabalho administrativo do governador Pedro Freitas no Palácio de Karnak, enfatizando que sua função como chefe do Executivo estadual se resumia em “assinar os papéis que se lhe põem em frente e em soletrar as mesmas palavras que ainda não decorou” (QUARESMA, Desidério. Honestismo. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 107, p.1, 15 fev. 1953), sem que tenha melhorado as condições de infraestrutura do Piauí, tais como: o setor de comunicações e transporte, a economia piauiense cuja agricultura encontrava-se estacionária, desde a queda da exportação do extrativismo vegetal e a crise na pecuária com o declínio do comércio do gado vivenciado, desde meados da segunda metade do século XIX (QUEIROZ, 1991; 1994).

Em 1953, a “honestidade” do governador Pedro Freitas na administração dos recursos públicos foi pauta de algumas matérias jornalísticas impressas em *O Dia*. O tema “honestidade” aparece no jornal a partir da retomada do contexto político em que se deu a campanha eleitoral de 1950, momento em que Pedro Freitas foi candidato pela coligação PSD-PTB e enfrentou nas urnas o candidato Eurípedes Clementino de Aguiar da UDN, como já foi assinalado. Na edição de março de 1953, Petrus Mauricius foi um dos jornalistas que se propôs a abordar o assunto. Segundo o jornalista Petrus Mauricius, durante toda a campanha eleitoral movida pela coligação PSD-PTB de 1950, foi explorado o atributo de “honestidade” do candidato Pedro Freitas, do PSD. Em contrapartida, a chapa udenista esboçava a biografia de Pedro Freitas nos comícios e nos conclaves privados, a fim de destacá-lo como um candidato falho de “inteligência” e “cultura” para ocupar o alto posto de governador do Piauí.

O jornalista Petrus Mauricius avaliava que os esforços dos udenistas em representar o candidato Pedro Freitas como um “analfabeto” e “comerciante”, para ganhar a eleição de 1950, não foram suficientes para competir com os discursos da chapa pessedista-petebista que enfatizavam cotidianamente as virtudes pessoais do seu candidato Pedro Freitas. Nesse sentido, os atributos de “honestidade”, o “caráter” e a propaganda do conceito de “comerciante probo”, ao lado dos favores oficiais, da distribuição de cargos nas repartições

⁹⁷ CLAUDIUS. Ratificando trincheiras. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 123, p. 1; 10, 7 jun. 1953. QUARESMA, Desidério. Honestismo. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 107, p.1, 15 fev. 1953.

federais e autarquias e da compra de voto⁹⁸ pesaram significativamente para a vitória do candidato Pedro Freitas da coligação PSD-PTB.

Além desses fatores, o jornalista Petrus Mauricius, assim como defendia Eurípedes Clementino de Aguiar nas colunas do jornal *O Dia*, explicava que a vitória do candidato Pedro Freitas, nas eleições de 1950, foi uma “fraude eleitoral”, visto que o Supremo Tribunal Eleitoral deu ganho de causa ao candidato da coligação PSD-PTB que foi eleito pelo povo e diplomado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Não há mal que sempre dure

Petrus MAURICIUS

Muito se tem falado a respeito da honestidade do Sr. Pedro Freitas. Durante toda a campanha eleitoral, de que resultou a sua vitória, nas urnas, e, conseqüentemente, sua entrada triunfal, no Palácio de Karnak, foi mediante a exploração deste atributo, que lhe entrega o caráter, que seus amigos e correligionários buscavam motivo para sobrepujar o Dr. Eurípedes de Aguiar, incontestavelmente, o melhor dos três candidatos que concorreram, no memorável pleito, ao alto pôsto de governador do Estado. [...].

Por isto e em função disto, foi que o povo não lamentou a fraude eleitoral, que deu ganho de causa ao candidato do PSD. Foi por temor à repetição da tragédia, que tanto infelicitou os lares pobres da família piauiense, que o povo se conformou com a chamada trama do Tribunal Eleitoral, que culminou na vitória do bloco pessedista, num flagrante desrespeito aos legítimos anseios e aspirações da maioria do nosso eleitorado.

Embora tenha chegado ao govêrno, por efeito da tapiação e da fraude, todos confiávamos em que Pedro Freitas retornaria o Estado à normalidade administrativa.

Infelizmente, fomos decepcionados. O homem não cumpriu com a palavra empenhada. [...].

É claro que, com as nossas críticas, não esperamos que Pedro Freitas mude de orientação e imprima, sem seus atos públicos, certo cunho de moralidade e justiça. [...]. (MAURICIUS, Petrus. Não há mal que sempre dure. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 110, p. 1, 6, 8 mar. 1953).

A vitória do candidato da coligação PSD-PTB não foi bem aceita pelos correligionários udenistas. Políticos da UDN, em 1951, recorreram ao Supremo Tribunal Eleitoral contra a diplomação e posse do candidato Pedro Freitas, alegando fraude na contagem dos votos, uma vez que, na votação em separado, o candidato udenista Eurípedes Clementino de Aguiar possuía considerável maioria. A anulação desses votos foi apontada como a causa da perda eleitoral do candidato da UDN, favorecendo o prócer pessedista à vitória nas urnas (AMEAÇADO DE PERDER O GOVERNO DO P.S.D. DO PIAUÍ. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 16, p. 3, 20 maio 1951).

⁹⁸ Sobre a prática da compra e venda de votos pelos políticos do Piauí na década de 1950, ver: FLORIANO, Migué. Correspondência de Floriano. *O Dia*. Teresina, 29 nov. 1953, ano III, n. 148, p. 5; ESCAMOTEAÇÃO DO VOTO. *O Dia*. Teresina, 29 nov. 1953, ano III, n. 148, p. 6.

Em 1951, a redação de *O Dia* acompanhou o julgamento dos recursos impetrados pela UDN contra a diplomação do candidato Pedro Freitas da coligação PSD-PTB e sua opinião sobre os recursos eleitorais era que os udenistas, sem se conformar com a perda do poder estadual, faziam oposição sistemática e propagavam “balelas” e “intrigas”. Assim, as matérias publicadas em *O Dia*⁹⁹ sobre este assunto deixam evidente a postura do jornal de defender o candidato, e já diplomado, governador Pedro Freitas, afirmando que ele era um governante de “gestos nobres”, com “atitudes sóbrias”, homem honesto, trabalhador e bem intencionado no governo, “governante mais bem animado e revestido de boa vontade e escrúpulos” que o Piauí já teve, “honrado governador”, “homem de fino trato, modéstia e simplicidade”, um “piauiense de mais elevada fibratura moral”, bem como colocou o jornal no papel de colaborador patriótico do governo que representava a salvação e o progresso do Piauí.

Todavia, em 1953, estes discursos favoráveis ao apoio/colaboração com o governo do Pedro Freitas através de elogios e frases laudatórios não aparecem mais na folha. O jornal continua afirmando que seus jornalistas prosseguiam com sua tarefa de colaborar com o governo; porém, isto se fez a partir da produção de críticas severas e de caráter combativo. Do mesmo modo, explicavam que a crítica severa deveria ser feita pela imprensa livre da paixão partidária, cabendo a ela a missão de propalar a palavra doutrinária e moralizadora. E como representantes e defensores do povo e das causas populares, o jornalista de *O Dia* deveria manter-se em alerta e imparcial, para julgar os fatos de modo justo na defesa das causas populares. Através do argumento de que *O Dia* cumpria sua missão na imprensa, foram arquitetadas manobras discursivas para que o jornal também não perdesse a sua autoidentidade de órgão independente e apartidário.

Assim como os jornalistas Petrus Mauricius e Desidério Quaresma, que assinava com pseudônimo, Edgaroff foi outro jornalista que no anonimato buscou rever o discurso da coligação PSD-PTB na campanha eleitoral de 1950. Nas matérias publicadas com seu pseudônimo,¹⁰⁰ o jornalista pretendeu demonstrar que as promessas da campanha política não foram concretizadas depois que o candidato Pedro Freitas assumiu o governo em 31 de janeiro de 1951. Em primeiro lugar, o jornalista Edgaroff denuncia que os discursos

⁹⁹ PONTOS DE VISTA. Negação e maldade. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 23, p. 1, 8 jul. 1951; OS RECURSOS ELEITORAIS. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 14, p. 4, 6 maio 1951; AINDA OS RECURSOS ELEITORAIS. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 16, p. 1, 20 maio 1951; AMEAÇADO DE PERDER O GOVERNO DO P.S.D. DO PIAUÍ. *O Dia*. Teresina, ano I, n. 16, p. 3, 20 maio 1951; *O Dia*. Teresina, ano I, n. 21, p. 4, 24 jun. 1951; *O Dia*. Teresina, ano I, n. 21, p. 4, 1 jul. 1951.

¹⁰⁰ EDGAROFF. Governo indiferente. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 113, p. 8, 29 mar. 1953; EDGAROFF. Asas para um anjo. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 119, p. 1, 10 maio 1953; EDGAROFF. Novos rumos. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 120, p. 1, 17 maio 1953; EDGAROFF. Uma crise de compreensão. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 144, p. 8, 1 nov. 1953.

proferidos pelo candidato Pedro Freitas, durante os comícios, não eram elaborados por ele, mas por correligionários do PSD mais experientes na política e na escrita. Com isto, argumenta que as promessas de “honestidade”, “justiça”, “liberdade” e “grandes realizações” para o povo piauiense foram apenas um engodo para conquistar o eleitorado que, ludibriado pela falácia dos demagogos do partido pessedista, votou em favor do candidato Pedro Freitas, concedendo-lhe direito de posse do governo do Estado. Dito isto, jornalista Edgaroff passa a avaliar as ações do governador Pedro Freitas como chefe do Executivo estadual e considera que suas práticas administrativas também não coincidiam com as promessas de campanha, pois o que se via na gestão pública estadual era uma “[...] politicagem desmedida em detrimento dos interesses do Estado, negociatas escandalosas, desfalques, violências policiais inomináveis, demissões desumanas de humildes servidores, injustiças as mais clamorosas, especialmente com os pobres, e nada, nada absolutamente, de realizações. [...]” (EDGAROFF. Governo indiferente. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 113, p. 8, 29 mar. 1953).

O jornalista Edgaroff justifica sua postura jornalística em *O Dia*, informando que as matérias de sua autoria eram produzidas com o objetivo de informar o povo piauiense sobre os desmandos políticos do executivo estadual em defesa da Lei e dos direitos da coletividade. A par dessas informações das práticas jornalísticas em *O Dia*, pode-se inferir que o jornal tinha pretensões de desconstruir a imagem do governador como um político “honesto”, atributo que foi destaque da campanha eleitoral como uma das melhores qualidades do candidato pessedista-petebista, motivo pelo qual fez com que a maioria dos eleitores votasse nele nas eleições de 1950. Com efeito, pode-se notar que o jornalista Edgaroff entende que os deveres dos jornalistas para com a coletividade vão além dos interesses puramente informativos, na medida em que chama a atenção para a responsabilidade social do jornalista. Conforme Luiz Beltrão (1960), o dever do jornalista precisa ser entendido a partir da finalidade moral e social dele para com a sociedade. Nesse sentido, o jornalista deve informar para formar, isto é, deve comentar a notícia acrescida da sua apreciação. Em outras palavras, Luiz Beltrão (1960, p. 59) afirma que “jornalista cria e orienta a opinião pública. E nisso representa um papel na coletividade e faz do jornalismo, mais ainda do que em suas raízes, uma arte social por excelência”. Assim, ao longo dos anos 1951 a 1954, o jornal *O Dia* mantém em suas páginas uma campanha moralizadora da administração estadual, com a justificativa que os jornalistas devem exercer o papel de orientadores do governo e a opinião pública zelando pelos interesses do povo.

Por meio de uma linguagem mordaz, o jornalista Desidério Quaresma afirmava que o governador Pedro Freitas era incompetente para resolver os problemas do Estado. Para atestar

o grau de incompetência do governador, constrói e reforça a imagem do governador Pedro Freitas como um político de poucos estudos e sem muita habilidade com os conhecimentos da grafia e da gramática. Visto como um “soletrador de palavras” que ainda não decorou, a crítica é fruto de a base educacional do governador ter sido limitada à conclusão do curso Primário¹⁰¹ na Escola Formal e às aulas particulares de gramática e aritmética por meio de professores contratados.¹⁰² Pedro Freitas não possuía curso superior. Até meados do século XX, no Piauí, foram poucos os jovens que tiveram oportunidade de formar-se “doutores”, como médicos, advogados, dentistas, engenheiros ou farmacêuticos, no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador etc., de maneira que os bacharéis, constituídos como elite intelectual, eram vistos como homens habilitados à ocupação de cargos políticos de relevância.

Ao tempo em que o jornalista Desidério Quaresma ressaltava os limites da educação formal do governador Pedro Freitas para o exercício do cargo, outros jornalistas se empenhavam igualmente em categorizar o período do seu governo como um período de lento desenvolvimento. Nesse sentido, o jornalista que rubricava a matéria “Governo Jaboti” com o pseudônimo de Vinicius,¹⁰³ em 25 de outubro de 1953, assinalou o prestígio social do “coronel” Pedro Freitas e a atividade de comerciante desempenhada por ele na Casa Almendra. Na matéria em destaque, a seguir, pode-se observar que tanto o título de “coronel” quanto a atividade comercial, realçados no discurso jornalístico dão conotações de desaprovar o mandato do governador Pedro Freitas e reforçar a imagem de um governante de poucas letras e cultura:

Govêrno Jaboti Vinicius

O coronel Pedro Freitas, sem saber o que era governar, nem exercer um mandato, pois não teve elemento para se eleger vereador em Teresina, e na capital não gosa de simpatias populares, está ocupando as rédeas do governo dentro das maiores irregularidades administrativas, apesar de ter percepção dessas cousas, porque vive no comércio, não encontra um dos seus amigos e auxiliares que lhe advirta sobre os acontecimentos, para que tome as providências necessárias, em reparação das faltas que já cometeu, muitas vezes por desconhecer as boas regras de governar e outras por espírito de atenção aos interesses pessoais dos seus correligionários. Mas o povo não está cêgo nem alheio ao que se passa. Pelo contrário o povo acompanha com atenção tudo o que se passa no atual govêrno, esperando com entusiasmo a

¹⁰¹ Curso primário refere-se ao nível Primeiro Grau que corresponde à primeira série até a quarta série. Atualmente, do primeiro ao quinto ano, é denominado de Ensino Fundamental I.

¹⁰² Aos dezessete anos de idade, Pedro de Almendra Freitas contratou por um ano um professor de ginásio para ministrar aulas de gramática e aritmética. (FREITAS, 2010). Devido à pequena oferta de escolas públicas e privadas, a contratação de professores para ministrar aulas particulares de instrução primária e de matérias isoladas na instrução secundária foi muito comum no panorama educacional do Piauí. (QUEIROZ, 1994, p. 58)

¹⁰³ O jornalista se identificava apenas pelo nome próprio. Parece tratar-se de um pseudônimo.

oportunidade das urnas, para escolher um governante, que corresponda aos anseios da coletividade. [...]

O coronel Pedro, se entendesse de suas obrigações executivas, não continuaria a reproduzir esse expediente anormal, que apenas causa prejuízos ao Estado, e não tendo quem lhe faça vêr o abismo, mais se aproxima do vácuo, porque a vacuidade do seu govêrno é irreparável. [...] (VINICIUS. Govêrno jaboti. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 143, p. 8, 25 out. 1953).

Em 1951, o candidato Pedro Freitas foi eleito governador do Piauí, por uma diferença de mil e trezentos votos (AMEAÇADO DE PERDER O GOVERNO DO P.S.D. DO PIAUÍ. *O Dia*, op. cit., 1951); onde obteve menos votos foi na cidade de Teresina, considerada a mais politizada do Piauí. Todavia, uma das explicações para o candidato Pedro Freitas ter alcançado vitória nas urnas eleitorais, em 1950, se deve à sua procedência familiar. Neto e filho de proprietários rurais e comerciantes, pertencia à família Freitas, uma das famílias mais importantes em termos econômicos e políticos no Piauí. O acordo com outros grupos políticos hegemônicos fazia com que os membros da família se revezassem no poder do Piauí, seja na esfera municipal, estadual ou federal. José Rodrigues de Almendra da Fonseca Freitas, seu pai, foi prefeito de Livramento (PI) por vinte oito anos seguidos. Em 1931, a cidade passou a ser denominada de José de Freitas (PI), em homenagem ao político, fazendeiro e comerciante. Proprietário rural e um dos maiores comerciantes do Piauí, José de Freitas fez do filho Pedro Freitas um comerciante. Considerando que o filho deveria estudar apenas o básico, ensinou-lhe o trabalho no comércio da família, Casa Almendra, onde Pedro Freitas dedicou-se à atividade, desde os treze anos de idade (FREITAS, 2010).

Todavia, o termo “coronel”, apontado nas matérias do jornal *O Dia*, assim como nos demais órgãos de imprensa, refere-se à prática do *coronelismo* exercitada no Brasil, sobretudo, nas regiões onde havia forte estrutura agrária e complexas relações de poder. A concentração da propriedade privada e o poder de mando de chefes políticos rurais contribuíram para que as famílias numerosas, ligadas à elite política e econômica, não dividissem a autoridade e não fizessem distinção entre os interesses públicos e privados. Victor Nunes Leal (1997) traduz o *coronelismo* como uma hegemonia econômica, política e social de um grupo social, cuja influência se origina da concentração da propriedade fundiária rural e domínio oligárquico desse grupo. Nesse sentido, a família Freitas, gozando de prestígio e de poder político, manteve-se no poder piauiense, inclusive, praticando compra de votos, como afirma Pedro Freitas em entrevista concedida a Domingos Neto (2010).

Por um lado, o termo “coronel” explicita um tipo de poder político que se conforma em torno de uma liderança local, com forte influência sobre o eleitorado, chegando a

determinar quais candidatos serão eleitos a partir da sua indicação e do seu poder de mando e compra de voto. Por outro lado, Pedro Freitas é definido como o “autêntico coronel”, como define Victor Nunes Leal (1997), uma vez que ocupa lugar de destaque na política, é rico, e não possui curso superior.

Apesar de ser adjetivado nas páginas de *O Dia* como “coronel”, “governador incompetente”, “inoperante”, “inerte”, “soletrador de palavras”, a linguagem utilizada pelos jornalistas, em 1953, apesar de mordaz, apresentava-se um pouco mais comedida, se comparada com os termos empregados nas matérias publicadas no jornal *A Cidade*. As distinções de abordagem e da produção de sentidos sobre o governador Pedro Freitas de um órgão para outro podem ser explicadas por Karl Krauss, para quem “a imprensa atua como fornecedora de informações no plano de reforço a posições estabelecidas” (KRAUS, 2009, p. 47). O jornal *O Dia*, por sua vez, afirmava que a crítica ao governo Pedro Freitas, publicada em suas páginas, seguia a linha de sinceridade que pautava a conduta jornalística de seus redatores e do compromisso que o jornal firmou com a coletividade. Entretanto, cientes da necessidade de confirmar a autodenominação empregada ao jornal como “independente”, raras vezes, os jornalistas de *O Dia* se colocaram a fazer a defesa do governador Pedro Freitas, como pode ser ressaltada na matéria a seguir.

NÃO PODE CONTINUAR

Chrysippo de Aguiar

Anda muito em voga, atualmente, o processo cômodo de defenderem-se governos e beneficiários de suas “marmeladas”, com a simples alegação de que todos os ataques que lhe fazem, pela imprensa ou da tribuna dos parlamentos, são aleives de despeito ou fermentações de oposicionismo sistemático. E recorrendo a este refrão barato, repetido e repisado por beleguins que assalariam, julgam-se desobrigados perante o público, de qualquer outro sofisma de defesa, mesmo diante de fatos concretos, ou, da prova provada de seus delitos e deslises.

[...] A linha de sinceridade, que nos pauta a conduta jornalística, impõe ressaltar o govêrno do senhor Pedro Freitas dessa configuração de imoralidade gritante, que assoberba a administração nacional. Por deficiência de meios e, em parte, por índole comedida do próprio governador, as anormalidades e as “defesas”, de que temos notícia, na atual situação piauiense, não assumem as proporções alarmantes do descaso que impera no palco federal.

[...] Não se queira, entretanto, atirar sôbre os ombros magros do senhor Pedro Freitas, todo o pêso da responsabilidade pela estagnação econômica de nosso Estado, reduzido, hoje, à triste condição de mais um dos atrasados, se não mesmo o mais pobre e mais esquecido da comunidade brasileira. [...]

[...] Cabe responder pelos acervos de omissões que nos acarretam a sorte de verdadeiros párias da nação, não apenas ao senhor Pedro Freitas, o menos responsável inclusive pelo diploma de governador que lhe pregaram a cuspo nas costas, mas tôda a equipe de pessedistas e aderentes, constituída de

governo, bancadas e situações municipais. [...] (AGUIAR, Chrysippo. Não pode continuar. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 137, p. 1, 13 set. 1953).

Os jornalistas consideravam que, no exercício de orientadores da opinião pública, *O Dia* deveria ser criterioso na defesa e na censura ao governo, como também aos homens públicos em geral, pois “todo jornal político muito apaixonado transforma-se em panfleto ou pasquim” (SILVA, Cunha e. Grupismo. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 25, p. 2, 22 jul. 1951). Alertavam para os perigos da prática jornalística que, motivada pela paixão política, pretendia distorcer as notícias, vigorando o caráter tendencioso e partidário do conteúdo veiculado na imprensa. Com este discurso, estabeleciam as diferenças entre os órgãos de imprensa, bem como produziam e propunham uma visão de mundo político de acordo com os interesses ligados à competição que os envolve e que se ajustam às exigências do campo jornalístico e de suas instituições (BOURDIEU, 1998).

Pode-se ainda inferir que o esforço dos jornalistas em afirmar a linha de seriedade de *O Dia*, ao tempo em que denunciavam os erros cometidos pelo governador Pedro Freitas, conjuga-se diretamente ao interesse de legitimar o jornal como um órgão independente e imparcial das querelas político/partidárias no processo de produção das matérias jornalísticas veiculadas em suas páginas. Logo, o proprietário e diretor do jornal *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro, parece ter agido conforme as circunstâncias políticas dos acordos por ele firmados com os partidos ou grupos e facções, para manter boas relações políticas com os dois maiores partidos, UDN e PSD, mas também com o PTB, PSP e outros. Ressalte-se que o argumento proposto pode ser sustentado através dos indícios deixados nas matérias que registravam que o dono do órgão *O Dia*, no ano de eleição, firmava uma posição partidária para o jornal com uma das agremiações políticas.

Monroe em dia

A viagem de nosso Diretor ao Rio
POLÍTICA DO PIAUÍ

Esteve ontem em visita ao Senado o jornalista Raimundo Leão Monteiro, Diretor de “O DIA” de Teresina, que se abstêve de falar sobre a política no Piauí.

Espera-se, no entanto, que o sr. Leão Monteiro que representa atualmente a força flutuante que contribuirá de maneira, talvez, decisiva no futuro pleito de 1954, venha, antes de sua partida, definir sua posição em face das correntes partidárias existentes no Estado, chefiadas respectivamente pelos srs. José Cândido, Agenor Barbosa e Sigefredo Pacheco.

Segundo informações seguras o jornalista Leão Monteiro apoiará as oposições coligadas contra o governo do Estado.

(Transcrito da “Folha Carioca” de 14/10/53)

(MONROE EM DIA. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 143, p. 8, 25 out. 1953).

Apesar de haver muitas lacunas sobre a relação de Raimundo Leão Monteiro com os partidos e os políticos, grupos ou facções no período em estudo, A. Tito Filho (1990) assegura que o proprietário-diretor do jornal *O Dia* era temido por muitos. De sorte que o jornal certamente lhe rendia prestígio por ser um instrumento de poder e de veiculação de informações que poderia orientar a opinião pública. Mesmo que ressaltasse a independência do órgão de qualquer partido político, a questão deve ser analisada. Levantando como problemática de estudo a parcialidade da cobertura jornalística no Brasil de modo geral, embora com ênfase no jornalismo contemporâneo, Afonso de Albuquerque (1998) assegura que “quanto ao valor da ‘independência’, boa parte das organizações noticiosas brasileiras pertence ou é estreitamente vinculada a políticos e destina-se a fornecer aos seus proprietários ‘capital simbólico’, antes que retorno financeiro” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 21). A assertiva proposta pela análise do autor contribui para o entendimento de que *O Dia* sustentando o lema de “independente”, cunhado em todas as edições do jornal, não só conferia legitimidade ao ideal proposto pela linha editorial, como também pretendia galgar posição de poder simbólico frente à batalha discursiva armada com as demais instituições jornalísticas existentes em Teresina em 1951 a 1954, pois, ao firmar sua posição de independente sugere um dos interesses do órgão em se apresentar como um lugar institucional onde o poder de fala é maior do que o das demais instituições jornalísticas. Na edição de 26 de abril de 1953, por exemplo, o jornal *O Dia* destacava o objetivo do jornal de atuar como uma imprensa independente, tendo como norma combater os baixos conchavos políticos (*O Dia*, Teresina, ano III, n. 117, p. 1, 26 abr. 1953).

As matérias jornalísticas publicadas em *O Dia* apresentam posição partidária que deve ter sido norteadas de acordo com os interesses do seu proprietário-diretor e dos fatores extrajornalísticos. Embora muitos indícios não tenham ficado registrados no conteúdo impresso, podem ser cogitados como pontos para serem melhor investigados. O proprietário Raimundo Leão Monteiro era conhecedor dos benefícios que um órgão de imprensa poderia lhe render em termos de *capital simbólico*, prestígio, *status*, principalmente, em uma sociedade, como a teresinense dos anos cinquenta do século XX, na qual os grupos políticos hegemônicos se dividiam em udenistas, pessedistas, petebistas e pessepistas, em sua maioria, assim como a imprensa era vista como mera fornecedora de discursos políticos interessados pelos partidos políticos que a sustentavam. Ressalte-se, ainda, que, em virtude de o discurso jornalístico pretender se apresentar como informativo e noticioso, mas sem deixar de lado a opinião, essa prática contribuiu para que as matérias jornalísticas conformassem graus de parcialidade em torno do fato político amplamente abordado nas páginas do jornal *O Dia*.

De acordo com Danton Jobim (1960, p. 18), “o jornalista falava aos seus contemporâneos, procurando retirar dos acontecimentos aquilo que supõe útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que defende. Age como um político e não como um filósofo”. Essa postura do jornalista e as diferenças políticas partidárias definidas para a linha editorial de cada um contribuiu para que os jornais vivessem em um clima de “cruzada” permanente. Até porque “todos” os que faziam, e ainda fazem, jornalismo político eram lidos por seus adversários que completavam sua folha com a do outro (JOBIM, 1960). Com efeito, no jornalismo do Piauí as matérias publicadas nos jornais eram lidas e comentadas pelos jornalistas e pelos políticos, o que movimentava a batalha discursiva travada entre eles na luta pelo poder.

Deve-se considerar também que as batalhas discursivas, montadas pelos jornais de Teresina sobre a futura eleição, não paravam. O que implica dizer que, de algum modo, as denúncias, sobre os considerados desmandos políticos cometidos pelo governador Pedro Freitas, levadas ao prelo em 1953, já indicavam a posição em que o jornal poderia se colocar, contra ou favor, de um ou mais partidos políticos nas eleições de 1954. Para ressaltar o “peso” do diretor e proprietário de *O Dia* na edição de 25 de janeiro de 1953, o jornalista de pseudônimo Barão das Pubas¹⁰⁴ escreveu: “[...] O Diretor de ‘O Dia’ votou em Rocha Furtado [, em 1946,] e Pedro Freitas [, em 1950]. Apoiou ambos. Ambos foram eleitos. Deixando cedo a U.D.N. e o P.S.D., todos se arrebutaram com o apoio de Matias¹⁰⁵” (PUBAS, Barão das. Jetatura tradicional. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 104, p. 8, 25 jan. 1953). A declaração prestada pelo jornalista Barão das Pubas não só informava o voto do Raimundo Leão Monteiro em momentos políticos diferentes, como ainda pretendia caracterizar certo poder que ele desfrutava entre os grupos políticos locais.

A declaração do jornalista de pseudônimo Barão das Pubas, assim como a de outros jornalistas que buscaram representar a imagem de Raimundo Leão Monteiro, no jornal, como um homem de “prestígio político”, “destemido” e “poderoso”, por exemplo, foi rebatida pelo jornal *A Cidade*, em 1953. Os jornais *O Dia* e *A Cidade* travaram uma disputa de sentido em torno da representação do Raimundo Leão Monteiro. Enquanto no jornal *O Dia* afirmava que “quem se mete com o ‘mão de paca’ não tem muita vida” ou “‘mão de paca’ nunca perdeu

¹⁰⁴ Pode-se inferir que o pseudônimo “Barão das Pubas” faz uma alusão ao apelido do senador Matias Olímpio de Melo, à época, que era “Senador das Pubas”. O termo “das pubas” é oriundo da denominação que se dava para as regiões do Piauí onde se plantava muita cana de açúcar, a exemplo, das cidades de Barras (PI) e Batalha (PI). Essas cidades eram conhecidas como “zona das pubas” (DOMINGOS NETO, 2010, p. 118). Assim, como o político Matias Olímpio de Melo nasceu em Barras (PI) e foi eleito a senador da República, foi apelidado de “Senador das Pubas”.

¹⁰⁵ Refere-se ao político Matias Olímpio de Melo. Foi governador do Piauí no quadriênio de 1924 a 1928. Em 1945, elegeu-se a senador pela UDN e, em 1954, pelo PTB.

uma pugna eleitoral e quem quiser cair que fique contra ele”,¹⁰⁶ para denotar o poder e o prestígio de Raimundo Leão Monteiro. No jornal *A Cidade* era dito que Raimundo Leão Monteiro era um homem de má sorte, pois tudo em que o “Mão de Paca” se envolvia acontecia uma “tragédia” (O VENENO DO DIA. O peso do Mão de Paca. *A Cidade*. Teresina, ano III, n. 134, p. 1, 21 jan. 1953). Na matéria “O peso do Mão de Paca”, publicada em *A Cidade* na edição de 21 de janeiro de 1953, Raimundo Leão Monteiro foi apontado como o culpado pelo esfacelamento do PSP depois que ele aderiu ao partido; das desgraças que recaíram sobre o governador Pedro Freitas por ter tido o seu apoio; e da tragédia de vários deputados pessedistas que tiveram Raimundo Leão Monteiro como seu suplente, no quadriênio de 1947 a 1950, período em que ele foi integrante do quadro de deputados estaduais do PSD; além da falência de negociantes e comerciantes locais, nacionais e estrangeiros etc.

As matérias do jornal *A Cidade* foram lidas pelos jornalistas de *O Dia* e em resposta às acusações impressas na folha udenista, o jornalista Barão das Pubas saiu em defesa de Raimundo Leão Monteiro:

O AZAR DO CUPIM BRANCO¹⁰⁷

Barão das Pubas

Lemos com muita atenção o artiguete do órgão da Prefeitura, que os filhos do papai ditaram para o Josselino escrever.

[...] O diretor deste jornal, ao contrário, é homem de estrela. Jamais viveu à proteção da sombra alheia. Bem ou mal remunerado, é com o suor do seu trabalho que dá sustento à sua família. Politicamente, tem sido eficientemente a vida. Com a sua ajuda foram eleitos governadores o Sr. Joca Pires, Rocha Furtado e Pedro Freitas. Com a força do seu prestígio e a força do seu braço firme, foi deposto o interventor Humberto de Arêa Leão, no que foi auxiliado pela urucubaca do **Cupim Branco das Pubas**, cunhado e mentor político do interventor deposto. E não é só. O mão de paca, com a sua estrela, elevou o **Cupim Branco das Pubas** às alturas de senador da República na memorável campanha da U.D.N., da qual foi combatente eficiente, corajoso e destemido. Se o brigadeiro Eduardo Gomes não conseguiu eleger-se, não foi por falta de prestígio, mas em virtude exclusivamente, da **macaca** crônica do **Cupim Branco das Pubas**.

Cuidado Dr. João Emílio com o Cupim Branco das Pubas.

(Ainda temos o que dizer.)

(PUBAS, Barão das. O azar do Cupim Branco. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 105, p.10, 01 fev. 1953).

¹⁰⁶ Cf.: PUBAS, Barão das. O azar do Cupim Branco. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 105, p.10, 01 fev. 1953; HUMORISMO. Reportagem de K. W. De águas abaixo. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 105, p. 10, 01 fev. 1953; HUMORISMO. Reportagem de K. W. Rompimento pro forma. *O Dia*. Teresina, ano II, n. 109, p. 7, 01 mar. 1953.

¹⁰⁷ “Cupim Branco” ou “Cupim Branco das Pubas” era o nome usado como apelido no jornal sempre que faziam referência ao político Matias Olimpio de Melo.

Retomando a declaração feita pelo jornalista Barão das Pubas, em *O Dia*, e o repto nas matérias do jornal *A Cidade*, pode-se observar que Raimundo Leão Monteiro, o “mão de paca”, estabeleceu ligações sociais e políticas com correligionários dos diferentes partidos políticos, até mesmo através da sua equipe de jornalistas, ou daqueles que defendiam suas preferências partidárias, ou dos políticos que colaboravam com o jornal. Todavia, nem sempre as relações eram amistosas; ou pelo menos, no jornal *O Dia* deixava-se transparecer o conflito entre os diretores dos jornais que, descontentes com os comentários veiculados pela imprensa a seu respeito, ultrapassavam os limites da discussão por meio da palavra escrita nas páginas do jornal, para as agressões físicas. Na edição de maio de 1953, por exemplo, foram apresentadas duas queixas em *O Dia* contra o diretor de *A Cidade*, o deputado estadual Demerval Lobão Veras da UDN, e o Prefeito de Teresina, o udenista João Mendes Olimpio de Melo, com a acusação de que eles ameaçaram Raimundo Leão Monteiro¹⁰⁸ de agressão, a fim de intimidá-lo a publicar no seu jornal críticas contra o Prefeito de Teresina e os políticos da UDN.

Em *O Dia*, a batalha discursiva não foi travada apenas com o jornal *A Cidade*. Em 1953, o jornal *O Dia* mantinha sua postura de censor do Estado; por este motivo, as batalhas discursivas com o *Jornal do Piauí* também foram constantes. As diferenças políticas e partidárias de cada um deles fez com que os veículos fossem usados como trincheira para atacar ou para defender os programas de seu partido, e, por conseguinte, seus maiores representantes: os chefes do Executivo estadual e municipal. Partindo do princípio de que “[...] um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 204), os jornalistas redefiniam sua prática segundo os interesses dos proprietários/diretores dos jornais e das normas da redação impostas por ele. Assim, temerosos de perder adeptos e/ou com vistas a conquistar novos correligionários e leitores, os jornalistas apostavam na construção de silogismos, argumentos, conclusões e sustentações de hipóteses sobre a atuação dos chefes do Executivo estadual e municipal e nas diferenças das propostas dos partidos políticos. Frequentemente faziam uso de adjetivos para valorar, ou depreciar, o comportamento dos políticos e dos próprios jornalistas vinculados aos diferentes órgãos de imprensa existentes em Teresina. Afinal, para os jornalistas, a imprensa ocupava um papel importante na formação da opinião pública.

No tocante ao *Jornal do Piauí*, a redação de *O Dia* condenou sua prática jornalística de criar títulos pomposos para fazer apologia ao governo e ao governador Pedro Freitas. O

¹⁰⁸ Ver: G.P.C. Do Rio para o Piauí. A jetatura chega ao Rio. *O Dia*. Teresina, 03 maio 1953, ano III, n. 118, p. 3; *O Dia*. Teresina, 03 maio 1953, ano III, n. 118, p. 8.

jornal *O Dia* considerava que a redação do *Jornal do Piauí* fazia uso de adjetivos para expressar as qualidades do governador e, com isso, ludibriar os leitores com a falsa ideia de que a administração estadual estava sendo conduzida por um homem “dinâmico”, “ativo”, “realizador”, “inquiridor”, “diligente” e “resoluto”; quando, na realidade, o período administrativo do governante pessedistas era de “tristeza e estagnação” (TRISTEZA E ESTAGNAÇÃO. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 106, p. 1; 6, 8 fev. 1953). Do mesmo modo, afirmavam que os títulos construídos pela redação do *Jornal do Piauí* de “Pedro, o Honesto”, “Pedro, o Magnânimo”, “Pedro, o Grande”, “Pedro, o Dínamo” e “Pedro, o Construtor” não condiziam com a realidade dos fatos, uma vez que a economia encontrava-se estagnada e o Piauí enfrentava uma crise financeira; as obras realizadas pelo governador Pedro Freitas se resumiam a obras iniciadas ainda no governo de José da Rocha Furtado da UDN (1947-1950); a população pobre sofria de fome e a miséria era acentuada nos períodos de estiagem.

A revisão dos títulos e das respectivas matérias publicadas no *Jornal do Piauí* era explicada pelos jornalistas de *O Dia* como sendo uma obrigação dos profissionais de imprensa de fazer uma análise conscienciosa do discurso jornalístico veiculado pelos (bi)semanários. Assim, mais do que provocar uma batalha discursiva entre os jornalistas na imprensa, o jornal *O Dia* explicava que sua redação buscava apontar os erros administrativos para melhorar os hábitos dos gestores no comando do bem público e os equívocos da prática jornalística para o exercício de um jornalismo objetivo e imparcial com vistas ao esclarecimento do público. Para o jornalista de pseudônimo Iapocuí, competia aos jornalistas a tarefa de auxiliar os chefes do Executivo na correção de seus erros e conduzi-los à decência administrativa; e, ao mesmo tempo, orientar o povo de Teresina e piauiense, para que não caísse no erro de votar nos “fracos”, nos “inúteis” e nos “incapazes” para assumir cargos eletivos. Este era o papel que, segundo Iapocuí, o jornal *O Dia* propôs fazer, e, desse esforço, só sairia pela força das baionetas (IAPOCUÍ. Eles – os dois. *O Dia*, Teresina, ano II, n. 107, p. 8, 15 fev. 1953).

Nota-se, portanto, no discurso do jornalista Iapocuí, o chamado dos leitores à ação, neste caso, através de sua principal arma – o voto. Esse entendimento sobre o dever do jornal para com a sociedade, direta ou indiretamente, perpassa pela ideia de que os órgãos de imprensa deveriam funcionar como instituições responsáveis pela formação e orientação do povo. Conforme Luiz Beltrão (1960), uma vez que o jornalismo se volta para a formação e orientação do povo, os relatos e as ideias publicadas nos jornais têm como propósito impulsionar os homens à ação social e coletiva. Deste modo, cabe ao jornalista a função de intérprete e orientador dos demais, pois ele é o “instrumento adequado de que se valem os

fatos para converte-se em notícia” e, desse modo, “impulsionar o homem e a sociedade à ação” (BELTRÃO, 1960, p. 87). Para o exercício de seu papel, Luiz Beltrão (1960) reitera a importância da responsabilidade e da honestidade do jornalista. Nestes termos, o jornalista tem como limite a objetividade da notícia. Limite difícil de ser respeitado pelos jornalistas em razão dos interesses de partido, a conspiração do silêncio e a prática jornalística de dar à notícia um caráter de boato, o que implica falta de fidelidade ao fato (BELTRÃO, 1960).

Em 1953, os jornalistas de pseudônimos Edgaroff, Iapocuí, Barão das Pubas, Petrus Marícius e Claudius produziram uma série de matérias¹⁰⁹ que destacavam as características físicas do governador Pedro Freitas e sua vivência de homem do interior de forma jocosa; e, ainda, representava-o como um administrador “cego”, “surdo” e “mudo” na resolução dos problemas do Piauí. Tornou-se “cego” ou “míope” para tratar dos negócios da administração pública; “surdo” para ouvir os clamores do povo e as denúncias da imprensa; e “mudo” para silenciar os problemas econômicos, financeiros, sociais e de infraestrutura do Piauí.

Além das matérias assinadas pelos jornalistas de *O Dia*, o jornal fez circular os discursos do deputado estadual Agenor Almeida, do PSP, contendo denúncias e acusações de erros administrativos e “desmandos” políticos cometidos pelo governador Pedro Freitas. Ainda, em 1953, Chrysippo de Aguiar, também filiado ao PSP à época, escreveu para o jornal várias matérias com sua assinatura destacando os assuntos ligados as ações administrativas do governador Pedro Freitas.¹¹⁰ Dessa maneira, a ação dos jornalistas e dos políticos no jornal *O Dia* foi denominada de “campanha de esclarecimentos ao povo piauiense”, pelo político Agenor Almeida, do PSP. Nessa função, competia ao jornal *O Dia* apontar os “desmandos” do governador Pedro Freitas e a situação socioeconômica de pobreza do Piauí retratada pela falta de água encanada, pela deficiência e má distribuição de rede elétrica sem reforma, pelo atraso do vencimento do funcionalismo público estadual, pela política “doméstica” que privilegiava “afilhados e graúdos” vinculados ao governador, pelo descaso com a educação e a saúde e pela crise financeira do Estado.

¹⁰⁹ Dentre os artigos, destacam-se: CLAUDIUS. Coveiros do Estado. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 128, p. 1, 12 jul. 1953; PUBAS, Barão das. Não arranhou nada. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 144, p. 1, 1 nov. 1953; IAPOCUI. Governo de vistas curtas. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 144, p. 6, 1 nov. 1953; PUBAS, Barão das. Mais um assalto. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 146, p. 6, 15 nov. 1953; AGUIAR, Chrysippo de. A fórmula mágica. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 151, p. 1, 20 dez. 1953.

¹¹⁰ De acordo com o jornalista Januário Barrense¹¹⁰, correspondente do jornal *O Dia* no Rio de Janeiro, os políticos Agenor Almeida e Chrysippo de Aguiar, do PSD, haviam firmado acordo para juntos lutar contra o governador Pedro Freitas, seja pela imprensa, seja pela Assembleia Legislativa (BARRENSE, Januário. Cartas do Rio. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 114, p. 3, 05 abr. 1953). Januário Barrense era um jornalista correspondente do Rio de Janeiro. Na coluna “Cartas do Rio”, assinada pelo jornalista, ele apresentava os comentários sobre a vida política do Piauí que repercutia no Rio de Janeiro. Geralmente, na sua coluna, abordava sobre as alianças entre os partidos e políticos e as desavenças entre eles, em suma, este o principal foco da sua coluna.

4.3 O “jornal das multidões” nos bastidores da política

Nas edições de 1953, a produção do discurso jornalístico sobre a administração do governador Pedro Freitas foi marcada pela crítica severa e combativa, prática mantida ao longo de 1954. Este ano é representativo para o afinamento do discurso jornalístico produzido na redação do jornal, e fora dela, no sentido de apontar o governo do Pedro Freitas como “desastroso” para o Piauí. Estava prevista a eleição para outubro de 1954 e os jornais começavam cedo a publicar em suas páginas discursos com o objetivo de fazer propaganda para seus políticos e combater seus adversários, através do discurso jornalístico e de uma linguagem virulenta, marcada por ataques de cunho pessoal.

A primeira edição de 1954, que circulou no dia 3 de janeiro daquele ano, exemplifica bem esta questão, quando o jornalista Barão das Pubas apresenta a desorganização administrativa do Estado, configurada através do:

[...] atraso no pagamento ao funcionalismo público, a série de crimes que se perpetraram em todo o Estado, por falta de garantias à Sociedade, o descaso pela instrução pública, sem construção de grupos escolares e aumento das mensalidades das professoras do curso primário, a precariedade dos serviços da saúde pública, sem inauguração de postos, hospitais, maternidades, sem remédios para os pobres, a marmelada dos contratos de construção de estradas, a advocacia administrativa e tantas cousas outras revelam o que tem sido o Piauí nos últimos três anos, com as suas finanças sem equilíbrio, por causa da proteção dos devedores pessedistas, com uma economia figurativa, porque as dívidas do Estado permanecem em aberto, com o seu povo desiludido e decepcionado, faltando carne nos mercados, subindo a jato o custo de vida imperando o regime da marretagem. [...] (PUBAS, Barão das. Perderam as esperanças. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 154, p. 1, 3 jan. 1954).

Contudo, em 1954, o interesse do jornal parece não ser apenas o de denunciar os problemas financeiros, socioeconômicos e políticos do Piauí, provocados pelos erros administrativos do governador Pedro Freitas. Nota-se que, ao lado da construção desse quadro de dificuldades, há uma vontade de alertar o eleitorado para a importância do voto nas eleições que se aproximavam. O jornalista Barão das Pubas, desde o início do ano de 1953, enfatizou que as promessas de campanha política do governador Pedro Freitas não estavam sendo cumpridas a contento. Muitas vezes o governador reclamava da falta de recursos financeiros para retirar o Piauí da situação de miséria e de abandono em que encontrou o Estado quando assumiu o poder em 1951. Entretanto, o jornalista Barão das Pubas sustentava, por meio do discurso jornalístico, que recursos financeiros não eram o problema, pois o que faltava ao governador era tino administrativo e atitude de superioridade, para enfrentar os

áulicos e bajuladores do governo que apenas contribuía para a falência do Estado e para o descrédito do governador Pedro Freitas frente à opinião pública.¹¹¹

Em 1954, o tipo de jornalismo levado a exercício em *O Dia* caracterizava ainda mais sua nova tendência político/partidária, sobretudo, com a veiculação de matérias produzidas por políticos que foram assumindo discursivamente a função social de jornalistas. Por meio do discurso jornalístico, os políticos não só buscavam ser reconhecidos pelo leitor como jornalistas, como também apresentavam a importância do seu papel na imprensa como formadores e orientadores da opinião pública. Assim, em 1954, a maioria dos discursos jornalísticos publicados em *O Dia* traziam em seu bojo uma análise da situação econômica e política do Piauí com a pretensão de suscitar nos leitores uma ação. A ideia é que o jornalismo deveria ser exercido não só para informar, requisito indispensável para o jornalismo moderno, mas também compreendia a função de formar e orientar a sociedade para os assuntos da política. Nesse sentido, em seu estudo sobre o jornalismo moderno, Luiz Beltrão (1960) afirma que a missão social e política do jornalismo se desenvolvia visando as seguintes metas: “1) informar tão objetiva e veridicamente quanto possível ao público; 2) contribuir para a elaboração da vontade popular e servir de meio de expressão da opinião pública” (BELTRÃO, 1960, p. 74).

“A opinião pública, em sentido limitado, é a opinião política”, afirma Robert E. Park (2008b, p. 74). Essa compreensão de opinião pública proposta pelo autor Robert E. Park (2008) se torna salutar porque abrange seu processo de formação. Assim, o autor entende que a opinião de um jornal não deve ser analisada meramente por aquela que aparece nos editoriais. Antes, a opinião deve ser entendida a partir das discussões dos indivíduos na tentativa de formular e racionalizar suas interpretações individuais de notícia, pois é desse processo que a notícia emerge e pode levar a ação política. Com isso, Robert E. Park (2008b) deixa claro que a opinião pública é produto da discussão de diferentes interpretações que os indivíduos dão aos eventos. A discussão, por sua vez, acaba em uma espécie de consenso ou vontade coletiva que forma a opinião pública.

Desta forma, para que a opinião exista, é preciso ter um público e uma comunidade de interesses entre aqueles que tornam a discussão possível, visto que a “opinião pública é a forma que a vontade coletiva toma quando está em processo de formação” (PARK, 2008b, p. 78). Assim, para Roland E. Park (2008b), o poder da imprensa emana da influência que os jornais exercem na formação da opinião pública, na medida em que a notícia veiculada em

¹¹¹ Cf.: PUBAS, Barão das. Os homens do queijo. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 139, p. 1, 27 set. 1953; ESPERANÇAS QUE MORRERAM. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 145, p. 6, 8 nov. 1953.

suas páginas mobiliza a comunidade para a ação política. Nesse caso, o autor conclui que o papel da imprensa não é “meramente o de orientar o público a respeito das questões envolvidas, mas criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder da imprensa” (PARK, 2008b, p. 72).

A par dessa discussão, pode-se afirmar que, em 1954, ano de eleição para a sucessão do governo no Piauí, determinados políticos atribuíram para si a função social de jornalista, tendo como desculpa a defesa dos interesses da coletividade. Mais do que isso, as matérias analisadas revelam que os políticos racionalizavam o funcionamento dos jornais de acordo com o interesse dos partidos ou dos grupos e facções políticas que mantinham financeiramente o funcionamento de suas oficinas. Nesse contexto, os jornais se armavam através do discurso jornalístico de caráter combativo e virulento para enfrentar a batalha discursiva entre os sujeitos que defendiam os seus interesses, o dos partidos políticos ou dos grupos e facções através da folha. Em *O Dia*, políticos e jornalistas que escondiam sua identidade com o uso do pseudônimo realçavam seu papel na imprensa de formadores e orientadores da opinião pública e buscaram através do discurso jornalístico suscitar a ação política dos leitores por meio do voto.

Em 1954, Chrysippo de Aguiar foi um dos colaboradores mais assíduos do jornal *O Dia*, na medida em que publicou várias matérias com críticas ao governador Pedro Freitas. Além de político e Presidente do Diretório Municipal de Teresina do PSP, Chrysippo de Aguiar buscava seu reconhecimento como jornalista através da publicação de matérias no jornal *O Dia*. Chrysippo de Aguiar residia na Bahia. Mas no ano das eleições para governador do Estado do Piauí, Chrysippo de Aguiar veio para Teresina, onde permaneceu até a disputa eleitoral de 3 de outubro de 1954. No período em que ficou em Teresina, Chrysippo de Aguiar procurou abrigo nas colunas de *O Dia* para dar início a batalha eleitoral por meio do discurso jornalístico.

Chrysippo de Aguiar defendia que uma das obrigações do jornalista na imprensa era escrever com franqueza, sem fazer uso de sutilezas, subterfúgios e/ou malícias para relatar os fatos. Agindo desta forma, o jornalista firmava seu compromisso com os dever social e moral de levar ao público leitor a verdade dos fatos. Com efeito, Chrysippo de Aguiar pontuava as normas que seguia na produção de seus discursos que encaminhava à redação de *O Dia*, e, por extensão, fazia um exercício de reflexão sobre prática jornalística local. A explicação de Chrysippo de Aguiar, por sua vez, revelava seu interesse em fazer do jornal *O Dia* a sua trincheira de combate contra os políticos, que, na imprensa e fora dela, silenciavam os

problemas socioeconômicos do Piauí. Assim, Chrysippo de Aguiar afirmava que, por meio das colunas do jornal *O Dia*, pretendia combater: “à canalhice de politicóides espúrios, comparsas inveterados dos que se desmandam em atos de imoralidade pública, o compromisso formal de falar a verdade e em linguagem desembugada, sem pesar circunstâncias e sem medir consequências. E nesse andar continuaremos, de dedo ao nariz e de cautério em punho, esvermando úlceras e isolando ulcerados [...]” (AGUIAR, Chrysippo de. Por quem os sinos dobrarão. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 171, p. 1, 25 abr. 1954).

O principal alvo das matérias assinadas por Chrysippo de Aguiar foi o governador Pedro Freitas. Assim como fez seu irmão, Eurípedes Clementino de Aguiar pelas colunas do jornal *O Dia*, Chrysippo de Aguiar assegurava que o governador Pedro Freitas não tinha capacidade intelectual para assumir um cargo de importância como o de chefe do Executivo estadual.

Chrysippo de Aguiar considerava que o governador Pedro Freitas tinha poucos estudo e cultura, e, por isso, passou a representá-lo discursivamente nas páginas de *O Dia* como um governante “inoperante”, de “mentalidade primária” e de “cabeça vazia”. Tais discursos se faziam presentes no jornal em conjunto das matérias escritas por Chrysippo de Aguiar, onde ele julgava que os três anos do governo do PSD foram “incolores” e “desastrosos”, pois o governador Pedro Freitas não conseguiu resolver os problemas vitais do Estado, além de ter instalado um regime de completa “acefalia de direção”, abandonando o povo à miséria e à própria sorte. Na matéria “Insânia”, por exemplo, Chrysippo de Aguiar construía a imagem de desorganização da administração estadual e ratificava sua opinião de que a escolha do nome Pedro Freitas para candidato a governador pelo PSD-PTB apenas trouxe prejuízo para o Estado.

[...] Acobertado nessa aparente tranquilidade de quem nada faz, processou-se um lento mais continuado relaxamento das boas normas administrativas, que, nesse descambar, em que vai, para a anarquia absoluta a total, onde tudo é possível e fácil, terminará, por certo, propiciando e fomentando a desonestidade, se quisermos admitir que ainda não chegaram a tanto. E, a par disso, o que se verifica por toda a parte, é um desconhecimento comezinho de direitos e deveres, uma abdicação de prerrogativas e um abastardamento da lei, tudo nivelado, arruinado e conturbado, a dar a impressão de que nada escapou ao contágio da mediocridade do govêrno que nos impuseram. O destino tem singularidades inexplicáveis, algumas bem perversas. Quando menos se espera deita a mão num pobre diabo a empurra para o palco da vida, forçando-o a desempenhar papéis, de cujo ridículo só a própria vítima quase nunca se apercebe, antes do cair do pano. Raros e felizes são os que sambem retirar-se a tempo e sem maiores complicações, voltando sensatamente para o silêncio e recolhimento de suas atividades normais.

Com o senhor Pedro Freitas a pilhéria foi de uma crueldade inaudita. Buscando-o na quietude de um balcão de loja, onde o então estimado matuto cuidava, apenas, de amialhar um pouco mais para os últimos dias de uma velhice tranquila, o destino diabólico entendeu de assoprar-lhe umas caraminholas na cabeça vazia, e trazê-lo, assim, para a pantomima de Karnak, em que o vemos metido ainda, e transformado no mais impassível algóz do povo de sua terra. E o pior é que, nesta altura dos acontecimentos, não dá qualquer amostra de que possa recuperar o juízo perdido, antes da queda do pano.

Enquanto tudo encarece, criando condições de vida já intoleráveis, mesmo para os remediados, sem falar na pobreza, que se esconde a sua fome, e na onda de mendigos e de crianças maltrapilhas que infestam as ruas de Teresina, o senhor Pedro Freitas, alheando dêste estado de cousas, prepara-se para comemorar o terceiro aniversário de seu govêrno, com festas pagas pelo erário público. [...] O caso é de insânia (AGUIAR, Chrysippo de. Insânia. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 158, p. 1, 31 jan. 1954).

Nas edições de *O Dia* de 1954, Chrysippo de Aguiar foi quem mais publicou matérias que davam visibilidade à indicação do nome do governador Pedro Freitas para compor a chapa da coligação PSD-PTB de 1950. A produção do discurso jornalístico sobre o assunto é feita a partir da ótica partidária. Por um lado, Chrysippo de Aguiar insinua que a indicação do nome do governador Pedro Freitas decorria da fraqueza política do PSD em virtude da falta de entendimento entre os correligionários. Sendo assim, a heterogeneidade do partido teria contribuído para que o nome do governador Pedro Freitas fosse aceito pelos membros do partido, mesmo existindo correligionários que o considerassem um homem “inexpressivo” politicamente, para administrar o Estado. Por outro lado, Chrysippo de Aguiar apontava que a inexperiência política do governador Pedro Freitas, que era um comerciante de projeção econômica no Piauí, facilitou a entrada de “áulicos” no governo que faziam imperar as vontades do grupo em detrimento do resto do partido e da sociedade (AGUIAR, Chrysippode. Ponto morto. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 163, p. 1, 28 fev. 1954). Nesse sentido, Chrysippo de Aguiar comparou o governador Pedro Freitas a um “ponto morto”, onde seria levado de acordo com as conveniências pessoais e familiares, principalmente, de seus secretários no governo.

A interpretação que Chrysippo de Aguiar dava à escolha do nome do governador Pedro Freitas pelo PSD passa pela ideia já discutida na imprensa de que ele não tinha pretensões de ser político, quiçá governador do Piauí. Porém, teve que atender ao pedido dos amigos políticos Leônidas de Castro Melo e Hugo Napoleão do Rêgo do PSD, para retirar a UDN do governo do Estado. Consta na edição de *O Dia* de 9 de setembro de 1951 que foi pública e notória a relutância de Pedro Freitas fazer parte da chapa pessedista-petebista, como candidato a governador do Piauí, em 1950. O principal motivo exposto pelo jornal é que ele

não pretendia abandonar os negócios comerciais da Casa Almendra, do qual ele vivia “honestamente há cerca de meio século” (*O Dia*, Teresina, ano I, n. 32, p. 4, 9 set. 1951). O governador Pedro Freitas não tinha em seu histórico uma carreira política nem intelectual. Era negociante comercial e pertencia à família Freitas, grupo político de significativa expressividade política no Piauí. Como comerciante da Casa Almendra, Pedro Freitas era um dos maiores negociantes e exportadores de produtos vegetal do Piauí nos anos 1950, o que, em termos econômicos, garantia-lhe alguma notoriedade na região.

Sobre o assunto, Leônidas de Castro Mello (1976) ajuda a elucidar essa questão que ganhou uma versão no jornal *O Dia*, construída sob a ótica de um político filiado ao PSP, partido de oposição ao PSD em 1954, quando a matéria foi publicada em neste jornal. Segundo o primeiro Presidente do PSD no Piauí, Leônidas de Castro Mello (1976), a indicação do nome do governador Pedro Freitas para a chapa do PSD surgiu dele e foi levada a cabo mesmo existindo membros do partido que eram contrários a sua decisão. Leônidas de Castro Mello (1976) afirma que o governador Pedro Freitas era um homem rústico, de pequeno corpo e nada expansivo; mas também reconhecia que Pedro Freitas era um homem do alto comércio de Teresina, tinha boa fortuna pessoal e pertencia à tradicional família do José de Almendra Freitas que detinha boa parte do eleitorado em seu comando, como já foi apontado. Na sua visão, o comerciante Pedro Freitas era um dos homens que, naquele ano de 1950, tinha condições de enfrentar o político Eurípedes Clementino de Aguiar da UDN e sair vitorioso após a contagem dos votos das urnas.

Em seu livro de memórias, Leônidas de Castro Mello (1976) registra quatro razões que o levaram a indicar o nome do comerciante Pedro Freitas para ser o candidato ao governo do Estado pelo PSD, nas eleições de 1950:

1ª – Eu o conhecia há longo tempo como um homem simples, de impecável conduta, calmo, prudente nas suas atitudes;

2ª – Era meu amigo e eu fora médico da sua família durante muitos anos. Todos os seus filhos, e são muitos, com exceção do primeiro, vieram ao mundo por minhas mãos;

3ª – Pedro fora udenista, mas filiar-se ao P.S.D., quando seu cunhado General Gaioso e Almendra foi candidato do P.S.D., ao Governo do Estado [em 1947];

4ª – Além das razões acima houve outra, de ordem pessoal, que apenas a mim dizia respeito, inteiramente particular e reservada mas que, devo confessar, fora de dúvida, muito influuiu para que me fixasse em seu nome. É que Pedro Freitas quando, anos atrás (1945), encontrei-me em grande dificuldade financeira, socorreu-me bondosamente, atendendo a um pedido de empréstimo no valor de três contos de réis. O dinheiro foi pago ao tempo do vencimento mas o fato deixou em mim gratidão que ainda hoje perdura. Ao escolhê-lo para Governador essa sua atitude me veio à mente como

comprovadora da sua elevação de espírito e de apreço à minha pessoa (MELLO, 1976, p. 408).

As críticas produzidas por Chrysippo de Aguiar, e publicadas em *O Dia*, quase sempre eram injuriosas, carregadas de adjetivos pejorativos e metáforas para representar o governador Pedro Freitas como um administrador “inoperante”, palavra que se repetiu, praticamente, em todos os artigos escritos por ele e que versavam sobre suas atitudes como chefe do Executivo estadual.¹¹² Além disso, para Chrysippo de Aguiar, o governador do Estado do Piauí foi o maior desastre político dos últimos tempos, concorrendo diretamente com as calamidades das secas. Chrysippo de Aguiar denunciava, através de *O Dia*, que logo depois de ter assumido a chefia do Executivo estadual, o governador Pedro Freitas só teria dado demonstrações de sua incapacidade e imprudência para gerir os negócios públicos, deixando, inclusive, o Piauí à mercê dos interesses individuais e dos grupos que o cercavam no governo. Chrysippo de Aguiar assegurava aos leitores de *O Dia* que, no período administrativo do PSD, houve desvio de verbas públicas e foram criados obstáculos para a iniciativa particular. Assim, Chrysippo de Aguiar caracterizava o último ano do governo do PSD como “o final da comédia de estadista” da “figura triste”.

Para explorar os fragmentos da matéria jornalística acima, não se pode deixar de levar em conta que o autor da matéria, na década de 1950, foi o Presidente do PSP no Piauí e teve o seu nome indicado para compor chapa da “Aliança Democrática Progressista¹¹³” como candidato a vice-governador nas eleições de 1954 (*O Dia*, Teresina, ano IV, n. 184, p. 6, 22 jul. 1954). O que implica dizer que a produção discursiva de Chrysippo de Aguiar, como colaborador de *O Dia*, não pode ser analisada fora do contexto social e político em que foram construídas, sobretudo, as matérias impressas nas edições de 1954. Desde 1953, já eram organizados no jornal discursos sobre os possíveis candidatos para a eleição a governo do quadriênio de 1955 a 1958. Tanto os jornais da situação quanto os da oposição, e o jornal *O Dia* que se intitulava de independente cogitavam nomes e acomodavam discursos em suas

¹¹² Matérias analisadas: AGUIAR, Chrysippo de. Triste sina. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 156, p. 1, 17 jan. 1954; AGUIAR, Chrysippode. Insânia. *O Dia*. Teresina, ano III, n. 158, p. 1, 31 jan. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. Em marcha. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. O íman da ganância. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 160, p. 1, 7 fev. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. Ponto morto. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 163, p. 1, 28 fev. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. Cré com cré. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 165, p. 1, 14 mar. 1954; AGUIAR, Chrysippode. Bicho de pé. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 166, p. 1, 21 mar. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. Por quem os sinos dobrarão. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 171, p. 1, 25 abr. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. Ídolos de barro. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 184, p. 1, 22 jul. 1954; AGUIAR, Chrysippo de. Peça a palavra. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 186, p. 1, 29 jul. 1954.

¹¹³ A “Aliança Democrática Progressista” configurava o grupo das “Oposições Coligadas”, nas eleições de 1954, e correspondia ao núcleo político formado pela UDN, PSP, PL e uma ala do PSD que compreendia o ex-vice-governador Milton Brandão e os deputados pessedistas Alberto Monteiro e Octávio Miranda.

colunas, no sentido de apresentarem apoio, ou o rechaço, ou ainda indicar nomes para compor as chapas governamentais que disputariam o pleito de 1954.

No limiar de 1954, destaca-se, entre as matérias do jornal, a preocupação dos jornalistas de *O Dia* de atribuir para si o cumprimento dos deveres dos homens de imprensa de alertar e orientar os eleitores, ao mesmo tempo consumidores do jornal, sobre a situação política do Piauí, que é descrita de forma personalista e individualizada na imagem discursiva do governador Pedro Freitas. As batalhas discursivas encapadas pelo jornal tornaram-se mais intensas em 1954, principalmente, porque, neste ano, se cogitava que o candidato do PSD à sucessão governamental seria, novamente, um dos membros da família Freitas. Não obstante, é neste mesmo período que Chrysippo de Aguiar se tornou colaborador de *O Dia* e afirmava que seu compromisso no jornal era “[...] lutar pela libertação da nossa terra das garras de um grupelho que a desgoverna, para colocar à frente dos seus destinos um homem decente e à altura do cargo [...]” (AGUIAR, Chrysippo de. Em marcha. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954). Nesse objetivo, Chrysippo de Aguiar, como membro e Presidente do PSP do Piauí, se colocava na linha de frente, “em marcha”, para combater a situação pela imprensa.

Ainda que o jornal *O Dia* tenha abrigado na sua coluna matérias assinadas por Chrysippo de Aguiar, que era apresentado como um “jornalista brilhante que defende com intransigência os direitos de do nosso povo” (DR. CHRYSIPPO DE AGUIAR. *O Dia*, Teresina, ano III, n. 154, p. 1, 3 jan. 1954), e de outros políticos pessepistas, a falta de informações mais precisas impede que, nesta tese, seja assegurada que existiu uma filiação político-partidária do diretor/proprietário de *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro ao PSP. A análise do discurso jornalístico, publicado em suas páginas, apenas permite inferir que a partir de meados de 1952, o jornal *O Dia* assumiu uma postura de imprensa de oposição ao governo do PSD que tinha como representante Pedro Freitas. Assim, quanto mais o jornal se comportava com tendência política partidária, mais a redação de *O Dia* buscava reafirmar-se na folha como um jornal livre e independente de qualquer partido político.

Como já foi assinalado, em 1951, o jornal *O Dia* recebeu a pecha de “jornal oficioso do Estado” e de “órgão pessedista” pelos políticos da UDN, José Severiano da Costa Andrade e Eurípedes Clementino de Aguiar, porque suas matérias apresentavam certos comentários elogiosos ao governador Pedro Freitas. Todavia, Antônio de Almendra Freitas, do PSD, não comungava da mesma opinião dos políticos udenistas. As críticas, classificadas pelo jornal *O Dia* de “serenas” e “construtivas”, ao governador Pedro Freitas e que foram veiculadas como apontamentos dos erros e os desmandos da administração estadual, não foram interpretadas da

mesma forma pelo pessedista Antônio de Almendra Freitas. Para Antônio de Almendra Freitas, a prática jornalística de *O Dia* havia deixado de “independente” e “noticiosa” para ser de “facção”. Esta acusação foi publicada em *O Dia* na edição de 1º de fevereiro de 1954. Entretanto, a acusação foi feita através de uma carta escrita por Antônio de Almendra Freitas, endereçada ao proprietário/diretor do jornal, Raimundo Leão Monteiro, em 31 de janeiro de 1951.

Até 1º de fevereiro de 1954, não foi observada, nas edições pesquisadas, qualquer notícia de que Raimundo Leão Monteiro havia recebido uma carta de Antônio de Almendra. É somente na edição de comemoração do terceiro aniversário do jornal *O Dia*, em 1º fevereiro de 1954, que foi publicada a carta assinada por Antônio de Almendra Freitas, do PSD, com o título “Uma carta *sui generis*”, em que o missivista apresenta uma série de acusações ao seu jornal, inclusive, duvidando da independência da linha editorial de *O Dia* em relação aos partidos ou facções políticas.

Uma Carta “SUI GENERIS”

Integra da carta do sr. Antonio de Almendra Freitas, Presidente do PSD, secção do Piauí, dirigida ao nosso Diretor. Publicamos a referida missiva por se tratar de um documento interessante e talvez inédito na história política do Estado

José de Freitas, 31 de Dezembro de 1951.

Amigo Mundico: Nas minhas últimas idas a Teresina procurei avistar-me com V. para, pessoalmente, cancelar os aplausos que inicialmente fiz às críticas e a independência política com que vinha sendo editado o seu jornal; mas as minhas tentativas de encontro foram baldadas, e consequentemente adiadas.

Mas lendo hoje no *jornal das multidões* [grifos do autor] o artigo de fundo onde é feito um furioso e descomedido ataque valoroso Redator-Chefe da *gazeta officiosa* [grifos do autor] com a afirmativa de que “O Governador, o Diretor do “Jornal do Piauí” e o Presidente do Psd, já por diversas vezes aplaudiram as nossa crítica e se sentem satisfeitos porque ela é construtiva, necessária”, resolvi lhe escrever esta para lhe dizer que V. deveria ter sido mais claro e menos irreal nessas afirmativas públicas que, ao envez de “JÁ POR DIVERSAS VEZES APLAUDIRAM”, deveria ter mandado dizer: até alguns meses me aplaudiram e até contribuíram para a manutenção deste jornal; porque, na realidade, depois que o jornal passou de ÓRGÃO INDEPENDENTE E NOTICIOSO para o de facção, isto logo após a tiragem da gazeta officiosa, cujo aparecimento não mereceu se quer uma simples e pálida noticia, como manda a boa ética, no seu jornal, que se negou até a permuta de praxe na imprensa; nenhum aplauso ou demonstração de satisfação V. recebeu mais de nenhum daqueles que são agora citados como aplaudidores de ataques extremados, facciosos e injustos, insertos em todos os números do seu jornal. Estas afirmativas, há meses sem reafirmação, lidas por quem venha supô-las reais, ficará fazendo um mau juízo acerca daqueles que ainda aplaudem os ataques que veem sofrendo insertos num jornal político adverso. Ficariamos eu, o Pedro e o José, classificados de verdadeiros imbecis, como certamente deseja quem nos escreve.

O que todos notam, observam e sentem, no seu jornal, é de um órgão não partido, mas de facção pura e simples. [...]
 (UMA CARTA “SUI GENERIS”. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954).

A carta endereçada a Raimundo Leão Monteiro, com data de 31 de dezembro de 1951, foi vista pelo proprietário/diretor de *O Dia* como um “documento talvez inédito na história política do Piauí”, uma vez que ela só foi levada ao conhecimento público em 1954. Ciente de que a ideia de “documento”, pensada por Raimundo Leão Monteiro em 1954, pode não ser a mesma do teórico Robert E. Park (2008), o ponto comum em torno da palavra “documento” é que, no momento em que a carta foi impressa no jornal *O Dia*, ela foi veiculada como notícia e foi exposta ao exame crítico do público, intitulada “Uma carta ‘sui generis’”. De acordo com Robert E. Park (2008a, p. 62), é “a publicação [que] dará a notícia um caráter de documento público”. A partir daí, cabe ao público, ao qual a notícia se dirige e cujos interesses ela trata, avaliar e aplicar seu carimbo de reprovação: quer através do consenso, quer da omissão ou do protesto. Para Robert E. Park (2008a), a notícia é uma forma de conhecimento que pode levar os indivíduos à ação política, visto que sua função não é apenas informar, mas orientar o público. Portanto, “a notícia, como ‘algo que faz as pessoas falarem’, tende a possuir o caráter de um documento público e está limitada de um modo característico a eventos que causam mudanças súbitas e decisivas” (PARK, 2008, p. 51).

Assim, além da carta de Antônio de Almendra Freitas, outras matérias foram construídas pela redação de *O Dia*, dando conta dos acontecimentos que, até então silenciados pelo jornal, ficaram restritos aos bastidores da política; a exemplo das reviravoltas e dos acordos e desacordos existentes entre o proprietário/diretor de *O Dia* e os partidos políticos. É curioso que, na mesma edição em que foi transcrita a carta de Antônio de Almendra Freitas, de 1º de fevereiro de 1954, é também publicada uma nota da redação informando: “[...] o nosso Diretor achou por bem desligar-se do PSD [...]” (NOTA DA REDAÇÃO. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 5, 1 fev. 1954). Sobre a saída de Raimundo Leão Monteiro do PSD, a notícia só se torna pública no jornal *O Dia* em 1954. Porém, este assunto já havia sido veiculado pelo jornal *A Cidade*, em 1952, através da notícia: “Rompe definitivamente com o PSD, o jornalista Leão Monteiro. O DIA, amanhã, já estará ao nosso lado, combatendo o desgoverno do Sr. Pedro Freitas.” (*A Cidade*, Teresina, ano I, n. 87, p. 1, 7 jun. 1952). Daí, portanto, ser pertinente analisar as mudanças da prática jornalística de *O Dia* a partir de 1952, quando o jornal *O Dia* passou publicar críticas agudas, severas e de caráter combativo contra o governador Pedro Freitas, o PSD, a família Freitas e o Presidente do PSD do Piauí.

Na mesma edição de 1º de fevereiro de 1954, é publicada a resposta do Raimundo Leão Monteiro à “carta *sui generis*” assinada por Antônio de Almendra Freitas do PSD. A resposta tem data de 7 de janeiro de 1952. Assinale-se que, até 1º de fevereiro de 1954, não há no jornal *O Dia*, ou nos demais jornais pesquisados, qualquer notícia sobre esta carta e a réplica. Sem que fosse apresentado no jornal o(s) motivo(s) que levou(levaram) o proprietário/diretor de *O Dia* a guardar a carta e a resposta em “segredo” de imprensa para torná-la de conhecimento público somente em 1954, no ano de eleição para Governo do Piauí; cabe apenas analisar os discursos prechos de informações que revelam peças importantes das relações de poder existentes entre Raimundo Leão Monteiro e os políticos do PSD, da UDN e do PSP. Relações que acabaram interferindo na prática jornalística de *O Dia* e nas batalhas discursivas travadas com o jornal de oposição ao PSD, *A Cidade*; e com o *Jornal do Piauí*, considerado “jornal oficioso” do governo do Estado.

Na “carta *sui generis*”, o pessedista Antônio Almendra Freitas colocava em xeque a independência da linha editorial de *O Dia* em relação aos partidos políticos, até então demarcada pelo lema “independente, político e noticioso”. Acusa-o de “órgão faccioso” porque, mesmo quando o governador Pedro Freitas agiu de forma “acertada” e “louvável” como chefe de Estado, o jornal *O Dia* havia ignorado tais ações dignas de aplauso e regozijo na imprensa, e se limitou a censurar e a atacar discursivamente a administração estadual. Para Antônio de Almendra Freitas, o “jornal do Mundico” se colocou inteiramente contra a família Freitas e se dedicou apenas a publicar matérias contendo termos “violentos” e “desconcertantes”, e críticas de caráter “destrutivo” e “devastador”. Declarando-se surpreso frente à “nova” postura do jornal diante do fato político que envolvia a administração pública estadual, Antônio de Almendra Freitas desabafa na carta que:

[...] Igual surpresa venho tendo eu com o seu jornal, Mundico, pois lhe conheço intimamente há longos anos e, por isso mesmo, ainda não pude compreender a razão por que V. deixou de cumprir as categóricas afirmativas, reiteradamente feitas, de elogios rasgados aos atos acertados do governo de crítica elevada aos erros, quando está praticando justamente o contrário: silêncio completo sobre os atos acertados e louváveis, e ataque e censura cerradas aos erros, por menores que sejam êstes! Até um incidente banal e comesinho provocado por um guarda civil, ocupa colunas de destaque do seu jornal [...] (UMA CARTA “SUI GENERIS”. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954).

A carta assinada por Antônio de Almendra, aponta para um aspecto importante da produção do discurso jornalístico e o processo de seleção das informações que podem ou não ser publicadas nas páginas de um jornal. A carta permite entender que o que era silenciado em

uma notícia em contraposição ao que era noticiado dependia diretamente das relações de poder existentes no jornal e fora dele. Por conseguinte, uma vez que a linha editorial do jornal se declinava a apoiar um partido, um grupo ou uma facção política, havia implicações diretas na forma de apreciação e interpretação do fato político pelo jornalista. Inserido num lugar institucional de fala, como a redação de um jornal, o jornalista seguia determinadas normas que lhe permitiam, por exemplo, fazer a “promoção” ou o “decesso” do político que era contemplado pelo discurso jornalístico. Entendida como um “quarto poder”, várias vezes o jornal *O Dia* ressaltou a importância da imprensa como uma aliada para os políticos. Ao tempo em que advertia aos políticos sobre a importância de ter o jornal como um aliado, assim como fez em 1952, quando advertiu o governador Pedro Freitas do perigo que ele corria se deixasse de seguir as orientações apresentadas pela redação de *O Dia*.

Antônio de Almendra Freitas deixa subentendido na carta que o “silêncio completo sobre os atos acertados e louváveis” do governador Pedro Freitas nas páginas do jornal *O Dia*, no final do ano de 1951, se daria em virtude da aproximação do proprietário/diretor de *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro, com os políticos Agenor Almeida, Sigefredo Pacheco, Cláudio Pacheco, José Cândido Ferraz e Eurípedes Clementino de Aguiar. A acusação de que *O Dia* havia se transformado num “jornal de facção”, e não de um partido político, decorre da relação do proprietário/diretor Raimundo Leão Monteiro com estes políticos, uma vez que, em 1951, Agenor Almeida era do PSP; Sigefredo Pacheco e Cláudio Pacheco eram do PSD, porém, foram contrários à candidatura do governador Pedro Freitas ao cargo (MELLO, 1976); José Cândido Ferraz e Eurípedes Clementino de Aguiar eram da UDN. Acentua que, por este motivo, ele, Antônio de Almendra Freitas, Pedro Freitas e José de Freitas deixaram de aplaudir a atitude de “independência” político/partidária que desaparecia do jornal, de maneira que as matérias lá publicadas apresentavam grau de parcialidade na análise que faziam do fato político piauiense em desfavor do governador Pedro Freitas e dos políticos da família Freitas filiados ao PSD.

Sobre o grau de parcialidade do discurso jornalístico, *a priori*, apoiando o governo para se mostrar desfavorável à administração do Pedro Freitas, Antônio de Almendra Freitas ainda deixou na carta algumas pistas que ajudam a entender que, num determinado momento, Raimundo Leão Monteiro recebeu ajuda financeira de políticos para manter as oficinas do jornal em funcionamento. Antônio de Almendra Freitas revela na carta que o proprietário/diretor de *O Dia* recebeu ajuda financeira do governo do Estado por um determinado tempo, bem como do político Cláudio Pacheco do PSD, ainda em 1951, período em que a carta foi datada, como pode ser observado a seguir.

[...] O jornal das multidões passou a classificar o JORNAL DO PIAUÍ de gazeta oficiosa. Não vejo nada de mal nisto, de vez que foi adquirido e instalado pelos filhos do Governador e os seus sobrinhos, sem auxílio ou contribuição do Estado. Seria, porém, mais acertado que V. conseguisse do redator do “O DIA” chamá-la de jornal dos Freitas, e permitisse também que êste jornal passasse a cognominar “O DIA” de jornal do Cláudio [Pacheco], o que, a julgar pelo que se afirma, à boca pequena pela cidade, êste jornal foi financiado pelo Cláudio [Pacheco] e é por êle orientado, sendo V. simplesmente Diretor Comercial.

Já tive oportunidade de contestar esta afirmativa, classificando-a de malediscente, mas quem isto afirmava declarou que comprovam que a aquisição da platina, onde é editado o seu jornal, e mais material, foram adquiridos pelo Cláudio ou por êste financiados, adiantando que ainda há pouco viu no escritório da Cruzeiro do Sul um caixote com tipos enviados do Rio pelo Sigefredo [Pacheco] para “O DIA”.

Como se vê, Mundico, a voz do povo não dorme, sabe de tudo. [...] (UMA CARTA “SUI GENERIS”. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954).

Além de a carta de Antônio de Almendra Freitas se revelar como um “documento histórico” de grande valia para a análise do contexto sociopolítico de 1951, quando o jornal *O Dia* foi fundado em Teresina, a carta também permite entender as relações de poder, interna e externa ao jornalismo, que se arquitetaram de modo a interferir no controle da prática jornalística e na produção de sentidos construída por sua equipe de redação. Em primeiro lugar, a acusação levantada pelo pessedista Pedro Freitas, de que o jornal *O Dia* deveria “cognominar de jornal do Cláudio”, apresenta elementos suficientes para explicar a postura do jornal, quando começou a circular em 1951, e traçava como parâmetro da situação crítica das finanças do Estado o governo de José da Rocha Furtado. O fato de Raimundo Leão Monteiro ter recebido ajuda financeira do político Cláudio Pacheco do PSD, em 1951, contribuiu para que José da Rocha Furtado, mesmo depois de ter deixado o governo ainda fosse alvo da crítica jornalística de *O Dia*. Em entrevista concedida a Manuel Domingues Neto (2010) e que foi publicada no livro “O que os netos dos vaqueiros me contaram”, o ex-governador José da Rocha Furtado afirma que Cláudio Pacheco, Sigefredo Pacheco, e Leônidas de Castro Melo foram os políticos do PSD que mais fizeram oposição a seu governo, inclusive, pela imprensa. José da Rocha Furtado ainda assegura nesta entrevista que o pessedista Cláudio Pacheco foi o mentor intelectual e o estrategista da oposição ferrenha e hostil, levantada contra a UDN, assim como criou armadilhas e manobras políticas que tornaram sua gestão ingovernável (FURTADO, 2010, p. 271).

Em segundo lugar, mesmo que o redator da carta não aponte diretamente quais acordos políticos e partidários existiram entre Raimundo Leão Monteiro e determinados grupos do PSD, visto que o partido não era uma agremiação monolítica, o fato de ele apontar

que o jornal recebia ajuda financeira do político Cláudio Pacheco, do PSD, subentende que a linha editorial de *O Dia* era definida nos bastidores da política, seja para apoiar seja combater um governo. Da mesma forma, a carta deixa a entender que a relação entre as famílias dos Freitas e dos Pachecos não iam bem dentro do partido, a ponto de o jornal *O Dia* deixar de colaborar patrioticamente com o governador Pedro Freitas a partir de 1952, aspecto que pode ser melhor entendido a partir dos apontamentos de Leônidas de Castro Mello (1976), registrado em seu livro de memórias, quando afirma que, em 1950, no momento da indicação de um nome para candidato a governo do PSD, os políticos Sigefredo Pacheco e Cláudio Pacheco pediram a substituição do nome Pedro Freitas pelo de Antônio de Almendra Freitas. Porém, Leônidas de Castro Mello não aceitou a mudança de nome proposta pelos irmãos Pacheco e impôs o nome de Pedro Freitas, sob a ameaça de ele sair do partido caso não atendessem a sua indicação. Pedro Freitas foi candidato pelo PSD, em 1950, contrariando os políticos Sigefredo Pacheco e Cláudio Pacheco.

Se ficou algum ressentimento desse episódio, não se sabe ao certo. O que deve ser levado em conta é o contexto histórico e político do período em que a carta foi escrita e as condições de produção do discurso jornalístico de *O Dia* em relação ao fato político piauiense. Em 1951, Antônio de Almendra Freitas afirmava que a prática jornalística de *O Dia*, num determinado momento de 1951, esteve voltada para atacar o governo, com o objetivo de “ofuscar” a imagem do governador Pedro Freitas como um gestor de conduta política e moral irrefutável, um administrador honesto e com tino financeiro e econômico. A denúncia apresentada na carta de Antônio de Almendra Freitas caracteriza a relação de dependência da imprensa de Teresina aos políticos e/ou aos partidos políticos que, financeiramente, contribuem para a manutenção das oficinas em funcionamento. Por conseguinte, essa relação de poder implicava diretamente uma das condições de produção do discurso jornalístico de acordo com os interesses político e partidário de cada órgão.

As denúncias, as revelações, as advertências e as reprimendas contidas na “Carta *sui generis*”, escrita por Antônio de Almendra Freitas, tiveram a resposta de Raimundo Leão Monteiro, também foi publicada na edição de 1º de fevereiro de 1954. A carta resposta possui data de 7 de fevereiro de 1952; à época, Raimundo Leão Monteiro se colocava à disposição para esclarecer todos os pontos de que foi acusado pelo missivista. A primeira questão abordada foi a perda da identidade do jornal de “independente” para ser “faccioso”, incluindo, a comparação de que a prática jornalística de *O Dia* estava igual à do jornal *A Cidade* da UDN. Raimundo Leão Monteiro se defende afirmando que o jornal *O Dia* seguia a mesma orientação que lhe foi dada, desde a instalação de suas oficinas, em fevereiro de 1951.

Mantinha uma linha de independência aos partidos, porém, como era um jornal político abrigava em suas colunas “todas” as matérias encaminhadas à sua redação desde que firmadas a responsabilidade do conteúdo nelas veiculadas através da assinatura de seus respectivos autores. Dessa maneira, Raimundo Leão Monteiro afirmava que todas as matérias levavam a assinatura de seus respectivos autores, exceto aquelas que eram escritas por ele ou por seu secretário (RESPOSTA DE LEÃO MONTEIRO A ANTÔNIO FREITAS. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 5, 1 fev. 1954).

Sobre a criação do jornal, Raimundo Leão Monteiro esclarece que “adquiriu” uma impressora em São Paulo com o objetivo de fazer a campanha eleitoral do político Adhemar de Barros do PSP, quando ainda nem se falava na candidatura do governador Pedro Freitas pelo PSD-PTB. Todavia, afirma, só recebeu a máquina em dezembro de 1950, quando já havia passado as eleições para governo do Estado. Em fevereiro de 1952, quando escreveu a carta resposta, Raimundo Leão Monteiro informa que, até aquele momento, a máquina não estava totalmente paga. Havia pago apenas Cr\$ 21.000,00, restando ainda Cr\$ 22.000,00 do valor total correspondente ao maquinário. Os tipos e o papel necessários à impressão do jornal eram encomendados do Rio de Janeiro, e, por isso, às vezes, se servia de algum político residente na capital da República, para que mandasse o material com “frete a pagar”. Entretanto, Raimundo Leão Monteiro explica que os “favores” prestados pelos políticos no Rio de Janeiro, em sua maioria piauienses, não caracterizava vínculos ou relação de dependência do jornal a políticos ou aos partidos políticos do Piauí na defesa de seus ideais ou na batalha discursiva contra os seus adversários.

Raimundo Leão Monteiro pontua, também, que o jornal *O Dia* abria espaço nas suas colunas para publicar qualquer matéria que abordasse os acontecimentos políticos do Piauí, inclusive aqueles em que o conteúdo formalizava um ataque direto ao governador Pedro Freitas, desde que a matéria fosse devidamente assinada, pois não assumia a responsabilidade sobre o conteúdo nela veiculado. Justificando-se através da Lei de Imprensa, Raimundo Leão Monteiro assinala que publicou matéria de quaisquer políticos, independente de sua filiação partidária, por “[...] achar que todo cidadão tem direito de se defender dos ataques que lhe são feitos” (RESPOSTA DE LEÃO MONTEIRO A ANTÔNIO FREITAS. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 159, p. 5, 1 fev. 1954). Por fim, Raimundo Leão Monteiro afirma que não defendia políticos nem era “contra os Freitas”, como o acusou Antônio de Almendra Freitas, porém, reconhecia que o governador Pedro Freitas não estava seguindo as orientações políticas e administrativas sugeridas pelo “jornal das multidões”. Mesmo assim, continuava publicando em suas páginas os telegramas encaminhados do Gabinete do Governador, de maneira que o

governo do Estado continuava a usufruir do seu órgão de imprensa para tornar público os atos da administração estadual, assim como o jornal também se beneficiava por este serviço pago e fonte de renda para manter o funcionamento de suas máquinas e circulação do jornal.

Além das explicações apresentadas na resposta de Raimundo Leão Monteiro ao pessedista Antônio de Almendra de Freitas, o(s) jornalista(s) que assinava(m) com o pseudônimo Petrus Mauricius também ajuizou a carta, em 1954. Em sua opinião, Antônio de Almendra Freitas teve uma atitude “apressada”, “irrefletida” e “singular”, pois as acusações feitas na carta eram um “[...] tanto audaciosas quanto deselegantes, por ser fartamente cheia de conceitos o mais desajustados, nascidos e regados por um cérebro certamente vazio de senso normal [...]” (MAURÍCIUS, Petrus. Uma missiva. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 162, p. 1, 21 fev. 1954). Contudo, frente a denúncias de diferentes ordens, Petrus Mauricius considerava que a resposta de Raimundo Leão Monteiro fora educada, embora rija, o que reforçava o grau de independência das atitudes do jornalista Raimundo Leão Monteiro, considerado por seus jornalistas como um homem impávido, uma “muralha de granito”.

Note-se que, na superfície dos discursos publicados nas edições de fevereiro de 1954, analisados neste estudo, à medida que se aproximava a eleição para sucessão governamental daquele mesmo ano, eram apresentadas nas páginas de *O Dia* matérias assinadas, ou não, por seus jornalistas, dando ênfase à postura político/partidária do jornal, do seu proprietário/diretor e a importância de tê-lo como um aliado político. Do Rio de Janeiro, o corresponde Januário Barrense e o jornalista João Fernandes do Rêgo acentuaram a preocupação dos políticos em manter o apoio a Raimundo Leão Monteiro, por conseguinte, ao jornal *O Dia* numa campanha eleitoral. De acordo com Januário Barrense, Raimundo Leão Monteiro era “[...] um homem que ninguém controla[va] e a política tem as suas conveniências. O diretor de “O Dia” não tem candidato nem é candidato, por isso, todos os políticos do Piauí temem o “cabeça vermelha”, e sabem mesmo que nenhum candidato seria eleito sem a sua ajuda. Por isso que eu digo, êste jornal é a nossa constante preocupação” (BARRENSE, Januário. Cartas do Rio. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 162, p. 4, 21 fev. 1954).

Na mesma edição de 21 de fevereiro de 1954, o jornalista João Fernandes do Rêgo reitera:

[...] No terreno político, “O Dia” adotou uma posição sobranceira aos partidos e às personalidades que os integram: é órgão independente que só conhece uma subordinação: a dos interesses de nossa terra. Crítica homens de todos os partidos com a mesma altivez e a mesma autoridade moral com que aplaude as boas iniciativas de onde quer que elas procedam (RÊGO, J. Fernandes do. “Sou o látigo de Deus”. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 162, p. 6, 21 fev. 1954).

Destaque-se que a publicação da “carta *sui generis*” e da resposta de Raimundo Leão Monteiro a Antônio de Almendra Freitas, em 1954, contribuíram mais ainda para a publicação de matérias no jornal em que buscavam objetivar a imagem de Raimundo Leão Monteiro como um homem “enérgico”, “corajoso”, “desassombrado” e “férreo”¹¹⁴ para manter a posição de independência do órgão, rota traçada para o editorial desde que o jornal foi fundado. O jornalista José Fernandes do Rego, por exemplo, compara Raimundo Leão Monteiro ao famoso guerreiro asiático que se proclamava “o látego de Deus” na “árdua” tarefa de cumprir sua missão na imprensa. Assim, o jornalista José Fernandes do Rêgo pontuava que não faltava altivez em Raimundo Leão Monteiro para organizar um periódico que, sem ajuda financeira de outrem, formava correntes de opiniões, orientava as massas, discutia os problemas do Piauí e se colocava a serviço do público, sendo porta-voz dos desejos e sentimentos da coletividade.

De igual modo, Raimundo Leão Monteiro afirmava no jornal que ele não era “[...] afeito a preconceitos, nem éticas” (RESPOSTA DE LEÃO MONTEITO A ANTÔNIO FREITAS. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 162, p. 5, 21 fev. 1954) para ter que explicar ao público o porquê de ele não ter noticiado o aparecimento do jornal udenista *A Cidade*, da UDN, em sua folha. Entretanto, o fragmento acima destaca também para outras práticas existentes no jornal, que negavam os princípios éticos e a Lei de imprensa, como a adoção de pseudônimos para ocultar a verdadeira identidade dos jornalistas (Cf.: ROCHA, 1955), prática que se inicia, em *O Dia*, a partir das últimas edições de 1951, permanecendo por toda a década de 1950 e 1960. Nesse sentido, a reprimenda feita pelo político Antônio Almendra Freitas do PSD, sobre a publicação de matérias injuriosas contra o governador Pedro Freitas, em dezembro de 1951, parece que não surtiu efeito para inibir que o proprietário/diretor de *O Dia*, e seus jornalistas continuassem publicando críticas contra o governador do Estado. Os jornalistas de *O Dia* continuaram a produzir discursos que apontavam erros e improbidades administrativas do chefe do Executivo cujo sentido buscava desqualificar o governo do PSD e desqualificá-lo ao cargo.

Alguns jornalistas de *O Dia* enxergaram no governo de Pedro Freitas uma situação de “anarquia” e “desmoralização” política, urgindo a substituição do chefe do Executivo estadual em 1954. Em maio de 1954, na coluna “Nos bastidores da política”, assinada pelo jornalista de pseudônimo Rajá-Mi, foram publicados três artigos contendo uma análise esmiuçada da

¹¹⁴ Cf.: AGUIAR, Chrysippo de. Em marcha. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 159, p. 1, 1 fev. 1954; MAURÍCIUS, Petrus. Uma missiva. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 162, p. 1, 21 fev. 1954; BARRENSE, Januário. Cartas do Rio. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 162, p. 4, 21 fev. 1954; RÊGO, J. Fernandes do. “Sou o látego de Deus”. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 162, p. 6, 21 fev. 1954.

Mensagem Governamental proferida pelo governador Pedro Freitas na Assembleia Legislativa, onde foram apresentados dados relativos ao exercício financeiro do Estado do ano de 1953. Em primeiro lugar, o jornalista Rajá-Mi põe em dúvida a veracidade dos dados apresentados pelo governador, e sustenta a afirmação de que a mensagem governamental foi construída com discursos “falsos”, “tapeações” e “cinismos”. Em segundo lugar, o jornalista contesta o compromisso do governador com o pagamento do funcionalismo público pago em dia, o equilíbrio das contas do Estado e o investimento na educação.

Finalizando a análise da mensagem governamental, o jornalista Rajá-Mi denomina o governador Pedro Freitas de o “grande mentiroso”, na matéria “A mensagem de Pedro”, por considerar que o período de sua chefia como governador do Piauí foi uma “bagunça administrativa”. Assim, devido ao atraso do pagamento dos funcionários público estadual e a agonia econômica vivenciada pela crise financeira do Estado, além de “grande mentiroso”, o jornalista Rajá-Mi apresentou, discursivamente, o governador Pedro Freitas como um “inimigo dos empregados públicos”, “governante que tem ojeriza do funcionário estadual”, “inconsciente”, “insensível moral”, “mentiroso de marca maior”.¹¹⁵ Em setembro de 1954, na sua coluna “Nos bastidores da política”, considerou que o atraso do funcionalismo público estadual seria a “eterna chaga do governo desequilibrado” de Pedro Freitas (RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. Os candidatos sangue azul. *O Dia*, ano IV, n. 202, p. 1, Teresina, 26 set. 1954). Ao lado destas expressões, o nome do governador Pedro Freitas recebeu os apodos de: “Pedro Piroca”, “Maxixe de Livramento”, “Maxixeiro”; “Caçador de pebas”, “Caçador do Itararé”, “Pedroca”, “Piroca de Livramento” “Careteiro de Karnak” etc., num período em que o próprio jornal *O Dia* dizia seguir os princípios da “boa imprensa” e da ética jornalística.

Contudo, o jornal *O Dia* alegava que as críticas, as advertências e, sobretudo, as acusações contra o governador Pedro Freitas no Executivo estadual eram pautadas de acordo com os critérios da verdade e na evidência dos fatos. Esta era uma das justificativas apresentadas pelo jornal como sendo a linha de conduta seguida pelo diretor e demais jornalistas empregados no jornal, para dar visibilidade pública aos erros, aos desmandos e às improbidades do governador Pedro Freitas. O jornal e o jornalista eram vistos como censores públicos e responsáveis pela opinião pública. Portanto, como um lugar institucionalizado de fala, o jornal *O Dia* deveria agir como uma instituição capaz de coibir e combater os desmandos do governo pessedista no intento de advogar pelo bem-estar social. Como órgão

¹¹⁵ Ver: RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. A mensagem de Pedro. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 173, p. 1, 9 maio 1954; RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. A mensagem de Pedro. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 174, p. 1, 16 maio 1954; RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. A mensagem de Pedro. *O Dia*. Teresina, ano IV, n. 175, p. 1, 23 maio 1954.

independente e defensor dos direitos da coletividade piauiense, o jornal *O Dia* se colocava na posição de combate contra o governo pessedista, porém, esclarecia:

Nossas críticas sempre firmadas na verdade dos fatos têm, evidentemente, suas razões de ser. Não constitui de modo algum campanha sistemática contra este ou aquele, por não ser da nossa simpatia pessoal ou política, qualquer crítica à administração atual ou aos seus componentes.

Para não nos afastarmos, entretanto, do caminho trilhado já há mais de três anos não poderíamos deixar de continuar na mesma campanha de esclarecimento, de vez que continua os mesmos erros, os mesmos desmandos anteriores a se repetirem nos nossos dias.

O sr. Pedro Freitas vê-se no fim do seu governo, o mais inoperante que conhecemos, sem tomar enfim outras atitudes mais compatíveis com suas responsabilidades, pelo menos do cargo que ocupa com a mais visível incapacidade.

Uma das causas mais determinantes do fracasso do governo pessedista é, sem dúvida alguma, o erro em que incorreu o sr. Pedro Freitas quando da escolha dos seus auxiliares, realizada, de um modo geral, entre pessoas destituídas de conhecimentos administrativos ou, mesmo, divorciadas, completamente, das responsabilidades funcionais que se lhes impõem o cargo.

O atestado mais autêntico desta nossa assertiva é, inegavelmente, o que vem acontecendo no Departamento de Estradas de Rodagem entregue ao incompetente engenheiro (?) Benjamim Batista. Com efeito, tal é a desfaçatez e o desplante do titular daquela repartição que os próprios correligionários já não hestiam em atirar-lhe a seta da condenação, pela sem cerimônia mais evidente e deslavada que campeia diuturnamente, desde os negócios mais simples aos contratos mais rendosos de construção de trechos de estrada. [...] (O REI DOS DESFALQUES. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 175, p. 6, 23 maio 1954).

Nas páginas do “jornal das multidões”, era dito que a redação de *O Dia* não fazia “campanha sistemática contra este ou aquele político”, a partir da “cor partidária” a que pertencia, como fez o jornal udenista *A Cidade* (até 1953), e o órgão pertencente à família Freitas, *Jornal do Piauí*. Declaravam que a campanha que se fazia no jornal era a de esclarecimento do povo, a fim de que ficassem cientes dos erros e desmandos da gestão pessedista, sobretudo, em 1954, quando os candidatos a governo do Estado pretendiam ludibriar os eleitores por meio de falsas promessas, da demagogia e da falácia, como alegavam ter acontecido nas últimas eleições que deu vitória, à época, ao candidato Pedro Freitas.

Como órgão “independente, político e noticioso”, afirmavam que o jornal deveria expor aos seus leitores as “mazelas dos governantes” (POLÍTICA DE DESTRUIÇÃO. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 180, p. 6, 27 jun. 1954). Na esteira desta norma traçada para o jornal, em 1954, redação de *O Dia* mantinha a postura de criticar as más ações administrativas, sem que perdessem o “ânimo” e a sustentação do poderio alcançado pelo “jornal das multidões” no

Piauí. Assim, diziam que os esclarecimentos apresentados aos leitores por meio das críticas e das denúncias contra o governador Pedro Freitas e sobre a situação política do PSD do Piauí, considerada “melindrosa”, era somente um balanço das forças políticas do Estado, a fim de que o povo tomasse um rumo certo nas eleições de 1954 (*O Dia*, Teresina, ano IV, n. 185, p. 6, 25 jul. 1954).

Compostas as chapas com os candidatos da eleição a governo do Piauí, em 1954, a previsão do jornal *O Dia* para a hoste pessedista não era animadora. A “Coligação Democrática Trabalhista¹¹⁶” apresentou os nomes do gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra para governador do Estado e de Francisco Ferreira de Castro, para vice-governador. Por sua vez, a chapa da “Aliança Democrática Progressista”, que representava as “Oposições Coligadas”, apresentou os nomes dos políticos Lustosa Sobrinho, para governador, e Chrysippo de Aguiar, para vice-governador. Dessa disputa das coligações pelo cargo de governo do Estado, o jornal *O Dia* afirmava em sua página que o resultado final das eleições daria vitória ao candidato da “Aliança Democrática Progressista”, coligação de oposição ao governo do Estado. De acordo com os dados informados no jornal, o critério utilizado para preverem o resultado final das urnas se dava com base no número dos colégios eleitorais que os partidos tinham maior poder de mando, e também nos acontecimentos diários que indicavam a insatisfação popular em torno do governador Pedro Freitas.

Embora o jornal se dedicasse a prever o resultado final da eleição de 1954, sempre de modo favorável ao candidato das “Oposições Coligadas”, em nenhum momento o órgão definiu, de forma escrita ou direta, o seu apoio a qualquer um dos candidatos a governador do Piauí. Ao contrário, alguns jornalistas se empenharam em produzir discursos que negavam qualquer ação do proprietário e/ou dos jornalistas de *O Dia* de apoiar publicamente no jornal um candidato a governador. Para Rajá-Mi, a função dos jornalistas e políticos vinculados ao jornal *O Dia*, em 1954, era observar os acontecimentos e analisá-los, sob a ótica da verdade dos fatos; neste sentido, sua obrigação era “[...] lutar, por todos os meios, contra todas as adversidades, pelo soerguimento do Estado e pela redenção de nossa [...]” (RAJÁ-MI. *Nos bastidores da política. Os traidores. O Dia*, Teresina, ano IV, n. 197, p. 1, 9 set. 1954).

Na coluna “Nos bastidores da política”, Rajá-Mi, escrevendo na primeira pessoa do plural, afirmava à redação de *O Dia* que não advogava por nenhum dos candidatos, nem tinha preferência eleitoral, nem candidatos, nem candidaturas. Do mesmo modo, sua opinião era que a política piauiense deveria ser afastada dos “grupos e dos grupelhos”, bem como dos

¹¹⁶ A “Coligação Democrática Trabalhista”, em 1954, correspondia à aliança entre os partidos PSD e PTB.

“marreteiros”, “negociantes e exploradores da honra e da dignidade publica” (RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. Os traidores. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 197, p. 1, 9 set. 1954). Apesar de deixar evidente sua apreciação sobre a situação política em plena campanha eleitoral de 1954, o jornalista Rajá-Mi, fazia uma espécie de autoavaliação de sua prática jornalística, afirmava que sua observação sobre o fato político piauiense não era feita com despeito ou por paixão partidária, já que tinha como meta apresentar a verdade dos fatos.

Tal como Rajá-Mi, o jornalista Petrus Mauricius, também falando em nome do jornal, pontuou que a postura da redação de *O Dia* e de determinados políticos, assumida nas matérias jornalísticas, se fazia no intento de advertir e orientar o eleitor, mostrando para ele a dimensão do merecimento, ou não, de cada candidato. Assim, independente do candidato eleito para governar o Piauí no quadriênio de 1955 a 1958, a posição do jornal seria a seguinte:

[...] a nossa posição será uma só: oposição. Não recuaremos na nossa tarefa de defender os altos interesses de nossa terra e o futuro comum do heróico povo piauiense. Mas faremos oposição construtiva, num clima de serenidade e respeito ao poder constituído. Amanhã, como hoje, conservamos a mesma orientação imparcial para, daqui, podermos criticar erros e louvar todos os atos em que reine a justiça e brilhe o direito.

Não nos deixaremos arrastar, jamais, pelas paixões partidárias. Não empestaremos, nunca, o nosso apôio a causas indignas. Não faltaremos, em qualquer circunstância, a dever cívico de batalhar as boas batalhas jornalísticas, com a retineidade do magistrado cõscio dos seus deveres, quando em jogo, esteja a felicidade da família piauiense.

Faremos oposição sim, mas sem sistematismo. Dentro da mesma linha de conduta de hoje, criticaremos e aplaudiremos os atos dos governos, tanto estadual como municipal. O nosso objetivo é um só: combater o êrro e apontar o caminho seguro da verdade.

Poucos, por certo, são os que se hão de dar com as nossas normas porque, hoje, a maioria prefere sempre a penumbra, onde possa ocultar os seus deslizes, ao terreno ensolarado em que todos podem ver e sentir a verdade (MAURICIUS, Petrus. A nossa posição. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 205, p. 1, 17 out. 1954).

Na mesma edição em que o jornalista Petrus Mauricius firmava a posição do jornal de “oposição construtiva” ao novo governador do Piauí, foi publicada na coluna “Humorismo” um diálogo no qual o interlocutor Camal Jorge Cury teria dito: “[...] Ouvi dizer que o Diretor de “O Dia” foi adquirir mais máquinas e fará oposição ao governo do Gal. Gaiôso,¹¹⁷ isto é, oposição construtiva [...]”(HUMORISMO. Reportagem de K.W. Quem quiser que acredite. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 205, p. 4, 17 out. 1954). Não foram pesquisadas as edições de 1955

¹¹⁷ Refere-se ao Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, que era cunhado do governador Pedro Freitas e candidato do PSD nas eleições de 1954 para o cargo de governador do Estado. Da apuração dos votos, o candidato gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra foi eleito governador do Piauí para o quadriênio 1955 a 1958.

a 1958, para analisar qual a posição do jornal para orientar a produção de discursos e de sentidos sobre o Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, que foi eleito governador do Piauí, em 1954. Entretanto, esse comportamento adotado pelo proprietário/diretor de *O Dia*, Raimundo Leão Monteiro, era bem comum no Brasil, principalmente, em anos de eleição.

De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p. 74), “apoiar ou não um candidato – sobretudo em período eleitoral – não era apenas uma opção ideológica, mas também econômica”. Considerando que a maioria dos jornais no Brasil tinha uma renda deficitária, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) afirma que muitos deles sobreviviam à custa de golpes financeiros e favores oficiais. Deste modo, a opção política do dono do jornal se transformava num bom negócio, pois isto significava a ampliação da sua força política e a garantia considerável de fonte de renda para manter as oficinas do jornal em funcionamento. Por conseguinte, entende-se que, por um lado, as relações políticas baseadas nos laços pessoais, nos interesses imediatos e nas relações de compadrio e de clientelismo foram importantes para o financiamento da modernização da imprensa brasileira; por outro lado, o atrelamento dos donos de jornais aos grupos de poder impediu o desaparecimento dos jornais de opinião no Brasil.

Assim, em seu estudo sobre a imprensa carioca nos anos 1950, Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) afirma que, na segunda metade do século XX, a política ainda exercia forte influência no comportamento da empresa jornalística, inclusive, interferindo na estruturação de sua dinâmica. Apesar de muitas empresas jornalísticas se autointitularem de “modernas” porque haviam passado por reformas técnicas, gráficas e editoriais; isto não foi suficiente para garantir a autonomia dos jornais que continuavam cumprindo um papel nitidamente político e panfletário. Com efeito, o apoio que “emprestavam” aos grupos que estavam no poder ou na oposição ainda era um fator importante para a sobrevivência de muitas empresas devido às ajudas de crédito, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade etc. (RIBEIRO, 2007, p. 41). Assinale-se que o campo jornalístico só conseguiu sua “autonomização” em relação ao campo político quando a publicidade e a venda do jornal foram capazes de, sozinhas, sustentarem financeiramente as empresas jornalísticas.

Nos três últimos meses do ano de 1954, as matérias publicadas em *O Dia*, que abordavam as ações do governador Pedro Freitas, são carregadas de explicações sobre a posição política partidária do jornal e as críticas contra o governador, publicadas, praticamente, em todas as edições que circulavam duas vezes por semana. No que diz respeito às matérias com, ou sem, assinaturas ou, ainda, assinadas com pseudônimos, observa-se o

cuidado dos jornalistas em apresentar o jornal *O Dia* como apartidário e sem preferência a candidatos ou candidaturas.

Igualmente, sustentava-se, repetidamente, a ideia de que o jornal não defendeu candidato e não firmou posição política partidária porque a função de *O Dia* deveria ser a de apontar os erros do governador Pedro Freitas para informar, formar e orientar o eleitorado na defesa da coletividade. Do mesmo modo, havia um esforço da redação de *O Dia* em afirmar que a crítica apresentada ao governador do Estado no “jornal das multidões” não poderia ser entendida como crítica sistemática ao PSD ou a família Freitas, muito menos servia de gáudio para qualquer facção política. Cabia ao jornal, portanto, o trabalho de manter-se na posição de “atalaia” para mostrar aos governantes as providências a serem tomadas para a manutenção da ordem administrativa. No jornal *O Dia*, dentre as várias funções que o jornalista dizia assumir, ele atuava como “orientador político”, e, nesta tarefa, deveria ser ousado para apresentar sugestões e medidas saneadoras para serem adotadas pelos governantes, para resolver os problemas do Piauí e os anseios da população, mesmo que, para tanto, o jornalista corresse o risco de ter a ojeriza da opinião alheia (ESTRADA DO MAL. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 216, p. 1, 16 dez. 1954).

Nesse contexto, sobre a gestão do governador Pedro Freitas, que durou de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955, o jornalista Rajá-Mi avaliava que a redação de *O Dia* tinha “[...] muitas verdades a dizer, que daqui, em outras oportunidades, serão ditas. Se agradam não sabemos. Mas que refletem o pensamento da maioria dos piauienses é uma verdade incontraditável. Por isto, destas colunas, continuaremos a dizê-las. E aqui fica uma” (RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. O inventário de Pedro. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 215, p. 1, 12 dez. 1954). O discurso do jornalista, por sua vez, denota sua postura como representante do povo na imprensa, e responsável pela formação e orientação da opinião pública.

Na visão do jornalista Rajá-Mi, no período administrativo do governador Pedro Freitas, o Piauí foi “explorado” e “martirizado”, na medida em que o “caçador de pebas de Livramento” foi incapaz de tirar o Estado da penúria e do sofrimento. O jornalista considerava que a incapacidade pessoal, a cegueira partidária, as nomeações inúteis e desnecessárias do governador Pedro Freitas motivaram um descalabro administrativo nunca dantes visto no Piauí (RAJÁ-MI. Nos bastidores da política. Piauí explorado, martirizado e sofredor. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 205, p. 1, 17 out. 1954). Para o jornalista de pseudônimo Califas, o papel que o governador exerceu no Palácio de Karnak foi, simplesmente, o de “boneco de molas”, visto que serviu apenas de instrumento para a realização de benfeitorias exigidas por seu

secretariado, que culminou na ação torturante do atraso do funcionalismo público e na decadência econômica e financeira do Estado (CALIFAS. Governo desmoralizado. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 205, p. 1, 17 out. 1954). O jornalista Vinicius, por sua vez, considerava que o governador Pedro Freitas possuía “um cérebro de escassa capacidade para raciocinar”, e apesar do esforço de racionar e estudar o melhor meio para deixar o Palácio do Karnak no último ano do seu mandato, teve que enfrentar os “olhares escaveirados dos funcionários públicos” (VINICIUS. Dobre a finados. *O Dia*, Teresina, ano IV, n. 209, p. 1, 14 nov. 1954). Neste ponto de vista, continuavam os jornalistas de pseudônimos: Petrus Mauricius, Barão das Pubas, Bagdad e Observer.

Com efeito, pode-se notar que, a partir de 1952, cada vez mais a prática jornalística de *O Dia* se distanciava dos princípios da “boa imprensa” e do jornalismo moderno, que retoricamente eram alegadas como normas da produção do discurso jornalístico que veiculava em suas páginas na forma de notícia. Mesmo que para alguns políticos fosse visível a linha editorial de *O Dia*, pendente para defender ou atacar um governante e, por extensão, o partido político no qual ele pertencia, o proprietário/diretor do jornal, em conjunto com sua equipe de redação, afirmava sua linha editorial de independência aos partidos, grupos ou facções políticas. Mais do que afirmar que o jornal *O Dia* defendeu este ou aquele partido ou político, vale ressaltar que a prática jornalística de sua redação a favor ou em desfavor ao governador Pedro Freitas foi racionalizada e institucionalizada de acordo com os interesses políticos e partidários do dono do jornal, dos jornalistas e dos políticos que faziam da imprensa uma arma de poder político. Daí a redação definir o jornal *O Dia* como “trincheira” e de “atalaia” para o exercício de um jornalismo combativo de cunho político partidário.

Assim, o lema do jornal *O Dia* de “independente” e “noticioso”, realçado retoricamente como traços de uma prática jornalística moderna, objetiva e imparcial, era colocado em xeque na medida em que sua redação opinava com veemência sobre o fato político piauiense. Nesse aspecto, as marcas do jornalismo de tradição deixadas pelo discurso jornalístico de *O Dia* se revelavam com maior força que o jornalismo moderno, a exemplo do uso de uma linguagem grosseira e virulenta, com o uso de pseudônimos pelos jornalistas, quando pretendiam destruir seu adversário político com ataques e agressões por meio de uma retórica corrosiva, construção de apodos para desqualificar os políticos e as “fragilidades” da redação frente a seu compromisso com a verdade dos fatos. Mesmo constatando tais dados, não se pode negar que foram implementados elementos do jornalismo moderno na oficina e redação de *O Dia*. Isto pode ser observado através dos incrementos tecnológicos que foram acrescentados à oficina do jornal *O Dia*, às determinadas mudanças gráficas da folha, à

estruturação empresarial da redação. Não obstante essas mudanças, em *O Dia*, foi marcante a permanência de uma prática do jornalismo de tradição; ou seja, dos jornais político/partidários, marcados pela polêmica dos comentários, no combate por meio do discurso, e que serviam de instrumento a serviço de seus donos.

«O ocupante do palacio governamental ainda não praticou um só ato de interesse publico»

(DE "NA LINHA DE FRENTE")

A Cidade

Diretor-responsavel: --- PROFESSOR COSTA ANDRADE

ANO 1

TERESINA, 27 DE JULHO DE 1951

NUMERO 1

Onosso programa -- Na linha de frente --

E. Aguiar

Apresentamos, hoje, aos nossos leitores o primeiro numero de «A Cidade», um jornal salido do seio do povo para servir ao povo.

Uma folha que não pode, ainda, circular facilmente, e que ostenta tambem uma feição acanhada e modesta, dada as mil dificuldades que tivemos de enfrentar; mas que conta com dirigentes cheios de entusiasmo e boa vontade, e que estão dispostos a tudo fazer no sentido de, nos poucos, melhorar o seu aspecto.

O nosso jornal terá feição politica e nas duras lidas jornalisticas que nos esperam, adotaremos os principios e postulados que norteiam o Uniao Democratica Nacional. Ficaremos opozição. Mas uma opozição da maneira correta interpretamos, isto é, construtiva, elevada e dentro dos sacos principios de ética jornalística. Jamais desceremos ao lamçal da degradação a que chegaram os nossos adversarios na campanha passada. Não gerdo nossas armas a mentira, a infâmia, a calúnia, a difamação e o sabonão, tão habitualmente usados contra os nossos candidatos no ultimo pleito.

Seremos, porém, duros e implacáveis na defesa dos interesses do povo e, mais ainda, no combate aos erros e crimes politicos do governo. E lutaremos incessantemente onde quer que se pratique uma injustiça ou um atentado contra os sagrados direitos democraticos.

E nesta linha dramática, em que a fome ronda a porta dos pobres e os brios dos salunidos de nossa cidade; em que lavas de deslealdades, assaoadas pela miséria, batem em vão todas as portas do governo, deste governo de comerciantes e tubarões, a nossa posição será indiscutivelmente ao lado dessa gente sofredora, obrigada em nossas colunas as suas queixas e solidarias na sua luta, desumana e desigual contra as feras do cambio negro, que saciam a voracidade, impunemente, no sangue e na carne das classes menos privilegiadas.

E este em síntese o nosso programa. E para que o possamos cumprir até o fim sem desfalecimentos; e para que nós mesmos não meamos devorados por essa alcatifa de lobos esfaimados, pedimos a ajuda do povo, desse povo bom e valoroso, que sempre esteve conosco.

Ha vitórias que voltam e derrotas que enobrecem.

Não quero dizer com isto que o resultado de ultimo pleito no governamental me tenha elevado e deprimido o meu vilofoso contentor. A meu ver, tanto ele como os condatoes os acatamos que danças eramos. Apenas o cargo apachou-se para receber o seu novo occupante como o dramelario que se solbeja para o faldino montor. Também não posso dizer que recebi com agrado a derrota de minha candidatura. E certo que ela me trouxe insatisfacões benéficas, mas nenhuma tem o direito de se alegar ou mesmo de se conformar com uma injustiça, mormente quando a maioria do povo pleiteante. Constatando a vontade dos eleitores, mantendo a integridade da Justiça Eleitoral igualitativa, sem tirar nem por, a conta, a candidatura, feno, principalmente a soberania popular, anulada o direito do povo de escolher seu governante.

Entretanto, não inveto no meu adversario, a jornada que eu supre triunfal pois se me interesse a trabalhar a verdade fazemos pela qual o levarmos a Karnak, certamente me afastaria da minha consuetudinaria forma de proceder.

Ao aceitar a candidatura a governante do Estado, declarei que o farei como o magar a árduo de minha vida de publico, iniciado pelo desejo inequívoco de servir a minha terra empregando em seu benefício as energias que a idade ainda não gastara.

Ha condições e na imprensa contei a minha condita passada e disse o que preferia fazer se fosse eleito. Não formulei promissas demagogicas, nem o

cia administrativa, com apereveis provelos.

E um cabide de emprego, teido acumulado, ilegalmente, até ha pouco, as fuções de deputado lizeleado, sem a parte dos subditos, e as de professor da Faculdade de Direito, já federalizada.

Não satisfeito com tudo isto, o queis contigua que o governador mandasse, em virtude da Assembleia Legislativa, um projeto de lei criando a cargo

prei consciências com diáritro a vista cu atinando terras a serem resgatadas pelo Tesouro do Estado.

Não sei, ao certo, como procedeu o meu opozição, mas é fora de duvida que a sua ascensão ao poder não foi por culpa do voto do povo.

Seja como fór, o fato é que ele está ao governo e fazendo justamente, o que era de esperar que fizesse. O pior para ele é que o premio tã desejado pela sua vaidade e que tantas concessões perigosas lhe custou, é uma carga excessiva, que está esmagando, cruelmente, a sua debilidade.

Antes da alçada em que o envolveram, o atual inquilino de Karnak era tido e havido, ainda com justiça, em conta de bom moço, de negociante honesto, escravo de seus compromissos. Mas, para bem governar não bastam boas intenções e honradez comercial. De boas intenções orientadas, está calçado o inferno.

O governo precisa de inteligência e cultura, que lhe permitam lidar elevadas, o emissoes a traduzi-las em clareza e elegancia, e sobriedade, o quem na realidade de seus planos e na solidez acertada dos multiplos e complexos problemas da administração publica.

De mentalidade mediocre e ínfima, o governador, que a lyação Eleitoral nos impõe, em vez de governar, está desgovernando governando pela ambição inaproveitavel da camandila que o cerca.

Não se pode negar que ele tenha feito a escolha de seus auxiliares com rara felicidade. Não todos, como ele proprio, de visão anormal, altopes, pretitias, curibicos, astigmatas, ou falomitos. Dos que o ajudaram, apenas um, o filho Dedé, deve ter alguma pratica de governar.

Atual de procurador fiscal, com gulos vestidos e pingues percentagens, sieturo que seleta um chod sob medida para sua privilegiada enega. Felizmente o projeto está por falta de apoio firme da bancada paulista. E que entre os seus provelos cortigonados, Edgard conta com cordiais e volutas antipatas.

A sua vaidade é tão grande, que nem o pedestal que empede tudo, o pode comportar.

pois, como é sabido, já exercea as funções de governador do Rotary.

O occupante do palacio governamental ainda não praticou um só ato de interesse publico. Até agora se tem limitado a demitir centenas de funcionarios identitias, muitos dos quais com estabilidade garantida pela lei, a assumar, passivamente, a responsabilidade de violências praticadas pela policia.

O diretor do Departamento da Fazenda, um detestado paulista e sigorrico, especialista em discursos bestalógicos e que se pode ter arrependido economia e finanças em bancos de joia de azar.

O delegado de Segurança Publica e comandante da Guarda Civil, o famoso e famoso major Samuel Castelo Branco, já uma vez expulso da Policia Militar por incapacidade moral.

Em nomeado fiscal de rendas, o individuo José José Maranhão, que está sendo processado por se ter apropriado, indebitamente, de mais de cem mil cruceiros, que lhe custou o inspetor da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, Raul Dias de Andrade, para a compra de bonus de guerra. «O Dia», jornal peccidista, critico, acerbamente, esse

(Continua no 4º pag.)

Convenção Estadual da U. D. N.

Segundo informações da Secretaria Geral da U. D. N. ficou deliberado entre as representações federal e estadual o Distrito Estadual do Partido que a Convenção Estadual da U. D. N. no Estado, será realizada em dezembro, do corrente ano, dividindo o conclave em duas partes: a primeira em forma de eleição para a recente Convenção Nacional.

A "CIDADE"

Leva ao conhecimento de seus leitores que, a partir da proxima semana, circulará todas as terças e sextas-feiras a tarde.

Ganancia Insaciavel

A ambição de Edgar Vilanova não tem limites.

Desistido de escrúpulos, como de cabelos, fudi o estorço do famigerado casaca se concentra na mania morbida de juntar dinheiro.

Na ultima campanha eleitoral, enquanto os outros candidatos gastaram as suas economias e muitos ficaram endividados, Edgar ganhou a elegibilidade de deputado estadual e mais durante mil cruceiros que depositou no Banco de Brasil. Disse que eledecios não ter feito o depósito desse dinheiro eleitoral, no

Banco Agricola, que paga melhor juro, com medo do Joazeiro.

Como agiota, o filho adotivo de Evilla-lo trata com inaudita crueldade, os infelizes que casam nas suas garras de judeu.

Como advogado, tem vantagens extraordinarias, que lhe dão rendosa clientela. É sabido que ele manipula as sentenças de certo juiz, cujas decisões são todas, sem falhar uma só, favoráveis aos seus constituintes. Tem, além disso, as boas graças da maioria do Tribunal, que explora em proveito de seus honorários. Exerce, tambem, advoca-

Grande Novidade no Comercio de Teresina

A Proxima inauguração das novas instalações de «A SAMARITANA» - A melhor ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE TERESINA Tecidos - Calçados, Chapéus Perfumarias - Renda Bateria e um Assortido de Novidades - AGORA.

contra em breve, A SAMARITANA, á praça Rio Branco n. 268 e pela rua Eusebio Martins, 1118

5 O GOVERNADOR PEDRO FREITAS NA MIRA DA OPOSIÇÃO: REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PSD NO DISCURSO JORNALÍSTICO DE A CIDADE

Este capítulo discorre sobre o governador Pedro Freitas (PSD) na mira da oposição, no discurso jornalístico de *A Cidade*. Ao contrário de *O Dia*, que buscava firmar posição de jornalismo independente e noticioso, o jornal *A Cidade* foi instalado com o interesse de pôr fim ao silêncio o partido udenista. Os políticos fundadores do jornal consideravam que era de capital importância para a UDN ter um órgão de publicidade que pudesse manifestar os propósitos dos correligionários e colocar em destaque a letargia do governo que tinha como representante um pessedista, o governador Pedro Freitas. Até julho de 1951, mês em que o jornal fez circular sua primeira edição, os interlocutores de *A Cidade* consideravam que certos jornalistas da imprensa local haviam ficado calados quando o assunto em debate era o fato político piauiense. De acordo com o jornal *A Cidade*, o silêncio se fazia na imprensa de Teresina porque os jornalistas tinham medo de sofrer perseguições políticas, ou porque se interessavam apenas em fazer elogios, ou mesmo se limitavam a publicar matérias que atestavam a situação de penúria do Estado e a fraqueza do governador Pedro Freitas de forma escondida nas colunas do jornal *O Dia*. Traçando as diferenças entre as instituições jornalísticas, o jornal *A Cidade* definia sua linha editorial de acordo com os interesses de um grupo de políticos da UDN que pretendiam fazer do jornal um instrumento político de defesa do partido e de combate contra o governo do PSD e os demais órgãos de imprensa governistas.

Declaradamente udenista e de oposição ao governo do Estado, os jornalistas de *A Cidade* fizeram de suas páginas um espaço privilegiado para tecer críticas e ataques de cunho político/partidário, não só ao governador Pedro Freitas, mas a todo e qualquer outro órgão de imprensa que publicasse algum tipo de comentário laudatório ao chefe do Executivo estadual, ou que demonstrasse apoio direto ou indireto ao governo do PSD. Nesta postura, seu principal alvo foi o governador do Estado, o pessedista Pedro Freitas e, por extensão, o *Jornal do Piauí*, que era mantido financeiramente pela família Freitas e por políticos do diretório estadual do PSD. Por meio de uma linguagem virulenta, o jornal *A Cidade* criticava e denunciava tudo o que considerava desmando político do governador Pedro Freitas, tais como sua improbidade administrativa e de seus secretários. Nas quatro páginas que compunham as edições de *A*

Cidade, foram redigidas e impressas várias matérias que abordavam, primordialmente, o fato político de forma individualizada, na imagem do governador do Estado do Piauí, no período de 1951 a 1953.

Como instituição jornalística legitimada para ser o porta-voz da facção política da UDN, o jornal *A Cidade* admitia o caráter de parcialidade da matéria jornalística que se referisse às disputas partidárias entre as duas maiores agremiações – PSD e UDN; porém advertia ter “a verdade” como um valor indispensável da notícia que veiculava. A prática discursiva de *A Cidade* era definida pelos jornalistas que, no exercício ético da profissão, se apresentavam como críticos do governador Pedro Freitas visando agir na defesa dos oprimidos e na elevação da democracia. Assim, através da leitura das matérias publicadas nas edições de 1951 a 1953 do jornal *A Cidade*, pode-se analisar o discurso jornalístico de combate ao governador Pedro Freitas, produzido pelos jornalistas desse órgão e, ainda, inferir sobre as práticas jornalísticas desse período.

5.1 “Desgoverno”, “anarquia” e “desonestidade” do governador Pedro Freitas na visão do jornal *A Cidade*

Durante os anos em que o jornal *A Cidade* circulou em Teresina, é significativa a quantidade de matérias que foram publicadas sobre o governador Pedro Freitas. Sustentando uma posição partidária de oposição ao governo do Estado, os jornalistas de *A Cidade* parecem ter reservado boa parte do horário de suas obrigações para acompanhar as decisões do governador Pedro Freitas e, então, ocupar-se em descrevê-las na folha. No Palácio de Karnak, ou fora dele, o chefe do Executivo estadual eleito pelo PSD, em 1951, estava na mira dos jornalistas de *A Cidade*, a ponto de suas ações administrativas, e até pessoais, serem analisadas e avaliadas pelo olhar crítico daqueles que afirmavam agir em consonância com os deveres da imprensa de oposição e com os princípios éticos da prática jornalística.

Nessa posição, os jornalistas de *A Cidade* declaravam categoricamente que o seu dever era denunciar os desmandos administrativos do governo e defender os interesses do povo. A cada edição publicada, mais de uma matéria abordava a atuação do governador Pedro Freitas e de seus secretários, geralmente, com o intuito de incitar na imprensa uma discussão político/partidária pelos jornalistas e políticos. Quando *A Cidade* surgiu em julho de 1951, a batalha discursiva travada por este jornal se fez mais diretamente com o jornal *O Dia*, até a circulação da primeira edição do *Jornal do Piauí*, em 30 de setembro de 1951. Desde então, não só mantinham uma produção discursiva em torno do governo de Pedro Freitas, principal

motivo da batalha discursiva entre os jornais, como também incluía no debate a análise crítica da prática jornalística de todos aqueles que colaboraram com o *Jornal do Piauí*, através da publicação de matérias elogiosas ao governo do PSD.

Desde a primeira edição de *A Cidade*, já era declarada a posição político/partidária do jornal, como já foi exposto. Criado por um pequeno grupo de políticos udenistas, e definido como “jornal municipalista”, afirmava-se que a linha editorial do semanário seguia a orientação do partido e os princípios ideológicos da UDN. Advogando pela democracia, os jornalistas reforçavam a importância da liberdade de pensamento, de palavra, de reunião e de imprensa, principalmente, após 1945 quando a UDN surgiu no palco da política nacional. Como “jornal político e de interesse do povo”, o jornal *A Cidade* prometia manter-se vigilante, para exercer o livre direito de fazer crítica jornalística a qualquer governo. Assim, defendia-se que no exercício do seu dever de imprensa de oposição, cabia ao jornal *A Cidade*:

[...] falar, gritar bem alto, as falhas governamentais, a fim de que o abismo do egoísmo não trague com suas fauces hiantes, os direitos que temos adquiridos.

É por isso que não deixamos de criticar a inépcia do sr. governador, que deixa morrer á fome a pobreza de Teresina; quando, com medidas severas impedindo o cambio negro e a gulodice dos tubarões, poderia aliviar a miséria que pesa á população. Não dizemos que ele distribuia ás mãos cheias de outros dos seus cofres ducais, pois isso não traria solução ao caso, antes apareceria outro Tolstoi na história; mas queremos que ele saiba dirigir com honestidade o governo que a Justiça Eleitoral lhe deu.

Não podemos deixar de criticar a falta de diplomacia (qualidade inata a um dirigente) do sr. Pedro de Almendra Freitas, que ao se encontrar no Rio de Janeiro, nada mais soube fazer, senão abrir a boca e olhar os arranha-ceus, esquecendo os destinos do pobre Estado que diz dirigir... [...] (NOSSA POSIÇÃO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 25, p. 1, 19 out. 1951).

Com base no discurso de “defesa” da democracia e dos pobres, o jornal *A Cidade* direciona sua crítica jornalística ao governador Pedro Freitas, apresentando-o ao leitor como um governante incapaz de resolver os problemas socioeconômicos do Piauí. Deste modo, o jornal *A Cidade* exigia do governador medidas enérgicas para retirar o Piauí da crise econômica e financeira que impedia seu progresso. No entanto, parece que o foco da matéria jornalística não tinha apenas interesse em mostrar que a pobreza do Estado encontrava-se na sua pequena receita. Antes, o discurso foi construído no sentido de apresentar o chefe do Estado como um governante que, em termos políticos, não tinha capacidade de tirar o Piauí da crise econômica e financeira por não conter determinadas qualidades consideradas imperativas a um bom governante.

Os jornalistas de *A Cidade* conceituavam um “bom governante” como um homem dotado de experiência política, tino administrativo, cultura e honestidade. Na falta dessas qualidades, o governador Pedro Freitas era mostrado como um governante “incapacitado” para o cargo, uma vez que não possuía experiência política nem de administração pública; e, em termos de cultura, sua representação era diminuída por não ter ele um curso superior (O APEDEUTO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 41, p. 1, 14 dez. 1951). O governador Pedro Freitas era corriqueiramente referenciado no jornal apenas como “comerciante” ou “coronel”, termos que indicariam sua limitação para a administração do Estado. Partindo desses elementos, era construída no jornal a imagem do governador Pedro Freitas como um administrador “inepto”, “falho”, “desonesto” e “sem diplomacia” para o cargo do qual foi diplomado em 31 de janeiro de 1951.

Presos aos princípios doutrinários da cartilha udenista, os jornalistas de *A Cidade* afirmavam que era dever do jornal “defender os oprimidos” e “sustentar os fracos”. Por isso, o jornal *A Cidade* se colocava no papel de “desmascarar” qualquer político que ameaçasse destruir os direitos do povo. Na política, nas urnas e na imprensa, a UDN tinha como principal rival o PSD. Não obstante, as brigas ideológicas vivenciadas no campo político se estendiam ao campo do jornalismo. E, neste, os chefes do Executivo estadual e municipal se tornavam os protagonistas das matérias jornalísticas, sobretudo, porque a política e as querelas partidárias ainda eram o tema preferido dos jornalistas e dos políticos que publicavam matérias nos jornais. No caso do jornal *A Cidade*, seus jornalistas buscavam alimentar suas páginas com matérias em que o prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, eleito pela UDN, e o governador do Piauí, Pedro Freitas eleito pelo PSD, apareciam como elementos centrais da batalha discursiva que pretendiam travar com os demais órgãos de imprensa existentes em Teresina, sobretudo os de orientação pessedista.

É possível observar, nas matérias pesquisadas do jornal, que a prática jornalística desempenhada em *A Cidade* se justificava pela própria definição política e doutrinária do partido udenista. De acordo com os Estatutos da UDN de 1951, o partido sustentava o seguinte programa: “prática do regime democrático e das liberdades fundamentais, pela moralidade e eficiência administrativa, pela elevação do nível de vida do povo e progresso material, cultural e cívico no Brasil” (ESTATUTOS, 1951, p. 1). No jornal, a UDN era definida como o partido do povo. Sendo o jornal *A Cidade* o meio de comunicação responsável pela veiculação do pensamento e do sistema de ideias do partido udenista, o órgão atuaria como um transmissor de sentimentos do povo, e, por este motivo, se colocava na defesa de suas causas, como foi definido no editorial de 23 de outubro de 1951:

[...] Órgão político que tem como bandeira a defesa do Piauí – pobre Piauí que se acha submergido na imensa escuridão da incapacidade do seu governante, sustentado apenas pelos corações fieis a Democracia – e, notadamente, a defesa dos teresinenses que se encontrem lesados em seus direitos – por esse governo, que bem não merece ser tratado como tal, – elevará sempre a sua voz altiva para desmascarar as violências e arbitrariedades, não deixando que o mais forte esmague o mais fraco, como se vem dando na “temporada” do Sr. Pedro Freitas, que chegou ao poder por um ato de violência jurídica. [...] (A CIDADE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 26, p. 1, 23 out. 1951).

O lema do partido udenista “O preço da liberdade é a eterna vigilância” servia de parâmetro para a prática jornalística de *A Cidade*. Após as eleições de 1950 e a diplomação do candidato eleito pelo PSD ao cargo de governador, em janeiro de 1951, a UDN passou a ser oposição ao governo do Estado. Enquanto oposição, os udenistas consideravam dever do partido e de seus correligionários manter-se em vigilância e exercer a crítica, principalmente ao governo central e estadual, cujos governantes pertenciam ao partido PSD; até porque, na Prefeitura de Teresina, o cargo era ocupado pelo udenista João Mendes Olímpio de Melo (1951-1954). Dessa maneira, o lema a “Eterna Vigilância” passou a ser usado para qualificar a postura do jornal *A Cidade* e de seus jornalistas no exercício da cobertura e crítica jornalística do fato político piauiense (NOSSA POSIÇÃO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 25, p. 1, 19 out. 1951). Nesse sentido, o jornal apontaria os erros e denunciaria as improbidades administrativas, as “violências” e os “abusos de poder” do governador Pedro Freitas.

Na opinião do jornal, a crítica produzida por seus jornalistas sobre o fato político piauiense, no período de 1951 a 1953, não era do tipo “sistemática” e “antiquada”, e muito menos considerava que na folha se praticava a crítica de indivíduo para indivíduo, porque tal método caía no terreno das detrações pessoais. Entretanto, na prática, essa determinação ficava apenas no discurso, visto que corriqueiramente os jornalistas de *A Cidade* faziam ataques diretos e de cunho pessoal ao governador Pedro Freitas, aos políticos e jornalistas que se atreviam a defender, direta ou indireta, o governo do PSD. Nas páginas do jornal udenista *A Cidade*, os atos administrativos do governador Pedro Freitas ganhavam visibilidade, mas o discurso jornalístico era produzido a partir do olhar clínico, punitivo e satírico dos jornalistas de *A Cidade*. E embora lançassem mão de termos injuriosos para atacar o seu opositor, o jornal justificava que a produção do discurso de sua redação era assegurada pelos critérios éticos definidos para o jornalismo que eles praticavam e que buscavam definir em 1950.

Assim, “a verdade” sobre o fato político, divulgado pelos jornalistas de *A Cidade*, resumia-se à apresentação do estado lamentável em que se encontrava o Piauí, e na degradação dos costumes políticos que se configurou desde a data em que o “coronel”

comerciante Pedro Freitas assumiu o cargo de governador, em 31 de janeiro de 1951. Na edição de 24 de agosto de 1951, por exemplo, publicavam:

O GOVERNADOR

Ninguém supunha que é por maldade ou mero divertimento, que analisamos e criticamos os atos do atual governo do Estado.

Dizer a verdade por inteiro sobre a lamentável situação do governo de nossa terra, tarefa que *o dever de jornalistas nos impõe, constitui penoso sacrifício*, que profundamente nos entristece e nos envergonha. Mas somos animados no cumprimento da *ardua missão de levar ao conhecimento de todos*, a degradação a que chegaram os nossos costumes políticos, pela esperança de despertar nos bons piauienses, o instinto de conservação própria, de legítima defesa para a reação salvadora de nossas tradições de povo trabalhador, moralizado e inteligente. [...]

Não se pode dizer que o governador Pedro Freitas seja capaz de grandes pecados ou dotados de grandes virtudes. *Em verdade ele não passa de um homúnculo com defeitos e acertos mesquinhos, pequeninos como ele.*

De inteligência rudimentar e inculta, o negociante de Livramento viu-se, de um instante para outro, convertido em governador do Estado, por obra e graça da degeneração de nossas instituições democráticas. [...]

Sem favor, *Pedro Freitas merece ser classificado como o pior governante*, que já teve o Piauí desde o período colonial. Nunca tivemos à frente da administração dos negócios públicos, *uma criatura tão atrasada e inexpressiva* como o atual hóspede de Karnak.

Já que não podemos apelar para *a correção da visceral incapacidade do pigmeu que nos desgoverna*, que só por milagre se poderia operar, o caminho que temos a seguir é *expor e cauterizar as mazelas desse desgoverno, para que a opinião pública contra ele se insurja e entrave a sua atuação demolidora.*

É o que estamos fazendo em benefício desta pobre terra, flagelada pela *imprestabilidade de um governo*, que ela não escolheu, mas lhe impuseram (O GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 9, p. 1, 24 ago. 1951, grifos nossos).

Colocando-se na função de analisar a situação política de 1951, o jornalista da matéria “O governador” acentua o penoso sacrifício e a difícil missão que desempenhava o jornalista. Como intermediário do público, mesmo que o jornalista se colocasse contra as ações indevidas do chefe do Executivo estadual, ele tinha como compromisso maior a busca da verdade. A “verdade” que os jornalistas de *A Cidade* afirmavam publicar em suas páginas, quase sempre, era construída através de uma linguagem virulenta, de maneira que as questões políticas assumiam conotações pessoais com o propósito de atingir um indivíduo para chegar aos fins moralizantes (SODRÉ, 1983, p. 331). Por isso, o destaque para as características físicas e intelectuais do governador Pedro Freitas para representá-lo como incapacitado para o cargo que exercia.

“Homúnculo”, “pigmeu de inteligência rudimentar” e “inculta”, “negociante de Livramento (PI)”,¹¹⁸ através destas expressões, o jornalista trazia à tona a biografia e os aspectos físicos do governador de pequena estatura, que assumiu o cargo aos sessenta anos de idade, e que não frequentou, por muitos anos, a escola formal pelo fato de seu pai, José de Almendra Freitas, considerar que Pedro Freitas deveria trabalhar como comerciante na “Casa Almendra”. A fisionomia do governador Pedro Freitas é associada ao quadro de letargia do desenvolvimento econômico do Piauí que, nos anos cinquenta, enfrentava os problemas de infraestrutura, falta de estradas, queda da comercialização da cera de carnaúba e dos demais produtos agrícolas (MENDES, 2003).

Para os jornalistas de *A Cidade*, o governador Pedro Freitas ocupava um cargo que estava acima de seus méritos. A diplomação do então candidato pelo PSD, em 31 de janeiro de 1951, é vista pela redação de *A Cidade* como resultado da “degeneração das instituições democráticas”; por esses jornalistas considerarem que o Tribunal Superior Eleitoral, no cômputo dos votos válidos e nulos do pleito de 1950, teria se “equivocado” e, por isso, dera vitória eleitoral ao comerciante Pedro Freitas. A ideia construída pelo jornal é que o governador Pedro Freitas ocupava o cargo por uma imposição do Tribunal Superior Eleitoral, e não como resultado da escolha da maioria do eleitorado.

Mais do que apontar a possível “fraude” eleitoral do pleito de 1950, a redação de *A Cidade* considerava que, desde que o “coronel” e comerciante Pedro Freitas fora “guindado ao governo”, ele não soubera resolver os problemas do Piauí. O jornal *A Cidade* argumentava que o governador tinha uma “mente fraca” e “inculta”, sendo comandado por secretários, por não ter coragem nem envergadura moral e social para impor ordem na administração pública estadual. Na matéria “A maldade da bobice”, Pedro Freitas é descrito como um governante sem firmeza para dominar as rédeas administrativas do Estado, de maneira que suas ações se resumiam a tarefas simples e compatíveis com a sua “minguada capacidade”, tais como: assinar papéis sem ler e soletrar discursos feitos por outrem. (A MALDADE DA BOBICE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 18, p. 21, 25 set. 1951).

A preocupação maior da redação de *A Cidade* é com o fato político que ganha formato individualizado, na representação do governador Pedro Freitas. Com o intuito de combater o chefe do Executivo estadual, que tinha como representante um pessedista, classificavam o período administrativo como “desgoverno” e “anarquia administrativa”. As lentes dos

¹¹⁸ O GOVERNADOR. *A Cidade*. Teresina, 24 ago. 1951, ano I, n. 9, p. 1; O TABELAMENTO DE PREÇOS. *A Cidade*. Teresina, 21 set. 1951, ano I, n. 17, p. 4; AGUIAR, E. Na linha de frente. *A Cidade*. Teresina, 27 jul. 1951, ano I, n. 1, p. 1.

jornalistas do órgão udenista, focalizando o ano de 1951, enxergaram o governador Pedro Freitas como o “pior governante” que o Piauí já teve. Assim, no exercício das práticas jornalísticas, que primavam pela “verdade” e pela “justiça”, os jornalistas afirmavam que sua proposta na imprensa era a de “expor e cauterizar as mazelas desse desgoverno, para que a opinião pública contra ele se insurja e entrave a sua atuação demolidora” (O GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 9, p. 1, 24 ago. 1951). Nesse comportamento, a instituição jornalística atribuía para si o papel de censor público que mantinha a “eterna vigilância” do governo, cabendo ao jornalista registrar o fato político piauiense para torná-lo de conhecimento público a fim de informar, formar e orientar os leitores. O lema “eterna vigilância” apontada como princípio da linha editorial de *A Cidade* se aproxima do conceito de imprensa como “observadora atenta da realidade”, como entende José Marques de Melo (1985). Para este autor, a instituição jornalística que atuava como “observadora atenta da realidade” cumpria uma função que correspondia ao jornalismo informativo. Porém, a partir do momento em que a instituição jornalística “reage diante das notícias, difundindo opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê. Nesse sentido, ela atua como conselheira, como formadora de opinião. Essa função corresponde ao jornalismo opinativo” (MELO, 1985, p. 18).

No jornal *A Cidade*, era questionada, e até invalidada, a veracidade do discurso jornalístico veiculado por qualquer um dos outros órgãos de imprensa de Teresina, quando uma matéria apresentava dados de que as ações administrativas do governador Pedro Freitas promovia o desenvolvimento do Estado. Na primeira edição do *Jornal do Piauí*, que circulou em setembro de 1951, a matéria publicada com o título “Realizações do governo” foi resenhada pelo jornal *A Cidade*. Após análise crítica do conteúdo da matéria, os jornalistas de *A Cidade* a ressignificaram. A imagem de “obra fecunda” e “grandiosa” propalada pelo *Jornal do Piauí*, como fruto das “realizações do governo” de Pedro Freitas, foi paulatinamente desconstruída pelo discurso jornalístico de *A Cidade*, a partir da declaração de que a obra do governador, nos oito primeiros meses de seu governo, não passara de pequenos reparos feitos na usina elétrica, no serviço de telefonia e outras ações de pequena significação. Discordando da “magnificência” das realizações do governo propagadas pelo *Jornal do Piauí* e usando como argumento que *A Cidade* deveria esclarecer a verdade dos fatos ao leitor, a redação de *A Cidade* escreveu a seguinte análise:

[...] Estamos longe de conceber o volume e a magnificência das realizações do atual governador. – Positivamente somos imbecis, porque não havia

ainda, descoberto no meio do caos e das trevas, o que o governo já realizou de grandioso e notável.

E para que não diga que fazemos oposição sistemática, vamos divulgar para os nossos leitores, as principais realizações do nosso governador, segundo o editorial do “Jornal do Piauí”.

- 1:) – Criação, na usina elétrica de um grande canteiro (?) de lenha;
- 2:) – Concerto numa peça do serviço telefônico e compra para o mesmo de 12 metros de fios, 4 porcas e 18 parafusos.
- 3:) – Restabelecimento do crédito do governo, estando o Estado habilitado a comprar fiado em qualquer bodega da cidade.
- 4:) – Pagamento do funcionalismo em dia, despresando-se os mezes atrasados.
- 5:) – Compra de gasolina para os carros oficiais do Estado.
- 6:) – Compra de leite no Pirajá para fornecimento ao Sargento, ao cabo e aos soldados que compõem a guarda de Karnak (JORNAL DO PIAUÍ. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 20, p.1, 2 out. 1951).

Denota-se que a primeira edição do *Jornal do Piauí* não passou incólume à avaliação da redação de *A Cidade* que se colocava na postura de oposição ao governo do PSD, em 1951. A felicitação ao órgão e o desejo de que o *Jornal do Piauí* tivesse vida longa na imprensa piauiense aparece acompanhada do desejo de marcar as diferenças da linha editorial e, por conseguinte, da prática jornalística de cada redação. Por isso a advertência aos proprietários, diretores e jornalistas do *Jornal do Piauí* de que suas matérias seriam analisadas e postas em debate sempre que publicassem discursos em defesa do governador Pedro Freitas sem que correspondessem à verdade dos fatos. Isto se dava, principalmente, porque o *Jornal do Piauí* pertencia aos membros da família Freitas e políticos do PSD e ameaçava atuar como “órgão oficioso” do governo do Estado.

Entretanto, antes mesmo de o *Jornal do Piauí* surgir para aguçar as batalhas discursivas entre os órgãos de imprensa existentes em Teresina, em 1951, o jornal *A Cidade* já publicava matérias denunciando os erros administrativos do governador Pedro Freitas. Através de matérias assinadas ou não, o jornal *A Cidade* semanalmente abordava o fato político piauiense em matérias de primeira página. Um dos jornalistas que assumiu a autoria de sua matéria foi Eurípedes Clementino de Aguiar, ainda como correligionário da UDN.

Na matéria “A fixação do câmbio”, Eurípedes Clementino de Aguiar alertava que o equilíbrio das finanças do Estado, divulgado pelos jornais, à época, como resultado positivo da administração do governador Pedro Freitas, era fictício e temerário. Para ele, o que se via no Piauí, nos primeiros meses do governo pessedista, era uma inflação monetária e que a fixação do câmbio, decretada de forma arbitrária pelo governador Pedro Freitas, só aniquilaria com a exportação dos produtos já em crise (AGUIAR, Eurípedes. A fixação do câmbio. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 11, p. 1, 31 ago. 1951). Sob o ponto de vista político e econômico,

a fixação do câmbio de 1951 representaria a decadência completa da exportação dos produtos piauienses, praticamente já reduzidos às matérias-primas extraídas do solo.

Pautado no problema econômico e financeiro do Piauí, a representação dos nove primeiros meses do governo de Pedro Freitas era construída discursivamente num retrato de “desordem”, “anarquia” e “abusos de poder”. No editorial publicado em 5 de outubro de 1951, a redação de *A Cidade* afirmava: “[...] o governador atual, sem justificativas, metodicamente inicia a destruição do pouco que já tinha feito.” (*A Cidade*, Teresina, ano I, n. 21, p. 1, 5 out. 1951). A situação do Piauí representada pelo discurso jornalístico de *A Cidade* dos primeiros meses do governo de Pedro Freitas não era nada animadora. “Fome”, “miséria do povo”, “subida do preço” dos produtos alimentícios, “despoliciamento” e a “paralisação dos serviços públicos” foram mostrados no jornal udenista *A Cidade* como problemas socioeconômicos e administrativos que necessitavam de reparos urgentes.

A produção de discursos em torno da “fome”, “miséria” e “pobreza” da população piauiense ganhou mais atenção em 1952, quando se aproximava da data de comemoração do aniversário do primeiro ano do governo de Pedro Freitas. Para os jornalistas de *A Cidade*, na data de aniversário do primeiro ano da administração de Pedro Freitas, 31 de janeiro de 1952, não havia nada a se comemorar. Exceto, o primeiro ano de “opressão”, “miséria” e “luto” que fora instalado no Piauí pelo governador eleito pelo PSD. Assim, em 1952, travando uma batalha discursiva com o *Jornal do Piauí*, questionava: “Que fez até hoje este desastroso governo, de verdadeiramente útil?”. “E o ‘jornal oficioso do Dedé,’ o que dirá daquilo que está ocorrendo? Chamará de moralidade administrativa tal estado de coisas? [...] O que podemos esperar de governantes governados?” (ESCÂNDALO NA CAIXA BENEFICENTE DOS SERVIDORES DO ESTADO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 52, p. 1, 25 jan. 1952).

Lançadas as perguntas nas páginas do jornal, a cada edição, os jornalistas de *A Cidade* publicavam matérias dando visibilidade à situação de pobreza e miséria da população piauiense, e ao atraso econômico e financeiro do Estado, como resultado do “funesto governo” de Pedro Freitas. Assim, na edição publicada após o dia 31 de janeiro de 1952, data em que se comemorou o aniversário do primeiro ano do governo de Pedro Freitas, o jornal *A Cidade* publicou a matéria “Aniversário funesto”, onde deixa registrada sua opinião sobre a administração do chefe do executivo estadual:

Aniversário FUNESTO

Ontem, 31 de janeiro, assinalou a passagem do primeiro aniversário do malfadado governo do sr. Pedro Freitas, para a infelicidade e degradação do

Piauí. Lançado a força dentro do Palácio, pelo Tribunal do Correia Lima, o sr. Pedro Freitas, matuto traquejado do Livramento, logo de início começou a fazer das suas, aproveitando-se de uma situação privilegiada, que lhe era concedida por um tribunal doméstico.

Findo o primeiro ano de seu governo, deve a esta hora estar pensando em sua consciência se é que ele tem, o mal que ele vem causando a sua administração oca, improfícua, desprovida de quaisquer atos que tenham vindo em benefício da coletividade.

Embora o sr. Pedro Freitas tenha absoluta certeza do fracasso do seu governo, teima ainda em permanecer à frente do nosso Estado, e o que é pior, comemora com festas e banquetes, o mal que vem causando ao Piauí. Certamente, a maldade se arraigou tão profunda na alma do pobre homem que a miséria, a fome, o sofrimento de milhares de piauiense, não lhe comovem. [...].

Triste situação a que atravessamos!!! Enquanto a sêca dizima os rebanhos, resseca a terra, desfolhas as árvores; enquanto crianças barrigudas e impaludadas, morrem a mingua; enquanto sertanejos outrora homens fortes e destemidos, choram lágrimas de dor e sofrimento, por falta de trabalho com que ganhar o pão dos filhos; enquanto centenas de mendigos imploram nas vias públicas a misericórdia humana; enquanto o Piauí inteiro, de norte a sul, eleva galhos sêcos aos céus pedindo clemência, e chuva, o sr. Governador do Estado, se banqueteia e se diverte, e ri, e pisca os olhos, e gagueja, numa cena macabra horrível.

Não se esqueça, entretanto, o sr. governador do Estado, que o povo piauiense, assiste estarecido, tamanho desrespeito ao seu sofrimento. A justiça do povo é imparcial e inexorável. Este primeiro ano de experiência já é suficiente para que o piauiense procure escolher entre os candidatos ao governo do Estado, homens que estejam à altura do cargo.

Diante de tanta incapacidade administrativa, de tantos atos duvidosos, de tantos erros praticados por este governicho chôco, de tanto sofrimento para o povo piauiense, só nos resta, neste aniversário funesto uma cousa: PESAMES, sr. governador (ANIVERSÁRIO FUNESTO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 54, p. 1, 1 fev. 1952).

Da matéria destacada acima, vale ressaltar que a redação de *A Cidade* pontuava, novamente, a questão da diplomação do governador Pedro Freitas nas edições de 1952. Na matéria, o jornal afirmava que a administração do PSD era “improfícua” ao Piauí e que a “incapacidade” administrativa e os “atos duvidosos” do governador do Estado causavam “sofrimento” ao povo. Destacando estes aspectos da matéria “Aniversário funesto”, e em conjunto com outras matérias que também deram visibilidade ao assunto, pode-se concluir que, para os jornalistas de *A Cidade*, as “realizações do governo” de Pedro Freitas não eram nem reais e muito menos palpáveis, como propalava o *Jornal do Piauí* em suas páginas. Do mesmo modo, a redação de *A Cidade* afirmava que, de reais, existiam apenas os desmandos administrativos, as “orgias governistas” e a “anarquia”.

Para contestar os discursos produzidos pelo *Jornal do Piauí*, sobre a “magnificência” das realizações do governo pessedista, os jornalistas de *A Cidade* descreviam as discrepâncias que existiam no governo de Pedro Freitas, tendo como base as festas e os banquetes

organizados para comemorar a passagem do primeiro ano do governo do PSD no Piauí. A questão se modelava a partir do gasto do dinheiro público, visto como desnecessário, em “regabofes” e banquetes encomendados pelo governador Pedro Freitas, enquanto havia uma “multidão faminta que clamava por pão”, dada a situação calamitosa de fome e miséria da maioria da população.

A “fome”, a “miséria” e a “pobreza”, em 1952, foram elementos constitutivos dos discursos produzidos pelos jornalistas de *A Cidade*, para contrapor tudo aquilo que eles denunciavam como “orgias governistas”, definida como sendo o excesso de consumo de bebida, comida e conforto, desfrutado pelo governador do Estado e seus secretários no Palácio de Karnak. Desde 1951, os jornalistas de *A Cidade* já visualizavam a sede oficial do Governo do Estado como um “[...] abrigo de incapazes e inoperantes a gastarem o estofado macio das confortáveis poltronas palacianas e consumindo as verbas da mordomia em constantes animados comes e bebes” (GOVERNO SEM RUMO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 34, p.1, 23 nov. 1951). Os jornalistas de *A Cidade* denunciavam aos leitores que um grupo de privilegiados era quem desfrutavam das benesses bancadas pelo dinheiro do Estado. Por meio da denúncia das “orgias governistas”, os jornalistas de *A Cidade* construíam discursivamente a imagem do governador Pedro Freitas como um gestor “insensível” e “desrespeitoso”, que “ri”, “pisca os olhos”, “gagueja” e “banqueteia” frente ao sofrimento da maioria da população piauiense que passava fome e vivia em condições de vulnerabilidade.

Para contrastar a situação calamitosa e angustiada vivenciada pela maioria da população no governo de Pedro Freitas, os jornalistas de *A Cidade* descreveram, na matéria “A ‘ilha de Karnak’”, a “vida” no Palácio do Governo do Estado, onde o chefe do Executivo estadual e seus áulicos gozavam da tranquilidade bem-humorada.

[...] O governador – deste nem é bom falar – garatuja o nome nos papéis que lhe são entregues pelos secretários e corre para sua fazenda de repouso, onde tira uma soneca e, à tarde, dá-se ao prazer de caçar os pobres pássaros que procuram ávidos as poucas aguadas existentes. Se, pela manhã, dá sua contribuição para desorganizar a máquina do Estado, completa o seu dia no esporte preferido pelos aristocratas.

E esse oásis karnakiano bóia indiferente à nossa sorte, tangido pelas mãos inábeis de Dedé – hoje transformado em estadista. Se o chefe da casa civil dá o tom, o chefe da casa militar dá o corpo – hoje luzidio e achegado em banhas e gorduras, mau grado o fracasso de sua missão eleitoral em Parnaíba.

Apenas Pedro Freitas foge à regra. Enquanto os famulos arredondam-se, êle vê os olhos fugirem-se das órbitas com se não quisessem testemunhar o descalabro administrativo de seu governo; os ombros ainda mais se encovam, como se caíssem sobre si as responsabilidades de um governo que

não sabe administrar e muito menos governar (A “ILHA” DE KARNAK. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 28, p. 1, 31 out. 1951).

De acordo com os jornalistas de *A Cidade*, qualquer pessoa que se desse ao trabalho de avaliar a administração do governador Pedro Freitas se decepcionaria com a maneira pela qual estavam sendo equacionados os problemas do Piauí. Denominado de “aristocrata” pelos jornalistas de *A Cidade*, o governador Pedro Freitas era acusado de proteger seus amigos negociantes que exploravam o comércio local e o bolso dos pobres com a elevação dos preços dos produtos alimentícios; e, ainda, através da prática de defraudar no peso. O jornal *A Cidade* denunciava que os especuladores do comércio de Teresina atuavam sob os olhos complacentes da polícia e do governador do Piauí. Enquanto isso, os interesses coletivos ficavam abandonados por completo. Assim, afirmava-se, nas páginas de *A Cidade*, que carecia ao governador uma tomada de medida séria para frear a ganância dos especuladores, denominados de “tubarões”, e que o governador deveria se colocar ao lado do povo (OS TUBARÕES AMEAÇAM MATAR A FOME DO POVO DE TERESINA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 17 nov. 1951). Para o jornal *A Cidade*, o governador Pedro Freitas agia consciente e criminosamente contra os interesses do Estado e do povo. Nestes termos, descreviam a situação de miséria e de abandono que se encontrava o Piauí, no seu primeiro ano de governo, e exigiam do governador Pedro Freitas que “mandasse às favas” os seus adutores e que tomasse medidas enérgicas e urgentes para servir ao povo e resolver os problemas do Estado.

Um dos apelos jornalísticos de *A Cidade*, para a resolução dos problemas socioeconômicos do Piauí, foi denominado de “campanha em defesa da barriga do pobre”. Através do jornal, publicavam-se matérias que retratavam o quadro desolador do pobre que sofria com o aumento do preço dos produtos alimentícios, e exigiam do governador responsabilidade administrativa sobre o assunto (PELO DEDO SE CONHECE O GIGANTE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 28, p. 4, 31 out. 1951). Os jornalistas de *A Cidade* advertiam o governador Pedro Freitas que já era tempo de ele despertar do “sono letárgico” ao qual se entregava nas poltronas do Palácio de Karnak. Como chefe do Executivo estadual, ele deveria procurar um Delegado da Economia Popular para solucionar o problema que atingia boa parte da sociedade piauiense. O governador ainda era alertado para que não se deixasse levar pelas conveniências particulares dos áulicos e que indicasse ao cargo um homem de moral e escrúpulos (NOVA TABELA PARA A CARNE. Enquanto isso o governo permanece de braços cruzados. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 17 nov. 1951).

Afirmava-se, nas páginas de *A Cidade*, que a campanha feita por sua redação à imprensa não se tratava de oposição sistemática ou demagógica, como supunham os jornalistas do *Jornal do Piauí*, órgão usado pelo governador Pedro Freitas e seus auxiliares, para debater o assunto e defender os interesses do PSD. Muito menos, que o jornal *A Cidade* pretendia criar um ambiente de agitação conduzindo a opinião pública contra o governo. Antes, cabia ao jornal *A Cidade*, no exercício do direito da imprensa livre e democrática, defender os pobres e os interesses coletivos, acolhendo e publicando em suas páginas qualquer denúncia contra os “açambarcadores” do comércio piauiense que tentassem burlar a fiscalização municipal. Afirmavam que o jornal deveria cumprir o seu papel de denunciar às autoridades competentes os responsáveis pela crise social e advertir o governador do Estado do “descalabro” da máquina pública, por não ter “pulso firme” e “inteligência suficiente” para deter os áulicos do Palácio do Karnak, que, de fato, dominavam a administração estadual. Por isso, se verificava um descontrole no aumento do preço dos alimentos, em virtude da exploração do comércio local, por um pequeno grupo de negociantes ligados ao governo do Estado e ao PSD.

O jornal *A Cidade* sustentava, em suas páginas, o discurso jornalístico de que o governador Pedro Freitas fechava os olhos para a situação calamitosa do Piauí no primeiro ano de sua gestão e que ele não estava administrando o dinheiro público em benefício da coletividade. Na matéria “Governo dos banquetes”, novamente, apontavam algumas problemáticas sobre a “ignorância administrativa” do governador Pedro Freitas:

[...] Por que, o governador, ao envés de banquetes, não procura levar um pouco de lenitivo a vida da população acossada pela fome? Nos dirá talvez, que isso não trará melhoria ao povo, e que sempre continuará havendo misérias. Porém, já pensou S. Excia. o que teria de sublime um dia de alegria para um pobre? Fazer sorrir quem chora, se bem que por poucas horas, já é alguma coisa. Todavia, o coração do atual governador, inflado de orgulho, apenas reflete em seu bojo luzidio, a sua imagem, e submerge no nada a massa de que é composto o Piauí.

Este governo ficará na história do Piauí, como aquele que mais comemorou com banquetes, a sua ignorância administrativa (GOVERNO DOS BANQUETES. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 52, p. 1, 25 jan. 1952).

A imagem da situação de calamidade popular construídas pela redação de *A Cidade* não era nada animadora para quem lia o jornal. Os banquetes oferecidos pelo governo do Estado, em contraposição à fome e à miséria da maioria da população piauiense, são representativos nas matérias de *A Cidade*, em que o governador Pedro Freitas era visto como um chefe “orgulhoso” e “sem coração” que usava o dinheiro público para fins pessoais e

partidários. Por isso, a redação de *A Cidade* afirmava o seu papel de imprensa de oposição cuja função era dar visibilidade à improbidade do governo do PSD e orientar os leitores para a importância do voto para mudar o quadro social, político e econômico no qual o Piauí foi colocado pelo governador Pedro Freitas.

Nesse sentido, para os jornalistas de *A Cidade*, os banquetes de comemoração do governador Pedro Freitas, referentes ao ano de 1951, apenas representavam o resultado “funesto” da administração estadual que “infelicitava” e “desagregava” o Piauí. Logo, consideravam que o governador Pedro Freitas não sabia administrar nem governar um Estado, muito menos tinha capacidade intelectual e de político para ocupar o cargo de chefe do Estado ao qual lhe foi imposto pelo Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, os “erros” e os “atos duvidosos” praticados no primeiro ano do seu governo confirmavam a “ignorância” administrativa de um governante que estava aquém das exigências do cargo.

Para os jornalistas de *A Cidade*, o que se comemorou no primeiro ano de governo do Pedro foi um período de “anarquia”, “incapacidade” e “ignorância”. Na matéria “Sapato de pobre é tamanco”, editada em 1 de fevereiro de 1952, o conceito de “anarquia” foi desenvolvido a partir do entendimento dos jornalistas de que faltava ao governador Pedro Freitas autonomia para administrar os bens do Estado (SAPATO DE POBRE É TAMANCO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 54, p. 4, 1 fev. 1952). Assim, consideravam que o governador Pedro Freitas se deixava moldar pela “imoralidade administrativa” de seus amigos, parentes e “afilhados”, que se aproveitavam da “fraqueza” política do governador para “surrupiar” o cofre público estadual. Para os jornalistas de *A Cidade*, a “ignorância” do governador Pedro Freitas se refletia em seu desconhecimento em torno dos anseios do povo, que o tornava politicamente “incapaz” de resolver os problemas do Piauí, servindo apenas para prejudicar os pobres e atrasar o surto do progresso local. Na matéria “Sapato de pobre é tamanco”, a redação de *A Cidade* ainda destacou que, no primeiro ano do governo do PSD, houve, no Piauí, grande número de prisões arbitrárias de comerciantes honrados, violências contra os cidadãos piauienses, acumulações de cargos remunerados por um pequeno número de funcionários públicos estaduais e demissão em massa de funcionários do Estado.

O uso “excessivo” de adjetivos para desqualificar o governo do PSD e o governador Pedro Freitas para o cargo ora ocupado foi uma constante nas matérias publicadas em *A Cidade*. O governo de Pedro Freitas foi denominado, pelos jornalistas de *A Cidade*, de “choco”, “oco”, “improffcuo”, “flébil”, “anêmico”, “ilegal”, “desonesto” etc., por exemplo, para denunciar a “desonestidade” e as “arbitrariedades” cometidas pelo chefe do Executivo estadual. Da mesma forma, o governador Pedro Freitas era adjetivado pelo discurso

jornalístico como um chefe “bobo”, “injusto”, “desonesto”, “inepto”, “fraco de espírito” e “burlador das leis” sempre que os jornalistas de *A Cidade* pretendiam denunciar seus erros administrativos. A ilegalidade da acumulação de cargos remunerados no Estado, nomeações que independiam dos concursos públicos e promoções feitas ao arbítrio dos donos da máquina estatal,¹¹⁹ foram ações denunciadas pelo jornal udenista como erro administrativo do governador Pedro Freitas.

Sobre as demissões dos funcionários públicos, em mais de uma edição, os jornalistas de *A Cidade* deram visibilidade ao assunto. De acordo com o jornal, as demissões assinadas pelo governador Pedro Freitas, em 1951 e no início de 1952, foram “inescrupulosas”. Os jornalistas de *A Cidade* asseguravam no jornal que as demissões não constituíam medida saneadora para as finanças do Estado, pois, na medida em que se demitia um funcionário do Estado, ou porque era udenista, ou até mesmo um pessedista, o governador nomeava parentes e amigos ricos para os cargos públicos estaduais. Na matéria “Figura de papelão”, o governador Pedro Freitas é acusado pela redação de *A Cidade* de:

[...] perseguir humildes funcionários extranumerários do Estado, de demitir em massa, de deixar sem pão centenas de piauienses, de transferir escolas para satisfazer os desejos de chefetes políticos, de fechar escolas, para que haja mais analfabetos, eleitores do Govêrno. [...] subornar representantes do povo com promessas de prestígio e empregos de transformar afilhados em cabides de cargos, de oficializar o desfalque, de proteger desordeiros, de fomentar crimes e o ódio, de se banquetear, quando o povo morre de fome, de rir, de escarnecer do próximo, quando sómente lágrimas, miséria, fome, assolam o seu Estado. [...] (FIGURA DE PAPELÃO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 92, p. 1, 24 jun. 1952).

A prática administrativa de Pedro Freitas de demitir funcionários do Estado também foi interpretada pelo jornal *A Cidade* como um ato de “perseguição política”. Consideravam que as demissões em massa, em 1951 e 1952, apenas serviram para o “[...] desabafo de ódios pessoais do sr. governador e de seus domésticos, como também para abrir vagas a centenas de afilhados e protegidos. Fato para o qual o jornal oficioso nunca conseguiu dar uma justificativa convincente, para semelhantes perseguições. [...]” (COMENTÁRIOS. A carta do Agenôr Almeida. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 75, p. 1, 23 abr. 1952). Por este motivo, no final de 1951 e em 1952, pôde-se verificar a saída de próceres pessedistas da fileira do partido, ora porque consideravam “injustas” as demissões de correligionários do PSD; ora

¹¹⁹ Cf.: ACUMULAÇÕES REMUNERADAS. *A Cidade*. Teresina, 25 set. 1951, ano I, n. 18, p. 1; ANARQUIA ADMINISTRATIVA. *A Cidade*. Teresina, 5 out. 1951, ano I, n. 21, p. 1.

porque reconheciam o governo de Pedro Freitas como “funesto” e responsável pela “anunciada” crise do partido de 1952, por cair no desprestígio dos próprios correligionários que, aos poucos, confessavam de público a decepção e o erro de tê-lo apoiado na campanha eleitoral de 1950 (UM DEPUTADO PESSEDISTA PROTESTA CONTRA OS ATOS DO SR. GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 59, p. 1, 19 fev. 1952).

No tocante à demissão de funcionário do Estado, quando um novo governante assumia o cargo, como foi denunciada pelo jornal *A Cidade*, esta prática política era, e ainda é, uma realidade no Piauí. O próprio governador Pedro Freitas, anos depois que saiu da chefia do Estado, confessou em entrevista que fez uso dessa prática de demitir adversários políticos para beneficiar correligionários. Na entrevista publicada no livro organizado por Manuel Domingues Neto (2010), quando Pedro Freitas foi indagado sobre o assunto, respondeu: “Demitia, porque, quando um partido subia, os adversários que não tinham estabilidade iam substituídos por correligionário. Mas o Rocha Furtado demitiu foi mais de cinquenta funcionários que tinham estabilidade. Eles *requiseram* [grifo do autor] o mandato e foram empossados. Eu, nenhum! Não houve negócio de requerer mandato, porque eu só demitia quando não tinha estabilidade. Os que tinham direito ficavam” (FREITAS, 2010, p. 187).

Além das demissões, outra pauta do jornal *A Cidade* foi a existência de “desfalques” nas repartições públicas do Estado, no período administrativo do governador Pedro Freitas. Para o jornal *A Cidade*, o governador Pedro Freitas dava provas irrefutáveis de sua “desorientação” política e administrativa na condução do negócio público. Parte da culpa das atitudes administrativas condenáveis do governador Pedro Freitas era debitada a seus secretários e auxiliares, que se aproveitavam da fraqueza e da inexperiência do governador para explorar o erário público estadual. A queixa maior, portanto, consistia na denúncia de apropriação do Estado pelos “áulicos do governo”. Estes, por sua vez, sob o poder dos cargos do Estado, cometiam vários tipos de irregularidades e desmandos administrativos, o que só favorecia a um pequeno grupo político. Para os jornalistas de *A Cidade*, o governador Pedro Freitas se “entregava de corpo e alma” para os áulicos do governo e para a “camarilha de politiquinhos” que o cercava.

Em 1952, o jornal *A Cidade* passou a denunciar os secretários do governo do Pedro Freitas como os responsáveis pelo gasto excessivo do dinheiro público estadual. De acordo com os dados publicados em *A Cidade*, a administração do governador Pedro Freitas era de uma “honestidade simbólica”, pois o governador era cúmplice do desvio do dinheiro público por seus secretários: José Camilo da Silveira Filho, na Fazenda Estadual; e Benjamin Mário Batista, no Departamento de Obras Públicas e Comissão de Estradas de Rodagem. Quanto ao

Gen. Jacob Gayoso e Almendra, Secretário Geral do Governo, consideravam que ele assumira o cargo apenas como figura decorativa (ACONTECIMENTOS DA CIDADE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 83, p. 4, 21 maio 1952).

Dos três secretários de governo, supracitados, o que foi mais acusado pelo jornal de desfalcar o cofre público do Estado em milhares de cruzeiros foi o diretor do Departamento de Obras Públicas e Comissão de Estradas de Rodagem (CER), Benjamin Mário Batista.¹²⁰ Como responsável pela CER, o diretor Benjamin Mário Batista foi acusado de agir com a conivência do governador Pedro Freitas e responsabilizado pelo aumento da taxa de água e luz, da apropriação de carros oficiais para uso particular e do mau uso de dinheiro do Fundo Rodoviário Nacional, transformando-o em fonte de desonestidade em detrimento do interesse coletivo.¹²¹ Também afirmavam que havia, no serviço público estadual, funcionários com gratificações polpudas, além de outras “vantagens” e “propinas” distribuídas pelo governador.

Para os jornalistas de *A Cidade*, o governador Pedro Freitas primava pela “injustiça” e pelo interesse em “ferir a alma do povo piauiense”, furtando-lhe os direitos e negando o que lhe era mais necessário e justo (UM DEPUTADO PESSEDISTA PROTESTA CONTRA OS ATOS DO SR. GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 59, p. 1, 19 fev. 1952). Na matéria “Crime, roubo e desfalque”, a redação de *A Cidade* acentuou que, no primeiro ano da gestão do governador Pedro Freitas, verificou-se, no Piauí, uma degradação administrativa e anarquia em todos os setores da vida pública. Embora a “ingenuidade” do governador Pedro Freitas chegasse a ponto de causar piedade à população, os jornalistas do *Jornal do Piauí* o apresentavam como um “Deus terreno, inatingível e intocável”. Para a redação de *A Cidade*, a “ingenuidade” do governador pessedista causava tristeza ao povo piauiense, uma vez que os bens do Estado eram paulatinamente transmitidos a seus descendentes como herança de família (CRIME, ROUBO E DESAFALQUE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 66, p. 1, 18 mar. 1952).

Na visão da redação de *A Cidade*, o Estado do Piauí estava “sadicamente” sendo destruído pelo governador Pedro Freitas, que, levado por seus áulicos, havia desfalcado o erário público estadual em uma quantia superior a um milhão de cruzeiros, em sinecuras e transferências inescrupulosas. Reforçando a ideia de “anarquia do governo” de Pedro Freitas,

¹²⁰ Cf.: É O ÚNICO RESPONSÁVEL. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 59, p. 1, 19 fev. 1952; FICHA DE CONSOLAÇÃO. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 60, p. 1, 22 fev. 1952.

¹²¹ Cf.: NO GOVERNO DO PEDRO FREITAS. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 65, p. 4, 14 mar. 1952; O GOVERNADOR ESTÁ SONEGANDO. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 78, p. 1, 3 maio 1952; VAI FALAR O LIDER. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 81, p. 1, 17 maio 1952; MAIS CRIMES DO BENJAMIN. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 67, p. 1, 21 mar. 1952; PROF. COSTA ANDRANDE. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 93, p. 4, 28 jun. 1952; NÃO ADIANTA. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 95, p. 3, 6 jul. 1952.

a redação de *A Cidade* colocava em evidência a “bacanal” dos carros oficiais pelo abuso de autoridade de seus apaniguados e pela confusão que reinava nos departamentos de serviço público. Ao tempo em que o jornal denunciava que o governo do Estado estava sob o comando político e administrativo de um pequeno grupo de “aproveitadores”, redação de *A Cidade* advertia o governador Pedro Freitas de que a “cegueira” política de não reaver os danos causados ao bem público estadual lhe levaria à perda do crédito frente à opinião pública: “[...] o seu governo, de queda em queda, de fracasso em fracasso, rolará inevitavelmente, para o abismo do desprestígio popular” (DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 21, p. 1, 15 out. 1951).

Para os jornalistas de *A Cidade*, a crítica que produziam contra o governador Pedro Freitas, dando visibilidade a seus desmandos administrativos e aos desfalques no cofre público estadual, não era pautada em uma oposição sistemática. Antes, defendiam que a postura do jornal *A Cidade*, frente ao fato político piauiense, consistia tanto em “atacar” o governador quando este cometesse “crimes”, “erros”, “desmandos” e “arbitrariedades”; quanto em “elogiar” os feitos das autoridades, quando dignos de louvores (ENCENAÇÃO MALICIOSA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 67, p. 4, 21 mar. 1952). Entretanto, os jornalistas de *A Cidade* alegavam não ver nos atos administrativos do governador Pedro Freitas algo que fosse digno de discursos laudatórios. Por isso, os citados jornalistas de *A Cidade* afirmavam empenhar-se na produção de matérias que tinham por objetivo atacar o governo do Pedro Freitas com a justificativa de estar lutando pelos direitos e pelos interesses do público leitor e da sociedade piauiense em geral.

De forma satírica, a redação de *A Cidade* alertava o leitor para os perigos dos “erros” administrativos do chefe do Executivo estadual e declarava: “Não podemos informar aos nossos leitores nenhum ato honesto praticado pela atual administração. Procuramos em todas as fontes de informações de que dispomos, e em nenhuma delas colhemos qualquer bem proporcionado ao público, através deste desgoverno. Chegamos mesmo a nos horrorizar com certos atos clamorosos por eles praticados [...]” (ELES SÃO ASSIM... *A Cidade*, Teresina, ano II, n. 125, p. 4, 22 dez. 1952). Para o jornal *A Cidade*, ninguém de bom senso acreditaria na honestidade do governador Pedro Freitas. Este poderia ser honesto na administração de seus negócios particulares na “Casa Almendra”, porém, na administração pública do Estado, foi uma negação em razão do número de falcatruas verificadas em seu governo. Por isso, justificavam que as reclamações alocadas nas páginas do jornal *A Cidade* se faziam pela necessidade de exigir do governador Pedro Freitas quaisquer providências que sanassem os

problemas que vinha causando ao bem público estadual, desde que assumiu a chefia do Estado em janeiro de 1951.

Não obstante, os jornalistas de *A Cidade* explicitavam que sempre que produziam qualquer discurso jornalístico sobre a ação administrativa do governador Pedro Freitas, eles procuravam se basear em informações de “fontes autorizadas”, para evitar recriminações injustas a quem fosse atingido pela “seta da verdade” (A CULPA É DO GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 75, p. 1, 23 abr. 1952). Com efeito, os jornalistas de *A Cidade* tiveram uma preocupação a mais, ao dizer que a notícia fora construída a partir de informações cedidas à equipe de reportagem, que, sem nomeá-las, apresenta a fonte sob outros rótulos. Por exemplo, pode-se verificar o uso de algumas expressões que denotam o uso de fontes, tais como: “segundo nos informaram”; “alguém da copa do Karnak¹²² cochichou, bem pertinho do nosso ouvido”, “dizem que”, “conta-se”, “segundo apurou a nossa reportagem”, “segundo foi informada a nossa reportagem” etc., embora seja verdade que, na maioria das matérias, a fonte da informação foi mantida no anonimato pelo jornal.

No que diz respeito ao uso da fonte para a construção das notícias, Héctor Borrat (1988) afirma que existe uma prática comum no jornalismo que é a produção da informação, sem se citar a fonte. Esta prática de produção, o teórico a denomina de *informação filtrada*. Ponderando que o conceito ainda seja impreciso, Héctor Borrat diz que, às vezes, o periódico abusa de sua credibilidade e mantém no anonimato a fonte e apenas a ela se refere como digna de crédito:

Con relación a la audiencia, el periódico actúa como un comunicador reticente que, al mismo tiempo que revela la información filtrada, oculta necesariamente la fuente de esa filtración. El periódico desempeña de una manera rígidamente selectiva su función de medio de comunicación y su rol de guardabarreras, de seleccionador, de aquel que decide exclusiones, inclusiones y jerarquizaciones en la producción de su actualidad periodística política. Esa rigidez le viene determinada por el acuerdo que concertó con la fuente y por los usos y costumbres, las reglas no escritas, el derecho consuetudinario de la profesión periodística. Al mismo tiempo, le es facilitada por las maneras como puede comunicar informaciones filtradas sin calificarlas explícitamente como filtraciones: atribución con reservas, atribución con reserva obligada o anónima, atribuciones múltiples (BORRAT, 1988, p. 34).

Entendendo o jornalismo como um sistema de ação social, Héctor Borrat considera que a *informação filtrada* é uma estrutura comunicativa assimétrica, que põe em interação o

¹²² Refere-se ao Palácio do Karnak, sede oficial do Governo do Piauí.

jornal com a fonte de informação filtrada e com o leitor. Assim, na informação pública, a fonte tanto pode aparecer sem o nome, como pode ser evidenciada sob outros rótulos. Tal ação pode recair contra o jornalista, quando este passa a assumir o papel de fonte espontânea.

O termo proposto pelo teórico espanhol, para pensar o anonimato da fonte e as circunstâncias em que isto acontece, permite chaves de leitura para compreender o fazer das notícias construídas pelos jornalistas de *A Cidade*, assim como dos jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí*, cuja informação pública aparece com a fonte anônima. Em alguns casos, os jornalistas parecem ter assumido o papel de fonte, de testemunhas oculares da história que era escrita nos jornais na forma de notícia. De forma simulada, os jornalistas escreviam sobre o que viam, ouviam ou pensavam sobre o assunto tratado, sem que mencionassem as fontes de informação. Da mesma forma que jornalistas, fontes e receptores estão imersos no meio social e político, muitas vezes, o jornalista pode ter sido a própria fonte, uma vez que testemunhou o acontecimento.

Desse “testemunho” do acontecido ou a partir das informações extraídas das “fontes autorizadas”, os jornalistas de *A Cidade* consideravam que não poderiam ser coniventes com o desperdício do patrimônio público que se verificava no governo do Pedro Freitas. Por isso, era dever dos jornalistas fiscalizar e denunciar “os desmandos de um governo que se constituiu a vergonha das boas administrações”. Da mesma forma, pontuavam a importância de se manterem na posição de censor público para acusar os desmandos do governador Pedro Freitas, objetivados através das palavras “crime”, “roubo” e “falta de pudor no Piauí”. Diante desse quadro, os jornalistas de *A Cidade* culpavam o governador Pedro Freitas não só de acobertar os “desfalques” do erário público, como também de “fechar os olhos” para tanta desonestidade verificada em sua gestão.

Por sua vez, os jornalistas de *A Cidade* avaliavam que a censura feita ao governador Pedro Freitas e seus áulicos, através da imprensa, surtia pouco efeito na sua prática. Mesmo com as críticas, sugestões, advertências e denúncias publicadas no jornal *A Cidade*, o governador Pedro Freitas mantinha suas atitudes “desorientadas” e insistia em não atender o povo, mas apenas beneficiar seus áulicos. Na matéria “Seria o maior herói da época”, a redação de *A Cidade* apresentou os seguintes quadros para evidenciar a “inoperância” da administração estadual:

[...] Vemos entretanto, entristecidos, a luz diminuir sua intensidade, apesar de ter sido inaugurada apenas a luz em um Bairro, pelo simples fato de nele ter adquirido uma Chácara, um corta-jaca do governador. Inúmeras outras zonas reclamam a assistência governamental, e o governo responde a estas

reclamações – negando água e Luz, oxalá que não falte à sua Excia. a luz na hora de sua morte. [...]

Enquanto assim procedem, esquecem os bairros pobres onde uma população fatigada, humilhada e sub-alimentada, vive a vida que a própria vida lhe oferece. É necessário lembrar as palavras do Presidente Getúlio Vargas, “O povo faser justiça com as suas próprias mãos”. Fiquem certos, – o sr. Governador e os seus títeres, que o povo se organiza para seguir aquele conselho presidencial, não como violência nem com movimentos institucionais, mas levando em suas mãos os seus títulos eleitorais para derrotar esta corja em cujos corações residem e proliferam: o ódio, a vingança e a destruição. Prossiga sr. Governador, – destruindo tudo e quando não existir mais nada para destruir, só um caminho seria aconselhável seguir, – faser como Hitler, e com isso fique certo, – V. Excia. – receberia a condecoração póstuma de “O MAIOR HÉROI DA ÉPOCA”. Te. 26/11/51 (SERIA O MAIOR HEROI DA ÉPOCA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 36, p. 1, 27 nov. 1951).

Além da deficiência na distribuição de energia e de água canalizada, a pobreza e a miséria da maioria da população piauiense, a redação de *A Cidade* assinalou a importância de o jornal esclarecer a seus leitores sobre o fato político piauiense e acerca do uso indevido do dinheiro público, chamando para si essa responsabilidade da imprensa. Como formadores de opinião pública, salientavam a necessidade de esclarecer aos leitores e eleitores sobre a importância do voto como uma forma de justiça. Convém salientar que esse comportamento do jornalista na imprensa foi uma constante, desde que o jornalismo passou a ser praticado em terras brasileiras. Conforme José Marques de Melo (1985), o jornalismo sempre procurou influenciar o homem; e o jornal, portanto, foi usado como instrumento político para influenciar seus leitores através de seus artigos, editoriais, caricaturas e colunas assinadas. Tendo em vista que a atividade jornalística continuava comprometida com o exercício do poder político, muitos jornalistas advogavam em defesa do ponto de vista do partido que os mantinha financeiramente e se colocavam no papel de orientadores da opinião pública.

Apesar de os jornalistas de *A Cidade* atribuírem certa culpa aos secretários do governo para os problemas que se verificavam na administração pública estadual, nos anos de 1951 a 1953, o foco das matérias continuava a ser o governador Pedro Freitas, por considerarem que ele não tomava medidas enérgicas para conter os abusos dos “exploradores” do Estado nem instaurava regras administrativas que buscassem melhorar a vida da população. No jornal era semanalmente reafirmado que a “incapacidade” e a “ignorância” do governador Pedro Freitas obscurecia o cenário político e histórico do Piauí. Para provar isto, representavam o governador como um homem de “mente opaca” e “obtusa”, apontavam os escândalos administrativos praticados e aprovados pelo governador pessedista. Assim, nas edições do último mês de 1951, o jornal advertia o governador Pedro Freitas, para a importância da

opinião pública, explicando que “um governador a que falte a confiança pública, é uma sombra muda, um elemento inteiramente negativo” (*A Cidade*, Teresina, ano I, n. 39, p. 1, 7 dez. 1951); por fim, concluíam: “Analisamos a situação governamental, chegamos a descrever do honesto, do bom, do sincero...” governo de Pedro Freitas (*A Cidade*, Teresina, ano I, n. 43, p. 1, 21 dez. 1951).

Parte dessa situação calamitosa que os jornalistas de *A Cidade* afirmavam existir no Piauí, em 1951 e início de 1952, foi debitada à “desonestidade” do governador Pedro Freitas. A produção de discursos em torno desse assunto continuou em plena atividade nas edições de 1952. Os jornalistas de *A Cidade*, ao tempo em que apresentavam suas denúncias e os malfeitos da administração do governador Pedro Freitas, reafirmavam o poder da imprensa como arma política, e justificavam que era dever do jornal formular seu protesto contra os governantes que se desviavam de sua função no Poder Executivo, na medida em que deixavam de zelar pelo bem público, e apenas se aproveitavam do cargo para consolidar suas grossas fortunas (ESCÂNDALO NA CAIXA BENEFICENTE DOS SERVIDORES DO ESTADO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 52, p. 1, 25 jan. 1952). Em *A Cidade*, defendia-se que o jornal tinha como um dos preceitos de sua prática jornalística a ação moralizadora de lutar pelos direitos da coletividade. Assim, cabia aos jornalistas apurar os fatos e apontar os “criminosos” causadores das mazelas do governo do Pedro Freitas. Isso se fazia no jornal *A Cidade*, assim como nos demais jornais de Teresina, a partir de uma série de seleções dos acontecimentos permitidos à impressão na folha e com a ênfase que cada um dava ao fato político.

Ressalte-se que, para o jornal *A Cidade*, a “desonestidade” do governador Pedro Freitas se limitava à sua atuação como chefe do Executivo estadual e na administração do Tesouro do Estado. Assim, podem ser encontradas no jornal matérias que buscavam dar destaque ao “bom chefe de família” e ao “comerciante de ações ilibadas”, ditas pelo jornal como sendo qualidades de conhecimento público e notório a todo aquele que o conhecia como cidadão, antes de ele ocupar a cadeira de chefe do Palácio de Karnak. Por este motivo, o jornal *A Cidade* enfatizava que o eleitor esperava do comerciante Pedro Freitas, como chefe do Estado, um governo moralizado, isento de acossamentos policiais e de lisura e pudor na resolução dos problemas pertinentes ao Estado. Tendo como desculpa o papel de esclarecer ao leitor as atitudes do governador Pedro Freitas, os jornalistas de *A Cidade* consideravam que já era previsto que ele cometeria muitos erros como administrador do erário público estadual, em virtude da “formação escolar covalida”, da “fraqueza mental”, “natureza débil e insegura” e de sua inexperiência com a política. Todavia, os jornalistas de *A Cidade* esclareciam aos

leitores que do governador Pedro Freitas esperavam-se todos os erros, menos o da “desonestidade”, entendida como a prática administrativa mais “negra”, “desprezível” e “ignóbil” (DESONESTIDADE?! *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 39, p. 1, 18 dez. 1951).

Na matéria “Desonestidade”, publicada em 18 de dezembro de 1951, nota-se que uma das estratégias do jornalismo político de *A Cidade*, para adjetivar o governador Pedro Freitas como administrador público de “desonesto”, foi apresentá-lo ao leitor como um homem “fraco” e que se deixava conduzir pelo assédio de seus secretários e correligionários. Os jornalistas de *A Cidade* consideravam que os secretários de governo haviam se apoderado do Estado, a ponto de arrastar o governo do PSD à ruína e à humilhação pública. Perseguições, represálias policiais, coações financeiras e demissões injustas se arrojavam contra aqueles que não faziam parte da política “doméstica” e “familiar” que se instaurou no governo estadual, logo após a diplomação do pessedista Pedro Freitas a governador, em janeiro 1951.

Na edição de 2 de julho de 1952, a redação de *A Cidade* esclarece o que entendia por “desonestidade” do governo de Pedro Freitas. Na matéria intitulada “Desonestidade do govêrno” justifica o uso do termo no jornal e o define da seguinte forma:

O têrmo desonestidade parece, a primeira vista, muito forte para ser aplicada no exâme das atitudes administrativas do Govêrno Pedro Freitas, olhando-se ela sem um exame profundo nos seus mínimos detalhes. Desonestidade não é simplesmente o avance nos bens alheios ou abuso de confiança.

Desonestidade é proceder como está procedendo o govêrno Pedro Freitas em todos os setôres da pública administração.

Desonestidade é o Sr. Pedro de Almendra Freitas, General Jacob Manoel Gayoso e Almendra e mais dois dos seus piliguins tomaram carros oficiais, queimando combustível comprado com o dinheiro do povo, desgastando máquinas nas suas urgias em outros Estados, como há poucos tempos a viagem de Cipó-Estado da Baía, para se banquetearem enquanto o povo morre de fome e passa miséria sem meios de vida.

Desonestidade é o Sr. Pedro Freitas acoitar trâmas e faltas de responsabilidade, como no caso do desfalque da Comissão de Estradas de Rodagem, cujo processo, até esta data, é desconhecido o paradeiro.

Desonestidade é o atual govêrno deixar de pagar humildes funcionários e compensa seus engrossadores com promoções fabulosas, preterindo servidores públicos caleijados de tanto labôr.

Desonestidade é o Sr. Pedro Freitas abrir as gavêtas dos cofres do Estado e entregar os destinos administrativos a enfatuados “bigodinhos”, sensacionalistas em escândalos no Rio de Janeiro, com o único propósito de aparecerem em manchetes de jornais.

Desonestidade é o sistema de governar do Sr. Pedro Freitas e do seu Secretário Geral, tapeando, iludindo, profanando, tentando subornar adversários e outros procedimentos que causariam escrúpulo a uma administração consciente dos seus deveres perante a opinião pública. Isso é o que chamamos desonestidade do govêrno (DESONESTIDADE DO GOVÊRNO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 94, p. 1, 2 jul. 1952).

Caracterizada a “desonestidade” do governador Pedro Freitas pela redação de *A Cidade*, o termo foi utilizado para denunciar o “sistema” administrativo adotado pelo governador Pedro Freitas e deixar claro o interesse do governador de transformar o Estado do Piauí em uma “oligarquia”. Para reforçar a denúncia, na mesma edição de 2 de julho de 1952, foi publicada a matéria “Oligarquia”, na qual o governador Pedro Freitas é adjetivado pela redação de *A Cidade* como um “aristocrata”, e apontava as famílias Freitas e Gayoso como as principais interessadas em transformar o Piauí em sua propriedade, para tirar proveitos pessoais, políticos e econômicos. Na matéria “Oligarquia”, a redação de *A Cidade* denuncia o “desgoverno” e os abusos de poder do governador Pedro Freitas, afirmando que o grupo político e familiar que se encontrava na administração estadual possuía “más intenções dos eternos hipócritas que estão dependurados nas têtas do Estado, com o mesmo desembaraço dos gritadores de leilões. [...]” (OLIGARQUIA. *A Cidade* Teresina, ano I, n. 94, p. 1, 2 jul. 1952).

A percepção dos jornalistas de *A Cidade* sobre o contexto político e familiar, denunciado em suas páginas, revelava a força dos grupos políticos, formados por comerciantes, fazendeiros e latifundiários que dominavam o poder no Piauí. Mesmo com a Revolução de 1930, tal quadro não se modificou no Piauí, assim como no Brasil. No regime democrático, após 1945, as famílias que tinham influência econômica e política como a família Freitas e Gayoso, dentre outras, continuaram se perpetuando no poder através das ramificações de enlances matrimoniais, e da cooptação de lideranças políticas para os partidos. Segundo Francisco Alcides do Nascimento (1994), a vitória de Pedro Freitas como governador do Estado do Piauí deu início à hegemonia da família Freitas na política piauiense. Após a vitória de seu cunhado nas eleições de 1954, Gen. Jacob Manuel Gayoso e Almendra, a política oligárquica se caracterizava no Piauí com o revezamento dos familiares e parentes da família Freitas no governo do Estado.

Desde as edições de 1951, o jornal já denunciava a política “doméstica” implantada no Piauí pelo governador Pedro Freitas. Em novembro de 1951, no jornal *A Cidade*, é transcrita uma matéria do *Jornal do Povo* que denominava a prática política e governamental de Pedro Freitas de “regime genrocrata”. Isto é, tratava-se de uma prática “política doméstica”, empregada pelos governadores, de atribuir poderes e distribuir cargos importantes da administração pública aos maridos das filhas (OS GENROS MANDAM. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 29, p. 4, 6 nov. 1951). Além dos genros, o jornal *A Cidade* denunciava que vários parentes do governador Pedro Freitas haviam assumido cargos de decisão do destino do Estado do Piauí, a exemplo de seu cunhado, gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, que era o

Secretário Geral do Estado. Da mesma forma, os jornalistas de *A Cidade* asseguravam que o irmão do governador, Antônio de Almendra Freitas, então Presidente do PSD do Piauí, à época, também gozava dos privilégios do Palácio de Karnak e do direito de desfrutar as vantagens da situação. A matéria “Veneno em gotas”, redação de *A Cidade*, comparou Antônio de Almendra Freitas a um “sultão”, para classificar o poder de mando e o domínio da família Freitas no poder do Estado (VENENO EM GOTAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 31, p. 4, 13 nov. 1951).

Para o jornal *A Cidade*, a política adotada pelo governador Pedro Freitas e seus áulicos era de caráter “personalista”, “familiar” e “doméstica”. Todavia, o jornal afirmava que este tipo de política não agradou a todos os políticos e correligionários que estavam ligados ao governador Pedro Freitas. E, em 1952, a política do tipo “personalista”, “familiar” e “doméstica”, implantada pelo governador Pedro Freitas, no Piauí, motivou o rompimento e a saída de políticos tanto do governo do Estado quanto do PSD. Um deles, assim como foi abordado no capítulo anterior, com um dos temas das matérias do jornal *O Dia*, foi o vice-governador Tertuliano Milton Brandão.

O rompimento do vice-governador Milton Brandão, segundo dados registrados nas páginas de *A Cidade*, ocorreu depois de uma série de “provocações palacianas” e de uma nota política publicada no *Jornal do Piauí*. O Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, Secretário Geral do Estado, e José Pires Gayoso de Almendra Freitas, diretor do *Jornal do Piauí*, são apontados pela redação de *A Cidade* como os principais responsáveis pelo rompimento e o pedido de exoneração do cargo de vice-governador por Tertuliano Milton Brandão. Acompanhada desta afirmação, foi publicada em *A Cidade*, na edição de 6 de julho de 1952, a declaração do vice-governador Tertuliano Milton Brandão, na qual ele apresentou dois motivos que o levaram a romper com o governador Pedro Freitas e solicitar a exoneração do cargo em 1952.

Na matéria “Fala à imprensa o Sr. Milton Brandão”, o vice-governador declarou primeiramente que o Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, ocupando a função de Secretário Geral do Estado, retinha o poder de chefe de Estado em suas mãos sempre que o governador Pedro Freitas se ausentava do Estado, e só delegava a ele os casos de somenos valor de decisão administrativa. O segundo, José Pires Gayoso de Almendra Freitas, como diretor responsável pelo *Jornal do Piauí*, foi acusado de publicar notas inverídicas contra o vice-governador Tertuliano Milton Brandão na folha, com o propósito deliberativo de promover o rompimento das relações políticas entre o governador Pedro Freitas e ele (FALA

À IMPRENSA O SR. GOVERNADOR MILTON BRANDÃO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 95, p. 3, 6 jul. 1952).

De acordo com a declaração do vice-governador Tertuliano Milton Brandão, as duas ações aconteciam com a conivência e a autorização do governador Pedro Freitas, a fim de diminuir seu poder frente às decisões administrativas do Estado. A exoneração do vice-governador do Estado do cargo não se deu em concomitância à saída de Tertuliano Milton Brandão do partido PSD. De acordo com o jornal *A Cidade*, a decisão de ele permanecer no partido rendeu-lhe perseguições políticas, por parte de Antônio de Almendra Freitas, que era irmão do governador e presidente do PSD do Piauí.

Sobre a notícia do pedido de exoneração do cargo de vice-governador por Tertuliano Milton Brandão, o jornal *A Cidade* afirmava que abordava o fato com imparcialidade. Nesse sentido, o jornalista de pseudônimo Estevão Mauricius publicou a matéria “Colaborar sim, capitular nunca!” apresentando sua opinião em torno do comportamento da imprensa “oficiosa” sobre o rompimento do vice-governador Tertuliano Milton Brandão:

A verdadeira imprensa comentou o fato com imparcialidade, sem ódio e serenamente. Limitou-se a fazer a cobertura eficiente dos acontecimentos para poder bem servir os seus leitores. Certo jornal, porém, cujo proprietário não gosta do Vice-Governador, por questões privadas ou antipatias pessoais, dedicou colunas e mais colunas ao ocorrido, conduzindo, entretanto, a momentosa questão para o terreno do achicalhe e do deboche, usando uma linguagem causticante que bem demonstra o estado de ânimo de seu proprietário (MAURICIUS, Estevão. Colaborar sim, capitular nunca! *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 99, p. 1, 20 jul. 1952).

De acordo com os jornalistas de *A Cidade*, no período de um ano da administração pessedista, o governador Pedro Freitas era o maior culpado da crise financeira e econômica vivenciada pelo Piauí nos anos de 1951 e 1952. Entretanto, a produção do discurso jornalístico de *A Cidade* em torno dessa temática abordava dois fatores como causadores da crise financeira do Estado. Em primeiro lugar, a causa da crise financeira e econômica do Piauí, no início da década de 1950, foi identificada pela falta de competência do governador Pedro Freitas e de seus auxiliares que exploravam o cofre público estadual, e atiravam o Piauí no abismo da bancarrota. Em segundo lugar, entendiam a crise financeira do Estado como resultado da ação dos deputados que, na Assembleia Legislativa do Piauí, prejudicavam o governo por meio de criação de Leis e encargos com vistas a onerar as despesas do Estado.

Nas edições publicadas em 1951, e que foram analisadas, pode-se observar que a situação crítica das finanças públicas do Estado foi outro tema que teve significativa visibilidade no jornal *A Cidade*. Este assunto foi pauta de matérias nos jornais *O Dia*, *A*

Cidade e Jornal do Piauí. Cada um deles, a partir dos interesses políticos e partidários de sua linha editorial, apresentou uma versão sobre o acontecimento, de maneira que a discussão sobre o assunto rendeu a publicação de várias matérias. A batalha discursiva travada entre órgãos de imprensa teve início a partir do momento em que um dos jornais de Teresina apontou a bancada udenista da Assembleia Legislativa como a principal responsável pela crise econômica e financeira do Estado. Partindo da afirmação de Walter Lippmann (2008, p. 176) de que “cada jornal, ao chegar ao leitor, é o resultado de toda uma série de seleções de itens a serem impressos, sua posição e espaço a ocupar e ênfase a receber”, pode-se observar que a questão em torno da responsabilidade da bancada udenista para a crise financeira e econômica do Piauí, no final da década de 1940 e início dos anos 1950, ganhou versões de acordo com a linha editorial de cada jornal, e essas versões também foram analisadas pelos jornalistas de *A Cidade*.

Até o surgimento do *Jornal do Piauí*, em 30 de setembro de 1951, o jornal *O Dia* fez a defesa do governador Pedro Freitas pela imprensa de Teresina, na medida em que responsabilizava o ex-governador José da Rocha Furtado, da UDN, e a bancada de deputados udenistas da Assembleia Legislativa pela crise econômica e financeira do Estado, no primeiro ano do governo do PSD. Como já foi abordado no capítulo anterior, o jornal *O Dia* argumentava que o legado econômico e financeiro do Estado deixado pelo ex-governador José da Rocha Furtado (1947-1950), fora caótico e crítico, fruto da prática de desvio de dinheiro público do Estado. Frente à construção desse fato pelo discurso jornalístico, a redação de *O Dia* ainda acusava os jornalistas de *A Cidade* de agirem de forma “impatriótica” através da publicação de matérias que buscavam apenas criticar o governador Pedro Freitas sem que contribuíssem de forma positiva para a resolução dos problemas do Piauí.

A partir de 1952, os debates em torno do assunto se deram de forma mais direta entre o *Jornal do Piauí* e *A Cidade*. O primeiro, assim como fez o jornal *O Dia* em 1951, criticava a prática jornalística da imprensa de oposição ao PSD, afirmando que o verdadeiro papel da imprensa estava sendo desvirtuado pelos jornalistas de *A Cidade*. O *Jornal do Piauí* censurou a prática jornalística de *A Cidade*, alegando que seus jornalistas se ocupavam apenas em publicar matérias preches de “inverdades”, “injúrias”, “calúnias” e “difamação” contra o chefe do Executivo estadual com o interesse de negar os esforços do governador Pedro Freitas e sua profícua administração pública. Assim, para o *Jornal do Piauí*, o governador Pedro Freitas, desde que assumiu o cargo em janeiro de 1951, não poupou esforços para desempenhar a “patriótica” e “difícilíssima” tarefa de recuperação econômica e financeira do Piauí. Esforço que não era reconhecido pelos jornalistas de *A Cidade* porque, cegos pela

paixão partidária e por “despeito” de ter perdido a eleição de 1950 para o PSD, se empenhavam apenas em produzir discursos que buscavam anular os esforços do governador Pedro Freitas como gestor público estadual, para ferir sua honorabilidade frente à opinião pública, ponto que pode ser melhor observado no quinto capítulo desta tese.

No jornal *A Cidade*, até onde se pôde analisar, não foi silenciada a informação veiculada pelos jornais de Teresina de que o governador Pedro Freitas havia recebido o governo do Estado financeiramente liquidado, em janeiro de 1951. Todavia, a versão que o jornal *A Cidade* construiu sobre o assunto evidenciava que a crise financeira do Estado deixada pelo ex-governador José da Rocha Furtado foi provocada pelos descabros da “malta” pessedista que compunha a Assembleia Constituinte no período de 1947 a 1950. Os jornalistas de *A Cidade* afirmavam que, no quadriênio de 1947 a 1950, a bancada pessedista, que formava o Poder Legislativo estadual, cheia de “ódio” e “sentimento de vingança” contra o governo de José da Rocha Furtado, criou projetos de Lei e vários encargos que minaram com as finanças públicas do Estado na suposição de que estariam prejudicando a administração da UDN. Para os jornalistas de *A Cidade*, a atitude dos deputados estaduais do PSD no “governo rochista” serviu como uma “faca de dois gumes”, pois, no combate “desleal” e “impatriótico” contra o governador José da Rocha Furtado, acabaram provocando um legado insatisfatório para o seu sucessor, o governador Pedro Freitas eleito pelo PSD em 1950 (FACA DE DOIS GUMES. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 37, p. 1, 30 nov. 1951).

Sendo assim, os jornalistas de *A Cidade* afirmavam que não eram contra os deputados estaduais da UDN, do quadriênio 1951 a 1954, que o *Jornal do Piauí* deveria voltar suas baterias para justificar a crise econômica e financeira do Piauí neste período. Advertiam os jornalistas do *Jornal do Piauí* de que eles deveriam refletir mais sobre os assuntos que levavam ao prelo, uma vez que os “únicos” responsáveis pela situação crítica na qual o governador Pedro Freitas recebeu o Estado, em janeiro de 1951, foram os deputados estaduais do PSD, que, no governo de José da Rocha Furtado (1947-1950), criaram leis que oneraram o cofre público estadual. Com isso, os jornalistas de *A Cidade* afirmavam que as notícias veiculadas no *Jornal do Piauí* não condiziam com a realidade dos fatos, pois a crise econômica e financeira enfrentada pelo governador Pedro Freitas no início de sua administração, em 1951, tratava-se do “feitiço que virou contra o feiticeiro”, quando os deputados estaduais antigovernistas convocavam sessões extraordinárias com o propósito de colocar o ex-governador José da Rocha Furtado, da UDN, em apuros.

Frente ao conjunto de enunciados construídos e publicados contra o ex-governador José da Rocha da Furtado nas páginas do *Jornal do Piauí*, este semanário foi denominado de

“jornal inócuo” e “estéril” pelos jornalistas de *A Cidade*. Em primeiro lugar, por considerarem que o *Jornal do Piauí* publicava matérias jornalísticas infundadas (CONVOCAÇÕES EXTRAÓRDINÁRIA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 47, p. 1, 8 jan. 1952). E, em segundo lugar, porque avaliavam que alguns jornalistas de Teresina, “ofuscados pelas ilusões de seus proprietários”, faltavam com a verdade dos fatos (A SOCOPA E A IMPRENSA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 48, p. 1, 11 jan. 1952). Através deste discurso, os jornalistas de *A Cidade* refutavam as acusações feitas pelo *Jornal do Piauí* de que as matérias publicadas nas páginas de *A Cidade* não passavam de uma campanha gratuita e de teor unicamente partidário contra a administração do governador Pedro Freitas.

Para os jornalistas de *A Cidade*, o *Jornal do Piauí*, como porta-voz da “copa do governo” de Pedro Freitas, não cumpria a contento sua missão na imprensa. Reservava-se apenas a publicar matérias sem meditação. Acusavam ainda que, levados pelo “desespero” e pela “amargura”, os jornalistas do *Jornal do Piauí* direcionavam seus discursos contra os deputados opositores e correligionários do governo do Estado, classificando-os de “iscariotes”, de “hipócritas” e de “criminosos” sempre que na Assembleia Legislativa os deputados estaduais da UDN, do PSD, do PTB ou do PSP votavam contra os vetos do governador Pedro Freitas (“ISCARIOTE...” *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 37, p. 1, 30 nov. 1951).

Na edição de 23 de novembro de 1951, o jornal *A Cidade* quantifica o número de deputados que compunham a bancada da Assembleia Legislativa naquele ano, e seus respectivos partidos, a saber: 15 da UDN, 14 do PSD, 02 do PTB e 01 do PSP (REJEITADOS OITO VETOS DO GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 34, p. 1, 23 nov. 1951). A partir desse dado quantitativo da composição do Poder Legislativo estadual, o jornal *A Cidade* afirmava que, contra as “atrocidades” do governo do Pedro Freitas, não somente os deputados opositores votavam contra os vetos do governador; como também os deputados pessedistas, provando que eles não eram “nenhum cãesinho felpudo”, conforme julgava o governador do Estado e seus áulicos (“ISCARIOTE...” *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 37, p. 1, 30 nov. 1951).

A atitude dos deputados, na Assembleia Legislativa, de votar contra os vetos do governador Pedro Freitas, também é interpretada pelo jornal *A Cidade* como medida saneadora e controladora da administração pública, com vistas a atender os interesses coletivos e o desenvolvimento do Piauí. Do mesmo modo, os jornalistas de *A Cidade* consideravam que o governador Pedro Freitas, embora experiente na atividade comercial, mostrava-se limitado para desempenhar o mais alto cargo do Estado. Com o fim de

representar isto através do discurso jornalístico, no final do ano de 1951 e nos dois anos subsequentes, os jornalistas de *A Cidade* parecem ter dedicado mais tempo à produção de matérias, com críticas virulentas ao governo do Pedro Freitas, e na transcrição de discursos dos políticos da UDN e do PSP, sobretudo daqueles que, da Assembleia Legislativa, se manifestavam contrários ao governo de Pedro Freitas.

No jornal *A Cidade*, era deflagrada a batalha discursiva que pretendia travar contra seus adversários políticos do PSD, tanto pela imprensa, como também pela Assembleia Legislativa. Na Assembleia Legislativa, José Severiano da Costa Andrade parece ter sido um dos deputados estaduais eleitos pela UDN que mais levantou a voz no plenário contra o governador Pedro Freitas, em 1951. Como alguns dos discursos dos deputados estaduais foram transcritos nas páginas de *A Cidade*, assim como em outros jornais de Teresina que circularam no período, foi possível analisá-los e perceber que as querelas político/partidárias iniciadas na Assembleia Legislativa tiveram continuidade na imprensa e vice-versa, considerando que as informações veiculadas pelos órgãos de imprensa também foram discutidos pelos representantes do Poder Legislativo do Piauí.

Ressalte-se que, em um determinado período de 1951, o deputado estadual José Severiano da Costa Andrade era o diretor responsável pelo jornal *A Cidade*. Se, na Assembleia Legislativa, o deputado estadual José Severiano da Costa Andrade se colocava como representante do povo, no jornal *A Cidade* ele ratificava sua missão como jornalista e defensor dos interesses da coletividade através da imprensa, lugar institucional de fala. Nesse sentido, em um de seus discursos publicados no semanário, o deputado estadual José Severiano da Costa Andrade enfatizava que, entre a UDN e o PSD, os dois partidos políticos de maior expressão do Piauí, em 1951, “[...] existiam nítidas fronteiras inconfundivelmente definidas, e os correligionários de um e de outro estão separados tradicionalmente por razões mais fortes do que os princípios ideológicos patrocinados por qualquer um dos dois [...]” (DAS GALERIAS DA ASSEMBLÉIA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 22, p. 2, 9 out. 1951). Pertencente à hoste política da UDN, o deputado José Severiano da Costa Andrade reforçava o discurso de que seu partido não estava desatento à opinião pública nem aos interesses de seus correligionários. Além da questão propriamente partidária, o deputado José Severiano da Costa Andrade considerava que apenas os “traidores da confiança popular” cooperavam com o governador Pedro Freitas, posto que, cada vez mais, o chefe do Executivo estadual provava que não sabia administrar o erário público, resolver os problemas do Piauí, nem tinha quem lhe ensinasse (GOVERNO DESORIENTADO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 22, p. 2, 9 out. 1951).

Algumas vezes, a transcrição de discursos dos políticos udenistas ou pessepistas, no jornal, parece ter sido usada como uma estratégia jornalística de *A Cidade*, para provar ao leitor que a crítica produzida por sua redação, colocando-se contrária ao governador Pedro Freitas, não era mera oposição sistemática ao governo do Estado ou tarefa impatriótica do seu jornalismo. Em 23 de abril de 1952, por exemplo, foi publicada, na coluna “Comentários”, um trecho da carta assinada pelo deputado estadual Agenor Barbosa de Almeida, do PSP, para endossar a opinião do jornal sobre o “desgoverno” de Pedro Freitas (COMENTÁRIOS. A carta do dep. Agenor Almeida. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 75, p. 2, 23 abr. 1952). Na ocasião, os jornalistas de *A Cidade* comentaram a carta e avaliaram que o governador Pedro Freitas precisava conduzir melhor a administração do Estado que seguia sem rota certa e sem leme. Para tanto, uma das advertências ao governador endossava a importância de substituir seus secretários por outros mais competentes para os cargos de grande responsabilidade do Estado. Caso contrário, a opinião do jornal era taxativa: o governador Pedro Freitas deveria “entregar” o governo do Piauí que apenas “desgovernava”.

Assim, além da carta do deputado Agenor Barbosa de Almeida, do PSP, as colunas do jornal *A Cidade* abrigaram a transcrição dos discursos dos deputados proferidos na Assembleia Legislativa do Piauí, quer na íntegra, quer em trechos que interessavam ao órgão tornar de conhecimento público. Um desses discursos foi pronunciado pelo deputado José Ribamar de Castro Lima da UDN, na sessão de 12 de maio de 1952, da Assembleia Legislativa, e publicado no jornal na edição de 17 de maio de 1952 (PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. O que pudemos apanhar do discurso do Dep. Castro Lima pronunciado na sessão de 12 do corrente. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 82, p. 1, 17 maio 1952). Dentre as questões observadas pelos jornalistas de *A Cidade*, foi dado destaque a dois pontos: ao papel da oposição do governo no Legislativo e aos problemas de ordem financeira e econômica do Piauí.

Sobre o primeiro ponto, o Legislativo deveria evitar novas despesas ao Estado e criar embaraços à administração do PSD, posto que o papel da oposição na Assembleia Legislativa, e fora dela, através da imprensa, deveria ser o de fiscalização dos atos do governador e de limitar suas ações “descontroladas”, criticar seus “erros” e apontar suas faltas à opinião pública, para que o povo, no futuro, o condenasse pelo voto. No segundo ponto, o deputado José Ribamar de Castro Lima sugeriu ao governador Pedro Freitas algumas medidas administrativas para restringir as despesas e equilibrar as finanças do Piauí, a saber: apelo para que o governador Pedro Freitas não mais assinasse novas nomeações para os quadros do funcionalismo público estadual, uma vez que a preocupação de fazer política à custa do erário

público, através de favores e nomeações, consumia desse erário cerca de 80% da renda estadual; lamentou a situação do Departamento de Agricultura devido à inexistência de máquinas e sementes para atender o setor e aumentar a produção; e propôs a criação de uma Lei que exigisse concurso público para qualquer nomeação de funcionário do Estado. O Projeto de Lei era visto pelo deputado José Ribamar de Castro Lima como uma arma poderosa da administração pública estadual para evitar os pedidos de correligionários e conter as perseguições políticas ao funcionário público estadual.

Assim, para os jornalistas de *A Cidade*, o seu papel na imprensa era esclarecer a opinião pública sobre os casos que lhes são afetos e sobre os desmandos do governador Pedro Freitas (EMPOSSADO NA DIREÇÃO DA IMPRENSA OFICIAL O JORNALISTA LINO CORRÊA LIMA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 97, p. 1, 13 jul. 1952). Observadores da prática jornalística da imprensa de Teresina, os jornalistas de *A Cidade* criticavam os jornalistas que, submetidos à ordem do(s) proprietário(s) do órgão, resumiam sua atividade em produzir o que se dizia nas rodas de café, pensamento que ficou registrado na matéria “Capitular sim, capitular nunca!”, assinada pelo jornalista de pseudônimo Estevão Mauricius:

Há na imprensa piauiense, nesta pobre e anêmica imprensa provinciana, duas espécies bem características de jornais. Uns que se constituem em verdadeiras bandeiras de idealismo, de fé e de trabalho honesto e heroico em prol de uma imprensa livre e sadia. Outros há, porém, que movidos por interesses subalternos de seus proprietários, põe de lado os bons princípios que devem nortear a boa imprensa, para se transformarem em meros interpretes das ambições e dos irrefreios apetites de seus donos ou dirigentes.

As antipatias, os recalques e as paixões incontroladas do proprietário da folha refletem-se fielmente em suas colunas, e de tal maneira, que um e outro se deixam confundir. O que o “chefe” diz na roda do café no meio da semana é reproduzido pela gazetinha, de maneira exata, na edição do domingo seguinte. [...] (MAURICIUS, Estevão. Colaborar sim, capitular nunca! *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 99, p. 1, 20 jul. 1952).

Em defesa da democracia, da liberdade de pensamento e da imprensa, os jornalistas de *A Cidade* chamavam para si a responsabilidade da imprensa de oposição no jornalismo piauiense dos anos 1950. Pensamento que, desde o período de redemocratização política do Brasil, na primeira metade do século XX, já se cultivava no discurso jornalístico de ver a imprensa como um lugar institucional do exercício da liberdade (BARBOSA, 2007, p. 187). Sem embargo, o jornalista chama a atenção para a importância da imprensa livre, contudo, mais do que isso para a liberdade de pensamento e de palavra dos jornalistas de Teresina, já que os órgãos de imprensa eram mantidos financeiramente ou pelos partidos ou facções políticas do PSD e UDN, ou pela publicidade paga por políticos e pelo governo. Isto implica

dizer que as relações de dependência do jornal em relação aos partidos, grupos ou facções políticas acabavam regulando o trabalho do jornalista. Com isto, *A Cidade* retoricamente alegava que o jornalista jamais poderia se render à “paixão partidária” e/ou ficar subordinado aos proprietários dos órgãos de imprensa, porque essa condição comprometeria o olhar crítico, criterioso e verídico do jornalista na apreciação do fato político piauiense, e o levaria ao descumprimento da ética e das normas jornalísticas que tanto defendiam.

De acordo com Nelson Traquina (2005), a crença nos valores da cultura profissional dos jornalistas se confunde com o próprio fazer jornalístico, pois se trata de uma prática disciplinada por normas. Embora o autor discuta o jornalismo contemporâneo, suas considerações são importantes para entender que a liberdade do jornalista e a objetividade da notícia são apontadas como critérios indispensáveis ao profissional. No entanto, a liberdade dispensada ao jornalista é relativa. Além das relações hierárquicas existentes na redação do jornal e das restrições impostas pelo editorial, o jornalista ainda passa pelo crivo do leitor e dos formadores de opinião, pessoas que avaliam e dão (ou não) credibilidade ao jornal. No Piauí, a questão em torno da liberdade de imprensa esteve presente na discussão sobre o fazer jornalístico nos anos 1950, já em um contexto do regime democrático brasileiro.

Nesse sentido, os jornalistas de *A Cidade*, prestando-se ao papel de vigilantes da ação do governador Pedro Freitas, faziam do jornal um instrumento de luta, de disputas discursivas com os adversários políticos da UDN. Sustentando a discurso de defesa da coletividade e dos direitos garantidos pela democracia, os jornalistas de *A Cidade* seguindo a orientação da linha editorial da qual estavam inseridos, travaram uma batalha discursiva com os adversários políticos na imprensa sob a justificativa de defender o Piauí dos malfeitos do governador Pedro Freitas que era representado pelo discurso jornalístico como um político incapaz de mudar a realidade do Estado. A representação do Piauí pelo discurso jornalístico de *A Cidade*, como “pobre”, “terra infeliz”, “flagelada”, “inculta” e sem perspectiva de desenvolvimento socioeconômico, foi uma constante; algumas vezes, os jornalistas caricaturaram o problema na imagem do governador Pedro Freitas, conforme será abordado no tópico a seguir.

5.2 A representação dos problemas socioeconômicos do Piauí personificados na figura discursiva do governo Pedro Freitas

Nelson Werneck Sodré (1983) ressalta que, embora os jornais do século XX trouxessem em seu bojo algumas características na forma daquilo que se fazia no pasquim da primeira metade do século XIX, alerta que é preciso atentar para as diferenças no conteúdo

crítico em que a política foi noticiada nos jornais do século XX. Do mesmo modo, ainda que o jornal *A Cidade* não fizesse uso de charges para satirizar o governador Pedro Freitas, os jornalistas objetivaram caricaturá-lo por meio do discurso jornalístico, como representação satirizada dos problemas socioeconômicos do Piauí, através do uso de uma linguagem mordaz e conteúdo satirizado.

Fundado com o intuito de fazer do jornal *A Cidade* um instrumento de luta político/partidária, os políticos proprietários do semanário, em conjunto com os seus jornalistas, armaram-se com estratégias discursivas para caracterizar o lugar de oposição em que se encontravam frente ao governo do Estado. Como jornal de oposição vinculado à UDN, uma das práticas discursivas utilizadas pelos jornalistas para criticar o governo Pedro Freitas foi caricaturar os problemas do Piauí, tais como a seca, o analfabetismo, a miséria e o atraso econômico, por exemplo, personificados na descrição física pormenorizada do governador Pedro Freitas.

A presença da caricatura nos jornais, como recurso linguístico/discursivo, não se dava apenas para divertir o leitor, através dos comentários ou da oferta de imagens de cunho humorístico e satírico. Antes, entre outros interesses, cunhava-se nas páginas do jornal uma estratégia discursiva utilizada como arma política para atacar os adversários, primordialmente os do partido de oposição. Acentuando certos traços físicos, gestos, vícios e hábitos particulares com dosagem de exagero, a crítica política se expressava por meio da luta simbólica e do uso de uma linguagem mordaz e exagerada. Segundo Nelson Werneck Sodré (1983), este tipo de linguagem se configurou, sobretudo, na imprensa política em que a luta partidária assumiu aspectos pessoais, desembocando na injúria mais vulgar. Para tanto, os homens de imprensa lançaram mão de um palavreado virulento, violento, a fim de agredir o seu opositor, o governo local e, conseqüentemente, desgastar a imagem dos políticos.

Não obstante, a linguagem empregada no jornal *A Cidade*, para caracterizar o período em que o Piauí foi administrado pelo governador Pedro Freitas, ganhou conotações pessoais de teor satírico. Através do discurso, os jornalistas de *A Cidade* materializavam a aparência física do governador Pedro Freitas, que assumia formato, no texto, de “pigmeu de inteligência rudimentar e inculta”; “homúnculo de visão anormal, estrábico, daltônico”; “míope, magro, careteiro, ar de flagelado, governador cego, canhoto e analfabeto”¹²³ etc., estes foram alguns

¹²³ O GOVERNADOR. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 9, p. 1, 24 ago. 1951; AGUIAR, E. Na linha de frente. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 27 jul. 1951; A VIAGEM DO GOVERNADOR. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 1, p. 3, 27 jul. 1951.

dos vocábulos usados para descrever o pessedista Pedro Freitas que ocupava o cargo de chefe do Executivo estadual desde 1951.

Em *A Cidade*, a crítica política, tecida nas matérias jornalísticas, apresentou tendência personalista sobre o fato político. A construção da realidade socioeconômica do Piauí era representada por um discurso que primava por dar visibilidade ao estado de miséria e de subdesenvolvimento em que se encontrava a região, no período de 1951 e 1952. Os dois primeiros anos em que a administração do governo estadual esteve sob o poder do pessedista Pedro Freitas foram visualizados pelas lentes dos jornalistas do órgão udenista como um período em que o Piauí se achava “submergido na imensa escuridão da incapacidade de seu governante” de resolver os problemas locais (A CIDADE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 26, p. 1, 23 out. 1951). Insistindo na construção da imagem de um governador de “inteligência rudimentar” e dotado de “pouca cultura”, os jornalistas de *A Cidade* publicavam matérias que relatavam seu despreparo até para negociar com o Governo Federal, a fim de solucionar um dos maiores problemas que assolavam a região, a seca:

A viagem do Governador

Com pretexto de pedir auxílio ao Governo Federal para as vítimas da seca, avionou para o Rio o nosso magro e careteiro governador.

Não podíamos mandar melhor emissário de nossa penúria. Com o ar de flagelado, com a cara de fome, basta o Piroca estender a mão para que chovam esmolas.

Mas, como a viagem é cheia de tropeços, S. Exa. não foi só. Com amparo de sua inexperiência e guia de sua congênita fraqueza de vista, levou o General, que aliás não tem muito equilíbrio e, também, é míope. Seja como for, lá se foram eles o Piroca atrás, o General na frente e um bastão ligando os dois. [...] (A VIAGEM DO GOVERNADOR. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 1, p. 3, 27 jul. 1951).

“Magro”, “ar de flagelado”, com “cara de fome”, “congênita fraqueza”: a ênfase nestas características físicas do governador Pedro Freitas, além de trazer à cena a imagem de um retirante em períodos de seca, é lançada para criticar o governador e qualificá-lo como fraco de vista e míope, no sentido de que ele fazia vista grossa para não resolver os problemas que atingiam o Estado. A descrição física pormenorizada do governador Pedro Freitas, nesta matéria, ainda ressalta a falta de equilíbrio nos gastos administrativos e despesas relativas às festas, viagens de recreio, banquetes, dentre outras críticas apresentadas no jornal, assinalando os excessos do governador, como, por exemplo: “Se vão lhe contar que a carne foi vendida a Cr\$... 14,00, o arroz a Cr\$ 7,00 e o feijão a Cr\$ 8,00, ele sacode os ombros, pisca os olhinhos e diz: É mentira! Isso é exploração do jornal da U.D.N. [...]” (OS TUBARÕES AMEAÇAM

MATAR A FOME DO POVO DE TERESINA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 17 nov. 1951).

Para evidenciar que o governador Pedro Freitas não sabia administrar nem governar o Piauí, os jornalistas de *A Cidade* davam notícias sobre as viagens do governador quando se deslocava ao Rio de Janeiro, capital da República, à época, em busca de recursos para diminuir o impacto da seca no Estado. Contudo, a imagem do governador Pedro Freitas se aproximava à de um “bobo”, um “jeca”, que se deslumbrava com a grandiosidade da capital federal, e se limitava a obter para o Piauí apenas sacas de feijão para serem revendidas a preço baixo (VENENO EM GOTAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 31, p. 4, 13 nov. 1951). Ainda, para reforçar a “fragilidade”, a “ingenuidade”, a “incapacidade” e a falta de autonomia do governador Pedro Freitas na administração do Estado, os jornalistas de *A Cidade* descreviam que, nas viagens do governador, ele sempre levava a reboque o seu cunhado, o Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, que ocupava a função de Secretário Geral do Governo; ou seu irmão Antônio de Almendra Freitas, que afirmava: “— O Pedro sempre foi acanhado e sem jeito. Eu preciso acompanhá-lo para evitar que ele cometa alguma gafe” (VENENO EM GOTAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 31, p. 4, 13 nov. 1951).

A carga de pessoalidade, caracterizada nas matérias jornalísticas de *A Cidade*, não se restringiu ao tema da seca. Outro assunto constantemente abordado nas páginas do jornal referia-se à formação intelectual do governador Pedro Freitas. Esta característica geralmente era colocada em questão no jornal, principalmente, por considerar que, pelo fato de o governador Pedro Freitas ter cursado apenas o primário em uma escola formal, na cidade de Livramento (PI), ele não tinha condições de elaborar e pronunciar eloquentemente seus discursos. Na tentativa de ridicularizar os pronunciamentos que o governador fazia no rádio, escreveram:

Governador Terrível...

A exemplo do que tem visto fazer os srs. Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, o Sr. Pedro Freitas entendeu de, também, deitar falação ao povo dando resultado de suas atividades no Rio.

Mas, o pobre Governador de João Grande esqueceu que seus conhecimentos de português não eram suficientes para enfrentar o microfone que, segundo dizem, dá um frio terrível. E, geladinho que nem um cossaco russo, ocupou há poucos dias os microfones da Q3 para, dizia êle, fazer um discurso. A cousa, porém, não deu como esperava o Governador. E não saiu por que no tal discurso que lhe deram p'ra ler (perversidade dos amigos da onça) havia umas palavrasinhas difíceis, tais como *terríveis*, *também*, etc.. que o herói sem dar por achado, não teve dúvida e lascou um *terrível* e um *tomém*, que

quase racharam o microfone da estação de zelopes¹²⁴ (GOVERNADOR TÉRRIVEL... *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 4, p. 3, 7 ago. 1951).

Na matéria “Governador terrível...”, em destaque acima, há uma pretensão da redação de *A Cidade* em afirmar a imagem de “iletrado” do governador Pedro Freitas, principalmente se comparado à realidade social do Piauí, à época, quando existiam poucas escolas e um pequeno número de pessoas com curso superior. No Piauí da primeira metade do século XX, e até hoje continua sendo, o número de analfabetos era maior do que o de “doutores”. Estes eram vistos como os “homens das letras”.

Os bacharéis formavam não só a elite intelectual, como também faziam parte da elite social e política, que se distinguiu pelo estudo formal, seja como professores do Liceu Piauiense, seja pelo símbolo do anel de formatura, cabendo-lhes a responsabilidade dos cargos políticos de relevo e as atribuições sociais específicas (QUEIROZ, 1994). O domínio da palavra escrita e da oratória consistia em requisitos facultados para aqueles que pretendiam ser reconhecidos como intelectuais. O inverso, a falta de domínio na produção de textos bem escritos e da boa oratória desqualificava o pretendente não só ao epíteto de intelectual; mas também o desqualificava para cargos de importância na administração pública.

Na edição de 17 de maio de 1952, pode-se destacar outra matéria publicada no jornal, na qual a redação de *A Cidade* constrói um diálogo do governador Pedro Freitas com seu filho José Pires Gayoso de Almendra Freitas, diretor do *Jornal do Piauí*, para evidenciar o grau de “semianalfabetismo” do chefe do Executivo estadual por não saber distinguir o significado e o uso correto das palavras “discente” e “docente”:

Quando o Zécamilo Filho¹²⁵, chegou no dia 13 do corrente em Karnak, todo de branco, o governador Pedro de Almendra Freitas olhou-o atentamente e disse: “Você hoje tá “discente!”

Dedé¹²⁶ que estava presente replicou: “*discente* não, meu pai. *Decente*. Ouviu?”

Pedro Freitas, então, responde: “Você tá doido home. Onte quando eu dixei que o Fenelon ia falar em nome do corpo *decente* da Faculdade de Filosofia você dixei qui era *discente*. Eu agora digo qui o Camilo tá *discente* e você diz que não *discente*, é *decente*. Você tá doido home!” (ACONTECIMENTO DA CIDADE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 82, p. 4, 17 maio 1952, grifos do autor).

¹²⁴ “Estação de zelopes” e “Rádio Q3” referem-se a Rádio Difusora de Teresina, prefixo ZYQ-3, em que o jornalista e radialista José Lopes dos Santos era o responsável pelo *Jornal Q-3*.

¹²⁵ Refere-se a José Camilo da Silveira Filho, diretor do Departamento da Fazenda do Estado.

¹²⁶ Refere-se a José Pires Gayoso de Almendra Freitas, geralmente acusado pela imprensa de escrever os discursos que eram pronunciados pelo governador Pedro de Almendra Freitas.

Chama a atenção a linguagem virulenta adotada pela redação de *A Cidade*, para colocar em xeque o grau de intelectualidade e a maestria do governador Pedro Freitas no exercício do cargo que lhe fora “confiado” por voto popular. Contudo, a análise das matérias jornalísticas não pode ser feita sem o entendimento da conjuntura política em que aconteceram as eleições para governador do Piauí em 1950, para perceber que, nos discursos publicados, respinga certo ressentimento dos udenistas, por terem perdido as eleições naquele ano e acusarem o Tribunal Superior Eleitoral de não ter computado corretamente o número de votos válidos e nulos dando vitória eleitoral ao candidato do PSD.

O governador Pedro Freitas, então candidato pelo PSD, teve como adversário o udenista Eurípedes Clementino de Aguiar. Além de médico, Eurípedes Clementino de Aguiar tinha larga experiência na carreira política, tendo ocupado os cargos de intendente de Floriano-PI (1920), deputado estadual (1920-1923) e senador (1924-1930). Mesmo assim, a UDN perdeu as eleições de 1950 para o candidato pessedista Pedro Freitas: coronel, proprietário rural, fazendeiro, comerciante, sem experiência política e sem curso superior; todavia, pertencente a uma das famílias mais importantes, em termos políticos, do Piauí em virtude do domínio oligárquico local. Nesse sentido, Jean Blondel ([19??]), em seu estudo sobre os partidos políticos do Brasil, afirma que o fato de o PSD ter surgido como um partido da situação, uma vez que foi formado por homens que tinham estado no poder durante o Estado Novo, criou-se um “estado de espírito” entre o próprio grupo. Assim, o “pessedista” era visto como um homem menos culto e menos independente que o “udenista”, não se permitindo estar contra o governo e ficar subjugada a condição de governista. O autor defende a opinião de que “o PSD agrupa[va] os homens menos seguros de si mesmos, dos homens que nasceram com o Sr. Vargas e que a este devem sua ascensão social” (BLONDEL, [19??], p. 6).

Assim, condicionados por regras que determinam os *modos de dizer e aquilo que se pode e se deve dizer*, os jornalistas não se esquivaram de construir a imagem do político Pedro Freitas como um governante, que, no ato de discursar em público, beirava o analfabetismo, por não dominar o idioma e não saber pronunciar palavras difíceis corretamente. Assim, a matéria intitulada “Oração de Pedro Freitas” reproduz tema semelhante e reforça a interpretação produzida naquela matéria destacada anteriormente:

Oração de Pedro Freitas

Um dia deste, o governador deitou o verbo, através da Rádio Q3, isto é, leu, mas leu mal um discurso, que os outros escreveram para ele. Como falta-lhe vocação para a arte oratória e prática de ler, por perra, não lhe permite dicção regular, o desajeitado orador, no tom e ritmo de velha sertaneja

rezando a ladainha, à miúdo se embaraçava e gaguejava no desempenho da penosa tarefa, a que o obrigaram.

Em um dado momento a transmissão radiofônica interrompeu-se por um instante e, quándo voltou a funcionar ouviu-se, nitidamente, Pedro Freitas dizer:

- Como é? Eu começo daqui ou de detrás?

No seu pitoresco linguajar de matuto, o governador estropia muitas palavras, deformando-as lamentavelmente. É assim que se disse da engasgada recitação de sua arenga, dentre outras muitas barbaridades – terrive, entonce, tomem, panarama da cidade, colonia do caripina e perpetrou intoleráveis solecismos que se não fossem o respeito que devemos a elevada posição, que ele indevidamente ocupa, e o justo receio de provocar-lhe um acesso de cólera, classificaríamos de chapa das asnicas.

Na forma e no fundo da oração governamental, enxerga-se o esdruxulo conúbio da chôchice do Dedé com o descaramento do Vilanova. [...].

Deve ter sido muito grande o esforço dos autores da indigesta peça, em procurarem encobrir os erros e fantasiar acertos do atual governante e, bem assim, traçarem grandiosos planos, que se fossem exequíveis e Pedro Freitas tivesse capacidade para realizar qualquer cousa, transformariam o Piauí ao país das maravilhas.

É de um ridículo de fazer pena, o iletrado que se mete a dizer de público que todo mundo sabe ser ele incapaz de pensar e redigir. [...] (ORAÇÃO DE PEDRO FREITAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 6, p. 1, 14 ago. 1951).

No embate com o *Jornal do Piauí*, rotulado de “côchiche do Dedé”, a batalha discursiva é travada pelo interesse de armar uma luta política contra o governo local, através da descrição dos traços físicos, gestos, falas e hábitos de Pedro Freitas. A seleção de certos traços, em detrimento de outros, na produção do discurso jornalístico, deixou marcas relevantes de que as matérias publicadas tentavam caricaturar o chefe do Executivo estadual, para sustentar a crítica que se reforça nas práticas jornalísticas de *A Cidade*.

“Governador sem vocação para a arte oratória” e a prática de leitura, com “dicção irregular”, “orador desajeitado com tom e ritmo de velha sertaneja rezando a ladainha”, que se embaraçava e gaguejava ao pronunciar frases ou palavras difíceis, indivíduo de “pitoresco linguajar de matuto” e “deformador de palavras”, “coronel de bobagens”. Por intermédio deste discurso caricaturado, os jornalistas de *A Cidade* elaboravam uma representação do governante como um sujeito inadequado ao cargo de chefe do Executivo estadual, um modelo de governador que se encontra deslocado, fora do lugar. Por isso, o destaque para os aspectos que denotam a imagem de um homem “velho”, “inerte”, “matuto”, “míope” e de educação formal elementar, cuja descrição contribui para representar, respectivamente, um Pedro Freitas que, aos sessenta anos de idade, assumiu o governo por ter sido indicado como candidato ao governo estadual, em 1950, pelo presidente do Diretório estadual do PSD. Um homem franzino que nasceu em uma propriedade rural no Norte do Estado, usava óculos, não possuía curso superior, amador de caçadas, fumava cigarro de fumo de corda feito por ele

próprio, mas detinha prestígio político e econômico, como explicita Leônidas de Castro Mello (1976) em seu livro de memórias.

A imagem de governante “inculto”, “iletrado” ou “semialfabetizado” era usada pelos jornalistas de *A Cidade* para reclamar o descaso do governador Pedro Freitas em buscar melhoraria no setor da educação no Piauí. O jornal explicava que, pelo fato de o governador Pedro Freitas não ter ocupado por muitos anos uma das cadeiras da escola formal, dava pouca importância para a educação; e, por conseguinte, não pretendia investir na área para sua melhoria nem aumentar o número de escolas públicas. Na edição de 27 de novembro de 1951, de *A Cidade*, é publicada uma matéria em que a redação ainda apresenta o governador Pedro Freitas como um “inimigo” da instrução da sociedade piauiense.

A matéria foi intitulada de “Pedro Freitas *versus* Instrução”, assinada por Carlos Penteado; o jornalista abordava os vetos do governador Pedro Freitas aos projetos que visavam à melhoria das escolas de Teresina. Um dos vetos contemplou a Lei que elevaria de oito para trinta mil cruzeiros a subvenção do “Ginásio Des. Antônio Costa”. A proibição do aumento de verbas para investir na educação foi interpretada pelo jornalista Carlos Penteado como extensão da “incapacidade” do governador Pedro Freitas de reconhecer a importância da escola pública para a formação da sociedade. Mais do que isso, o jornalista afirmava que a atitude não passava de um dos “caprichos forjados pela burrice do governador” Pedro Freitas que se opunha a qualquer projeto de Lei que objetivasse o progresso socioeconômico do Estado (PENTEADO, Carlos. Pedro Freitas *versus* instrução. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 36, p. 1, 27 nov. 1951).

Para o jornalista Carlos Penteado, o progresso de um país depende, exclusivamente, da formação moral e intelectual da sua juventude. Nesse sentido, o veto do governador representaria sua “ignorância” frente à importância do investimento na educação para o soerguimento do Piauí, pensamento restrito aos homens esclarecidos. Assim, na matéria “Pedro Freitas *versus* Instrução”, o jornalista Carlos Penteado apresentava o chefe do executivo estadual como um governante contrário à educação, e relatava que o governador Pedro Freitas “[...] formado na prática dos negócios escusos, o pobre de homem de Karnak se opõe, obstinadamente, a qualquer processo que tenha em mira o progresso mental da juventude escolar. Porque nada aprendeu, porque é nulo em tudo, julga que os outros devem seguir o exemplo. [...]” (PENTEADO, Carlos. Pedro Freitas *versus* instrução. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 36, p. 1, 27 nov. 1951). Adjetivando o governador Pedro Freitas como um homem de “baixa escolaridade”, de “inculta inteligência” e de “fraqueza mental”, o jornalista Carlos Penteado afirmava no jornal *A Cidade* que o governador se mostrava pouco afeito à

educação, e impugnava o desenvolvimento da instrução da sociedade piauiense através do veto dos projetos de Lei que visavam ampliar o investimento do Estado neste setor.

Do mesmo modo, a imagem do governador Pedro Freitas como um adversário da instrução pública era reproduzida no jornal *A Cidade* através da denúncia de que ele não via razões para se gastar dinheiro com professores. Nessa discussão, construíam o seguinte quadro da educação no Piauí, em 1951: exoneração arbitrária de centenas de professores diplomados para substituí-los por protegidos do governo; muitas escolas do Interior do Piauí encontravam-se mal servidas por professores leigos com a saída das professoras diplomadas e efetivas; além da falta de material escolar, tais como: papel, pena, tinta e livros escolares. Assim, a matéria “A instrução pública”, impressa, na edição de 14 de agosto de 1951, do jornal *A Cidade*, avaliou que o descaso do governador Pedro Freitas em relação à educação no Piauí se dava porque ele, no seu “raciocínio de homem inculto”, considerava a educação um “luxo” e que prejudicava os indivíduos, como ficou especificado pelo jornal no fragmento em destacado a seguir:

Com as leves irregularidades pinceladas de primeiras letras, com que lambuzam a sua canhada mente de criança, Pedro Freitas, avançando em triunfo pela estrada suave de sua existência, atingiu a invejável culminância de negociante milionário e governador do Estado.

No seu raciocínio de homem inculto, mas essencialmente prático, ele não vê razão de se gastar tanto dinheiro com professores, que, por via de complicados e torturantes processos, preciosamente rotulados de pedagógicos, machucam e deformam o instinto da gente, quando, sem dúvida, é o nosso tino natural, que mais nos ajuda na luta pela vida.

Para que sapecar as pestanas se elas cruas e longas são mais bonitas e necessárias á bôa visão e á defesa dos olhos?

Em parte damos razão ao esperto matuto de Livramento. É inegável que muitos indivíduos são prejudicados com a instrução, que, em vez de melhorá-los, apenas serve para revelar, com inconveniente nitidez, a penúria de seus dotes intelectuais.

Se tivessem feito de Pedro Freitas, um bacharel, ele seria hoje, quando muito, um magistrado da marca, peso, medida e substância dos dois Lopes, Sales e Milciades, esses flagelos de nossa Justiça, cuja indôneidade é conhecida de todos e sofrida por muitos.

Por tudo isso e, talvez, por outros motivos, o nosso inefável governador vota ojeriza à Instrução Pública e não só a despreza, como a persegue.

[...] Para ele, a educação é um luxo e quem quizer luxar, o faça a expensas suas (A INSTRUÇÃO PÚBLICA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 6, p. 1, 14 ago. 1951).

Como este, vários outros assuntos, traços e gestos do governador Pedro Freitas tiveram presença marcante nas páginas do jornal *A Cidade*. Com um peso maior no uso de uma linguagem mordaz e do tom caricatural e ridicularizador, os jornalistas retratavam o governador Pedro Freitas materializando o interesse editorial em representar o período no

qual o poder estadual esteve sob o controle do partido rival, o PSD. Com os títulos de “Governo Mentiroso”, “Desgoverno de Pedro Freitas”, “Governo Desorientado”, “Política Inexpressiva”, “Governo de suor, lágrimas e morte”, “Figura de papelão”, “Um Bagaço”, entre outros, muitas matérias foram escritas e publicadas não só para caracterizar o fato político de 1951 a 1952, mas igualmente para afirmar o objetivo da linha editorial do jornal, cuja concepção política tinha como base os ideais do partido udenista. A batalha discursiva feita por meio de críticas, confrontos e campanhas deixava transparecer as disputas de poder entre os órgãos que, estruturados como instituições jornalísticas para defender os ideais dos partidos políticos PSD e UDN, reivindicavam o patamar elevado de *capital simbólico* que lhes conferiria maior poder de fala, de controle do discurso e modos de reprodução discursiva (DIJK, 2008).

Um bagaço

Comparando mal, a luta que estamos travando com os nossos adversários políticos parece com o brinquedo do gato com rato. Dizemos comparando mal, porque nem nós podemos ser equiparados a gato, nem eles, ao rato, na acepção vulgar dos dois termos.

Mas, a verdade é que estamos judiando com a fraqueza de nossos inimigos, que não sabem e nem podem se defender, nem nos molestar. Não sabem, por falta de habilidade e não podem, por sem indefensáveis as suas atitudes.

Quiseramos terçar armas contra os adversários mais ágeis e menos vulneráveis, de sorte a podermos dar e aparar golpes que exercitassem a nossa combatividade e nos interessam pela contenda.

Mas, lutar com Pedro Freitas e seus apaniguados é o mesmo que tomar sopa, engolir quiabo cosido, mastigar marmelada ou pegar parelha com o jaboti. O maxixe de Karnak é frio como barriga de rã, e mole como banana sapo da casca preta. [...]. O governo de Pedro Freitas é um bagaço (UM BAGAÇO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 10, p. 1, 28 ago. 1951).

A prática discursiva empregada em *A Cidade* era a de expor a fraqueza do *outro*, a fim de conferir ao jornal o papel privilegiado de agente do poder e da produção de discursos sobre a realidade social. Na busca de *status*, autoridade, posição e lugar privilegiado na imprensa, os jornalista de *A Cidade* apontam seus adversários como sujeitos limitados para defender os interesses do partido e da coletividade através do discurso jornalístico. Considerando que o poder é uma característica da relação entre grupos e que se manifesta na interação social em que um dos grupos exerce, ou tem por meta exercer, o controle sobre o *outro*, Teun A. Van Dijk (2008) afirma que, para o exercício e a manutenção do poder, é imprescindível que se tenha uma estrutura ideológica baseada em cognições específicas. Desde que seja socialmente compartilhada e relacionada aos interesses de um grupo e de seus membros, a estrutura

ideológica é adquirida, confirmada ou alterada através da comunicação, do discurso e do contrapoder que se manifesta através de várias formas de resistência.

Assim, quando determinados grupos atuam como representantes institucionais, com poder ampliado de fala, estes mantêm o controle do discurso e “determinam o ‘tom’ ou o estilo da escrita ou da fala, determinam seus assuntos e decidem quem será participante e quem será receptor de seus discursos” (DIJK, 2008, p. 44). Geralmente, quem determina, quem controla o discurso e a produção das notícias é o proprietário do órgão de imprensa, conjugado com uma teia complexa de relações que envolvem o poder do grupo ou da instituição que se dedica a controlar os conteúdos e os vários modos de distribuição dos discursos, através do uso de mecanismos de autoridade para exercer influência sobre a escrita e a fala pública. Alguns destes mecanismos são expressos por meio da contratação ou da demissão de jornalistas.

Ao adquirir credibilidade e *status* dentro da instituição jornalística, organizada hierarquicamente, o jornalista assume o compromisso de eleger temas, estilo ou forma de apresentação de um discurso, seguindo a linha editorial do jornal que determina o gênero do discurso, a quantidade de informação e promove a seleção e a censura dos argumentos que serão levados ao conhecimento público. Nesse sentido, os jornalistas de *A Cidade* assumiram o papel de divulgadores críticos do período político piauiense em que o pessedista Pedro Freitas ocupou o cargo de chefe do Executivo estadual. Através de uma linguagem mordaz e carregada de pessoalidade, produziram sentidos que ficaram materializados nas notícias referentes a um período em que o Piauí foi administrado por um membro do PSD, o governador Pedro Freitas, sendo adjetivado pelo discurso jornalístico de *A Cidade* como governante “iletrado” e de “pouca visão” para resolver e sanar seus problemas socioeconômicos.

Além disso, a produção de discursos em torno da figura representativa do governador Pedro Freitas se prolongou para os jornalistas do *Jornal do Piauí*. Ao considerar que o chefe do Executivo estadual era um homem de “[...] fibratura curta e fraca, mal fiada e mal tecida, Pedro Freitas carece da contextura indispensável aos que governam [...]” (O TABELAMENTO DE PREÇOS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 17, p. 1, 21 set. 1951), os jornalistas de *A Cidade* passaram a questionar e até invalidar as matérias publicadas pelo *Jornal do Piauí*, cujo discurso pretendia defender o governo de Pedro Freitas. A partir de seu *lugar institucional* de fala autorizada e regularizada, os jornalistas de *A Cidade*, além de delegarem para si a função de censores da administração pública estadual, colocaram-se no papel de revisores da prática jornalística exercida no *Jornal do Piauí*. Nessa incumbência, os

jornalistas de *A Cidade* levantaram uma “campanha moralizadora” da administração estadual e da prática jornalística do *Jornal do Piauí*. Como jornal de oposição, os jornalistas de *A Cidade* atuaram como vigilantes das práticas jornalísticas da imprensa de situação e encaminharam ao prelo determinadas matérias, abordando a falta de compromisso ético e profissional dos jornalistas que, submissos ao dono da instituição jornalística, transformaram o *Jornal do Piauí* em “jornal oficioso” do governador Pedro Freitas.

5.3 Jornal *A Cidade* e sua “campanha moralizadora” da administração estadual e da prática jornalística do *Jornal do Piauí*

A partir da leitura e análise das edições do jornal *A Cidade*, referentes ao período de 1951 a 1953, pode-se afirmar que os discursos publicados em suas páginas sobre o fato político piauiense foram organizados de duas maneiras. Na primeira, os jornalistas de *A Cidade*, com o objetivo de denunciar os desmandos, as “arbitrariedades” e os “abusos de poder” do governo, classificavam Pedro Freitas como um governante “fraco”, “ignorante” e “dominado” por seus auxiliares e correligionários. Geralmente, isto se fazia discursivamente por meio de uma linguagem satírica e virulenta, como se tem discutido nesta tese. A segunda se estabeleceu a partir do momento em que o *Jornal do Piauí* passou a circular em Teresina, em setembro de 1951, e este passou a publicar matérias defendendo o governo do Estado pela imprensa. A partir de então, os jornalistas de *A Cidade* se dedicaram a produzir matérias criticando a prática jornalística do *Jornal do Piauí*, e declaravam que os discursos publicados neste jornal, em defesa da administração do governador Pedro Freitas, eram equivocados e construídos a partir de argumentos insatisfatórios.

As matérias publicadas no *Jornal do Piauí* com discursos laudatórios sobre a administração do governador Pedro Freitas foram semanalmente revisados pelo olhar crítico da imprensa de oposição ao PSD. Na medida em que uma nova edição do *Jornal do Piauí* era impressa e circulava em Teresina, as matérias que saíam publicadas em suas páginas eram lidas, analisadas e julgadas pelos jornalistas de *A Cidade*. Isso porque a batalha discursiva entre os dois jornais não ficou restrita a figura discursiva do governador Pedro Freitas. Antes, a discussão política partidária ampliava-se para as ações do prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo (1951-1954) que, sendo eleito pela UDN, foi frequentemente citado no *Jornal do Piauí*.

Com linhas editoriais definidas a partir das diretrizes dos partidos políticos UDN e PSD que os mantinham financeiramente, de um lado, se posicionava o jornal *A Cidade* que

pertencia aos políticos da UDN, também denominado de “jornal municipalista”, e se colocava na posição de oposição ao governo do Estado. Do outro lado, encontrava-se o *Jornal do Piauí*, visto como “órgão oficioso” do PSD e do governador Pedro Freitas, e jornal de oposição ao Prefeito de Teresina no período de 1951 a 1954. Assim, organizados pelos grupos políticos da UDN e do PSD, o jornalismo de *A Cidade* e do *Jornal do Piauí* foi regularizado na forma partidária; ambos estavam prontos para estabelecer o combate e/ou a propaganda do governo e da própria prática jornalística por meio do discurso.

Considerando que a produção do discurso se dá a partir de um *lugar institucional* de fala, em cada um dos órgãos de imprensa puderam ser encontrados discursos de defesas e de ataques diretos e indiretos aos chefes do Poder Executivo estadual e municipal. No caso do “jornal municipalista” *A Cidade*, este foi transformado em agente orgânico da vida partidária da UDN, e se colocou na defesa do prefeito de Teresina, o udenista João Mendes Olímpio de Melo. Nesta posição partidária, travou batalhas discursivas, principalmente, com o *Jornal do Piauí* por considerar que sua redação ficava subordinada exclusivamente aos interesses do seu diretor e ao PSD e apenas escrevia “asneiras” ou uma “porção de lero lero”, tanto para agradar o seu patrão José Pires Gayoso de Almendra Freitas, quanto para criar um clima de animosidade entre o prefeito de Teresina e o governador do Piauí (DEFESA DESNECESSÁRIA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 55, p. 1, 6 fev. 1952). O jornal *A Cidade* acusava que a redação do *Jornal do Piauí* ocupava-se em criar “arremedos ilusórios” para aumentar as obras realizadas pelo governador pessedista Pedro Freitas, e, em contrapartida, procuravam diminuir a figura política e o prestígio do Prefeito de Teresina, o udenista João Mendes Olympio de Melo.

No jornal *A Cidade* a afirmação de que a redação do *Jornal do Piauí* fugia dos preceitos éticos da profissão foi uma constante. O jornal *A Cidade* avaliava que na falta de argumentos convincentes para discutir no campo “sadio” do jornalismo, a redação do *Jornal do Piauí* distorcia os fatos, dava visibilidade aos fatos particulares da vida de “cidadãos honestos” e descia para o terreno perigoso das retaliações pessoais, sempre que buscava defender o governador Pedro Freitas das acusações publicadas pela imprensa de oposição. Deste modo, o jornal *A Cidade* condenava a prática jornalística do *Jornal do Piauí* afirmando que sua redação “pecava contra a verdade” na medida em que injuriava e caluniava o prefeito de Teresina por meio de uma “linguagem chã” (PROFESSOR DAS ARÁBIAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 56, p. 1, 8 fev. 1952). O jornal *A Cidade* acusava, ainda, que a redação do *Jornal do Piauí* se ocupava apenas em escrever “infâmias” e “injúrias” contra o prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo da UDN, e contra os jornalistas de *A Cidade*, em

decorrência das denúncias e das acusações que eles publicavam contra o governador Pedro Freitas.

Assim, na matéria “Professor das arábias”, a redação de *A Cidade* pontuava os erros da prática jornalística do *Jornal do Piauí* da seguinte forma:

[...] Não compreendemos o ódio repentino e violento dos srs. redatores do “Jornal do Piauí” ao Prefeito da nossa capital. [...]

Os srs. redatores do “Jornal do Piauí”, em linguagem chã, num português de rastros, em que predomina o insulto, a injúria, a mentira, o desrespeito, procuram criticar a maneira como denunciámos ao povo piauiense a administração chocha e emperrada do sr. Pedro Freitas. Se os srs. pessedistas tivessem o cuidado de ler os seus mal redigidos artigos, fecundos em impropérios e insultos, certamente, poriam a viola no saco e cuidariam e corrigir a si próprios.

Curtos de inteligência, falhos de argumentos, incapazes para defender um governo indefensável, sem motivos plausíveis para atacar a administração municipal, os gibis do Dedé, arremetem furiosamente contra a vida particular do Prefeito de Teresina com uma série de infâmias e injúrias, que somente não surtirão o efeito desejado pelos infamadores, por que o povo piauiense conhece sobejamente o antro de onde partiu.

[...] Quanto a correção gramatical de nossos editoriais não iremos discutir. Queremos, entretanto, ensinar aos srs. redatores do “Jornal do Piauí” que a palavra “POBREZA”, se escreve com z e não com s, como erradamente figura no título do artigo “Pobresa intelectual”. [...] (PROFESSOR DAS ARABIAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 56, p. 1, 8 fev. 1952).

As brigas iniciadas no campo político se estendiam para o campo jornalístico, e davam espaço nas páginas do jornal às discussões sobre a prática jornalística de Teresina e o reconhecimento do jornalismo como um trabalho intelectual. Deste modo, no debate jornalístico, o jornal *A Cidade* não reservava a crítica exclusivamente à representação do governador Pedro Freitas e à sua administração do Estado, envolvia também as questões relacionadas à busca dos jornalistas por seu reconhecimento intelectual através da produção das matérias e a postura ética dos jornalistas na imprensa. A batalha discursiva se inscreve sobre os enunciados que objetivavam os jornalistas do *Jornal do Piauí* de “curtos de inteligência” e “falhos de argumentos” para caracterizar sua “incapacidade” de revidar as acusações veiculadas pelo jornal *A Cidade* no campo “sadio” do jornalismo.

Dominar o português, escrever bem e de acordo com as normas gramaticas eram algumas das exigências pontuadas pelos jornalistas para se qualificarem como intelectuais, ao mesmo tempo em que desqualificavam o *outro* através do discurso, para diminuir sua importância no jogo político/partidário que se estabelecia pela imprensa. Contudo, tal fisionomia não se restringia a imprensa de oposição, pois tanto os que defendiam o governo quanto os que faziam oposição a ele estabeleceram o insulto como arma de ação na luta

simbólica. Os jornalistas locados na imprensa de oposição ou da situação faziam o emprego de uma linguagem atentatória e mordaz para “lançar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição” (SODRÉ, 1983, p. 156).

A defesa da prática jornalística que regulava a produção do discurso de *A Cidade* se dava pela tentativa de se mostrar diferente daquela exercida no *Jornal do Piauí*. Sendo este pessedista e aquele udenista, as diferenças partidárias entre os dois marcavam as distinções da linha editorial, embora em termos de produção do discurso e do uso da linguagem mordaz e satírica para atacar seu adversário se fazia presente nos dois jornais. Quando o assunto da matéria era o governador Pedro Freitas, do PSD, o jornal *A Cidade* não dispensava o uso de adjetivos e metáforas para desqualificá-lo ao cargo. Da mesma forma, fez o *Jornal do Piauí*, quando escrevia sobre o prefeito de Teresina, João Mendes Olímpio de Melo, da UDN. No entanto, o jornal *A Cidade* entendia que as críticas contra o governador Pedro Freitas, e que foram veiculadas em suas páginas faziam parte de uma “campanha moralizadora” da administração estadual. Assim, na matéria “Comentários”, publicada em 14 de março de 1952, exemplifica bem a batalha discursiva travada entre os jornais *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*:

COMENTÁRIOS

O “Jornal do Piauí”, em sua última edição, quarta-feira, veio como sempre, no linguajar rasteiro que caracteriza os pobres de espírito, procurando iludir a opinião pública e criticando de maneira indigna e indecorosa o estilo que adotamos em nossas apreciações sôbre os atos do atual govêrno. Não era necessário, entretanto, que viéssemos defendermos das acusações que nos foram feitas, de vez que a opinião pública aí estar para nos dar razão e o estímulo a fim de que continuemos a nossa campanha moralizadora da administração estadual. Protegidos do governo, apadrinhados pelo filho do governador, sentem-se os srs. redatores do “Jornal do Piauí”, de pança fôfa e se põem a criticar de maneira desonesta, no campo das retaliações pessoais, com palavras somente usadas por indivíduo sem nenhuma educação [...].

Jornalismo não vemos nos rabiscadores do “Jornal do Piauí”. Escrevedores de calúnia, palhaços de circo de ponta de ponta de rua, isso sim, é que são. Falam de ética jornalística, de jornalismo decente, de críticas honestas, quando na verdade nos envergonhamos só em pensar que poderemos ter o prazer de tratá-los como colegas.

Apontem os srs, redatores do Jornal do Piauí, críticas desairosas que lhes tenhamos feito. Mostrem-nos os srs. Redatores do “Jornal do Piauí” acusações deselegantes e inverídicas feitas à redação do jornal. Desafiamos.

O que sempre fizemos e continuaremos a fazer é apontar ao povo do Piauí, o descabro, a violência, o regime da força, as perseguições políticas do atual governo. Não queremos manchar a reputação de quem quer que seja, mas mostramos ao povo piauiense, com fatos incontestáveis, o estado deplorável em que se encontra o Piauí no atual govêrno, onde o direito é nada perante a fôrça, onde a justiça se curva perante a prepotência, onde a liberdade foge e o regime da chibata predomina.

[...] Provem que não houve perseguições nas demissões em massa que comemoraram o primeiro ano de governo do Sr. Pedro Freitas, provem serem inverídicas todas essas acusações que fizemos e que continuamos a fazer destas colunas, baseadas em fatos verídicos, e nós nos curvaremos e entregaremos “A Cidade” aos srs. redatores do Jornal do Piauí.

Já dissemos mais uma vez e repetimos: não poderemos nunca é elogiar um govêrno incompetente, inepto, violento, como o atual. Os srs. redatores do “Jornal do Dedé”, que provavelmente ganham para isso que façam jus ao dinheiro que recebem, servindo bem aos patrões, ocultando a verdade e estropiando os fatos. [...] (COMENTÁRIOS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 65, p. 1, 14 mar. 1952).

Frente ao discurso jornalístico acima, basta ler as matérias que foram publicadas pelo jornal *A Cidade* para que se perceba que a defesa dos princípios da ética para o exercício de um jornalismo “decente” e de “críticas honestas” só ficou na retórica, em relação ao ideal de jornalismo que se definia através da prática. A fim de afirmar que cumpria com os deveres da imprensa de oposição, o jornal *A Cidade* negava que sua relação com os políticos da UDN maculava a verdade de seus editoriais, uma vez que o que faziam era mostrar “ao povo piauiense, com fatos incontestáveis, o estado deplorável em que se encontra o Piauí no atual governo” do PSD. Com isso, lançavam o desafio à redação do *Jornal do Piauí* para que provassem que suas matérias não eram pautadas na verdade dos fatos com o objetivo de esclarecer a opinião pública sobre das ações do governador Pedro Freitas. Caso contrário, o silêncio implicaria na confissão tácita de que *A Cidade* detinha a verdade dos fatos e que o governador do Estado era indefensável.

Firmando sua posição de imprensa de oposição, o preceito da ética aparece como um regulador do discurso do partidarismo exaltado e como um dos limites da liberdade de imprensa nos países democráticos. De acordo com Danton Jobim (1960), “a política dos jornais é expressa em seus comentários”, por isso muitas vezes os jornais consideravam que um dever de lealdade para com o leitor seria dar-lhe o direito à informação honesta e acurada dos fatos, para que ele próprio formulasse um juízo sobre o assunto. No entanto, a opinião pública colocada pelos jornalistas de Teresina muitas vezes era entendida como sendo a opinião do jornal. Por isso, no comentário acima, quando o jornalista conclui a matéria afirmando que “já dissemos mais uma vez e repetimos”, pretendia dizer *enfim* ao que já vinha sendo denunciado contra o governador Pedro Freitas e reafirmar a posição de jornal de oposição. No exercício de combater o discurso do *Jornal do Piauí*, era necessário dizer aquilo que já foi dito e repetir aquilo que não havia sido dito, imprimindo um caráter novo à volta do acontecimento no discurso (FOUCAULT, 2009, p. 22; 25). Por isso, a defesa do jornal *A Cidade* se pautava na análise crítica da prática jornalística desempenhada na redação do

Jornal do Piauí, apontando os erros do seu jornalismo, embora adotasse as mesmas práticas na sua redação.

Os jornalistas de *A Cidade* se defendiam sempre que eram chamados de “infamantes”, “caluniadores” ou “injuriosos” pelo *Jornal do Piauí*. Para estabelecer as diferenças das práticas jornalísticas e do “estilo” de redação que ambos adotaram para a apreciação do fato político, os jornalistas do *Jornal do Piauí* foram acusados de atuar como “sofistas” na imprensa para defender o governador Pedro Freitas e negar a verdade dos editoriais de *A Cidade*. Nos primeiros meses de 1952, quando se aproximava a data de aniversário de um ano do governo de Pedro Freitas, enquanto o *Jornal do Piauí* publicava uma série de matérias que evidenciavam as “realizações do governo” de forma positiva, no jornal *A Cidade* afirmava-se que nada de real, de concreto e estável havia sido realizado no período de um ano da administração pessedista (ESCÂNDALO NA CAIXA BENEFICENTE DOS SERVIDORES DO ESTADO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 52, p. 1, 25 jan. 1952).

Nas matérias de autorreferência, o jornal *A Cidade* assinalava que a posição partidária definida para a linha editorial do semanário não maculava a verdade dos fatos por ele publicada. Do mesmo modo, consideravam que a crítica jornalística de censura e de combate ao governador Pedro Freitas mantida pelo jornal não se dava por simples motivos políticos partidários, mas como um dever da imprensa de oposição de denunciar o “estado deplorável” em que se encontrava o Piauí no governo do PSD.

No jornal *A Cidade* era destacada a importância da imprensa de oposição ao governo do Estado como um dever social e moral do jornalismo de zelar pela solução dos problemas coletivos e orientar a opinião pública. Logo, definiam que era papel da imprensa de oposição olhar de forma mais acentuada para os problemas administrativos do Estado e exigir do governante o desempenho profícuo de suas obrigações com a coletividade. Nesse sentido, redação de *A Cidade* apreciava que os pedidos de urgência na resolução dos problemas socioeconômicos do Piauí e os protestos que ela fazia pela folha contra a administração do governador Pedro Freitas eram imperativos e deveriam ser visibilizados na imprensa. Por isso, competia ao jornalista “pisar nos espinhos” da profissão e lutar pelos direitos da coletividade (ACONTECIMENTOS DA CIDADE. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 85, p. 4, 31 maio 1952). Isso porque o jornalista já previa que o resultado das denúncias dos “desmandos”, das “violências” e das “arbitrariedades” do governo estadual lhe renderiam ameaças, retaliações pessoais e agressões físicas. Daí, portanto, a ênfase ao discurso da liberdade de imprensa, de pensamento e de palavra num regime democrático em que a “chibata predomina”.

Agindo como censores públicos e orientadores da opinião pública, os jornalistas de *A Cidade* atribuíram para si a responsabilidade pública de esclarecer o leitor sobre os desmandos o governo de Pedro Freitas. Para Marialva Barbosa (2007), este tipo de comportamento na imprensa brasileira se deve à eloquência do discurso que tem por interesse atribuir ao jornalismo o papel de arma política. Este discurso é produzido nos jornais dos anos 1950 e 1960, quando os órgãos de imprensa se autoinstituíaam como lugares de formação do leitor que é visto como sujeito quase passivo frente às notícias. Dessa forma, cabia à imprensa o papel de induzir os leitores a pensar e atuar como atores políticos. A produção deste discurso, segundo a autora, não pode ser desvinculada da cultura profissional dos jornalistas nem da aproximação que o discurso jornalístico das décadas de 1950 e 1960 ainda mantinha com o discurso bacharelesco que tinha por finalidade a verdade, ou seja:

[...] Há ainda que se acrescentar a reprodução de um discurso bacharelesco, falando como oradores e portadores de um ideal de verdade, defendido como fundamental para a consecução de justiça. [...] Pelo combate, seja nos editoriais, seja nas notícias, produzem um sentido único para a cena política, não abrindo espaço ao diálogo. O tom autoritário não comporta outras visões, além daquelas defendidas pelo periódico, multiplicando notícias que reproduzem uma temática única – o discurso de oposição – com o propósito de impor uma percepção do momento histórico em que se vivia (BARBOSA, 2007, p. 181).

Mesmo vivenciando o período político de regime democrático, os jornalistas de *A Cidade* reconheciam o perigo da profissão, sobretudo pela postura de combate que adotaram no jornal contra o governador do Piauí e da batalha discursiva que estabeleceram com o *Jornal do Piauí*. Uma vez formado o combate através do modo discursivo, os jornalistas de *A Cidade* se apresentaram como “destemidos” às possíveis sanções políticas que poderiam sofrer por terem gerado um sentimento de desafeto por parte dos proprietários do jornal situacionista e dos correligionários do PSD. Assim, justificando que o papel do jornal *A Cidade* era o de veicular a verdade, os seus jornalistas afirmavam comportar-se como “adversários leais” em defesa dos interesses da coletividade (RUDEZ EM FURIA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 14, p. 4, 11 set. 1951) e se mostravam aguerridos diante das ameaças do governador Pedro Freitas e do PSD. Na edição de 11 de setembro de 1951, há uma matéria que constrói discursivamente a reação e a aversão do governador Pedro Freitas ao ler os textos publicados nas páginas de *A Cidade*:

Rudez em fúria

Alguém da copa do Karnak cochichou, bem pertinho do nosso ouvido, que Pedro Freitas, quando o filho lhe lê as críticas e pilherias deste jornal sobre o

seu governo, perde a calma, pisca os olhos, careteia, faz piruetas cômicas e gagueja ameaças e cousas incríveis contra nós.

- Estão enganados comigo! Este Piauí só com ditadura... [...].

Mas, conosco, o caso muda de figura. Se criticamos o seu governo, agimos, como adversários leais, em defesa dos interesses do povo, enfrentando, com desassombro, as terríveis ameaças de sua rudez em fúria (RUDEZ EM FURIA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 14, p. 4, 11 set. 1951).

Ao afirmar que se comportariam como adversários leais e em defesa do interesse coletivo, os jornalistas de *A Cidade* analisavam que o papel da imprensa de oposição era denunciar a seu público leitor o “desgoverno” do Pedro Freitas. A fonte de informação e a publicação de comentários de políticos que acusavam o governador de atuar de forma “desonesta” eram usadas pelos jornalistas de *A Cidade* como prova e demonstração da veracidade de seus editoriais.

Entretanto, as “fontes de informação autorizadas” das quais os jornalistas de *A Cidade* afirmavam fazer uso para a construção do seu discurso jornalístico, geralmente, não eram especificadas nas matérias que foram publicadas e analisadas. A fonte de informação era mantida em sigilo pelo jornal ou no anonimato (BORRAT, 1988, p. 34). Muitas vezes, foi o próprio jornalista quem assumiu a função de fonte, de testemunha ocular do fato político piauiense no período de 1951 a 1953. Considerando que muitos dos jornalistas piauienses, à época, eram políticos ou ocupavam cargos públicos de certa relevância social e política, as matérias dos jornais acabavam sendo produzidas a partir do ponto de vista do político que assumia a função social de jornalista em concomitância com a linha partidária definida pelo editorial do órgão ao qual mantinha vínculo. Neste período, certamente, os políticos ou os jornalistas constituíram-se a fonte de informação de sua matéria em determinadas situações e contextos.

Crítica “honest”, “sensata” e “justa”, era com este discurso que os jornalistas de *A Cidade* aferiam o conteúdo das matérias que foram impressas em suas páginas contra o governador Pedro Freitas. Ao mesmo tempo, a estratégia discursiva era utilizada para justificar que embora seus jornalistas fossem parciais na produção do discurso jornalístico, a informação contida na matéria seguia os critérios de veracidade que regiam as práticas jornalísticas desenvolvidas na redação. Entretanto, esta autoavaliação não era vista da mesma forma pelo *Jornal do Piauí*. Para este, o jornalismo desempenhado em *A Cidade* era demagógico e visava somente criar um clima de agitação, a fim de levantar a opinião do povo contra as autoridades do PSD (OS TUBARÕES AMEAÇAM MATAR A FOME DO POVO DE TERESINA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 17 nov. 1951).

Da batalha discursiva travada com o *Jornal do Piauí*, a redação de *A Cidade* avaliou que “judiava” da fraqueza de seus inimigos (UM BAGAÇO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 10, p. 1, 28 ago. 1951). Em primeiro lugar, porque consideravam que a redação do *Jornal do Piauí* não detinha a mesma habilidade na escrita do que a redação de *A Cidade*; e, em segundo lugar, mesmo que os jornalistas do *Jornal do Piauí* fossem bons escritores, as atitudes do governador Pedro Freitas eram indefensáveis.

[...] Não há dúvida alguma que defender um mau governo é uma missão difícil e espinhosa. É preciso que tenha trazido do berço a vocação jornalística.

Isto vem a propósito do que escreveram os rabiscadores do “Jornal do Piauí” em uma de suas últimas edições.

Afirmaram eles, tentando refutar críticas formuladas por este jornal, que a missão do Sr. governador ao Rio de Janeiro fora coroada do mais completo êxito. Tanto assim que S. Excia, ficara plenamente satisfeito com o que tinha obtido na Capital Federal. E o que o Sr. Governador conseguiu junto às autoridades supremas, não foi mais do que algumas toneladas de feijão para serem revendidas a baixo preço, conforme o próprio jornal governista nos informa. [...] (VENENO EM GOTAS. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 31, p. 4, 13 nov. 1951).

Com efeito, afirmavam que a batalha discursiva contra os seus inimigos políticos do PSD pela imprensa era fraca e não exigia da redação de *A Cidade* maiores esforços para que exercitassem a combatividade, via discurso jornalístico, e levassem a contendas mais instigantes. Para expressar a “moleza” do combate que os jornalistas de *A Cidade* tiveram de enfrentar contra a redação do *Jornal do Piauí*, compararam que a luta contra o governador Pedro Freitas e seus “apaniguados” pela imprensa era o mesmo que “[...] tomar sopa, engolir quiabo cosido, mastigar marmelada ou pegar parelha com jaboti [...]” (UM BAGAÇO. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 10, p. 1, 28 ago. 1951). Os jornalistas do *Jornal do Piauí* foram adjetivados pelo discurso como profissionais do jornalismo “curtos de inteligência”, “falhos de argumentos”, “infamadores”, “escrevinhadores de artigos mal redigidos” e “rabiscadores de papel”. Além dos jornalistas receberem esses apodos, o *Jornal do Piauí* foi conceituado como um semanário “sem ideal”, “sem princípios” e indiferente às causas do povo, porque silenciava os desmandos e as arbitrariedades do governo do PSD.

Os jornalistas de *A Cidade* apontavam a “fraqueza” da redação do *Jornal do Piauí* em dois modos. O primeiro, a redação do *Jornal do Piauí* se limitava à produção de impropérios, insultos, infâmias e injúrias contra o prefeito de Teresina, o udenista João Mendes Olímpio de Melo (1951 a 1954). O segundo é que nos discursos de defesa do governo do PSD, o *Jornal do Piauí* se voltava contra o jornal *A Cidade* por meio de “blasfêmias”, injúrias e ameaças. A

reação do jornal *A Cidade* frente à crítica jornalística *Jornal do Piauí* foi a de reafirmar sua postura destemida como órgão político da UDN. E advertia que, por mais que o *Jornal do Piauí* tentasse coagir a atuação de *A Cidade* por meio de artigos “insossos” e “sem objetivos”, a linha editorial de oposição ao governo do PSD seria mantida no jornal. Isso porque os jornalistas de *A Cidade* continuariam em atalaia, entrincheirados para censurar e combater o governo de Pedro Freitas, para tirar o Piauí do abismo econômico e financeiro em que foi colocado. Assim, através dos enunciados de “força”, “cooperação”, “interesse” e “honestidade”, o jornal *A Cidade* afiançava que manteria firmes os propósitos do jornalismo político/partidário e sua postura de oposição ao governo do PSD.

A batalha discursiva entre os jornais *A Cidade* e *Jornal do Piauí* era intensa. A cada edição eram publicados discursos de defesa ou de acusação no que tange a ação do governador Pedro Freitas. A leitura das matérias dos dois jornais revelam dados concretos de que a posição estabelecida para cada um promoveu uma intensa batalha discursiva entre eles. Segundo Marialva Barbosa (2007), as críticas, os confrontos e as campanhas estabelecidas pelos jornais de posição partidária definida fazem parte de uma lógica discursiva que buscava afirmar suas concepções e legitimar a identidade construída para cada órgão que se instituiu como formador de opinião. Travadas as posições partidárias, “concorrem, pois, pelo papel divulgador, estruturador e centralizador das visões de mundo” (BARBOSA, 2007, p. 183). Assim, ao tempo em que um jornal deseja dar visibilidade, predizer, prescrever, dar a conhecer, reconhecer e fazer reconhecer determinados assuntos (BOURDIEU, 1989, p. 183), também se interessa em omitir, silenciar, selecionar as informações que podem ou não ser levadas ao prelo.

Armada a batalha discursiva entre os jornais e seus jornalistas, no caso do jornal *A Cidade*, o foco da análise das práticas jornalísticas foi ajustado para a do *Jornal do Piauí*, identificado como “órgão oficioso do Dedé”, “órgão pessedista”, “jornal oficioso do Estado”; ou ainda, na tentativa de diminuir sua importância em termos jornalísticos, foi denominado de “gibi do Dedé”. Identificar o *Jornal do Piauí* desta forma implicava na afirmação de que os jornalistas deste órgão, submissos a seu proprietário e às diretrizes políticas do PSD e do governador do Piauí, ocultavam a verdade e “estropiavam os fatos”. Para o jornal *A Cidade*, na redação do *Jornal do Piauí* apenas se produziam discursos sustentados por argumentos falhos, que mostravam uma realidade socioeconômica e política piauiense aparente, sem, contudo, condizer com a verdade dos fatos (A SOCOPA E A IMPRENSA. *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 48, p. 1, 11 jan. 1952).

O discurso jornalístico de *A Cidade*, materializado nas edições de 1951 a 1953, não escondia que o jornal seria transformado em “agente orgânico da vida partidária”, como define Francisco Rüdiger (1993), para processo em que uma classe política usava a imprensa para institucionalizar um jornalismo político partidário e racionalizar seu funcionamento. No caso do jornal *A Cidade*, bem como do *Jornal do Piauí*, como será abordado no próximo capítulo, foram os políticos que montaram suas próprias oficinas para estabelecer uma prática jornalística voltada para seus interesses partidários. Assim, jornalistas e políticos fizeram uso do(s) jornal(is) para travar batalhas discursivas com seus adversários políticos, combater ou fazer a propaganda de um partido político ou facção, galgar reconhecimento de intelectual e, ainda, para veiculação do ideal de jornalismo que praticavam.

Por fim, observa-se que a batalha discursiva que se travou na imprensa contra ou a favor do governador Pedro Freitas é permeada pela tônica da discussão sobre a verdade na imprensa e a ética jornalística, como requisitos necessários às práticas e à produção do discurso jornalístico. A batalha discursiva entre os órgãos de imprensa de Teresina, sob a orientação da luta política encabeçada pelos partidos hegemônicos do Piauí, promoveu a elaboração de uma retórica de combate contra o governador Pedro Freitas. O jornal *A Cidade* informava em suas páginas que, no lugar de oposição, primava pela vigilância como medida preventiva de possíveis abusos administrativos cometidos pelo governador e seus secretários imediatos. Examinar os erros, apontar medidas corretivas para reprimir os abusos e refrear o “desgoverno” da máquina administrativa instalado pelo governador Pedro Freitas e seus áulicos foram apontados como deveres da imprensa de oposição. Era esta a obrigação que os jornalistas de *A Cidade* alegavam fazer na imprensa, ou seja, cumprir com seu dever de oposição ao governador do Piauí. Se a imprensa governista se aplicava exclusivamente a argumentar a favor do governador Pedro Freitas, enaltecendo suas “realizações fictícias”, à oposição caberia colocar em exercício a “campanha moralizadora” do governo do PSD e zelar pelos interesses da coletividade tornando de conhecimento público os “desmandos”, as “violências” e as “arbitrariedades” por meio da crítica jornalística da “eterna vigilância”.

Serenados os animos no Maranhão Voltaram a funcionar normalmente o comércio e as indústrias O Governador Eugênio de Barros agradece ao Presidente da República

Jornal do Piauí

PROPRIEDADE DA
Editora Piauiense, Ltda.
Rua 13 de Maio, 268/78 - Teresina
Diretor: - José Geyson Freitas

ANO I

Teresina (Piauí), quinta-feira 11 de outubro de 1951

NUM. 4

Política Construtiva

Inevavelmente o Piauí está atravessando um período de tranquilidade política e administrativa. Teve início em janeiro passado esta fase de equilíbrio entre as correntes partidárias existentes no Estado, com os melhores resultados para o povo piauiense, sem que os partidos perdessem sua feição própria. Seja a UDN, na linha de frente da oposição; seja o PSD, apoiando fortemente o Executivo; sejam, ainda, o PTB e o PSP, na posição de independência a que se impuseram, vêm sabendo superar as lides do partidatismo estreito, sempre que está em foco o bem estar geral. E a verdade é que tem o Governo podido realizar alguma coisa, graças à compreensão democrática da maioria dos representantes na Assembleia Legislativa do Estado, no Senado e na Câmara.

Funcionalismo pago em dia, arrecadação eficiente, pagamentos de contas em atraso, limpeza de prédios e início de obras públicas, tudo isto representa um imenso esforço por parte da atual administração, mas significa, também, o êxito de uma política construtiva, que, como afirmamos, vem sendo seguida no Estado, embora contra a vontade de pequena maioria, cuja mania de demolição já é largamente conhecida.

Mas aqueles que não se sentem bem com o progresso, a evolução, o melhoramento geral do Piauí, não podiam ficar por mais tempo enfiados na sua atitude mental quando o nosso Estado reconheça a trilha do verdadeiro caminho da civilização, com a volta à normalidade administrativa e à normalização dos negócios públicos. Agira mesmo, ao ser votada na Assembleia a lei de autorização ao Governo para a construção de um emprestimo de 10 milhões de cruzeiros, vimos, sob a maior surpresa, a reação contrária do Sr. E. Aguiar, muito embora seja referida importância destinada aos mais úteis empreendimentos: término da construção de um Hotel em Teresina e reforma completa da rede elétrica da Capital.

Essa reação contrária ao bem público estapou-se, primeiramente, na atividade desordenada do filho Milton, o maior leitor, gosador e divulgador das piadas do Pai, e veio terminando com o transbordamento do azedume deste, para o aniquilamento do próprio partido a que pertence. Mas, para a nossa felicidade, venceu, mais uma vez, o interesse coletivo — a idêia da empreitima foi recebida, favoravelmente pelas ilustres representantes do povo, com exceção daquele pequeno grupo que, por médo do Sr. Euripedes se deixa levar pelo impagável Milton.

Paralelamente a essa batalha vencida pelas forças do bom senso, voltam-se as correntes políticas para um entendimento comum entre os seus representantes, no sentido de melhor podermos amparar, aqui e no Rio, as pretensões mais legítimas dos piauienses. Desta vez ainda, não se conformam os retrogradados e os egoístas, e como era de se esperar, apareceu em campo para tentar interromper a marcha do equilíbrio geral a mesma gente que lutou no caso do emprestimo, contra o progresso do Piauí e a melhoria do padrão de vida do nosso povo. Não se esqueçam, entretanto, os factiosos de toda ordem, que a intuição do povo saberá distingui-los em qualquer emergência.

O Colégio Diocesano comemorará condignamente o seu 26.º aniversário de existência

Recebemos do Rev. Pe. José Arca Almeida, Diretor do Colégio São Francisco de Sales, gentil convite para assistirmos às festividades comemorativas do 26.º aniversário deste tradicional estabelecimento de ensino secundário de nossa capital. As comemorações terão início hoje com a realização de jogos esportivos

na sede do River Atlético Clube e se prolongarão por todo o dia de amanhã, quando terá celebrada missa gratulatória, prosarungimento de disputas esportivas, desfile dos alunos pelas principais ruas da cidade. Finalizando o programa com uma sessão litero-musical, que terá início às 19 horas no auditório do Colégio.

Noticiário telegráfico

Voltou a calma ao Maranhão

SÃO LUÍZ, 10 — O governador Eugênio de Barros em palestra com a reportagem do Rio, pelo telefone, informou que o Estado se encontra em perfeita calma e completamente normalizado. O comércio, indústria, silvicultura, transportes urbanos e tudo mais está funcionando em absoluta ordem sem qualquer incidente.

Retiradas as tropas federais

SÃO LUÍZ, 10 — Já deixaram esta cidade com destino a Teresina e Fortaleza todas as tropas do Exército, que se encontravam patrulhando a cidade desde a posse do governador Eugênio de Barros. Virão também para o Ceará em companhia do seu Estado-Maior o general Elugarano Pinto, comandante da 10.ª Região Militar.

Afastada também a polícia

SÃO LUÍZ, 10 — O governador Eugênio Barros retirou ontem as forças da polícia militar que estavam patrulhando a praça João Lisboa, conservando apenas alguns contingentes nos subúrbios protetórios, os quais de ora também ser retirados dentro de poucos dias. Em face da completa normalidade já reinante no Estado, considerava-se difícil seria novamente implantado o clima de insurreição.

Reapareceram os generos alimentícios

SÃO LUÍZ, 10 — Infere-se que a situação no Estado é de completa calma. O comércio e a indústria estão funcionando e, finalmente, melhorando sensivelmente as condições de abastecimento da cidade, havendo largado no mercado de açúcar e outros gêneros alimentícios.

O secretariado do gov. Eugênio Barros

SÃO LUÍZ, 10 — O governador Eugênio de Barros pretende organizar em definitivo o seu secretariado ainda hoje. No momento foi convidado oficialmente para a Prefeitura o sr. Pedro Nova Santana, o qual, segundo tudo indica, aceitará o convite.

Acôrdio político no Ceará

FORTALEZA, 10 — Foram realizadas as demarções para o acôrdio entre o PSD, PTB, e

UDN visando a pacificação geral da política cearense. Está sendo e sendo aqui Plínio Pompeu que orientará os trabalhos de pacificação.

Viajará para o Rio o gov. José Américo

JOÃO PESSOA, 10 — No dia 17 o governador de Mato seguiu para o Rio em missão oficial, devendo avistar-se com o Presidente da República, narrando-lhe as medidas postas em prática para auxiliar as vítimas da seca.

Continua o impasse no Clube Militar

RIO, 10 — Quando parecia em evolução a fórmula no sentido de ser solucionado em definitivo a crise do Clube Militar, a Fuzação voltou a estaca zero O Conselho Deliberativo do Clube divulgou uma nota reafirmando integral apoio a orientação imposta pelo órgão oficial da entidade, gerando novo impasse.

Diante do recrudescimento da insatisfação já reinante nos altos círculos militares, foi combinada uma reunião de generos no Rio, com a presença do Ministro da Guerra. Essa reunião porém não se realizou, tendo apenas havido o encontro dos generos Estilac e Ciro Carlos, cujos objetivos não foram revelados. Em face da proximidade viragem do general Estilac a Mau Grosso além de inspecionar a Guarnição Federal sediada ali, é pensamento do Ministro resolver o caso até sábado próximo, dispondo-se consultar o professor Madureira, consultor jurídico do Ministério da Guerra sobre sua opinião a respeito dos aspectos jurídicos da atual pendência, depois do que tomará uma decisão de forma definitiva.

Será entregue o caso ao gen. Zenobio da Costa

RIO, 10 — Segundo um matutino, ante a previsão de que o general Estilac não consegue resolver a questão do Clube Militar, o sr. Odílio Vargas entregará ao general Zenobio da Costa a solução da crise.

O processo de Carlos Prestes

RIO, 10 — Infirma-se que de verdade denar ainda nesta semana o processo que está respondendo Luiz Carlos Prestes, o

Em Teresina, o jornalista Gebes de Melo Medeiros

Mensagem da APISP à imprensa piauiense

De regresso de São Luiz do Maranhão, onde se encontrava com o irmão, especial da Rádio Record de São Paulo, fazendo a cobertura dos últimos acontecimentos políticos desenvolvidos no Estado, achamos entre nós o jornalista Gebes de Melo Medeiros, ilustre confrade da imprensa paulista.

A MENSAGEM

A Associação dos profissionais de Imprensa de São Paulo, tem a honra de enviar, por intermédio do seu associado, Dr. Gebes de Melo Medeiros, a todos aqueles que militam na imprensa piauiense, o seu abraço amigo e sincero, desejando que a presente mensagem seja mais um marco na vida da história dos profissionais de imprensa da paulista e do Piauí, tornando-os mais unidos e convitos de que a nossa classe seja de fato, no centro da imprensa escrita e falada do Brasil, uma força indestrutível, assegurando, fortificando, os direitos e os anseios dos jornalistas brasileiros, tão incompreendidos.

Antes que mais nada, devemos formar e levar em nome do deputado Daniel de Barros, que profissional de imprensa como é, hoje elevado a Câmara Federal por São Paulo, a atual presidente da nossa «APISP», muito bem realizado em prol de nossas justas reivindicações, fazendo com que os direitos e deveres da classe sejam olhados dentro de uma mesma preocupação, a fixação a família jornalística que vinha sendo prejudicada por fatores, e indevidos atitudes a nossa vontade.

Como prova da oportunidade de Daniel de Barros, podemos assinalar os seus projetos de salário mínimo, isenção de impostos federais estaduais e municipais, isenção de impostos a empresas jornalísticas, de abastecimento nas passagens aéreas marítimas e terrestres, e outros projetos em andamento que muito solucionarão os nossos problemas. Esta vitória de Daniel de Barros é uma vitória da classe, que assim, marcha para melhores dias, pois somos por forças das circunstâncias a linha avançada que controla a segurança da Pátria, levando aos quatro cantos do mundo, o ideal das nossas instituições, fortalecendo a mentalidade dos povos, preservando ainda os poderes constitucionais.

E dever da família jornalística estar em permanente contato e prolas de vitórias alcançadas, para assim atingir ao augú de nossas aspirações profissionais.

O jornalista Dr. Gebes de Melo Medeiros, repto, é portador desta mensagem aos colegas do Piauí, e saberá explicar com devida autoridade, possivelmente, tudo aquilo que sentirmos, uma vez que a distância desfavorece a um intercâmbio mais permanente.

Sempre unidos em torno da imprensa falada e escrita do Brasil.

Dr. C. Santo Paulo Neto

Presidente em exercício da «APISP»

sr. Roque Ferrer, diretor da Divisão de Assistência Sindical, que não o fez na última sessão por motivo de doença.

Vultoso roubo de ouro

SÃO PAULO, 10 — A polícia (Continua na 1.ª página)

6 O JORNAL DO PIAUÍ A SERVIÇO DO GOVERNO DO PSD

Fundado em setembro de 1951, por Antônio de Almendra Freitas, o *Jornal do Piauí* ficou sob a responsabilidade do diretor José Pires Gayoso de Almendra Freitas. O primeiro, Antônio de Almendra Freitas, era Presidente do PSD do Piauí e irmão do governador Pedro Freitas. O segundo, José Pires Gayoso de Almendra Freitas, era deputado estadual pelo PSD e filho do governador. Em 1951, o *Jornal do Piauí*, assim como o jornal *A Cidade*, surgia em Teresina a partir do interesse de uma facção política. A diferença entre este e aquele é que, além de o *Jornal do Piauí* pertencer aos membros da família Freitas e políticos do PSD, no seu expediente, o jornal pretendia se definir como um “órgão independente, informativo e noticioso” como sendo um dos princípios norteadores do seu jornalismo. Trata-se de estratégia comum na imprensa brasileira dos anos 1950, quando os jornais lançavam o lema de independente, informativo e noticioso para caracterizar um tipo de jornalismo moderno e voltado para a objetividade, neutralidade e imparcialidade da notícia, a fim de conquistar os leitores (RIBEIRO, 2007). Porém, na prática, se consolidavam como jornais a serviço de um partido ou de uma facção política, e desempenhavam um tipo de jornalismo político partidário, marcado pela defesa e propaganda de seus correligionários e pelo ataque e combate a seus adversários através da imprensa.

Estruturado como instituição jornalística, no período de 1951 a 1954, o *Jornal do Piauí* definiu uma linha editorial afinada aos interesses de seus proprietários, o que contribuiu para a produção de matérias com um olhar favorável ao governador Pedro Freitas, que pertencia ao PSD e à família Freitas. A prática jornalística se estabelecia a partir da produção do discurso jornalístico de defesa do chefe do executivo estadual, e buscava apresentar um quadro de desenvolvimento socioeconômico para o Piauí, durante todo o período em que o PSD esteve no governo do Piauí. Nesse sentido, pretende-se compreender a prática jornalística e as relações de poder no âmbito da redação do *Jornal do Piauí*, e fora dela, para o estabelecimento das condições de produção do discurso jornalístico, cujos enunciados remetem à propaganda do governo do PSD. Institucionalizada essa prática, o *Jornal do Piauí*, na função de órgão situacionista/governista, fez de suas páginas um espaço privilegiado para defender o governo de Pedro Freitas e a lisura de seus editoriais, o que impulsionou a batalha discursiva com os jornais de linha editorial afinada com os partidos de oposição ao PSD, principalmente, com o jornal udenista, *A Cidade*.

6.1 Governador Pedro Freitas: marco da recuperação econômica e financeira do Piauí

Desde cedo o *Jornal do Piauí* apresentou sua posição em relação ao governo de Pedro Freitas: colaborar patrioticamente com governador para a elevação cultural do povo piauiense. Mesmo se declarando como um órgão “independente”, “informativo” e “noticioso”, a leitura das matérias editadas no período de 1951 a 1954, no qual Pedro Freitas foi governador do Piauí, não deixa dúvidas de que, na prática, o jornal se dedicou a defender a administração estadual e atuar como um “agente orgânico” da vida partidária. O lema “independente” “informativo” e “noticioso” definido para o jornal aparecia associado à ideia de se fazer a análise dos fatos sem paixão partidária, considerando que o leitor piauiense, nos anos 1950, procurava cada vez mais, no jornal, informações corretas sobre o fato político piauiense.

Salientando a importância do jornalismo para a formação da opinião pública, a redação do *Jornal do Piauí* logo se colocou na posição de defender e de prestar esclarecimento sobre as atitudes de Pedro Freitas no governo. Afirmava-se no jornal que sua redação se comportaria como “vigilante” dos discursos jornalísticos e da produção de sentidos em torno da imagem do chefe do Executivo estadual, que eram impressos nas matérias e veiculados pelos jornais de oposição ao PSD. Nesta postura, a redação do *Jornal do Piauí* atribuiu para si o papel de “punir” as práticas jornalísticas consideradas “impatrióticas”, bem como o de “colaborar patrioticamente” com o governo do PSD, dando destaque às suas realizações e o defendendo das acusações feitas pela imprensa de oposição.

Assim, na primeira edição do *Jornal do Piauí*, publicada em 30 de setembro de 1951, sua redação destacou as realizações do governo de Pedro Freitas. A matéria de primeira página foi intitulada “As realizações do govêrno” e nela a redação chamava a atenção dos leitores para a organização administrativa do Executivo estadual, desde 31 de janeiro de 1951. Dentre as realizações do governo do PSD, o *Jornal do Piauí* deu ênfase à ordem administrativa como sendo uma “obra gigante” e “tarefa fenomenal” executava por Pedro Freitas. Logo, o comércio de Teresina, que se encontrava “divorciado” do governo, voltou a fazer negócios com o Estado. Saldou os dois meses de atraso do pagamento do funcionalismo estadual, sendo pago rigorosamente em dia e sem privilégio ou favoritismo. Restabeleceu a Usina Elétrica para manter o fornecimento de energia termoelétrica; o serviço telefônico passou a funcionar com certa regularidade. Reformou prédios públicos e escolares, dentre outros serviços alcançados nos primeiros meses do governo de Pedro Freitas e que a redação do *Jornal do Piauí* afirmava serem palpáveis e inconfundíveis (AS REALIZAÇÕES DO GOVÊRNO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 1, p. 1, 30 set. 1951). De início, o *Jornal do*

Piauí buscava dar notoriedade aos primeiros meses da gestão de Pedro Freitas, apresentando as realizações do governo como obras visíveis e verídicas na tentativa de combater os discursos jornalísticos da oposição que, segundo o jornal, apenas pretendiam “ofuscar” e manter silenciadas em suas páginas.

Para o *Jornal do Piauí*, o governador Pedro Freitas marcava de longe a sua diferença na administração do Piauí em relação aos governadores que o antecederam. Pedro Freitas teria implementado no seu governo uma “política construtiva”, de maneira que a contenda partidária dos deputados, na Assembleia Legislativa, inicialmente, não criou obstáculos para a aprovação e execução de projetos de Lei indicados pelo governador. A imagem construída pelo discurso do *Jornal do Piauí* era de uma tranquilidade política e administrativa no Estado, desde que Pedro Freitas passou a governá-lo (POLÍTICA CONSTRUTIVA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 4, p. 1, 11 out. 1951). Mesmo enfrentando na Assembleia Legislativa uma bancada oposicionista, a redação do *Jornal do Piauí* afirmava que Pedro Freitas havia conseguido organizar a administração estadual, embora assumindo o Estado falido, sem crédito e no descontrole absoluto.

O discurso jornalístico construía uma identidade positiva para o governo Pedro Freitas, apresentando-o como um marco da recuperação econômica e financeira do Estado. Considerando que a identidade e a diferença são produzidas pela linguagem e pelo discurso, a redação do *Jornal do Piauí* elegia, arbitrariamente, o governo Pedro Freitas como norma para classificar e atribuir a ele as características positivas possíveis, as quais as outras só podem ser avaliadas de forma negativa, no caso o governo da UDN, por exemplo, que teve como representante José da Rocha Furtado.

Para estabelecer as diferenças entre o governo do PSD e os governantes anteriores a Pedro Freitas, a redação do *Jornal do Piauí* trouxe à cena os problemas econômicos e financeiros do Piauí no período em que José da Rocha Furtado foi governador eleito pela UDN. As diferenças partidárias se davam tanto em torno dos dois governantes eleitos por voto popular, depois da redemocratização política brasileira, em 1945, como também pela linha editorial dos jornais *A Cidade* e do *Jornal do Piauí*. O destaque que este ou aquele jornal dava ao fato político se fazia de acordo com os interesses políticos partidários de cada um. O *Jornal do Piauí*, porque pertencia a alguns membros da família Freitas e com linha editorial definida a partir da orientação política do PSD, destacava as falhas do ex-governador José da Rocha Furtado, para, então, apresentar o governador Pedro Freitas como um gestor profícuo para o desenvolvimento econômico do Piauí e capaz de equilibrar as finanças do Estado.

A redação do *Jornal do Piauí* apontava a data 31 de janeiro de 1951 como um marco significativo para o Piauí. Afirmava que, após a posse de Pedro Freitas no governo, o Estado foi colocado na linha do progresso e do desenvolvimento econômico. Como o *Jornal do Piauí* só foi fundado em 30 de setembro de 1951, a avaliação do governo do PSD se fazia de forma retrospectiva dos oito meses que Pedro Freitas havia recebido o cargo. Na matéria “Flagrantes da vida real”, o jornalista J. Patrício Franco apontava que os primeiros meses da gestão de Pedro Freitas foram marcados por momentos de ordem, respeito e segurança no Piauí (FRANCO, J. Patrício. Flagrantes da vida real. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 30, p. 4, 13 jan. 1952). Conforme J. Patrício Franco, logo após assumir o governo, Pedro Freitas havia lançado um programa de recuperação econômica, e, a despeito das dificuldades, o governador venceu a primeira etapa, favorecendo o desenvolvimento do Piauí, principalmente, através de implementações na lavoura e na pecuária. Realização do governo que poderia ser comprovada através da Primeira Exposição Pecuária de Teresina de 1952.

O aniversário de um ano do governo do PSD foi comemorado pelo *Jornal do Piauí* através da publicação de discursos laudatórios. Em 24 de janeiro de 1952, foi publicada a matéria “Primeiro ano do governo Pedro Freitas”, na qual a redação do *Jornal do Piauí* considerava que o período de um ano em que Pedro Freitas assumiu o governo foi uma vitória para o Piauí. Assim, objetivavam a gestão de Pedro Freitas de “fecunda obra administrativa”, como sendo um reflexo da atitude do governador de “pulso firme” e de “vontade férrea” para minar os problemas do Piauí. Quanto mais se aproximava do dia 31 de janeiro de 1952, mais a redação do *Jornal do Piauí* caprichava na produção de discursos que davam visibilidade às benfeitorias do governo, e afirmava que não havia o que se discutir: Pedro Freitas era um “[...] um exemplo magnífico do valor incontestado do seu gigantesco esforço na recuperação econômica do Piauí” (PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO GOVERNO PEDRO FREITAS. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 33, p. 1, 24 jan. 1952).

Nas edições posteriores a 31 de janeiro de 1952, foi publicada, no *Jornal do Piauí*, a repercussão das comemorações do primeiro ano da administração de Pedro Freitas. Dentre os discursos, cartas de apoio e felicitações publicados, foi impresso, na edição de 7 de fevereiro de 1952, na íntegra, o discurso que o jornalista A. Tito Filho proferiu em nome da imprensa piauiense, com o título “Ecos das comemorações do primeiro ano de administração Pedro Freitas”. Neste discurso, o jornalista A. Tito Filho saúda o governador Pedro Freitas pelas realizações já efetuadas no seu primeiro ano de governo e afirma que suas atitudes e seu programa estavam correspondendo aos anseios da população local (ECOS DAS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE ADMINISTRAÇÃO PEDRO FREITAS.

Jornal do Piauí, Teresina, ano I, n. 36, p. 1, 7 fev. 1952). Vale destacar que A. Tito Filho, em 1950, foi candidato a deputado estadual pelo PSD.¹²⁷

Contudo, o jornalista A. Tito Filho pondera que seu discurso de felicitação ao governo pessedista não era um pensamento unânime na imprensa. Embora lhe fosse dada a tarefa de falar em nome da imprensa piauiense, e que ele tivesse a pretensão de interpretar o pensamento dos homens de imprensa que se associaram para homenagear o governador, reconhecia haver discordância de opiniões sobre a administração de Pedro Freitas entre os jornalistas, motivada pelas diferenças das correntes partidárias. Com efeito, A. Tito Filho afirmava que a unanimidade de pensamento era incompatível com a democracia. E defendia que os jornalistas que usavam “cores diferentes” do partido político daqueles que homenageavam o governo pessedista deveriam existir e constituir núcleos de oposição honestos e eficazes na busca de solução dos problemas coletivos.

Nas edições publicadas em 1951 e 1952, pode se observar que a redação do *Jornal do Piauí* teve determinado empenho para mostrar que a economia e as finanças do Piauí foram colocadas em equilíbrio no governo de Pedro Freitas. A ênfase no discurso de equilíbrio das finanças do Estado aparecia em conjunto com os enunciados que adjetivavam Pedro Freitas como um governante “forte”, “honesto” e “operante”. A evidência neste discurso pode ser entendida como uma estratégia da redação do *Jornal do Piauí*, para rebater as críticas, as denúncias e as acusações feitas pelos jornais *O Dia* e *A Cidade*, que apresentavam Pedro Freitas como um governante incapaz e de poucos estudos para o cargo, como já foi abordado.

Em 1952, “honestidade” e “operacionalidade”, praticamente, são duas palavras de ordem que aparecem no *Jornal do Piauí* para definir a administração de Pedro Freitas. O discurso jornalístico confirmava que o esforço do governador Pedro Freitas para a recuperação econômica e financeira no Estado era “gigantesco”, para enfrentar seus adversários na Assembleia Legislativa do Piauí. A redação do *Jornal do Piauí* denunciava que muitos projetos de Lei propostos pelo governo do PSD, que tinham por finalidade a normalização da renda estadual, não foram aprovados pelos deputados estaduais da UDN, que era a maioria no Poder Legislativo. O entendimento entre os poderes Executivo e Legislativo

¹²⁷ José de Arimatéa Tito Filho, mais conhecido pela imprensa e na sociedade piauiense como A. Tito Filho, foi candidato a deputado estadual do PSD, recebendo apenas 485 votos. Não foi eleito, ficando na situação de suplente, de acordo com os dados disponibilizados no site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. A. Tito Filho começou a fazer jornalismo no Rio de Janeiro. Na década de 1940, ele mais outros dois piauienses, Tibério Nunes e Virmar Soares, fizeram o jornal *Libertação*, em 1946, para combater o governo dos interventores do Piauí (TITO FILHO, 1994, p. 8). Ainda no Rio de Janeiro, A. Tito Filho confessa que foi leitor assíduo do jornalista Carlos Lacerda, de quem aprendeu a linguagem veemente do jornalismo partidário. E, por último, defende que nos jornais de Teresina em que trabalhou, assumiu uma postura panfletária nos órgãos partidários para exercer o papel de vigilância.

que o *Jornal do Piauí* afirmava ter existido em 1951 parece ter chegado ao fim em 1952. Isso porque, nas edições de 1952 a 1954, a redação do *Jornal do Piauí* culpava o Poder Legislativo dos problemas financeiros existentes no Piauí, afirmando que os políticos adversários do PSD impediam a resolução dos problemas econômicos e financeiros do Piauí, travavam o desenvolvimento do Estado e a execução de obras que beneficiariam à sociedade piauiense.

De acordo com o *Jornal do Piauí*, Pedro Freitas contava com uma “oposição demolidora” no Poder Legislativo. No jornal era informado que a oposição no Legislativo piauiense criava uma série de situações que atrapalhavam a manutenção do equilíbrio financeiro, verificado desde o primeiro ano do governo do PSD. A redação do *Jornal do Piauí* argumentava que a oposição majorava despesas sem justificativas, negava provimento legal para o livre exercício dos órgãos administrativos, e tumultuava a vida pública com denúncias infundadas e ataques descabidos às autoridades constituídas (UM APÊLO PATRIÓTICO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 111, p. 1, 26 out. 1952). A opinião do *Jornal do Piauí* era clara: os deputados dos partidos de oposição ao governador Pedro Freitas atrapalhavam o desempenho da “obra gigante” do chefe do Executivo estadual e os compromissos administrativos até então firmados com o povo.

Outro assunto colocado em questão pela redação do *Jornal do Piauí* foi a construção de trechos de estradas de rodagem no Piauí no governo de Pedro Freitas. O tema foi pauta do *Jornal do Piauí* a partir do momento em que a oposição colocou em xeque a propalada construção de estradas, interligando municípios do Piauí no governo do PSD (PELA ASSEMBLÉIA. Ataques e estradas. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 144, p. 2, 5 mar. 1953). De um lado, a oposição ao governo do PSD produzia discursos jornalísticos e fazia pronunciamentos no Legislativo que negavam a existência de construção de novas estradas de rodagem no período do governo de Pedro Freitas, por considerarem que ele apenas inaugurava os trechos de estradas iniciadas na gestão de José da Rocha Furtado, eleito pela UDN. A oposição também denunciava que as estradas construídas e inauguradas na gestão do governador Pedro Freitas eram trechos que beneficiavam as propriedades rurais da família Freitas e de seus parentes. Do outro lado, posicionava-se o *Jornal do Piauí*, defendendo que a inauguração dos trechos de rodovia constituía atividades do governo do PSD e que tais obras beneficiavam o Piauí como um todo e não apenas as propriedades de Pedro Freitas, da sua família e demais políticos ligados ao PSD.

A denúncia apresentada pela oposição, através da imprensa e na Assembleia Legislativa, contribuiu para que a redação do *Jornal do Piauí* se armasse discursivamente para defender o governo do PSD. Assim, as denúncias feitas pela oposição ao PSD, sobre a

construção de trechos de estradas no Piauí no governo de Pedro Freitas, a redação do *Jornal do Piauí* avaliou como sendo “infundadas” e que visavam apenas “tumultuar a vida pública”. Do mesmo modo, as denúncias que foram levadas ao conhecimento do público pela imprensa de oposição foram denominadas de “inverdades” pela redação do *Jornal do Piauí*, sob a advertência de que a imprensa deveria preocupar-se em esclarecer a verdade dos fatos e não atuar como força “confusionista”.

Nas edições de 1953, o governador Pedro Freitas continuava sendo representado discursivamente nas páginas do *Jornal do Piauí* como um dos gestores mais interessados em resolver os problemas que afligiam o povo piauiense. Quando se aproximava da data do segundo aniversário do governo do PSD, a redação do *Jornal do Piauí* se dedicava novamente à produção de discursos apologéticos, tanto para promover uma imagem positiva do governador Pedro Freitas como chefe do Executivo, quanto para enfrentar a batalha discursiva dos jornais de oposição que dava visibilidade à “inoperância” e “desonestidade” do governo do PSD.

Em 1953, fazia dois anos do governo de Pedro Freitas, a gestão do ex-governador José da Rocha Furtado ainda era usada como parâmetro para traçar as diferenças em torno do desenvolvimento do Piauí, após janeiro de 1951, para revidar as acusações feitas pelos jornais *A Cidade* e *O Dia* contra o governo do PSD. A recorrência à gestão de José da Rocha Furtado como ponto de partida para enunciar as realizações do governador Pedro Freitas é explicada no *Jornal do Piauí* como uma medida necessária para o povo entender o funcionamento da máquina administrativa no governo do PSD. Na matéria “Realização de hoje”, a redação do *Jornal do Piauí* explica que só poderia enunciar o valor “positivo”, “real” e “concreto” do governo de Pedro Freitas, quando fossem colocados em destaque os “fracassos incomensuráveis” do governo de José da Rocha Furtado (REALIZAÇÕES DE HOJE. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 182, p. 1, 16 jul. 1953).

Assim, em virtude do segundo aniversário da administração do governador Pedro Freitas, foi produzida, nas oficinas do *Jornal do Piauí*, uma edição especial de comemoração da data. Nesta edição, foram publicadas várias matérias com enunciados apologéticos e uma entrevista do governador do Estado, abordando os problemas de ordem social, econômica, política e financeira do Piauí. O uso de expressões laudatórias e de adjetivos no aumentativo se apoiava numa retórica de que o governador Pedro Freitas havia prestado relevantes serviços de utilidade pública, promoveu o equilíbrio orçamentário e levantou crédito para o Estado, construiu escolas rurais, dentre outras benfeitorias já especificadas. Visto de forma

positiva, o balanço administrativo feito pelo *Jornal do Piauí* dos dois primeiros anos da gestão de Pedro Freitas foi o seguinte:

Balanço administrativo

A transcorrência, hoje, do 2º aniversário da administração estadual, possibilita, mais uma vez, ao povo piauiense, balancear, em sua consciência, as atividades públicas durante o fecundo período de trabalho profícuo e de recuperação econômico-financeira que estamos vivendo, após o interregno de completa anarquia e desorientação administrativa que predominou no Estado, ao renascer, das cinzas da Ditadura, a cambaleante Democracia Brasileira.

Ao assumir a 31 de janeiro de 1951, as rédeas do governo estadual, o sr. Pedro Freitas encontrou a máquina administrativa esbandalhada e acéfala, resultante da incapacidade e da falta de senso de seus antigos orientadores.

Antes de qualquer providência salvadora, o governo fez restabelecer, em todo o Estado, sem violências, o princípio da autoridade, solapado em virtude do desrespeito às instituições e às garantias individuais asseguradas pela Carta Magna do País e que, antes sofrera as influências malsãs do partidarismo estreito e corrupto.

Em pouco tempo, apesar dos obstáculos políticos, foi estabelecida a ordem pública, passando a predominar em todos os municípios um clima de tranqüilidade e confiança, capaz de assegurar aos próprios adversários um ambiente propício ao trabalho construtivo e realizador. [...] (BALANÇO ADMINISTRATIVO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 137, p. 1, 31 jan. 1953).

A redação do *Jornal do Piauí* garantia que Pedro Freitas não era um governante de promessas, mas de realizações. Com isto, consideravam que a oposição, a fim de iludir a opinião pública, se insurgia contra o governador Pedro Freitas no Legislativo e na imprensa. Pela imprensa, publicavam notas e matérias produzidas sem o devido cuidado de fazer uma observação profunda e segura dos fatos. A análise meticulosa do fato político era “esquecida” pelos jornais da oposição, uma vez que os jornalistas e os políticos que assumiam esta função social na imprensa eram acostumados com a velha tática de caluniar, inventar e supor; escreviam matérias sem provas, sem uma investigação mais cuidadosa das afirmações que levavam aos leitores. Movidos por esta prática jornalística, os chefes do Executivo estadual e municipal, mesmo quando mereciam, não recebiam críticas imparciais ou os devidos aplausos pelos bons atos praticados em benefício do povo.

Eram apresentados, no *Jornal do Piauí*, os esforços do governador Pedro Freitas para conseguir “mais” benefícios para o Piauí, saldar as dívidas do Estado e implementar melhorias na agricultura e na pecuária. Por conta desses esforços, argumentavam que Pedro Freitas não poderia ser acusado de governador “desinteressado” ou “indiferente” à solução dos problemas do Estado pelos jornais da oposição. Nesse sentido, a redação do *Jornal do Piauí* descrevia que o propósito do governador Pedro Freitas era o de trabalhar com

“honestidade” e “modéstia pessoal”. Porém, o jornal afirmava que nem todas as promessas foram transformadas em realizações, porque não dependiam apenas do esforço governamental, mas também do poder federal e da sensibilidade dos deputados opositores na Assembleia Legislativa.

O modo de objetivação jornalística que se materializava nas páginas do *Jornal do Piauí* se dava a partir do exame e da classificação da imprensa de oposição e da postura dos deputados estaduais da UDN na Assembleia Legislativa. Através do exame da ação dos deputados udenistas em torno da proposta do aumento do vencimento dos funcionários do Estado, a redação do *Jornal do Piauí* adjetivou os deputados da UDN de “oposição sistemática” e de “falsos defensores” dos funcionários públicos. De acordo com o *Jornal do Piauí*, os deputados opositores ao governo do PSD haviam criado, em 1953, um projeto de Lei que visava o aumento dos funcionários públicos estaduais num momento inadequado, dada à abertura financeira do Piauí. A criação deste projeto de Lei pelos deputados da oposição foi interpretada pelo *Jornal do Piauí* como um plano que visava apenas tirar vantagens eleitorais dessa classe, pois alguns deputados “desconsideravam” a gravidade da situação econômica e financeira pela qual passava o Estado, em 1953, e exigiam a aprovação do projeto de Lei para serem vistos como “defensores” dos funcionários públicos do Estado. Contudo, o projeto foi vetado pelo governador Pedro Freitas. Após o veto, pela imprensa de oposição, Pedro Freitas foi chamado de “inimigo dos funcionários públicos” do Estado.

Em setembro de 1953, é publicada a matéria “Falsos defensores” no *Jornal do Piauí*, no qual a atitude dos deputados opositores, em consonância com os discursos enunciados por eles através imprensa, foi vista como “demagógica” e de “má fé” (FALSOS DEFENSORES. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 195, p. 1, 3 set. 1953). A redação do *Jornal do Piauí* afirmava que os jornalistas da imprensa de oposição representavam Pedro Freitas como um governante contrário aos interesses dos funcionários públicos estaduais, a fim de provocar inquietações de várias ordens e indispor o governador com esta classe. Desse modo, considerava que ninguém, agindo de “boa fé”, negaria os esforços “dispendiosos” do governador Pedro Freitas de manter em equilíbrio todos os compromissos firmados, anteriormente, com o povo. Para o *Jornal do Piauí*, os deputados da oposição agiam como “falsos defensores” do funcionalismo piauiense, pois seu interesse maior com a criação do projeto de Lei que visava o aumento do funcionalismo público estadual era criar despesas para o Estado, sem que para isso oferecessem outros meios de pagamento.

Para contestar os ataques da imprensa de oposição, o jornalista José Vieira publicou a matéria “Honestidade de propósito”, na qual afirmava que o governador Pedro Freitas era um

“verdadeiro estadista” (VIEIRA, José. Honestidade de propósito. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 195, p. 3, 3 set. 1953). O jornalista José Vieira avaliava que, na falta de qualquer autoridade moral para criticar o governo do PSD, os jornalistas da oposição recorriam ao expediente das difamações; pretendiam apagar da memória do povo a lição da democracia, do trabalho e da honestidade do governador Pedro Freitas, sobretudo, num momento em que o Piauí atravessava uma crise sem precedentes na história econômica e financeira do Estado. Apesar das tentativas da oposição de pôr em xeque a honestidade do governador e criar desconfianças da opinião pública, sobre as atitudes administrativas de Pedro Freitas pela imprensa, o jornalista José Vieira afirmava que os discursos produzidos pela oposição caíam no vazio porque não surtiam efeito na opinião pública. Atribuindo para si o papel de falar em nome do povo na imprensa, o jornalista José Vieira afirmava que a sociedade piauiense estava satisfeita com as ações e as atitudes do governador Pedro Freitas que levava a cabo “uma administração personificada pelos mais sadios propósitos de honestidade, de paz, concórdias e trabalho ininterrupto”. Atitudes que, segundo ele, a oposição não conseguiu obscurecer da opinião pública.

Dessa batalha discursiva, travada entre os jornais, em torno da imagem do governador Pedro Freitas e da prática jornalística da imprensa de oposição, é preciso entender que a notícia não apresentava o fato político em seu “estado bruto”. O que era oferecido ao público era uma representação discursiva da realidade que se construía a partir de um olhar filtrado dos agentes das notícias, e inscrito a partir de um lugar institucionalizado. Nesse entendimento, Patrick Charaudeau (2006) elucida que:

O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido ele se torna objeto de racionalizações: pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância de recepção encontrará pontos de referência, e desse encontro emergirá o espaço público (CHARAUDEAU, 2006, p. 151).

Além do vínculo dos jornais com os partidos políticos, aqueles que atuam na produção da notícia desempenhavam um papel importante para o campo político na formação da opinião pública. Por essa razão, a redação do *Jornal do Piauí* alegava que os opositoristas do governador Pedro Freitas, quer pela Assembleia Legislativa, quer pela imprensa, atuavam como “mestres da mistificação”, do “engodo” e da “desfaçatez”. Isto se explica porque avaliavam que o objetivo da oposição ao escrever e publicar críticas jornalísticas contra o

governador Pedro Freitas não era o de colaborar “patrioticamente” com o governo na reparação das falhas e dos erros da administração estadual como afirmavam estar fazendo. Para o *Jornal do Piauí*, o plano da oposição era o de colocar o nome do governador Pedro Freitas à exploração de comentários mesquinhos dos apaixonados e detratores. Com efeito, a redação do *Jornal do Piauí* exigia dos jornalistas da oposição “decência” e “sinceridade” na construção do fato político noticiado em suas páginas, e a honestidade na prática jornalística para cumprirem com ética o mandato da profissão de defender os interesses da coletividade.

Em várias edições do *Jornal do Piauí*, do período de 1951 a 1954, há um quadro demonstrativo que especifica a receita e as despesas do Estado, sendo possível acompanhar os gastos que eram impostos ao tesouro público estadual e os poucos recursos gerados para atendê-los. As informações contendo dados quantitativos sobre a renda estadual eram justificadas no *Jornal do Piauí* como lisura administrativa do governador Pedro Freitas, bem como apontavam para a necessidade de o leitor acompanhar a movimentação do dinheiro público e a importância da compressão das despesas sobre as dotações orçamentárias existentes no Tesouro do Estado no ano de 1953.

A redação do *Jornal do Piauí* alertava os leitores para a importância da compressão das despesas do Estado, principalmente, em 1953. Neste ano, o equilíbrio financeiro entre a receita e as despesas do Piauí entrou em crise. O jornal afirmava que Pedro Freitas enfrentava as consequências da crise advindas pela estiagem e baixa de preço do principal produto de exportação do Estado. Deste modo, a queda da produção agrícola, o desinteresse pela exportação a preços reduzidos, em especial da cera de carnaúba, que caiu no regime dos financiamentos e o descrédito de importações de objetos de primeira necessidade foram apresentados como os principais problemas da economia piauiense daquele período.¹²⁸

Mesmo reconhecendo que os problemas da economia e das finanças do Piauí se acentuaram em 1953, a redação do *Jornal do Piauí* continuava seu esforço de representar o governador Pedro Freitas como um marco da recuperação econômica e financeira do Piauí nas edições de 1954. Na matéria “No cumprimento do dever”, o jornal avaliou que Pedro Freitas cumpriu com o seu dever no Estado em três anos de governo, assim como era representado como um exemplo de honestidade, trabalho, patriotismo e restaurador das finanças e da economia piauiense (NO CUMPRIMENTO DO DEVER. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 232, p. 1, 31 jan. 1954). Sendo representado como um administrador competente, a redação do *Jornal do Piauí* afirmava que foram três anos de trabalho e realizações. Afirmativa que

¹²⁸ Cf.: SERÃO CAPAZES? *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 211, p. 3, 01 nov. 1953; CORONEL PEDRO FREITAS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 239, p. 1, 28 fev. 1954.

também foi reforçada pelo governador Pedro Freitas no discurso de comemoração de três anos de governo do PSD, publicado na edição de 7 de fevereiro de 1954:

[...] Seria fastidioso e não encontraria mais ambiente o relembrar agora a precária situação em que recebi as rédeas do Govêrno, com o Tesouro onerado por dívidas vultuosas e o funcionalismo público atrasado em várias meses, mas, não devemos esquecer êsse fato, para, dá partindo, avaliar-se o imenso esforço empregado para que, finalmente, se pudesse chegar à atual evidência, com o crédito restabelecido, o funcionalismo pago, podemos dizer, em dia, e a sociedade piauiense, vivendo em clima de tranquilidade e segurança, fatores indispensáveis à fecundidade do trabalho e ao aproveitamento das energias. [...] (O DISCURSO DO GOVERNADOR DO ESTADO NO BANQUETE DE 31 DE JANEIRO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 233, p. 4, 7 fev. 1954).

No discurso de comemoração de três anos de governo, Pedro Freitas fez um balanço geral de suas realizações nos setores da Educação, no Departamento de Saúde Pública, as atividades da Comissão de Estradas de Rodagem, na pasta da Fazenda Estadual, no Departamento da Polícia Civil. Neste quadro, Pedro Freitas elabora um retrato de avanço e progresso em todos estes setores, mesmo contando com lindes estreitas das reservas materiais disponíveis nas finanças do Estado. Assim, conclui o discurso afirmando: “[...] não faltei com a palavra empenhada, quando me apresentei ao eleitorado do Piauí como candidato ao Govêrno do Estado, nas eleições de 1950. Se mais não fiz é que faltaram fôrças e recursos para tanto. Valha-me, todavia, esta tranquilidade de consciência que, via de regra, acode aos que souberam cumprir o dever rigorosamente imposto.” (O DISCURSO DO GOVERNADOR DO ESTADO NO BANQUETE DE 31 DE JANEIRO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 233, p. 4, 7 fev. 1954). O discurso do governador Pedro Freitas foi transcrito pelo *Jornal do Piauí* como sendo mais uma amostra das realizações concretizadas em três anos de administração e das reparações sobre o passado, uma vez que ele conseguiu impor, de forma serena, um clima de segurança, de tranquilidade e de respeito mútuo em todo o Estado.

Para o último ano do governo pessedista, a redação do *Jornal do Piauí* assegurava que o Piauí se achava em pleno funcionamento e a máquina administrativa em “perfeita ordem”. O jornal afirmava que a “operacionalidade” do governo poderia ser visualizada nos setores da administração da Educação, Saúde Pública e Transportes, a despeito dos poucos recursos financeiros do Estado. Afirmavam ainda que nos três anos de governo foram construídas estradas de rodagem, edificação de escolas; Imprensa Oficial foi remodelada; houve incentivo à lavoura e à pecuária. Acrescente-se que o governador imprimiu um regime de economia às

finanças públicas e concedeu melhoria de vencimentos aos servidores estaduais, além de outras importantes realizações, mantendo o Estado em perfeita ordem (CORONEL PEDRO FREITAS. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 239, p. 1, 28 fev. 1954).

Assim, no *Jornal do Piauí*, findado o exercício do terceiro ano do governo do Pedro Freitas, assegura-se que o Piauí se encontrava numa “situação melhorada”, conforme matéria a seguir:

Encerrado como se encontra o exercício financeiro de 1953, baseado no Orçamento do ano anterior, que não atendia aos interesses da economia piauiense, por várias circunstâncias, dizemos sem receio de contestação que o sr. Governador Pedro de Almendra Freitas, agindo com energia e firmeza de ânimo, conseguiu a custa de sacrifícios incalculáveis superar a fatalidade da crise que surgiu nos últimos três anos da vida política administrativa do Estado, advinda de conjunturas diversas e como decorrência de inúmeros motivos que se agravaram em todo o país.

Surgiram pequenas indústrias, com isenção de impostos, incentivadas pelo honrado Chefe do Governo, que se estão desenvolvendo animadoramente, nesta capital e no interior. Sem vexames para os contribuintes de impostos, as arrecadações obedeceram ao critério de lançamento prévio, sem distinção de pessoas e sem interferência de política partidária, sendo transformados em processos especiais os casos de dúvidas e reclamações. [...]

Ao lado de realizações importantes, com o pagamento ao funcionalismo público, que teve melhorado os seus vencimentos, e redução da dívida flutuante, vinda da administração anterior, o exercício financeiro do ano passado melhorou sensivelmente, muito embora não tenha havido a cooperação necessária de todos aqueles que arrastados pela paixão partidária, se negaram a compreender a magnitude do momento mais difícil que o Piauí já atravessou, para arrefecimento das lutas políticas e reencontro com o seu destino de Paz e Progresso (SITUAÇÃO MELHORADA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 242, p. 1, 14 mar. 1954).

A descrição da “situação melhorada” do Piauí, em 1954, refletia a “firmeza” e o “ânimo” político e administrativo de Pedro Freitas na retirada do Piauí do estado de “luto”, de “miséria” e de “fome” implantado pelo regime udenista dos anos de 1947 a 1950, quando José da Rocha Furtado ocupou a cadeira do chefe do Executivo estadual. Para a redação do *Jornal do Piauí*, as realizações feitas por Pedro Freitas eram “imperecíveis”, sabendo ele honrar com o mandato que lhe foi outorgado pelo voto popular em 1950. Para tanto, a redação do *Jornal do Piauí* silenciava que José da Rocha Furtado havia governado o Piauí sob forte oposição dos deputados estaduais e que o período de 1947 a 1950 foi marcado por agitações políticas oriundas das divergências entre o Poder Executivo com o Legislativo e o Judiciário, inclusive a tentativa de *impeachment* de José da Rocha Furtado pela maioria da Assembleia Legislativa que pertencia ao PSD.¹²⁹ Da mesma forma, o *Jornal do Piauí* também silenciava que no

¹²⁹ Sobre o assunto, ver: ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). *Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí*.

período do governo de José da Rocha Furtado foram inauguradas as turbinas termelétricas de Teresina e a criação dos cursos secundários noturnos (TITO FILHO, 1978).

Em 1954, ano de campanha eleitoral para a sucessão do governo estadual, algumas promessas do governador Pedro Freitas ficaram sem ser cumpridas. Dentre elas estava o pagamento dos funcionários do Estado em dia. O tão propalado atraso do vencimento do funcionalismo público estadual voltava a ser noticiado pelos jornais de Teresina no período do governo do PSD. Cada um dos jornais, a partir da linha editorial afinada com os partidos políticos, imprimiu uma versão sobre o fato. Nos jornais *O Dia e A Cidade*, considerados de oposição ao governo do PSD em 1954, a culpa do atraso do pagamento dos funcionários do Estado foi atribuída ao governador Pedro Freitas, acusado de reservar o dinheiro existente nos cofres público para ser gasto na campanha eleitoral dos candidatos do PSD. Noticiava-se também que a queda da receita foi provocada pelo acréscimo de novos funcionários na folha de pagamento do Estado. Frente ao exposto, a redação do *Jornal do Piauí* afirmava que sua obrigação era esclarecer ao leitor sobre as acusações produzidas pelos jornais de oposição; explicava também que o atraso do pagamento dos funcionários estaduais no governo do PSD se devia às atitudes da oposição no Poder Legislativo, que criou encargos muito acima das possibilidades financeiras do Tesouro público.

Enquanto o deputado estadual José Ribamar de Castro Lima da UDN denunciava na Assembleia Legislativa e no jornal *A Cidade* que as novas nomeações para os quadros do funcionalismo público estadual, assinadas pelo governador Pedro Freitas, consumiam cerca de 80% da renda estadual,¹³⁰ como foi apontado no capítulo anterior, no *Jornal do Piauí*, o jornalista Cunha e Silva debitou 80% da culpa do atraso do vencimento do funcionalismo público estadual ao Poder Legislativo, acusando os deputados oposicionistas de se insurgirem contra o governador de forma “facciosa”, “anárquica” e “impatriótica”.¹³¹

Nas colunas do *Jornal do Piauí*, o jornalista Cunha e Silva enunciava as qualidades de “comerciante” e a “vida de homem de negócios” do governador Pedro Freitas, para qualificá-lo como um gestor competente em matéria de dinheiro, economia e finanças, dada a sua larga experiência da “Casa Almendra”. A honestidade do governador Pedro Freitas era retoricamente apresentada para contrapor aos discursos jornalísticos da oposição que

Rio de Janeiro: Booklink, 2009; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org.). *Os governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação CEPRO, 1993; TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí*. Mapa Histórico. Governadores do Estado do Piauí. República. Teresina: [s.n.], 1978.

¹³⁰ Cf.: PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. O que pudemos apanhar do discurso do Dep. Castro Lima pronunciado na sessão de 12 do corrente. *A Cidade*. Teresina, ano I, n. 82, p. 1, 17 maio 1952.

¹³¹ Ver: SILVA, Cunha e. Candidatura vitoriosa. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 277, p. 3, 29 jul. 1954; SILVA, Cunha e. Cinismo dramático. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 281, p. 3, 12 ago. 1954; SILVA, Cunha e. Desejo doentio. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 282, p. 3, 15 ago. 1954.

denunciavam que a crise financeira do Estado e o atraso do funcionalismo público se deviam aos gastos da campanha eleitoral de 1954 pelo PSD. Para o jornalista Cunha e Silva, esta acusação era, senão, um reflexo do “desejo doentio” da oposição de se manifestar contra o governo do PSD, em virtude da aproximação das eleições de outubro de 1954. Outro jornalista, Carlos Borromeu, na sua coluna “*Alea jacta est*”, também afirmou no *Jornal do Piauí* que a responsabilidade do desequilíbrio financeiro do Estado cabia, exclusivamente, aos deputados da oposição, que, agindo de forma “leviana”, criaram leis absurdas e de caráter individual para onerar a despesa pública do Estado (BORROMEU, Carlos. *Alea jacta est. Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 284, p. 3, 22 ago. 1954).

O *Jornal do Piauí* ainda apresenta em suas páginas outros fatores que teriam contribuído, sobremaneira, para o atraso do pagamento do funcionalismo público. Dentre eles, são apontados: a crise financeira do Estado em decorrência da desvalorização da cera de carnaúba, as conseqüência da seca e o aumento das despesas criadas nos últimos dois anos pela bancada oposicionista da Assembleia Legislativa.

Frente ao exposto, pode-se observar que, durante os quatro anos do governo do PSD, a prática jornalística do *Jornal do Piauí* esteve orientada para a produção de discursos que favoreciam a imagem de Pedro Freitas, adjetivado como um governante “honesto”, “operante” e “sereno” para resolver os problemas do Piauí. Observa-se que, à época, o modo de objetivação jornalística resultava da luta simbólica que se estabelecia entre diferentes grupos de poder que usavam o jornal para “agasalhar” matérias com um modo próprio de combater seus adversários políticos. Constituída, assim, a instituição jornalística não se qualifica apenas em ser uma simples porta-voz dos partidos políticos, de um grupo socioeconômico, ou do governo, mas se apresenta como uma parte inerente da estrutura de poder, cuja dimensão simbólica é ela quem administra (DIJK, 2008).

Nesse sentido, o que era dito, explicado, objetivado e condenado pela redação do *Jornal do Piauí* atendia aos interesses políticos de seu proprietário e do diretor, permitindo que determinados textos, sentidos, enunciados, fossem publicados a favor do governador Pedro Freitas. Sendo assim, nos últimos seis meses de seu governo, as matérias publicadas nas edições do *Jornal do Piauí* de 1954, dividiam-se em fazer sua defesa, como governador pessedista, e indicar o nome do Gen. Jacob Manuel Gayoso e Almendra como o melhor candidato à sucessão estadual. As dificuldades econômicas e financeiras enfrentadas no governo Pedro Freitas, para resolver os problemas do Piauí, foram usadas como álibi pela redação do *Jornal do Piauí* para adjetivá-lo como um governante “honesto”, “enérgico” e de

“pulso firme” que, segundo o jornal, havia conseguido colocar o Estado em ordem e no caminho do progresso e do desenvolvimento.

6.2 “Acima de tudo: Honestidade”: provas e esclarecimentos sobre a administração pessedista no *Jornal do Piauí*

A batalha discursiva entre os jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí* tornou-se mais acentuada em 1952. O principal ponto de discussão era o comportamento de Pedro Freitas no governo do Estado e a produção de sentidos que esses órgãos se dedicavam a fazer a partir do seu lugar de fala e da orientação política partidária de cada um. Como já foi apontado em capítulos anteriores, desde 1951, tanto o jornal *O Dia* quanto o *A Cidade* publicavam em suas páginas críticas jornalísticas relacionadas às decisões de Pedro Freitas no governo. As críticas jornalísticas, ora se apresentam num formato mais “sereno” e “construtivo”; ora de forma “severa” e “violenta”, com a justificativa de que a imprensa tinha a missão de orientar, censurar e denunciar os erros e desmandos dos governantes que, no poder, não atuavam em benefício da coletividade.

O *Jornal do Piauí*, por sua vez, defendia que sua tarefa na imprensa era esclarecer a verdade dos fatos diante das acusações “injustas” e “inverídicas” que eram lançadas pelos jornais de oposição ao governo do PSD, alegando ter como provas os documentos e as notas oficiais do governo. Na matéria “Honestidade”, publicada em 10 de fevereiro de 1952, a redação do *Jornal do Piauí* esclarecia sua posição na imprensa da seguinte forma: “[...] nestas colunas, estamos sempre a postos para prestar esclarecimentos sôbre as reclamações sérias que se façam contra a atual administração, porque desafiamos quem possa caracterizar de desonesto o govêrno do sr. Pedro Freitas.” (HONESTIDADE. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 37, p. 1, 10 fev. 1952). O desafio se fazia a partir da reivindicação de provas e esclarecimentos dos dados que eram apresentados nos jornais *O Dia* e *A Cidade*, alegando que os dois fugiam da tarefa jornalística de atuar em benefício da coletividade e se dedicavam apenas a enunciar “calúnias”, “injúrias” e “infâmias” contra o governo do PSD.

A ênfase dada à verdade da informação publicada em suas páginas colocava-se como arma política para enfrentar a batalha discursiva, travada entre os jornais, principalmente, entre aqueles que se prestavam ao ofício de ser oposição ao governo do PSD, e materializava enunciados contra o governador Pedro Freitas. Mais do que traçar as diferenças da linha editorial e partidária dos jornais que surgiram em Teresina, em 1951, o *Jornal do Piauí* abalizava estratégias de negociação da autoridade jornalística e do seu poder de fala diante da

luta política partidária que se arquitetava entre as instituições jornalísticas. De acordo com Michel Foucault (2009, p. 45), a vontade de verdade ou a “verdade ideal como lei do discurso é uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento, reconduzindo também uma ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo da verdade e somente ao poder de pensá-la”. Partindo deste princípio, a verbalização do termo verdade aparece em discursos impregnados pela vontade de serem aceitos como matéria jornalística legítima, digna de confiabilidade, com o poder institucional de retificar o que os outros órgãos estavam informando sobre o governo Pedro Freitas e ratificar seu lugar institucional de fala com poder de conjurar o erro e falar em nome da coletividade.

Instituído na imprensa da situação/governista, o processo de racionalização do discurso do *Jornal do Piauí* se materializava na medida em que apresentava os problemas da prática jornalística de *A Cidade*, cuja racionalidade de funcionamento era estabelecida pelos políticos da UDN que também assumiam a função social do jornalismo. A redação do *Jornal do Piauí* discursivamente definia os limites do seu jornalismo de acordo com as normas da “boa imprensa”, afirmando que “[...] de nossa parte, igualmente, da parte dos que labutam com a pena nesta folha, que não circula para instilar o ódio ou veicular a infâmia e a injúria, mas para fazer um jornalismo condigno [...]” (A LIDERANÇA DA UDN. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 23, p. 1, 20 dez. 1951). Regular o jornalismo de acordo com os princípios da “boa imprensa” significava que sua redação produzia matérias com base em fatos passíveis de prova, que os jornalistas não desciam ao campo das retaliações pessoais, cumpriam os princípios éticos da profissão, por isso não produziam críticas infundadas e injuriosas e se colocavam a serviço da coletividade.

A partir do conceito da “boa imprensa”, apresentado como um ideal do seu jornalismo, a redação do *Jornal do Piauí* afirmava que os políticos de oposição ao governo do PSD usavam a imprensa como arma política e, indiscriminadamente, publicavam calúnias, infâmias e mentiras sobre o governador Pedro Freitas. De acordo com o *Jornal do Piauí*, alguns jornalistas de Teresina executavam o trabalho rotineiro de atacar o governador Pedro Freitas, principalmente através do jornal *A Cidade*, com o pretexto de fazer oposição sistemática ao governo. Em razão dessa prática jornalística, *A Cidade* era um jornal adjetivado como “folha oposicionista” pela redação do *Jornal do Piauí* considerando que seus jornalistas eram pagos somente para fazer “insinuações caluniosas” e publicar matérias construídas sem provas com a finalidade de ferir a honorabilidade do governador Pedro Freitas.¹³² Convém

¹³² Cf.: RESENHA DOS JORNAIS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 8, p. 4, 25 out. 1951; A SOCOPO E A IMPRENSA. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano I, n. 30, p. 3, 13 jan. 1952; “A CIDADE” CALOU! *Jornal do Piauí*.

ênfazer que “governo da eterna”, “eternos opositores” e “eternos demolidores” foram enunciados usados repetidamente pela redação do *Jornal do Piauí* para fazer referência ao ex-governador José da Rocha Furtado, aos políticos e aos jornalistas da UDN. A partir do lema do partido udenista “O preço da liberdade é a eterna vigilância”, a redação do *Jornal do Piauí* extraía o seu enunciado para adjetivar todos aqueles que, pela imprensa ou fora dela, se manifestavam contra o governo do PSD, principalmente, aqueles vinculados ao jornal *A Cidade*.

Nos anos 1950, os jornalistas de Teresina apontavam que a partir do momento em que os jornais de oposição deixava de colaborar com o governo, por meio da crítica “serena” e “construtiva”, para publicar matérias caluniosas que atentavam contra a honra dos homens públicos, a imprensa deixava de cumprir sua missão patriótica para exercitar a anarquia. A missão da “verdadeira imprensa”, para os jornalistas de Teresina nos anos 1950, era informar, interpretar, orientar os leitores por meio de matérias escritas com palavras dignas de serem lidas e apreciadas por eles. Caso contrário, quando a imprensa de oposição visava apenas silenciar as realizações do governo, deturpar a verdade dos fatos por meio de notícias perniciosas e munidas de xingamentos e termos de baixo calão, a imprensa negava sua função social passando a ser qualificada de “destrutiva” e “anárquica”.

Assim, as críticas veiculadas pelos jornais de oposição, que atentavam contra a imagem e a honra do governador Pedro Freitas como um governante sem cultura e iletrado, também passaram pelo crivo dos analistas do discurso do *Jornal do Piauí*. Por meio de reptos, a redação do *Jornal do Piauí* confirmava que Pedro Freitas, desde a sua campanha eleitoral de 1950, jamais quis se apresentar para o povo como pessoa culta ou letrada. Antes, se orgulhava da sua posição social de comerciante honrado, de negociante e empreendedor, características que lhe fizeram ganhar o pleito daquele ano, quando disputou as urnas com o candidato Eurípedes Clementino de Aguiar da UDN.

Os reptos se davam na medida em que os jornais *O Dia* e *A Cidade* publicavam matérias construídas por meio de hipérboles contendo ataques pessoais e virulentos ao governador Pedro Freitas. Dada à publicação de matérias configurada pela retórica do exagero e ataques que feriam a honra do governador, a redação do *Jornal do Piauí* escreveu:

O começo do fim

O articulista Eurípedes de Aguiar continua a dizer e repetir à todo instante que o Sr. Pedro Freitas não é homem de cultura. A afirmativa já se tornou, de veras, em verdadeira ideia fixa, para o candidato derrotado nas últimas

eleições. Decididamente, representa ela o grande desencanto, a maior decepção, a máxima contrariedade do velho descendente do visconde da Parnaíba: vê-se derrotado por um representante do comércio piauiense, muito embora se julgue o mais nobre, o mais sábio e o mais culto de todos quantos moram nesta terra em que o meu boi morreu.

O mais interessante da história, porém, é que o Sr. Pedro Freitas jamais teve a preocupação de se apresentar ao povo como pessoa cultura ou letrada. Muito ao contrário. Homem de negócios e com grande experiência nos setores da agricultura e da pecuária, sempre se orgulhou de sua posição de comerciante honrado e empreendedor. Quando o P.S.D. foi retirá-lo da sua casa comercial para apresentá-lo ao povo como forte candidato ao Governo do Piauí, baseou a sua campanha eleitoral exatamente naquelas qualidades de trabalho, esforço pessoal e honestidade com que o candidato soubera desenvolver o seu próprio patrimônio, tendo sempre em vista servir ao público da melhor maneira possível, como dão mostras as simpatias de que goza em nossos meios comerciais, sociais e políticos. [...].

Se desta vez – na eleição de 3 de outubro – perdeu integralmente a confiança popular o candidato que se tinha por mais intelectualmente preparado, foi porque o povo sentiu a que a falsa cultura do sr. Eurípedes de Aguiar, por êle mesmo geralmente propalada, não é mais do que um terrível aleijão mental, do qual jamais saiu qualquer ideia aproveitável em benefício público. Se alguém duvide desta afirmativa, que passe os olhos nos anais da Câmara e do Senado, e veja se encontra algum discurso, voto ou parecer esclarecido do ex-deputado e ex-senador Eurípedes Clementino de Aguiar, durante todo o tempo de sua apagada passagem pelas câmaras alta e baixa do país. Examine, depois, na imprensa de Teresina, os artigos debochados do venerado ex-tudo, e sinta o mal cheiro de um cérebro em decomposição, no comêço do fim de uma luta estéril contra tôdas as fôrças construtivas da sociedade. Veja tudo isso e conclua, como nós e como o povo piauiense, que o velho Eurípedes não serve mesmo para nada, senão para dedicar-se ao deboche, à piada e ao gozo ridículo das aventuras abobalhadas do gorduroso filho Milton (O COMÊÇO DO FIM. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 121, p. 1, 30 nov. 1952).

A redação do *Jornal do Piauí*, assim como fez o jornal *O Dia* e *A Cidade*, de 1951 a 1954, retomava o momento da candidatura à campanha eleitoral na qual Pedro Freitas foi candidato pelo PSD em 1950. Ao contrário do que fez, respectivamente, o “jornal das multidões” e o “jornal municipalista”, de colocar em xeque a honestidade do governador Pedro Freitas na administração pública estadual, o *Jornal do Piauí* reforçava o julgamento de que os políticos udenistas, ainda inconformados com a perda eleitoral na campanha de 1950, armaram outro tipo de campanha pela imprensa, na tentativa de atacar a imagem do governador, apresentando-o como “homem de poucas letras”, “analfabeto”, “inculto”, “matuto”, “caçador de pebas” etc. Dedicavam-se ao deboche e à piada para tentar diminuir a popularidade e o prestígio do governador Pedro Freitas junto à opinião pública e os eleitores que depositaram sua confiança no candidato do PSD, em 1950.

Este tipo de prática jornalística desempenhada tanto no jornal *A Cidade*, quanto no jornal *O Dia*, através das matérias assinadas por Eurípedes Clementino de Aguiar, ou nas

demais matérias sem assinatura ou ainda assinadas com pseudônimo, era explicada no *Jornal do Piauí* como “despeito”, “cegueira partidária” e superficialidade dos jornalistas que, na falta de argumentos, buscavam “enxovalhar” a honra e a dignidade do governador Pedro Freitas e de seus secretários pelo jornal. Entretanto, a redação do *Jornal do Piauí* criticava a prática jornalística da oposição de produzir discursos que continham termos de baixo calão, hipérboles, apodos e xingamentos; entretanto, adotava a mesma prática quando construía os reptos. Na matéria acima, “O comêço do fim”, por exemplo, a redação do *Jornal do Piauí* denomina seu adversário político, Eurípedes Clementino de Aguiar, de “terrível aleijão mental”, para revidar nas matérias por ele publicadas nos jornais *O Dia* e *A Cidade*.

Nesse sentido, se no jornal *O Dia* um jornalista assinava com o pseudônimo de Petrus Maurícus, para apresentar críticas severas ao governo de Pedro Freitas, no *Jornal do Piauí* foi um jornalista de pseudônimo Maurícus Petrus quem assinou matérias para reprovar a prática jornalística e a crítica severa produzida pelo deputado estadual, Demerval Lobão, da UDN, através do jornal *A Cidade*, e as matérias assinadas por Eurípedes Clementino de Aguiar em *O Dia*.

**Em busca do poder
MAURICIUS PETRUS**

[...]

Haverá quem acredite na sinceridade de sua fúria quando deseja levar Demerval¹³³ ao “mourão do benefício”? Será com intenção patriótica que êle entope um jornal inteiro com falsas informações sôbre o govêrno e sôbre os homens mais representativos do Piauí? Sabemos muito bem que tudo isso é conversa fiada, para encobrir aos olhos do povo, 75 anos de egoísmo personalista e brutal, de desejos fantásticos e ambições infindas, porque Eurípedes, em tôda sua vida mal vivida e bem gozada, só desejou, só deseja e desejará sempre uma coisa única: o PODER. [...] (PETRUS, Maurícus. Em busca do poder. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 113, p. 1, 1 nov. 1952).

João Clímaco d’Almeida¹³⁴ foi outro político do PSD que, na condição de colaborador do *Jornal do Piauí*, criticou o comportamento de Eurípedes Clementino de Aguiar, como jornalista, de despejar pela imprensa ataques excessivos contra qualquer homem público. Na matéria “O moribundo”, João Clímaco de Almeida esclarece que qualquer homem público do Piauí que se destacasse na opinião pública pelos serviços prestados à coletividade, pela bondade do coração, pela popularidade e pelo respeito ao próximo, era atingido pelo “veneno da pena” de Eurípedes Clementino de Aguiar e das “insídias” dele como jornalista e político

¹³³ Refere-se ao político Demerval Lobão, deputado estadual pela UDN e também foi diretor do jornal *A Cidade* no período de janeiro a maio de 1952.

¹³⁴ João Clímaco de Almeida nasceu em Teresina em 30 de março de 1910 e faleceu em setembro de 1995. Na política era conhecido pelo apelido de “Joqueira”. Foi eleito a deputado estadual, em 1950, pelo PSD.

(D'ALMEIDA, João Clímaco. O moribundo. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 132, p. 4, 11 jan. 1953). Para João Clímaco d'Almeida, o governador Pedro Freitas era mais uma vítima dos impropérios de Eurípedes Clementino de Aguiar, visto como “caduco” e “fantasma” do jornalismo piauiense. Assim, na matéria “O moribundo” a prática jornalística de Eurípedes Clementino de Aguiar, já aos 73 anos de idade, é descrita da seguinte forma:

O Dr. Eurípedes de Aguiar, transformado por obra e graça de sua riqueza em “fantasma” do jornalismo piauiense, escolhe de quando em vez, uma vítima de seus ódios, do seu despeito e da sua inveja, para alvo de suas injúrias e infâmias. [...].

A verdade é a seguinte: O Dr. Eurípedes de Aguiar, tem levado toda a sua vida de 73 anos, a caluniar seus adversários e insultar os seus próprios amigos, sem nunca pensar que haveria de ter uma velhice turbulenta, cheia de remorsos e de arrependimentos (D'ALMEIDA, João Clímaco. O moribundo. *Jornal do Piauí*, ano II, n. 132, p. 4, 11 jan. 1953).

No *Jornal do Piauí* era condenada a prática jornalística da imprensa de oposição de fazer ataques grosseiros para ferir o adversário por meio do discurso ofensivo. No caso do jornal *A Cidade*, a crítica jornalística que era publicada em sua folha, duas vezes por semana, foi denominada pela redação do *Jornal do Piauí* de “ataques revoltantes” contra o governador Pedro Freitas e seus jornalistas foram adjetivados de “profissionais da calúnia”. Eurípedes Clementino de Aguiar, por sua vez, foi denominado de “Rei Momo da política” e da imprensa piauiense (REI MOMO VOLTA À IMPRENSA. *Jornal do Piauí*, Teresina, 19 jun. 1952, ano I, n. 72, p. 1). Na matéria “Rei momo volta à imprensa”, a redação do *Jornal do Piauí* afirmava que Eurípedes Clementino de Aguiar “esmerava sua pena” somente para escrever meia dúzia de “piadas”, “chacotas”, “chalaças” “bobagens” e “graçolas ridículas” no jornal *O Dia*, que atentavam contra a honra, a dignidade e o brio dos que trabalhavam pelo soerguimento econômico e financeiro do Piauí.

Nas edições de 1953, o *Jornal do Piauí* representava discursivamente Pedro Freitas como um governante “honesto” e “trabalhador”, em contraposição aos discursos veiculados pela imprensa de oposição, que procuravam representá-lo, e até mesmo caricaturá-lo, como um governante destituído de qualidades intelectuais, políticas e administrativas para o exercício da função no Executivo estadual. A redação do *Jornal do Piauí* censurava a prática jornalística da imprensa de oposição de tentar apresentar ao leitor o governador Pedro Freitas como um governante “desprovido de cultura”, um “soletrador de letras” que “nada entendia da arte de governar”. O *Jornal do Piauí* defendia que tais qualidades não eram requisitos obrigatórios para o ocupante da cadeira de chefe do Estado, mas um direito reservado a todo e qualquer cidadão que desejava concorrer a cargos políticos eletivos por voto popular.

Na matéria “Acima de tudo: Honestidade”, a redação do *Jornal do Piauí* reforçava que a formação pessoal de Pedro Freitas era mais importante que sua formação escolar. O jornal ressaltava que suas qualidades de homem honesto e de “sobriedade dos costumes” eram suficientes para que Pedro Freitas agisse, no governo do Estado, de acordo com a Lei e a lisura necessária ao dinheiro público para a promoção do desenvolvimento do Piauí. Dessa maneira, a redação do *Jornal do Piauí* negava o discurso jornalístico da imprensa de oposição, ao avaliar que as deficiências administrativas no período do governo de Pedro Freitas era resultado da sua “deficiência” escolar, visto que ele não era um intelectual. Assim, na matéria “Acima de tudo: Honestidade”, a redação do *Jornal do Piauí* prestava mais esclarecimentos sobre a atuação de Pedro Freitas no governo, a escolha de seu nome pelo PSD para ser o candidato do partido nas eleições de 1950 e o motivo de sua vitória nas urnas:

Acima de tudo: Honestidade

É necessário que se repita, para melhor esclarecimento aos pessimistas, demolidores e verrineiros, incompreensíveis e talvez descontentes, sinão amolestados pelo complexo do arrivismo publicitário, que ao govêrno do sr. Pedro Freitas não faltou nem faltará a necessária autoridade para agir de acordo com a Lei e os princípios irredutíveis de sua “honestidade e sobriedade de costumes”, reflexos superiores de sua formação pessoal e exigidos pela austeridade do Partido a que pertence. Outras qualidades, melhores e mais positivas do que essas, não se poderia exigir de um governante, e elas são proclamadas sem reservas e sem contestação. Ademais, sua eleição não a deve aos “sertanejos analfabetos e encabrestados pelos broncos coronéis”, como a poderia supor os espíritos insensatos, e sim à maioria do nobre e altivo eleitorado piauiense, diante do poderio avassalador dos seus adversários políticos, e estes, como outros cidadãos sem paixões mesquinhas, não reclamaram jamais sobre suas eleições e nomeações para cargos públicos, certos e tranqüilos de que em 3 de outubro de 1950 triunfaram as forças democráticas, com a energia e desassombro, vendendo espetacularmente o regime de opressão e vindictas da administração anterior, neste Estado.

Quando os casos pessoais se enfeitam como manifestação da coletividade, os seus articulistas demonstram haver perdido a missão dos verdadeiros e sinceros tradutores da opinião popular, e começam a exigir, sem fundamentos relevantes e sem procedência doutrinária, que os governantes seja sábio, cultos, sumidades, gênios, “excepcionais”. A idéia, porém, é caolha e se aprovação dos estudiosos verdadeiramente democráticos. Contra a pressuposição do culturismo platônico já se pronunciaram os idealistas e legisladores de uma Sociedade com base, presente ou futura, na igualdade dos direitos humanos. A Lei, felizmente, só é bela e exequível, quando bem compreendida e assegurada. [...] (ACIMA DE TUDO HONESTIDADE. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 185, p. 1, 26 jul. 1953).

Sobre a questão da compra e da venda de votos denunciadas pelos jornais *O Dia* e *A Cidade* como justificativa da perda eleitoral do candidato da UDN, o *Jornal do Piauí* apresenta outra versão para o fato político. Os jornais *O Dia* e *A Cidade* afirmavam que o

principal motivo de Eurípedes Clementino de Aguiar ter perdido as eleições, em 1950, foi a prática da compra e da venda de votos avulsos e dos colégios eleitorais pelos grupos de poder do Piauí. Até porque Eurípedes Clementino de Aguiar era visto como um candidato culto, letrado e intelectualmente superior ao candidato pessedista.

Nas edições de 1952 a 1954, a redação de o *Jornal do Piauí* defende que a vitória eleitoral de Pedro Freitas, em 1950, não se deu por meio da prática da compra e da venda de votos dos colégios eleitorais do Piauí, como alegava a oposição, ao afirmar que a vitória de Pedro Freitas, naquele ano, se devia aos “sertanejos analfabetos e encabrestados pelos broncos coronéis” (ACIMA DE TUDO HONESTIDADE. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 185, p. 1, 26 jul. 1953). Esclareciam ainda que a vitória de Pedro Freitas nas urnas também não significava que os eleitores piauienses, em sua maioria, não gostassem da cultura ou fossem contrários às boas letras e aos homens de expressões intelectuais do Piauí (O COMÊÇO DO FIM. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 121, p. 1, 30 nov. 1952). Antes, a diplomação de Pedro Freitas, ao cargo de governador do Piauí, representava a resposta da maioria da população piauiense contra o regime de opressão e da “inquisição política” implantada pelo udenismo no quadriênio de 1947 a 1950, quando José da Rocha Furtado esteve no comando do Executivo estadual.

A redação do *Jornal do Piauí* considerava que os jornais da oposição faziam uma crítica “superficial”, “apressada”, “ligeira”, e até mesmo “demolidora”, sobre a gestão do governador Pedro Freitas. Acusam que os jornalistas da imprensa de oposição aproveitavam-se das “conversas de esquina” ou das informações “apressadas dos cafés”, para usar como argumentos legítimos na produção do acontecimento jornalístico, e comentar a vida pública, e até mesmo privada, dos homens públicos. As matérias publicadas pelos jornais de oposição ao PSD eram vistas como imprecisas, uma vez que não eram construídas com base em documentos oficiais do governo como, por exemplo, o *Jornal do Piauí* afirmava fazer sempre que pretendia mostrar as realizações do governo pela imprensa. A redação do *Jornal do Piauí* cobrava do jornalista de oposição seu compromisso com a verdade dos fatos e a honestidade na produção do discurso jornalístico.

Na segunda metade do século XX, a cobrança por um jornalismo honesto, o esforço pela exatidão e imparcialidade da notícia eram vistos como uma das medidas de qualidade jornalística. O dever do jornalista era procurar a verdade e apresenta-la a seus leitores, como afirma F. Fraser Bond (1962). Todavia, a imprensa continuava inexata. Analisando o jornalismo americano, F. Frase Bond (1962) avalia que a imprensa negligenciava do povo as informações que lhes eram necessárias, fornecendo apenas a parte superficial dos

acontecimentos sem o aprofundamento de suas causas econômicas, sociais e políticas. Sendo a “notícia a matéria prima da opinião”, F. Fraser Bond (1962, p. 21) afirma que certos jornais e jornalistas manipulavam as notícias para servir a seus objetivos, quer pessoais, quer políticos ou de outra ordem. Isso acontece porque apenas uma parte dos leitores sabia distinguir fatos de opinião, o que ele denomina de “minoridade criadora”, enquanto há uma maioria que se deixa levar pela pressão de grupos de demagogos e propagandistas.

De acordo com Danton Jobim (1960), a objetividade é reivindicada pelo jornalismo dos anos 1950 e 1960, aparece como uma exigência para tornar o registro jornalístico mais fidedigno. Porém, a adoção do critério jornalístico que separa a parte opinativa da parte noticiosa do jornal ainda era um problema do jornalismo nos países latinos, onde o modelo do jornalismo francês ainda regulava o modo de produção do discurso jornalístico. Assim, “conseguir a verdade pela objetividade das notícias é um ideal a perseguir, embora nenhum jornal possa realizá-lo plenamente” (JOBIM, 1960, p. 53). Em Teresina, por exemplo, A. Tito Filho (1994) assegura que, nos anos 1950, os jornais ainda viviam das lutas partidárias, publicando descomposturas e xingamentos pela folha.

Em 1953, a redação do *Jornal do Piauí* reclamou da prática jornalística existente na imprensa de Teresina de se fazer uma análise “superficial”, “apressada”, “ligeira” do fato político piauiense. Apontava que este tipo de prática no jornal é um ato de irresponsabilidade do jornalista, pois quando são chamados para mostrar a veracidade das notícias levadas a público não apresentavam provas concretas ou documentos que confirmassem os dados da informação veiculada. A reclamação da redação do *Jornal do Piauí* colocava em dúvida os princípios morais que regulam o exercício da imprensa de oposição, na medida em que o conteúdo veiculado em suas páginas negava a verdade dos fatos para alcançar determinados objetivos políticos. Considerando que o jornalista age como um político e não como um filósofo, Danton Jobim (1960) entende que o jornalista procura retirar dos acontecimentos aquilo que avalia como útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que ele defende. Por isso, muitas vezes “os jornalistas são acusados de superficialidade e facciosismo quando pretendem tirar a lição dos acontecimentos” (JOBIM, 1960, p. 22).

Na matéria “Os críticos apressados”, a redação do *Jornal do Piauí* assinalava que os jornalistas da imprensa de oposição faziam uma análise superficial, imparcial e sem objetividade do fato político. Esse tipo de prática jornalística acontecia, sobretudo, quando a redação dos jornais de oposição ao PSD pretendia lançar suas críticas contra a administração de Pedro Freitas, como ficou registrado no fragmento a seguir:

Infelizmente, atravessamos um período em que abundam os julgamentos superficiais, as atitudes de negação ou aceitação imediata dos fatos que se nos apresentam, sem o exame necessário para o seu real conhecimento. É essa a atitude mental dos críticos apressados, de boa ou má fé, que enchem as praças os botequins e até certas redações de jornais e assembléias respeitáveis.

[...]

Todos sabem que a crise moral ora atravessada pelo país inteiro é grave, e de repercussões em tôdas as camadas de nossa população, porque reflete um estado de espírito inquietante e generalizado. Entretanto, para que a ordem, o equilíbrio e o bom senso reinasse na administração e na sociedade, era preciso, entre outras coisas, que todos os homens de destaque, sejam do govêrno ou da oposição, não andassem espalhando notícias apressadas e inverídicas, com o simples objetivo de criar dificuldades políticas aos seus inimigos ou adversários.

Todavia, como as pessoas são o que são e não podem mudar de um dia para o outro, torna-se imprescindível, por parte do público, uma cuidadosa atitude de exame ou de interrogação, sempre que circular na cidade uma informação qualquer, uma notícia como essas apressadamente lançadas pelos demagogos vulgares, dos quais está cheia a nossa política estadual. (OS CRÍTICOS APRESSADOS. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 134, p. 1, 18 jan. 1953).

A advertência da veiculação de notícias mal construídas, repletas de julgamentos considerados superficiais e parciais da realidade dos fatos era, também, direcionada ao leitor. Deste modo, ao analisar que o leitor não é passivo frente às notícias que “consume” dos jornais para manter-se informado, a redação do *Jornal do Piauí* atribuía a ele o papel de examinar e questionar as informações veiculadas pelos diferentes órgãos de imprensa. O chamamento para a responsabilidade do leitor enquanto um consumidor crítico dos jornais correspondia ao próprio interesse do *Jornal do Piauí* de se colocar acima dos demais órgãos de imprensa existentes em Teresina, como um jornal veiculador da verdade objetiva e imparcial para manter sua credibilidade na opinião pública.

Sobre a importância dos leitores como um dos limites da imprensa e, por conseguinte, da prática jornalística, Anis José Leão (1961, p. 50) entende que os “delitos” da imprensa existem porque há condescendência dos leitores, “para não dizer uma co-autoria”. A partir desse entendimento, o autor afirma que a existência de injúrias, excessos sediciosos e caluniadores na imprensa acontecem porque não há uma reprovação dos leitores, que continuam comprando e consumindo os jornais. Anis José Leão (1961) ainda esclarece que:

Enquanto não se tiver o cuidado de elevar o nível cultural do povo e dar-lhe educação compatível com a universidade do sufrágio e outros direitos políticos, não conseguiremos erigir, prática e efetivamente, em figuras delituosas, certos deslizes da palavra escrita, os quais sempre encontram capa protetora na média atual de moralidade pública ou na grosseria das massas pouco politizadas. [...] (LEÃO, 1961, p. 49).

Nos anos 1950, a população do Piauí era composta por mil e trezentos habitantes, distribuídas em sua maioria na zona rural do Estado.¹³⁵ Desse total, a maior parte era analfabeta. Isto implica dizer que os consumidores dos jornais no Piauí eram os próprios jornalistas, os políticos e os intelectuais, em sua maioria, que eram também os produtores dos jornais. Até porque os jornais não eram usados apenas como armas políticas ou como ferramenta de obtenção da informação; bem mais como espaço de debate de ideias entre aqueles que escreviam textos para os jornais e pretendiam ser reconhecidos como intelectuais.

Assim, considerando que há uma “co-autoria” dos leitores na imprensa, pode-se dizer que em Teresina, nos anos 1951 a 1954, houve certa condescendência deles para o modelo de jornalismo que se instaurava e se definia como ideal à prática jornalística local. Na matéria “Assuntos mais oportunos”, assinada pelo jornalista Cunha e Silva, publicada na edição de 18 de janeiro de 1953 do *Jornal do Piauí*, este afirma que o motivo de os jornais de Teresina prenderem-se às questões político/partidárias, como assunto principal a ser discutido nos jornais e fazerem uso de uma linguagem virulenta para atacar os adversários políticos, se dava pelo interesse do público leitor, que gostava do tipo de jornal que diz: “[...] meta o pau seja no que for e não tenha pena dos costados de ninguém” (SILVA, Cunha e. Assuntos mais oportunos. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 134, p. 3, 18 jan. 1953).

Na mesma matéria, “Assuntos mais oportunos”, o jornalista Cunha e Silva chamava a atenção dos jornalistas de Teresina para a missão informativa, moralizadora e instrutiva da imprensa piauiense e do poder que ela exerce no Estado. Entendida como o “quarto poder” do Estado, Cunha e Silva criticava os jornais que tratavam, exclusivamente, das querelas partidárias e de questões pessoais com linguajar injurioso, violento, e, muitas vezes, escrito por “escrevinhadores covardes e indignos, que só rabiscam infâmias e calúnias acobertadas no anonimato”. A observação feita pelo jornalista Cunha e Silva sobre a prática do anonimato na imprensa piauiense, em 1953, ocorre da veiculação de matérias nos jornais sem assinatura ou assinadas com pseudônimos. Contudo, apesar de ele fazer esta notificação em torno das práticas jornalísticas da imprensa de Teresina, tanto o *Jornal do Piauí* publicou matérias assinadas com pseudônimo, quanto ele próprio reconheceu que também publicou

¹³⁵ Sobre a distribuição da população piauiense nos anos 1950, José Gayoso Freitas afirma que 15,8% viviam na zona urbana e 84,2% na zona rural do Estado. (FREITAS, José Gayoso. Formação social e política do Piauí. In: *Revista Política*. Brasília, n. 7, jan.-mar. 1978). Sobre o número de habitantes, ver: NASCIMENTO, Osvaldo Soares. Esboço de um projeto de desenvolvimento. In: *Revista Econômica Piauiense*. Teresina, v. 1, n. 2, abr.-jun., 1957.

matérias criticando autoridades políticas sem que assumisse a autoria da matéria que escreveu, delegando para o jornal a responsabilidade do conteúdo nele publicado.¹³⁶

Nesse sentido, no *Jornal do Piauí* é afirmado que a crítica “apressada” e “demolidora” tem sido uma arma de fácil manejo pela imprensa local. Por isso, adverte os consumidores dos jornais para a necessidade de apreciarem com cuidado as notícias que se reportavam ao governo e sua obra administrativa no Estado, uma vez que os ataques, as denúncias, e os erros apontados pelos adversários do governo do PSD nem sempre poderiam ser comprovados.

O jornalista Benedito de Castro Lima, na matéria “Administração sadia e honesta”, acentua que era comum nos meios políticos, sociais e na imprensa de Teresina o exercício da prática de atacar verbalmente as pessoas públicas e de denunciar os erros das autoridades, principalmente, dos prefeitos, dos governadores e do presidente da República (LIMA, Benedito de Castro. Administração sadia e honesta. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 137, p. 5, 31 de jan. 1953). Na maioria das vezes, a informação apresentada contra os governantes pela imprensa necessitava de reparos, pois os acusadores, excedendo-se da calúnia e da mentira, acabavam veiculando dados injustificáveis. Benedito de Castro Lima afirma que no Brasil, e não foi diferente no Piauí, a prática de se publicarem ataques ao adversário político se fazia presente na imprensa desde o momento em que um partido situado na oposição vencida uma eleição. A partir de então, os derrotados no pleito, na condição de adversários, muniam-se de ataques, intrigas e calúnias para apontar os erros e os defeitos dos vitoriosos. Dava por início a campanha contra o novo governador e a batalha discursiva entre os jornais que eram mantidos pelos diferentes partidos políticos ou de acordo com os interesses de seus proprietários.

Nas matérias publicadas nas edições de 1953, a defesa do governador Pedro Freitas se fez por meio da análise do comportamento de seus adversários e opositores, quer pela imprensa, quer na Assembleia Legislativa. No *Jornal do Piauí*, os deputados opositores foram chamados de “demagogos” e os jornalistas da imprensa de oposição receberam a denominação de “críticos apressados” por fazerem explorações dos acontecimentos políticos somente pela óptica partidária. A oposição é vista como o maior mal do governo do PSD. Se, por um lado, a oposição fazia vista grossa para as providências e realizações concretizadas pelo governador Pedro Freitas, por outro lado, ajustavam o foco de suas lentes para explorar assuntos de pouca importância ou significação política; ou, ainda, levantavam suposições de acontecimentos e questões políticas/partidárias, estéreis, por meio de intrigas sem

¹³⁶ SILVA, Cunha e. Assuntos mais oportunos. *Jornal do Piauí*. Op. cit., 1953; SILVA, Cunha e. Vileza. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 147, p. 3, 15 mar. 1953.

cabimento, debatidas pela imprensa e para conhecimento público. Nesse sentido, conforme a opinião do jornalista Martins Santos, na matéria “Cem por cento”:

[...] Para quem observa, sem interêsse nem paixão, o govêrno do Sr. Pedro Freitas, abrem-se duas frentes: uma, representando o crepúsculo, e outra, alvorada promissora. Entre êsses dois quadros as afirmativas se impõem pela força da verdade, desafiando contestações que apareçam sem veleidades político-partidárias, sem o ranço do oposicionismo sistemático e destrutivo, sem presunções temerárias. Não somos daqueles que facilmente se arriscam a fazer elogios improcedentes ou campanhas incondicionais, porque reconhecemos a necessidade indeclinável de todo articulista possuir sinceridade, tratando principalmente de assuntos públicos, seja contra ou a favor dos governantes. [...] (SANTOS, Martins. Cem por cento. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 157, p. 4, 23 abr. 1953).

De acordo com o jornalista Martins Santos, o período representado pelo “crepúsculo” relembra a situação de precariedade em que vivia o Piauí, quando Pedro Freitas assumiu o poder em 1951. Contextualiza que o Piauí vivia agitado pela desorganização administrativa, os compromissos do Estado não eram firmados, e viviam entregue às injunções do “caciquismo” e do “afilhadismo”. Pedro Freitas teria assumido o cargo de chefe do Executivo estadual com a exigência de grande soma de sacrifícios para a recuperação do Estado e colocou acima dos interesses partidários os negócios da coletividade. Por sua vez, o jornalista Martins Santos afirma que Pedro Freitas deixou de lado as influências dos grupos políticos, as intrigas e fuxicos palacianos para manter um clima de tranquilidade e garantias em todo o Estado. O passado cheio de erros e desmandos, decadente e desacreditado foi substituído por uma frente de “alvorada promissora”, reabilitando o Piauí para o seu soerguimento após o trabalho de reparação do passado, representado na eminência política do Pedro Freitas, visto como um governante pródigo de energias e de boa vontade que colocou o Estado nos caminhos do progresso. E finaliza a matéria adiantando que a situação do Piauí, em 1953, era de “alvorada”, visto que a mudança verificada em todos os setores e negócios era surpreendente, colocando acima dos interesses partidários os interesses do povo.

O discurso do jornalista Martins Santos encontrava ressonância e apoio do *Jornal do Piauí* que, também, publicava matérias informando que o comando de Pedro Freitas na chefia do Executivo estadual seguia de forma segura, de maneira que o adversário não encontrava brechas para infiltrações destrutivas (MARÇA SEGURA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 158, p. 1, 26 abr. 1953). “Harmonia”, “afinidade” e “conjugações” seriam alguns dos pilares que sustentavam a administração do governo do Pedro Freitas, mantendo-se firme no

conceito popular e luta para manter uma situação de equilíbrio e de vanguarda dos negócios do Executivo.

O *Jornal do Piauí* chamava a atenção para a importância dos representantes da Assembleia Legislativa nas ações do governo estadual, pois cabia ao Legislativo o poder de contornar as situações difíceis, evitando despesas adiáveis e execução de leis inoportunas que oneravam o Estado. Atuando em cooperação com o governador do Estado, o Legislativo deveria observar, reconhecer e agir em conformidade com os problemas e dificuldades financeiras existentes. Agindo assim, os deputados tratariam dos interesses e dos direitos do povo sem cair na cegueira partidária.

Ao longo dos quatro anos em que Pedro Freitas foi governador do Estado, a redação do *Jornal do Piauí* se empenhava para apresentar elementos que comprovassem que a prática jornalística da oposição era caluniadora, injuriosa, inverídica ou sistemática. Nas matérias em que constava uma crítica jornalística ao governo do PSD nos jornais de oposição, a redação do *Jornal do Piauí* produzia matérias que apresentavam Pedro Freitas como um governante “justo”, “respeitoso”, “sereno” e “desprendido” de ações violentas contra aqueles que o atacavam “impiedosamente” pela imprensa ou no Legislativo. Neste interesse, o jornal construía discursivamente a imagem de Pedro Freitas como um governante honesto e compreensivo, porém, injustiçado e perseguido por uma oposição sistemática e sem fundamento, que pretendia negar, silenciar, ofuscar os esforços e a soma de serviços executados pelo governo em benefício da coletividade, do respeito aos direitos alheios e manutenção da ordem pública. Assim, na matéria “Sem descanso”, mais uma vez a redação do *Jornal do Piauí* dava visibilidade às qualidades de Pedro Freitas no governo:

SEM DESCANSO

Se o governador Pedro Freitas estivesse fazendo despesas além do possível, sacrificando os negócios públicos pela politicagem, sem pagamento do funcionalismo, destruindo verbas com remoções e transferências de coletores, avultando despesas com deligências especiais, como assim procedêra a administração anterior, pondo-se em choque caprichosamente, contra o Legislativo e o Judiciário, sem dúvidas a bancada oposicionista estaria batendo palmas de alegrias, porque dos erros, desmando, injustiças e violências é que os adversários tiram proveitos políticos. Quando o governante procede corretamente, com respeito aos direitos alheios, realizando benefícios para a coletividade, mantendo a ordem pública, as oposições não prosperam, e sim ficam desarmadas, sem motivos sérios para exploração partidária.

Se o governador Pedro Freitas não estivesse desfazendo dívidas do passado, deixando, por êste motivo, de iniciar a construção de algumas obras públicas, desmerecendo da confiança e estima de seus amigos e correligionários, motivando desagregações e entrechoques, com abandono dos serviços de estradas, educação e saúde, como assim aconteceu na

administração anterior, sem dúvida a bancada oposicionista encontraria assunto para elogios, porque dos descasos, inoperâncias e desavenças internas é que o adversário político consegue angariar adeptos. Quando o governante procede com larguêsa de vista, tomando providências para que surjam realizações de interesse para o povo, desfazendo ambientes de anarquia e desrespeito, as oposições encontram terreno árido para prosperar e começam a fazer das picuinhas um cavalo de batalhas. [...] (SEM DESCANSO. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 174, p.1, 18 jun. 195).

A redação do *Jornal do Piauí* avaliava que os discursos da oposição evaporavam no silêncio da Assembleia Legislativa e da opinião pública. Igualmente, consideravam que o comportamento dos jornalistas na imprensa de oposição de apenas produzir discursos contra o governador Pedro Freitas contribuía de forma significativa para que ela caísse no descrédito da opinião pública. Para o *Jornal do Piauí*, os esforços da oposição em atacar sistematicamente o governo de Pedro Freitas aconteciam na medida em que havia o enfraquecimento político partidário da UDN que era oposição ao governo do Piauí e que perdia cada vez mais terreno na opinião pública.

Em 1953, continuava a ser defendida no *Jornal do Piauí* a opinião de que o governador Pedro Freitas fazia um trabalho equilibrado de recuperação econômica. A redação do *Jornal do Piauí* ajuizava que este era um dado concreto e irrefutável, por este motivo a oposição se revoltava contra o governo, por meio de discursos jornalísticos “demagógicos”, “demolidores”, “desmoralizantes”, “acanhados” e sem a menor seriedade de propósitos. Mesmo que os jornalistas da oposição adotassem esse tipo de prática nos jornais em que escreviam, a redação do *Jornal do Piauí* avaliava que o povo já sabia distinguir os “verdadeiros” dos “falsos” defensores do povo e da opinião pública. E no cumprimento da verdadeira missão da imprensa, a redação do *Jornal do Piauí* atribuía para si a tarefa primordial de esclarecer os fatos; sobretudo, as notícias “auspiciosas”, produzidas pelos jornalistas que se comprometiam com a paixão político/partidária em detrimento dos interesses do povo.

Dessa forma, na matéria “Os fracassados”, a redação do *Jornal do Piauí* escreveu que “[...] se deu ao trabalho de juntar números, fatos e argumentos irresponsáveis, publicando-os todos na edição passada, a fim de possibilitar aos leitores um raciocínio mais perfeito em torno dos homens que ora se propõem a defender o Estado, com o maior caradurismo da terra, como se não fossem os verdadeiros responsáveis pelos males que andam por aí.” (OS FRACASSADOS. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 181, p. 1, 12 jul. 1953). O jornal não negava que havia aspectos da administração de Pedro Freitas que mereciam a censura e a correção. Porém, reclamava dos excessos cometidos pelos jornalistas que, através dos

veículos de comunicação que estavam inseridos, apenas produziam discursos piches de acusações infundadas e críticas desairosas contra o governo do PSD.

Na batalha discursiva travada pelos órgãos de imprensa da oposição ao governador Pedro Freitas, o *Jornal do Piauí* aconselhava que a “sinceridade” do jornalista da imprensa de oposição estava no ato de prevenir, esclarecer e provar a verdade de seus editoriais. Caso contrário, o jornalista deixava de cumprir sua missão na imprensa, através da publicação de matérias retoricamente apoiadas em informações suspeitas e que não correspondiam fielmente ao fato. A falta de um espírito de colaboração honesta e construtiva dos jornalistas na imprensa, em detrimento do “afloramento do espírito apaixonado”, contribuía para que a função democrática dos partidos políticos e da imprensa se perdesse a partir das medidas de restrição à liberdade de pensamento, de fala e de ação.

A redação do *Jornal do Piauí* levantava uma questão importante para o exercício do jornalismo e os limites da imprensa, na medida em que o exercício livre da profissão dependia da própria atividade. Ou seja, a liberdade de imprensa, de pensamento e de palavra dependia da responsabilidade dos jornalistas no cumprimento ético e moral da profissão. Conforme Luiz Beltrão (1960), as leis que regulam o exercício do jornalismo e limitam a liberdade de imprensa, de palavra e de pensamento não são apenas as regras codificadas e esquematizadas em textos oficiais. O exercício do jornalismo é também regulado pela obrigação moral dos jornalistas que correspondem as responsabilidades éticas, morais, filosóficas, e políticas como um valor absoluto e indiscutível do seu dever para com a sociedade e com o Estado. Sendo assim, Luiz Beltrão (1960, p. 92) afirma que “a força do jornalista está na verdade e na honestidade que é a coincidência de seus atos com o seu dever, como a verdade é a coincidência de sua apreciação como acontecimento em si”. Porém, o que se observava no jornalismo brasileiro era uma “deseducação profissional” em virtude dos “abusos” no exercício da liberdade de imprensa através da publicação de notícias falsas, ofensas à moral pública e aos bons costumes, emprego da calúnia, difamação, injúria para atacar o seu adversário político que se configurava pela falta de conformação do seu exercício às normas da moral comum e da moral profissional, reitera Luiz Beltrão (1960).

No *Jornal do Piauí* os enunciados “conselho” e “advertência” se coadunavam nos discursos produzidos por sua redação, principalmente, nas matérias em que pretendiam fazer a defesa do governo do PSD e a crítica das práticas jornalísticas existentes na imprensa de Teresina. Na matéria “Conselho e advertência”, a redação do *Jornal do Piauí* aconselhava e, ao mesmo tempo, orientava os jornalistas da imprensa de oposição que não era com “infâmia”, “calúnia”, “injúria” e “mentira” que se travava uma batalha discursiva pela

imprensa, com vistas a conquistar a opinião pública e, por conseguinte, o eleitorado. Do mesmo modo, advertia que “[...] a verdadeira imprensa não é pelourinho, nem cadafalso, cumprindo-lhe acima de tudo a missão inestimável de falar a verdade. [...] Quem de bons conselhos não se orienta, merece advertência.” (CONSELHO E ADVERTÊNCIA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 187, p. 6, 2 ago. 1953).

Assim, na matéria “Linha de conduta”, publicada em 27 de agosto de 1953, a redação do *Jornal do Piauí* volta a analisar a prática jornalística da imprensa de oposição; afirmava que, se os críticos do governo fizessem uma apreciação “desapaixonada” do governo de Pedro Freitas e se baseassem na realidade dos fatos, veriam que o governador estava fazendo uma administração como poucas no Brasil. Além de respeitar a Constituição, consideravam que Pedro Freitas havia saldado as dívidas da administração anterior, recuperado os créditos do Estado, pago o funcionalismo público do Estado em dia, concretizado várias obras previstas pelo seu plano de governo, mesmo enfrentando uma maioria na Assembleia Legislativa que lhe criava embaraços e despesas extraordinárias (LINHA DE CONDUTA. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 193, p. 7, 27 ago. 1953). Nesta matéria, a linha de conduta do Pedro Freitas no governo do Estado foi vista como “impecável”, por ter imposto uma política de equilíbrio econômico e financeiro para o Piauí, além de cumprir, pontualmente, seus compromissos com o Estado e com a sociedade. Através de tais resultados administrativos, alcançados em quase três anos de governo, a redação *Jornal do Piauí* buscava comprovar que Pedro Freitas era um homem acostumado com o trabalho, e possuía uma educação democrática baseada nos princípios republicanos.

A redação do *Jornal do Piauí* não aceitava as acusações publicadas pela oposição de que o governador Pedro Freitas era “negligente” ou “desonesto”. Contestava as acusações contra o governo, destacando que os serviços públicos estavam à vista de todos, como, por exemplo, os trechos de rodovias já concluídas e outras em andamento, à época. Eram vistas pela redação do *Jornal do Piauí* como realização do governo do PSD que possibilitava vantagens econômicas para o Estado para justificar que as críticas jornalísticas da oposição eram “impotentes” e “desleais” frente à realidade dos fatos.

A imprensa de oposição era vista como “destrutiva” e “mal orientada” pela redação do *Jornal do Piauí*. Sob o ponto de vista do jornalismo, afirmavam que os jornalistas da imprensa de oposição, por estarem ainda presos ao idealismo e à cegueira partidária, não sabiam distinguir a política da administração pública, por isso, os ataques ao governador Pedro Freitas com a pretensão de desqualificá-lo ao cargo que ocupava e diante da opinião pública. Assim, a UDN, através dos jornais e da Assembleia Legislativa, publicava e proferia

“boatos fantasiosos”, com a intenção de confundir a opinião pública para atender seus interesses político/partidários.

Em 1954, Carlos Cezarino publicou a matéria “Medo e covardia”, testemunhando, através do *Jornal do Piauí*, que a prática jornalística regulada pela UDN era a de atacar incessantemente seus adversários por meio de uma linguagem virulenta. Prática que se tornou mais acentuada depois que os udenistas perderam as eleições a governador para o PSD em outubro de 1950. Para ele, os jornalistas de *A Cidade*, apelidado de “órgão da Eterna”, e seus colaboradores políticos e intelectuais, usavam como armas de luta a infâmia, a calúnia e as diatribes para atacar gratuitamente seus adversários políticos. Para Carlos Cezarino, isso acontecia no jornal *A Cidade* porque seus jornalistas e colaboradores não sabiam defender os postulados do partido udenista, nem sugerir iniciativas e providências oportunas, nem cooperar honestamente com os poderes constituídos. Por último, ele considerava que os políticos, os jornalistas e colaboradores dos jornais udenistas, por “medo” e “covardia”, regulavam a prática jornalística no sentido de descompor, insultar e ofender a dignidade dos homens que pertenciam às outras correntes partidárias. Daí surgia a explicação para a postura dos jornalistas, políticos e intelectuais ligados à UDN que usavam a imprensa como trincheira e atalaia, para fazer oposição sistemática ao governador Pedro Freitas, e para travar batalha discursiva com os jornais vinculados ao PSD. Além disso, na matéria “Medo e covardia”, Carlos Cesarino esclarece o sentido de batalha que era produzido pelo próprio discurso do jornal na luta simbólica e política travada entre eles.

[...] Caluniam Pedro de Almendra Freitas, porque o honrado Governador do Estado procurou e conseguiu em parte pacificar a política piauiense, concretizando uma administração feliz e salvadora para os seus governados. Dedicou grande parte do seu mandato popular a remediar as irresponsabilidades do seu antecessor, que levava o Piauí a um verdadeiro estado de falência moral e econômica. Colocou acima dos interesses partidários os negócios do povo, sem nunca desmerecer, no entanto, a estima e confiança de seus correligionários políticos. Tem construído obras importantes, melhorou os vencimentos do funcionalismo público, mantém um clima de ordem e tranquilidade em todo o Estado. Pedro de Almendra Freitas é um cidadão de passado limpo, que não mede esforços para elevar cada vez mais o renome da terra piauiense, tão miseravelmente amesquinhada pela administração anterior, visceralmente udenista.

[...]

É contra cidadãos como esses que a imprensa udenista investe loucamente, com receio de que sejam eles candidatos à secessão governamental, à Câmara Federal e ao Senado, porque sempre estiveram entrincheirados nos seus postos de honra.

[...]

Os medrosos e covardes tem, com último ponto de recursos, as armas do insulto, da infâmia, da calúnia, da mentira, e delas lançam mão para causar

espanto, nervoso, apacia. A luta eleitoral que se aproxima será desfechada com ardor, digna de todos os piauienses que marcharão para a vitória com a bandeira impoluta do Partido Social Democrático (CEZARINO, Carlos. Medo e covardia. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 245, p. 1, 25 mar. 1954).

O discurso de defesa do governador Pedro Freitas, construído pelo jornalista Carlos Cesarino, deixa pistas do empenho do jornalista, em conjunto com os interesses dos proprietários do órgão, em mostrar ao leitor um quadro favorável das condições socioeconômicas e políticas em que ficou o Piauí após três anos no governo do Estado. A produção dos discursos jornalísticos, em 1954, e a posição partidária das instituições jornalísticas com interesses políticos e eleitorais não devem ser distanciadas da análise do discurso jornalístico e das condições históricas em que estes foram produzidos; sobretudo, porque naquele ano se cogitava a formação das coligações partidárias, visando às eleições do novo governador; e a imprensa tinha sua importância nesse processo.

A crítica jornalística de Carlos Cesarino era corroborada com a fala de outros jornalistas que, por meio de suas matérias, também avaliavam o governo de Pedro Freitas como um momento construtivo para o Piauí. Na mesma edição de 25 de março de 1954, foi publicada a matéria “Parabéns Sr. Governador”, assinada pelo jornalista Hermes Vieira (VIEIRA, Hermes. Parabéns, Sr. Governador. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 245, p. 3, 25 mar. 1954). Nesta matéria, o jornalista pretendia ratificar as realizações do governo do PSD e a desenvoltura do governador Pedro Freitas na resolução dos problemas econômicos e financeiros do Piauí, desde que se tornou responsável pela administração do Estado. Além disso, Hermes Vieira enfatiza que o governador demonstrou esforço salutar em todos os aspectos da vida pública, haja vista que lutou para servir à boa causa e aos interesses da coletividade piauiense; formou um governo capaz de resolver a situação aflitiva do funcionalismo público e de organizar a máquina administrativa. Com a ajuda dos “beneméritos auxiliares”, o governador Pedro Freitas soube conquistar a confiança dos piauienses que enxergavam, acima de tudo, um esforço profícuo pela grandeza e confiança de seus governados. Assim, o jornalista avalia que Pedro Freitas acertou na sua administração.

Pode-se observar que a redação do *Jornal do Piauí* lia e analisava as matérias que eram publicadas nos jornais da oposição, dando atenção especial àquelas em que se tratava do fato político piauiense na figura discursiva de Pedro Freitas. De maneira que, senão todos, mas muitos dos discursos publicados pela imprensa e que fugiam dos interesses da linha editorial do *Jornal do Piauí* foram chamados de “suposições”, de “acusações infundadas”, de “invencionices”. Assim como as matérias que colocavam em dúvida a honestidade e

capacidade do Pedro Freitas como chefe do Executivo estadual foram consideradas de “imaginação demagógica de exploradores da opinião pública.” O *Jornal do Piauí*, por sua vez, defendia o governador Pedro Freitas como um homem probo e de bons propósitos para Piauí; e, nesse intento, havia realizado, durante os quatro anos, um governo de base de reparações do passado.¹³⁷

No *Jornal do Piauí* defendia-se o argumento de que seus jornalistas e colaboradores cumpriam nada mais do que sua missão da imprensa e a tarefa jornalística de levar ao público os assuntos mais interessantes e de corrigir os “julgamentos inconscientes” da oposição que levantava acusações “intempestivas”, “insustentáveis” e “malévolas” que tinham como propósito apenas o de desvirtuar a opinião pública. Afirmavam que não fugiam do cumprimento de seu dever de esclarecer os fatos construídos pelos jornalistas da oposição, de “espírito subalterno” e apaixonado, que se recusavam a julgar os fatos pela realidade dos motivos partidários e pessoais.

Através das práticas jornalísticas, os sujeitos do discurso eram divididos no interior de si próprios, sendo adjetivados a fim de combatê-los e diminuir sua importância no jogo político e partidário que se travava por meio dos jornais da oposição e da situação/governista. A redação do *Jornal do Piauí*, que alegava ter como norma os padrões jornalísticos da “boa imprensa”, taxava os jornalistas da imprensa de oposição de “espírito subalterno e apaixonado” para demarcar as fronteiras de identidade entre um e outro. Nesse sentido, o *Jornal do Piauí* que era qualificado de “órgão oficioso do governo” de Pedro Freitas, no período de 1951 a 1954, se defendia das acusações feitas pelos jornais da oposição argumentando que a folha não fugia da sua missão de condenar qualquer ato do governo que merecesse correção (PROVAS E ESCLARECIMENTOS. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 255, p. 6, 9 maio 1954). Assim, consideravam que o governador Pedro Freitas agia sem paixões e sem hostilidades para com seus detratores e adversários, atitudes que só aumentavam o prestígio de sua administração conduzida de forma honesta e serena.

A opinião do *Jornal do Piauí* era que a oposição não auxiliava o governo com sugestões nem conselhos bons nem edificantes, preocupando-se apenas em atacar o governo com censuras acres e críticas severas e impatrióticas. Afirmavam também que as boas ações feitas pelo governador eram “silenciadas”, “ofuscadas”, “deturpadas” pelos jornalistas de *O Dia* e *A Cidade*, que se ocupavam exclusivamente na produção de discursos jornalísticos injuriosos pela falta de provas e de argumentos contundentes. No *Jornal do Piauí*, foi citado o

¹³⁷ Cf.: TÉCNICA DE BONECOS. *Jornal do Piauí*. Op. cit., 1953; CORONEL PEDRO FREITAS. *Jornal do Piauí*, Op. cit., 1954.

jornalista que assinava com o pseudônimo Petrus Maurícus, como um exemplo desse tipo de comportamento na imprensa piauiense; e que, além de tudo, se “acovardava” nas colunas do jornal *O Dia* pelo anonimato, para fazer diatribes e comentários que feriam a honra e a imagem do governador Pedro Freitas, porém, não surtiam efeito à opinião pública.

Sobre a influência dos jornais de oposição para a formação da opinião pública, na matéria “Consciência popular” de novembro de 1954, a redação do *Jornal do Piauí* afirmava que o resultado das eleições de 1954 foi a demonstração de que a imprensa oposicionista era “mal orientada” e não exercia autoridade sobre a consciência popular (CONSCIÊNCIA POPULAR. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 305, p. 1, 7 nov. 1954). A atitude dos deputados oposicionistas na imprensa, de fazerem uso de palavrões e de grosserias primárias, sem seguir os princípios da ética, somente confundia o “sagrado” direito de criticar a administração do Pedro Freitas através da prática da calúnia, do insulto e da difamação. O que contribuiu para que a imprensa de oposição não só deixasse de representar a opinião pública, bem como para que o povo deixasse de seguir suas ideias e orientações.

Sem levar em conta a prática política da compra e da venda de votos avulsos e dos colégios eleitorais pelos grupos de poder econômico e político do Piauí, a redação do *Jornal do Piauí* estimava que o eleitor havia aprendido a julgar os homens públicos. Assim, a vitória do candidato a governador pelo PSD, Gen. Jacob Manoel Gayoso e Almendra, nas eleições de 1954, foi interpretada pelo *Jornal do Piauí* como uma prova de que o governador Pedro Freitas havia realizado uma administração moralizadora e eficiente; bem como a demonstração de que a opinião pública não havia se deixado levar pelas difamações e calúnias publicadas pelos jornais oposicionistas, que tinham por interesse ofuscar os serviços de utilidade pública e as benfeitorias por ele construídas.

Para o *Jornal do Piauí*, os jornalistas e os políticos de oposição ao governador Pedro Freitas se aproveitavam da imprensa para explorar o fato político por meio da impressão de notícias sem fundamentos e de pronunciamentos vazios. Afirmava também que os jornalistas e colaboradores destes órgãos de imprensa, cegos pela paixão partidária, falhavam na análise que faziam sobre as ações do governador Pedro Freitas durante o período em que ele ocupou a cadeira de chefe do Estado. Por fim, ajuizavam que a “honestidade” dos propósitos de Pedro Freitas no governo do Piauí estava “acima de tudo”, e o *Jornal do Piauí* se colocava a serviço de apresentar as provas e prestar esclarecimento da lisura da administração pessedista do quadriênio de 1951 a 1954.

6.3 “Impressão desaipaxonada”: a opinião do jornalista Cunha e Silva no *Jornal do Piauí* sobre o governo Pedro Freitas e a prática jornalística da imprensa de oposição

Nos anos de 1951 a 1954, Cunha e Silva foi um dos jornalistas de Teresina que mais escreveu e assinou matérias nos jornais *O Dia* e no *Jornal do Piauí*. Uma ou duas vezes por semana, o jornalista alimentava as colunas desses jornais com matérias nas quais ele se dedicava, primordialmente, a discutir os problemas relacionados à política local, as desavenças entre os partidos, a interferência dos partidos e dos políticos na imprensa local, o dever da imprensa e o papel do jornalista no Piauí e no Brasil. Devido a sua longa experiência no jornalismo piauiense, Cunha e Silva era reconhecido como um jornalista “primoroso”, “forte”, “polêmico” e “político” (GOMES, 1993; SILVA FILHO, 2013.).

Como jornalista, sua atividade começou na década de 1920. Ao concluir “os preparatórios¹³⁸” no Rio de Janeiro, retornou ao Piauí em 1927. No ano seguinte, 1928, Cunha e Silva passou a colaborar no jornal *O Floriano*, da cidade de Floriano (PI). Também lecionou Português, História e Geografia no “Ginásio Amarantino”, à época, localizado na cidade natal do jornalista, Amarante (PI). Somente em 1947, o jornalista passou a residir na capital piauiense, Teresina, onde atuou como professor de Geografia do Brasil no Colégio Estadual do Piauí; e passou a colaborar nos jornais *O Piauí*, *Resistência*, *A Gazeta*, *O Tempo*, *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *A Luta*, *O Pirralho*, onde levantou memoráveis campanhas políticas; além de colaborar na produção de revistas noticiosas e literárias (TITO FILHO, 1990b).

Com relação à saída do jornalista Cunha e Silva da cidade de Amarante (PI) para a capital Teresina, A. Tito Filho (1990b) trata do assunto aproximando-o à questão política partidária vivenciada no Piauí, em 1947, ano em que assumiu o governo do Estado do Piauí o médico José da Rocha Furtado, eleito pela UDN, e partido político ao qual Cunha e Silva tinha certa ligação. Todavia, devido à prática jornalística de militar politicamente pelos jornais, através de textos escritos com uma linguagem severa e, algumas vezes, virulenta, Cunha e Silva rompeu com o governador José da Rocha Furtado, ainda no período da sua gestão – de 1947 a janeiro de 1951. Sem precisar a data do rompimento, A. Tito Filho (1990b) apenas sinaliza que, à época, a política não aceitava rebeldias. E aqueles que ousavam se rebelar contra o governo, e, por conseguinte contra o partido político do governante, perdiam seus empregos públicos. Como não foi realizada uma pesquisada nos jornais de 1947 a 1950,

¹³⁸ Em 1920, Cunha e Silva fez preparatórios e filosofia no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói (RJ) (TITO FILHO, 1990c). “Os preparatórios” correspondiam aos cursos de primeiro e segundo grau, atualmente o equivalente ao ensino fundamental e médio. (Cf.: A EXPERIÊNCIA DE QUEM VIVEU PARTE DA HISTÓRIA DO PIAUÍ. Disponível em: <http://www.portalentretextos.com.br/gerarpdf/1,135.html>. Acesso em: 02 out. 2013).

quadriênio em que José da Rocha Furtado foi governador do Piauí, a informação ficará limitada aos dados propostos por A. Tito Filho (1990b; 1990d). Este relata que, mesmo padecendo de necessidades, Cunha e Silva não deu tréguas ao governador; publicou vários artigos contundentes e violentos contra o governador José da Rocha Furtado e seus secretários de governo.

Segundo A. Tito Filho (1990b; 1990d), desde que Cunha e Silva rompeu suas relações com a UDN, o jornalista se aproximou da oposição, à época, o PSD. Em 1950, Cunha e Silva foi candidato a deputado estadual pelo PSD, mas não obteve votos suficientes para se eleger, ficando na situação de suplente.¹³⁹ Entretanto, com a diplomação do governador Pedro Freitas, em janeiro de 1951, ele conseguiu duas cadeiras no magistério do Colégio Estadual do Piauí e da Escola Normal; também foi diretor da Casa Anísio Brito, em Teresina. Deste modo, continuou sua tarefa de lecionar Geografia e História, além de escrever para os jornais afinados com a doutrina partidária pessedista, lugar onde Cunha e Silva continuava “[...] combatendo os poderosos sem temer violências ou perseguições” (TITO FILHO, 1990d).

Por conta de sua relação com o PSD e os cargos assumidos na administração pública estadual, Cunha e Silva foi alvo da crítica dos jornalistas de *A Cidade*, em 1951, que o acusavam de aproveitar-se das relações amistosas com o PSD e o governador do Estado para cometer irregularidades, como, por exemplo, acumular cargos administrativos no Estado. A ocupação de mais de um cargo na administração pública rendeu a Cunha e Silva a censura de alguns jornalistas que, pelo jornal *A Cidade*, passaram a denunciar a prática ilegal de acumulação de cargos no Estado por ele, com a desculpa de que precisaria ganhar dobrado para manter suas finanças equilibradas e o sustento de sua família (POBRE BACURAU.¹⁴⁰ *A Cidade*, Teresina, ano I, n. 15, p. 1, 14 set. 1951). No jornal *A Cidade*, Cunha e Silva foi chamado de “falso moralista”, por exercer cumulativamente os cargos de professor no Colégio Estadual do Piauí e de diretor da Casa Anísio Brito, sendo conivente com a ilegalidade das acumulações remuneradas do governo do Pedro Freitas.

A denúncia e a acusação feitas pelo jornal *A Cidade*, contra Cunha e Silva, de que ele acumulava cargos ilegalmente, em 1951, teve a resposta do jornalista publicada em *O Dia*.

**É ILEGAL MESMO...
Cunha e Silva**

¹³⁹ De acordo com os dados disponibilizados pelo site do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Francisco da Cunha e Silva, candidato pelo PSD obtendo apenas 41 votos, nas eleições de 1950.

¹⁴⁰ Esta matéria foi publicada novamente em 1953, conforme referência: A PEDIDOS. Pobre bacurau. (Transcrito de “A Cidade” de 14/9/1951). *A Cidade*. Teresina, ano III, n. 130, p. 3, 7 jan. 1953.

[...] Jamais falei contra acumulações, porque, às vezes, não se pode seguir o rigorismo da lei. Existem medidas legais que não são justas nem decentes, assim como há coisas ilegais que não são injustas e nem indecentes. [...]

Cometeria desonestidade se faltasse ao expediente de minha repartição e não fosse pontual nas aulas que leciono no Colégio Estadual.

Cometeria desonestidade se deixasse de pagar a quem devo e esbanjasse os ordenados em orgias, deixando a família a cortir necessidades. O *censor público* [grifos do autor] de “A Cidade”, talvez não saiba o que seja aperturas financeiras, talvez, nunca tenha experimentado, como pai de família, a angústia no seu coração quando não pode comprar o alimento suficiente para a sua casa e vê a mulher e os filhos mal alimentados e vestidos. Os colaboradores e correligionários do Sr. Rocha Furtado, principalmente nos dois últimos anos do seu govêrno, por todos os meios possíveis, defendiam ardorosamente todas as ilegalidades, todos os crimes, todas as injustiças e desonestidades nele perpetrados, mas como, agora estão em oposição, atiram injúrias, picuinhas e impropérios a torto e a direito, não somente contra o Governador Pedro Freitas e seus auxiliares imediatos, como também contra todos aqueles que concorreram para a derrota eleitoral da UDN em nosso Estado. O despeito deles é manifesto. Não são homens para os embates da vida democrática. Ficam enfurecidos e pesarosos só porque perderam as eleições a 3 de Outubro, como se perder uma eleição fôsse motivo de desonra e humilhação.

Em regime democrático, oposição e govêrno são forças positivas e necessárias ao Estado Democrático, desde que ambos se respeitem e se distingam pelo zêlo na solução dos problemas coletivos. Oposição só para destruir e difamar não é oposição e, sim, anarquia e desordem. (SILVA, Cunha e. É ilegal mesmo... *O Dia*, Teresina, ano I, n. 32, p. 2, 9 set. 1951).

Além da matéria “É ilegal mesmo...” assinada por Cunha e Silva, na edição de 9 de setembro de 1951 do jornal *O Dia*, há também outra matéria que trata do tema ilegalidade da acumulação de cargos públicos no governo de Pedro Freitas. Intitulada “Erros imperdoáveis”, a redação de *O Dia* advertia o governador Pedro Freitas para a necessidade de frear e corrigir esta falha administrativa para que ele não caísse no descrédito da opinião pública (ERROS IMPERDOÁVEIS. *O Dia*, Teresina, ano I, n. 32, p. 1, 9 set. 1951). A redação de *O Dia* aconselhava o governador Pedro Freitas a pôr fim na ilegalidade das acumulações de cargos públicos no Estado, considerando que não era porque outros governantes haviam cometido indignidades, para favorecer os “coveiros do govêrno”, que ele deveria, também, fazer uso desta justificativa para cometer o ato ilegal das acumulações na sua gestão. Na matéria “É ilegal mesmo...” o jornalista Cunha e Silva também coadunava com o pensamento do jornal *O Dia*, e reconhecia a ilegalidade da acumulação de cargos. Porém, Cunha e Silva justificava que a ilegalidade por ele admitida era compensada pelo compromisso firmado nas funções em que ocupava e trabalhava de forma honesta para pagar suas contas particulares.

Em 1990, A. Tito Filho (1990b; 1990c) publicou algumas matérias no jornal *O Dia* que falavam sobre a vida do jornalista Cunha e Silva; e, na ocasião, testemunha que devido à

perda do cargo público no período do governo de José da Rocha Furtado, Cunha e Silva enfrentou momentos de abertura financeira e severa adversidade para sustentar a família, em Teresina. Contudo, mesmo pobre e carregado de filhos pequenos, continuou escrevendo matérias com críticas ao governo de José da Rocha Furtado e seus adversários e publicando nos jornais de oposição a UDN por toda a década de 1950.

“Decano da imprensa” piauiense, em 1951, Cunha e Silva tinha mais de vinte anos de jornalismo. Por haver iniciado cedo sua carreira de jornalista, Cunha e Silva colaborou em diferentes órgãos de imprensa existentes em Teresina, de linha editorial considerada apartidária, ou aquela de interesses afins com a orientação política do PSD. No *Jornal do Piauí*, Cunha e Silva assumiu ser pessedista, e prestava apoio ao governador Pedro Freitas. Em 1952, afirmou em várias matérias que estava “solidário com o governo do Sr. Pedro Freitas”, e na sua defesa empregaria “os fracos recursos da sua pena porque já estava afeito às batalhas políticas” (SILVA, Cunha e. Definição de atitudes. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 84, p. 1, 31 jul. 1952).

No artigo “Definição de atitudes”, Cunha e Silva não só expressava sua posição político/partidária definida, como informava que no campo da política não deveria existir lugar para indivíduos dúbios quanto à posição partidária. A par disto, Cunha e Silva reclamava dos jornalistas que se empregavam nos jornais para propagar discursos de acordo com as conveniências individuais ou que “arrendavam sua pena” para galgar posições e cargos públicos. Cunha e Silva repudiava a prática jornalística existente em Teresina de indivíduos que acendiam “uma vela a Deus e outra ao Diabo”; por não adotarem uma atitude definida, temendo perseguições políticas e a perda de seus cargos no Estado. O discurso jornalístico de Cunha e Silva na matéria “Definição de atitudes” deixa pistas de que ele, como jornalista, pretendia se distinguir de muitos redatores daquele período, que, por vários motivos e interesses, se negavam a assumir publicamente uma posição partidária definida para militar nos jornais em defesa dos ideais do partido e em prol da coletividade.

No *Jornal do Piauí*, além de assumir sua posição político/partidária em defesa do PSD, Cunha e Silva publicou várias matérias nas quais propunha defender o governador Pedro Freitas das acusações levadas ao público pela imprensa de oposição. Neste papel, o jornalista entrou na batalha discursiva, avaliando os discursos produzidos pelos jornais de oposição ao governo do PSD, e censurando as práticas jornalísticas que ele considerava pouco condizentes com a ética jornalística e o dever do jornalista na imprensa.

As matérias de autorreferência¹⁴¹ publicadas pelo jornalista Cunha e Silva revelaram aspectos da identidade da imprensa governista para reforçar seus valores e o ideal do jornalismo dos anos 1950 de Teresina. Ao falar de si próprio ou da prática jornalística da imprensa de situação, Cunha e Silva apresentava os valores que considerava indispensáveis ao profissional do jornalismo de Teresina. Nesse sentido, na medida em Cunha e Silva publicava no *Jornal do Piauí* suas “impressões desapaixonadas” sobre o governo de Pedro Freitas, ele também abalizava o jornalismo da imprensa de oposição e situacionista/governista e descrevia elementos de sua cultura jornalística.

Sobre a administração do governador Pedro Freitas, Cunha e Silva defendia a opinião de que a maior força do seu governo foi equilibrar as finanças do Estado e ter pago o funcionalismo público estadual em dia. O pagamento do funcionalismo público era sempre registrado nos jornais de Teresina como um dos pontos mais importantes da administração estadual. Em ano de eleição, por exemplo, a discussão em torno deste assunto na imprensa era mais aguçada. Tanto que, em 1951, Cunha e Silva debitou à perda do candidato pela UDN, Eurípedes Clementino de Aguiar, na eleição de 1950, à miséria econômica do Piauí, por conseguinte, ao atraso dos vencimentos do funcionalismo público imposto no último ano da gestão do ex-governador José da Rocha Furtado. Cunha e Silva explica, no artigo “A maior força do govêrno”, que esta situação teria provocado um sentimento de repúdio ao governador José da Rocha Furtado no povo piauiense, culminando na derrota eleitoral da UDN ao governo do Estado para o quadriênio 1951 a 1954 (SILVA, Cunha e. A maior força do govêrno. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 4, p. 3, 11 out. 1951).

Para Cunha e Silva, o governador Pedro Freitas organizou a vida administrativa e financeira do Piauí. Saldou as dívidas deixadas pelo ex-governador José da Rocha Furtado, pagou os vencimentos atrasados dos funcionários estaduais, e se impôs perante a opinião pública. Através da frase “contra fatos não há argumentos”, Cunha e Silva expunha o juízo de que o governador Pedro Freitas equilibrou as contas do Estado, e demonstrava eficiência administrativa como chefe do Executivo Estadual através da sua política financeira:

Política financeira

CUNHA E SILVA

A política financeira do atual govêrno do Estado só louvores merece. Só os indivíduos cegos pela paixão partidária é que não conhecem o que afirmamos. Com tais indivíduos é inútil discutir. As paixões humanas possuem esses desvarios. Se os processos de arrecadação de impostos do atual govêrno têm sido muito mais eficientes do que os do passado Govêrno, como também tem sido mais rigorosa a fiscalização, tudo isto prova a

¹⁴¹ O conceito *autorreferência* foi trabalhado no capítulo 2 desta tese.

capacidade administrativa do Sr. José Camilo da Silveira, como titular do Departamento da Fazenda do Estado. E a orientação seguida pelo mesmo tem sido também decididamente apoiada pelo Sr. Governador Pedro de Almendra Freitas e pelo Sr. Secretário Geral do Estado.

Contra fatos não há argumentos. O que o govêrno do Estado tem feito até hoje no sentido de solver os seus compromissos, não só com o funcionalismo público, como também com os demais credores do Estado, bem como demonstra o critério da administração estadual, bem evidencia a elevação de propósitos do Sr. Governador Pedro Freitas, cuja honestidade pessoal não é contestada nem pelos seus adversários mais rancorosos. [...]. (SILVA, Cunha e. Política financeira. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 23, p. 3, 20 dez. 1951).

No fragmento acima, Cunha e Silva destacava que a imprensa de oposição, cega pela paixão partidária, mostrava resultados do governo que não coincidiam com a realidade dos fatos. Denomina de “desvarios” da paixão humana as informações veiculadas pela imprensa de oposição ao governo que pretendiam escamotear e negar a ação administrativa de Pedro Freitas como reconstrutora do setor financeiro do Piauí.¹⁴² Embora afirmasse que com tais “indivíduos era inútil discutir”, o jornalista Cunha e Silva fez dos jornais de Teresina em que trabalhou e colaborou um espaço essencial de debate sobre o que ele entendia como missão da imprensa e o dever do jornalista.

Convém enfatizar que Cunha e Silva foi um dos jornalistas que, no *Jornal do Piauí* e no jornal *O Dia*, considerou, de forma positiva, a importância da existência da imprensa de oposição em um país democrático, como o Brasil dos anos 1950. Para ele, a imprensa de oposição servia de baliza para a formação da opinião pública e de fiscal dos governantes no poder, cumprindo o papel de censor público e a missão de informar os problemas administrativos na defesa dos interesses da coletividade. Entretanto, no jornal *O Dia*, por ser um jornal com linha editorial definida como “independente, político e noticioso”, provavelmente, Cunha e Silva teve determinadas limitações para escrever sobre o que “pensava” do governador Pedro Freitas, limitando-se praticamente, neste jornal, a publicar artigos sobre a importância da imprensa de oposição e os excessos cometidos pelos jornalistas desses órgãos.

No *Jornal do Piauí*, por sua vez, Cunha e Silva reivindicou dos jornais de oposição a comprovação dos dados que publicavam contra o governador Pedro Freitas pela imprensa. Em sua opinião, os “homens da imprensa” contrários à orientação política do PSD e a Pedro Freitas agiam por “despeito” ou “derrotismo”, recalcados pela perda eleitoral do candidato udenista Eurípedes Clementino de Aguiar, em 1950. Por conseguinte, se desvirtuavam do

¹⁴² Cf.: SILVA, Cunha e. Homenagem honrosa. *Jornal do Piauí*. Teresina, 31 jan. 1952, ano I, n. 34, p. 3; SILVA, Cunha e. O PSD em ação. *Jornal do Piauí*. Teresina, 24 jan. 1952, ano I, n. 33, p. 3.

verdadeiro papel do jornalista na produção da notícia. Nesse sentido, Cunha e Silva considerava que a oposição, ou os adversários do governo Pedro Freitas sofriam de “derrotismo”, por negar, descrer e censurar os homens públicos, delegando para si a capacidade de apontar e corrigir os erros dos governantes; porém, silenciavam na folha os atos do governador que eram dignos de aclamação. Cunha e Silva elaborou o conceito de “derrotismo” para criticar a prática dos políticos que, depois que perdiam uma eleição, atuavam pela imprensa, e fora dela, como uma força negativa no seio da coletividade, a fim de macular a imagem dos governantes honestos e credores de confiança da opinião pública. Na matéria “Derrotismo”, Cunha e Silva especificou que quando um político age como um derrotista em relação ao governo:

[...] Quando o derrotista é político, sobretudo, o que escreve em jornais e fala em comícios, a refutação a ele se torna mais fácil, porquanto podemos discutir com ele com fatos concretos e argumentos convincentes. É o que presentemente se vê em nosso meio político. Podemos argumentar com todos os que, por despeito ou derrotismo, afirmam maliciosamente que o atual Govêrno do Estado não vai dar aplicação honesta aos dez milhões de cruzeiros do empréstimo do Banco do Brasil e chegando um deles a dizer recentemente que os mesmo serão *encaminhados para o sorvedouro do Socopo...* [grifos do autor]. O futuro responderá ao derrotista que fez tamanho juízo temerário do Sr. Governador do Estado, e acreditamos que muitos dos seus amigos e correligionários não aceitam sua opinião. O Sr. Pedro Freitas nunca foi tido na conta de desonesto e quanto mais agora em que lhe pesam sôbre os ombros as altas responsabilidades de Chefe do Estado. É, portanto, leviana e precipitada qualquer acusação levantada contra ele sobre a aplicação dos dez milhões de cruzeiros (SILVA, Cunha e. Derrotismo. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 27, p. 3, 3 jan. 1952).

Para o jornalista Cunha e Silva, o “derrotista” possuía um espírito de malícia. Como parte dos jornalistas era, também, política, os da oposição apreciavam os fatos vida política, administrativa e social do Piauí, tal como um daltônico apreciava as cores. Assim, a perturbação da percepção visual fez com que os jornalistas da imprensa de oposição ao governador Pedro Freitas não conseguissem enxergar o fato e o homem público de forma coerente e ancorada na verdade. Partindo dessa definição, o jornalista Cunha e Silva apresenta sua crítica a determinados jornalistas que agiam como “sofistas” na imprensa, na medida em que apresentavam informações aparentemente válidas, sem, contudo, serem corretas. Pecavam por dissimular a verdade, produzindo uma ilusão de verdade aparente através de uma matéria inconclusa, inadmissível ou mesmo absurda à realidade dos fatos. O erro era visto como a negação formal da verdade; e erravam de boa fé e na suposição de que estavam fazendo o

bem. São, portanto, indivíduos conscientes do mal que praticam (SILVA, Cunha e. Derrotismo. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano I, n. 27, p. 3, 3 jan. 1952).

A questão em torno da verdade da matéria jornalística não é fundada apenas pela necessidade de comprovação da veracidade da informação veiculada, mas pelo modo como ela é apresentada e se configura no ato da produção do discurso. Entendendo que a verdade não é única e que pode ser dita de várias formas e modos, sem que perca o grau de veracidade do enunciado, a questão no âmbito do jornalismo perpassa pelo interesse do sentido que se quer imprimir e materializar na informação publicada. Mesmo que a fonte da informação seja segura, no processo de produção da matéria jornalística, há uma seleção daquilo que se pretende dizer e silenciar.

Com efeito, Cunha e Silva criticava os jornais de Teresina que se dedicavam, primordialmente, aos assuntos políticos, deixando de lado assuntos mais oportunos que também seriam de interesse dos leitores, como os assuntos sociais e culturais. Porém, algumas vezes, a cobertura que os jornalistas faziam sobre os acontecimentos políticos fugia da realidade dos fatos, porque eram analisados por meio de críticas “severas” e pouco construtivas. Para ele, tais práticas jornalísticas, além de não contribuírem para a administração pública, apenas aguçavam as batalhas discursivas nada serenas pela imprensa, em decorrência das diferenças partidárias, dos pontos de vista que cada um defendia, e que refletiam diretamente na produção de sentidos que os jornalistas faziam do fato político piauiense a partir do seu lugar de fala. Assim, Cunha e Silva considerava que qualquer governante, e no caso o governador Pedro Freitas, tinha que ter paciência para suportar as diatribes da imprensa de oposição.

[...] Os atos públicos dos que governam são quase sempre analisados com o caústico do despeito e da paixão partidária. Não há serenidade nas nossas campanhas de imprensa. O homem público tem que ter a paciência de Job para suportar as diatribes que lhe são dirigidas. No meio então desse clima de exaltação constante nos arraiais partidários do Piauí é natural que o govêrno do sr. Pedro Freitas não ficasse imune de críticas e ataques. Mas, pelo menos no dia de hoje, deixemos de lado as rajadas de despeitos assestados contra o govêrno e comemoramos a data do seu aniversário com o coração livre de ressentimentos e malquerenças. [...]. (SILVA, Cunha e. Dois anos de govêrno. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 137, p. 3, 31 jan. 1953).

A batalha discursiva encampada pelos jornais de Teresina, nos anos de 1951 e 1954, era vista pelo jornalista Cunha e Silva como resultante do despeito, da paixão partidária, dos ressentimentos e da hostilidade existentes entre os dois maiores partidos políticos do Piauí, e

que foi impulsionada pela perda eleitoral do candidato da UDN para o PSD quando disputavam o cargo de governador do Estado em 1950. Com o surgimento dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, em 1951, as disputas entre os dois partidos também se acentuaram pela imprensa, em virtude das diferenças da linha editorial de cada um deles e dos interesses que defendiam. Dessas diferenças da imprensa que ficou polarizada em situação/governista *versus* oposição, Cunha e Silva elegia como norma de classificação os padrões jornalísticos da imprensa da situação/governista para reprovar a prática jornalística da imprensa de oposição nas colunas do *Jornal do Piauí*.

Ressalte-se que a crítica jornalística assinada por Cunha e Silva no *Jornal do Piauí* se dava com base em um *lugar* institucional de fala, cuja linha editorial estava definida para defender o governo do PSD. Com efeito, o *Jornal do Piauí* era o lugar onde Cunha e Silva empregava sua “pena” para fazer a defesa do governador Pedro Freitas e afirmar que a campanha promovida pelos jornalistas através da imprensa de oposição ao PSD e contra o governador era motivada pelo despeito e pelo ressentimento dos políticos da UDN que haviam perdido as eleições para um candidato “honesto”, “comerciante”, “negociante” e “empreendedor”, em detrimento do seu candidato que, além de médico, Eurípedes Clementino de Aguiar era reconhecido como um político “culto”, “intelectual” e com larga experiência na administração pública.

Para Cunha e Silva, os adversários do governo confundiam oposição com demagogia. Assim, ao invés de usarem a imprensa para criticar os desacertos daqueles que ocupavam o poder para colaborar patrioticamente com o governo, a oposição criticava-o tão só com o objetivo de conquistar popularidade. Assim, Cunha e Silva afirma que muitos deputados da oposição agiam como “maus políticos”, posto que, no intento de prejudicar o governo do PSD por meio da profusão de discursos demagógicos, acabavam prejudicando o bem-estar da coletividade.

Na edição de 26 de abril de 1953, Cunha e Silva retoma o debate sobre a demagogia no meio político/partidário do Brasil e do Piauí. Apresenta que a demagogia dos partidos políticos contribuía para a crise da democracia, pois os homens se prendiam às “banalidades” e aos “fuxicos”, tornando as campanhas partidárias e a batalha discursiva na imprensa e na praça pública tumultuadas, dando margem à perturbação da vida administrativa do Estado. Para ele, a crítica deveria existir para tudo o que estivesse errado; porém, a crítica abusiva, assim como o elogio imerecido e exagerado, tudo isso deveria ser condenável. Destarte,

Cunha e Silva defendia que o direito de fazer crítica pela imprensa era válido e legítimo, desde que não caísse no terreno da mentira, da calúnia, da injúria e da deturpação dos fatos.¹⁴³

Segundo Cunha e Silva, desde o início do governo do PSD, Pedro Freitas foi alvo constante da crítica de seus adversários e da oposição, através da palavra falada e escrita, mesmo quando não havia provas ou documentos que comprovassem os dados apresentados contra a administração e a vida pública do governador. Havia censuras ao político, entretanto, não lhe eram apresentadas quaisquer sugestões nem planos construtivos de governo. Da avaliação que Cunha e Silva fez da postura dos deputados estaduais na Assembleia Legislativa e da prática jornalística da oposição, ele conclui que os políticos e os jornalistas criticavam pelo simples prazer de criticar, posto que nada do que era apresentado pela oposição como falha administrativa, erro ou desmando do governador Pedro Freitas lhe serviria para trabalhar em prol do engrandecimento do Estado. Cunha e Silva classificava os deputados estaduais como “exaltados demagogos”, por se voltarem contra o governo do PSD e se empregarem no exercício de condenar tudo aquilo que lhes parecia errado e lhes apetecia.

Como representantes do povo piauiense, os nossos deputados estaduais, que fazem oposição ao govêrno do Estado, sem perderem o direito de crítica aos atos censuráveis dos que estão no poder, devem lembrar-se que há milhares de piauienses passando e outros sofrendo privações de toda espécie, como os funcionários públicos, cuja maioria é muito mal remunerada e, atualmente, está sem receber, em dia, os seus vencimentos. E acho que a culpa não é do govêrno do Estado, porquanto este tudo tem feito para aumentar a receita pública com fiscalização e arrecadação tributária mais rigorosa. A culpa cabe, sim, aos deputados estaduais que confundem oposição com demagogia. Como parlamentar e jornalista, Rui Barbosa foi quase sempre opositor, e ninguém, no Brasil, mais do que ele soube defender as vítimas das arbitrariedades do poder, mas, quando o Govêrno, a quem se opunha, acertava, sua palavra e sua pena não se voltavam contra ele. Rui nunca foi demagogo. No parlamento e na imprensa, até o dia de sua morte, Rui foi sempre um lutador, mas nunca se prevaleceu da sua inteligência e do seu talento para fazer demagogia contra o poder constituído. O demagogo é tão nefasto quanto o déspota, porque este oprime o povo, na verdade, mas o demagogo, sob o pretexto de defender o povo, fomenta a desordem, a anarquia e o desrespeito às autoridades constituídas (SILVA, Cunha e. Demagogia. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 154, p. 3, 12 abr. 1953).

Defensor da liberdade de pensamento e da democracia, Cunha e Silva advertiu, pelo *Jornal do Piauí*, para os perigos do uso abusivo dos direitos e deveres dos cidadãos e dos jornalistas na imprensa. No seu entendimento, a democracia não significava o governo das

¹⁴³ Cf.: SILVA, Cunha e. Demagogia. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 154, p. 3, 12 abr. 1953. SILVA, Cunha e. Novas perspectivas. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 158, p. 3, 26 abr. 1953. SILVA, Cunha e. Crítica. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 164, p. 3, 14 maio 1953. SILVA, Cunha e. Agitação inoportuna. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 173, p. 3, 11 jun. 1953; SILVA, Cunha e. Política. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano II, n. 190, p. 5, 13 ago. 1953.

unanimidades. Entretanto, os adversários de um governo não poderiam confundir o direito de crítica “construtiva” e “patriótica” com o “oposicionismo sistemático”. Com isso, invalidava a atitude dos jornalistas da oposição ao governo pessedista de fazerem críticas severas e virulentas somente para satisfação das paixões pessoais. Ao tempo em que também sugeria ao(s) governante(s) que não era com palavrões, retaliações pessoais e explosões de ódios e malquerenças que ele(s) deveria(m) revidar os ataques feitos pelos adversários, oposicionistas e deputados demagogos, pois seu compromisso maior era com a coletividade e com o Estado.

A opinião do jornalista Cunha e Silva sobre a prática jornalística da oposição foi endossada pela redação do *Jornal do Piauí*. Na matéria “Demagogia claudicante”, os políticos e os jornalistas da oposição são novamente vistos como “profissionais da demagogia”:

Demagogia Claudicante

[...] Somos levados a admitir, no entanto, a ausência de educação cívica entre os que fazem a chamada política de oposição em nossa terra, além de uma desoladora pobreza de princípios, de orientação, e mesmo, de moral inatacável, a esses cavalheiros que estão a encher diuturnamente as ondas hertzianas e as colunas de certos jornais de Teresina com falsos libelos, deixando à mostra muita empáfia e arrojo, de mistura com outro tanto de insensibilidade, ao fazer acusações sabidamente infundadas, a propósito dos quais já disse o jornalista Cunha e Silva terem perdido a excelente oportunidade que se ofereceu no quadriênio passado, quando se conservaram mudos e quedos, simplesmente porque, quase todos, estavam, então, participando, direta ou indiretamente, dos lucros e perdas da sociedade sinistra que, durante quatro anos intermináveis, nos encheu de *luto, miséria e fome*.

Exatamente por falta a muitos desses falsos profetas, lá não dizemos a idoneidade desejável, porém o mais rudimentar sendo de ética, tem se perdido no espaço as arremetidas de tribunos fanhosos e também de improvisados jornalistas, aos quais ûa eficiente máquina de dar *bananas* seria a satisfação merecida. Ao povo, toda vez que se possibilita um encontro com os responsáveis pela administração, são expostos e relatados os trabalhos levados a cabo ou em andamento nos diferentes setores. [...] (DEMAGOGIA CLAUDICANTE. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 239, p. 1, 4, 28 fev. 1954, grifos do autor).

Durante todo o ano de 1953, Cunha e Silva publicou artigos assinados com análises, críticas, reclamações e advertências sobre a atuação dos opositores do governo Pedro Freitas pela imprensa. Em agosto de 1953, através do *Jornal do Piauí*, Cunha e Silva, além de fazer a defesa do governo Pedro Freitas pelas colunas do jornal, ainda desaprovou determinadas práticas jornalísticas da oposição de apenas apontar o que havia de errado na administração do governo do PSD sem que indicasse o caminho correto para se fazer política. Cunha e Silva salientava a importância da imprensa de oposição no regime democrático; entretanto, para ele, a oposição do tipo sistemática era “impatriótica”, “desagregadora” e “anárquica”, porque

adotava a mentira e pregava a desordem e a anarquia com objetivo apenas de indispor a opinião pública contra o governo e obscurecer suas ações positivas como gestor e chefe do executivo estadual.

No artigo “Politicalha”, Cunha e Silva entende que a oposição deveria estar vigilante na defesa das instituições políticas. Nesse papel, os jornalistas atuavam como “colaboradores patrióticos” e/ou como orientadores políticos, auxiliando o governante na gerência do bem público. Na matéria “Politicalha”, novamente Cunha e Silva ressalta a importância dos limites da imprensa para evitar abusos e arbitrariedades, e esclarece o que ele entende por oposicionismo sistemático, desagregador e anárquico:

Politicalha

CUNHA E SILVA

[...] Falta idêntica é a do oposicionista que só ataques dirige ao govêrno, obscurecendo, portanto, tudo de bom que êle pratique. É isto o que se chama oposicionismo sistemático, oposicionismo desagregador e anárquico, cuja única finalidade é indispor a opinião pública contra o governo. Qualquer incidente policial – muito comum em tôda parte do mundo – é logo explorado em colunas de jornais e na tribuna, sendo o Govêrno apresentado como inspirador de violências e protetor de autoridades arbitrárias e criminosas. E, nos períodos de crise econômicas e financeiras, como a que vem se desenrolando no Piauí há mais de seis anos, qual deve ser então o papel das oposições? Será, por ventura, embaraçar o Govêrno e criar clima de insubordinação e desrespeito ao poder constituído? E, quando se trata de oposição parlamentar constituída em maioria em maioria, como aconteceu no tempo de Rocha Furtado e, também, no atual govêrno, é justo que ela vote leis onerando a despesa pública, de modo que o Poder Executivo fique na impossibilidade de estabelecer o equilíbrio orçamentário? [...] (SILVA, Cunha e. Politicalha. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano II, n. 190, p. 5, 13 ago. 1953).

Em 1954, Cunha e Silva mantinha sua postura no jornal de produzir discursos que adjetivavam o governador Pedro Freitas como um homem simples, bom e tolerante, cuja honestidade só era desconhecida pelos jornalistas e políticos da UDN, denominados de “eternos maldizentes” e “perversos despeitados” (SILVA, Cunha e. Manifestação espontânea. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 233, p. 3, 7 fev. 1954). Ao contrário dos “demagogos”, Cunha e Silva afirmava que, na imprensa, sempre analisou a vida política e administrativa do Piauí e do Brasil sob um prisma realístico e desapaixonado. Afirmava que não tinha fanatismo por coisa alguma, e que sua análise da realidade era objetiva na defesa dos interesses da coletividade. Cunha e Silva afirmava que só se afastava da linha de serenidade no momento em escrevia matérias para os diferentes jornais em que trabalhou, quando recebia ofensas pessoais de adversários “acobertados covardemente” no anonimato (SILVA, Cunha e. O que penso de candidaturas. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 236, p. 3, 18 fev. 1954). Prática

que ele também adotou quando quis publicar matérias criticando severamente as autoridades políticas, conforme apontado no tópico anterior.

Nas edições de 1954, há alguns artigos do jornalista Cunha e Silva¹⁴⁴ que se direcionam a abordar sobre os abusos de poder e a violência policial no Piauí. A questão passa pela denúncia da imprensa de oposição ao governo de Pedro Freitas em acusá-lo de ser cúmplice do Chefe de Polícia e dos abusos de poder e violência que aconteciam, sobretudo, no interior do Piauí. Nos artigos “Preocupação tardia” e “Candidatura vitoriosa”, Cunha e Silva trata do assunto alegando que a oposição não tinha moral para falar dos deslizes no policiamento e dos problemas de ordem pública, sobretudo, os relativos à segurança dos cidadãos no Piauí, em 1954, posto que, no período do governador José da Rocha Furtado (1947-1950), mantiveram-se calados, frente aos crimes e abusos de poder cometidos contra aqueles que não seguiam a cartilha udenista.

Segundo Cunha e Silva, os jornalistas da oposição davam visibilidade ao assunto pelos jornais, em 1954, em decorrência da proximidade da campanha eleitoral de outubro daquele ano, cujo intento era criar um clima de agitação para que pudessem tirar proveito político. Cunha e Silva via o comportamento dos jornalistas na imprensa de oposição e dos políticos da UDN e do PSP como um “plano sinistro”, com o interesse de negar e ofuscar o ambiente de ordem e de respeito aos direitos dos cidadãos piauiense no período do governo do Pedro Freitas (SILVA, Cunha e. Plano sinistro. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 279, p. 35 ago. 1954). No artigo, “Plano sinistro”, Cunha e Silva, mais uma vez, denunciava as práticas de crimes das autoridades policiais e o estado de desordem, desassossego e insegurança do governo de José da Rocha Furtado.

Em contrapartida, Cunha e Silva representa o governador Pedro Freitas como um dos governantes mais tolerantes e moderados que existiram no Piauí, até 1954. De maneira que os anos de 1951 a 1954 foram para o Estado, momentos de paz, ordem, segurança e tolerância, quando comparados ao “governo rochista”. Para o jornalista, foi nesse clima que o governador Pedro Freitas conquistou a confiança do povo piauiense, “[...] ainda não contaminado pelo vírus da politicalha malsã, vírus que se encrava tanto na alma do poviléio ignorante e fanático, como na alma dos politiqueiros engravatados que querem se eleger, a qualquer preço, para cargos de destaque, embora que atiçando ódios e reavivando discórdias no seio da família

¹⁴⁴ SILVA, Cunha e. Preocupação tardia. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 235, p. 3, 14 fev. 1954; SILVA, Cunha e. Candidatura vitoriosa. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 277, p. 3, 29 jul. 1954; SILVA, Cunha e. Plano sinistro. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 279, p. 3, 5 ago. 1954; SILVA, Cunha e. Fariseus. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 294, p. 3, 23 set. 1954.

piauiense. [...]” (SILVA, Cunha e. Candidatura vitoriosa. *Jornal do Piauí*, ano III, n. 277, p. 3, 29 jul. 1954).

Nos artigos do jornalista Cunha e Silva, publicados no *Jornal do Piauí* de 1954, há com intensidade referências ao governo do José da Rocha Furtado, não só para ser utilizado como parâmetro do resultado das gestões udenistas e pessedista, mas também para avaliar as práticas jornalísticas da imprensa de oposição ao governo do Pedro Freitas na relação dialética do que era digno de ser dito e silenciado. Uma das observações feitas por Cunha e Silva em suas matérias foi considerar que os jornalistas e os políticos da oposição não tinham “cacife” suficiente para criticar e reclamar de determinadas posturas do governador Pedro Freitas como chefe do Executivo estadual e, muito menos, apontar os erros e as falhas administrativas existentes na sua gestão. O abuso do poder, a violência policial e o atraso do funcionalismo público, por exemplo, eram explorados pelos jornais de oposição ao governo, em 1951 e 1954, dando visibilidade ao assunto por meio de matérias capciosas. Cunha e Silva considerava que tais assuntos não poderiam ser debatidos pela imprensa de oposição, porque, durante o governo do José da Rocha Furtado, tais problemas existiam e não eram reclamados pelos jornalistas e deputados da oposição no intuito de silenciar as falhas administrativas, o abuso de poder e a violência policial do período de 1947 a 1950.

Na defesa do governador Pedro Freitas, Cunha e Silva afirmava que os deputados oposicionistas não poderiam debitar a responsabilidade da crise financeira do Estado, que se tornou sintomática nos anos de 1953 e 1954, ao governador Pedro Freitas, uma vez que a culpa era exclusivamente do Legislativo, que criava novas despesas, sem a necessária cobertura de novas fontes de receita. De acordo com o jornalista Cunha e Silva, os deputados oposicionista, na Assembleia Legislativa, agiam de forma facciosa e anárquica. Isso porque, no intuito de mover uma campanha sistemática contra o governo pessedista, criaram “leis absurdas e de caráter individual” para onerar o tesouro público do Estado.

Na matéria “Cinismo dramático”, Cunha e Silva especificou o que ele e o *Jornal do Piauí* denunciavam como “leis absurdas e de caráter individual”, criadas pelos deputados oposicionistas e que apenas oneravam a despesa pública do Estado.

[...] A nossa Assembléia é a maior responsável pela gravidade da crise financeira que reina no Estado. São verdadeiramente revoltantes as leis que se forjam, como as que equiparam ordenados de funcionários subalternos aos ordenados de diretores-gerais de repartição. É incrível que legisladores façam leis aumentando os vencimentos de chefes de secção de repartição para o duplo do que ganham os diretores-gerais. O vice-governador do Estado, por exemplo, está ganhando mais do que o governador. Os deputados estaduais percebem melhores proventos do cargo do que o

governador e os desembargadores. São, portanto, os privilégios de orçamento estadual. Os deputados que não combatem o govêrno, pelo menos, não são responsáveis por leis anárquicas que vigoram hoje em nosso Estado, leis feitas com endereço certo, de protecionismo aberrante e que apenas servem para caracterizar a época triste em que vivemos (SILVA, Cunha e. Cinismo dramático. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano III, n. 281, p. 3, 12 ago. 1954).

Para Cunha e Silva, a criação dessas leis, com vistas a sua aprovação pela Assembleia Legislativa, era a representação de “atitudes levianas” do oposicionismo sistemático, “faccioso” e “anárquico” que se formou no Legislativo contra o governador Pedro Freitas. Analisava que o objetivo da oposição era conquistar o poder. Nesse intuito, a oposição, movida por “interesses tacanhos” e “cheio de recalques”, pretendia enfraquecer o governo através da propagação de notícias inverídicas, a exemplo da acusação feita pela imprensa de oposição que o governador, em comum acordo com o diretor da Fazenda Estadual, gastava dinheiro público na campanha política de 1954. Para Cunha e Silva, acusações como esta, e que foram noticiadas pelos jornais da oposição, eram, senão, a manifestação do despeito e do “desejo doentio” de esses oposicionistas de censurar o governo de Pedro Freitas sem nenhum objetivo patriótico¹⁴⁵ de colaborar com a administração pública.

Nesta perspectiva, Cunha e Silva afirmava que, no cumprimento de seu dever na imprensa e na franqueza que lhe caracteriza na hora de abordar o fato político piauiense, Pedro Freitas teve certa culpa na majoração das despesas do Estado, quando fez nomeações de funcionários sem necessidade para o serviço público, e permitiu a acumulação de pessoas em um só cargo. Ao tempo em que denunciava essas práticas no governo do Pedro Freitas, o jornalista Cunha e Silva minimizava a responsabilidade do governador para a crise financeira do Piauí de 1954, sinalizando que a parcela maior da culpa era a dos deputados oposicionistas na criação de leis na Assembleia Legislativa, durante os anos de 1951 a 1953.

Ao logo de seu discurso, Cunha e Silva impunha alguns limites para a imprensa de oposição, e regras de conduta jornalística, baseadas naquilo que entendia como tarefa do jornal, tais como informar, divulgar ideias e formular críticas dentro de um padrão ético que se definia a partir da própria prática jornalística e o ideal do jornalismo que defendiam. Da mesma forma, Cunha e Silva também apontava a paixão partidária dos jornalistas, dos colaboradores e dos políticos como um dos maiores problemas da imprensa de oposição, contribuindo para uma análise superficial, parcial e sem compromisso com a verdade dos

¹⁴⁵ Cf.: SILVA, Cunha e. Disciplina partidária. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, p. 3, 8 ago. 1954; SILVA, Cunha e. Desejo doentio. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 282, p. 3, 15 ago. 1954; SILVA, Cunha e. Oportunistas. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano III, n. 288, p. 3, 2 set. 1954.

fatos, quando o assunto em pauta era o governo de Pedro Freitas. Por um lado, é colocada em debate a busca pela objetividade, fidelidade aos fatos e o uso de provas como critérios indispensáveis para a verdade do discurso jornalístico. Por outro lado, é apontada a responsabilidade do jornalista de cumprir sua missão na imprensa, tendo como norte os preceitos éticos da profissão e como limites da imprensa o controle da prática jornalística. Segundo Geraldo Octávio Rocha (1955), o chamado para o domínio da verdade, a independência, liberdade, sinceridade, honestidade e responsabilidade eram alguns dos quesitos que definiam as questões éticas do jornalismo e determinava os limites e os excessos da liberdade de imprensa que já eram previstos pela Lei de Imprensa ou pelo Código Penal. Porém, efetivamente surtiam pouco efeito na prática, exceto nos períodos de perturbações políticas mais profundas (JOBIM, 1960).

Assim, ao longo dos quatro anos em que Pedro Freitas foi governador do Piauí, o *Jornal do Piauí* dedicou espaços de sua página para abrigar discursos em sua defesa. De 1951 a 1954, o lema de “independente”, “informativo” e “noticioso” perdia espaço para um tipo de jornalismo político/partidário que ficou evidente a partir das práticas jornalísticas e dos enunciados que ficaram materializados na folha, de maneira que mais tarde assumia no expediente a identidade de “órgão de responsabilidade do Diretório Regional do PSD”. Colocado a serviço do governo do PSD por seu proprietário e diretor, desde a primeira edição do *Jornal do Piauí*, os jornalistas, políticos e intelectuais foram regulados pela prática jornalística de defender o governador Pedro Freitas e enfrentar a batalha discursiva que se travava com os jornais de oposição ao PSD.

Os jornais *O Dia* e *A Cidade* foram os principais interlocutores do *Jornal do Piauí*, na disputa que se estabelecia pelo discurso da verdade para, então, negar o do outro. Estabelecer a verdade e esclarecer os fatos foi apresentado pelo *Jornal do Piauí* como uma das normas de sua redação, a fim de negar as acusações que eram veiculadas pela imprensa de oposição e se colocar como portadora da verdade na arena política. Documentos e notas oficiais eram usados pela redação do *Jornal do Piauí* como provas da verdade de seus discursos. No período de 1951 e 1954, o *Jornal do Piauí* foi transformado em “órgão oficioso” do Estado. Nessa função, a redação ficava atenta às notícias que eram veiculadas sobre o governador Pedro Freitas pela imprensa local, não só as que eram publicadas nos jornais *O Dia* e *A Cidade*, mas também nos demais órgãos de Teresina que foram fundados e entraram em falência neste período. Sustentava em suas páginas discursos jornalísticos de defesa ao governo do PSD, alimentando a batalha discursiva pela imprensa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partir da questão de que a imprensa de Teresina no período de 1951 a 1954 foi utilizada como veículo de comunicação dos partidos políticos revelou-se muito simplista, em virtude de que, historicamente, políticos de diferentes partidos montavam e mantinham financeiramente empresas jornalísticas para serem usadas a seu serviço. Daí, portanto, a decisão de direcionar o problema de pesquisa para as relações de poder e para as práticas jornalísticas de *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, jornais que foram criados em 1951. Com um jornalismo tipicamente de caráter partidário, a linha editorial desses jornais foram racionalizadas de acordo com os interesses dos políticos pertencentes aos partidos UDN, PSD, PSP e PTB, sendo instituídos, não apenas como porta-vozes desses partidos políticos, mas também como *lugares* autorizados de fala e de produção de sentidos sobre o contexto político do Piauí nos anos cinquenta do século XX.

A política partidária foi o tema mais agendado nas matérias jornalísticas publicadas no período de 1951 a 1954. Os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* fizeram do fato político piauiense assunto de primeira página. Personificado em torno do governador Pedro Freitas, do PSD, o fato político foi individualizado e ganhou existência verbal na imprensa situacionista/governista por meio da crítica jornalística “serena” e “construtiva”, e na imprensa de oposição ao governo do PSD, por meio de críticas “severas” e de caráter combativo. No exercício do poder, os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* singularizaram os sujeitos, classificaram suas condutas e objetivaram suas práticas políticas e jornalísticas, a partir do lugar institucional de fala de cada sujeito do discurso. Geralmente, isso se fazia na imprensa de situação/governista e de oposição através de uma linguagem mordaz e virulenta, como foi apresentado nos três últimos capítulos desta tese.

A produção dos discursos nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, no período em estudo, sofreu procedimentos de controle interno e externo. A seleção da(s) informação(ões) e dos temas, assim como os sentidos que foram impressos na notícia, ganharam materialidade e visibilidade pública de acordo com a linha editorial de cada jornal. As instituições jornalísticas criadas por políticos, ou com sua ajuda, regularam um conjunto de normas anônimas e procedimentos de controle para o exercício da função enunciativa, de maneira a atender os interesses político-partidários daqueles que sustentavam financeiramente o periódico e determinavam sua linha editorial, tal como se pode observar nos jornais que

pertenciam aos políticos do PSD, como foi o caso do *Jornal do Piauí*, da UDN, a exemplo de *A Cidade* e ainda o jornal *O Dia* que se declarava independente.

Embora os diretores, jornalistas, colaboradores e demais profissionais guardassem preferência por um dos partidos políticos existentes, e circulassem pelas salas de redações dos jornais de linha editorial pessedista, udenista ou independente, todos eles, submetidos a uma *formação discursiva*, tiveram que seguir uma ordem do discurso. A prática discursiva adotada pelo(s) jornalista(s) para representar(em) o fato político piauiense constituiu *modos de dizer* específicos de cada jornal, e abrangia o que podia ser dito, ocultado e/ou silenciado, mesmo garantindo a veracidade da informação veiculada na matéria jornalística. Isso porque a notícia impressa no jornal não corresponde integralmente ao real acontecido. Há dados que sequer são acessíveis ao jornalista, e existem outros que, ao passar por um processo de seleção, entre o que dizer e o que silenciar, ficam à margem do dizível, do dito e do palpável. O que se diz, se afirma e se publica é sempre a partir de um ponto de vista, de um *lugar institucional* que imprime *sentidos* à informação por meio de teias discursivas condicionadas. O discurso jornalístico é organizado com base em uma prática e um lugar social e institucional. Assim, o que é dito, negado e silenciado atende a um conjunto de saberes com regras determinadas pelo jornal e procedimentos de controle que são internos e externos ao discurso (FOUCAULT, 2009; 2010).

As matérias jornalísticas que abordavam de forma mais específica a missão e o papel da imprensa deixaram pistas para entender o sistema de regras que, à época, se apresentavam discursivamente para a prática jornalística de Teresina, no período de 1951 a 1954. A partir da definição da “boa” e “má” imprensa, eram expressos os padrões jornalísticos a serem usados como normas de redação. A “boa imprensa”, portanto, seria a norma do jornalismo condigno aos preceitos éticos e morais, uma vez que argumentava fatos incontestes e não descia ao campo das retaliações pessoais; se colocava a serviço do povo, não produzia críticas infundadas ou injuriosas e atuava como formadora e orientadora da opinião pública. Deste modo, a “má imprensa” representava não só o oposto da “boa imprensa”, mas tudo aquilo que deveria ser evitado no jornalismo piauiense, a saber: produção de críticas jornalísticas infundadas ou injuriosas a qualquer indivíduo; caluniar e proferir inverdades contra a honra dos homens públicos; fazer uso de xingamentos, de apodos e de termos de baixo calão para ferir o seu adversário político.

Os padrões jornalísticos da “boa imprensa” eram retoricamente reivindicados e apresentados como normas de redação dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*, porém, na prática, não se limitavam a ela. Por um lado, os preceitos da “boa imprensa” eram

usados como uma estratégia dos jornais para se mostrar como detentores de um discurso verdadeiro e capaz de melhor orientar a opinião do público. Por outro lado, o uso de uma linguagem mordaz e virulenta, bem como os xingamentos e apodos etc. foram utilizados como arma política para revidar e diminuir a importância dos adversários e governantes no jogo político e na luta simbólica que se travava pela imprensa; e, até mesmo, para desqualificar a prática jornalística da imprensa cuja linha editorial era diferente da orientação político/partidária do sujeito do discurso.

A escrita jornalística é uma prática social e instituída. Apesar de o jornalista desfrutar de certa autonomia, como, por exemplo, a de participar ativamente na definição e na construção das notícias, decidir quais palavras usar quando escreve uma matéria, quais atores serão representados pelo discurso, o que será dito a respeito deles e como será dito, como demonstra Nelson Traquina (2005), o trabalho jornalístico é altamente condicionado, ora pelo proprietário do jornal, ora pelo diretor, ora por seus pares, e, ainda, pelos leitores, que, através de cartas à redação, manifestam suas concordâncias ou oposição ao conteúdo publicado.

Por meio da leitura e análise das edições pesquisadas dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e o *Jornal do Piauí*, publicadas nos anos de 1951 a 1954, pode-se observar que a crítica das práticas jornalísticas instituiu normas do jornalismo de Teresina, e materializavam o ideal do jornalismo a ser praticado na imprensa de situação/governista e de oposição. Assim como as matérias de autorreferência sinalizavam os modos de produção do discurso determinados pelas regras institucionais, definidas pela linha editorial de cada jornal, e das relações de poder que se estabelecem no âmbito da redação e fora dela.

A batalha discursiva, travada pelos jornalistas, e muitas de suas práticas forneceram certos elementos para entender a *formação discursiva* que limita e condiciona o jornalista a uma regularidade dos discursos que poderiam, ou não, ser veiculados nas páginas dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*. Além disso, os jornais firmavam sua posição através de seus discursos. Assim, os jornalistas alertavam para o perigo da profissão ao cometerem excessos na linguagem jornalística empregada. Delatavam a dependência financeira das instituições jornalísticas em relação aos partidos políticos e à publicidade que comprometia a veracidade da notícia. Destacavam aspectos que evidenciam os controles discursivos na redação e procuravam estabelecer sua autoridade de fala na imprensa, quer da situação/governista, quer da oposição, como formadores e orientadores da opinião pública frente aos problemas do Piauí da década de 1950.

No caso dos jornais de Teresina, nos anos de 1951 a 1954, as batalhas discursivas eram realizadas através da luta simbólica pelo poder de fala, visando reforçar sua autoridade

jornalística de enunciar a verdade dos fatos. Animavam as disputas o fato de os jornais ainda não serem diários e de circularem em dias diferentes. Os jornais *O Dia* e *Jornal do Piauí* circulavam na quinta-feira e domingo, enquanto *A Cidade*, até 1953, saía na terça e sexta-feira. A publicação dos jornais, com certo intervalo de tempo, fruto das deficiências técnicas das oficinas, possibilitou o acirramento das disputas entre os jornalistas, propiciando-lhes um tempo “maior” para refletir sobre os acontecimentos, bem como serviu para que propusessem e/ou elaborassem seus próprios códigos de conduta profissional por meio das críticas, considerando que os jornalistas daquele período se formavam enquanto tal na prática do ofício.

Identificada e analisada a linha editorial que regulava a produção dos discursos jornalísticos materializados nas páginas dos semanários, pôde-se verificar que, apesar das instituições jornalísticas apresentarem o fato político piauiense a partir das regras e estratégias discursivas propostas por cada órgão, havia o desejo e a vontade de se mostrarem como veiculadores da verdade. A discussão em torno da verdade dos fatos, materializada pelo discurso, trouxe à tona o debate sobre as práticas jornalísticas e a postura ética dos profissionais no processo de construção do acontecimento jornalístico em notícia. Com relação a este aspecto, foram encontradas muitas matérias que trataram o tema com cuidado, e que o apresentaram em forma de questionamentos acerca do que é o jornalismo, o que é ser jornalista, qual deveria ser a missão e o papel da imprensa, de situação/governista e de oposição, e o dever dos jornalistas no ofício de produzir o discurso jornalístico, tendo como compromisso a verdade dos fatos e a defesa dos interesses da coletividade.

Entende-se que o jornal, desde que abordado por um problema de pesquisa, abre um leque de possibilidades de estudo. Todavia, a opção de analisar as matérias, com intuito de compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas em *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, responde apenas algumas questões propostas aqui como problema de investigação, e que movimentam a discussão dessa tese apresentada em cinco capítulos. Tendo como norte esse objetivo, buscou-se, ao longo dos capítulos, preencher algumas das lacunas existentes sobre a história da imprensa e do jornalismo no Piauí no período 1951 a 1954. Recorte temporal aparentemente curto, mas complexo pelo conjunto de enunciados materializados nas páginas dos jornais pesquisados. Mais do que a quantidade de matérias que abordavam sobre o jornalismo, os jornalistas e a batalha discursiva motivada pela disputa político/partidária entre os partidos, grupos e facções políticas vinculadas ao PSD, UDN, PSP e PTB, a densidade das informações contidas nas matérias jornalísticas se apresentaram como um

ponto importante para essa pesquisa, e definidor do tema e recorte temporal restrito há quatro anos correspondente ao governo de Pedro Freitas.

Os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* foram tanto objetos de pesquisa, quanto fonte para a análise do assunto em questão. Em termos metodológicos, a análise feita sobre a fonte de pesquisa, especificamente as matérias jornalísticas, não se reduziu a usá-las como documento/prova das hipóteses levantadas, mas como documento/monumento. Com base na concepção foucaultiana de leitura arqueológica e crítica do documento, buscou-se, nas matérias jornalísticas, suas regras de formação, que se encontravam em processo, e dispersas no nível dos enunciados, e que ajudaram a compreender o jornalismo como um campo do saber que se definia através da prática. Assim, considerando que o discurso jornalístico materializado no jornal é um produto social, entende-se que a matéria jornalística não poderia ser analisada sem apresentar o contexto histórico e político em que as instituições jornalísticas foram criadas e das condições de produção em que a notícia foi produzida e publicada nos jornais.

Além de explorar as regras de formação do discurso jornalístico, materializado nas edições de *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, foi muito importante a leitura da teoria do jornalismo. Acrescente-se que foi dedicada uma atenção maior aos livros publicados na segunda metade do século XX, para entender o “espírito do jornalismo” do período em estudo. Embora a discussão feita por autores como Philippe Gaillard (1974) e F. Fraser Bond (1962) não fosse relacionada ao jornalismo brasileiro, eles tiveram grande importância, considerando que os modelos de jornalismo francês e norte-americano foram adotados no Brasil por um determinado período e contexto histórico. Da mesma forma, Danton Jobim (1960) e Luiz Beltrão (1960; 1980) aproximam sua discussão ao jornalismo brasileiro nos anos 1950 e 1960, quando a imprensa passava por um processo de transição. A leitura desses autores contribuiu para entender um conjunto de enunciados materializados nos jornais pesquisados, e que tratavam sobre a objetividade *versus* imparcialidade, responsabilidade do jornalista, os preceitos éticos da profissão, limites da liberdade de imprensa, de pensamento e de palavra, dentre outros critérios que foram insistentemente reivindicados pelos jornalistas de Teresina e apareciam no discurso como um sistema de regras a serem seguido por eles.

Convém salientar, ainda, os autores cuja proposta de análise se referia à história da imprensa brasileira no período de transição dos anos 1950. Assim, Nelson Werneck Sodré (1983), José Marques de Melo (1973), Marialva Barbosa (2007), Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) e Alzira Alves de Abreu (1996) apontavam para as deficiências econômicas e sociais do Brasil que acabaram interferindo na substituição do modelo de jornalismo francês, voltado

para o comentário sobre as questões sociais e à polêmica de ideias, pelo modelo de jornalismo norte-americano que exigia clareza, concisão, objetividade e imparcialidade na notícia. Além disso, apontam para a dependência dos meios de comunicação dos partidos, grupos e facções políticas no Brasil, para os problemas sociais do analfabetismo e a deficiência econômica em um país onde a industrialização e a urbanização caminhavam a passos lentos. Esse contexto, apresentado por tais autores e que dava conta de uma história brasileira da região Sul e Sudeste do Brasil, ajudou a compreender que, no Piauí, os avanços e recuos que aconteciam no campo do jornalismo não foram tão diferentes daqueles que aconteciam, por exemplo, na capital da República, à época a cidade do Rio de Janeiro, mesmo levando em conta as especificidades de cada um desses lugares.

Ressalte-se que a busca por uma bibliografia que trata da história da imprensa e do jornalismo brasileiro, mais especificamente carioca, ocorreu pela carência de referências sobre a história da imprensa piauiense dos anos 1950. Daí, portanto, a importância da leitura crítica das fontes, entendê-las como documento/monumento, para compreender como o jornalismo do Piauí foi instituído como um campo do saber através da prática discursiva.

Com efeito, os jornais não foram usados apenas como armas políticas de seus proprietários. O jornal também foi usado pelos “homens de imprensa” como um espaço privilegiado para galgar reconhecimento público, quer como intelectuais, quer como jornalistas, quer como políticos. Por meio do discurso, os “homens de imprensa” construíam sua identidade de jornalista; até que, de fato, em 1953, puderam adquirir sua Carteira Social de Jornalista. Mesmo com a posse da Carteira Social de Jornalista, como um documento oficial de reconhecimento de sua profissão, os jornalistas continuavam se definindo e se redefinindo através das matérias de autorreferência. Matérias jornalísticas que foram de suma importância para compreender como eles próprios se definiam e atribuíam para si a missão política e social de serem intermediários do povo e de formadores e orientadores da opinião pública. Por meio do discurso, os jornalistas instauravam um *ethos*, uma identidade social e profissional que se esboçava a partir da compreensão de como deve ser o jornalista e como estar no jornalismo (TRAQUINA, 2005); ou seja, compartilhavam um conjunto de crenças, nas quais se destacavam a representação sobre a profissão e os critérios de distinção da imprensa com base na sua relação com o governo e com os partidos políticos (BARBOSA, 2007).

Apesar de os observáveis da pesquisa serem analisados à luz do referencial teórico da análise do discurso e da teoria do jornalismo, compreende-se que essa tese se configura um estudo interdisciplinar. A discussão sobre a história da imprensa de Teresina não se resume às

questões propriamente do campo do jornalismo, mas também ao campo da história, na medida em que abrange o contexto histórico e político no qual os jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* apareceram; até porque a análise do discurso deve ser feita em suas condições históricas de aparecimento. Mais do que isso, acredita-se que a tese pode contribuir para a história política do Piauí, tendo como ponto de partida o período em que Pedro Freitas foi governador do Estado, e as discussões sobre as “realizações” e os “desmandos”, “arbitrariedades” e “violências” no primeiro governo do PSD no Piauí. Sob o ponto de vista histórico em que o jornal na maioria das vezes é tomado como fonte de pesquisa, é preciso atentar para o olhar e a versão que um jornalista ou outro dá ao evento, levando-se em conta os interesses político/partidários de cada veículo de comunicação. Cada um dos jornais imprimiu um modo de objetivação do governador Pedro Freitas por meio do discurso jornalístico, sendo que o exame, a classificação e uma retórica de combate foram usados pelos jornalistas de Teresina, no período de 1951 a 1954, para representá-lo de acordo com os interesses políticos e partidários de cada jornal.

Ao longo dos cinco capítulos desta tese, buscou-se responder aos problemas de pesquisa com o objetivo de compreender as relações de poder e as práticas jornalísticas nos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí*, de Teresina, no período de 1951 a 1954. Contudo, reconhecemos que ficaram lacunas para serem mais bem preenchidas por outros estudos que, também, elejam essa temática como um problema de pesquisa. Essa tese pode ser considerada como primeiro passo de investigação sobre a história da imprensa e do jornalismo no Piauí em uma estreita faixa de tempo, da década de 1950, e que precisa ser ampliada quando se constata a carência de bibliografia sobre o assunto nesse período. Além do que foi abordado nessa tese, há ainda muitas possibilidades de temas a serem estudados e que as fontes se mostram riquíssimas em termos de informação, a saber: ética e liberdade de imprensa, ética jornalística e verdade da notícia, o jornalista e as fontes de informação, imprensa e opinião pública, autoria jornalística e invisibilidade autoral, violência verbal e física contra os jornalistas, por exemplo. Temas que transversalmente aparecem nessa tese, mas que não chegaram a ser analisados em sua profundidade.

Por fim, esta pesquisa torna-se relevante para os estudos do jornalismo no Piauí nos anos 1950, à medida que há poucos trabalhos sobre o assunto. Principalmente, quando se faz um levantamento e leitura da historiografia da imprensa brasileira e se observa que o modelo de jornalismo apresentado como um ideal do jornalismo carioca, por exemplo, não estava equidistante do conjunto de mudanças pelas quais a imprensa piauiense também passava. Os jornalistas do Piauí acompanharam de perto o processo de transição da imprensa brasileira

que se tornava evidente não só porque deixava de ser artesanal para se transformar em empresarial, mas também através do discurso jornalístico em que a mítica da objetividade e os preceitos éticos da profissão apareciam como critérios indispensáveis para a verdade dos fatos. Não é a toa que os jornais de Teresina adotavam em seus lemas as palavras “independente”, “informativo” e “noticioso”, quando, na prática, ainda mantinham, em suas páginas, um jornalismo com tendência político/partidária. Nesse processo de transição, vivenciado pela imprensa brasileira dos anos 1950, no Piauí, as permanências eram mais fortes que as mudanças que se configuravam por meio da estruturação dos jornais *O Dia*, *A Cidade* e *Jornal do Piauí* em empresas jornalísticas, porém, continuaram sendo usados a serviço dos partidos, grupos e facções políticas durante todo o período analisado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: RUBIM, Antonio Albino; BENTZ, Ione Maria Ghislene; PINTO, Milton José (Org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Os suplentes literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ABREU, Anísio Auto de. **O tribuno, o parlamentar**. Rio de Janeiro, 1966.

ARAÚJO, Maria Mafalda B. de. **O poder da seca no Piauí (1877-1879)**. Teresina: EDUFPI, 1991.

_____. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí: relações entre os poderes constituídos 1947-1951**. Teresina, 2000. [Monografia de Final de Curso].

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. [Trad. Yara Frateschi Vieira]. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 2008.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo de opinião**. Porto Alegre, RS: Sulina/ARI, 1980.

_____. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. v. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BERGER, Christa; TAVRES, Frederico M. B. **Tipologias do acontecimento jornalístico**. Disponível em: sbpjour.kamotini.ghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/christa_berger.pdf. Acesso em: out. 2010.

BLONDEL, Jean. **A lei eleitoral e os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Leituras Brasileiras, [s.d].

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**: uma análise do quarto poder em todas as suas formas. Trad. Pinheiro de Lemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BORRAT, Héctor. La información filtrada. In: **Annaes del periodismo Catala** any VI, n. 14, mar./jun. 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Contrafogos**. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. **Escrita dos movimentos interiores**: escrita de si e construção de uma trajetória de intelectualidade e distinção em A. Tito Filho (1971-1992). Recife, 2012. Tese de Doutorado.

BRASIL, Klésio Vieira; ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Jacob Gayoso: o desenvolvimento do Piauí como desafio. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas**: a experiência do Piauí. Rio de Janeiro: Booklink, 2009.

CARVALHO, Orlando M. Os partidos políticos nacionais e as eleições parlamentares de 1958. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.

CASTRO, Francisco Ferreira de. A campanha eleitoral de 1958 no Piauí. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, n. 8, p. 9-19, abr. 1960.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHAVES, Paulo Alberto Diniz. **O homem e o jornalista**: José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina: O Autor, 2013.

COSTA, Osmani Ferreira da. **Rádio e política**: a aventura eleitoral de radialistas no século XX. Londrina: Eduel, 2005.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão**: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

_____. **A gestação de Crispim**: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade. Rio de Janeiro, 2010. [Tese de Doutorado].

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEL BIANCO, Nélia R.; MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **Rádio no Brasil**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ/UnB, 1999.

DENT, Chris. “Journalist are the confessors of the public”, say one foucaultian. In: **Journalism**. v. 9, 2008.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mutações no discurso jornalístico**: da “construção da realidade” a “realidade da construção”. 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1804-1.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 1950. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A construção do campo do jornalismo nos jornais de Sergipe em 1911**. Compós.

FREITAS, Pedro Almendra. A fala do coronel. In: DOMINGOS NETO, Manuel. *O que os netos dos vaqueiros me contaram*: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

FREITAS, José Gayoso. Formação social e política do Piauí. In: **Revista Política**. Brasília, n. 7, p. 66-69, jan./mar. 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FURTADO, José da Rocha. A fala do doutor. DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

GAILLARD, Philippe. **O jornalismo**. Lisboa: Pub. Europa-América, 1974.

GAYE, Tuchman. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores**. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2004. (Coleção Ensaio Transversais).

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**. Como se forma el presente. Barçela: Paidós, 1991.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário histórico-biográfico piauiense**. Teresina: Gráfica e Editora Junior, 1993.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2009.

_____. Sentido, sujeito e memória: como sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). **Análise do discurso: as materialidades do discurso**. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HAUSSEN, Doris Fagundes; BRITTOS, Valério Cruz (Org.). **Economia política, comunicação e cultura: aportes teóricos e temas emergentes na agenda política brasileira**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência brasileira (1945-64)**. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”**. Porto Alegre: EDIPURS, 2008.

HOHLFELDT, Antonio. Cinquentenário de publicação de Iniciação à filosofia do jornalismo, de Luiz Beltrão. In: **Conexão: comunicação e cultura**. Caxias do Sul, UCS, v. 9, n. 18, jul./dez. 2010.

- JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.
- LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 1990.
- LANÇA, Isabel Babo. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. In: **Tracjetos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, n. 6, 2005.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. **A reportagem: Teoria e Técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 1950**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: UNICAMP, 1996.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LEÃO, Anis José. Limites da liberdade de imprensa: estudos sociais e político. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, 1961.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da cultura de massa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LIMA, Nilsângela Cardoso. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948 – 1962)**. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2007. (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011. (Dissertação de Mestrado).
- LOPES, Fernanda Lima. Autorreferência, discurso e autoridade jornalística. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-fernanda-auto-referencia-discurso.pdf>. Acesso em: jan. 2014.
- LUSTOSA, Isabel. (Org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. **Veja, Isto é, Leia: a imagem e a imagem nos discursos de capa das revistas Veja e Isto é: produção e disputa de sentido no episódio das mortes de Paulo César Farias e Suzana Marcolino**. Teresina, PI: EDUFPI, 2003.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Karl Krauss, o jornalismo e os impasses do momento atual. In: _____. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MAROCCO, Beatriz. Os “livros reportagens”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. In: **Revista Contracampo**. Niterói, n. 22, fev. 2011, p. 117-129.

_____. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009.

_____. **O controle discursivo que toma forma e circula nas práticas jornalísticas**. 2010. (Projeto de Pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: Centro Piauiense de Ação Cultural, 1996.

MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. (“Memórias” à feição de autobiografia). Teresina, PI: COMEPI, 1976.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira**: a implantação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MENDES, Felipe. O Piauí em 1950. In: _____. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p.175-196.

MEYER, Philip. **A ética no jornalismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

MORAES, Herculano. **Assembleia Legislativa do Piauí**: visão histórica, social e política. Teresina: APL, 2011.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

_____. (Org.). **Os governadores do Piauí**: uma perspectiva histórica. Teresina: Fundação CEPRO, 1993.

_____. **A revolução de 1930 no Piauí**: 1928-1934. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, Osvaldo Soares. Esboço de um projeto de desenvolvimento. In: **Revista Econômica Piauiense**. Teresina, v. 1, n. 2, abr./jun. 1957.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto história**: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo, SP, 1981.

_____. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1959: uma análise a partir do discurso do jornal "O Dia". Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2008a.

_____. Notícia e o poder de imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2008b.

_____. A história natural do jornal. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2008c.

PEDROSA, Robert. **60 anos de história e um olhar voltado para o futuro**. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/imprimir/60-anos-de-historia-e-um-olhar-voltado-para-o-futuro-101291.html#>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

PIAUI BOA ESPERANÇA DO NORDESTE. Recife: Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FUNDINOR), 1967.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodiaco, 1996.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. 2 ed. São Paulo: Hacker, 2002.

POLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural**. Recife: Bagaço, 2006.

_____. **Os literatos e a república**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. Teresina, PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

- _____. **História, literatura e sociabilidades.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- _____. **Educação no Piauí (1880-1930).** Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- _____. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo.** 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.
- _____. **A importância da borracha de maniçoba na economia piauiense: 1900-1920.** Teresina: FUNDAPI, 2006.
- RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.
- _____. **Jornalismo, cultura e poder.** Teresina: EDUFPI, 2007.
- REMÓND, René (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- _____. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Org.). **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.** Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006. p. 426-435.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lúcia Maria Alves (Org.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- ROCHA, Felon. **Comunicação e sociedade: a influência da comunicação na imagem, na política e na identidade cultural do Piauí.** Teresina: EDUFPI, 1999.
- ROMANCINNI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Mídia e política no Brasil.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999.
- RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- SAID, Gustavo Fortes. **Mídia, poder e história na era pós-moderna.** Teresina, PI: EDUFPI, 1998.
- _____. **Como era bom aos domingos... Carlos Said – o homem, a vida, o mito magro-de-aço.** Teresina, PI: EDUPI/Halley, 2011.
- _____. **Comunicações no Piauí.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.
- SANTOS, José Lopes dos Santos. Imprensa. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.) **Piauí: formação – desenvolvimento – perspectiva.** Teresina, PI: Halley, 1995.
- SANTOS, José Lopes dos. **A força do poder municipal.** v 1. Teresina: [s.n.], 1989a.
- _____. **A força do poder municipal.** Teresina: [s.n.], 1989b. v. 2.

- _____. **A força do poder municipal**. Teresina: [s.n.], 1989c. v 3.
- _____. **Política e políticos: eleições/86**. Teresina: [s.n.], 1988. v. 1.
- _____. **A academia e a cadeira vinte e sete**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1994.
- _____. **A eleição de um líder (e a consolidação de um esquema político)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- SERRANO, Estrela. Jornalismo e elites do poder. In: **Ciberlegenda**. n. 12, 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/estrela1.htm>>. Acesso em: 1 jul. 2012.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Abdias. Jornalismo em Teresina nos anos 30: ato de amor e de heroísmo. In: **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano IX, n. 19, p. 76-77, abr. 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- SILVA, Cunha e. **Copa e cozinha**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Projeto Petrônio Portela, 1998.
- SILVEIRINHA, Maria João; CAMPONEZ, Carlos. Intelectualidade, autonomia e desprofissionalização – regresso a questões candentes. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **Pesquisa em media e jornalismo: homenagem a Nelson Traquina**. Portugal: Lablan, 2012.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TITO FILHO, Arimathea. **O Piauí no Congresso Nacional**. Teresina: COMEPI, 1980.
- _____. **Governadores do Piauí**. Mapa histórico. Governadores do Estado do Piauí. República. Teresina: [s.n.], 1978.
- _____. O Dia: história e fatos de um tempo. **O Dia**. Teresina, 1 fev. 1990.
- _____. Os sócios. **O Dia**. Teresina, 29 abr. 1988. Disponível em: <http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/03/os-socios.html>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. Associação. O Dia. Teresina, 13 abr. 1988. Disponível em:
<http://acervoatitofilho1.blogspot.com.br/2011/01/associacao.html>. Acesso em: 30 jan. 2014.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. v. 1, Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. v. 2, Florianópolis: Insular, 2008.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

VELOSO, Raimundo Nonato. **Indústria de transformação primária no Piauí** (Indústria de óleo de babaçu e caroço de algodão). Teresina: Empresa Publicitária Piauiense, 1959.

VIANNA, José de Segadas. Disponível em:
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Segadas_Viana. Acesso em:
 mar. 2014.

VIANNA, Segadas. **O sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1953.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP, 1998.

ALMANAQUES

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, ano XXVI, 1950.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Parnaíba, n. 61, 1994.

REVISTAS

IMPrensa – Rádio – Televisão. In: **Revista Síntese Política Econômica Social**, ano VII, n. 28, out./dez. 1965.

PANÓPLIA. Teresina, ano I, n.1, jan. 1954.

PANÓPLIA. Teresina, ano I, n.4, abr. 1954.

PANÓPLIA. Teresina, ano I, n.5, jun. 1954.

PANÓPLIA. Teresina, ano II, n.1, jan. 1955.

PANÓPLIA. Teresina, ano I, n.6, set. 1954.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO. Teresina, nov. 1994.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO. Teresina, maio 1996.

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO. Teresina, ago. 1996.

REVISTA DA PARNAÍBA. Parnaíba, PI, ano I, n. 1, 1960.

PIAUI MUNICIPAL. Teresina, n. 1, set./dez. 1966.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Teresina, ano I, n. 2, jul./dez. 1953.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Teresina, ano III, n. 6, 1955.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Teresina, v. I, n. 2, abr./jun. 1957.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Teresina, ano V, n. 13 e 14, 1959.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Teresina, v. IV, n. 1, jan./mar. 1960.

REVISTA PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS. Teresina, v. IV, n. 2, jul./dez. 1953.

ESTATUTOS

UNIÃO Democrática Nacional. Programa. O preço da liberdade é a eterna vigilância. Rio de Janeiro, 1949.

ESTATUTOS da União Democrática Nacional. O preço da liberdade é a eterna vigilância. Rio de Janeiro, 1951.

ESTATUTOS do Partido Social Progressista. Presidente nacional: Adhemar de Barros. Rio de Janeiro, 1951.

JORNAIS

O DIA. Edições de janeiro de 1951 a dezembro de 1954.

A CIDADE. Edições de janeiro de 1951 a janeiro de 1953.

JORNAL DO PIAUI. Edições de janeiro de 1951 a dezembro de 1954.